

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

Dinâmicas e Perspectivas Demográficas
do Portugal Contemporâneo

Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade • 2010



POPULAÇÃO E SOCIEDADE

Dinâmicas e Perspectivas Demográficas
do Portugal Contemporâneo



 Edições
Afrontamento

Título

POPULAÇÃO E SOCIEDADE – n.º 18 / 2010

Edição

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade /

Edições Afrontamento

Rua do Campo Alegre, 1055 – 4169-004 PORTO

Telef.: 22 609 53 47

Fax: 22 543 23 68

E-mail: cepese@cepese.pt

<http://cepese.pt>

Edições Afrontamento

Rua de Costa Cabral, 859 – 4200-225 PORTO

Telef.: 22 507 42 20

Fax: 22 507 42 29

E-mail: geral@edicoesafrontamento.pt

www.edicoesafrontamento.pt

Fundadores

Universidade do Porto

Fundação Eng. António de Almeida

Fernando de Sousa – Universidade do Porto, Universidade Lusíada do Porto

J. Manuel Nazareth – Universidade Nova de Lisboa

Jorge Arroiteia – Universidade de Aveiro

Directora

Maria da Conceição Meireles Pereira

Comissão Editorial

Fernando de Sousa – Universidade do Porto, Universidade Lusíada

Natália Marinho Ferreira-Alves – Universidade do Porto

Teresa Rodrigues – Universidade Nova de Lisboa

Isilda Braga da Costa Monteiro – CEPESE

Paula Pinto Costa – Universidade do Porto

Cristina Abreu – Universidade Lusíada

Maria Luísa Maniscalco – Universidade “Roma Tre”

Sônia Gomes Pereira – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Izilda Matos – PUC/São Paulo

Manuel Rojas Gabriel – Universidade de Extremadura

Comissão Consultiva

Carlos Diogo Moreira – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Jorge Arroiteia – Universidade de Aveiro

Maria Helena Cruz Coelho – Universidade de Coimbra

Armando Luís Carvalho Homem – Universidade do Porto

Jaime Ferreira-Alves – Universidade do Porto

J. Manuel Nazareth – Universidade Nova de Lisboa

Maria Luísa Rocha Pinto – Universidade de Aveiro

José Esteves Pereira – Universidade Nova de Lisboa

Adriano Moreira – Academia das Ciências de Lisboa

Amadeu Carvalho Homem – Universidade de Coimbra

Ramon Villares – Universidade de Santiago de Compostela

Isrêmia Martins – Universidade Federal Fluminense

Lorenzo Lopez Trigal – Universidade de Leon

Lená Medeiros de Menezes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Gladys Ribeiro – Universidade Federal Fluminense

Haluk Gunugur – Universidade Bilkent

Maria del Mar Lousano Bartolozzi – Universidade de Extremadura

David Reher – Universidade Complutense de Madrid

Philippe Poirrier – Universidade de Borgonha

Hipólito de la Torre Gomez – UNED – Universidade Nacional

de Educação à Distância

Patrícia Alejandra Fogelman – Instituto Ravingani, UBA

Angelo Trento – Universidade de Napoli

Matteo Sanfilippo – Universidade de Tuscia – Viterbo

Jan Sundin – Universidade de Linköping

Jonathan Riley-Smith – Universidade de Cambridge

Manuel Gonzalez Jimenez – Universidade de Sevilha

Jean-Philippe Genet – Universidade Sorbonne Nouvelle – Paris 3

Neil Gilbert – Universidade de Berkeley, California

James Newell – Universidade de Salford

Renato Flores – Fundação Getúlio Vargas

Coordenadora do Dossier Temático

Maria João Guardado

Design

João Machado

Execução Gráfica Rainho & Neves, Lda. - Santa Maria da Feira

Tiragem 500 exemplares

Depósito legal n.º 94 133/95

ISSN 0873-1861-18

Créditos

Espólio Fotográfico Português

Ingraham Publishing, Image Library, Premier Edition (p. 42 e 68)

Espólio STCP (capa)

ÍNDICE

- 3** NOTA DE ABERTURA
Maria da Conceição Meireles Pereira
- 11** Manuel Nazareth – um professor universitário
Fernando de Sousa
- DOSSIER TEMÁTICO
- 21** A população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade
Teresa F. Rodrigues
- 43** A emergência das políticas de população na contemporaneidade
Maria Luís Rocha Pinto
- 69** Análise da população escolar do Ensino Secundário nos Açores (2000-2006)
Gilberta Pavão Nunes Rocha, Eduardo Ferreira
- 91** A evolução demográfica portuguesa entre a ausência de políticas de população e as medidas avulsas
Cristina Sousa Gomes
- 107** Evolución y tendencias del envejecimiento demográfico en España, siglos XVIII-XX
Isidro Dubert
- 121** Cenários de envelhecimento e saúde em Portugal no século XXI – causas e consequências de uma transição demográfica tardia
Filipa de Castro Henriques
- 145** Portugueses em diáspora: Identidade e Cidadania
Jorge Carvalho Arroitea
- 161** Quem são os emigrantes portugueses em Espanha – uma primeira abordagem a partir da *Encuesta Nacional de Inmigrantes* (2007)
Maria João Guardado Moreira
- VARIA
- 179** D. Diogo Gelmires e as terras sob a jurisdição da igreja de Santiago de Compostela entre os rios Minho e Ave
António Matos Reis
- 197** A Visitação à Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira, de Canha, em 1565
Joel Silva Ferreira Mata
- 221** Filipe II de Portugal e a reforma das Ordens Militares
Maria Isabel Rodrigues Ferreira
- 241** A questão argelina no discurso político da Assembleia Nacional (1953-1965)
Fernanda Paula Sousa Maia
- 255** Dicotomias socioeconómicas regionais do território português
Maria Ortelinda Barros Gonçalves
- 267** SOBRE OS AUTORES
- 273** RESUMOS/ABSTRACTS
- 285** RECENSÕES CRÍTICAS
- 293** NOTÍCIAS
- 309** POPULAÇÃO E SOCIEDADE – OBJECTIVOS E PERFIL/AIMS AND SCOPE
- 312** CATÁLOGO DAS EDIÇÕES DO CEPSE

Nota de Abertura

Maria da Conceição Meireles Pereira

A revista *População e Sociedade* realizou, nos últimos anos, algumas transformações no sentido de observar os parâmetros internacionais das publicações científicas. A sua inclusão nas listas da ERIH (European Reference Index for the Humanities) e Latindex deveu-se à concretização de dois procedimentos fundamentais: a implementação plena do sistema de arbitragem científica e a renovação/criação das comissões editorial e consultiva.

Tal como foi anunciado no número anterior, o Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade comemora no presente ano de 2010 o vigésimo aniversário de existência ininterrupta. *População e Sociedade*, a revista anual do Centro, associa-se à efeméride reformulando profundamente a sua linha gráfica, da capa ao interior, marcando, também desta forma, uma nova fase da sua publicação, buscando a inovação na continuidade, já que pretende responder aos novos desafios que se colocam às revistas de História e Ciências Sociais sem perda da identidade que construiu ao longo de anos.

Nesta conformidade, a revista *População e Sociedade* prosseguirá a sua opção recente por números temáticos, adicionando agora uma secção de estudos diversos incluídos na *Varia*, mantendo ainda as informações sobre os autores, as secções de notícias de actividades do Centro e o catálogo das suas publicações, além da rubrica de resenhas críticas. A edição on-line da revista continuará disponível no site do CEPESE.

O presente número, cujo dossier temático foi coordenado pela professora doutora Maria João Guardado, apresenta-se sob o título *Dinâmicas e Perspectivas Demográficas do Portugal Contemporâneo*. Presta, assim, homenagem a um dos fundadores do CEPESE, o professor doutor J. Manuel Nazareth, especialista e pioneiro desta área de estudos no nosso país. Com efeito, aquele catedrático contribuiu iniludivelmente para a investigação em demografia e pesquisa histórica sobre a população portuguesa através da publicação de numerosos trabalhos, da organização de cursos de pós-graduação, da orientação e participação em júris de dezenas de dissertações e teses académicas, da promoção de encontros científicos, em suma, fazendo escola.

Além de um texto evocativo do percurso académico e da produção científica de J. Manuel Nazareth, o dossier temático aqui apresentado engloba artigos da autoria de docentes universitários e investigadores em instituições de várias partes do país, contando ainda com a colaboração de um especialista espanhol.

Este conjunto de trabalhos, simultaneamente homogéneo no seu domínio de estudo mas diversificado nos objectos e metodologias de análise, visa renovar e consolidar conhecimentos nas áreas da demografia histórica, da projecção demográfica, da análise e políticas de população.

Foreword

Maria da Conceição Meireles Pereira

The journal *População e Sociedade* carried out, in recent years, some changes in order to comply with the international standards regarding scientific publications. Its inclusion in the indexes ERIH – European Reference Index for the Humanities and Latindex was due to the realization of two fundamental procedures: the full implementation of the system of peer review and the renewal/creation of editorial and advisory committees.

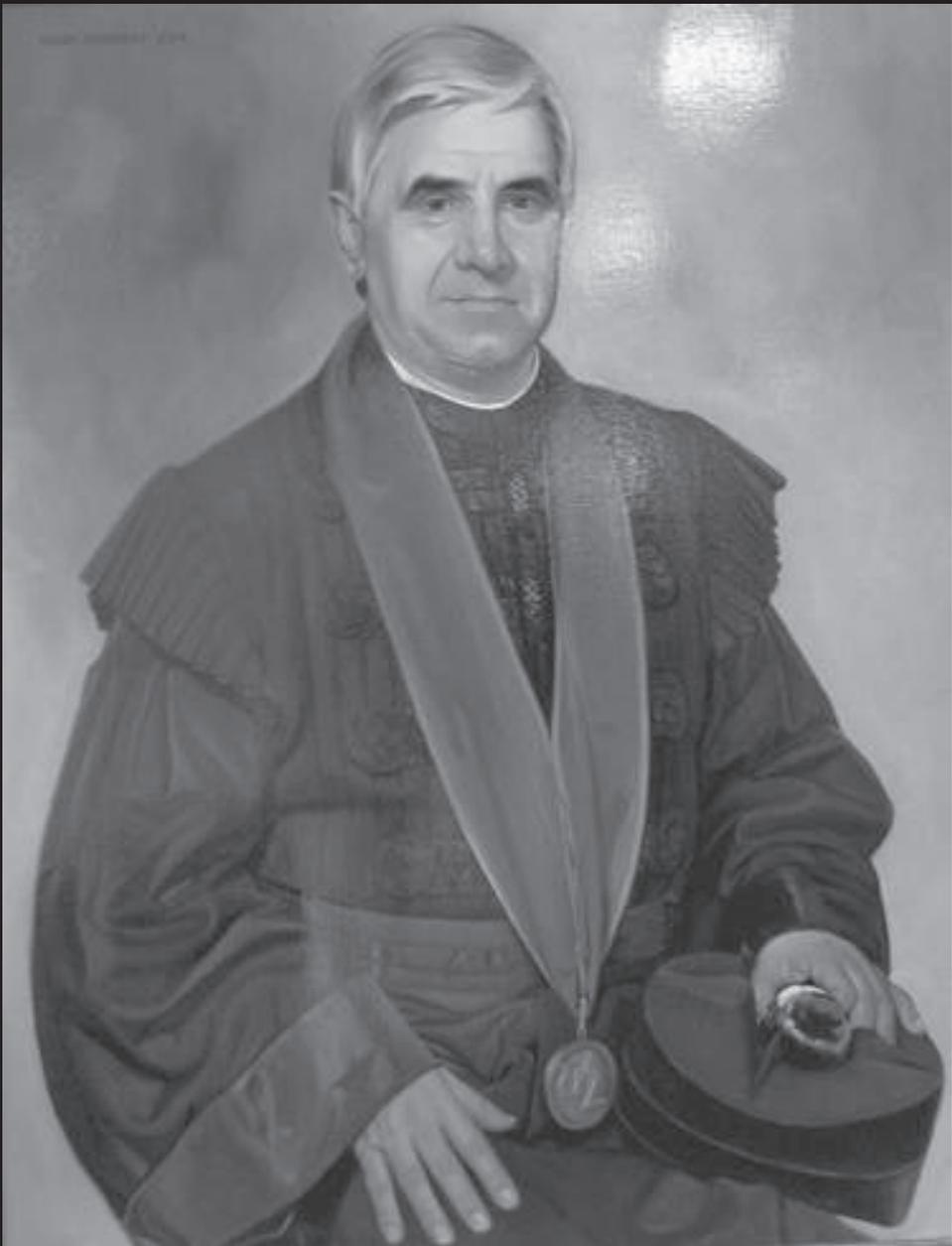
As announced in the last issue, CEPESE celebrates in the current year the twentieth anniversary of uninterrupted existence (1990-2010). *População e Sociedade*, the Centre's annual Journal, joins this celebration by means of a new design, from the cover to the interior, which also represents a new phase of its publication, seeking innovation in continuity, since it intends to respond to the new challenges faced by journals in History and Social Sciences, while preserving the identity that our Journal has built up over the years.

Accordingly, the Journal *População e Sociedade* will continue its recent option for thematic issues, now adding a section with diverse studies named *Varia*, and maintaining the information about the authors, news regarding CEPESE's activities and the publications catalog, and a section with book reviews. The online edition of the magazine will still be available on CEPESE's website (www.cepese.pt).

The current issue, whose thematic dossier was coordinated by Professor Maria João Guardado, under the title *Demographic Dynamics and Perspectives in Contemporary Portugal*, provides a tribute to one of the founders of CEPESE, Professor J. Manuel Nazareth, an expert in Demography and a pioneer in this field of study in Portugal. Indeed, this scholar gave an essential contribution for the research in demography and historical research on the Portuguese population through the publication of numerous works, the organization of postgraduate courses, guidance and participation in panels of dozens of academic dissertations and theses, and in the promotion of scientific meetings.

In addition to an evocative text with the academic and scientific production of J. Manuel Nazareth, the thematic dossier includes papers by academics and researchers from various Portuguese institutions, together with the collaboration of a Spanish expert.

This set of works, simultaneously homogeneous in their field of study and varied in their objects and methods of analysis, aims to renew and consolidate the knowledge in the fields of historical demography, demographic projection, and population analysis and policies.



Manuel Nazareth – um professor universitário

Fernando de Sousa

Introdução

Manuel Nazareth é um alentejano apaixonado pelas vastas planícies do Alentejo onde nasceu e vive. É um cidadão que desde cedo se preocupou com um dos problemas mais agudos da sociedade portuguesa, isto é, o envelhecimento da população, e que durante um período efémero passou pela política, sem contudo, ter deixado de acompanhar a situação política e participar por vezes em movimentos cívicos e políticos.

É um professor universitário de relevo nacional e internacional, que introduziu em Portugal a metodologia e as técnicas de análise demográfica que hoje, vários dos seus discípulos aplicam na sua investigação.

É um gestor, cujas qualidades foram reconhecidas pelas instituições por onde passou e que dirigiu. Personalidade rica e complexa, aqui fica um abreviado *curriculum* das suas funções enquanto universitário, investigador e gestor, e um testemunho de mais de três décadas de amizade permanente, reforçadas nos últimos 20 anos pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, que Manuel Nazareth ajudou a fundar.

1. O homem, o universitário e o investigador

Joaquim Pantoja Manuel Nazareth nasceu em Évora a 6 de Agosto de 1942, na freguesia da Sé. Em Julho de 1960, terminou o 3.º ciclo liceal no Liceu Nacional de Évora, com 14 valores. Nos anos lectivos de 1960-61 e 1961-62 frequentou os primeiros dois anos da Licenciatura em Economia da Universidade do Porto.

Entre Setembro de 1963 e Setembro de 1967 prestou serviço militar que incluiu uma comissão de serviço de dois anos em Timor.

Em Maio de 1971, iniciou a sua actividade profissional, desempenhando as funções de Secretário Técnico da Comissão de Planeamento da Região Sul, organismo integrado no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros. Apesar de ter desenvolvido papel relevante nos grupos de trabalho que conduziram à restauração da Universidade de Évora, à implementação do Porto de Sines e da Barragem de Alqueva, foi nos trabalhos de caracterização económica e social do Alentejo e do Algarve, preparatórios do IV Plano de Fomento, que descobriu a sua vocação para trabalhar com a informação demográfica.

Em Julho de 1971, concluiu a Licenciatura em Sociologia no Instituto Superior Económico e Social de Évora (posteriormente integrado na Universidade de Évora), com 16 valores.

Em Setembro de 1973, abandonou as funções que desempenhava e partiu para a Bélgica como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian. Na Universidade Católica de Lovaina e na Universidade Livre de Bruxelas,

aprofundou os seus conhecimentos em Demografia e preparou as teses de Mestrado e Doutoramento em Demografia.

Em Setembro de 1974, obteve o Diploma de Terceiro Ciclo em Demografia na Universidade de Lovaina (Bélgica) com grande distinção.

Em Abril de 1976, enquanto esperava pela defesa da sua tese de mestrado na Universidade Católica de Lovaina e preparava a sua tese de doutoramento na Universidade Livre de Bruxelas, regressou a Portugal, sendo convidado para assistente eventual do Instituto Universitário de Évora onde participou no processo de integração do Instituto Superior Económico e Social de Évora e dos alunos da Escola Bento de Jesus Caraça na Universidade de Évora, leccionando, entre outras disciplinas, a cadeira de Demografia. Também nesta data passou a integrar, como professor visitante da Universidade Nova de Lisboa, um grupo de docência e investigação constituído por Vitorino Magalhães Godinho, António Barreto, Beatriz Rocha-Trindade e Carlos Medeiros sobre a emigração portuguesa.

Em Junho de 1976, passou a integrar, como colaborador externo, o Gabinete de Investigação e Acção Social, a convite de Adérito Sedas Nunes. É na revista deste Gabinete – a *Análise Social* (uma referência incontornável na História das Ciências Sociais em Portugal) – e na revista *Economia e Sociologia* (ISESE – Évora), que foi publicada grande parte dos seus artigos de natureza metodológica e científica.

Em Setembro de 1976, concluiu o Mestrado em Demografia na Universidade Católica de Lovaina, Bélgica, com grande distinção, que teve como título, *Analyse régionale du déclin de la fécondité de la population portugaise (1930-1970)*, o que lhe deu a equivalência a doutoramento de 3.º ciclo em Demografia.

Por despacho do Secretário de Estado do Planeamento foi nomeado, em Março de 1977, membro do Centro de Estudos Demográficos, do Instituto Nacional de Estatística.

Em Abril de 1978, obteve o título de Doutor em Ciências Sociais (opção Demografia) na Faculdade de Ciências Sociais, Políticas e Económicas da Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica, sendo o título da tese principal *Analyse régionale des causes démographiques du vieillissement de la population portugaise*, e o título da tese anexa, *Pour une approche institutionnelle de la fécondité*.

Em 19 de Setembro de 1978, por decisão do júri previsto no art.º 7.º do decreto-lei n.º 555/77 de 31 de Dezembro, nomeado por despacho ministerial de 19 de Julho de 1978, publicado no *Diário da República*, II Série n.º 176 de 2 de Agosto de 1978, o grau de *Docteur en Sciences Sociales (option Démographie)* da Universidade Livre de Bruxelas, que obtivera, foi considerado equivalente ao Doutoramento em Ciências Sociais (opção Demografia).

Em Agosto de 1978, foi equiparado a professor auxiliar no Instituto Universitário de Évora e, em Fevereiro de 1979, passou a professor auxiliar no Instituto Universitário de Évora. Em conjunto com Augusto Silva (seu antigo professor de Demografia no Instituto Superior Económico e Social de Évora), fundou e organizou o Departamento de Sociologia, tornando-se o responsável pelas cadeiras de Demografia e Projecções Demográficas.

Em Agosto de 1979, interrompeu a sua actividade académica para desempenhar as funções de secretário de Estado do Ensino Superior do V Governo Constitucional. É de salientar que, durante os escassos meses que durou este Governo, o Instituto Universitário de Évora transformou-se em Universidade de Évora; criou-se a Universidade Aberta; aprovou-se o 1.º Estatuto da Carreira Docente Universitária; e lançaram-se as bases das licenciaturas em Serviço Social e em Comunicação Social.

Em 24 de Janeiro de 1980, por unanimidade, obteve o título de professor agregado em Demografia da Universidade Nova de Lisboa.

De Janeiro de 1980 até Julho de 1996, por se ter transferido para a Universidade Nova de Lisboa, assumiu a categoria de professor visitante da Universidade de Évora tendo a seu cargo a docência e a coordenação das cadeiras de Demografia e Projecções Demográficas. Também, durante este período de tempo, em conjunto com Almerindo Lessa, Mariano Feio e Ribeiro Teles implementou o Certificado Internacional de Ecologia Huma-

na passando a ser, a partir de 1986, o representante permanente da Universidade de Évora, a nível internacional, no Conselho de Direcção do Certificado Internacional de Ecologia Humana (Genebra).

Em Janeiro de 1980, iniciou as funções de professor extraordinário na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e, em Abril do mesmo ano, transitou para a categoria de Professor Catedrático de Nomeação Provisória, leccionando as cadeiras de Métodos Quantitativos e Demografia Histórica.

Em Março de 1980, passou a colaborar com a Universidade dos Açores, na qualidade de professor visitante.

Em Novembro de 1980, foi nomeado pelo reitor da Universidade Nova vogal da Comissão Instaladora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, cargo que exerceu até ao fim do período de instalação, em Dezembro de 1981.

A partir de Janeiro de 1981, acumulou com tais funções as de coordenador do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o qual tinha ajudado a fundar com Vitorino Magalhães Godinho, Augusto Mesquitela Lima e Adriano Rodrigues. Exerceu este cargo até Novembro de 1992.

Em Fevereiro de 1982, passou à categoria de professor catedrático de nomeação definitiva da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e, em Maio desse mesmo ano, com o fim do regime de instalação, foi eleito director da mesma. Ficou na história da Faculdade como tendo sido o primeiro director eleito por um colégio constituído por docentes, funcionários e alunos.

Em Julho de 1982, foi nomeado pelo ministro dos Assuntos Sociais como membro do Grupo Coordenador do Planeamento Familiar, funções que acumulou com as de presidente da Comissão Inter-Ministerial da Família.

Em Novembro de 1982 (até Dezembro de 1986), em conjunto com Adérito Sedas Nunes e Mário Murteira, integrou a equipa encarregada da transformação do Gabinete de Investigação e Acção Social, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, desempenhando as funções de investigador-coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Em Maio de 1985, foi reeleito, por unanimidade, director da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Em Setembro de 1985, passou a desempenhar o cargo de professor visitante da Universidade de Bordéus III.

Em Janeiro de 1986, iniciou as funções de professor catedrático do Quadro de Demografia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e, a convite do ministro da Administração Interna, integrou a equipa que lançou as bases da Escola Superior de Polícia onde desempenhou, até Dezembro de 1997, as funções de professor catedrático convidado.

Em Fevereiro de 1988, a convite de Hernâni Rodrigues Lopes, passou a consultor externo da SAER, Sociedade de Avaliação e Risco de Lisboa, cargo que manteve até ao presente.

Em Março de 1988, a convite de Louis Russel, passou a integrar o *Groupe International d'Études sur le Divorce*, com sede em Paris e, em Abril do mesmo ano, a convite da Direcção Geral da Família e de Bruno Ribes, do *Institut de l'Enfant et la Famille*, passou a integrar o *Observatoire Européen des Politiques Familiales* como representante de Portugal.

Em Janeiro de 1989, a convite de W. Dumont, da Universidade Católica de Lovaina, começou a fazer parte do *Groupe de Recherches en Politiques Familiales*.

Em Setembro de 1989, em conjunto com Fernando de Sousa e Jorge Arroiteia, ajudou a dar vida real a um projecto trabalhado durante alguns anos por Joel Serrão, Fernando de Sousa e ele próprio, o CEPESE – Centro de Estudos da População Economia e Sociedade (os Estatutos seriam publicados em Janeiro de 1990).

Em Julho de 1990, a convite do presidente do Instituto Nacional de Estatística, Manuel Vilares, foi nomeado director do Gabinete de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística e, em Setembro desse mesmo ano, passou a desempenhar as funções de professor catedrático visitante do Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa, onde leccionou as cadeiras de Informação

Demográfica e Social e Prospectiva Demográfica.

Em Julho de 1990, foi convidado a integrar o Secretariado Permanente da Comissão Nacional para a Política da Terceira Idade e, em Outubro desse mesmo ano, o Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural.

Em Fevereiro de 1993, foi nomeado presidente das provas específicas de Sociologia e, em Maio desse ano, foi eleito, pela terceira vez, director da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Também em Maio, assumiu o cargo de vice-presidente do Certificado Internacional de Ecologia Humana, por um período de quatro anos.

Em Outubro de 1996, foi designado vogal do Conselho Directivo do Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa. A convite de Joseph Pacolet integrou o *International Groupe of Study – Elderly in Europe* na *Katholik Universiteit Leuven*. E a convite de António Correia de Campos, foi nomeado vogal da Comissão do Livro Branco da Segurança Social.

A partir de Maio de 1997, e durante quatro anos, manteve-se como Presidente do Certificado Internacional de Ecologia Humana, e aproveitou a oportunidade para alargar o Certificado Internacional de Ecologia Humana à Universidade Nova de Lisboa, tendo como base o Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, que dirigia e fundara em substituição do Mestrado em Demografia Histórica e Social. Nesse mesmo ano, em conjunto com Esteves Pereira e Oliveira Marques, criou a Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa.

Em Janeiro de 1998, passou a professor catedrático convidado do Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa e foi eleito director do Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da mesma Universidade.

Em Outubro de 2001, passou a exercer as funções de vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa e, em simultâneo, de director do programa de mestrado em Estatística e Gestão de Informação, do ISEGI, da Universidade Nova de Lisboa.

Em Junho de 2003, abandonou definitivamente, a seu pedido, o ensino e todos os cargos que ocupava, passando a professor catedrático aposentado da Universidade Nova de Lisboa e investigador a tempo inteiro no Centro de Estudos da População Economia e Sociedade (CEPESE), do Porto.

Orientou dezoito teses de doutoramento entre 1989-2009, e 65 teses de mestrado entre 1987-1993.

Participou em largas dezenas de júris, como membro ou arguente de provas de agregação, concursos para professor catedrático, associado e auxiliar, provas de doutoramento, de mestrado e de aptidão pedagógica e capacidade científica, bem como de trabalhos de fim de curso, de júris de equivalência de doutoramento e mestrado nas universidades Nova de Lisboa, Évora, Porto, Técnica de Lisboa, Católica Portuguesa, Açores, Minho, Aveiro, Bordéus I, Instituto Superior de Contabilidade e Administração Aberta, Instituto Politécnico de Viana do Castelo e Escola Nacional de Saúde Pública.

2. Um testemunho sobre Manuel Nazareth

Conheci o Manuel Nazareth através do professor Vitorino Magalhães Godinho, em 1977, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, quando ele se encontrava a ultimar a sua tese de doutoramento e eu me encontrava, igualmente, como bolseiro, a preparar a minha tese de doutoramento, sob orientação do saudoso professor Oliveira Marques e de Magalhães Godinho.

Atendendo à particularidade de ambos nos encontrarmos a efectuar provas de doutoramento em áreas científicas próximas (demografia ele, e história da população, eu) e de ambos os trabalhos de investigação terem carácter pioneiro, Magalhães Godinho decidiu apresentar-nos, de forma a beneficiarmos da troca de experiências.

Construiu-se, a partir de então, uma amizade e colaboração profundas em torno dos temas referidos, que veio até ao presente, e que revestiu várias modalidades.

Foi com Manuel Nazareth que iniciei a aproximação a alguns métodos e técnicas de análise demográfica, que testei e procurei utilizar na tese de doutoramento, subordinada ao tema *A População Portuguesa nos inícios do Século XIX*. A ele devo, pois, esse contributo científico.

Em finais da década de 1970 e primeiros anos da década seguinte, com ele trabalhei na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, numa primeira fase, informalmente, em seguida, a partir de 1980, como professor convidado na cadeia de Demografia Histórica, onde, nas aulas, em trabalhos de investigação, em participação em júris de mestrado, na orientação de teses de mestrado, e enquanto professores visitantes da Universidade dos Açores, aprofundamos a nossa colaboração científica.

Em orientação de teses ou participação de júris de mestrado, doutoramento, ou concursos, em Lisboa e no Porto, nas Universidades ou no CEPESE, numerosos investigadores e docentes universitários que vieram a ter lugar de relevo no panorama científico português das Ciências Sociais e Humanas cruzaram-se e trabalharam connosco, entre muitos outros, Ana Santos, Gaspar Martins Pereira, Gilberta Rocha, Hélder Fonseca, Jorge Alves, José da Cruz Lopes, Maria Cristina Sousa Gomes, Maria da Graça Morais, Maria Filomena Mendes, Maria Filomena Mónica, Maria João Guardado Moreira, Maria João Valente Rosa, Maria Luís Rocha Pinto, Nelson Lourenço e Teresa Rodrigues.

No âmbito de trabalhos científicos, publicámos em conjunto, *A Demografia Portuguesa em finais do Antigo Regime – Samora Correia em 1790 e A Demografia Portuguesa em finais do Antigo Regime – aspectos socio-demográficos* de Coruche (com a colaboração de Maria Luís Costa Pinto).

Entre 1986-1990, ambos participámos em colóquios e seminários internacionais, nomeadamente em França, Bélgica, Inglaterra, Espanha e Brasil, salientando, de todas essas reuniões científicas, as que realizamos com Jacques Dupâquier, no *Centre National de Recherche Scientifique (CNRS)*, em Paris, e com os investigadores do *Cambridge Group of Population History*, nomeadamente com os professores Peter Laslett e Wrigley.

Em 1988-1989, os dois, com o saudoso professor Joel Serrão, este enquanto administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, começámos a preparar a fundação do CEPESE, de que somos sócios-fundadores com o professor Jorge Arroiteia, que entretanto convidámos para integrar o grupo, de forma a darmos a este centro de Investigação a natureza inter-universitária que ainda hoje mantém.

De todos estes anos de amizade, convívio e trabalho com Manuel Nazareth resta-me salientar algumas das características da sua personalidade e do seu trabalho enquanto investigador: o ritmo vertiginoso da sua actividade, multiplicando-se nas mais diversas acções, participações e colaborações, em Portugal e no estrangeiro, o que constitui sem dúvida, um caso singular, de professor universitário; o carácter pioneiro e inovador de muito do seu labor científico, no âmbito da metodologia e técnicas de análise demográfica, do declínio da fecundidade e do envelhecimento da população portuguesa, da família, e da prospectiva demográfica, estudos sempre enquadrados no contexto europeu e acompanhados dos respectivos cenários de evolução para as próximas décadas; a estreita aliança que, a partir da década de 1990, estabeleceu da Demografia com a Ecologia Humana, fundando o primeiro mestrado em Portugal de Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, como já tinha sido o primeiro a criar um Mestrado em Demografia Histórica e Social.

Boa parte da docência universitária e da investigação que hoje se desenvolve em Portugal, nos temas referidos, tem como referência ou inspiração, ainda que nem sempre reconhecidas, o estudo e a actividade científica do professor Manuel Nazareth, que continua a ser um dos investigadores em exclusividade mais prestigiados e mais produtivos do CEPESE.

3. Trabalhos publicados

3.1 Livros

Analyse régionale du déclin de la fécondité de la population portugaise (1930-1970). Lovaina: Département de Démographie de l'Université Catholique de Louvain, 1976.

Tábuas abreviadas de mortalidade globais e regionais 1919-1932, 1939-1942 e 1949-1952. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Caderno n.º 5 do Centro de Estudos Demográficos, 1977.

Les causes démographiques du vieillissement de la population portugaise. Bruxelas: Faculté des Sciences Économiques et Sociales de l'Université Libre de Bruxelles, 1977. 3 vols.

O envelhecimento da população portuguesa. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

Introdução aos métodos quantitativos em ciências sociais. Lisboa: Editorial da Universidade Nova de Lisboa, 1981.

Explosão demográfica e planeamento familiar – subsídios para uma política de defesa da vida em Portugal. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

Planeamento familiar e explosão demográfica. Lisboa: Edições Conhecer, Coleção Temas Sociais, n.º 13, 1982.

Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Coleção Temas Actuais, 1988.

Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa (2 edições). Lisboa: Editorial Presença, 1988.

Introdução à demografia – teoria e prática (2 edições). Lisboa: Editorial Presença, 1996.

Demografia – a ciência da população (3 edições). Lisboa: Editorial Presença, 2004.

Crescer e envelhecer – constrangimentos e oportunidades do envelhecimento demográfico. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

3.2 Livros em Colaboração e Entradas em Obras de Referência

Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura – Suplementos. Lisboa: Edições Verbo, 1980-1986. Entradas: “Envelhecimento Demográfico”, “Geração”, “Sondagens de Opinião”, “Demografia”, “Aborto”, “População Activa”, “Regulação da Natalidade”, “Marcel Reinhard”, “Demografia Histórica”, “Superpopulação”, “Migrações”, “Políticas de População”, “Controle dos Nascimentos”.

Dictionary of Demography. Connecticut: Greenwood Press, USA, 1985. 4 vols.

Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Lisboa: Edições Verbo, 1986. Entradas: “Mobilidade do Trabalho”, “População Activa”, “Modelo”, “Natalidade”.

A Demografia Portuguesa em finais de Antigo Regime – Samora Correia em 1790. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Série Estudos de População e Ecologia Humana, 1986.

A problemática demográfica portuguesa no contexto europeu. Lisboa: Edições do Instituto de Defesa Nacional, 1988.

Portugal: o Desafio dos anos 90. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

Services for the Elderly in Europe – a cross national comparative study. Lovaina: Editorial Hoger Institut voor de Arbeid, Katholieke Universiteit Leuven, 1990.

Families and Policies: evolutions and trends in 1988-89. Bruxelas: Editorial Comissão da Comunidade Europeia, 1990. (traduções em espanhol, francês e alemão)

Les Diversités Nationales et les Tendances Européennes en matière de Services d'aide aux personnes âgées. Lovaina: Editorial Hoger Institut voor de Arbeid, Katholieke Universiteit Leuven, 1991.

Escola e Sociedade Multicultural. Lisboa: Edições do Secretariado Coordenador de Educação Multicultural, 1993.

The ageing of the population – challenges and alternative strategies for Europe. Lisboa e Bruxelas: Edição da Comissão da União Europeia/Ministério do Emprego e da Segurança Social, Ano Europeu das pessoas idosas e da solidariedade entre as gerações, 1994.

Traços da família portuguesa. Lisboa: Edições da Direcção Geral da Família, 1994.

População, família e condições de vida. Lisboa: Edições do Instituto Nacional de Estatística, Seminário da Cúria, 1995.

Portugal hoje. Lisboa: Edições do Instituto Nacional de Administração, 1996.

Livro Branco da Segurança Social. Lisboa: Instituto Nacional de Administração, 1998.

Desenho de Círculos Eleitorais – Estudo Metodológico e Aplicações ao caso de Portugal. Lisboa: Edições do Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação, 1998.

Portugal social 1991-2001. Lisboa: Edições do Instituto Nacional de Estatística, 2003.

3.3 Principais Artigos

“Sobre as perspectivas demográficas no sul de Portugal: o declínio da fecundidade – aplicação do método de Coale”. *Análise Social*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, n.º 41, 1975.

“Os modelos macroeconómicos de crescimento e o crescimento demográfico”. *Análise Social*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, n.º 42/43, Lisboa, 1975.

“Análise crítica do Plano Mundial de Acção sobre a População”. *Análise Social*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, n.º 44, 1975.

“Plano Mundial de Acção sobre a População” (tradução, notas e comentários). *Análise Social*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, n.º 44, 1975.

“O efeito dos movimentos migratórios sobre a estrutura de idades da população portuguesa”. *Análise Social*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, n.º 46, 1976.

“O envelhecimento da população portuguesa”. *Tempo Médico*. Lisboa: Hospitais Cívicos de Lisboa, n.º 1, 1976.

“Aspects régionaux de l'évolution de la fécondité au Portugal (période 1930-1970)”. *Revista do Centro de Estudos Demográficos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, n.º 22, 1976.

“As inter-relações entre a família e a emigração em Portugal”. *Economia e Sociologia*. Évora: Gabinete de Investigação e Acção Social, n.º 23, 1977.

“Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa”. *Análise Social*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, n.º 52, 1977.

“A dinâmica da população portuguesa no período 1930-1970”. *Análise Social*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, n.º 56, 1978.

“Que política de natalidade em Portugal?”. *Laikos*. Lisboa: Secretariado de Apostolado dos Leigos, n.º 5, 1979.

“A explosão demográfica: um velho problema com questões novas” in *Biologia e Sociologia da Mestiçagem, Convergência de Raças e Culturas*. Évora: Edições da Universidade de Évora, 1980.

“Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII: aspectos sociodemográficos”. *Análise Social*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, n.º 56, 1981.

“Implosão Demográfica e Planeamento Familiar – reflexões sobre a situação portuguesa”. *Acção Médica*. Porto, ano XLVI, n.º 3, 1982.

“A nupcialidade da população portuguesa na segunda metade do século XIX” in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Lisboa, Editorial Estampa, vol. II, 1983.

“Implosão Demográfica e Planeamento Familiar, reflexões sobre a situação portuguesa” in *Planear a Família*. Porto: Edições da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, 1983.

“A demografia portuguesa em finais de antigo regime”. *Cadernos da Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Edições Sá da Costa, n.º 4, 1983.

“O enquadramento demográfico da emigração portuguesa” in *Portugal anos 80*. Évora: Universidade de Évora, 1983.

- “A conjuntura demográfica da população portuguesa no período 1970-80: aspectos globais”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, n.º 81-82, 1984.
- “A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e de transformação”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, n.º 87-88-89, 1985.
- “População, Emigração e Retorno” in *Portugal Contemporâneo – problemas e perspectivas*. Lisboa: Edições do Instituto Nacional de Administração, 1986.
- “A família numa sociedade em mudança” in *Actas do Congresso da Família de 2 a 5 de Maio de 1985*. Lisboa, 1986.
- “Regiões, demografia e educação”. *Cadernos do Centro de Estudos Judiciários*. Lisboa, n.º 1/87, 1987.
- “Encontro com...”. *Geriatrics*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Gerontologia e Geriatria, Formédica, vol. I, n.º 8, 1988.
- “O envelhecimento demográfico”. *Psicologia*. Lisboa: Edições Afrontamento, vol. VI, n.º 2, 1988.
- “Urbanismo, povoamento e prospectiva em Portugal”. *Povos e Culturas*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica, n.º 3, 1988.
- “Environmental problems and the social – disorganization approach” in *Integration of Environmental Education into University Teaching*. Bruxelas: Editorial Unesco/UNEP, 1989.
- “A Demografia e a Segurança Social” in *A Problemática do Emprego e da Segurança Social no Contexto Europeu*. Bragança: Edições do Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1989.
- “Family Policy in Portugal” in *Family Policy in EEC countries*. Lovaina: Departement of Sociology of Katholieke Universiteit Leuven, 1989.
- “O envelhecimento da população”. *Caritas*. Lisboa: Patriarcado de Lisboa, n.º 78, 1989.
- “Portugal na Europa Comunitária no final dos anos oitenta”. *Estudos Demográficos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, n.º 30, 1991.
- “A problemática da demografia portuguesa nos anos noventa” in *Geriatrics Clínica*. Lisboa: Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, 1991.
- “Porque nascem tão poucas crianças em Portugal?”. *Mundo Rural*. Lisboa: Gabinete de Acção Pastoral, n.º 300, 1992.
- “O envelhecimento da população é um novo desafio social”. *Caritas*. Lisboa: Gabinete de Acção Social, n.º 106, 1992.
- “Le système de protection sociale au Portugal et son incidence sur l'évolution des structures familiales”. *Recherche Sociale*. Paris: Fondation pour la Recherche Sociale, n.º 121, 1992.
- “Demografia e Ecologia Humana”. *Análise Social* (Homenagem a A. Sedas Nunes). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, n.º 123-124, 1993.
- “A demografia portuguesa no contexto da Europa Comunitária no início dos anos noventa”. *Estudos Demográficos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, n.º 31, 1993.
- “O envelhecimento demográfico da população portuguesa no início dos anos noventa”. *Economia e Sociologia*. Évora: Gabinete de Investigação e Acção Social, n.º 56, 1993.
- “Situação actual da família portuguesa” in *Relatório do Ano Internacional da Família*. Lisboa: Direcção Geral da Família, 1993.
- “O envelhecimento demográfico da população no início dos anos noventa”. *Geriatrics*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Geriatria, vol. VII, n.º 64, 1993.
- “A situação demográfica portuguesa no contexto da União Europeia no início dos anos noventa”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE, n.º 1, 1995.
- “Prospectiva do envelhecimento demográfico na União Europeia”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE, n.º 2, 1996.

“Prospectiva do Envelhecimento Demográfico na União Europeia” in *A Europa Social*. Lisboa: Edições da Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

“Os grandes cenários de evolução do envelhecimento demográfico de Portugal no contexto da União Europeia até ao ano 2050”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE, n.º 5, 1999.

“Sempre em busca de uma vida melhor” in *Notícias do Milénio*. Porto: Edições Jornal de Notícias, 1999.

“Cenários de evolução do envelhecimento demográfico” in *Homenagem a Augusto Silva*. Évora: Universidade de Évora, 2000.

“População e território: o envelhecimento demográfico do Alentejo e a necessidade de um novo contrato social entre as gerações” in *Encarando o Futuro*. Évora: Edições da Fundação Eugénio de Almeida, 2000.

“Aspectos demográficos da fecundidade” in *Novos desafios à Bioética*. Porto: Porto Editora, 2001.

“População” in *Seminário Censos 2001*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001.

“O futuro do envelhecimento demográfico”. *Jornal do IGAPHE*. Lisboa: IGAPHE, n.ºs 13 e 14, 2002.

“A dinâmica da população portuguesa no período 1991-2001”. *Economia e Sociologia*. Évora: Gabinete de Investigação e Acção Social, n.º 76, 2003.

Dossier Temático



A população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade

Teresa F. Rodrigues

Neste artigo apresentamos uma síntese das principais linhas orientadoras das dinâmicas da população portuguesa, das origens à actualidade. As páginas que se seguem resumem as conclusões do livro recentemente editado sobre a história das dinâmicas demográficas e comportamentos colectivos da população portuguesa¹. A falta de uma história da população representava uma lacuna na investigação nacional, cuja concretização foi possível pela existência de um vasto conjunto de estudos prévios sobre regiões, épocas e temáticas, apoiadas em metodologias diversas, que foram relidas e uniformizadas à luz de um objectivo único: o de encontrar linhas de tendência, fases de continuidade e ruptura, unidade e diversidade, embora continuem a existir épocas e temas marcados pelo silêncio das fontes².

Face ao volume significativo de informação recolhida e tratada, seleccionamos neste artigo aquela que considerámos relevante para apresentar as principais características desta evolução, com base em dados de carácter quantitativo e na sucessão de conjunturas políticas, económicas e sociais vividas: caracterizam-se os comportamentos colectivos e identificam-se modelos globais de comportamento, numa perspectiva que articula as longas permanências, aponta os tempos e factores de mudança e destaca as eventuais diferenças regionais. Estes intentos foram concretizados pela aliança entre um trabalho de pesquisa de obras editadas e a recolha e análise crítica de fontes impressas e acervos documentais de diferentes épocas, retendo os dados passíveis de leitura e posterior análise numa óptica demográfica³. Tratou-se de aproveitar o existente, de adaptar fontes e documentação diversa aos objectivos desejados e de criar formas de ultrapassar o silêncio dos dados, o que explica as mudanças de abordagem com que foram tratadas as diferentes épocas históricas. Utilizamos fontes muito indirectas até final de Quinhentos; registos paroquiais a partir do século XVI, a que se juntaram listas nominativas e róis de confessados, dispersos no tempo e no espaço; a partir de Oitocentos e sobretudo no século XX cruzamos informações estatísticas ou séries paroquiais com *numeramentos* ou

1 RODRIGUES, 2008a.

2 Projecto desenvolvido com o apoio financeiro da FCT entre 2005 e 2008: POCI/DEM/57987/2004: *A População Portuguesa. Das grandes constantes estruturais à renovação do sistema demográfico*. Teve como Investigadora Responsável a autora deste artigo e integrava uma equipa constituída por J. Manuel Nazareth, Maria João Guardado Moreira e Filipa Castro Henriques.

3 Róis de igrejas, tabeliães, besteiros do conto, registos paroquiais e civis, *numeramentos* e recenseamentos, estatísticas demográficas.

recenseamentos. O acesso e disponibilidade diferencial destas fontes de informação no tempo são sintetizados no Quadro nº1.

Quadro n.º 1 – Fontes de Informação sobre a População Portuguesa

Estado da População		
1ª fase	Até 1527-1532	Esporádicas e com pouca informação
2ª fase	1527-32 a 1801	Sem sequência, embora em maior número
3ª fase	1801 a 1864	Abundantes, mas de má qualidade
4ª fase	1864 à actualidade	Publicadas e de qualidade progressivamente melhorada
Movimento da População		
1ª fase	Até ca.1560	Quase inexistentes
2ª fase	ca.1560 a 1860	Abundantes, mas de qualidade variável
3ª fase	1860 a 1911	De boa qualidade, embora não publicadas
4ª fase	1911 à actualidade	Publicadas de qualidade melhorada; inéditas de boa qualidade

Fonte: RODRIGUES, 2008a: 16.

A dinâmica populacional portuguesa apresenta uma evolução idêntica à da maioria dos Estados europeus, embora com ligeiras especificidades. Encontrámos diferenças entre o modelo demográfico dos Estados da Europa ocidental e da Península, bem como entre Espanha e Portugal, embora neste último caso menos evidentes. Ao aplicarmos ao nosso caso as cinco etapas definidas por Nadal para caracterizar as mudanças de comportamento das populações no seu processo de transição para a modernidade (Quadro n.º 2), concluímos que Portugal apresenta um ligeiro atraso cronológico relativamente à vizinha Espanha, que se acentua, quando comparado com a realidade europeia. Este atraso é sobretudo expressivo na fase inicial do processo, mas reduz-se à medida que avança o século XX, sobretudo na segunda metade do mesmo. As conjunturas políticas internas e de economia internacional foram factores influentes nas dinâmicas demográficas e na cronologia a que obedece o processo de transição em termos nacionais.

Quadro n.º 2 – Momentos de transição demográfica. Proposta de cronologia

	Maioria Países Europeus	Espanha	Portugal
Redução da mortalidade catastrófica	séc. XVIII	início séc. XIX	meados séc. XIX
Redução da mortalidade ordinária	1.ª met. séc. XIX	após 1918	1890
Redução da fecundidade	2.ª met. séc. XIX	1936-1939	1960
Envelhecimento das estruturas	Inícios séc. XX	ca.1950	ca.1960
Desaceleração do crescimento	2.º quartel séc. XX	ca.1980	ca.1980

Fonte: NADAL, 1988a: 14-16.

Em termos objectivos, a história da população portuguesa pode ser dividida em duas grandes fases: a primeira, muito longa e de grande estabilidade, corresponde ao tempo das constantes estruturantes e prolonga-se até 1801; a segunda compreende os séculos XIX e XX e termina hoje. Coincide com o processo iniciado em finais do século XIX e a gradual consolidação de novos comportamentos, embora a verdadeira conquista da modernidade seja tardia no nosso País e constitua, indiscutivelmente, uma realidade da segunda metade do século XX.

Até finais de Oitocentos vigorou o modelo típico de sociedades anteriores à primeira fase de transição demográfica. Caracterizavam-no elevados níveis de mortalidade, a que se contrapunham níveis de fecundidade ainda superiores e movimentos migratórios que pouco influenciavam o ritmo de crescimento global, tendencialmente lento e com fases de saldo negativo. Apesar dos escritos que já no século XVII alertavam para os perigos da saída demasiadamente intensa de braços jovens, mais aptos para o trabalho, designadamente o agrícola, só no século XIX, sobretudo a partir dos anos sessenta, foi reconhecido às migrações lugar de destaque, pelo papel determinante nos ritmos e direcções de aumento populacional que mantêm até hoje. A industrialização, o crescimento urbano e as migrações, em duas das suas formas (emigração e migrações internas) foram os fenómenos marcantes da segunda fase do século e influenciaram as várias mudanças ocorridas na sociedade portuguesa, inclusive em termos populacionais. Na última década dão-se os primeiros passos no processo de transição demográfica, classicamente definida na sua fase inicial pela descida global dos níveis de mortalidade, com especial destaque para a infantil e juvenil. Nos anos noventa de Oitocentos, Portugal parece ter entrado num processo de lentas alterações e nas três décadas seguintes os valores da mortalidade global decresceram 17%. O aumento demográfico teria sido bastante elevado, caso não existissem saldos migratórios de sinal negativo⁴. O declínio da mortalidade sustentou também alguns ganhos em termos de esperança de vida dos portugueses, que continuou a aumentar gradualmente durante toda a segunda metade do século, fixando-se hoje em 75 anos para os homens e 82 anos para as mulheres⁵. A esperança média de vida à nascença das gentes portuguesas duplicou durante o século XX. Numa primeira fase tratou-se sobretudo de aumentar as probabilidades de sobrevivência dos jovens, possível pelos avanços da ciência médica, a generalização das práticas de profilaxia e a divulgação de novos princípios de higiene pública e privada. Mais que os níveis globais da mortalidade, os valores da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) reflectem esses ganhos que, não obstante, beneficiam outros grupos etários, designadamente os mais idosos, tendência que ganha importância à medida que vai subindo a percentagem da população concentrada nos últimos escalões etários e se acentua o envelhecimento no topo das estruturas etárias.

4 Veja-se o que aconteceu nos anos trinta e quarenta do século XX, momentos de menor intensidade migratória, explicada por conjunturas externas desfavoráveis.

5 POPULATION REFERENCE BUREAU, 2009.

Quadro n.º 3 – A População Portuguesa (tendências longas: 1100 - 2005)

ANOS	Continente	Ilhas	Total	ANOS	Continente	Ilhas	Total
1100	495.000			1849	3.473.758		3.473.758
1200	643.500			1851	3.471.199		3.471.199
1300	700.000			1854	3.499.121	344.998	3.844.119
1340	900.000			1857	3.584.577	338.833	3.923.410
1415	1.000.000			1861	3.693.362	341.968	4.035.330
1450	900.000			1864	3.927.932	359.603	4.287.535
1500	1.000.000			1878	4.303.664	395.320	4.698.984
1530	1.120.000			1890	4.713.319	389.572	5.102.891
1580	1.200.000			1900	5.039.744	407.016	5.446.760
1620	1.200.000			1911	5.586.053	413.093	5.999.146
1640	1.900.000			1920	5.668.232	411.903	6.080.135
1700	2.050.000	125.897	2.175.897	1930	6.334.507	467.922	6.802.429
1732	2.143.368	159.921	2.303.289	1940	7.218.892	536.541	7.755.433
1768	2.409.698		2.409.698	1950	7.921.913	588.327	8.510.240
1801	2.931.930	283.400	3.215.330	1960	8.292.975	596.417	8.889.392
1821	3.026.450		3.026.450	1970	8.123.310	539.942	8.663.252
1835	3.061.684		3.061.684	1981	9.336.760	496.254	9.833.014
1838	3.224.474		3.224.474	1991	9.371.448	491.222	9.862.670
1841	3.396.972	340.131	3.737.103	2001	9.869.050	486.774	10.355.824
1843	3.444.000		3.444.000	2005	10.082.154	487.438	10.569.592

Fonte: RODRIGUES, 2008a: 519.

Conclui-se que Portugal está prestes a completar o processo de passagem de um ciclo de vida curto e instável para um ciclo de vida longo e estável, timidamente iniciado em finais de Oitocentos. Como referimos, a consolidação deste modelo efectua-se tardiamente em termos comparativos europeus, o que nos deve merecer algum cuidado de análise e vários considerandos. Mas estas diferenças não nos parecem suficientes para falarmos de um modelo próprio português, semelhante ao que defendia em 1988 Jordi Nadal para Espanha⁶. Trata-se de uma cronologia diversa, desfasada no tempo, embora mais célere que a média, uma vez posta em marcha.

Numa perspectiva secular, tal como em termos regionais, persistiu ao longo das centúrias a dicotomia entre o Norte, sobretudo o Interior, e Ilhas atlânticas, por oposição ao Sul e ao Litoral. As diferenças agravaram-se até aos anos setenta, mas atenuaram-se em seguida, porque à medida que diminuíram os níveis globais da mortalidade e de fecundidade, ambas se tornaram mais homogéneas e porque o processo de envelhecimento

6 NADAL, 1988.

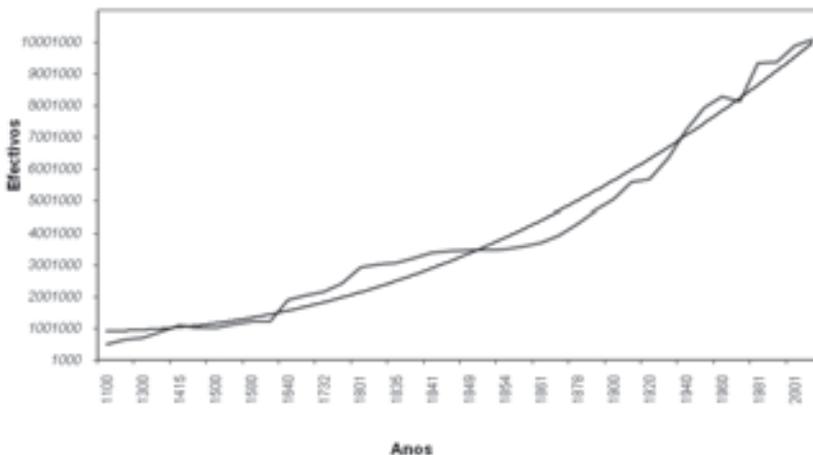
alterou a configuração etária dos residentes no País⁷. Não obstante, ainda hoje os níveis de mortalidade infantil são ligeiramente superiores no primeiro grupo, sendo inferior a respectiva duração média da vida. Importa pois encontrar os fios condutores da evolução demográfica das gentes portuguesas, sem esquecer a diversidade regional.

Das populações humanas à história da população portuguesa

O Homem, como os restantes seres vivos, possui uma memória biológica, pouco dotada e mais vulnerável à doença, a que acresce a memória cultural, ambivalente e complexa, responsável pelas suas reacções específicas em contextos adversos⁸. Usando esses seus dois atributos, procurou estabelecer equilíbrios com o ambiente natural e tem vindo, ao longo dos séculos, a alterar esse ambiente natural num outro que pense ser mais favorável. A sua autonomia face ao meio atinge na actualidade a sua máxima expressão, sobretudo nas sociedades económica e socialmente desenvolvidas. Mas as novas relações entre o binómio Homem/Ambiente representam novos riscos, em termos de sustentabilidade actual e futura⁹. Também por esse facto, a análise dos comportamentos humanos colectivos pressupõe o conhecimento do contexto social e das mudanças ocorridas nos ecossistemas em que vivem, donde resulta a necessidade de considerar o passado da população envolvida. O investigador deve conhecer as condições ambientais físicas, o nível de nutrição das populações e grau de bem-estar, as características da sua estrutura económica e social e mesmo as suas crenças. Referimo-nos a um sistema multidimensional e difícil de interpretar, o que torna relevante a compreensão de quais os factores que condicionam em cada momento histórico comportamentos diferenciados face à mortalidade ou à fecundidade no passado das longas permanências, como no presente de rápidas mutações.

Os Gráficos n.º 1 e n.º 2 fornecem uma imagem de conjunto sobre as dinâmicas de crescimento demográfico português entre 1100 e 2005, embora até ao ano de 1801 lidemos com valores estimados. O primeiro Gráfico reporta-se aos volumes possíveis a partir de 1700 sobre o total de residentes em Portugal continental, Madeira e Açores; a segunda aos ritmos de crescimento anual médio calculados para vários períodos (Quadros números 3 e 4).

Gráfico n.º 1 – A População Portuguesa (tendências longas): 1100 - 2005



Fonte: RODRIGUES, 2008a: 530.

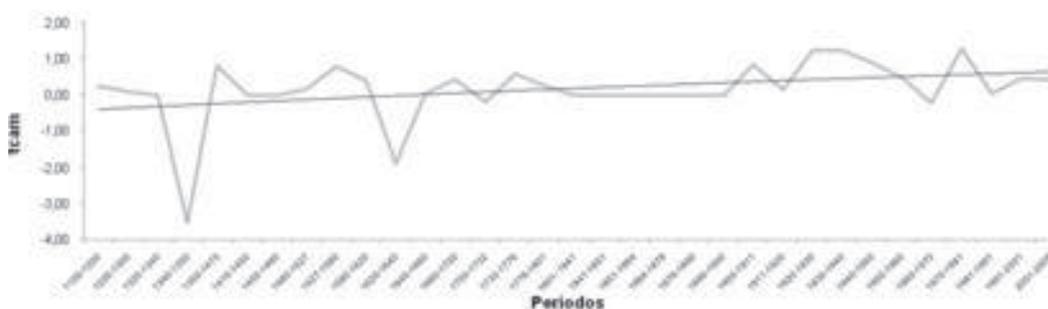
7 O recenseamento de 2001 confirmou a existência de um número superior de indivíduos com 65 e mais anos (16,4% da população total) ao de jovens com menos de 15 anos (apenas 16,0%), o que é inédito na história portuguesa.

8 VEIGA, 2004: 14-17.

9 LAWRENCE, 2001.

A visualização de ambas as representações confirma a existência de fases diferenciadas nas formas de crescimento do total de residentes, que acompanham a sucessão de conjunturas e momentos de viragem da história portuguesa. A influência que exerceram certos acontecimentos internos e de âmbito externo nos moldes que caracterizam as dinâmicas demográficas ao longo da história nacional é conhecida. A utilização das informações disponíveis sobre factos de natureza política, económica e social mostrou ser uma mais-valia essencial à global compreensão das hesitações, entusiasmos e moderação que vamos encontrando ao longo dos anos.

Gráfico n.º 2 – A População Portuguesa (ritmos de crescimento médio estimado): 1100 - 2005



Fonte: RODRIGUES, 2008: 530.

Apresentam-se no Quadro n.º 4 algumas avaliações quantitativas e qualitativas sobre as dinâmicas de crescimento demográfico. Aumentos e recessões alternam-se, sendo de referir que os primeiros nunca excedem 1% ao ano, excepto nos anos vinte, trinta e setenta do século XX, o que prova que em Portugal nunca ocorreram momentos de aumento demográfico intenso. Como esperado, guerra, fome e doenças intervêm regularmente no processo de evolução populacional. O período da formação de Portugal é marcado por séculos de recessão, que culminam na crise do século XIV. As décadas imediatas são de algum optimismo, quebrado nas primeiras décadas de Quatrocentos, retomado na recta final do mesmo e que se prolonga até à crise do século XVII. Avanços e recuos caracterizam o longo período que se estende até meados de Oitocentos. A partir desse momento vive-se uma fase longa de crescimento mais positivo, embora não deixe de ser moderado. Desde os anos oitenta do século XX, o ritmo de crescimento demográfico encontra-se dependente do resultado positivo das migrações.

Quadro n.º 4 – Portugal: Dinâmicas de Crescimento Demográfico

Períodos	Tendências	T.c.a.m.	Períodos	Tendências	T.c.a.m.
1100-1200	Crescimento	0,26	1841-1851	-	0,28
1200-1300	Desaceleração	0,09	1851-1864	-	0,84
1300-1340	Paragem	0,00	1864-1878	-	0,66
1340-1350	Descida (30 a 50%)	-3,50	1878-1890	-	0,69
1350-1415	Recuperação	0,81	1890-1900	-	0,65
1415-1450	Paragem ou diminuição	0,00	1900-1911	-	0,86
1450-1480	Crescimento muito lento	0,05	1911-1920	-	0,14
1480-1527	Recuperação	0,16	1920-1930	-	1,24
1527-1580	Crescimento	0,80	1930-1940	-	1,24
1580-1620	Desaceleração	0,40	1940-1950	-	0,89
1620-1640	Recessão ou estagnação	-1,89	1950-1960	-	0,48
1640-1660	Crescimento quase nulo	0,05	1960-1970	-	-0,21
1660-1700	-	0,43	1970-1981	-	1,29
1700-1732	Diminuição	-0,20	1981-1991	-	0,03
1732-1776	Crescimento	0,58	1991-2001	-	0,45
1776-1801	Desaceleração	0,24	2001-2005	-	0,43
1801- 1841	-	0,46			

Fonte: RODRIGUES, 2008d: 177; MOREIRA, 2008: 256; RODRIGUES, 2008e: 329.

Das longas permanências à transição para a modernidade

Possuímos uma imagem muito imprecisa sobre a fase inicial de povoamento quanto a volumes e características de comportamento. Os totais avançados baseiam-se na contagem por famílias, no número de famílias por tribo, no número de tribos por cidade e em indicações pontuais em textos avulsos¹⁰. Embora já em relação ao período Paleolítico pareça consensual que a Península Ibérica terá sido receptora de populações humanas vindas de regiões mais a Norte, só para o Neolítico Médio e Superior surgem evidências dela ser um espaço significativamente povoado. A intensidade dessa fixação obedecia a critérios de diversidade geográfica. Os povos do Portugal pré-romano fixaram-se em locais precisos: os mais pacíficos e comerciantes junto às linhas de água, em número inferior aos povos guerreiros do Interior. Os invasores apareceram em pequenos grupos e só os Celtas ocuparam de facto os locais previamente habitados, juntando-se aos autóctones. Entretanto outros povos do Mediterrâneo aportavam às zonas costeiras da Hispânia, estabelecendo pactos de convivência com os residentes¹¹: Fenícios, Gregos e Cartagineses chegaram em grupos sucessivos com fraca

10 RICHÉ, 1966: 37-56; BARDET; DUPÂQUIER, 1997.

11 SOUSA, 2009a: 35-36; SOUSA, 2009b: 39.

expressão numérica¹². As informações veiculadas pelos Gregos sobre o total de habitantes na Península Ibérica apontam para 300 a 500 mil¹³.

Figura n.º 1 – Principais povoados do Bronze Final (ca.1250 a.C. – ca.750 a.C.)



A efectiva ocupação reporta-se à época romana. O poder romano dominou toda a Península, através de um processo de integração ibérica sem custos humanos, favorecido por novas dinâmicas de crescimento populacional e urbano, causa e efeito do desenvolvimento económico e social. Mas a crise do Império e as invasões bárbaras desmoronam o equilíbrio demográfico conseguido¹⁴. Os bárbaros repartiram entre si o território, após uma fase de luta sangrenta, a que sucede a peste e a fome¹⁵. Na segunda metade do século VI a Península estava submetida à autoridade dos “Estados” Visigodo, Suevo e Bizantino, com vantagem numérica dos primeiros¹⁶. Os Berberes invadiram os futuros reinos de Espanha e Portugal nos inícios do século VIII¹⁷ “e quando correram as notícias de que a Hispânia estava conquistada e acalmada, o inimigo convertido ou parecendo estar, e conhecidas as condições de vida da Hispânia, cerca de 200 mil muçulmanos teriam vindo juntar-se aos efectivos já existentes”¹⁸. Então, os Hispano Godos sobreviventes e os Muçulmanos

12 LANCEL, 1994; SOUSA, 2009b: 44.

13 SOUSA, 2009: 32-38.

14 SOUSA, 2009b: 48.

15 ALBORNOZ e VIÑAS, 1929: 24.

16 GARCIA-MORENO, 1947.

17 SHAW, 1906: 209-228; LEGUAY, 1993: I, 114.

18 RUSSELL, 1978: 36 e segs.; TORRES, 1992: 363-415; MARQUES, 1993: 137.

somariam 500 a 800 mil almas, concentrados na faixa do rio Minho ao Gharb, total acrescido pelos fluxos de migrantes do Norte de África¹⁹.

Alguma tem sido a discussão sobre as causas do crescimento populacional nessas primeiras fases, embora sem respostas claras²⁰. Refere-se o aumento dos níveis de fecundidade e a descida dos níveis de mortalidade infantil, desconhecendo-se os motivos, que poderão estar relacionados com uma maior estabilidade e segurança das famílias e menor exposição às crises frumentárias. Por seu turno, a dieta alimentar foi enriquecida, com o aumento do consumo de peixe e carne²¹, e uma maior variedade de frutos e legumes dados a conhecer pelos Muçulmanos, os quais poderão ter melhorado a resistência física a determinadas doenças. As melhorias introduzidas nos utensílios agrícolas e no tratamento dos solos, bem como a diversificação das culturas, contribuíram igualmente para aumentar as probabilidades de sobrevivência e reduzir o risco de fome.

Embora os avanços da Reconquista contrariem no caso peninsular a tendência europeia²², o factor geográfico introduz um novo dado. Nestes séculos crescem sobretudo os centros urbanos situados junto à costa, com boas condições climáticas, solos férteis e acessibilidade. Não obstante, as dinâmicas de crescimento populacional foram durante os séculos da formação do Reino afectadas negativamente pela divisão do território e pelo estado de guerra contínuo, continuando moderadas, mesmo quando a Reconquista parecia terminada e a paz uma realidade. Após 1280, os progressos tornaram-se ainda mais lentos, antecipando a crise de âmbito europeu que marca as primeiras décadas do século XIV²³.

Mas se “a Reconquista não resulta apenas do crescimento demográfico, tem muito a ver com ele”²⁴. Apesar das limitações impostas pela perda de vidas humanas e fuga das populações à medida que os reis católicos avançavam para Sul, a maioria dos historiadores defende a teoria de um aumento consistente do número total de habitantes entre os séculos XI e o início de XIV. Só este facto teria permitido consolidar uma unidade orgânica e politicamente operativa, apesar das diferenças entre o Norte Atlântico e o Sul, entre o Litoral plano e urbanizado e o Interior montanhoso e pouco povoado. A Norte esta tendência positiva terá sido iniciada porventura antes, de acordo com várias provas documentais²⁵. Existe alguma consonância quanto à orientação positiva de crescimento demográfico entre os últimos anos do século XI e o final do século XII, desacelerado ou mesmo estabilizado entre esta última data e o final da centúria seguinte. Outros fortes indícios de aumento do número de residentes, que terá sido mais intenso e precoce no Norte politicamente mais estável, são sugeridos pela fundação de “vilas novas”, de “vilas meãs” e de novos mosteiros²⁶.

Uma primeira estimativa da população portuguesa pode ser tentada com base nas *Inquirições* de 1258²⁷ e também Oliveira Marques adianta outro total, baseado no *Rol dos Tabeliães* de 1287-1290²⁸. Estudos realizados com carácter geograficamente circunscrito e indicadores diversos parecem provar que os valores populacionais estimados para o final do século XIII são bastante superiores aos do passado recente. Ao nível das grandes tendências, o crescimento manteve-se lento ou nulo desde finais do século XIII, atingindo um

19 SOUSA, 2009b: 65-67.

20 DUBOIS, 1988: 207-267.

21 Nomeadamente de carne de lebre, comum na Península Ibérica, cujo consumo a partir do século XII se expande até Inglaterra.

22 BULST, 1997: 177.

23 BULST, 1997: 170 e segs.

24 Mattoso utiliza na *História de Portugal* o multiplicador de 5 habitantes por fogo, embora alerte que o valor pode pecar por defeito sobretudo a Norte, dada a maior complexidade dos seus agregados (MATTOSO, 1991: II, 26).

25 MARQUES, 1982: I, 90 e segs.

26 RODRIGUES, 2008a: 80-86.

27 MATTOSO, 1991: II, 260-261.

28 MARQUES, 1980.

ponto de estabilidade nas primeiras décadas de Trezentos. Segue-se a descida superior a 30% entre 1347 e 1348, directamente provocada pelos efeitos da peste e da crise geral, a que sucede um novo período, extensível até ao último quartel de Quatrocentos.

Em termos sistemáticos temos a seguinte periodização: a) recuperação lenta a partir de 1360, inviabilizada por novas investidas da peste e outras epidemias, anos de escassez alimentar e conflitos bélicos, que se sucedem até à última década de Trezentos; b) uma primeira metade do século XV marcada pela hesitação, com a crise de meados do mesmo (1445-1455) a provocar nova inversão da tendência positiva; nesse momento os valores populacionais tocam os mínimos de 900 mil habitantes; c) após 1460 a recuperação torna-se sustentada e acentua-se nos anos oitenta e noventa. Na segunda metade do século XV vários são os sinais de optimismo. A recuperação é real, mantendo-se os traços herdados de épocas anteriores quanto às formas de distribuição humana. Nas Cortes realizadas no ano de 1472 refere-se a retoma demográfica nos capítulos gerais (n.º 32): “A Deus louvores pela gente crescer em vossos regnos”²⁹. A terminar o século XV existiriam um pouco mais de 1,5 milhões de indivíduos no Reino de Portugal e dos Algarves, valor idêntico ao que precedera a crise da primeira metade do século XIV³⁰.

Figura n.º 2 – Povoamento de Portugal em 1422



Fonte: MARQUES; DIAS, 2003: 84

29 SOUSA, 2002: 43.

30 RODRIGUES, 2008c: 118-119.

Os séculos da modernidade são marcados pela originalidade do longo século XVI e a alternância entre fases de aumento populacional, inéditas pela sua duração, mais que pelas suas características. Desconhecemos até que ponto o facto de dispormos de um conhecimento mais rigoroso dos factos influencia as conclusões a que chegamos, em certos momentos contrariando a tendência verificada na generalidade dos países da Europa e na faixa mediterrânica em particular, como sucede no século XVIII. Variações de tendência sucedem-se, por razões que nos remetem para os acontecimentos que marcam estas centúrias nas diferentes esferas da realidade nacional e internacional.

As diferenças regionais tendem a acentuar-se³¹. A informação disponível permite distinguir áreas ganhadoras e perdedoras ao longo destes séculos³². As províncias de Trás-os-Montes, Entre Tejo e Odiana e Algarve apresentam tendências opostas às restantes e não conseguem inverter a relação negativa entre território e população, o que poderá derivar do seu povoamento concentrado e com grandes espaços pouco ou não habitados, bem como de algum afastamento dos centros de poder político e económico. O Entre Douro e Minho e a Estremadura (sobretudo devido a Lisboa) continuam até final de Setecentos a ser as regiões mais polarizadas.

É possível reconstruir a dinâmica de evolução portuguesa à escala nacional, mas essa tarefa complica-se quando se pretendem conhecer os factores de ordem microdemográfica que explicam os resultados. Descrevia El-Rei Dom Duarte no *Leal Conselheiro* o ciclo de vida humana: a infância terminava aos 7 anos, a maturidade física atingia-se aos 21 e a decadência iniciava-se aos 35, com a decrepitude a surgir aos 49 anos, sendo a senilidade inevitável a partir dos 70. A análise da duração média de vida dos membros da família real entre os séculos XII e XX prova o modo como o texto redigido nos anos trinta de Quatrocentos se manteve actual até inícios do século passado, mesmo sabendo que eles representam o mais privilegiado dos grupos sociais no que respeita a morbilidade e mortalidade.

Quadro n.º 5 – As idades da vida na primeira metade do século XIV

Idades	Alterações Físicas	Fases da Vida
0 – 7	Dentição	Infância
7-14	Maturação sexual	Puerícia
14 - 21	Fim do crescimento	Adolescência
21 – 28	Maturidade física	Mancebia
28 – 35	Maturidade intelectual	Mancebia
35 – 42	Início da decadência	Mancebia
42 – 49	Decadência	Mancebia
49 - 56	Início da decrepitude	Velhice
56 - 63	Início da decrepitude	Velhice
63 - 70	Início da decrepitude	Velhice
70 - 77	Acentuar da decrepitude	Senilidade
77 - 84	Decrepitude	Decrepitude

Fonte: Dom Duarte, *Leal Conselheiro*.

31 RODRIGUES, 2008d: 175-176; MOREIRA, 2009: 256.

32 Como se infere do cálculo dos índices de concentração por província (LOPES, 1980: 54-67).

Os resultados, que valem meramente como exemplo, destacam a persistente vulnerabilidade humana face às condições exógenas. A mortalidade infantil é extremamente elevada e cerca de metade dos nascidos não ultrapassa os 10 anos. As mulheres vivem menos que os homens, com uma forte concentração da morte no período de procriação, dos 20 aos 35 anos, facto que reduz a duração média de alguns casamentos. Mas a relativa precariedade das uniões não afectava o número final de descendentes, a oscilar entre os 0 e os 11, ainda acrescidos dos ilegítimos³³.

A partir do século XVI torna-se possível reunir informação sobre os comportamentos colectivos do passado com base nos registos paroquiais de baptismo, óbito e casamento³⁴. Portugal apresentava níveis médios de natalidade em contexto europeu³⁵. O casamento tardio e a curta duração das alianças (13 anos em média) reduzia o número possível de concepções, embora estas se prolongassem até idades tardias, coincidindo com o ciclo de vida biológico³⁶, o que garantia a renovação das gerações. A descendência teórica³⁷ rondava os 8 filhos, o dobro da descendência final efectiva. Nos meios urbanos o casamento efectuava-se mais cedo, sendo maior a descendência média, mas esta potencial vantagem era anulada por níveis de mortalidade infantil e juvenis mais elevados. Também a forte mobilidade sentida em algumas regiões reduzia o número médio de filhos por família, por via directa (ausência de um dos cônjuges) e indirecta (aumento da probabilidade de não retorno)³⁸. Existem ainda algumas diferenças regionais na prática da exposição e abandono infantil, que nos séculos XVI e XVII e sobretudo em meios rurais era ainda pouco frequente, embora aumentasse em anos de conjuntura económica adversa³⁹. Até final do século XIX as elevadas idades ao casamento e da percentagem dos que nunca casavam actuaram como travão ao aumento populacional, em especial na metade Norte e nas zonas de Interior centro.

Quadro n.º 6 – Crises de Mortalidade em Portugal (séculos XVI-XIX)

Períodos		Nº Total	Anos de Crise
Séc. XVI		6	1569, 1580, 1588, 1593/4, 1599
Séc. XVII	1ª met.	13	1615/16, 1619/20, 1622/23, 1631, 1636/37, 1642, 1647/9
	2ª met.	16	1657/59, 1662/63, 1675/78, 1682/83, 1685, 1693/97
Séc. XVIII	1ª met.	3	1705, 1736, 1741
	2ª met.	9	1753, 1762, 1780/81, 1786, 1793, 1795, 1798/99
Séc. XIX	1ª met.	11	1800, 1810/11, 1824, 1830/31 1844/45, 1847/48
	2ª met.	11	1855/56, 1868, 1872/73, 1876, 1881, 1883, 1890/91, 1896

Fonte: RODRIGUES, 1995:68.

33 Cujas percentagens variavam de acordo com a maior ou menor condenação de que tais práticas foram sendo alvo, atingindo valores máximos até ao século XIV e em Setecentos (RODRIGUES, 2009c: 130-131).

34 A questão é ainda mais complexa em relação aos movimentos migratórios, de grande importância na história da população, quer a nível interno (distribuição regional e sistema urbano), quer externo (na sequência do alargamento e processo de colonização).

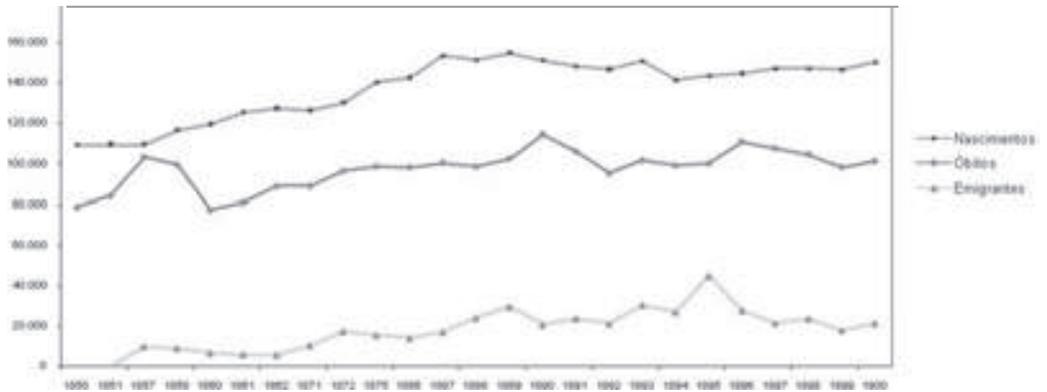
35 Os níveis de natalidade na Europa moderna nunca desceram abaixo de 31‰, com os Estados do Sul a atingirem 33‰, apenas suplantados a leste, onde padrões de casamento precoce fomentavam índices de natalidade mais elevados (RIBEIRO, 1995: 252).

36 SOLE, 2001: 157-162; FAUSTINO, 1998: 120-122; REIS, 2003: 46. 40,6 em Trás-os-Montes, 40,9 no Minho, entre 39,3 e 42,3 na Ericeira.

37 NAZARETH, 1988: 125. Número de filhos que cada geração feminina teria, caso vivesse em unidade conjugal dos 20 aos 49 anos.

38 FARIA, 2003: XIII e 32-33.

39 Muitos (SOLE, 2001: 192, 195-197; NEVES, 2001: 114-115) defendem a existência de uma correlação entre abandono e maus anos agrícolas.

Gráfico n.º 3 – Portugal: movimento natural (1850-1900)

Fonte: RODRIGUES, 2008a: 522.

No ciclo de vida curto e instável as probabilidades de sobrevivência variavam de acordo com a idade, o sexo, o local de residência e o grupo socioeconómico de pertença, embora o modelo de mortalidade fosse apenas um⁴⁰. Na segunda metade do século XVII começa a esboçar-se uma geografia diferencial da morte quotidiana e acentua-se a importância dos factores de ordem social e económica. A morte continuou especialmente selectiva nas cidades, onde era maior a concentração residencial, piores as condições de salubridade de grande parte da população residente e maior a circulação de pessoas e doenças. Estes aspectos explicam também o carácter endémico que nos bairros pobres adquiriram certas doenças. Os traços gerais e a evolução sazonal da morte são conhecidos, porque todos os anos as mesmas causas, nos mesmos meses, vitimavam os mesmos grupos. No entanto, eram maiores as preocupações na época estival, quando as principais vítimas eram as crianças e os grandes motivos de morte tinham um perfil contagioso, que facilmente se poderia tornar epidémico. A precariedade da vida e as fracas probabilidades de sobrevivência condicionavam a dimensão média dos fogos habitacionais, parecendo confirmar-se o predomínio de agregados simples. A família nuclear era já a forma mais comum de vivência para a grande maioria da população portuguesa, apesar embora algumas diferenças regionais⁴¹.

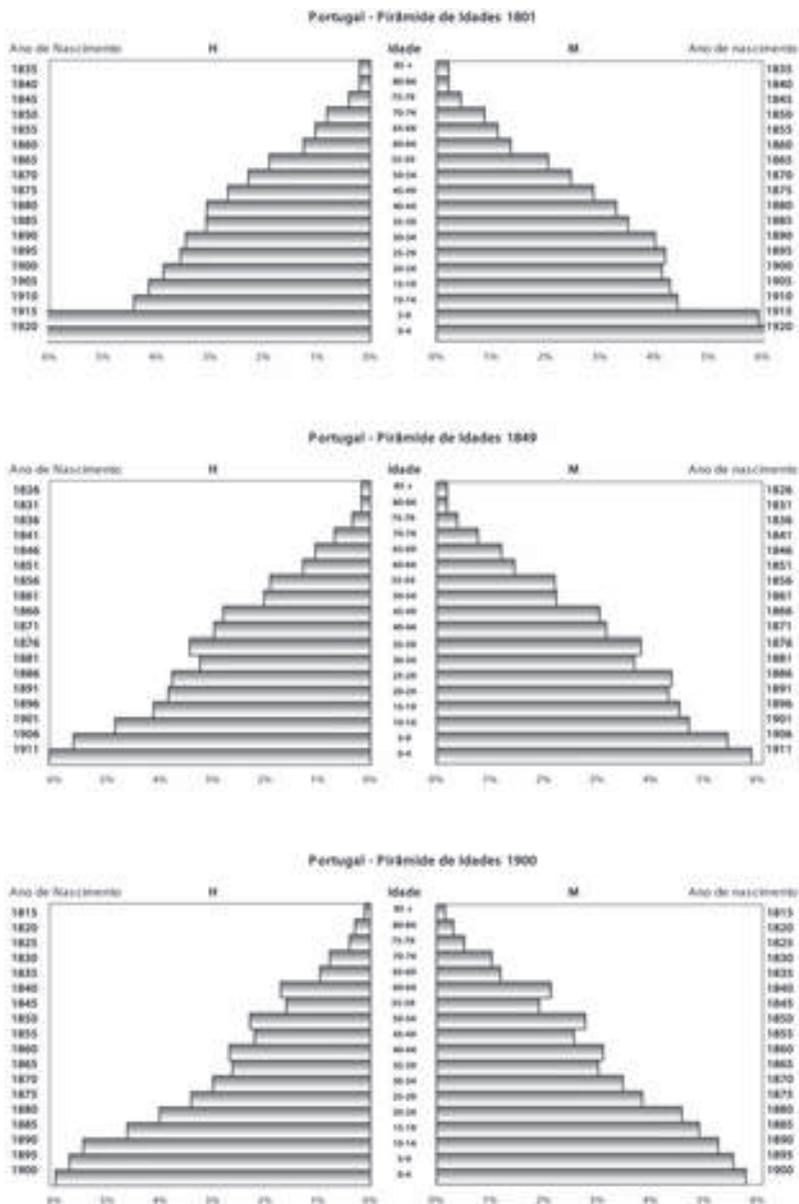
Só a partir da segunda metade de Oitocentos é possível estimar com um grau acrescido de certeza os saldos naturais e migratórios. A sua análise permite destacar três aspectos que nos parecem relevantes: a) o saldo natural acompanha o ritmo de aumento do volume total de residentes; b) a emigração aumenta consecutivamente e a terminar a centúria o número de saídas médias anuais ultrapassa já as 25 mil almas; c) o número de saídas não é compensado por eventuais entradas no País, mantendo-se um saldo migratório que esbate a dinâmica possível pelo saldo natural⁴².

40 Expresso nas idades e tempos da morte, a que acrescem as alterações súbitas provocadas por crises de sobremortalidade, com causas já identificadas (RODRIGUES, 1995).

41 RODRIGUES, 2008d: 211.

42 RODRIGUES, 2008e: 340.

Gráfico n.º 4 – Portugal: estruturas etárias (1801, 1849, 1900)



Fonte: RODRIGUES, 2008: 362-363.

Na transição do século XIX para o século XX, surgem alguns indícios ténues de mudança no modelo de comportamento demográfico. Reduz-se significativamente a instabilidade das curvas que representam o total anual de nascimentos e óbitos. O crescimento acentua-se, numa fase em que a mortalidade desce ligeiramente e se mantém o modelo de fecundidade. A população teria crescido com uma intensidade inédita, não fora o agravamento do pendor negativo dos saldos migratórios, que atingem máximos históricos, mesmo sem

contabilizar a emigração ilegal e a saída de indivíduos para as colónias. A dependência face às migrações, cujo saldo explica mais de 90% do crescimento demográfico no início do século XXI, começa então a acentuar-se.

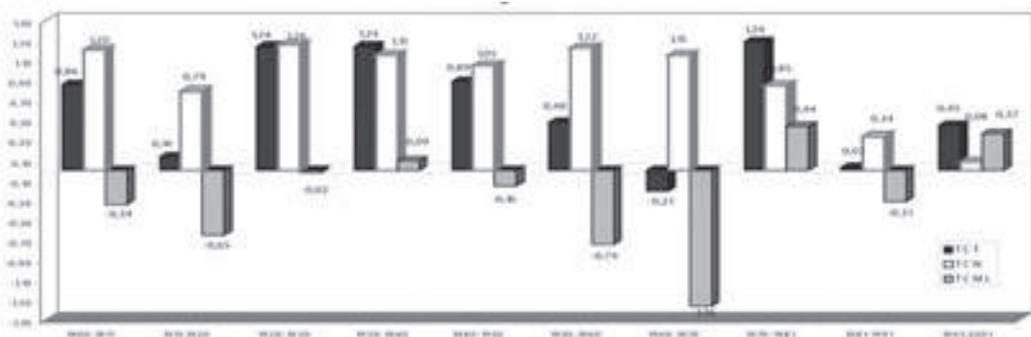
As novas dinâmicas demográficas assentam em quatro aspectos estruturantes nas suas novas formas: a) ciclos de vida longos e estáveis (Gráfico n.º 5); b) concentração da população no litoral, que contrasta com fenómenos de desertificação humana de grandes áreas de Interior e o incremento das dinâmicas urbanas em detrimento das rurais; c) dependência migratória total (Gráfico n.º 6); d) envelhecimento das estruturas etárias (Gráfico n.º 7). Nas últimas décadas do século XX é notória a transformação das gentes portuguesas: uma população a envelhecer, com menos crianças e jovens e mais idosos, num ciclo de vida progressivamente alongado.

Gráfico n.º 5 – Portugal: saldos naturais em declínio (1900-2005)



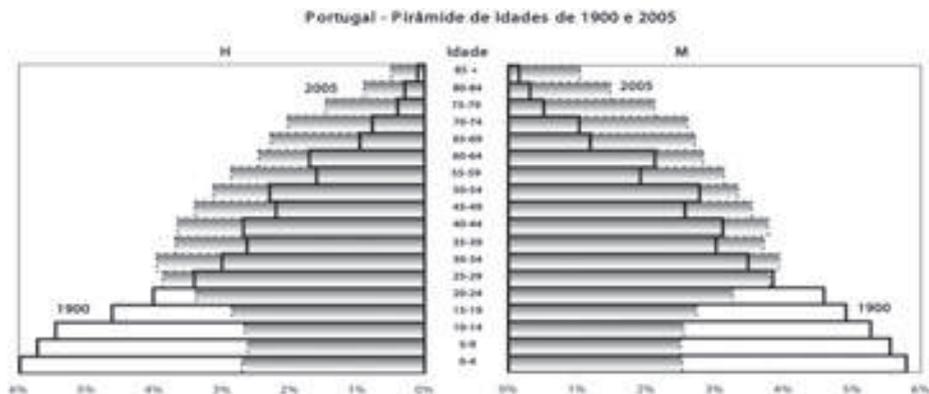
Fonte: RODRIGUES, 2008: 527.

Gráfico n.º 6 – Portugal: tendências instáveis do crescimento migratório (1900-2001)



Fonte: HENRIQUES, 2008: 422.

Gráfico n.º 7 – Portugal: as grandes mudanças de estrutura (1900-2005)



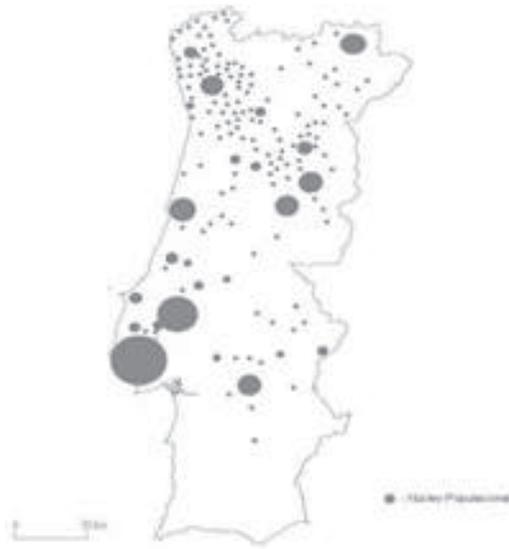
Fonte: RODRIGUES, 2008: 528.

Notas finais

Estas linhas de força sobre as quais se estrutura a nova realidade nacional dificilmente poderão ser invertidas, embora possam ser mitigados os seus efeitos mais negativos. Uma leitura abrangente permite distinguir algumas vertentes de grandes permanências estruturantes e os momentos de transição para novos modelos. Elas são visíveis na persistência de comportamentos regionalmente diversos, reportáveis em certos casos ao período histórico da Reconquista, de que resultam distintas oportunidades de evolução económica e demográfica, acrescidas nos séculos XIX e XX pelo acentuar dos fluxos migratórios internos e, mais recentemente, pela imigração. De ressaltar:

- a) Persistência de formas de povoamento, caracterizado pela dispersão a Norte e a tendência de concentração a Sul, que coincide com uma distinta tradição urbana, no que concerne ao número e também à dimensão dos centros, que se acentua ao longo dos séculos, sobretudo a partir da 2ª metade de Oitocentos (Figuras números 3, 4 e 5). A progressiva bicefalização do Reino constrói-se desde a Época Moderna e perdura até entrado o século XX. Hoje os núcleos urbanos concentram cerca de 40% do total de residentes em Portugal, 55% dos que possuem mais de 20 mil habitantes pertencem a uma das Áreas Metropolitanas, enquanto as cidades de Lisboa e Porto perdem população.

Figura n.º 3 – Portugal: diferenças dos centros populacionais (século XIII)



Fonte: RODRIGUES, 2008b: 95.

Figura n.º 4 – Portugal: a rede urbana em 1527-1532



Fonte: RODRIGUES, 2008d: 189.

Figura n.º 5 – Portugal: variação da população nas cidades na 2ª met. do séc. XIX



Fonte: RODRIGUES, 2008e: 353.

b) Distintos comportamentos de Fecundidade e Mortalidade, cuja persistência se reflecte na magnitude dos saldos naturais, contrapondo o Norte e Ilhas, com níveis tendencialmente superiores em ambos os indicadores, à metade Sul, litoral e urbana.

Figura n.º 6 – Portugal: regiões de comportamento natural diferenciado



Fonte: RODRIGUES, 2008e: 374.

- c) Importância e tendência dos saldos migratórios regionalmente explicados por diferentes tradições migratórias e níveis de bem-estar e qualidade de vida⁴³. Na história nacional recente, a redução dos saldos naturais determina que as migrações assumam um papel capital nas dinâmicas globais e expliquem também a diversidade das dinâmicas de crescimento demográfico a nível local. Essas diferenças de longa duração (1900-2001) permitem dividir o continente em quatro diferentes zonas, duas marcadamente dinâmicas e outras duas que não conseguem captar população residente⁴⁴.
- d) O processo de envelhecimento persistirá e acentuar-se-á nos próximos anos, acompanhado pela intensificação provável dos fenómenos de desertificação humana das grandes áreas do Interior, sobretudo Norte, e o aumento da concentração urbana e da litoralização⁴⁵. Os grandes desafios futuros estarão relacionados com o impacto económico e sustentabilidade social das transformações demográficas da população residente em Portugal, qualquer que seja a sua nacionalidade.

Portugal pertence ao conjunto de Países com ciclos de vida longa e estável, o que constitui em si mesmo uma vitória. Resta saber se estão a ser criadas e rentabilizadas as formas mais correctas para conseguir esbater as diferencialidades internas que actualmente encontramos no Portugal de início do século XXI e qual será a evolução possível da nossa população envelhecida. A história da população portuguesa no futuro depende da resposta encontrada para o desafio da igualdade de condições, qualidade de vida e bem-estar, no sentido de tentar obter uma maior convergência entre regiões⁴⁶.

43 PEREIRA, 2009.

44 RODRIGUES; MOREIRA, 2008.

45 HENRIQUES, RODRIGUES, 2009: 89.

46 MOREIRA, 2008.

Bibliografia

- BARDET, J. P. ; DUPÂQUIER, J., 1997 – “La Révolution Démographique (1750-1914)” in *Histoire des Populations de l' Europe*, vol. 2. Paris: Ed. Fayard.
- BULST, Neithard, 1997 – “L'essor (Xe-XIVe siècles)” in *Histoire des Populations de L'Europe*, vol.1. Paris: Ed. Fayard, p. 168-184.
- DUBOIS, H., 1988 – “L'essor médiéval” in DUPÂQUIER, J. (dir.) – *Histoire de la Population Française*. Paris: PUF, p. 207-267.
- FARIA, Manuel Severim de, 2003 – *Notícias de Portugal*. Introdução, atualização e notas de Francisco António Lourenço Vaz. Lisboa: Ed. Colibri.
- FAUSTINO, José Alfredo Paulo, 1998 – *Calvão. Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega (1670-1870) População, Sociedade e Mentalidades*. Guimarães: Cadernos 3 NEPS.
- GARCIA-MORENO, Luis, 1947 – *El fin del reino visigodo de Toledo*. Salamanca: Ediciones Instituto de Historia de la Cultura Española.
- HAYWOOD, John, 2000 – *The Vikings. Sutton Pocket Histories*. Londres: Sutton Publishing.
- HENRIQUES, Filipa; RODRIGUES, Teresa, 2008 – “O século XX: a transição” in *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 417-513.
- HENRIQUES, Filipa; RODRIGUES, Teresa, 2009 – “Ageing, Education and Health in Portugal: prospective from the 19th to the 21st century” in *Hygiea Internationalis Internationalis*. 8 (1), Linköping, p.81-96. Disponível em: <<http://www.ep.liu.se/ej/hygiea/>>.
- LANCEL, Serge, 1994 – *Carthage. A History*. Londres: Blackwell Publishers.
- LAWRENCE, Robert, 2001 – “Human Ecology” in TOLBA, M. K. (ed.) – *Our Fragile World. Challenges and Opportunities for Sustainable Development*. Oxford: Eolss Publishers, p. 31-40.
- LEGUAY, Jean-Paul – “O “Portugal” germânico” in MARQUES A. H. de Oliveira (dir.) – *Portugal. Das Invasões Bárbaras à “Reconquista”*, vol.2. Lisboa: Presença, p. 11-115.
- LOPES, A. S., 1980 – *Desenvolvimento Regional. Problemática. Teoria. Modelos*, vol. I. Lisboa: F.C.G.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1980 – *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*, 4ª ed. Lisboa: Sá da Costa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1982 – *História de Portugal*, vol. I. Lisboa: Palas Ed.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1993 – *Portugal. Das Invasões Germânicas À “Reconquista”* in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Presença, p. 12-69.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves, 2003 – *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos.
- MATTOSO, José, 1991 – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, vol. II, Lisboa: Estampa.
- MOREIRA, Maria João G., 2008 – “O século XVIII” in *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 247-287.
- MOREIRA, Maria João G.; RODRIGUES, Teresa, 2008 – “As Regionalidades Demográficas no Portugal Contemporâneo” in CEPESE – *População e Prospectiva. Working Papers*. Disponível em: <<http://cepese.up.pt/principal.php?IDNivel=77>>.
- NAZARETH, J. Manuel., 1988 – *Princípios e métodos de análise demográfica portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- NEVES, António Amaro das, 2001 – *Filhos das Ervas: a ilegitimidade a Norte de Guimarães – séculos XVI-XVIII*. Guimarães: NEPS.
- PEREIRA, Luís N.; CHORÃO, Luís, 2009 – “Avaliação de qualidade de vida e bem-estar” in *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 129-151.
- POPULATION REFERENCE BUREAU, 2009 – *World Population Data Sheet. Demographic Data and Estimates for the Countries and the Regions of the World*. Washington: Population Reference Bureau. Disponível em: <http://www.prb.org/pdf09/09wpds_eng.pdf> [consult. 29 Set. 2009].
- RIBEIRO, Ana Rita, 1995 – “Aspectos sociodemográficos da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira (1740-1760)”. *População e Sociedade*. Porto: CEPFAM, n.º 1, p. 245-264.
- RICHÉ, Pierre, 1966 – “Problèmes de démographie historique du Haut Moyen Age (Vème-VIIIème siècles). *Annales de démographie historique*, vol. II. Paris, p. 37-56.
- RODRIGUES, Teresa, 1995 – “As Crises de Mortalidade em Lisboa (Séculos XVI a XIX) – Uma Análise Global”. *Boletín da Asociación de Demografía Histórica*. Bilbao: XIII – 2, p. 47-74.
- RODRIGUES, Teresa (coord.), 2008a – *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento.
- RODRIGUES, Teresa, 2008b – “Do século XI ao século XIV” in *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 75-100.
- RODRIGUES, Teresa, 2008c – “A crise dos séculos XIV e XV (1325-1480)” in *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 101-138.
- RODRIGUES, Teresa, 2008d – “As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI-XVII” in *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 159-246.

- RODRIGUES, Teresa, 2008e – “O Século XIX” in *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 327-416.
- RODRIGUES, Teresa, MOREIRA; M. João G., 2009 – “Realidades Demográficas” in *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 77-110.
- RUSSELL, J. C., 1978 – “Population in Europe 500-1500” in CIPOLLA, Carlo M. (dir.) – *The Fontana Economic History of Europe*, vol. I, 5.ª impressão. Glasgow: Collins/Fontana Books, p. 36-87.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio; VIÑAS, Aurélio, 1929 – *Lecturas de Historia da España*. Madrid: Ed. Plutarco.
- SHAW, R. D., 1906 – “The fall of the Visigothic power in Spain”. *English Historical Review*, XXI. p. 209-228. Disponível em: <<http://ehr.oxfordjournals.org/content/volXXI/issueLXXXII/index.dtl>>.
- SOLE, Maria Glória Parra Santos, 2001 – *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Monografias 12. Guimarães: AAN/NEPS.
- SOUSA, Armindo de, 2002 – *História de Portugal*. Lisboa: Lexicultural.
- SOUSA, João Silva de, 2009a – “Os primeiros dados. O povoamento pré-histórico” in *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 27-38.
- SOUSA, João Silva de, 2009b – “Antecedentes de Portugal” in *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 39-73.
- TORRES, Cláudio, 1992 – “O Gharb al-Andaluz” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 363-415.
- VEIGA, Teresa; HENRIQUES, Filipa de Castro, 2003 – “Os censos de 1991 e 2001 na perspectiva do utilizador – algumas reflexões globais”. *Revista de Estudos Demográficos*. Lisboa: INE, n.º 34, p. 5-15.
- VEIGA, Teresa, 2004 – “A Dinâmica das Populações Humanas e os Modelos de Mortalidade”. *Fórum Sociológico*. Lisboa: Celta, 11/12, p. 11-29.



A emergência das políticas de população na contemporaneidade

Maria Luís Rocha Pinto

Introdução

A evolução da população mundial ao longo do século XX e, fundamentalmente, a dicotomia das características demográficas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (dito de forma simplista), ditou um renovado interesse pela questão das Políticas de População, pelas profundas implicações que esta evolução coloca no presente e no futuro das nossas sociedades. No entanto, as Políticas de População existem desde os primórdios das civilizações e têm sido afirmadas, quer a partir de teorias sobre a população, quer das doutrinas que nos diferentes momentos históricos foram dominantes, ou mesmo a partir do pragmatismo das políticas de Estado no seu sentido mais vasto. Não é por acaso que a própria Demografia, enquanto domínio científico, é tributária da Aritmética Política do século XVIII.

Vivemos um momento marcado por profundas transformações na evolução demográfica, em que se cruzam várias tendências e uma multiplicidade de interferências na evolução populacional, seja a nível mundial e europeu, seja no contexto de cada país.

Paralelamente assistimos, também, aos impactos que as alterações demográficas causam nos diversos contextos sociais, políticos e económicos, assim como aos efeitos que diferentes políticas têm causado na evolução demográfica. Essas políticas tanto podem ter sido assumidamente tomadas como políticas de população, como terem tido outros objectivos ao nível sectorial, qualquer que seja o nível geográfico em que nos situamos.

Deparamo-nos, assim, com novos desafios que nos obrigam a conhecer e aprofundar os contornos da dinâmica demográfica e perceber o conjunto de interfaces que se vão tecendo com as políticas públicas aos vários níveis: internacional e nacional, sejam elas de nível central, regional ou local.

Teoria, Política e Doutrina

Os conceitos e definições de Políticas de População, implicam a abordagem dos conceitos de teoria e doutrina neste contexto, tanto mais que as definições de Políticas de População passam muito mais por conceitos de doutrina do que de teorias, sem que estas deixem de constituir um pano de fundo que nos chega desde a Antiguidade Clássica da Grécia.

Assim, para Birou e com a concisão que também um dicionário implica, Teoria é definida como “Conjunto de concepções sistematicamente organizadas sobre determinado assunto”. Ou seja, poder-se-ia aplicar a qualquer ciência, social ou outra. No entanto, acrescenta Birou que:

No processo científico, a teoria é a construção do espírito capaz de dar conta, de explicar, diversos resultados adquiridos e observados que ela ordena e recapitula numa síntese explicativa. A teoria procura remeter diversos fenómenos ou saberes vários a alguns princípios simples ou a um princípio único. Tenta destrinçar, a partir de uma hipótese mais englobante que as precedentes, um pequeno número de leis, ou a lei única que rege um conjunto de elementos, de factos ou de fenómenos¹

o que torna mais consistente a definição de Teoria.

No que às Políticas de População interessa, a noção de Doutrina revela-se muito importante, dado que mais do que em teorias, as Políticas de População se estruturam a partir de doutrinas. Mais do que o sentido etimológico da palavra, importa-nos aqui o seu sentido intrínseco e aplicativo, naquilo que comporta de normas de comportamento e prescrições existentes em cada época histórica. Mas, voltando a recorrer a Birou, ele diz-nos que doutrina corresponde à:

ideia de um corpo de verdades sistematicamente organizadas e ligadas entre si, de modo a constituírem uma síntese intelectual e um todo explicativo, consideradas como bastando-se a si próprias. Uma doutrina será então um conjunto de teses complementares e correlativas entre si, apresentadas organicamente como a expressão da verdade [...] uma doutrina, ao mesmo tempo que se pretende explicação superior e verdade última, assume um carácter prescriptivo que a diferencia da teoria e lhe confere uma dimensão normativa. Assim, uma doutrina económica ou social pretende-se indicativa do que se deve fazer².

Ora, é neste contexto que a maioria dos autores que se têm debruçado sobre as Políticas de População se tem situado, na tentativa de perceber melhor como se impõem e são aceites as diferentes políticas de população. Como diria Weber, situamo-nos entre o juízo de valor e a realidade empírica.

Mas é também necessário clarificar o que entendemos por Política. Também aí as definições são variadas e correspondem a escolas de pensamento diferenciadas. Não aprofundando, poderemos definir Política, como o faz Hague³, simplesmente como o “processo pelo qual grupos chegam a decisões colectivas”. Se esta definição nos remete para o sentido mais lato de Política, aquele que a todo o cidadão respeita e que deveria poder ser entendido como o conjunto das nossas actuações em sociedade com efeitos colectivos, falta-nos aqui o carácter imperativo que muitas vezes a política assume, ou seja “a afectação imperativa de valores a uma sociedade”, como diz Easton. Aliás, Birou⁴, cotejando G. Burdeau, diz “qualquer facto, qualquer acto ou situação, tem, num grupo humano, um carácter político, na medida em que traduz a existência de relações de autoridade e de obediência estabelecidas em função de um objectivo comum”. Podendo não coincidir pessoalmente com esta definição, ela serve para nos aproximarmos do conceito de Política Pública.

Não pretendendo entrar por qualquer teorização relativa ao Estado, aos seus poderes, organização, ou mesmo concepção, a forma mais simples de tentar definir, neste contexto, o que é uma Política Pública, poderia ser pedir emprestado a Dye⁵, parte do título de uma obra sua, ou seja, Política Pública seria “...What Governments Do, Why They Do It and What Difference It Makes”. No fundo está aqui quase tudo. E, no entanto, esta definição não satisfaz parte do que em Políticas de População se faz, mesmo considerando que falamos de Políticas Públicas.

1 BIROU, 1982: 403.

2 BIROU, 1982: 124.

3 HAGUE, 1993: 4.

4 BIROU, 1982: 307.

5 DYE, 1976.

A dimensão da globalização e a importância que certos organismos internacionais assumiram no quadro das nações, leva-nos a considerar que, para além dos Governos, embora com acolhimento por parte destes, existem organizações que delineiam e levam a cabo políticas de população de âmbito mundial, que não chegam a ser sufragadas especificamente por nenhum governo, quanto mais pelas sociedades em que se inserem. Assim, será necessário chamar a atenção para a importância que organismos como o United Nations Population Fund, o Population Council ou os organismos da União Europeia, assumem nas Políticas de População a nível, fundamentalmente, dos países em desenvolvimento.

A Demografia – rumo às Políticas de População

Traçado brevemente este quadro, será necessário clarificar o que é a Demografia, qual o seu objecto de estudo. Será daí que partiremos depois para o conceito de Políticas de População.

Considero não ter aqui que traçar exaustivamente o percurso da sua afirmação enquanto ciência, no entanto, não poderei deixar de abordar a questão, face à necessidade de delimitar o seu espaço de análise e o que a diferencia de outras ciências sociais e lhe permite assumir-se enquanto ciência autónoma.

Para Alain Girard a afirmação da Demografia e da Sociologia surgiram paralelamente, irmanadas na vontade de um melhor conhecimento dos fenómenos humanos e da percepção existente de que o homem tem a possibilidade de intervir sobre a sociedade, de a mudar, ou mesmo de a transformar radicalmente. E, no entanto, Girard reconhece que a Demografia é possuidora de um objecto e de métodos que a delimitam de tal forma que lhe conferem um estatuto bem definido no seio das Ciências Sociais, e define-a assim:

Elle offre d'abord une description quantitative pure et simple. A partir de données de base que lui fournissent les recensements et les statistiques de l'état civil, elle étudie l'état de la population, connu à des dates déterminés, et le mouvement naturel de la population, résultant de la différence entre le nombre de naissances et celui des décès. Disposant également de données sur les migrations qui se produisent entre pays différents, elle peut, dans une première phase de son travail, préciser l'importance des populations, sur lesquelles elle est suffisamment renseignée, et étudier leur structure⁶.

Esta definição, que corresponde razoavelmente ao que hoje designamos por Análise Demográfica ou Demografia Formal, pode ainda ser definida de forma um pouco mais precisa e sintetizando a extensa e explicativa definição dada por Nazareth⁷, diríamos que a Análise Demográfica é a ciência que tem por objecto a observação, a medida e descrição da dimensão, estrutura e distribuição de conjuntos populacionais delimitados espacialmente e com um significado social, bem como das mudanças nos elementos que caracterizam o estado da população e qual a intensidade e direcção destas mudanças, analisados através das variáveis demográficas, natalidade, mortalidade e migrações e inversamente quais os factores que do estado da população, dimensão, estrutura e distribuição espacial, influenciam as variáveis anteriores. Para além desta definição a Demografia pressupõe e dispõe de metodologias específicas e bem reconhecidas, que lhe permitem uma análise aprofundada dos acontecimentos estritamente demográficos, e elabora a partir deles toda uma série de indicadores, reconhecidos, quase integralmente, a nível mundial.

O rigor quantitativo que esta análise permite, através de metodologias provadas ao longo do tempo e que têm continuado a evoluir de forma constante e genericamente aceites pelos demógrafos de todo o mundo,

6 GIRARD, 1967: 276

7 NAZARETH, 2004: 46-47.

permite o conhecimento fiável da população através dos seus movimentos e das alterações das suas variáveis na sua interdependência e constitui um instrumento poderoso fora das esferas científicas. A sua utilização instrumental é uma constante, mesmo fora das esferas do político.

Mas a Demografia não se define apenas neste contexto e quando “se preocupa com questões relacionadas com as determinantes dos comportamentos demográficos e com as consequências da evolução do estado da população”⁸, e que faz parte da definição lata de Demografia dada por Nazareth, estamos a dar o salto para a proximidade com a Sociologia e com a Ciência Política, estamos a aproximar-nos da interdisciplinaridade que a Demografia induz, e para a qual é induzida. Ou seja, estamos a sair do sentido restrito de Demografia, ou melhor, de Análise Demográfica e a chegar à Demografia na sua plenitude. Num primeiro momento, esta vertente, que poderemos chamar de Demografia Social, e que Kingsley Davis, com o seu artigo *The World Demographic Transition*⁹ acabaria por fazer afirmar através da explicitação dos factores não demográficos da transição demográfica, ou dos seus efeitos sobre as variáveis demográficas. Hoje esta expressão caiu em desuso, dado que deu origem a muitas e novas áreas do saber, que mantêm, contudo, a Análise Demográfica como âncora, e nos permitem a designação de Demografia às áreas que a mantêm enquanto tal.

Alain Girard, no texto atrás focado, explicita este pensamento da seguinte forma:

Si les faits démographiques peuvent être considérés “comme des choses”, si la statistique et l'analyse mathématique peuvent s'appliquer à leur déchiffrement, ils ne peuvent être finalement séparés de la réalité sociale totale dans laquelle ils sont inscrits. Ils sont des faits sociaux, et c'est entant que tels que la démographie tentera de les comprendre et de les expliquer¹⁰.

Retomando ainda Girard, quando este analisa as teorias que ao longo do devir histórico têm surgido no pensamento de filósofos, economistas ou demógrafos e ao analisar a Teoria do Ótimo da População, afirma:

Quoi qu'il en soit, les faits et les tendances démographiques, pour autant qu'ils soient aperçus, semble inspirer, dans une large mesure au cours du temps, les réflexions des hommes qui essaient de les comprendre et de rassembler leur enchaînement en un corps de *doctrine*. Aux phases du développement démographique, régime ancien, régime transitoire, période actuelle, correspondraient en quelque sorte *les façons successives d'envisager les problèmes de population*¹¹.

Estamos muito perto das definições de Políticas de População, que de alguma forma perpassam por todo o livro de Jacques Véron, *Arithmétique de l'Homme. La démographie entre science et politique*¹². No capítulo 10 – Une Science Politique, o autor explicita a Teoria da Transição Demográfica e as esperanças que levantou, relativamente aos países do terceiro mundo, num processo de evolução demográfica que se aproximasse do dos países que deram origem à teoria. Ainda hoje esta questão é motivo de análise e controvérsia, mas o ponto a que queria chegar do pensamento de Véron, corresponde à análise que nos faz chegar às Políticas de População e à respectiva crítica. Ou seja, pretendo chegar ao ponto em que embora não tenha ainda definido de forma concreta as Políticas de População, alerta para os perigos que comportam. Observa Véron:

8 NAZARETH, 2004: 47.

9 DAVIS, 1945.

10 GIRARD, 1967: 279.

11 GIRARD, 1967: 287. Itálico meu.

12 VÉRON, 1993.

On commença à affirmer que la théorie étant en échec, il fallait prévoir des politiques de population pour freiner la croissance démographique. Afin que la transition soit possible, il fallait agir. La nécessité des programmes de limitation des naissances commença à revenir comme un leitmotiv. La connaissance se muait en *action souhaitable*. Il ne s'agissait plus de décrire une séquence, de comprendre des phénomènes mais d'intervenir. De définir des objectifs et de mettre en place les moyens de les atteindre. Aujourd'hui, on s'interroge plus sur l'efficacité des politiques de population que sur leur légitimité¹³.

Mas voltando ainda à Demografia, e no sentido de precisar melhor o seu objecto de análise e simultaneamente a abertura que nos permite avançar para os aspectos sociais, permito-me transcrever o que diz Chaunu, sobre a ligação entre a Demografia e a História:

Quer se trate de duração quer se trate de espaço, é evidente que é o Homem que procuramos, o Homem que a Demografia nos oferece face a si próprio, face à sucessão das gerações; de todos os casamentos entre as ciências humanas e a História, nenhum é tão importante. A Demografia é a mais central, a mais importante das ciências do Homem. Qualquer ciência humana sem uma poderosa base demográfica não é mais do que um frágil castelo de cartas. A História se não recorre à Demografia priva-se do melhor instrumento de análise¹⁴.

Mais do que as estritas relações com a História, este pequeno trecho de Chaunu, coloca a Demografia no cerne das Ciências do Homem, no cerne das Ciências Sociais. Como já atrás se verificava com a postura de Alain Girard, na relação da Demografia com a Sociologia.

Por seu lado, Nazareth considera que a restrição do campo de análise é limitativa, não podendo a Demografia confinar-se aos seus instrumentos e métodos de análise. Manifesta a necessidade da sua consolidação e aprofundamento, mesmo através dos seus instrumentos científicos, para que os possa utilizar para fins explicativos. Assumindo que a demografia é uma “ciência social de raiz biológica”, afirma:

Ora, em nosso entender, é no estudo dos fenómenos, que sendo biológicos na origem sofrem profundas modificações quando inseridos na sociedade e no ambiente, que assenta a maior originalidade da Demografia¹⁵.

Este posicionamento não invalida a análise dos fenómenos migratórios, e ainda da nupcialidade, assim como dos fenómenos que lhe são adjacentes (uniões de facto, divorcialidade), com os mesmos métodos e instrumentos da análise demográfica, como desde cedo foi assumido. O trabalho científico sobre este conjunto de variáveis, associadas às biológicas (natalidade e mortalidade) implica uma verdadeira imersão nos comportamentos em sociedade, que a Demografia analisa, ancorada em metodologias próprias, e que com os cuidados que qualquer procedimento científico implica, nomeadamente ao nível da qualidade dos dados utilizados, lhe permite avançar para as explicações e compreensão dos mesmos fenómenos, logo dos comportamentos que também os determinam, na articulação com as outras ciências, originando vários ramos, que se têm mantido em permanente evolução, respondendo às preocupações sociais que as sociedades vão sentindo.

Só a partir deste conjunto será possível não só a formulação de Políticas de População, como discernir nas políticas públicas aquelas que afectam a população nos seus aspectos demográficos.

13 VÉRON, 1993: 210-211.

14 CHANNU, 1990, citado por NAZARETH, 2004: 49.

15 NAZARETH, 2004: 49.

Creio ter feito o percurso que permite a partir dos conceitos de Teoria, Doutrina, Política e Demografia, passar ao de Políticas de População, não perdendo um enfoque que pretendo, fundamentalmente, ancorado na Demografia.

Para chegarmos a algumas hipóteses de conceptualização e definição de Políticas de População, torna-se necessário voltar à questão das Teorias e Doutrinas.

As Teorias da População – rumo às Doutrinas da População

Apesar de ao longo do tempo se terem produzido algumas teorias centradas sobre a população, mesmo muito antes da existência da Demografia enquanto ciência, na actualidade as doutrinas revelam-se de muito maior operacionalidade do que as próprias teorias, pois permitem uma inserção na sociedade que as clarifica de forma mais consentânea com a sua aplicação e interpretação da realidade, apesar, também, de alguns problemas que levantam, por não serem formuladas de forma articulada.

Apesar de, efectivamente, as políticas de população ou demográficas se ancorarem muito mais em doutrinas do que em teorias, mesmo quando estas lhes estão subjacentes, considero que existem três teorias sobre a população, que ao perdurarem até hoje enquanto referências e em alguns casos enquanto produtoras de pensamento doutrinário que influencia as medidas e políticas de população, têm de ser abordadas. Refiro-me ao Princípio da População de Malthus, à Teoria do Ótimo da População e à Teoria da Transição Demográfica.

O século XVIII foi fértil em ideias e ideais. A ebulição que leva à Revolução Francesa acompanha o fervilhar de ideias e ideais. Os debates apaixonados, e nem sempre muito bem fundamentados, relativos às questões da população, e sobre o sub ou sobre povoamento do Mundo, da Europa ou de alguns países, integram as ideologias da época. A ausência de verdadeiros recenseamentos, a não ser mesmo no final do século, e mesmo assim escassos, vai permitindo as mais variadas posições, teorias e ideologias sobre esta questão.

É neste contexto que vai surgir uma obra que marcará quer o pensamento demográfico, quer a demografia, quer ainda as políticas de população até aos dias de hoje. Refiro-me a *An essay on the principle of on population as it affects the future improvement of society with remarks on the speculations of Mr. Godwin, Mr. Condorcet and other writers* – 1ª edição 1798, de Thomas Robert Malthus. Esta obra foi seguida, ainda em vida de Malthus, por mais cinco edições, a última de 1826. A 2ª e as seguintes distinguem-se muito da 1ª, embora o designado princípio da população subsista em todas elas.

Nunca nenhum autor que tenha escrito sobre a população foi equacionado, discutido, contestado e apoiado, em tantos milhares de páginas, em tantas e diversas línguas, como Malthus. Aliás, este autor que também foi professor de economia, primeiro no Jesus College de Cambridge e depois no East India College em Hertfordshire, publicará outras obras, como os *Principles of Political Economy*¹⁶, que também serão objecto de algum sucesso e controvérsia, tendo esta obra também conhecido várias edições.

Malthus é economista e pastor e insere-se numa linha de pensamento que contraria o optimismo ideológico vindo, principalmente, do outro lado da Mancha. Estamos em plena época dos ideais igualitários, mas existem dois que pela sua importância para Malthus têm de ser referidos: William Godwin (1756-1836), inglês e Condorcet (1743-1794) francês.

Godwin publica, em 1793, a obra *The Enquiry Concerning Political Justice, and its Influence on General Virtue and Happiness*. Principais características do autor e da obra:

Escritor, editor e livreiro, depois de ter sido ministro de uma seita religiosa dissidente tornou-se ateu; anarquista de base filosófica; acredita: na capacidade do perfeccionismo humano; que se todos trabalharem a sua parte todos terão mais tempos livres e estes permitem o desenvolvimento da inteligência e da razão; numa sociedade igualitária, sem normas ou instituições, nem propriedade privada, o homem encontrará a harmonia; que a população se adapta aos meios de subsistência e é ridículo temer no presente o que acontecerá no futuro.

Condorcet (Marie Jean Antoine Nicholas de Caritat, Marquis de Condorcet), publica, em 1794, *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrès de l'Esprit Humain*. Principais características do autor e da obra:

Filósofo, líder político, matemático e quando escreve a sua obra maior é já membro da Academia das Ciências e depois da Academia Francesa; tem a mesma crença na capacidade do perfeccionismo humano e no progresso da ciência; na educação como forma de o atingir, para a qual desenvolve, enquanto membro eleito em 1792 da Assembleia Legislativa francesa, legislação que vai perdurar por longo tempo; acredita nas “luzes” de que a espécie humana será detentora e que permitirão o progresso, baseado fundamentalmente na agricultura; considera o problema do crescimento da população um problema longínquo; prevê a contra-cepção no seio do casamento.

A primeira edição do Ensaio, é uma resposta directa a estes dois autores, tal como o próprio título indica. É também uma resposta ao seu pai, Daniel Malthus, amigo daqueles dois autores e correligionário dos ideais da Revolução. Malthus que se opunha a muitas das suas ideias vai tentar responder-lhes por escrito, sustentando-se em vários autores da sua época ou um pouco anteriores, quer de entre os que se encontram no seu campo ideológico, quer dos que lhe fornecem argumentos de sustentação para as suas posições. Entre muitos outros podemos referir David Hume (1711-1776), Robert Wallace (1694-1771), Richard Price (1723-1791) e Adam Smith (1723-1790).

Basicamente o que diz e defende Malthus na primeira edição? Em primeiro lugar o proclamado “princípio” – enquanto que as subsistências crescem numa progressão aritmética, a população, se não controlada, cresce numa progressão geométrica. Embora sem esta expressão tão clara, já outros autores antes de Malthus o tinham dito e na 1ª edição não é claro o que é considerado uma população não controlada. Quanto à progressão aritmética das subsistências e logo o seu desajustamento em relação ao crescimento da população, Malthus considera que podem adiar o problema, utilizando novas terras, a importação de bens alimentares e o progresso técnico. Outro eixo da obra preocupa-se com os obstáculos ao crescimento da população e são enunciados apenas o “vício e a miséria (misery)”. O vício pode ser entendido pela exposição de Malthus como o vício no celibato (sem respeitar a castidade), o vício no casamento (aborto, infanticídio, processos anticoncepcionais, adultério...) e ainda será vício a prostituição. A miséria é constituída por um conjunto de factores que conduzem à morte precoce: doenças e epidemias, insalubridade das grandes cidades, má alimentação, trabalhos duros, maus climas, guerras, etc. Os remédios para esta situação, ou seja, o crescimento excessivo da população, embora contrariado pelos obstáculos já expressos, seria, basicamente a abolição da Lei dos Pobres (cuja importância em Inglaterra era enorme) e isto porque Malthus não acredita nos sistemas igualitários, nem que a emigração possa ser um remédio.

Este primeiro Ensaio é de tipo panfletário e pouco cuidado sob o ponto de vista científico. Então porque suscitou tão amplo debate logo que é publicado? Porque o ataque à Lei dos Pobres, largamente combatida na obra, foi particularmente violento. Malthus defende que a Lei dos Pobres ao permitir a subsistência dos desprovidos e sem trabalho, vai encorajar a subida dos preços, dado que a existência de um aumento da procura sem que exista um aumento na produção assim o determinará. Depois este aumento dos preços fará com que parte dos que viviam do seu trabalho e sem necessidade da assistência da Lei dos Pobres, passem a ser pobres também e a ter que socorrer-se da Lei dos Pobres. Existe ainda um argumento interessante, relativo ao contributo que a Lei dos Pobres daria para o aumento dos casamentos.

Este ataque vai escandalizar a sociedade da época e tornar Malthus conhecido, o que lhe permitirá cinco anos depois e já em obra assinada editar de novo o Ensaio, mas agora, muito mais trabalhado e contendo alguns dos princípios que transformarão o malthusianismo numa doutrina que servirá muitas políticas. Omito aqui a questão que, durante decênios, se julgou ter provocado a maior contestação ao Ensaio. O célebre parágrafo sobre o banquete da humanidade, que se veio a provar, já em pleno século XX, que só surgiu na 2ª edição, tendo desaparecido nas ulteriores.

A partir da 2ª edição do Ensaio¹⁷, com mais dados, que recolhe durante várias viagens, e melhor trabalhados, socorrendo-se de novos autores (Montesquieu, Benjamin Franklin, James Stewart, Arthur Young, Joseph Townsend, entre outros), e trabalhando melhor as ideias, Malthus vai definir e explicar melhor vários pontos do seu Ensaio. Vai transformar uma obra quase panfletária numa obra com qualidade.

A questão do crescimento geométrico da população é muito melhor explicada. Por um lado, é uma tendência, embora Malthus considere que se não houver controle, a população duplicará cada 25 anos. Mas vai explicar melhor esta questão. Malthus, em plena época de arranque industrial, antevê a queda da idade do casamento, o que provocará não só mais nascimentos, como um maior número de casamentos quando estes indivíduos chegarem por sua vez à idade de procriar. Por outro lado, antevê, e nesta época já existem alguns dados que apontam nesse sentido, o prolongamento da vida. De facto, cerca de um século mais tarde estas questões entram em debate, com a teoria da transição demográfica.

Quanto aos obstáculos que não sejam o vício e a miséria, que Malthus recusa, a partir da 2ª edição surge a “obrigação moral”, que será simultaneamente um remédio. Ou seja, o homem tem a obrigação moral de não se casar se não puder sustentar uma família, e ainda a obrigação da castidade até ao casamento. Malthus não admite a limitação dos nascimentos no seio do casamento, pois isso seria cair no “vício”. Não se mostra, no entanto, muito crente neste “obstáculo” que preconiza.

Quanto aos remédios, também não avança muito, mas atenua a sua posição descrente em relação ao aumento dos meios de subsistência através do comércio internacional, embora considere que as conjunturas internacionais se podem alterar e ser assim um instrumento perigoso.

Como já referi a obra vai conhecer seis edições em vida do autor, sendo a última, revista ainda pelo autor, de 1826. No entanto, a partir da 2ª edição as alterações são negligenciáveis, no que aos princípios básicos respeita. Paralelamente, a partir da 3ª edição¹⁸, passa a ser publicado um Apêndice à obra, que conhecerá várias edições autónomas, no sentido de permitir a quem não lesse integralmente a obra (a 2ª edição tem cerca de 200 mil palavras), abranger os seus princípios básicos. Malthus chamou a este apêndice *A summary view of the Principle of Population*.

Malthus foi muito criticado, pois em toda a sua teoria as classes possidentes e nomeadamente a burguesia ficam intocadas, relativamente aos males que afligem os povos. Malthus acaba por fazer igualmente a apologia das desigualdades sociais, moralmente condenáveis, mas necessárias ao desenvolvimento da sociedade (Vilquin¹⁹). Vidal²⁰ transcreve, no entanto, um parágrafo de Malthus em que este afirma “C’est méconnaître entièrement mes principes que de m’envisager comme un ennemi de la population. Les ennemis que je combats sont le vice et la misère”. Mas Vilquin continua a ter razão, e Malthus é saudado por essas classes pois, moralmente, sentem-se libertas de problemas de consciência.

17 MALTHUS, 1803.

18 MALTHUS, 1830.

19 VILQUIN, 2006: 35.

20 VIDAL, 1994: 47.

A obra de Malthus vai servir muito bem a escola económica liberal de David Ricardo (1772-1823), John Stuart Mill (1806-1873) e Jean-Baptiste Say (1767-1832), entre outros e encontrar fortes opositores, nas correntes de pensamento socialistas de Inglaterra e de França. Sismondi, será uma excepção, pois afirmando-se malthusiano é um oponente à teoria da economia liberal. Mas não são as correntes económicas que nos interessam aqui e sim as correntes de opinião que se vão constituir a partir de Malthus, pois vão perdurar com diferentes roupagens até aos dias de hoje.

Embora não vá aqui abordar os autores que traduziram, comentaram e criticaram Malthus, fosse o *Ensaio*, fosse *Os Princípios de Política Económica*, não posso deixar de referir, pela contemporaneidade em relação a Malthus, que o primeiro tradutor, para francês, d'Os Princípios, assim como um seu crítico, foi um português, de facto, um estrangeirado, cuja obra aborda sobejas vezes as posições de Malthus, para as confrontar, não só com a realidade inglesa, como com a portuguesa: Francisco Solano Constâncio (1777-1846). Veja-se Fauve-Chamoux²¹; ou Machado de Sousa²², que aliás afirma que Malthus é o autor mais referido na obra económica de Constâncio. Também Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), outro autor português de grande envergadura em várias áreas do saber, da Filosofia à Economia, passando pelo que hoje se designaria por Ciência Política e, tal como Constâncio, um estrangeirado, vai dedicar ao pensamento de Malthus, assim como ao de Godwin, sobejas referências na sua extensa obra, nomeadamente no que à população respeita, tal como se pode ver na sua introdução ao livro de Godwin de 1839 *Principles of Political Economy*. Esteves Pereira²³, na Introdução à Edição dos textos de Silvestre Pinheiro Ferreira, explicita bem a visão crítica que este autor tem relativamente aos fundamentos do Princípio da População.

Ser malthusiano, anti-malthusiano ou neo-malthusiano, vai depender muito mais das práticas do que das teorias económicas e políticas. São movimentos que vão percorrer o resto do século XIX e o século XX. É óbvio que as ideologias estarão por trás destes movimentos, mas vão-se constituir muito mais como doutrinas. De facto, o malthusianismo, enquanto tal, vai rapidamente dar lugar aos movimentos neo-malthusianos, iniciados no Reino Unido, logo em 1822 por Francis Place, que, ao contrário de Malthus, vão preconizar o controle dos nascimentos no seio do casamento, vão defender abertamente a contracepção.

De forma muito abreviada pode-se dizer que os católicos são malthusianos, pois a doutrina da igreja não preconiza a procriação a todo o custo, mas vão mostrar-se ferozmente contra os neo-malthusianos. Continuam a mostrá-lo na actualidade. Os socialistas, com Marx à cabeça, vão-se mostrar anti-malthusianos e mesmo contra o neo-malthusianismo, pelo menos no Reino Unido e em França, sendo que na Alemanha existem posições a favor e contra. Só muito mais tarde, já em pleno século XX, as correntes socialistas, nos países de leste, vão gradualmente aceitando a contracepção.

Os movimentos neo-malthusianos, mais apadrinhados por intelectuais e grupos da esquerda não socialista, surgem sob a bandeira do combate à miséria e da promoção da procriação consciente. Vão constituir fortes movimentos e produzir muitos textos de acesso fácil à população, no sentido de incentivar a liberdade de posições, e de ensinar a utilização dos meios contraceptivos. Nem sempre os meios operários vão ser receptivos, dado as correntes socialistas se oporem. Estes movimentos, primeiro no Reino Unido e depois em França vão sofrer perseguições. Entre as duas guerras mundiais, a Europa esquece um pouco o problema e só depois da 2.ª Guerra mundial a liberdade passa a ser, na Europa, a situação normal. Entretanto esta questão passa a utilizar outras designações e a fazer um percurso que passa do controle dos nascimentos (birth control) para

21 FAUVE-CHAMOUX, 1985: 17, 24.

22 SOUSA, 1979.

23 PEREIRA, 1996: XXIII, XXIV.

o planeamento familiar (family planning). A evolução nos Estados Unidos da América não sofre a interrupção de entre as duas guerras.

Durante todo o século XIX e ainda no início do século XX vários são os investigadores que tentam encontrar e provar teorias sobre a população, no caminho iniciado por Malthus. Quetelet e Pierre Verhulst em meados de novecentos tentam testar um modelo matemático, através de uma curva logística que corresponda ao desenvolvimento da população tendo em consideração vários factores, para além da fecundidade, mas o resultado nem a eles satisfaz. Existem outras aproximações, através da biologia, que tentam mostrar as condições para uma menor fecundidade, ou autores como Galton²⁴ que considera que a fecundidade é diferencial segundo as raças e classes sociais e encara o desenvolvimento de uma raça superior. Estamos no puro eugenismo, que irá servir o nazismo, mas não constitui qualquer verdadeira teoria sobre a população. Outras existiram que não fizeram caminho. No campo da sociologia também existem investigadores que se vão preocupar com as questões da evolução da população. Emile Durkeim²⁵ e Eugène Dupréel²⁶ encontram-se entre estes, preconizando, embora com cambiantes muito significativos, que um crescimento, ou melhor, um aumento da densidade da população, promoveria o aumento do bem-estar da população. Para Durkeim as questões demográficas desempenham um papel importante na evolução das sociedades, dado que uma população numerosa permite uma melhor divisão do trabalho, mas não chega a preocupar-se, de facto, sobre as causas da evolução da população, mas sim com os seus efeitos. Outras aproximações foram feitas, no período em que a fecundidade, nos países industrializados, começa a dar sinais de recuo. O aumento do individualismo é apontado como uma das causas. Por exemplo, para Arsène Dumont²⁷ é o desejo de ascensão social e a percepção de que o custo de criar um filho passa a ser um investimento elevado, que leva à diminuição da fecundidade, no sentido de permitir uma maior possibilidade de ascensão social aos descendentes. É a teoria da “capilaridade social”.

Embora muita da investigação feita nestas áreas seja de inegável interesse, nenhuma destas aproximações às questões populacionais pode ser considerada uma verdadeira teoria da população. Mas existiram, no início do século XX, duas que terão o direito a essa designação. A teoria do Ótimo da População e a Teoria da Transição Demográfica. Ambas estão ligadas, ou melhor, a primeira vai conduzir a um grande desenvolvimento da segunda.

A teoria do Ótimo da População acaba por ser o retomar de uma ideia com dois milénios, pois, no fundo, já Platão tentava encontrar o justo equilíbrio entre o número de cidadãos e a capacidade de a sociedade sobreviver em condições de vida desejáveis. Também o confucionismo, antes ainda de Platão, preconizava este equilíbrio, apesar da sua tendência populacionista. Também alguns teóricos a partir de Malthus tentaram encontrar este equilíbrio. A época é, no entanto, outra e os conhecimentos demográficos do início do século XX, embora através de uma ciência ainda não totalmente consolidada, estão já razoavelmente desenvolvidos. O percurso feito no conhecimento através dos censos durante o século XIX foi enorme e as características fundamentais da população dos países industrializados é conhecida.

Segundo Vilquin²⁸ o enunciado da teoria é simples: «si une population peut être jugée trop peu nombreuse ou trop nombreuse, il doit exister entre sous-population et surpopulation un stade intermédiaire, plus harmo-

24 GALTON, 1869.

25 DURKEIM, 1893.

26 DUPRÉEL, 1928.

27 DUMONT, 1890.

28 VILQUIN, 2006: 42.

nieux que ces deux extrêmes». Para Adolphe Landry²⁹ o objectivo será o de encontrar as condições teóricas daquele óptimo, considerando as condições concretas de cada população.

A teoria desenvolve-se a partir da década de vinte do século passado. A sua definição constituiu sempre algo de muito delicado. Parte do princípio de que tanto uma população pouco numerosa como uma população numerosa, não são indutoras de bem-estar. Logo, é necessário encontrar uma definição de bem-estar que possa ser quantificável e entrar numa equação que permita encontrar o tal óptimo. É aí que reside o problema. Como medir o bem-estar? Se não o conseguimos definir, será pelo menos possível encontrar um indicador (mensurável ou traduzível numa medida) que o represente? Pode-se pensar na esperança de vida, no rendimento per capita, na mortalidade infantil... E tantos outros. Mas cada um deles, por mais aceite e consensual que seja num determinado momento, pode mudar. E isto sem equacionar quantas divergências existirão para encontrar o referido indicador.

A teoria económica é aquela em que este raciocínio mais é trabalhado, e propõem um óptimo de população por referência à satisfação das necessidades da população. A maioria dos modelos que surgiram faziam jogar a lei dos rendimentos crescentes e decrescentes e a evolução da produtividade, média e marginal. Para maximizar o bem-estar individual poder-se-ia chegar ao ponto de para um rendimento nacional que declinasse menos que a população, ser, mesmo assim, necessário fazer diminuir o número de indivíduos. Mesmo os autores que trabalharam o modelo, fundamentalmente da escola económica neoclássica (Mirabeau e Sismondi, por exemplo), colocaram ainda a questão – será preferível um menor número de indivíduos beneficiar de um bem-estar mais elevado ou um maior número de indivíduos beneficiar de um bem-estar um pouco menos elevado? Ou seja, esta teoria, mesmo só sob o ponto de vista económico, revela-se uma espécie de beco sem saída. E, no entanto, este tipo de desenvolvimento deixa de fora, a noção de valor para o bem-estar na óptica social, mais global. Esta teoria continuou a ser trabalhada ao longo do século XX e os modelos construídos permitem a determinação de uma área de óptimo populacional, na qual poderão existir muitas escolhas, fundamentalmente de cariz não económico, que visem, para uma determinada época e uma determinada população, uma noção assumida do que é o seu bem-estar. Por outro lado, a teoria depara-se com o problema da constante dinâmica da população e dos contextos em que ocorre, o que faz com que o óptimo ou a área óptima tenham que se deslocar constantemente. Conceptualmente todas estas hipóteses são possíveis, mas não se têm revelado aplicáveis. Se exceptuarmos a formulação de Alfred Sauvy, esta tem sido, uma teoria demo-económica sem grande aplicabilidade.

É por isso que prefiro ficar com o que do Óptimo da População diz Sauvy³⁰. Tomo aqui a síntese de Vilquin:

c'est l'effectif de population qui permet la meilleure réalisation des objectifs qu'une société donnée s'est choisis. D'où tout un éventail d'optima associés aux divers objectifs sociétaux possibles: suprématie géopolitique (optimum de puissance), niveau de vie de la population (optimum de bien-être), efficacité économique, élimination de la pauvreté, autarcie, réalisation d'un idéal philosophique, etc. Alfred Sauvy a également tenté de intégrer à la théorie des éléments jusqu'alors négligés comme les relations entre le mouvement d'une population et les modifications de sa structure³¹.

Ou seja, Sauvy recoloca a questão do Óptimo da População num contexto mais vasto, quer no que diz respeito à Demografia em sentido estrito, quer na sua inserção nas Ciências Sociais e Políticas, incluindo a Economia, deixando a margem necessária à actuação das sociedades e dos poderes que as governam de melhor interpretar o seu sentir. Poder-se-á dizer que a sua eficácia é idêntica à dos modelos demo-económicos, mas é com certeza

29 LANDRY, 1934.

30 SAUVY, 1963.

31 VILQUIN, 2006: 43.

portadora de uma capacidade preditiva que os modelos estudados nunca permitiram. Se aqueles objectivos diferenciados forem claramente definidos as Políticas de População terão não só um campo de actuação claro, como a análise dos efeitos dessas mesmas políticas se tornará avaliável. De alguma forma, este conjunto de modelos vai, em alguns dos seus pressupostos, entrelaçar-se com a última teoria que aqui exporei.

Abordarei, então agora, a Teoria da Transição Demográfica. Embora seja uma teoria que ainda hoje subsiste enquanto teoria explicativa da evolução da população, creio que vale a pena deixar registado quais os textos e autores que construíram a teoria, os seus “pais fundadores”, o que farei no quadro seguinte. Neste quadro estão por ordem cronológica os textos que constituíram a matriz teórica a partir da qual muitos outros autores fizeram evoluir e ajustaram a Teoria da Transição Demográfica. Como se pode verificar os mesmos autores desenvolveram a teoria em textos que podem distar entre si de bastantes anos e que revelam o lento aprofundar do processo da respectiva construção.

1929	THOMPSON, W.S., <i>Population</i>
1934	LANDRY, Adolphe, <i>La révolution démographique, Études et essais sur les problèmes de la population.</i>
1936	CARR-SAUNDERS, A. M., <i>World population; past growth and present trends.</i>
1945	DAVIS, Kingsley, <i>The world demographic transition.</i> NOTESTEIN, F. W., <i>Population, the long view.</i>
1946	THOMPSON, W.S., <i>Population and peace in the Pacific.</i>
1953	NOTESTEIN, F. W., <i>The economics of population and food supplies. Economic problems of population change.</i>

Toda a segunda metade do século XX é dominada pelo pensamento produzido pela Teoria da Transição Demográfica. O seu nascimento e estruturação fazem-se fundamentalmente antes da segunda Guerra Mundial. O termo “revolução demográfica” é pela primeira vez introduzido em 1929 pelo polaco Léon Rabinowicz e retomado logo no mesmo ano pelo demógrafo americano Warren Thompson; foi de seguida adoptada pelo francês Adolphe Landry³², na obra exactamente intitulada *La révolution démographique, Études et essais sur les problèmes de la population*; Notestein, nos desenvolvimentos que faz sobre a teorização em curso e ao estender os seus princípios à escala mundial, vai chamar-lhe Transição Demográfica, designação que é retomada na Europa, ficando assim conhecida daí em diante.

Os seus desenvolvimentos sucessivos, com a colaboração de outros autores, vai erigi-la em teoria explicativa da evolução da população ao longo do século XX, na medida em que, a par do Princípio da População de Malthus, é, efectivamente uma teoria que propõe uma lei geral para a evolução da população. Os demógrafos americanos vão desenvolver, fundamentalmente, os princípios do crescimento da população segundo uma curva logística, na linha de ideias das teorias demo-económicas. Por seu lado, Landry vai introduzir, ou privilegia, o movimento de ideias, como factor explicativo para a evolução da população. Este modelo nasce com o objectivo de explicar a evolução da população europeia, ou seja, os efeitos na população da sua passagem de uma sociedade agrícola a uma sociedade industrial. As constatações dos vários autores são suportadas pelo facto desta transição se produzir independentemente das particularidades físicas, económicas e políticas das populações a que se aplicava o modelo. Notestein, cedo viu a possibilidade de aplicar o modelo à escala global, o que no dealbar da segunda metade

32 LANDRY, 1934.

do século XX constituía uma espécie de alívio para a constatação nascente do imenso crescimento da população dos países não desenvolvidos. Foi assim fácil erigi-la em teoria geral.

Antes de expor algumas das críticas que lhe têm sido dirigidas ao longo do tempo, vejamos o que nos diz a teoria, tal como foi definida até meados da década de cinquenta. Todos os países já passaram, estão a passar ou passarão pelas seguintes quatro fases: a) fase de quase equilíbrio antigo, entre uma mortalidade e uma fecundidade elevadas; b) fase de recuo da mortalidade, com grande aceleração do crescimento da população; c) fase de recuo da fecundidade e de conseqüente contracção do crescimento natural; d) última fase, de novo, de quase equilíbrio moderno, com mortalidade e fecundidade baixas, tendendo para um crescimento nulo.

Para Landry existem apenas três fases ou “regimes demográficos” que se sucedem no tempo: a) “regime primitivo” em que a pressão das subsistências, ou de forma mais genérica a economia, apenas afectam a mortalidade, e em que o homem deixa à natureza a regulação dos excedentes; esta espécie de regulação “natural” faz com que a população tenda sempre para o máximo possível pelas subsistências disponíveis; este efectivo da população tem no longo prazo crescimento muito lento, perturbado regularmente por crises de sobremortalidade (epidemias, guerras, fomes); b) “regime intermédio”, em que o progresso, técnico, científico, de circulação, permite à população manter ou elevar o seu nível de vida; este desenvolvimento leva-a a fazer diminuir a natalidade, inicialmente através do retardamento da idade do casamento; c) “regime moderno” em que a natalidade baixa fortemente e não somente em função de considerações económicas individuais; deixa de existir uma lei universal.

Podemos dizer que o esquema interpretativo de Landry não difere muito do anterior, que ganhou terreno, embora sujeito a um escrutínio sistemático até aos dias de hoje.

Para muitos dos críticos da teoria, e dito de forma muito simplificada, ela peca em primeiro lugar pela secundarização dos efeitos da mortalidade sobre o modelo e em segundo lugar pela ausência das migrações, sem abordar os contextos socioeconómicos, muito diferenciados. A grande questão que se tem colocado ao modelo é a da sua aplicação aos países em desenvolvimento. Chesnais, um dos autores que mais tem trabalhado esta teoria, sendo um dos seus defensores, em várias das suas obras e naquelas que tem coordenado³³ tem introduzido novos elementos ao modelo, para além de uma colecta sistemática de dados demográficos e sociais, a nível mundial e ainda por países e regiões, de forma a torná-lo operacional à escala mundial, sem deixar de lhe ser crítico. Estas críticas têm razão de ser, dado que a Teoria se centra na questão da natalidade/fecundidade e mesmo aí encontra dificuldades explicativas, fundamentalmente nos países em desenvolvimento. Para Vilquin “La clé d’un renouveau de la théorie de la transition est sans doute dans la recherche d’une théorie explicative de la baisse de la fécondité ”³⁴.

Ainda segundo Vidal³⁵:

Il y a des sociétés traditionnelles où la fécondité et la mortalité sont élevées (...) et des sociétés modernes, à basses mortalité et fécondité»; c’est là la seule généralisation que reconnaisse A. J. Coale. Les cheminements de baisse de la fécondité sont multiples: il n’y a pas, pour cet auteur un modèle unique de transition démographique³⁶.

As teorias expostas, como tentei evidenciar, foram muito importantes para o conjunto de doutrinas que hoje em dia subsistem nas nossas sociedades.

33 CHESNAIS, 1986; 1995; 1997; 2002.

34 VILQUIN, 2006: 45. Considero que para o caso português um importante contributo, neste sentido, foi dado pela tese de doutoramento de OLIVEIRA, Isabel Tiago de, 2003 – *O Declínio da Fecundidade em Portugal: o Sistema de Respostas Múltiplas*.

35 VIDAL, 1994: 77.

36 VIDAL, 1994: 77.

As Doutrinas de População – rumo às Políticas de População

No entanto, cabe agora encontrar o que se considera, face às Políticas de População, uma Doutrina. Creio que utilizar a concepção que sobre esta matéria tem Hervé Le Bras, me aproxima mais do meu próprio pensamento.

Na apresentação da Segunda Parte do livro *Démographie et Politique*³⁷, dedicada ao “Natalismo, nacionalismo, eugenismo e darwinismo social”, o autor clarifica bem as razões da maior utilização da designação de doutrinas em detrimento da de teoria ou ideologia. Não podia estar mais de acordo, porque coloca a questão na sua dimensão social, sem que por isso se perca uma visão cientificamente articulada, imprescindível a qualquer análise sustentada:

Les démographes utilisent d'habitude le mot doctrine pour décrire un système d'idée dans leur domaine. Ils préfèrent ce terme à ceux d'idéologie et de théorie, sans doute pour marquer plusieurs différences avec les sciences de la nature, et les sciences politiques. Une doctrine est moins charpentée qu'une théorie et plus directement en rapport avec l'action qu'une idéologie. Doctrine par sa parenté avec l'adjectif doctrinaire marque aussi un décalage entre la réalité et sa perception sociale sans que ce décalage devienne un gouffre comme dans le cas de l'idéologie³⁸.

No entanto, Le Bras chama também a atenção para os problemas que a noção de doutrina comporta para a análise dos demógrafos, principalmente ao longo do século XX, dado as doutrinas, que nos seus princípios deveriam comportar uma forte consistência, não serem credoras de uma total coerência interna, existindo com frequência pontos importantes de interface entre elas, dificultando a análise e interpretação do demógrafo. Le Bras levanta ainda uma outra questão muito pertinente e que partilho, ou seja, a dificuldade que as doutrinas demográficas têm, com frequência, de se autonomizarem do mero senso comum. Tal dificuldade é natural pela própria natureza da demografia, que ao lidar com grandes números tende naturalmente a uma generalização. Ou seja, a análise que a demografia produz pode ser capaz do melhor e do pior, “du meilleur quand elle approfondit son travail statistique et du pire quand elle sert d'amplificateur au sens commun”³⁹.

Para tomar outro autor, que antes de Le Bras sustentava a questão das doutrinas, pegaremos num dos mais destacados teóricos das questões demográficas: Alfred Sauvy. Este autor apesar de ter feito a sua ligação à Demografia através da História, como já referi, foi capaz de dar o salto desta disciplina para as Ciências Sociais e Humanas em geral, tendo sido um dos autores mais “endoutrinadores”, no que à população europeia do século XX respeita. No entanto, a sua envergadura, permitiu-lhe sempre distinguir entre a perspectiva científica e a do cidadão particularmente informado e interventivo.

Tomaremos aqui um dos textos mais antigos de Sauvy⁴⁰, numa tradução que não se pode considerar brilhante, mas que em nada afecta as concepções que Sauvy expõe. Interessante é, também, a concepção da obra como um todo. Sob o título “A população”, Sauvy percorre numa primeira parte os “Métodos e Instrumentos”, expondo de forma breve as metodologias de análise das variáveis demográficas, para na segunda parte abordar “Resultados Gerais”, ou seja, o que a partir do tratamento demográfico é possível obter como leitura e interpretação da realidade, mantendo a leitura a partir das variáveis demográficas, para, finalmente, na terceira parte e numa abordagem que não corresponde à mais vulgar, tratar das “Doutrinas e Políticas de População”⁴¹.

37 RONSIN, LE BRAS, ZUCKER-ROUVILLOIS, 1997.

38 LE BRAS, 1997: 83.

39 LE BRAS, 1997: 84.

40 SAUVY, 1944.

41 SAUVY, 1944: 129-173.

O desenvolvimento desta terceira parte da obra só me interessa neste ponto, pela sua exposição face ao que o autor entende por doutrinas e políticas de população. A análise que faz em diversos pontos desta terceira parte, há muito que foi revista e reelaborada pelo próprio autor, pelo que não faz qualquer sentido retomar aqui as ideias de Sauvy centradas na realidade demográfica da época.

A particularidade de Sauvy ao abordar o que é uma doutrina no contexto demográfico ou da população reside, não tanto na definição em si própria, mas na abordagem que faz do seu entendimento ou percepção pelo cidadão comum. É a distinção que faz entre doutrina de população e atitude. Aliás começa logo por enunciar a necessidade de distinguir entre as duas:

Uma *doutrina de população* é um conjunto de ideias correctamente explicitadas que, esforçando-se por ser coerente e enquadrar suficientemente as realidades, sugere ou dita um certo número de posições ou de atitudes sobre diversos problemas: natalidade, práticas antinatais, alojamentos familiares, reformas de velhice, etc.

E acrescenta:

Mas indivíduos ou grupos de indivíduos podem muito bem não professar nenhuma doutrina de população, embora tenham sobre os problemas em questão atitudes cujo conjunto equivale à aplicação de uma doutrina⁴².

E culmina dizendo que mesmo a ausência ou abstenção equivale a uma tomada de posição. Coloca, aliás, os partidos políticos muito neste posicionamento, na medida que mesmo sem assumirem especificamente uma doutrina tomam posições que, conjuntamente, actuam como se ela existisse. Ou seja, as atitudes, no que à população respeita, acabam por revelar um valor intrínseco que em muito se aproxima da existência de doutrinas explícitas. No fundo, estas reservas, embora formuladas de outra forma correspondem aos problemas já enunciados por Le Bras.

Considero que está, assim, aproximadamente clarificada a questão da utilização da designação de doutrina de população, contornando de alguma forma as teorias da população.

As Políticas de População

Sauvy é um bom autor para passarmos à tentativa de encontrar o conceito e as definições para Política de População. O início da terceira parte, “Doutrinas e Políticas de População”⁴³, da obra atrás referida é pautado por uma tentativa de explicar a necessidade de encontrar uma “qualquer lei da população”, embora possamos constatar que, mesmo dentro das suas concepções, a teoria do óptimo da população, tal como o autor a concebe, suscita dúvidas e problemas dificilmente transponíveis a nível de um país ou do mundo. Poderá, contudo, e pela forma de colocar as questões a que uma doutrina deve responder, ser um poderoso auxiliar na formulação de políticas de população. Contestando os países que afirmam não terem políticas de população, diz:

Mesmo que se limite a ciência da população ao quantitativo, ao número de homens, grande é ainda o domínio da política, consciente ou inconsciente, desejada ou espontânea. Quer se trate de fiscalidade, de recrutamento, de regime agrário, de ensino, de investimentos, de alojamento, etc., as dispo-

42 SAUVY, 1944: 137.

43 SAUVY, 1944: 129-173.

sições têm alguma influência no desenvolvimento da população. Esta influência é ainda mais visível quando as medidas são directas, tais como legislação do casamento e do divórcio, saúde pública, luta contra os flagelos sociais, migrações, etc.⁴⁴

Ou seja, para Sauvy existem sempre, pelo menos, medidas de política que interferem ou interagem com os aspectos demográficos de uma população.

Tentarei agora dar uma visão mais sistematizada dos conceitos e definições existentes sobre o que são Políticas de População e muitos têm sido os autores que têm tentado a clarificação do conceito.

Começarei por abordar a posição de Annie Vidal, que ensaia uma síntese das principais posições. A autora começa por dizer que não irá utilizar a visão abrangente segundo a qual “Une politique de population pourrait se définir comme l’ensemble des mesures publiques ayant un effet sur le comportement de la population”⁴⁵. Considera que tal definição é pouco operacional pela extensão do campo que abarca, impedindo, assim, qualquer abordagem analítica. Prefere retomar a definição de Georges Tapinos⁴⁶ segundo a qual uma política de população agruparia “l’ensemble des mesures qui visent à agir sur le taux d’accroissement, les structures et la répartition spatiale de la population”. Se me parece possível Tapinos ter, em algum momento anterior a 1994, definido Política de População como Vidal refere, de facto, e se pegarmos na obra de Tapinos, veremos que a sua definição acaba por se alargar para o âmbito que, exactamente, Vidal parece recusar. Nesta obra Tapinos define o conceito da seguinte forma:

Les politiques de population recouvrent l’ensemble des mesures qui ont pour effet d’influencer le rythme d’accroissement de la population. Elles comprennent toutes les dispositions qui, *directement ou indirectement, de façon explicite ou latente*, agissent sur les facteurs de la croissance démographique, la fécondité, la mortalité, les migrations extérieures au territoire considéré. Les mesures qui comportent un objectif démographique explicite, et qui retiennent davantage l’attention, peuvent être incitatrices ou contraignantes⁴⁷.

E, no entanto, não posso deixar de estar de acordo com Vidal, pois a capacidade de análise de um campo tão vasto, poderá ser impeditivo de uma verdadeira abordagem estruturada sobre as políticas de população de uma região, de um país, de um continente e até das políticas de âmbito tão vasto como aquelas que os organismos internacionais veiculam a nível mundial. Esta posição não me impede, no entanto, de considerar que a abrangência da definição é correcta e que há que tê-la presente, mesmo quando por necessidade analítica focalizamos o âmbito da análise.

Vidal⁴⁸ retoma ainda uma definição de Hubert Gérard⁴⁹, cujo sentido, contudo, se insere na problemática da Transição Demográfica, que como vimos constitui um dos panos de fundo da demografia ao longo do século XX e mesmo ainda hoje, que não deixa de ser um contexto específico. Diz Hubert Gérard, definindo política demográfica:

comme un système de programmes intégrés, qui est élaboré et mis en œuvre par une entité ayant pouvoir de décision et d’exécution en ce domaine, dans le but explicite d’orienter ou de modifier le mouvement de la population dans un sens déterminé, en l’occurrence de réaliser la transition démographique.

44 SAUVY, 1944: 167-168.

45 VIDAL, 1994: 127.

46 Embora não refira de que obra do autor retira a definição apresentada, nem este conste da bibliografia da obra.

47 TAPINOS, 1996: 215-216. Itálico meu.

48 VIDAL, 1994:127.

49 Embora, de novo, não refira de que obra do autor retira a definição apresentada, nem este conste da bibliografia da obra.

Portanto, para este professor da Universidade de Lovaina, uma Política Demográfica é constituída por um sistema de medidas a definir e levar a cabo por uma “entidade”. Esta posição e a própria designação de política demográfica, remete-nos para a questão das políticas internacionais que durante décadas tentaram forçar o declínio da fecundidade nos países subdesenvolvidos, com consequências nem sempre desejáveis sob muitos pontos de vista. Estas políticas, levadas a cabo por organismos internacionais e apoio das nações poderosas, tiveram durante muito tempo designações como de controle de natalidade (birth control) e depois de planeamento familiar (family planning). A evolução da população mundial e a percepção cada vez mais clara de que dificilmente se actua sobre uma única variável demográfica sem consequências sistémicas, mesmo fora do domínio demográfico, e exactamente no sentido de precisar que as questões que pretendem enfrentar não correspondem apenas a problemas de fecundidade, mas ao conjunto de variáveis que determinam as características de uma população, fez com que a designação de Política Demográfica se impusesse e, cada vez mais, com uma aceção que se aproxima da de Políticas de População. Aliás, já em 1973, Hubert Gérard e Guillaume Wunsch⁵⁰, utilizavam a designação de política demográfica e expunham a passagem do “birth control” para o “family planning”.

Interessante é notar que um dos grandes demógrafos europeus, Roland Pressat, no extenso artigo que constitui a entrada para “política de população” no seu *Dicionário de Demografia*, opte por uma definição restritiva. Considera este autor que uma definição extensiva levaria a considerar tantas medidas de política, que se cairia em quase todas as medidas que afectam a colectividade. Por outro lado, na entrada “política demográfica”, considera-a sinónimo de “política de população”. A definição restrita que referi considera apenas as medidas que deliberadamente afectam a população. Utilizando a versão em castelhano, diz Pressat: “Política de población – Conjunto de medidas, tomadas frecuentemente por los poderes públicos, y destinadas a influir en la evolución demográfica”⁵¹.

Face às posições dominantes actualmente, de facto, as designações de Política de População e de Política Demográfica são utilizadas, quase sempre, indistintamente. No entanto, é meu entendimento que a designação de Política de População é mais abrangente, pelo que a prefiro. A designação de Política Demográfica remete-nos para o universo das variáveis estritamente demográficas, podendo fazer crer que apenas as medidas tomadas com o objectivo explícito de influir na natalidade/fecundidade, nas migrações ou mesmo na mortalidade, serão equacionadas. Dado que considero que existem medidas políticas que não se situam naquele âmbito, mas que produzem efeitos demográficos, logo sobre a população, como todas aquelas que respeitam, por exemplo, ao ordenamento do território, continuo a preferir a designação de Políticas de População, visando também a análise dos fenómenos induzidos por medidas de política.

As perspectivas anglo-saxónicas são, geralmente, mais operacionais, não deixando, contudo, de reflectir preocupações de índole teórica e de necessidade de definição de conceitos. Por outro lado, também se podem considerar mais abrangentes, à semelhança do que afirma Teitelbaum “En français, cependant l’expression *politiques de population* a généralement un sens plus restreint que dans la culture anglo-saxonne”⁵².

E, no entanto, um dos autores mais influentes do século XX sobre as Políticas de População a nível mundial tem sobre o conceito uma posição muito particular.

Falamos de Kingsley Davis (1908-1997), ainda hoje referência para muitos dos que debatem a questão, não só pela profundidade dos seus conhecimentos demográficos e justeza das suas análises, como pelas controversas posições que tomou ao longo da sua longa vida académica. É considerado por muitos como um dos

50 GÉRARD; WUNSCH, 1973: 143-147.

51 PRESSAT, 1997: 141-143.

52 TEITELBAUM, 2006: 151.

precursores e fundadores da “Demografia Social”, como já referi, através do estudo da Transição Demográfica, cuja designação popularizou, embora a respectiva teorização caiba ao colectivo de autores em que se insere. É também um dos “pais” da expressão “zero population growth” ou seja, o objectivo do crescimento nulo, e ainda da popularização da expressão “explosão demográfica”⁵³.

Embora as ideias de Davis sobre as Políticas de População percorram grande parte da sua obra, torna-se difícil encontrar uma definição que ele tenha utilizado. Para Davis, o complexo de factores não demográficos que determina a evolução da população, como se pode verificar em múltiplos dos seus textos, quase que impede a existência de qualquer política de população efectiva. Por exemplo, no seu artigo de 1963⁵⁴, sobre a teoria das alterações e das respostas existentes na moderna história demográfica, a propósito da rápida evolução demográfica do Japão, diz Davis:

What, then, is the picture that Japan presents? It is the picture of a people responding in almost every demographic manner then known to some powerful stimulus. Within a brief period they quickly postponed marriage, embraced contraception, began sterilization, utilized abortions, and migrated outward. It was a determined, *multiphasic response*, and it was extremely effective with respect to fertility⁵⁵.

Esta posição, que nos traz uma das inovações de Davis, a sua teoria das respostas multifásicas no processo de transição demográfica, cujo debate perdura até hoje, é perfeitamente enquadrada, no mesmo artigo, na sua posição imbatível de que “The process of demographic change and response is not only continuous but also reflexive and behavioral”⁵⁶. Face a esta constatação dificilmente se consegue a estruturação de uma Política de População que possa ter em conta todos os aspectos dinâmicos e comportamentais de uma população, permitindo a definição de metas para políticas de população que possam ser atingidas enquanto tal. O artigo que aqui referimos constitui já uma enorme evolução relativamente ao pensamento de Davis, que, no que toca às Políticas de População, se preocupou fundamentalmente com os problemas do rápido crescimento da população mundial e com a análise crítica das medidas que foram sendo tomadas ao longo do tempo pelas instâncias nacionais e internacionais. Um dos seus artigos, já da fase final da sua vida, “Population and Resources: Fact and Interpretation”⁵⁷ de 1990⁵⁸, constitui mais um conjunto de perguntas e interpretações, muito bem fundamentadas, sobre a evolução da população mundial, relativamente à questão, velha de mais de 200 anos, do binómio “população/recursos”. Encontramos aí mais uma longa reflexão sobre as ligações da demografia e dos demógrafos com as outras ciências, especialmente com as Ciências Sociais, que representa um desafio no presente, nomeadamente e particularmente, aos investigadores e aos políticos que pretendam investigar ou actuar no âmbito das políticas de população.

Voltando, contudo, à questão da definição de Política de População, no contexto da obra de Davis, encontramos, não exactamente uma definição, mas o enunciado do que devem ser os objectivos de uma Política de População:

53 HEER, 2005: 1.

54 “The Theory of Change and Response in Modern Demographic History”. *Population Index*, vol.29, Issue 4 (October 1963): 345-366.

55 HEER, 2005: 401.

56 DAVIS, citado por HEER, 2005: 397.

57 *Population and Development Review*, vol.16: 1-21.

58 HEER, 2005: 647-667.

population policy seeks to achieve “population control” by making the collective result an intended one. That is, it sets a population goal for the nation or state as a whole and seeks means to achieve this goal. If the policy succeeds, the population is “controlled,” i.e., intended⁵⁹.

Para Davis este tipo de objectivos e esta forma de, de alguma forma, definir Política de População tem a ver com a sua perspectiva de que os objectivos só são alcançados se a população estiver ciente deles e globalmente a eles aderir, e não apenas a definição de uma política a partir de decisores políticos, face às suas análises. Esta postura tem tudo a ver com a sua perspectiva da demografia, não apenas como uma ciência instrumental, mas também como uma verdadeira Ciência Social.

Existem, no entanto, na actualidade, muitos autores anglo-saxónicos que definem Política de População. Algumas destas definições são mais próximas das posições dos autores europeus, ou seja, são mais restritivas relativamente ao que se pode designar por Política de População. Começemos por Paul Demeny, autor com larga troca de experiências e trabalhos conjuntos com demógrafos europeus.

Paul Demeny é um conceituado académico, agora no “Population Council”. Em recente artigo, define Política de População de uma forma concisa, mas não menos abrangente, não deixando de dizer que a definição, qualquer que ela seja, deixa margem para muitas interpretações.

Population policy may be defined as deliberately constructed or modified institutional arrangements and/or specific programs through which governments influence, directly or indirectly, demographic change⁶⁰.

No entanto, Demeny considera que a generalidade dos governos apenas considera como variáveis chave para as políticas de população a fecundidade e as migrações, deixando a mortalidade confinada às políticas de saúde. Refere ainda que uma política de população poderá ser equacionada de forma restrita, apenas considerando aspectos quantitativos ou, de forma mais abrangente, equacionar aspectos qualitativos, que exemplifica através de medidas que visem uma determinada composição da população ou a sua distribuição espacial. Refere ainda que os governos podem encarar virar-se para fora das suas fronteiras, dada a importância que as questões populacionais assumem nos dias de hoje⁶¹.

Esta última questão volta a remeter-nos para as entidades de que falava Hubert Gérard, que mais não são do que as instâncias internacionais, através das suas agências e dos seus fundos, não negligenciando medidas de política que podem ser levadas a cabo de forma bilateral.

De 2000, e com um carácter vincado de operacionalidade, é a definição apresentada por Don Rowland, da Universidade Nacional da Austrália:

A population policy does not have to be a highly detailed prescription of what is desirable demographically. It might consist of a set of broad goals, quantitatively defined, such as minimising population ageing (e.g. no more than 25 per cent 65 and over), minimising fertility decline and ultimately achieving zero growth⁶².

É interessante observar este pragmatismo, principalmente porque reflecte de forma clara a proveniência de um país que pratica explícitas medidas de política de população há longos anos, no que respeita às migrações.

59 DAVIS, 1971: 4-5.

60 DEMENY, 2003: 3.

61 DEMENY, 2003: 3.

62 ROWLAND, 2000: 1.

Contrariamente, mas não menos pragmática, é a posição de Mike Dixon e Júlia Margo do Institute for Public Policy Research do Reino Unido que ao analisarem a tradicional e longa não ingerência directa dos governos do seu país nas questões de população, mas em que uma série de outras medidas a afectam, concluem num artigo recente:

The challenge is to respond to Britain's demographic problems in a progressive way. We need to remove the barriers preventing people from having the families they want. French-style cash incentives would be culturally inappropriate and regressive: paying mothers to opt out of the workforce is bad for gender equality, bad for children's life chances and just plain unfair. For the most part, both men and women want to play an active role in family life and in the labour market too. Policy should help them to do so. We recommend Swedish-style childcare provision, and better paternity and maternity leave. But the first step has to be for British politicians to openly acknowledge that Britain faces demographic problems, just like the rest of Europe⁶³.

Não seria difícil coleccionar definições dos mais variados autores, académicos ou investigadores, mas creio ter ficado claro que não existindo uma definição única, todas elas acabam por se situar num domínio vasto que, na minha perspectiva, passa sempre pela demografia, mas recobre muitos outros domínios.

Em relação a um dos domínios em que a problemática da população deveria estar presente, Teitelbaum⁶⁴ refere a pouca atenção que os investigadores em Ciência Política têm dado a estas questões, com muito poucos contributos no que respeita às questões da fecundidade e mortalidade, embora com investigação mais aprofundada no que respeita às migrações.

As Políticas de População situam-nos, assim, não só no domínio da Demografia, mas também da Ciência Política e das Ciências Sociais e, neste caso de forma muito expressiva, nos domínios da Sociologia, da Economia, da História e ainda das Ciências da Governação e das Políticas Públicas.

E Portugal?

É neste contexto que considero não existir em Portugal uma verdadeira abordagem das Políticas de População. Acresce que para além da necessária criação de conhecimento nesta área, existem alguns pressupostos para a sua abordagem que reputo de fundamentais. Independentemente do estudo do que em Portugal se tem produzido em várias áreas e que corresponde a análises sobre medidas de política que se têm dirigido à população enquanto tal ou de medidas que a têm afectado mais ou menos fortemente, há que tentar perceber se têm existido, de facto, Políticas de População. O papel do investigador, seja demógrafo ou investigador de áreas afins, deveria ter como pano de fundo a posição expressa, já há mais de uma década no livro *Démographie et Politique* e expresso logo na Apresentação

la volonté commune à un groupe de chercheurs en sciences sociales d'utiliser la démographie en tant que lieu d'observation privilégié des conflits pouvant opposer les idéologies et des détenteurs du pouvoir politique à l'exercice de libertés individuelles fondamentales touchant à la sexualité, aux rapports de sexe, à la vie et à l'économie familiale⁶⁵.

63 DIXON; MARGO, 2006.

64 TEITELBAUM, 2005: 720.

65 RONSIN; LE BRAS; ZUCKER-ROUVILLOIS, 1997: 5.

Estamos muito perto das ideias formuladas por António Barreto na conferência inaugural do IIº Congresso Português de Demografia, em Setembro de 2004, cuja temática se subordinou ao título “Sociedade, demografia e políticas de população”.

António Barreto, colocando-se na posição de sociólogo e ainda na de antigo político, diz:

é raro encontrar um país, um Estado ou um governo, para não dizer simplesmente uma entidade ou uma autoridade, que possua ou pratique uma política de população na verdadeira acepção da palavra. Isto é, uma política conhecida e articulada, com objectivos definidos, estratégias delineadas e meios ou instrumentos de acção seleccionados⁶⁶.

Acrescentando que as causas para tal ausência poderão ocorrer meramente por falta de sensibilidade às questões de população ou ainda pelo

facto de cada política social ou cada sector social e económico ter a sua própria dinâmica, a sua própria lógica, e, apesar das consequências evidentes no plano da população, não existe a perspectiva de integrar tais políticas ou sectores. Finalmente as questões demográficas são de tal modo vastas (quase tudo na vida colectiva tem uma dimensão demográfica...), que preferem tratar separadamente os sectores e as respectivas medidas⁶⁷.

Barreto prossegue o seu raciocínio explicitando, não só as dificuldades que poderemos enfrentar ao tentar discernir quais as medidas que efectivamente se destinam a ter um efeito directo sobre a população, mesmo quando os seus objectivos expressos são fazer face a situações sociais que delas carecem, mas que não deixam por isso de ter efeitos demográficos. Procedimentos semelhantes existem de forma generalizada em muitos países, não sendo esta forma de actuação apanágio de Portugal. Por outro lado, Barreto levanta a questão da não avaliação das medidas tomadas para os objectivos expressos ou implícitos de mecanismos e medidas de política assim tomadas, acrescentando:

as “medidas”, as leis e os dispositivos administrativos, sociais e económicos exercem geralmente influências de carácter contraditório, a ponto de se poderem anular umas às outras. Como o princípio orientador não é o de uma política coerente de população, mas sim a resposta a necessidades sociais e às exigências eleitorais, são muito discutíveis a compatibilidade e a convergência das políticas sectoriais⁶⁸.

Apesar das reticências não só à designação de “políticas de população”, mas também a muitas e expressivas políticas de população de má e dramática memória em termos históricos, e, embora sem a gravidade ou dramatismo daquelas, em relação a algumas medidas nacionais que são atentatórias das liberdades individuais, Barreto afirma:

Se me fosse pedido que estabelecesse os critérios ou as prioridades para a definição de uma política de população, elegeria três princípios. O da liberdade. O da informação. E o da coerência das políticas sociais e económicas. Quer dizer que considero negativa a formulação de orientações substantivas, como sejam as alterações da natalidade ou da nupcialidade ou a defesa de certos modelos de família. Os principais objectivos de uma política de população seriam assim a liberdade de decisão e as escolhas informadas dos cidadãos⁶⁹.

66 BARRETO, 2004: 1.

67 BARRETO, 2004: 1-2

68 BARRETO, 2004: 3.

69 BARRETO, 2004: 6.

Poderei não estar completamente de acordo com António Barreto, nomeadamente se estivermos a falar de políticas de população em abstracto e sem considerarmos as situações demográficas, sociais, culturais e fundamentalmente económicas, que ocorrem em alguns países e que apelam a uma visão menos assertiva daqueles três princípios. No entanto, e se estivermos a falar de países europeus, por exemplo, a minha concordância existe e exactamente porque a nossa história, cultura e situação económica assim o deviam exigir e, como o próprio autor refere, aqueles princípios não são impeditivos de uma verdadeira política de população. Por outro lado, aqueles princípios remetem-nos para a dimensão ética que as políticas de população deveriam sempre ter como substrato e que são uma preocupação clara de muitos dos teóricos desta área. Os princípios da liberdade, da informação e da coerência das políticas sociais e económicas elevam de forma muito expressiva a exigência, articulação e coerência das políticas que se pretendam aplicar, mas são princípios básicos que também qualquer cidadão deveria exigir.

Aqueles princípios – liberdade, informação e coerência das políticas – como base para uma política de população, remetem-nos também para a necessidade de análises aprofundadas e cuidadas das diferentes políticas e seus efeitos sobre a população e ainda para a necessidade de que aquelas se sustentem em estudos demográficos isentos. Poderá parecer que com tais princípios, ficará esvaziada qualquer possibilidade de actuar sobre a população, mas tal não ocorre.

E por considerar que a minha consonância com as posições expressas por António Barreto é grande, para além de, para mim, não fazer sentido dizer o que já foi dito e de forma clara, volto a transcrever dois passos do referido texto:

Pode parecer, pelos parágrafos que precedem, que defendo uma espécie de passividade absoluta das autoridades, dos Estados e, no nosso caso, da União Europeia ou de outras instituições internacionais. Não se trata bem disso. Aquilo a que chamei a resposta das autoridades aos acontecimentos históricos, aos factos sociais e económicos e às aspirações das populações envolve já uma capacidade alargada de iniciativas e políticas. Por outro lado, ao reconhecer que as políticas de população respondem a interesses, não estou a afirmar a sua ilegitimidade. Poderei condenar, moral e politicamente, a deriva racista ou nacionalista, mas há outras dimensões que nada têm de ilegítimo. As políticas de população podem servir interesses de uma comunidade ou de um país expressos nos seus planos e projectos de desenvolvimento social, humano e económico⁷⁰.

Finalizando com um resumo, que na minha perspectiva implica a existência expressa de políticas de população, que mais não são do que uma das formas das políticas sociais, diz Barreto:

...a minha esperança ou o meu desejo é o de que as políticas sociais e económicas sejam cada vez mais demograficamente informadas, isto é, preparadas após estudo rigoroso das suas implicações demográficas. *Em poucas palavras, que a demografia influencie e condicione as políticas sociais, mas estas não pretendam influenciar a demografia*⁷¹.

70 BARRETO, 2004: 9.

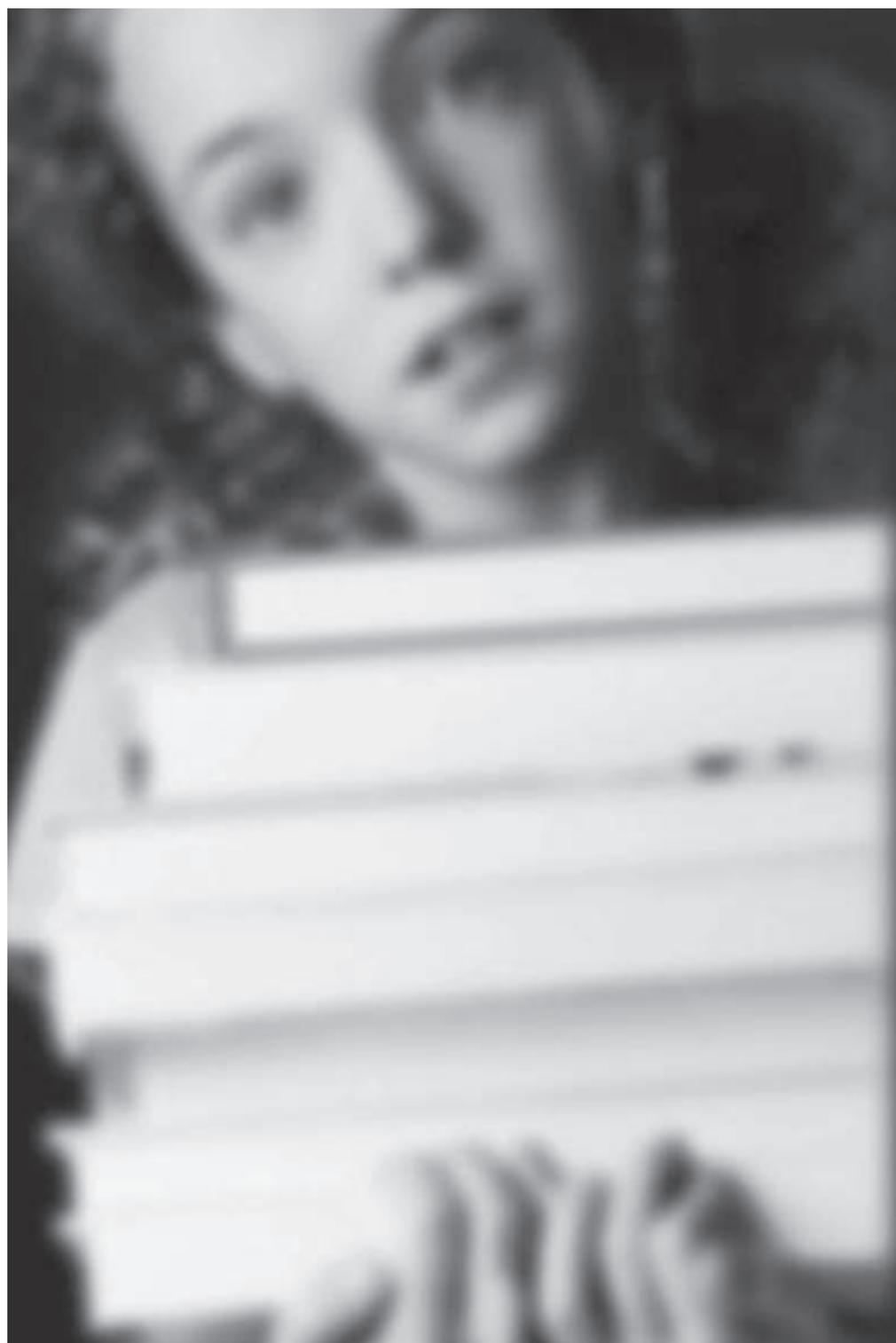
71 BARRETO, 2004: 9. Itálico meu.

A uma área de Políticas de População caberá não só a avaliação das medidas e políticas que afectam as características demográficas de uma população, com critérios teóricos e empíricos de reconhecida idoneidade, como a demonstração clara e isenta do estado da população em cada momento. Em qualquer destas perspectivas a Demografia deverá estar no cerne destas problemáticas. É neste plano que situo a necessidade do aprofundamento e da afirmação de um campo de investigação em Políticas de População, que nos permita um olhar articulado e devidamente fundamentado sobre o que se passa em Portugal.

Bibliografia

- BALDI, S., CAGIANO de AZEVEDO, R., 2006 – “Éléments d'introduction aux politiques de population” in CAZELLI, Gabriela; VALLIN, Jacques; WUNSCH, Guillaume (orgs.) – *Démographie: analyse et synthèse. Histoires des Idées et Politiques de Population*. Paris: Editions de L'INED, vol. VII, p. 171-187.
- BARRETO, António, 2004 – *Sociedade, demografia e políticas de população*, Lisboa: Conferência Inaugural do II Congresso da Associação Portuguesa de Demografia, Setembro de 2004. Disponível em: <www.apdemografia.pt/plenario_antonio_barreto.pdf> [consult. Jun. 2007].
- BIROU, A., 1982 – *Dicionário de Ciências Sociais* 5ª ed. Lisboa: Ed. Dom Quixote.
- CARR-SAUNDERS, A. M., 1936 – *World population; past growth and present trends*. Oxford: Clarendon-Press.
- CHESNAIS, Jean-Claude, 1986 – *La Transition démographique. Étapes, formes, implications économiques*. Paris: PUF.
- CHESNAIS, Jean-Claude, 1995 – *Le crépuscule de l'Occident*. Paris: Ed. Robert Laffont.
- DAVIS, Kingsley, 1945 – “The World Demographic Transition” in HEER, David M., 2005 – *Kingsley Davis. A Biography and Selections from His Writings*. New Brunswick (USA)/London (UK): Transaction Publishers, p. 207-219.
- DAVIS, Kingsley, 1971 – “The nature and purpose of population policy” in DAVIS, K.; STYLES, F. (orgs.) – *California's Twenty Million, Research Contributions to Population Policy*. Berkeley: University of California, p. 3-29.
- DAVIS, Kingsley, 1990 – “Population and Resources: Fact and Interpretation”. *Population and Development Review*. Vol.16, p. 1-21.
- DEMENY, Paul, 2007 – “A clouded view of Europe's demographic future”. *Vienna Yearbook of Population Research 2007*, Vienna: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, p. 27-35.
- DEMENY, Paul, 2006a – “The Political Demography of the World System, 2000-2050”. *Working Papers*, Nº. 213. New York: Population Council, Policy Research Division.
- DEMENY, Paul, 2006b – “Évolution des idées en matière de population depuis 1940” in CAZELLI, Gabriela; VALLIN, Jacques; WUNSCH, Guillaume (orgs.) – *Démographie: analyse et synthèse. Histoires des Idées et Politiques de Population*. Paris: Editions de L'INED, vol. VII, p.55-95.
- DEMENY, Paul, 2005 – “Policy Challenges of Europe's Demographic Changes: From Past Perspectives to Future Prospects” in MACURA, Miroslav; MACDONALD, Alphonse L.; HAUG, Werner (orgs) – *The New Demographic Regime – Population Challenges and Policy Responses*. New York, Geneva: United Nations Economic Commission for Europe, p.1-9.
- DEMENY, Paul, 2003 – “Population Policy: A concise Summary”. *Working Papers*, Nº 173. New York: Population Council, Policy Research Division.
- DEMENY, Paul; McNICOLL, Geoffrey, 2006 – “The Political Demography of the World System, 2000-2050”. *Working Papers*, Nº. 213. New York: Population Council, Policy Research Division.
- DIXON, M.; MARGO, J., 2006 – *Populations Politics, Publications and Reports - 22 Feb.*. UK: Institute for Public Policy Research.
- DUPRÉEL, Eugène, 1928 – *Deux essais sur le progrès*. Bruxelles: Maurice Lamertin.
- DURKEIM, Émile, 1893, 1964 – *The Social Division of Labor in Society*. New York: The Free Press.
- DYE, Thomas R., 1976 – *Policy Analysis: What Governments Do, Why They Do It and What Difference It Makes*. Tuscaloosa: University of Alabama Press.
- FAUVE-CHAMOUX, A. (ed), 1985 – *Malthus hier et aujourd'hui*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.
- GÉRARD, H. ; WUNSCH, G., 1973 – *Comprendre la démographie*. Paris: Marabout Université.
- GIRARD, Alain, 1967 – “Démographie Sociale” in GRUVITCH, G. (dir.) – *Traité de Sociologie*, 3ª rev. Paris: PUF, vol. I.
- HAGUE, Rod; MARTIN, Harrop; SHAUN Breslin, 1993 – *Comparative Government and Politics: An Introduction*, 3ª ed. Basingstoke: MacMillan Press.
- HEER, David M., 2005 – *Kingsley Davis. A Biography and Selections from His Writings*. New Brunswick (USA)/London (UK): Transaction Publishers.
- LANDRY, Adolphe, 1934 – *La Révolution Démographique. Études et essais sur les problèmes de la population*. Paris, Librairie Sirey, (reedição Paris, INED, 1982).
- LE BRAS ; ROSIN ; ZUKER-ROUVILLOIS (orgs.), 1997 – *Démographie et Politique*. Dijon: Editions Universitaires de Dijon.
- MALTHUS, Thomas, s.d. – *Ensaio sobre o Princípio da População*. Lisboa: Publ. Europa-América [1ª edição 1798].
- NAZARETH, J. Manuel, 2004 – *Demografia – A Ciência da População*. Lisboa: Editorial Presença.
- NOTESTEIN, F. W., 1945 – “Population, the long view” in SHULTZ (ed.) – *Food for the world*. University of Chicago Press, p. 36-57.
- NOTESTEIN, F. W., 1953 – “The Economics of population and food supplies. Economic problems of population change”. Proceeding of the 8th International Conference of agricultural economists, London, p. 13-31.
- PEREIRA, J. Esteves, 1996 – “Introdução” in *Silvestre Pinheiro Ferreira, Textos escolhidos de economia política e social (1813-1851)*, Edição organizada por José Esteves Pereira. Lisboa: Banco de Portugal, p. IX-XXXI.

- PRESSAT, Roland, 1997 – *Diccionario de Demografía*. Barcelona: OIKOS-TAU, S.A. Ediciones.
- ROWLAND, Don, 2000 – “Ageing and Population Policy” (Draft only), paper presented at the Australian Population Association Conference, 28 November – 1 December 2000. Disponível em: <http://www.apa.org.au/upload/2000-2A_Rowland.pdf>, [consult. Jan. 2008].
- SAUVY, A., s.d. – *A População*. Lisboa: Livros do Brasil. [1ª edição original da obra 1944].
- SOUSA, M. Leonor Machado de, 1979 – *Solano Constâncio*. Lisboa: Arcádia.
- THOMPSON, W.S., 1929 – “Population”. *The American Journal of Sociology*, 34, 6, p. 959-975.
- THOMPSON, W.S., 1946 – *Population and peace in the Pacific*. University of Chicago Press.
- VÉRON, Jacques, 1993 – *Arithmétique de l'Homme. La démographie entre science et politique*. Paris: Éditions du Seuil.
- VIDAL, Annie, 1994 – *La Pensée Démographique – doctrines, théories et politiques de population*. Grenoble: PUG.
- VILQUIN, Éric, 2006 – “Histoire des politiques de population jusqu'en 1940” in CASELLI, Gabriela; VALLIN, Jacques; WUNSCH, Guillaume (org.) – *Démographie: analyse et synthèse*, vol. VII, *Histoires des Idées et Politiques de Population*. Paris: Editions de L'INED, p. 11-53.
- TAPINOS, Georges Photios, 1996 – *La Démographie*. Paris: Ed. Fallois.
- TEITELBAUM, Michael S., 2006 – “Histoire des politiques de population jusqu'en 1940” in CAZELLI, Gabriela; VALLIN, Jacques; WUNSCH, Guillaume (orgs.) – *Démographie: analyse et synthèse. Histoires des Idées et Politiques de Population*. Paris: Editions de L'INED, vol. VII, p. 151-169.
- TEITELBAUM, Michael, 2005 – “Political Demography” in POSTON, D.; MICKLIN, M. (orgs.) – *Handbook of Demography*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, p. 719 -730.
- WEINER, Myron, 1971 – “Political Demography: An inquiry into political consequences of population change” in *Rapid Population growth: consequences and policy implications*, chapter XV, ISBN on-line 978-0-387-23106-8, Springer US.



Análise da população escolar do Ensino Secundário nos Açores (2000-2006)

Gilberta Pavão Nunes Rocha

Eduardo Ferreira

Introdução

Pretende-se neste artigo fazer uma breve análise da população do Ensino Secundário nos Açores, em especial do seu desempenho escolar ao longo do período de 2000 a 2006, utilizando uma metodologia de fluxos e construção de tábuas de escolaridade. Focaremos fundamentalmente os alunos do Currículo Regular da rede pública, opção que decorre da informação disponível e da pequenez de efectivos que condicionam a possibilidade de estudo em separado, tanto da rede privada do Currículo Regular como do Ensino Profissional, neste caso tanto público como privado. Cingimo-nos, assim, no nosso aprofundamento, apenas a um segmento do conjunto da população de nível secundário, ainda que seja o maioritário, como posteriormente veremos. Estes são cursos que, de facto, se prestam a uma análise da escolaridade, se a entendermos como a actividade escolar materializável em indicadores de progressão, reprovação e abandono. Por outro lado, e apesar dos Cursos Tecnológicos estarem predominantemente orientados para o mercado de trabalho, qualquer um dos percursos vocacionais são passíveis de serem absorvidos pelo Ensino Superior, o que nos suscitou algum interesse, no sentido de melhor se perceber os contornos desta base de recrutamento.

Outro aspecto condicionante à nossa abordagem prende-se com a falta de informação relativamente à idade dos alunos para o conjunto dos anos lectivos em análise. Como sabemos, os conceitos de idade e de geração são centrais nos estudos demográficos, definidores do objecto desta disciplina, principalmente se optamos por uma metodologia longitudinal¹.

Este é, assim, um trabalho que se insere no âmbito da Demografia Escolar, cujo objecto é a população escolar, como o próprio nome indica. Se seguirmos a divisão apresentada por Clerc, em 1974², nela encontramos cinco campos de actuação:

- Descrição do estado dos alunos através de diversas variáveis de que se releva a idade e o sexo;
- Estudo dos comportamentos ao nível da escolarização;
- Estudo dos movimentos internos dos alunos: progressão, retenção e abandono;

1 NAZARETH, 2004.

2 Cit. por GUYOT, 1999: 2-3.

- Estudo dos efeitos da escolarização nos acontecimentos demográficos;
- Previsão da população escolar, nomeadamente no que respeita ao seu volume e estrutura.

É relativamente a este último aspecto que encontramos um leque significativo de trabalhos levados a cabo por diversas entidades que se dedicam ao planeamento escolar e definição de políticas públicas no campo do ensino. Sublinha-se, assim, a par do interesse mais teórico, a necessidade prática da Demografia Escolar, bastante desenvolvida por várias entidades, como, por exemplo, a UNESCO ou a OCDE.

Existem dois grandes tipos de previsões escolares que utilizam métodos que podem também ser aplicados a caracterizações do passado e do presente: um centrado nas previsões demográficas e níveis de escolarização, com maior acuidade em estudos de longo prazo e com vantagens nas comparações internacionais; e outro que tem em conta o comportamento dos alunos no interior do sistema educativo, mais adequado a estudos de curto prazo ou relativos a pequenas populações de carácter local ou até estabelecimentos de ensino³.

Como ramo específico da Demografia, a Demografia Escolar serve-se dos métodos existentes na Análise Demográfica, que possibilitam o estudo da dinâmica interna desta sub-população, não só do seu grau de progressão no sistema de ensino, ou seja, do sucesso, insucesso e abandono escolar – conceito de escolaridade –, mas também da frequência – conceito de escolarização. Como esclarece Mário Bandeira:

A escolarização refere-se ao acto formal da matrícula, através do qual a população escolar se renova anualmente. Por escolaridade entender-se-á a actividade escolar propriamente dita, a qual implica a frequência das aulas e avaliação dos desempenhos escolares⁴.

Mas a população escolar e, conseqüentemente, a Demografia Escolar, em especial na perspectiva da escolarização, está intimamente associada à dinâmica demográfica geral do território em que se insere. Não será pois indiferente a caracterização da sua estrutura demográfica e dos acontecimentos que a determinam, ainda que estes sejam menos relevantes quando se trata, como aqui, de um nível de ensino não obrigatório, mais dependente das opções individuais, das mudanças sociais e das políticas sociais, em especial as educativas.

Evolução e breve caracterização da população estudantil do Currículo Regular

Como enquadramento, e numa perspectiva de análise transversal, apresentaremos uma breve indicação genérica da população açoriana nos níveis etários correspondentes ao Secundário, ou seja, entre os 15 e os 19 anos, bem como da população em estudo, durante um período um pouco mais longo, que nos permitirá avaliar algumas das grandes tendências de aumento e diminuição desta população, como da sua base de recrutamento.

No contexto nacional, os Açores apresentam-se como a região mais jovem⁵, não obstante o envelhecimento que se tem vindo paulatinamente a verificar ao longo dos últimos anos, o que não pode deixar de interferir no volume das entradas no sistema educativo.

Conforme se pode observar no Gráfico n.º 1, tendo em conta os grupos funcionais decorrentes da informação censitária de 1981 a 2001, a diminuição é relativamente acentuada entre a população com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, cuja importância relativa passou de 30,0% para 21,0%,

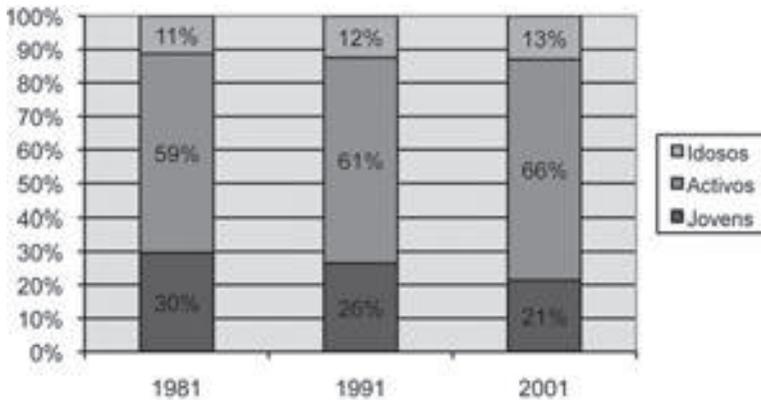
3 LAMY, 2004: 277-278.

4 BANDEIRA, 2007: 517.

5 Existe uma enorme diversidade entre as ilhas no que respeita ao envelhecimento demográfico. Sobre o assunto, cf. obras dos autores, designadamente ROCHA, 1991 e ROCHA *et al*, 2008.

enquanto que os idosos aumentaram de 11,0% para 13,0% nas mesmas datas, dados indiciadores do declínio da mortalidade e, fundamentalmente, da natalidade, que caracterizam o envelhecimento populacional da contemporaneidade⁶. O acréscimo da população em idade activa nos Açores está relacionado com o estancar da emigração ao longo da década de oitenta e a existência de uma imigração que, no entanto, só se acentua nos finais da década de noventa.

Gráfico n.º 1 – Evolução dos grupos funcionais nos Açores, entre 1981 e 2001



Fonte: INE, *Recenseamentos da População*, 1981, 1991 e 2001.

Temos, assim, uma base não negligenciável de população em idade escolar, com repercussões nos níveis etários daqueles que são alunos potenciais do Ensino Secundário. Se atendermos unicamente à população entre os 15 e os 19 anos, que enquadra a grande maioria dos alunos que frequentam este grau de ensino, preponderantemente com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos⁷, constata-se que, de acordo com as projecções do INE de 2005, estes passam de 19 907, em 2000, para 18 304, em 2005, confirmando neste nível etário a diminuição anteriormente referida para os Jovens.

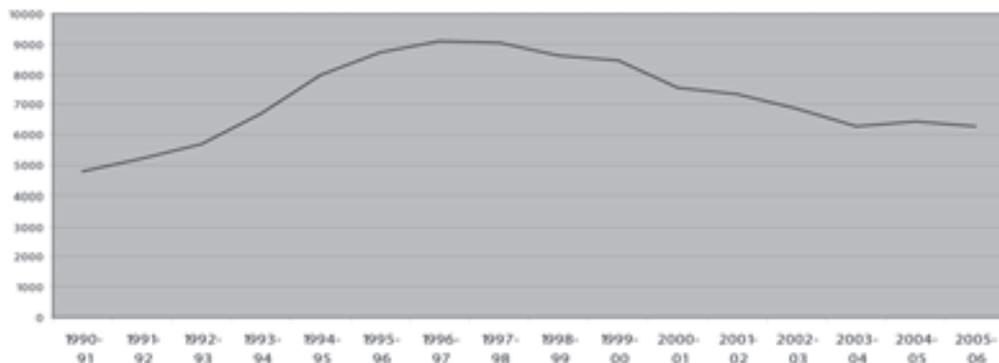
Observando o Gráfico n.º 2, respeitante à evolução do número de alunos matriculados no Currículo Regular⁸ na rede pública, entre os anos lectivos de 1990-91 e 2005-06, verifica-se que os quantitativos oscilam entre os cerca de 5 000 e quase 9 000, com um aumento particularmente significativo em 1993-94 e 1994-95, que posteriormente abranda, para apresentar um declínio atenuado, mas persistente, a partir de 1997-98. Com efeito, os valores da Taxa de Crescimento, apresentados no Gráfico n.º 3, evidenciam bem as diferenças de ritmo registadas nestes quinze anos.

6 NAZARETH, 2009.

7 Tendo em conta a distribuição por idades do conjunto dos alunos do ensino público e privado nos anos lectivos de 1998-99 e 1999-00, que nos foi disponibilizada pela Direcção Regional da Educação (RAA), constata-se que a idade média é de 17,2 anos e que 76% tinham idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos.

8 O Ensino Secundário recorrente, sendo bastante mais diminuto, abrange fundamentalmente outros níveis etários e apresenta-se com uma natureza que reputamos distinta, obedecendo a uma outra lógica formativa.

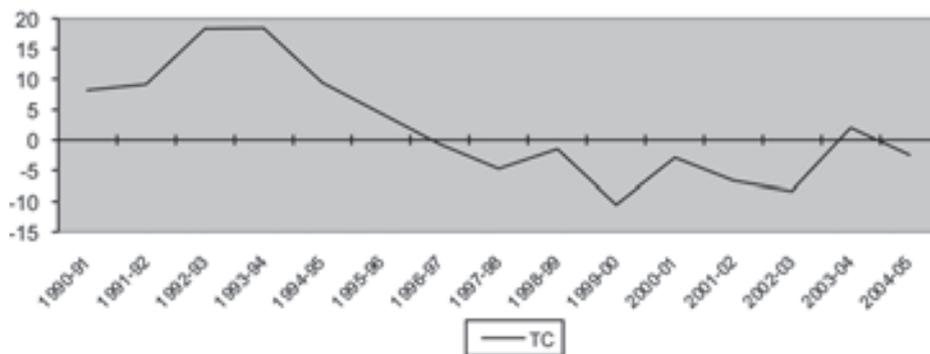
Gráfico n.º 2 – Evolução do número de alunos matriculados na rede pública do Ensino Secundário, entre 1990 e 2006, por anos lectivos



Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA).

Se, entre 1990 e 1997, o ritmo de crescimento é positivo, a diferença é acentuada no interior deste período, pois as taxas de crescimento anual são da ordem dos 18,0% em 1993-94 e 1994-95, valores estes distintos dos anos de 1995-96 e, principalmente, 1996-97, quando a taxa é de apenas 4,4%. A partir desta última data, a diminuição é a característica predominante, embora com quantitativos que registam uma relativa oscilação, sendo o valor mais baixo respeitante ao ano lectivo de 2000-01, com uma Taxa de Crescimento negativa da ordem dos 11,0%.

Gráfico n.º 3 – Taxa de Crescimento Anual do número de alunos matriculados na rede pública do Ensino Secundário, entre 1990 e 2006, por anos lectivos

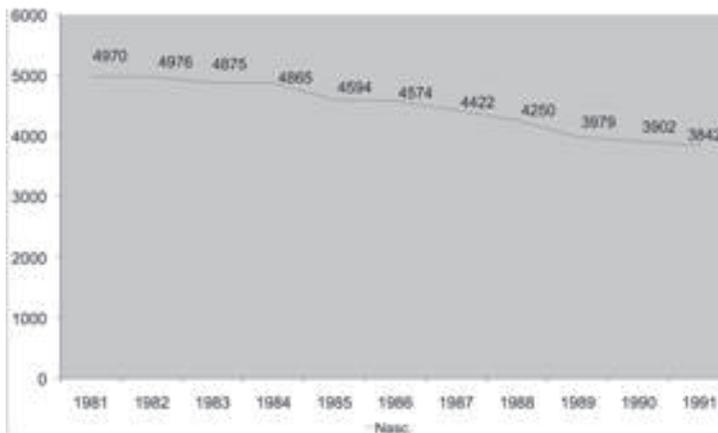


Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA) (cálculos dos autores).

Tratando-se de um nível de ensino não obrigatório, não é linear a associação que se possa fazer entre a evolução e a estrutura populacional com a tendência no número de alunos matriculados, que muito naturalmente poderá estar mais intimamente associada a políticas educativas e até a mudanças sociais. Todavia, é possível que o aumento verificado no início da década de noventa possa, de algum modo, estar relacionado com a dinâmica demográfica geral, devido a um aumento da população do arquipélago decorrente do estancar da emigração, como já dissemos, numa época de declínio da mortalidade, designadamente da mortalidade infantil, e de fraco decréscimo da natalidade, que caracteriza os finais dos anos setenta e princípio da década de oitenta. Mas não podemos negligenciar as alterações sociais e do próprio sistema de ensino. Já no que respeita aos últimos anos, pensamos que eles sofrerão influência do declínio da natalidade, que se faz sentir nos Açores, de modo mais acentuado, desde a segunda metade da década de oitenta.

Com efeito, de 1981 para 1991, a TBN nos Açores passa de 21,3‰ para 16,2 ‰ e o ISF de 3,1 para 2,2 filhos por mulher. Em termos absolutos, a evolução do número de nascimentos é a que apresentamos no Gráfico n.º 4, no qual se pode observar que houve uma diminuição dos nascimentos nestes dez anos, com um valor global de menos 1 128 entre as datas limites, situação que pode ter tido reflexos na base de recrutamento dos alunos do Ensino Secundário nos anos que iremos tratar.

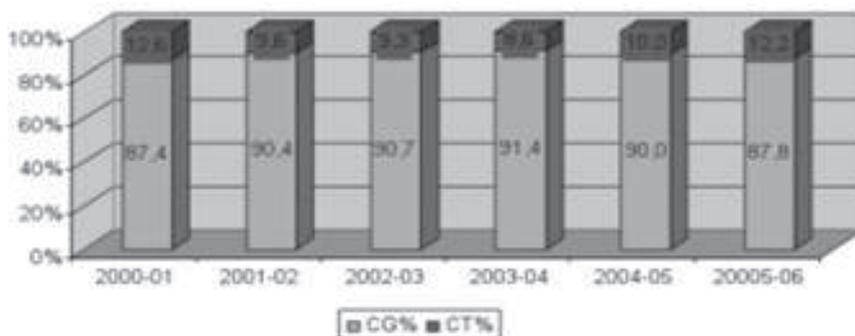
Gráfico n.º 4 – Evolução do número de nascimentos nos Açores, entre 1981 e 1991



Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas*, 1981-1991.

Centrando-nos agora mais especificamente no período de 2000 a 2006, numa caracterização genérica da população escolar do Ensino Regular, que compreende os Cursos Gerais (objecto de desenvolvimento da nossa análise) e os Tecnológicos, verifica-se que a grande maioria dos alunos frequenta os primeiros, com valores percentuais da ordem dos 90,0%, contrariamente aos segundos, com as percentagens remanescentes, conforme se pode observar no Gráfico n.º 5. Ainda que respeitante a um número relativamente reduzido de anos, com pouca possibilidade de modificações substanciais na importância relativa de cada um deles, o facto é que não encontramos alterações significativas que nos permitam salientar um acréscimo na procura dos Cursos Tecnológicos nos Açores ao longo deste período.

Gráfico n.º 5 – Alunos dos cursos Geral e Tecnológico matriculados na rede pública do Ensino Secundário, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06 (%)

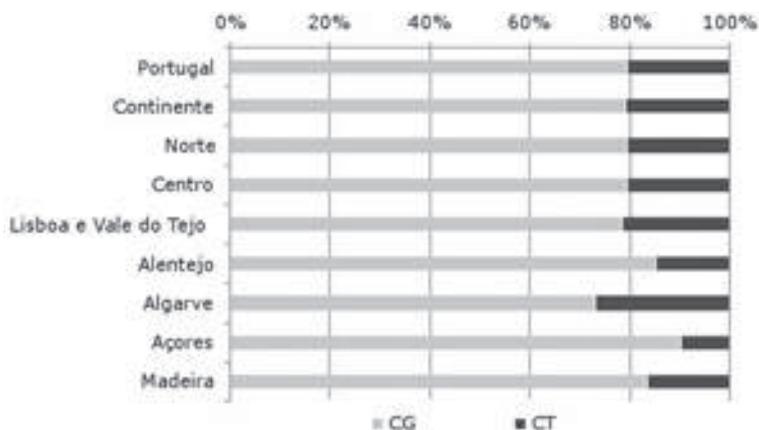


Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA) e Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2000-2001 a 2005-2006.

De salientar a excepcionalidade dos Açores no contexto nacional, no que respeita à preferência pelo regime de Curso Geral, o qual regista uma importância muito mais acentuada no conjunto do Currículo Regular do que aquilo que se verifica nas outras grandes regiões do país, como se pode constatar no Gráfico 6, respeitante ao ano lectivo de 2001-02⁹.

Contudo, a menor apetência dos alunos pelos Cursos Tecnológicos da rede pública parece ser, de algum modo, minimizada se considerarmos também as matrículas no Ensino Profissional, neste caso na globalidade do Secundário e já não unicamente na rede pública.

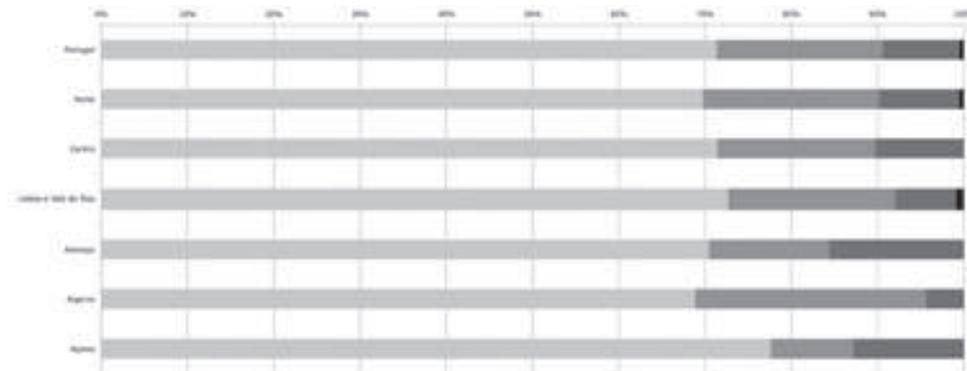
Gráfico n.º 6 – Alunos dos cursos Geral e Tecnológico da rede pública do Ensino Regular, em Portugal, por regiões, em 2001-02 (%)



Fonte: Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2001-2002.

⁹ Dada a pequena variabilidade encontrada nos diversos anos lectivos nos Açores, este ano poderá ser indicativo do que se passa nos restantes anos deste período.

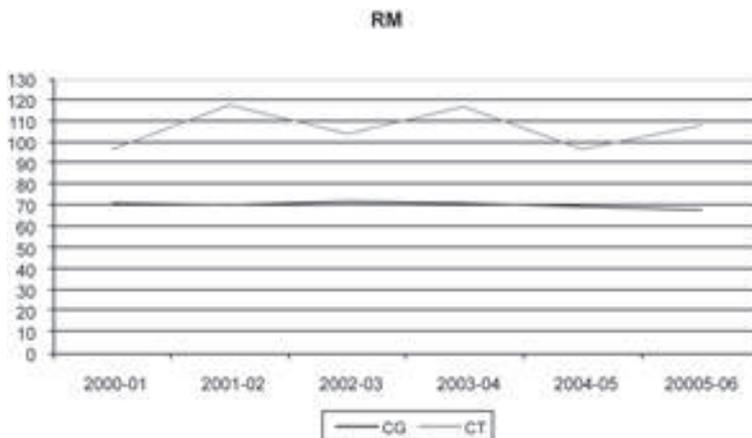
Gráfico n.º 7 – Alunos matriculados no Ensino Secundário, em Portugal, por regiões, no ano lectivo 2000-01 (%)



Fonte: Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2000-2001.

Com efeito, observando o Gráfico n.º 7, na qual se incorpora também o Ensino Profissional e Artístico¹⁰, constata-se a importância dos Cursos Profissionais de Nível III, que, em termos comparativos, registam forte expressividade nos Açores, com 12,8%, valor superior ao verificado para a globalidade do país, com 9,0%, quantitativo que só é ultrapassado pelo Alentejo, que regista uma percentagem de 15,7%. De sublinhar que esta é uma região na qual os Cursos Tecnológicos também não são tão procurados como no resto do país. Poder-se-á deduzir, assim, que o Ensino Profissional parece, de algum modo, colmatar a menor procura dos Cursos Tecnológicos do Currículo Regular, nomeadamente os da rede pública.

Gráfico n.º 8 – Relação de Masculinidade dos alunos matriculados nos cursos Geral e Tecnológico da rede pública, entre 2000 e 2006, por anos lectivos (%)



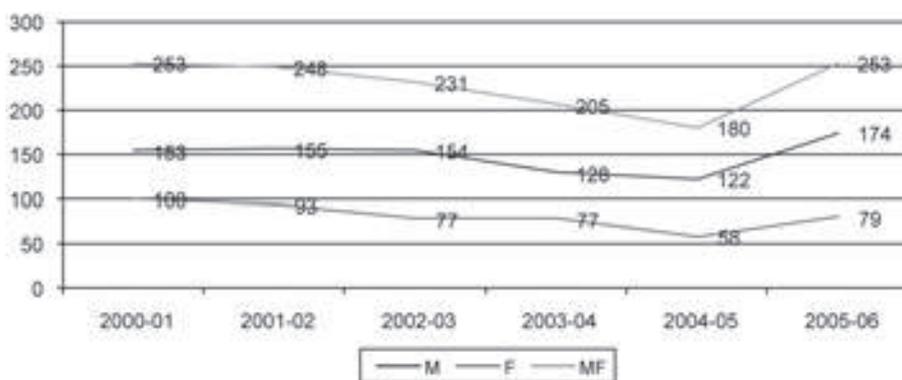
Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA) e Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2000-2001 a 2005-2006.

¹⁰ Não é visível na figura em questão o ensino artístico por falta de relevância numérica, existindo unicamente na globalidade do país, região Norte e região de Lisboa e Vale do Tejo, com valores de, respectivamente, 0,5%, 0,6% e 0,8%.

Entre estes dois tipos de cursos, Geral e Tecnológico, a frequência por género apresenta diferenças significativas (Gráfico n.º 8), uma vez que o primeiro é bastante feminizado, com Relações de Masculinidade da ordem dos 70, com variações anuais entre 68 e 72, contrariamente ao que acontece nos Cursos Tecnológicos, com um frequência preponderantemente masculina, registando quantitativos entre os 97 e os 118.

Embora não respeite ao cerne deste trabalho, queremos fazer ainda uma pequena referência à distribuição por género no Ensino Profissional, não obstante a sua importância ser relativamente reduzida, ou seja, da ordem dos 3,0% ou 4,0% do total do Ensino Secundário da rede pública (Gráfico n.º 9).

Gráfico n.º 9 – Evolução do número de alunos matriculados no Ensino Profissional da rede pública, entre 2000 e 2006, por sexo



Fonte: Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2000-2001 a 2005-2006.

Também aqui é mais significativo o peso relativo dos elementos do sexo masculino, com valores sempre superiores aos do sexo feminino, ainda que com uma tendência de evolução similar, ou seja, um decréscimo ligeiro desde o ano lectivo de 2000-01, que se acentua nos anos seguintes, mas que se inverte em 2004-05, registando em 2005-06 um valor idêntico ao do início do período. No entanto, esta realidade é alterada se considerarmos a globalidade deste tipo de ensino, e não unicamente o da rede pública, sendo que, neste caso, a Relação de Masculinidade oscila entre os 75 e os 80. Ou seja, a introdução do ensino privado faz alterar a relação numérica entre os sexos, passando o Ensino Profissional a ter uma repartição similar à dos Cursos Gerais do Currículo Regular.

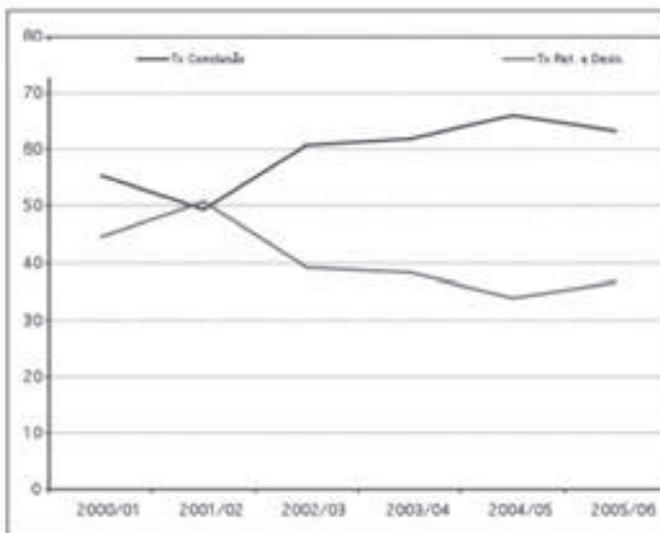
Preponderante no contexto do Ensino Secundário da rede pública nos Açores, os Cursos Gerais do Ensino Regular registam algumas diferenças face aos outros tipos de ensino, quer o Tecnológico quer o Profissional, em especial no que respeita ao seu grau de feminização, o qual é bastante mais acentuado, facto que só encontra paralelo no Ensino Profissional global, aquele que abrange tanto a rede pública como a privada.

Tendências recentes do desempenho escolar no Currículo Regular

No plano do desempenho escolar dos alunos matriculados no Currículo Regular do Ensino Secundário nos Açores, os primeiros seis anos lectivos desta década têm vindo a ser marcados por uma evolução positiva da Taxa de Conclusão no 12.º ano de escolaridade, que é acompanhada por uma tendência de decréscimo dos níveis de retenção e de desistência ao longo de todo o percurso do ciclo de estudos em questão, como se pode verificar através do Gráfico n.º 10. Se, no primeiro caso, a referida taxa conheceu um ritmo de crescimento

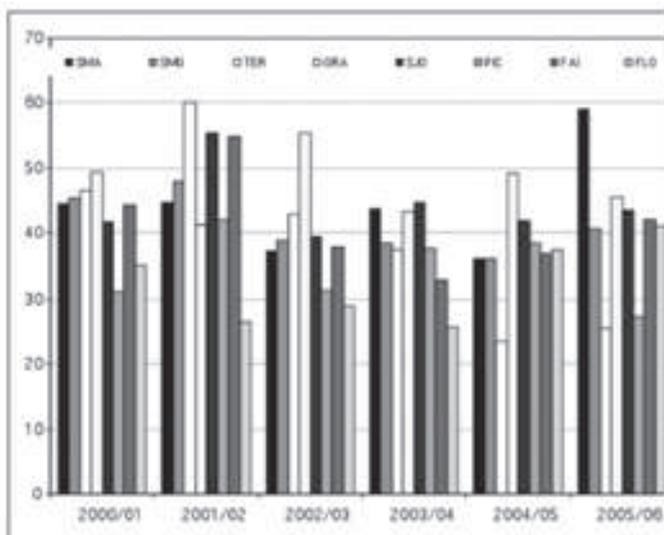
anual médio de cerca de 2,7%, entre os anos lectivos de 2000-01 e 2005-06, já no que diz respeito à percentagem representativa das situações mais evidentes de insucesso escolar, o diferencial que separa os dois extremos desse período, é de menos 7,8 pontos percentuais.

Gráfico n.º 10 – Evolução das taxas de conclusão, de retenção e desistência no Currículo Regular do Ensino Secundário nos Açores, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06



Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA).

Gráfico n.º 11 – Taxa de Retenção e Taxa de Desistência no Ensino Secundário nos Açores, por ilhas, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06

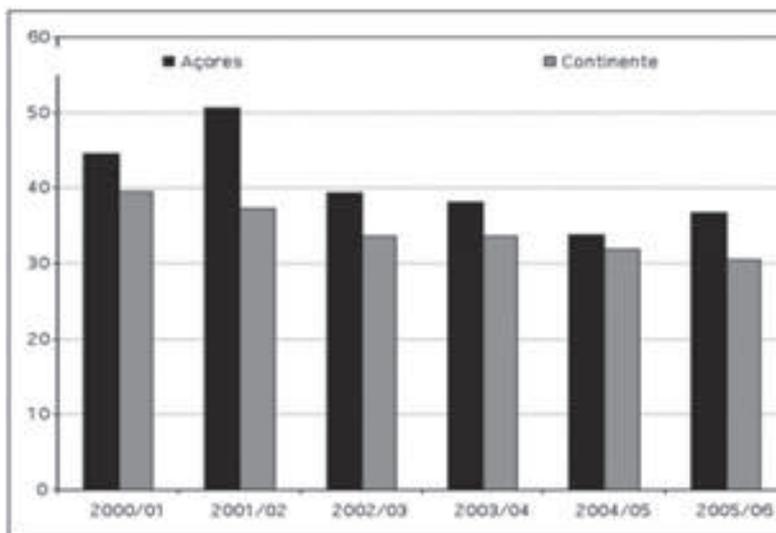


Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA).

Dentro da diversidade geográfica e demográfica que tão bem caracteriza os Açores¹¹, encontramos uma distribuição desigual dos níveis de desempenho escolar por ilhas de localização dos estabelecimentos de ensino que ministram o Secundário na Região. Não se podendo falar de um padrão que sugira uma influência directa do grau de desenvolvimento das populações locais ou, se quisermos, das ilhas, no rendimento escolar dos alunos, a verdade é que, pelo menos no plano do insucesso, se verifica uma clara disparidade entre as ilhas (Gráfico n.º 11).

Todavia, quando se compara a realidade regional com aquela que tem vindo a ser notada no território continental, os sinais mais optimistas sugeridos pelo panorama geral tendem a desvanecer-se. O desempenho da população estudantil açoriana, matriculada no Ensino Secundário, não tem conseguido ombrear com o valor médio do conjunto formado pelas cinco regiões do país (Gráfico n.º 12). As diferenças tornam-se particularmente evidentes no impacto que as retenções e os abandonos têm no total de alunos matriculados no nível de ensino em causa, sendo que, ao longo dos seis anos em análise, os Açores têm ocupado, de forma continuada, uma posição de desvantagem relativamente ao Continente, dentro de uma linha evolutiva que não permite que nos refiramos a uma inflexão futura da tendência. Com efeito, apenas entre os anos de 2002-03 e 2004-05, é que os valores que separam as respectivas taxas demonstraram alguma linearidade, indiciadora de uma eventual anulação das diferenças, não sendo este, porém, o retrato retido quando se atende ao período total dos seis anos lectivos, nos quais as oscilações do diferencial são notórias.

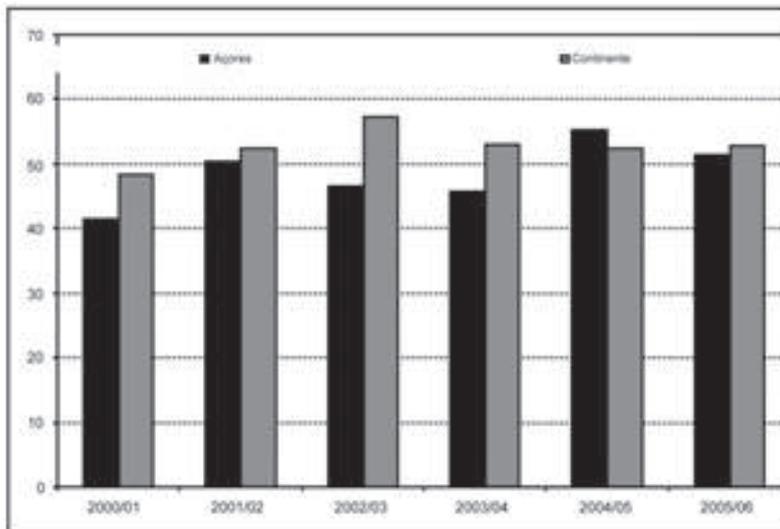
Gráfico n.º 12 – Taxa de Retenção e Taxa de Desistência no Ensino Secundário nos Açores e Continente, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06



Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA) e Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2000-2001 a 2005-2006.

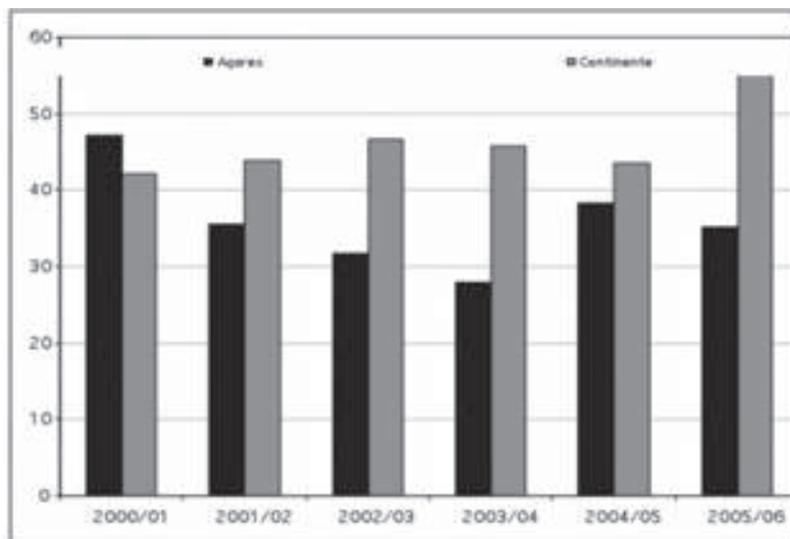
Algo mais ou menos simétrico ao que foi dito atrás ocorre quando se tenta olhar para os elementos distintivos que separam as duas realidades territoriais pela perspectiva dos casos de sucesso escolar, mais concretamente, as situações relativas à conclusão do 12.º ano de escolaridade. Quando filtrada por unidades geográficas do tipo NUTS II, a taxa de diplomados do Ensino Secundário assume, no global do Continente, valores superiores aos revelados nos Açores, muito embora isso se verifique de forma diferenciada nos dois principais cursos que compõem o Currículo Regular. Na verdade, se compararmos, separadamente, isto é, por cursos, o peso relativo dos diplomas fornecidos aos alunos que, durante três ou mais anos, frequentaram o Ensino Secundário, reparamos que existe uma maior paridade entre as duas unidades territoriais no caso dos Cursos Gerais do que no dos Cursos Tecnológicos, situações representadas nos Gráficos números 13 e 14.

Gráfico n.º 13 – Taxa de Conclusão dos Cursos Gerais nos Açores e no Continente, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06



Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA) e Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2000-2001 a 2005-2006.

Gráfico n.º 14 – Taxa de Conclusão dos Cursos Tecnológicos nos Açores e no Continente, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06



Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA) e Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2000-2001 a 2005-2006.

Isto não obsta, obviamente, dizer-se que, quer no Continente quer nos Açores, os valores das Taxas de Conclusão relativas aos Cursos Tecnológicos, ao longo do período analisado, se tenham mantido abaixo dos referentes aos Cursos Gerais. Mas, de novo, é possível assinalar aqui um outro contraste territorial – a existência, no Arquipélago, de uma maior desigualdade entre cursos (Quadro n.º 1).

Quadro n.º 1 – Taxas de Conclusão nos cursos Gerais e Tecnológicos nos Açores e no Continente, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06

		Açores	Continente
2000-01	C. Gerais	41.5%	48.4%
	C. Tecnológicos	47.1%	42.2%
	Dif. % (CG – CT)	- 5.6	6.2
2001-02	C. Gerais	50.3%	52.5%
	C. Tecnológicos	35.6%	43.9%
	Dif. % (CG – CT)	14.7	8.6
2002-03	C. Gerais	46.5%	57.3%
	C. Tecnológicos	31.8%	46.6%
	Dif. % (CG – CT)	14.7	10.7

2003-04	C. Gerais	45.7%	53.1%
	C. Tecnológicos	27.9%	45.7%
	Dif. % (CG – CT)	17.8	7.4
2004-05	C. Gerais	55.3%	52.4%
	C. Tecnológicos	38.4%	43.5%
	Dif. % (CG – CT)	16.9	8.9
2005-06	C. Gerais	51.4%	52.9%
	C. Tecnológicos	35.2%	56.2%
	Dif. % (CG – CT)	16.2	- 3.3

Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA) e Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2000-2001 a 2005-2006.

Este aspecto, intrínseco à realidade açoriana, torna-se sobremaneira patente quando se observa a percentagem de alunos que conseguem terminar o seu percurso no tempo mínimo necessário, isto é, em 3 anos, apresentada no Quadro n.º 2.

Se, no final de 2004-05¹², a Taxa de Diplomados em 3 Anos, relativa aos efectivos matriculados nos Cursos Gerais, apresentava um valor já de si considerado baixo (27,4%), a verdade é que o quantitativo homólogo referente aos efectivos dos Cursos Tecnológicos era apenas de 9,0%, ou seja, menos 18,4 pontos percentuais¹³. Quando aferida no final do ano lectivo seguinte (2005-06), esta diferença subiu para 21,3 pontos percentuais, apesar de ambas as taxas terem conhecido um ligeiro acréscimo quando comparadas com as do ano anterior, com quantitativos de 32,1% e 10,8%, respectivamente. Evidencia-se, deste modo, uma maior propensão para os alunos orientados para o mercado de trabalho alongarem no tempo a sua trajectória escolar, comparativamente àqueles que têm como objectivo principal avançar para o Ensino Superior.

Quadro n.º 2 – Taxa de Diplomados em 3 Anos, nos cursos Geral e Tecnológico nos Açores

	Cursos Gerais			Cursos Tecnológicos		
	N.º de alunos matriculados pela 1.ª vez no 10.º ano	N.º de alunos diplomados em 3 anos	Taxa de diplomados em 3 anos	N.º de alunos matriculados pela 1.ª vez no 10.º ano	N.º de alunos diplomados em 3 anos	Taxa de diplomados em 3 anos
2002/03-2004/05	1802	494	27,4%	167	15	9,0%
2003/04-2005/06	1756	564	32,1%	176	19	10,8%

Fonte: Secretaria Regional de Educação e Ciência (RAA).

12 A informação que, a este nível, se encontra disponível para o contexto regional, apenas existe para dois períodos de 3 anos lectivos, a partir de 2002-03, motivo pelo qual não se torna possível recuar ao início do período de análise aqui considerado (de 2000 a 2006).

13 No cômputo geral do Currículo Regular, a Taxa de Diplomados em 3 Anos foi de 25,9%, para o período entre 2002-03 e 2004-05, e 30,2%, no intervalo entre 2003-04 e 2005-06, o que representa uma variação percentual de 16,6%.

Uma leitura articulada dos principais indicadores de rendimento escolar, por anos de escolaridade, acaba por nos oferecer uma visão mais pormenorizada desta tendência, destacando aqueles que são os pontos que mais afastam – mas também que mais aproximam – os dois percursos aqui considerados (Quadro n.º 3).

No plano das diferenças, e a atestar o que atrás se disse, é possível verificar, desde logo, que o peso relativo das progressões é, de um modo geral, mais elevado nos Cursos Gerais do que nos Cursos Tecnológicos, ocorrendo o inverso relativamente às taxas de retenção. Todavia, o contributo dos abandonos no campo de influência que estes dois acontecimentos têm nos níveis de desempenho escolar, não deixa de poder ser objecto de questionamento. De facto, através de uma leitura por anos de escolaridade, percebe-se que é apenas no 10.º ano que a percentagem das saídas nos Cursos Tecnológicos é superior à verificada nos Cursos Gerais (22,2% e 12,8%, respectivamente), tal não se verificando no 11.º e 12.º anos. Se somarmos a isto o facto de que, quando comparadas as duas modalidades, os níveis de progressão no 11.º ano tenderem a ser semelhantes, torna-se mais claro que a diferença de rendimento escolar que, no plano geral, separa os dois tipos de cursos, tende a não resultar de um fenómeno homogéneo, nem ao longo dos níveis de ensino por que é constituída a trajectória dos alunos (anos de escolaridade) nem nas suas mais directas consequências (progressões, retenções e abandonos).

Relativamente a estes acontecimentos, e também na perspectiva daquilo que mais aproxima os dois tipos de cursos, o Quadro n.º 3 ajuda-nos a perceber a desigual repartição das progressões, das retenções e dos abandonos pelos vários anos de escolaridades.

Quadro n.º 3 – Indicadores de rendimento escolar nos anos lectivos 2003-04 e 2005-06

	Cursos Gerais				Cursos Tecnológicos			
	Prog.	Ret.	Aband.	Transf.	Prog.	Ret.	Aband.	Transf.
10.º ano	65,4%	20,6%	12,8%	1,3%	41,5%	34,1%	22,2%	2,3%
11.º ano	88,7%	6,5%	3,5%	1,3%	85,3%	13,2%	1,5%	-
12.º ano	49,3%	45,5%	4,4%	0,7%	35,8%	60,4%	3,8%	-

Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA).

Assim, independentemente de se tratar de Cursos Gerais ou de Cursos Tecnológicos, é possível, desde logo, constatar que a maior incidência das promoções ocorre a meio do ciclo de estudos em questão (isto é, no 11.º ano) e que, curiosamente, se evidencia menos no 12.º ano do que no 10.º ano. Não fosse a clara evidência dos abandonos neste primeiro ano do Secundário, tal tendência acabaria por sugerir que, para os alunos, se torna mais difícil fazer a “saída” do referido ciclo do que a “entrada” no mesmo, com toda a dinâmica de adaptação individual que uma mudança de nível de ensino costuma envolver. Isto mesmo acaba por ser confirmado pelo peso relativo que as retenções assumem no 12.º ano, sendo que, para qualquer uma das duas modalidades, ele ronda o dobro do que se verifica no 10.º ano de escolaridade.

A aplicação dos métodos de análise longitudinal permite chegar a resultados que, para além de corroborarem algumas das tendências atrás salientadas, complementam a informação disponível acerca dos níveis de desempenho escolar que os alunos do Currículo Regular do Ensino Secundário nos Açores têm vindo a evidenciar nos tempos mais recentes.

Para o efeito, tomou-se o conjunto de alunos que ingressaram no 10.º ano de escolaridade no ano lectivo 2001-02¹⁴. A inexistência de informação estatística adequada à aplicação da metodologia em causa para as promoções imediatamente anteriores à referida, não permitiu recuar a análise no tempo, ficando, assim, sacrificada uma certa componente comparativa que a mesma poderia vir a demonstrar. Por outro lado, as limitações estatísticas relativas aos dados referentes ao abandono escolar levam-nos a considerar aqui o abandono como correspondendo a uma saída (temporária ou permanente) do Sistema Educativo da RAA (*abandono escolar + transferências de saída* do sistema). Além disso, refira-se que os alunos que são considerados como repetentes num determinado ano curricular e ano lectivo não coincidem obrigatoriamente com o total de reprovados nesse mesmo ano curricular, mas sim no ano lectivo anterior. Na verdade, dizem respeito aos que se matriculam de novo (pela 2.ª vez) no ano curricular em causa, podendo, inclusivamente, configurar casos de reingresso após saídas temporárias do sistema.

Não obstante estas condicionantes, a reconstituição do percurso escolar dos alunos que entraram para o 10.º ano em 2001-02 permite chegar a algumas medidas indicadoras do desempenho escolar dos alunos matriculados no Currículo Regular do Ensino Secundário nos Açores, não só dentro daquilo que são as suas linhas gerais, mas também no que se refere às diferenças de género que aí existem e que ainda não foram devidamente salientadas. Para o efeito, baseámos a evolução ao longo dos três anos curriculares, nos seguintes pressupostos:

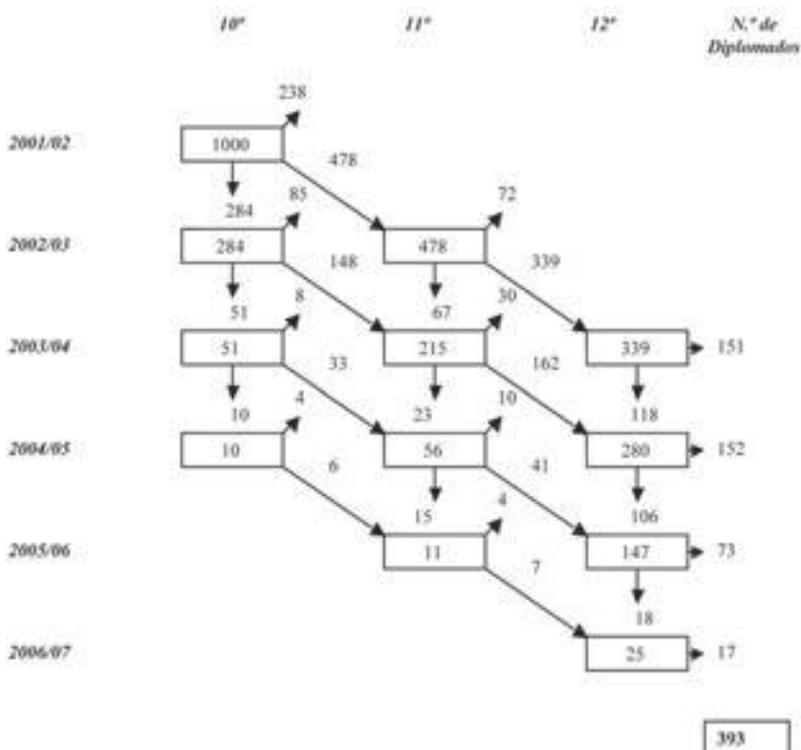
- a) As probabilidades de progressão, reprovação e abandono são as mesmas tanto para os alunos matriculados pela 1.ª vez em cada ano curricular como para os repetentes;
- b) Nenhum aluno poderá permanecer por mais de 4 anos em cada ano escolar, ao fim dos quais o abandono é a única alternativa à progressão.

Assim, partindo de um efectivo inicial de 1000 alunos (Homens e Mulheres), a reconstituição do percurso escolar, apresentada no Diagrama n.º 1 e no Quadro n.º 4, aponta para uma Intensidade da Escolaridade de 39,3%, o que significa que apenas cerca de 1/3 é que concluíram o 12.º ano no período de tempo que atravessou os seis anos lectivos (de 2001-02 a 2006-07).

Quando repartido pelo número de anos de escolaridade dispendidos para o fazerem, o quantitativo em questão distribui-se do seguinte modo: 15,1% dos alunos que tiveram sucesso neste ciclo de estudos obtiveram o diploma no tempo mínimo necessário para tal (3 anos); 15,2% precisaram de 4 anos; 7,2% realizaram-no em 5 anos; e 1,7% fizeram um trajecto de 6 anos. Deste conjunto, destaca-se o valor relativo aos diplomados em 3 anos, o qual, se comparado com os seus homólogos já anteriormente referidos, a propósito do Quadro n.º 2¹⁵, é inferior, em cerca de 11 pontos percentuais, ao observado no período entre 2002-03 e 2004-05 (25,9%), e é precisamente metade do respeitante ao intervalo de tempo que medeia os anos lectivos de 2003-04 e 2005-06 (30,2%). Como é óbvio, e porque estão em causa formas de cálculo diferenciadas, desta confrontação de valores não se torna possível aludir, com rigor, a nenhuma tendência evolutiva desta taxa, ao longo do período 2001-02 até 2005-06, ainda que se possa colocar a hipótese do aumento da mesma.

14 Os resultados de desempenho demonstrados apresentarão, necessariamente, uma característica de exclusividade, não podendo ser, por este motivo, objecto de generalização a outras *coortes*, inclusive àquelas com que partilha alguma afinidade temporal.

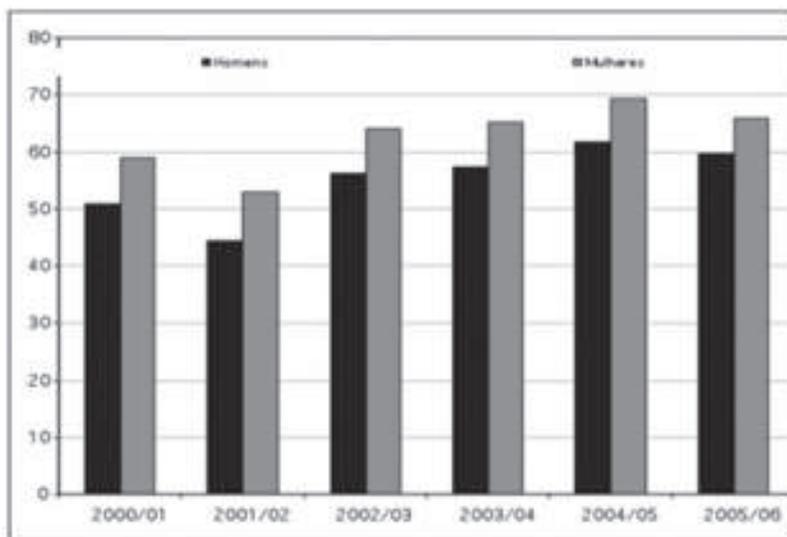
15 Cf. nota 13.

Diagrama n.º 1 – Evolução da coorte de 2001-02 nos cursos Gerais e Tecnológicos**Quadro n.º 4 – Tábua de escolaridade da coorte de 2001-02 nos cursos Gerais e Tecnológicos**

Ano curricular a	Escolarizados Ea	Progressões $p(a, a+1)$	Abandonos $Ab(a, a+1)$	Probabilidades de progressão $Apra+1(\%)$	Probabilidades de abandono $Aaa+1(\%)$
10.º	1000	665	335	665,0	335,0
11.º	665	549	116	825,56	174,44
12.º	549	393	156	715,85	284,15
Diplomados	393				

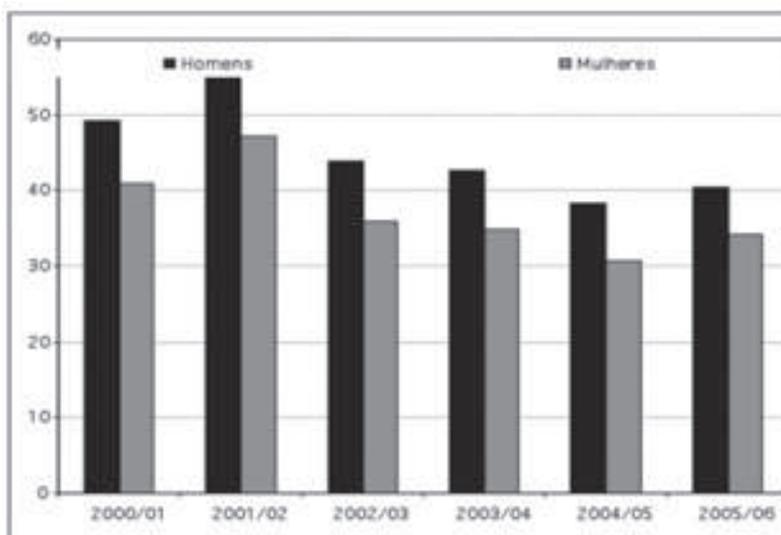
Sendo um dos principais factores que determinam as desigualdades na distribuição dos níveis de desempenho escolar, a condição de género não teve ainda, até a este ponto da análise, a atenção devida. Com efeito, e retomando algumas medidas anteriores, também nos Açores, tal como a nível nacional, continua a ser manifesta a dificuldade experimentada pela população estudantil masculina na concretização do seu percurso escolar e, em concreto, do ciclo de estudos em causa, como se constata nos Gráficos números 15 e 16.

Gráfico n.º 15 – Taxa de Conclusão no Ensino Secundário nos Açores, por sexo, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06



Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA).

Gráfico n.º 16 – Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Secundário nos Açores, por sexo, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06

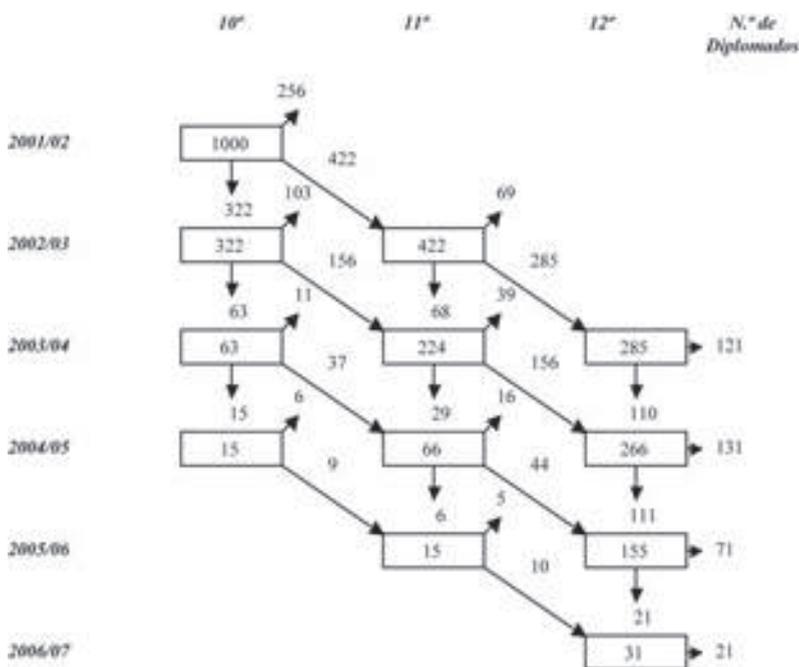


Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA).

Tanto ao nível das conclusões como das retenções e desistências, a distância que tem separado homens e mulheres é, em média, de 8 pontos percentuais, ainda que, ao longo dos seis anos em análise, se verifique uma ligeira tendência para a diminuição desse diferencial – 6,3 pontos, em 2005-06, contra 8,2 registados em 2000-01.

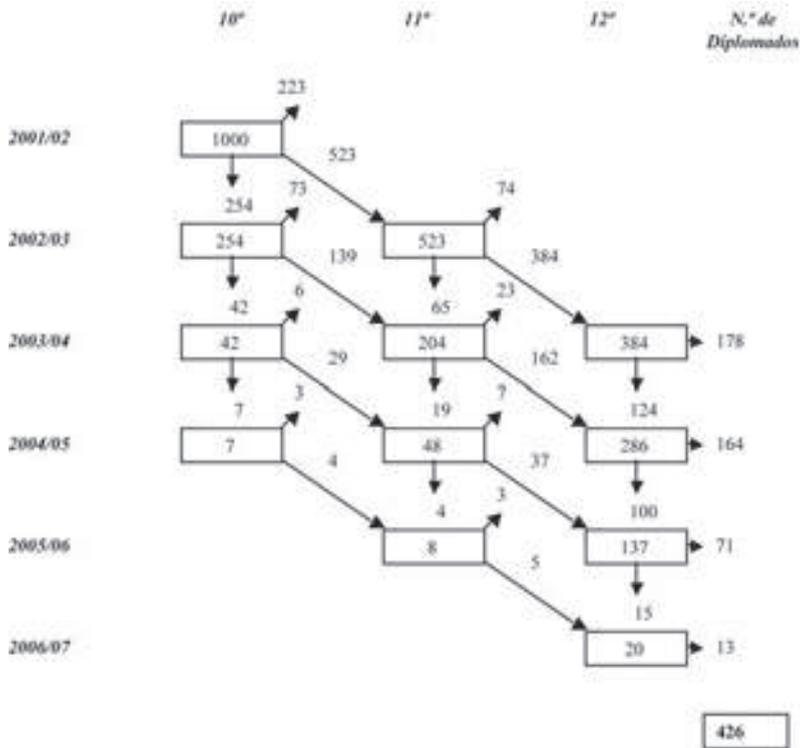
Sendo estes os principais indicadores que normalmente constam nas estatísticas publicadas a respeito dessa diferença de género, é possível, porém, e com recurso à metodologia de fluxos de escolaridade chegar a uma análise mais fina deste aspecto. De forma análoga à anterior, e ainda de acordo com as hipóteses anteriormente definidas, é possível, portanto, observar-se a reconstituição da trajectória escolar de Homens e Mulheres, em separado, através dos Diagramas números 2 e 3.

Diagrama n.º 2 – Evolução da coorte de 2001-02 nos cursos Gerais e Tecnológicos (Homens)



Quadro n.º 5 – Tábua de escolaridade da coorte de 2001-02 nos cursos Gerais e Tecnológicos (Homens)

Ano curricular <i>a</i>	Escolarizados <i>E_a</i>	Progressões <i>p(a, a+1)</i>	Abandonos <i>Ab(a, a+1)</i>	Probabilidades de progressão <i>Ap_{a+1}(‰)</i>	Probabilidades de abandono <i>Aa_{a+1}(‰)</i>
10.º	1000	624	376	624,0	376,0
11.º	624	495	129	793,27	206,73
12.º	495	344	151	694,95	305,05
Diplomados	344				

Diagrama n.º 3 – Evolução da coorte de 2001-02 nos cursos Gerais e Tecnológicos (Mulheres)**Quadro n.º 6 – Tábua de escolaridade da coorte de 2001-02 nos cursos Gerais e Tecnológicos (Mulheres)**

Ano curricular a	Escolarizados E_a	Progressões $p(a, a+1)$	Abandonos $Ab(a, a+1)$	Probabilidades de progressão $Ap_{a+1}(\%)$	Probabilidades de abandono $Aaa+1(\%)$
10.º	1000	695	305	695,0	305,0
11.º	695	588	107	846,04	153,96
12.º	588	426	162	724,49	275,51
Diplomados	426				

As medidas de desempenho escolar (Quadro n.º 7) deduzidas das respectivas Tábuas de Escolaridade (Quadros números 5 e 6) ilustram, claramente, a posição de vantagem que tende a caracterizar os efectivos femininos matriculados no Ensino Secundário nos Açores.

Quadro n.º 7 – Intensidade e calendário da escolaridade dos alunos do ano lectivo 2001-02, por sexo

	HM	H	M
<i>Intensidade da Escolaridade</i>	39,3 %	34,4%	42,6%
Duração do percurso			
3 anos	15,1%	12,1%	17,8%
4 anos	15,2%	13,1%	16,4%
5 anos	7,2%	7,1%	7,1%
6 anos	1,7%	2,1%	1,3%
<i>Intensidade do Abandono</i>	60,7%	65,6%	57,4%
<i>Calendário</i>	2,214 anos	2,119 anos	2,283 anos

Desde logo, observa-se a maior probabilidade de as mulheres concluírem o 12.º ano, comparativamente ao que se passa com os homens, respectivamente 42,6% e 34,4%. Para além disso, e decorrente do facto da percentagem de alunos do sexo feminino diplomados em 3 anos se encontrar quase 6 pontos percentuais acima da referente ao sexo masculino, verifica-se ainda que a probabilidade das mulheres chegarem ao final do Ensino Secundário, quer demorem 3 ou 4 anos (17,8% e 16,4%, respectivamente), é sempre superior ao valor médio obtido para o global dos estudantes matriculados (15,1% e 15,2%, respectivamente).

Tal comportamento acaba por não ser demonstrado pelos homens, para quem os valores homólogos aos anteriores registam quantitativos de 12,1%, no caso dos 3 anos, e 13,1%, no de 4 anos. De resto, assiste-se a uma clara tendência para estes, mais do que as mulheres, alongarem no tempo a sua passagem pelos três anos que compõem o nível de ensino aqui considerado. Daqui se deduz que a diferença de género analisada não se consubstancia apenas numa relação antagónica que opõe rapazes e raparigas em função dos resultados que podem ser medidos através das taxas de progressão, retenção e abandono, mas também através de ritmos diferentes que cada um deles parece apresentar na definição da sua própria trajectória pelo Ensino Secundário.

Considerações finais

Em termos gerais, pode dizer-se que esta breve análise salientou os baixos níveis de desempenho escolar demonstrados pelos alunos matriculados no Currículo Regular do Ensino Secundário nos Açores, ao longo dos primeiros anos deste século.

Ainda que, de forma gradual, tenha vindo a sofrer um incremento, este rendimento continua a mostrar-se inferior aos valores médios evidenciados pela generalidade do país, apresentando, ademais, diferenças significativas quer por género quer por modalidade de ensino. Relativamente a este último ponto, não deixa de ser verdade que o problema do baixo rendimento nos Cursos Tecnológicos – a nível nacional e não apenas

regional – constitui matéria já, de alguns anos a esta parte, incentivadora de estudos e de debate¹⁶. Mas, no caso específico dos Açores, tal tendência assume outras proporções quando se combina o facto de a Região apresentar níveis de retenção e de abandono escolar preocupantes com aquilo que parece falhar num percurso vocacional que, desde a sua génese, foi apresentado como sendo uma alternativa de formação.

No plano metodológico desta análise, refira-se, ainda, algumas das limitações encontradas na aplicação de qualquer um dos tipos de análise (transversal e longitudinal) utilizados na abordagem à escolaridade. Estas dificuldades acabam, sobretudo, por resultar de lacunas estatísticas que teimam em prolongar-se no tempo, e que, a nosso ver, devem ser atendidas e ultrapassadas. Desde logo, a não distinção entre a informação respeitante às retenções e aquela que se refere ao abandono, impede que os baixos níveis de desempenho escolar possam ser objectivados e decompostos em termos das suas principais causas. Além disso, a inexistência de informação relativa às progressões, às retenções e aos abandonos segundo a idade dos alunos, inviabiliza um conhecimento mais apurado sobre a incidência diferenciada que cada um destes acontecimentos apresenta junto de efectivos pertencentes a níveis etários distintos, não obstante, muitas vezes, esses alunos se encontrarem sob condições idênticas (por exemplo, o facto de se encontrarem matriculados no mesmo ano curricular, partilharem entre si o estatuto de “matriculados pela 1.ª vez” ou de “repetentes”, entre outras).

Fontes

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) – *Recenseamento Geral da População*, 1981, 1991, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) – *Estatísticas Demográficas*, 1981-1991.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – *Estatísticas da Educação*, 2000/2001- 2005/2006.

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (RAA) – *Estatísticas da Educação*, 1998/1999-2005/2006.

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (RAA) – *Estudo sobre o Rendimento Escolar no Nível Secundário de Educação* 2002/2003-2004/2005; 2003/2004-2005/2006.

Bibliografia

AZEVEDO, Joaquim, 2003 – *Rendimento escolar nos cursos das Escolas Secundárias e Escolas Profissionais: resultados de uma amostragem*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

BANDEIRA, Mário, 2007 – “Demografia escolar e análise longitudinal: escolarização e escolaridade de coortes de alunos dos ensinos básico e secundário”. *Análise Social*. Lisboa: ICS. Vol. XLII, n.º 183, p. 515-538.

LAMY, Marlene, 2004 – “Perspectives scolaires: des perspectives dérivées à l’application de la méthode des flux” in CASELLI, Graziela; VALLIN, Jacques; WUNSCH, Guillaume (orgs.) – *Démographie: analyse et synthèse. Histoire du peuplement et prévision*. Paris: INED, vol. 5, p. 277-284.

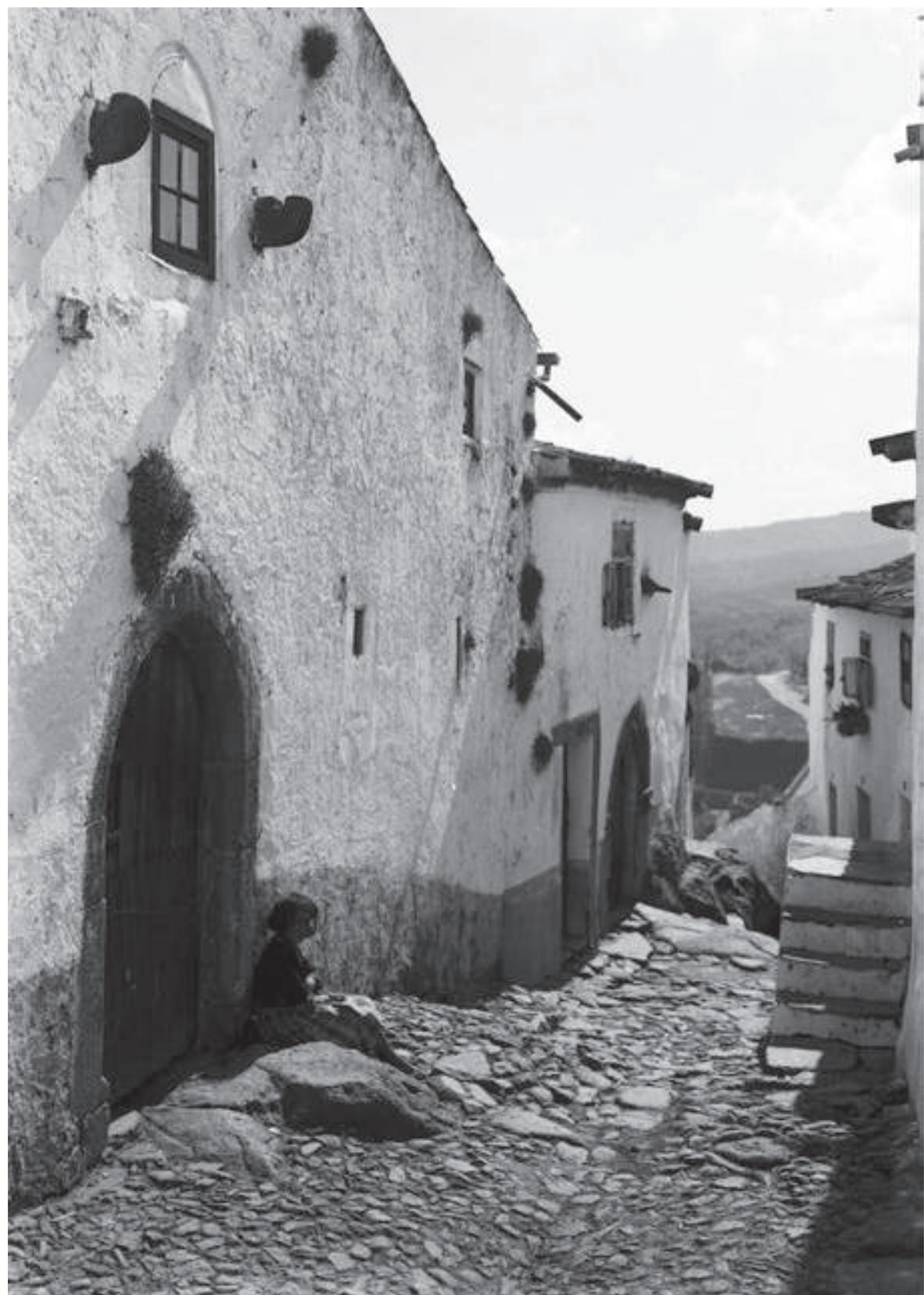
GUYOT, Jean-Luc, 1999 – *L’Analyse statistique des populations scolaires*. Paris: Services des Etudes et de la Statistique/Ministère de la Région Wallone, discussion papers, n.º 9903.

NAZARETH, J. Manuel, 2004 – *Demografia – a Ciência da População*. Lisboa: Editorial Presença.

NAZARETH, J. Manuel, 2009 – *Crescer e Envelhecer – constrangimentos e oportunidades do envelhecimento demográfico*. Lisboa: Editorial Presença.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, 1991 – *Dinâmica Populacional dos Açores – Unidade. Permanência. Diversidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (coord.), 2008 – *Socializações Alternativas. Crianças e Jovens em Instituições nos Açores*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais – Universidade dos Açores.



A evolução demográfica portuguesa entre a ausência de políticas de população e as medidas avulsas

Cristina Sousa Gomes

Introdução

Esta análise sobre “A evolução demográfica portuguesa entre a ausência de políticas de população e as medidas avulsas” constitui uma primeira reflexão sobre esta temática que se pretende vir a aprofundar por se considerar que constitui um interface importante no âmbito da demografia e das políticas públicas, bem como com outras áreas científicas, reforçando o interesse e centralidade da abordagem demográfica na actualidade.

As transformações da evolução demográfica entrelaçam um conjunto de tendências e repercutem-se a vários níveis e em diversos contextos. O livro verde *Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas* da Comissão Europeia e/ou a *Comunicação Sobre o Futuro Demográfico da Europa* e ainda todos os debates que se têm sucedido, quer no âmbito da União Europeia, quer em Portugal, são exemplo da pertinência da conjugação da abordagem demográfica e da articulação com as políticas e, particularmente, com as políticas de população.

Assim, nesta reflexão, procurar-se-á estruturar o que tem sido o desenvolvimento de um pensamento científico e a ligação com a intervenção política, ou ausência de intervenção, com base na realidade portuguesa do século XX e viragem para o século XXI. Também é importante referir os efeitos perversos, paralelos e inesperados de algumas políticas/medidas, bem como a omissão política, intencional ou não, e mesmo a incapacidade de intervenção com resultados nas dinâmicas populacionais.

1. Evolução demográfica e políticas de população

Em 1996, Medina Carreira salientava que a Europa “é o Continente das políticas sociais” logo a crise das políticas sociais “faz-se, por isso, com especial acuidade na Europa, gerando aí uma preocupação crescente à medida que se intensificam as dificuldades resultantes das mutações sociais, económicas e demográficas”¹.

Passada uma década esta afirmação ganha uma nova dimensão, ao nível das políticas, quando se analisam os impactos concretizados da evolução demográfica europeia ou portuguesa.

Em Portugal, os últimos anos foram marcados por um acentuar do debate das questões populacionais muito determinadas, por um lado, pelo envelhecimento populacional, por outro, pela presença de um número

1 CARREIRA, 1996: 465.

significativo de imigrantes. Mas, mesmo assim, não parece que, face a todo um conjunto alargado de problemas com base demográfica, considerando, nomeadamente, a desertificação, crescimento urbano, mercado de trabalho ou mesmo a redefinição da rede de equipamentos sociais de suporte, se vá muito além de medidas avulsas fora de uma concepção de articulação de políticas. Deixa-se, no entanto, a ressalva do esforço na articulação a que se assiste no que respeita às políticas de imigração.

As recentes medidas políticas divulgadas de apoio à natalidade são um claro sinal de percepção de problemas demográficos sem que, no entanto, sejam assumidos enquanto problema de população, dada a parcialidade e segmentação das respostas. Ou seja, se por um lado a população não existe em fatias ou por grupos etários estanques, por outro, os problemas não decorrerem isolados, como ilhas, na vida social, daí que a resposta aos problemas de população tenha sempre de passar por uma integração e uma perspectiva global.

Esta abordagem é, assim, por demais complexa pelas múltiplas interrelações que comporta, levantando, logo à partida, a dificuldade inerente à sua delimitação. Dificuldade, aliás, referida entre os autores que aprofundam esta temática, quer pela variedade de dimensões que pode compreender quer, pela sua extensão.

Partindo do posicionamento de Demeny², o autor defendia que política de população poderia ser definida como: “constructed or modified institutional arrangements and/or specific programs through which governments influence, directly or indirectly, demographic change”.

Com esta definição salientava a possibilidade da política de população ser susceptível de ter diferentes graus de extensão e/ou intervenção, bem como a importância do que acontece fora das fronteiras ou jurisdição do Estado. Por isso acrescenta que os aspectos internacionais têm assumido, na actualidade, uma importância crescente. Contudo, não deve ser descurada a ausência de intervenção, ausência deliberada ou desprevenida, pois terá também consequências na dinâmica da população.

Teitelbaum, citando Weiner na que considera ser a melhor definição de demografia política, refere a complexidade de aspectos a introduzir no âmbito deste estudo:

Political demography is the study of the size, composition and distribution of population in relation to both government and policies. It is concerned with the political consequences of population change, especially the effects of population change on the demands made upon governments, on the performance of governments, on the distribution of political power within states, and on the distribution of national power among states. It also considers the political determinants of population change, especially the political causes of movement of people, the relationship of various population configurations to the structure and functions of government, and the public policies directed at affecting the size, composition, and distribution of populations. Finally, in the study of political demography it is not enough to know the facts and the figures of population – that is fertility, mortality, and migrations rates, it is also necessary to consider the knowledge and attitudes that people and their governments have towards population issues³.

De ressaltar, com base no pensamento de Weiner e Teitelbaum, que não basta o estudo dos factos e números. É também necessário considerar o conhecimento e as atitudes das pessoas, bem como o posicionamento dos governos relativamente aos problemas populacionais, tal como os autores mencionaram.

É neste quadro de complexidade entre a percepção de dinâmicas e de problemas populacionais articulados com as consequências das mudanças populacionais sob intervenção política ou por vontade política (ou sua ausência), que se pretende reflectir sobre a evolução demográfica portuguesa no século XX e viragem para o XXI.

2 DEMENY, 2003: 3.

3 TEITELBAUM, 2005: 719.

Na organização desta reflexão vão seguir-se as mesmas questões que Teitelbaum apresenta no seu trabalho “Political Demography”. Este autor, na análise da complexidade das relações entre demografia e política, estrutura o desenvolvimento do seu estudo em quatro pontos:

- Dimensão da população;
- Composição da população;
- Estrutura de idades;
- Interação entre migração e fecundidade.

2. A evolução da população portuguesa e as políticas de população

2.1 Dimensão da população

Quanto ao primeiro dos pontos, a dimensão populacional, considerando a evolução demográfica no século XX e no início do século XXI em Portugal, pode referir-se que se verifica um crescimento moderado apresentando, no entanto, oscilações que fazem transparecer diferentes ritmos de crescimento, na sequência dos efeitos de diferentes acontecimentos e das transformações da sociedade portuguesa.

Em 1916, Bento Carqueja referia que:

o estudo da população de cada paiz está merecendo a attenção de economistas e sociólogos . Investigações novas, feitas dia a dia, conduzem a revelações que permitem apreciar devidamente a estrutura e a evolução da vida das nações. Aparecem, a cada momento, valiosos trabalhos sobre este importantíssimo assumpto e o aperfeiçoamento das estatísticas fornece cada vez mais elementos seguros para se chegar a novas e interessantes conclusões⁴.

Pouco mais de um século separa 1900 de 2008 tendo, do ponto de vista político, Portugal passado de uma Monarquia, à instabilidade da 1ª República, à ditadura do Estado Novo e finalmente à abertura social de um Estado Democrático, que o pós 25 de Abril, possibilitou. Contextos políticos profundamente diferentes e, no entanto, em 2000-2008, continuamos a debater o crescimento da população e a interferência das migrações, estas últimas com novos contornos, ainda que a imigração fosse já ponderada enquanto atenuante da perda emigratória no início do século XX, tal como o faz Bento Carqueja ⁵. Não se equacionaria, no início do século XX em Portugal, um quadro demográfico de duplo envelhecimento populacional: o crescimento natural era acentuado e, embora em desaceleração, permitia saldos totais de crescimento positivos mesmo face às pronunciadas perdas do saldo migratório, principalmente causadas pelo surto emigratório para o Brasil.

4 CARQUEJA, 1916: Prefácio.

5 “a despeito da forte emigração, a população portuguesa augmentou, pois 1.771: 646 indivíduos, durante 47 annos e 11 mezes, o que corresponde ao augmento medio absoluto de 36:972 habitantes por anno”; “Maior seria esse aumento, se não pesasse sobre elle o exodo da emigração, allíás aliviada pela immigração” (CARQUEJA, 1916: 70).

Quadro n.º 1 – Evolução da população residente e taxa de crescimento

Censos	População Residente	Taxa de Crescimento (%)
1890	5102891	
1900	5446760	0,654
1911	5999146	0,882
1920	6080135	0,149
1930	6808719	1,138
1940	7755423	1,306
1950	8510240	0,933
1960	8889392	0,437
1970	8611125	-0,318
1981	9833014	1,301
1991	9862540	0,03
2001	10281673	0,49

Fonte: INE – Recenseamentos da população.

Quadro n.º 2 – Saldo natural e migratório entre 1900 e 2001

Períodos Censitários	Saldo Natural	Saldo Migratório	Saldo Total
1900-1911	749 843	-197 457	552 386
1911-1920	425 570	-344 581	80 989
1920-1930	804 636	-82 342	722 294
1930-1940	828 695	124 299	952 994
1940-1950	847 825	-93 008	754 817
1950-1960	1 090 795	-711 643	379 152
1960-1970	1 072 620	-1 298 760	-226 140
1970-1981	791 925	377 837	1 169 762
1981-1991	351 279	-317 146	34 133
1991-2001	8 4451	404 519	488 970

Fonte: ROSA; VIEIRA, 2003: 30.

Retomando Bento Carqueja na análise do *“aumento da população e o progresso económico”* o autor defendia que

ao presente, a política commercial, actuando activamente sobre a produção, é um meio efficacissimo de manter e até de estabelecer o equilibrio entre o progresso demographico e o progresso económico [e que] aos Estados sobrecarregados de população cumpre, pois, não travar o progresso industrial; áquelles que, como Portugal, não têm excesso de habitantes, cumpre-lhes attrahir a população ao solo patrio, repartindo a actividade d’ella entre a industria e a agricultura⁶.

Ainda que a “atração” de “nova” população seja um aspecto que emerge nas duas últimas décadas do século XX, não deixa de ser oportuno salientar que os períodos de maior crescimento populacional estão associados a períodos de conjuntura desfavorável à emigração, como aconteceu entre 1929-1933 e ao retorno das ex-colónias em 1975/76 com repercussões no Censos de 1981. Ou seja, foi por condicionantes exteriores e factores decorrentes de situações políticas particulares que se verificou a diminuição do saldo migratório.

Por outro lado, o desenvolvimento das actividades económicas teve um papel determinante na distribuição actual da população portuguesa, em que se nota a interferência e os desajustes das várias medidas avulsas, limitadas a períodos/problemas específicos. As leis de protecção da cultura do trigo, de finais do século XIX e início do século XX, ajudaram a fixar população a sul do Tejo e até à Serra Algarvia, tendo diminuído em 1929-1930 dada a mecanização progressiva da agricultura. Como também salienta João Evangelista “a esta nova distribuição do crescimento efectivo corresponderam tentativas para orientar, através do planeamento, a economia portuguesa no rumo da indústria aproveitando o impulso desordenado da fase anterior”⁷.

A litoralização do país é desencadeada com o desenvolvimento urbano industrial (1940-1960), tal como refere Nazareth⁸. Ou seja, à macrocefalia de Lisboa segue-se a bipolarização com o crescimento urbano das envolventes de Lisboa e Porto que, sucessivamente, se vai alastrando a toda a faixa litoral. No interior, os efeitos de repulsão foram apresentando diferentes interferências, o que aliás João Evangelista também referiu:

as áreas rurais que já haviam perdido, como o Alentejo, a capacidade atractiva, transformaram-se em focos depressivos donde o homem passou a sair em crescente número aliciado pelos salários e melhores perspectivas de vida oferecidas pelo ambiente urbano. Entretanto a emigração, que entrara em letargia a partir de 1930, despertou e veio de 1950 a 1960 associar-se ao movimento interno. Os efeitos conjuntos das duas forças repercutiram-se de modo desigual mas alargaram a todo o território um regime de perdas cuja extensão superou a do intervalo anómalo 1911-1920⁹.

Se Bento Carqueja, já em 1916, salientava a importância do progresso industrial, o facto é que o desenvolvimento industrial português foi incipiente e sem capacidade para absorver a mão-de-obra disponível que abandonava a agricultura. O atraso económico e social far-se-á sentir até aos anos sessenta, num Portugal predominantemente agrícola, com pouca especialização, baixa tecnologia, reduzido capital e, por isso, sem capacidade de resposta à oferta de mão-de-obra que entretanto aumentara devido ao crescimento populacional – crescimento natural – resultante da melhoria ao nível da mortalidade.

6 CARQUEJA, 1916: 5.

7 EVANGELISTA, 1971: 39.

8 NAZARETH, 1989.

9 EVANGELISTA, 1971: 39.

Apesar dos Planos de Fomento (de 1953 até 1974), com repercussões nos anos sessenta e setenta, assistiu-se a uma desruralização e a uma fortíssima emigração acompanhada de um êxodo rural tendo, assim, gerado um impacto no crescimento total do país.

Na esfera política, num sistema político populacionista como foi o do Estado Novo, só mesmo a contrapartida financeira explica o que Ramos da Costa considera ser um “cruzar de braços ou guardar, por comodidade e cinismo, um silêncio culposo”¹⁰.

Nas décadas seguintes, e na sequência das alterações de regime político, assiste-se ao atenuar do crescimento natural. Paralelamente, como refere Medina Carreira, damos conta, também, do

despertar do Estado social em Portugal no exacto período em que se instala a crise económica mundial [e assim as] Políticas sociais em Portugal adquirem dimensão relativa em plena crise e nascem, também por isso, já em crise¹¹.

Da evolução após a década de setenta ressalta o progressivo envelhecimento da população, fazendo-se repercutir este fenómeno na necessidade de novas respostas a novas realidades demográficas.

2.2 Composição da População

Da análise da evolução da população depreende-se um outro aspecto que importa inserir nesta na reflexão: o da composição da população. A este propósito Bento Carqueja referia que

um facto há que permite ajuizar da composição da população de um país, da sua estrutura social e da sua economia: – é o modo como essa população estiver distribuída no território, encarando-a como população urbana e população rural¹².

Bento Carqueja salienta sobretudo o desfasamento da realidade portuguesa, entre o final do século XIX e início do século XX, questionando mesmo o sub-ajustamento das dimensões escolhidas face às dimensões urbanas atingidas noutros países europeus.

Quadro n.º 3 – Percentagem de Centros Urbanos segundo o número de Habitantes

centros c/ + de hab.	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
5000	14.9	16.2	17.3	18.1	20.8	22.0	24.2	26.9	30.1	34.6	39.4	45.4
10000	11.3	12.4	13.1	14.2	16.2	17.4	19.3	22.3	26.5	29.7	33.2	37.7
20000	9.1	10.1	11.5	11.9	13.9	14.9	16.2	17.7	20.4	23.4	24.5	28.1

Fonte: PINTO e RODRIGUES, 1997; INE.

10 COSTA, 1973: 16.

11 CARREIRA, 1996: 367.

12 CARQUEJA, 1916: 87.

É a partir dos anos cinquenta que se verifica o acentuar do crescimento urbano em Portugal, que além do êxodo rural associado à industrialização, acarretou também outras transformações sociais, nomeadamente a alteração do nível de vida. Ainda que de forma gradual, a industrialização provocou o crescimento das classes médias que exerceram pressão e desencadearam algumas reformas, nomeadamente no sistema de ensino.

Por outro lado, a população sofreu recomposições várias devido ao contacto com o exterior aberto pela emigração, o retorno da população das ex-colónias e a fixação de imigrantes. São factores em que transparecem diferentes dinâmicas e se iniciam outras, sem que se tenha tornado evidente a percepção de políticas nessas mudanças.

2.3 Estrutura de idade

Da reflexão sobre a estrutura de idades ressaltam as interferências das varáveis micro demográficas: mortalidade, natalidade/fecundidade e migrações, determinantes na dinâmica populacional, como salienta Nazareth¹³.

Teitelbaum refere, também, que a estrutura de idades tem um interesse crítico para os demógrafos sendo, no entanto, menos bem compreendida pelos políticos: "the age structure of a population, of critical interest to demographers has been less than well understood by political scientists"¹⁴.

A este respeito Bento Carqueja referia que

a consideração dos sexos na população de um paiz tem grande alcance económico e social. Ao predomínio de um ou outro sexo estão intimamente ligadas as soluções de alguns problemas económicos e mesmo de algumas questões de carácter político¹⁵,

acentuando a importância política das estruturas populacionais.

O ano 2001, mais propriamente o censo de 2001, quanto às estruturas da população representa uma nova realidade, configurando a tendência de envelhecimento populacional que se tinha já declarado na década de oitenta, quando deixámos de assegurar a substituição de gerações. Em 2001 a percentagem de idosos ultrapassa a de jovens na população portuguesa, contudo esta tendência da diminuição dos jovens nota-se, na população portuguesa, desde 1911, tendo sido, a partir dos anos setenta, mais intensa.

13 NAZARETH, 1979.

14 TEITELBAUM, 2005: 726.

15 CARQUEJA, 1916: 102.

Quadro n.º 4 – Grupos funcionais (%)

	0-14	15-64	65+
1900	33,7	60,6	5,7
1911	34,3	59,8	5,9
1920	32,6	61,5	5,9
1930	31,9	61,9	6,2
1940	32,0	61,6	6,5
1950	29,5	63,5	7,0
1960	29,2	62,9	8,0
1970	28,5	61,9	9,7
1981	25,5	63,0	11,5
1991	20,0	66,4	13,6
2001	16,0	67,7	16,4

Fonte: INE, *Recenseamentos da População*.

Retomando a análise de Bento Carqueja relativamente à evolução da população e estruturas populacionais, importa salientar dois aspectos: primeiro que

pondo de parte os dados de carácter essencialmente económico e aproveitando apenas os de carácter puramente demográfico, somos ainda conduzidos a concluir que a população de Portugal, apesar do seu crescimento constante, poderia ser maior do que é¹⁶.

E em segundo, a sua explicação para as variações populacionais por grupos de idades:

na opinião dos demógrafos mais notáveis, dois factores actuam para produzir as variações nos das idades: 1º, a diminuição da natalidade e a elevação da vida média, 2º, a emigração e a imigração. Estes factores, que explicam suficientemente a diversa composição da população através do tempo e nas cidades e nos campos, manifestam-se acentuadamente em Portugal¹⁷.

De facto, independentemente das respostas ou da sua falta face à dinâmica demográfica, o aumento da esperança de vida foi uma constante ao longo do século XX, provocando alterações de que se ressaltam indicadores positivos como: aumento da esperança de vida, diminuição da mortalidade (com alterações nas causas de morte) e da mortalidade infantil, o que leva a pensar nas políticas de saúde e bem-estar das populações.

16 CARQUEJA, 1916: 98.

17 CARQUEJA, 1916: 98.

Quadro n.º 5 – Esperança de vida à nascença

	Homens	Mulheres
1920	35,8	40,0
1930	44,8	49,2
1940	48,6	52,8
1950	55,5	60,5
1960	60,7	66,4
1970	64,2	70,8
1980	69,1	76,7
1991	70,3	77,5
2000/1	73,5	80,3

Fonte: INE, *Séries Cronológicas*.

Se o aumento da esperança de vida explica o envelhecimento do topo, a sua conjugação com o decréscimo da fecundidade explica o duplo envelhecimento das estruturas populacionais (na base e topo), ou seja, o aumento de idosos e a diminuição de jovens.

Nos últimos anos têm emergido novas discussões e desafios ao nível das políticas e respostas face ao aumento da população mais idosa. O facto de o envelhecimento ser progressivamente considerado uma questão social, leva ao aparecimento de políticas e ao desenvolvimento de intervenção social, ainda que com desfasamento relativamente ao que acontece na União Europeia.

Assim, e como refere Maria de Lurdes Quaresma, em Portugal,

até final da década de 60 os problemas da população idosa não foram objecto de uma política social específica, pelo que a protecção social dos indivíduos deste grupo se revela quase inexistente¹⁸.

Só em 1969 se inicia a discussão na Assembleia Nacional sobre “os problemas da população idosa no nosso país, o fenómeno do envelhecimento e da população e a política da velhice”¹⁹ e em 1971 é criado o serviço de Reabilitação e Protecção aos Diminuídos e Idosos, no âmbito do Instituto da Família e Acção Social, inserida na Direcção Geral da Assistência Social, que vinha substituir o Instituto de Assistência aos Inválidos.

Será após 1976, com a nova Constituição e consagração do Direito à Segurança Social, que se vai alargar o quadro de intervenção.

Naturalmente que o aumento do envelhecimento populacional criou uma pressão sobre os regimes de pensão e nas finanças públicas, pelo crescente número de reformados, obrigando a uma maior diversidade de recursos e novas respostas: novos serviços (dos asilos ao apoio tipo lar, centro de dia ou apoio domiciliário) e criação de programas específicos de intervenção, face às necessidades dos idosos. Estes são aspectos, hoje, na ordem do dia.

18 QUARESMA, 1988: 228.

19 QUARESMA, 1988: 228.

Por outro lado, convém ressaltar também que foi a partir dos anos 60 que houve um aumento e “investimento” crescente na saúde: em recursos humanos, equipamentos e na própria despesa, o que naturalmente se repercutiu na melhoria das condições de vida da população. Impacto que se pode depreender, nomeadamente, pelo progressivo decréscimo da mortalidade infantil.

Quadro n.º 6 – Evolução da Taxa da Mortalidade Infantil

Períodos	Taxa de Mortalidade Infantil (em permilagem)
1911-1920	153,6
1920-1930	132,1
1930-1940	148,7
1940-1950	114,9
1950-1960	90,3
1960-1970	65,2
1970-1981	38,9
1981-1991	16
1993	8,6
1997	6,4
1998	6,0
1999	5,6
2000	5,5
2001	5,0
2004	3,8

Fonte: INE, *Séries Cronológicas*.

É também nos anos sessenta que as mulheres começam a entrar no mercado de trabalho, período em que se regista, simultaneamente, a tendência de modificação ao nível da organização familiar. Entre os anos 60-80 afirma-se a diminuição do agregado familiar, modelo que nos últimos anos tem evidenciado uma propensão de continuação do decréscimo.

Quadro n.º 7 – Composição das famílias segundo o número de indivíduos (percentagem) em Portugal. 1900-2001

Momentos Censitários	1 pessoa	2 pessoas	3 e 4 pessoas	5 e + pessoas
1900	10,7	17,0	47,3	25,0
1911	9,8	16,2	47,4	26,6
1920	8,7	16,2	48,8	26,3
1940	7,8	16,3	51,1	24,8
1950	7,6	17,0	53,3	22,2
1960	10,8	19,6	52,6	1,1
1970	10,0	21,9	52,2	15
1981	13,0	23,5	52,9	10,6
1991	13,9	25,3	54,2	6,6
2001	17,3	28,4	44,8	9,5

Fonte: ROSA; VIEIRA, 2003: 61.

Porém, não deixa de ser importante salientar um outro lado das contradições entre políticas e população (demografia). O Estado Novo determinou a protecção à família e maternidade, porém não articulou as políticas e a intervenção ao nível da população, basta pensar na pobreza persistente em Portugal, com falta de trabalho e de oportunidades subjacentes, que originam a saída maciça do pós-guerra. A falta de cuidados médicos e assistenciais não permitiram a diminuição da mortalidade infantil e, tal como refere João Evangelista,

teria sido necessário triplicar a expansão da indústria e do comércio, de 1920 a 1950, para conseguir, fora do campo, trabalho para o crescente número de indivíduos que atingia a idade produtiva... Assim o aumento demográfico, em vez de representar uma fonte de riqueza, acarretou maiores dificuldades, porque não foi correspondido por um equivalente acréscimo na produção, obrigando a alargar compras ao estrangeiro, numa proporção muito superior às disponibilidades para venda²⁰.

Desde as primeiras medidas de apoio, incluindo a atribuição de abonos de família, não deixamos de assistir a uma quebra da fecundidade em Portugal, a qual se situa, actualmente, entre as mais baixas dos países da União Europeia e desenvolvidos.

20 EVANGELISTA, 1971: 230.

Quadro n.º 8 – Evolução do Índice Sintético de fecundidade em Portugal

Ano	Índice Sintético de Fecundidade
1930	3,9
1940	3,2
1950	3,2
1960	3,1
1970	2,8
1980	2,2
1990	1,6
2001	1,5

Fonte: INE.

Mas importa não descurar, ao nível das estruturas, o efeito dos movimentos migratórios, até pelos seus efeitos controversos, como demonstra Nazareth:

os efeitos dos movimentos migratórios na evolução das estruturas, (...) quando os saldos são negativos (emigração maior que imigração) observa-se um efeito contraditório: a população rejuvenesce na base e envelhece no topo. Por outro lado, quando os saldos migratórios são positivos, observámos exactamente o inverso: a população envelhece na base e rejuvenesce no topo. Assinale-se ainda que a intensidade destes efeitos, quer num sentido quer noutro, são do mesmo nível que os produzidos por um declínio da fecundidade²¹.

Isto conduz a um último ponto – o da interacção entre migração e fecundidade.

2.4 Interacção entre migração e fecundidade

Entre as variáveis microdemográficas são as migrações as que mais estudos reúnem sobre as respectivas políticas e as suas interferências.

Portugal é um país profundamente marcado pelo efeito das migrações na dinâmica da população, o que se repercute, significativamente, quer na economia, quer a nível social, laboral, etc.

Em 1911, Afonso Costa considerava que a emigração constitue, dentro da economia social, um dos mais importantes aspectos da theoría da população com base num outro autor Colajanni salientava igualmente que

a população é o principio e o fim da vida social e política e dá a medida da vitalidade, saude, força e poder de um povo. A emigração é o aspecto mais delicado do phenomeno da população e por si só define o estado d'esta. D'ahi a sua importancia e o logar primacial que occupa na sciencia económica²².

21 NAZARETH, 1979: 201.

22 COSTA, 1911: 9.

No entanto, desde o início do século XX, nota-se que a emigração e as políticas que lhes estão associadas não são isentas e servem vários propósitos. Vários políticos e intelectuais têm-se debruçado sobre a questão, salientando aspectos tão diversos como a justificação para colonização das colónias, ou a necessidade de alterar a formação da população:

o problema apresenta-se, pois, com toda a clareza: desde que não podemos nem devemos contrariar directamente as nossas correntes migratórias, desde que temos no Brasil uma fonte abundante de riqueza que é preciso não só manter mas tornar mais productiva, impõe-se com urgencia a instrucção do nosso povo, se não queremos caminhar para uma crise, que não teria nenhum remédio. Instrucção, instrucção forte e pratica, rapida mas segura, eis o que é preciso dar urgentemente ao povo português emigrante²³.

De facto, quanto à emigração, a posição do governo português foi sempre um tanto dúbia: no início do século XX a emigração tinha “uma alta importancia para a nossa balança economica e o equilibrio porventura nela alguma vez conseguido é tudo quanto ha de mais precario e duvidoso”²⁴.

No Estado Novo verificou-se uma situação semelhante, que Beatriz Rocha-Trindade²⁵ designa por “*neutralidade colaborante*”. Mesmo perante a imposição de medidas que limitavam a emigração, o facto é que esta não parou de aumentar, afectando a própria dinâmica populacional e causando perdas populacionais significativas entre 1960 e 1970.

Após 1974 assiste-se a um movimento contrário, de retorno, de que resultou um intenso aumento da população portuguesa e suscitou a necessidade de medidas que permitiram integrar todos os que então regressaram ou vieram para o país.

É a partir da década de noventa que a imigração tem uma nova expressão em Portugal, de tal forma que provoca alterações de fundo, desencadeando a intervenção social e política.

Além disso, o impacto da imigração em Portugal, tal como é referido no Estudo do SEF coordenado por André Corrêa d’Almeida, dá-se a vários níveis com vários impactos:

na dinâmica global (1/5 do aumento da população de Portugal observado no período 1991-2001, foi devido ao acréscimo do número de cidadãos não portugueses);
 Na evolução dos nascimentos (os estrangeiros contribuíram pelo menos com um progenitor para 2/3 do aumento dos nascimentos observados em Portugal entre 1995 e 2002);
 Na estrutura etária (sem estrangeiros em Portugal, o número de indivíduos com 15-34 anos teria diminuído entre 1991 e 2001, ao invés de aumentar; a importância do grupo etário 65+ seria mais elevado e o número de pessoas em idade activa por pessoas em idade idosa seria mais baixo);
 Na relação estatística entre sexos (sem estrangeiros, a superioridade estatística das mulheres seria ainda maior)²⁶.

Do ponto de vista legal, desde 1976, que a Constituição consagra os direitos dos cidadãos portugueses aos estrangeiros e apátridas que se encontrem a residir em Portugal (artigo 42). No entanto, a entrada de Portugal na CEE, a criação do espaço comunitário alterou a relação directa com as comunidades portuguesas, obrigando a uma mudança do discurso oficial. A partir dos anos noventa assiste-se a uma viragem no debate político, sobressaindo a inversão de Portugal de país de emigração para país de acolhimento.

23 COSTA, 1911: 160.

24 SILVA, 1917: 108.

25 ROCHA-TRINDADE, 2000a: 140.

26 ALMEIDA *et al.* 2004: 10 e 11.

Progressivamente, Portugal, no âmbito da União Europeia, encontra-se envolvido nas decisões e medidas relativas à imigração.

Enfim, com contornos complexos, não se poderia deixar de mencionar, relativamente às migrações e emigração em particular, que estas funcionam muitas vezes como escape e solução fácil para a falta de alternativas. Mas também não é menos importante que, enquanto escape, reforçaram a falta de incentivo à formação, penalizando o próprio desenvolvimento do país. Por outro lado, na diversidade de formas que compreendem as migrações acabam, por vezes, por escamotear o número dos que não estando, “estavam” em Portugal. Ou seja, Afonso Costa acaba por ter razão quando contrapunha como alternativa a “instrução”, que para nós hoje assume uma outra forma e configuração.

A fecundidade, variável chave no processo de envelhecimento populacional, tem sido sempre, no discurso político, e ao longo do período em análise, alvo de protecção. Contudo, os resultados ficaram sempre aquém dos previstos ou desejados, quando não, mesmo contrários aos ambicionados. Estando neste momento a percepção da vida portuguesa a condicionar a fecundidade, que atinge dos mais baixos níveis de sempre entre os países da União Europeia.

Tal como referia Bento Carqueja “as causas de uma ou de outra d’estas distribuições se transformam em efeitos e, como succede em todos os phenomenos sociais, os efeitos concorrem para manter immutaveis as causas”²⁷.

Conclusão

Depois desta primeira análise, fica clara a necessidade de aprofundamento e de compreensão de muitas ligações e problemas subjacentes à dinâmica populacional. As consequências das mudanças populacionais face às mudanças das políticas e intervenção do Estado, por um lado, e as consequências políticas das mudanças demográficas por outro, são aspectos que se discutem mais, a diferentes níveis e fazem a nossa actualidade.

Mas para além da sua importância crescente, é urgente desenvolver uma nova abordagem aos problemas de população, com soluções que possam compreender políticas de população. Sem dúvida que se trata de uma área sensível, porém a alternativa, a não a serem tomadas e desenhadas políticas de fundo e globais, levará a uma continuação da desagregação entre a população e as políticas e as soluções/caminhos propostos. Estas soluções, não só pelos custos que comportam, mas pela eficácia ou capacidade de resposta que delas se espera, só serão possíveis na medida em que sejam aceites e as populações nelas se revejam.

Neste equilíbrio entre meios, fins e interesses é importante que a população seja efectivamente o centro da concepção das políticas e que as políticas de população respondam efectivamente às necessidades da população, não se limitando a um meio para alavancar outro tipo de interesses.

Quando analisada a realidade portuguesa pode verificar-se a existência de um pensamento muito vasto que urge articular no sentido de compreender a melhor perspectiva, prospectivar os desafios de futuro e assim encontrar as políticas mais consentâneas.

Bibliografia

- ALMEIDA, André Correia d' (coord.), 2004 – *O impacto da Imigração nas Sociedades da Europa. Um estudo para a Rede Europeia das Migrações – o caso português*. Lisboa: SEF.
- BARRETO, António, 2004 – *Sociedade, demografia e políticas de população*, Lisboa: Conferência Inaugural do II Congresso da Associação Portuguesa de Demografia, Setembro de 2004. Disponível em: <www.apdemografia.pt/plenario_antonio_barreto.pdf> [consult. Jun. 2007].
- BIRKLAND, T.A., 2001 – *An Introduction to the Policy Process: Theories, Concepts and Models of Public Policymaking*. NY: Armonk.
- CARREIRA, Medina, 1996 – “As políticas sociais em Portugal” in Barreto, António (org.) – *A situação Social em Portugal 1960-1995*. Lisboa: ICS, p. 365-498.
- CARQUEJA, Bento, 1916 – *O povo português. Aspectos sociais e económicos*. Porto: Chardron.
- COMMISSION COMMUNICATION, 2005 – *Livro Verde Uma Nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas*. Disponível em: <http://ec.europa.eu/employment_social/news/2005/mar/comm2005-94_pt.pdf>.
- COMMISSION COMMUNICATION, 2006 – *The Demographic future of Europe – from challenge to opportunity*. Disponível em: <<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0571:FIN:EN:PDF>>.
- COSTA, Afonso, 1911 – *Estudos de economia nacional. O problema da emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- COSTA, R. Ramos da, 1973 – *Emigração: fatalidade irremediável?* Lisboa: Editorial República.
- DEMENY, Paul, 2003 – “Population Policy: A Concise Summary”. *Population Council*. nº 173. Disponível em: <<http://www.popcouncil.org/publications/wp/prd/rdwplist.html>>.
- EVANGELISTA, João, 1971 – *Um século de população portuguesa (1864 -1960)*. Lisboa: INE – Publicações do Centro de Estudos Demográficos.
- NAZARETH, J. M., 1979 – *O envelhecimento da população portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- NAZARETH, J. M., 1989 – “Dimensão espacial da modernização” in LOPES, Grilo *et al.* (org.) – *Portugal o Desafio dos anos 90*. Lisboa: Editorial Presença, p. 111- 132.
- PINTO, Maria Luís Rocha; RODRIGUES, Teresa, 1997 – “A evolução urbana em Portugal no último século (1890 - 1991)”. *População e Sociedade*. Porto: CEPFAM, nº 3, p. 7-22.
- QUARESMA, Maria de Lurdes 1988 – “Política de Velhice Análise e perspectiva”. *Psicologia*. Vol VI, nº 2, p. 227 - 237.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 2000a – “As políticas portuguesas para a emigração”. *Janus 2001*. Lisboa: Público e Universidade Autónoma de Lisboa, p. 140 - 141.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 2000b – “História da Imigração em Portugal I e II”. *Janus 2001*. Lisboa: Público e Universidade Autónoma de Lisboa, p. 170 - 175.
- ROSA, Maria João Valente; VIEIRA, Cláudia, 2003 – *A população portuguesa no século XX*. Lisboa: ICS.
- SILVA, Fernando Emygdio da, 1917 – *Emigração Portuguesa*. Coimbra: França e Arménio Editores.
- TEITELBAUM, Michael, 2005 – “Political Demography” in *Handbook of Population* Springer. P. 719 - 730.



Evolución y tendencias del envejecimiento demográfico en España, siglos XVIII-XX¹

Isidro Dubert

1. La determinación del umbral de la vejez

A lo largo de la historia, el umbral de la vejez ha estado lejos de ser una barrera, un límite prefijado de antemano, que apenas sobrepasado supusiese la inmediata asunción por parte de los individuos de su condición de ancianos. Por el contrario, históricamente lo habitual ha sido que dicho umbral se haya ido modificando al alza a medida que las esperanzas de vida de los mayores se iba ampliando, o lo que es lo mismo, a medida que la sociedad iba transformando su vivencia cultural de la vejez². Sin pretender entretenernos demasiado en esta cuestión, si nos gustaría aclarar que en el curso de las páginas que siguen hemos considerado genéricamente viejos a las personas de 60 y más años. Esta consideración no es fruto de una decisión arbitraria, visto que la información contenida en fuentes históricas de la más variada naturaleza suele disponer el inicio de la vejez en torno a esa edad. Por ejemplo, en el *Diccionario de Autoridades* de 1726-1739, era definida como “la última etapa de la vida, cuyo extremo se llama decrepitud y empieza a los sesenta años”³. Por su parte, y ya con un criterio fiscal, los oficiales de la Secretaría de Hacienda encargados de confeccionar el Censo de Ensenada en 1752, entendían que una persona estaba próxima a la vejez alrededor de los 60 años⁴.

Es cierto que en los siglos XVIII y XIX existió en España una abundante literatura médica y una amplia tratadística moral que anticipaba esa edad a los 45-50 años, en coincidencia con el inicio del declive físico de las personas, pero no lo es menos que tras este proceder subyacían factores de orden ideológico y religioso que, por sí mismos, estuvieron lejos de condicionar por completo la percepción sociocultural que los contemporáneos tenían de la vejez⁵. Prueba de ello, es que todavía en el censo de 1920 se clasificaba a la población en cuatro grandes categorías de edad, encuadrándose en la “senectud” a quienes habían superado los 60 años, no en vano la esperanza media de vida de los españoles por aquel entonces era de unos 40 años (Tabla n.º 1). Es más, es posible que esa percepción sociocultural no haya comenzado a cambiar hasta mediados del siglo XX, toda vez que las mencionadas esperanzas

1 Este trabajo ha sido realizado en el marco de la Acción Integrada: “Vejez y envejecimiento en España y Portugal. Implicaciones sociodemográficas y desarrollo regional” (HP 2008-0095).

2 BOURDELAIS *et al.*, 2006: 245-248.

3 DICCIONARIO DE AUTORIDADES (1726-1739), 1986: vol. 3.

4 GRUPO 75, 1977: 60 y 74.

5 BERNABEU MESTRE, 2007: 18, 28-30; BOTELHO, 2000: 46-48.

de vida comenzaron a aproximarse a la barrera de los 60 años; una barrera que por otro lado ha sido norma común en otras sociedades europeas a la hora de considerar la entrada de los individuos en la vejez⁶. Dicho de otro modo, si tenemos información sobre la evolución del número de personas de 60 y más años para un período de más de 250 años, resulta que solo a partir de lo sucedido en el último medio siglo es que cabría comenzar a pensar en la conveniencia de retrasar ese umbral de la vejez a los 65 años. Por esta razón, y por criterios meramente operativos, que entre otras cosas buscan mantener las posibilidades de comparación entre los distintos momentos analizados, hemos decidido mantener el mencionado umbral durante casi todo el estudio en los 60 años.

2. El envejecimiento poblacional en España: contexto y evolución

Una mirada al panorama europeo, pone de manifiesto la peculiar trayectoria del envejecimiento seguido por la población francesa, la cual, por haber iniciado su transición demográfica en el siglo XVIII, conoció mucho antes que en los demás países europeos un fuerte crecimiento de la presencia de personas mayores en su seno. Muestra de ello, es que en los pocos años que van desde finales del siglo XVIII a mediados del XIX su importancia pasó de un 7,9% a un 10,7% del total de población, mientras que para las mismas fechas en España esta cifra no conseguía superar la barrera del 6%. Una trayectoria positiva habría de continuarse más allá de 1850, al punto de que el promedio de personas de más de 60 años que había en la Francia de 1871, un 12%, no sería alcanzado por Inglaterra o Alemania hasta la década de 1930 y, respectivamente, por Italia o España hasta las de 1950 y 1960⁷ (Gráfico n.º 1).

Dejando al margen lo sucedido en Francia, si a continuación consideramos las diferencias existentes entre las estructuras sociales, productivas o poblacionales de los citados países, no deja de sorprender que todos ellos hayan iniciado el camino hacia sus actuales niveles de envejecimiento en torno a la década de 1880, a pesar de que una vez comenzado el siglo XX éste fuese recorrido por España e Italia con una extremada lentitud. Desde una perspectiva histórica, esto nos advierte de que factores de modernización socioeconómica como la industrialización o la urbanización, parecen haber tenido poco peso en el desencadenamiento y posterior andadura de las poblaciones continentales hacia la vejez.

Prueba de esto, es que en Inglaterra esa andadura se inició con posterioridad a la mencionada industrialización, en Francia con anterioridad a la misma y en España a la par que ésta comenzaba a afirmarse⁸. Esto significa que no hubo una correspondencia unívoca entre los factores que incidían sobre la citada modernización socioeconómica y el proceso de envejecimiento que acontecía en cada país, como tampoco la hubo con la llamada transición demográfica, visto que el despegue hacia la vejez en cada uno de ellos se produjo antes de que ésta llegase a modificar la estructura de edades de sus respectivas poblaciones, véase sino lo sucedido en Inglaterra, España o Italia. Por lo tanto, tal y como ha señalado Peter Laslett⁹, el incremento del protagonismo sociodemográfico de la vejez en Europa no es una consecuencia directa del cambio experimentado por variables tales como la fecundidad, la mortalidad o la intensidad de las migraciones, sino de su interacción sobre el conjunto de la población en la media y larga duración en el marco de contextos históricos específicos que deben ser abordados y estudiados por separado. Lo que no obsta, insiste este autor, para que cara al futuro el envejecimiento se haya perpetuado y potenciado en su seno gracias a los efectos de la transición demográfica.

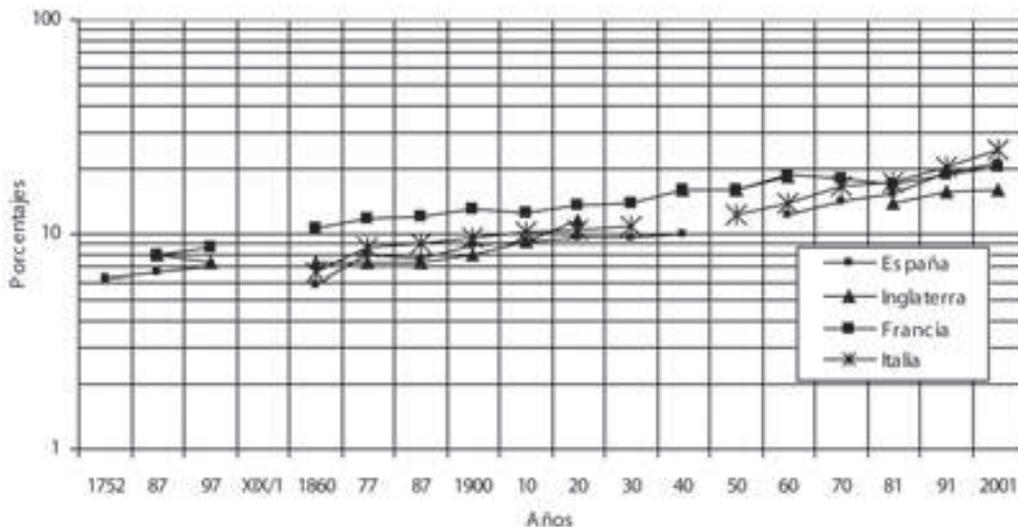
6 TASSIN, 1998: 30; BOURDELAIS, 1997: 70; SMITH, 1984: 84; WRIGLEY *et al.*, 1989: 443 y ss.

7 BOURDELAIS, 1997: 183-196; CALTABIANO, 2007: 69-72; DUBERT, 2007: 97-100.

8 LASLETT, 1976: 104-105; BOURDELAIS, 1997: 194; DOPICO, 1987: 156-157.

9 LASLETT, 1976: 105; LASLETT, 1999: 237-240.

Gráfico n.º 1 – Evolución comparada del porcentaje de población de 60 y más años, 1787-2001



Fuente: Para Inglaterra véase LASLETT, 1977: 103; para Francia, BOURDELAIS, 1997: 436, y datos del I.N.S.S.E. (<http://www.insee.fr/>); para Italia, CALTABIANO, 2007: Tabla 2; para España, elaboración propia a partir de los censos de población correspondientes.

Lo sucedido en España es un buen ejemplo de ello, ya que mientras Inglaterra emprendía en 1880 un camino al envejecimiento que habría de rematar convergiendo con el de Francia en 1931, nuestro país todavía situaba entre 1900 y 1940 sus niveles de población anciana en un 9-10% del total. Es más, obviando lo acontecido de 1860 a 1877, resulta que esos niveles oscilaron entre el 8% de 1877 y el 10% de 1940 (Gráfico n.º 1). En otras palabras, España mantuvo en esos años una proporción de ancianos en su sociedad relativamente estable y siempre por debajo del crecimiento y cifras expresadas por Francia (1871: 11.7%, 1946: 15.9%) e Inglaterra (1871: 7.4%, 1940: 15.9%); más en sintonía por tanto con lo acaecido en regiones mediterráneas como Italia (1871: 8.7%, 1931: 10.8%) o en un país de vocación atlántica como Portugal¹⁰.

Esto significa que cuando tras 1940 la población española comenzó a evolucionar hacia porcentajes de mayores de 60 años muy parecidos a los de los otros países europeos, lo hizo beneficiándose, por un lado, de la reducción en casi un 50% que había conocido la mortalidad de adultos desde finales del siglo XIX, y por otro, y sobre esta base, de la caída que en el marco de una transición demográfica inconclusa experimentaron cara al futuro tanto esa misma mortalidad de adultos como la infantil. Dos factores de orden demográfico, si bien con fuerte trasfondo socioeconómico, que a medio plazo fueron más relevantes para el tema que nos ocupa que el grado de urbanización o los efectos de las distintas políticas industrializadoras puestas en práctica por los diferentes regímenes políticos habidos en España en los cuarenta primeros años del siglo XX¹¹. De alguna manera, esas mejoras operadas en la mortalidad quedan reflejadas en los indicadores de la esperanza de vida recogidos en la presente tabla.

10 VEIGA, 2004: 77-91. RODRIGUES, 2009: 429-430.

11 DOPICO, 1987; DOPICO, 1993: 576.

Tabla n.º 1 – Evolución de la esperanza de vida al nacer en España, 1787-2005

	Mujeres	Hombres	Total
1787	28,4	27,8	29,7
1863-70	30,2	29,4	29,8
1878-87	29,8	29,1	29,5
1888-00	32,5	31,7	32,1
1900	35,7	33,9	34,8
1910	42,6	40,9	41,7
1920	42,1	40,3	41,2
1930	51,6	48,4	50,0
1940	53,2	47,1	50,1
1950	64,3	59,8	62,1
1960	72,2	67,4	69,9
1970	75,1	69,6	72,4
1981	78,4	72,4	75,4
1991	80,8	73,7	77,2
2001	83,0	76,3	79,7
2005	83,5	77,0	80,2

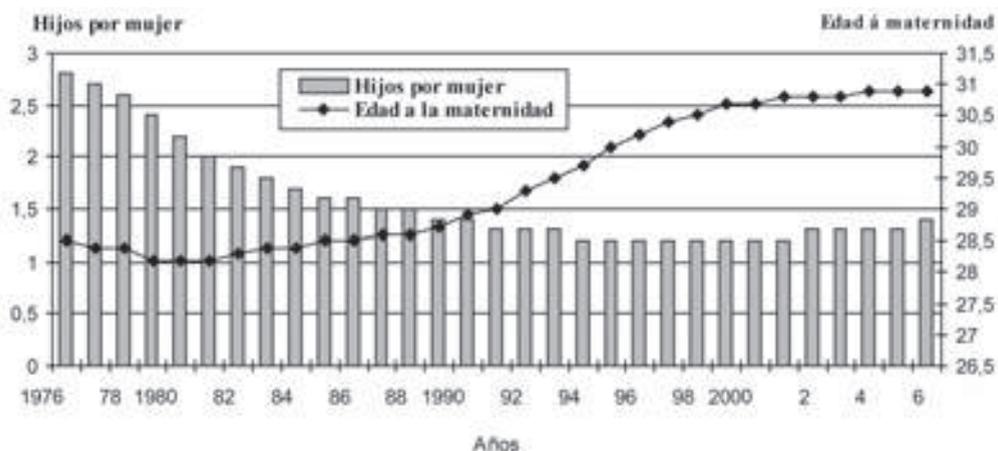
Fuente: I.N.E. (<http://www.ine.es>); DOPICO, 1993: 576-578; DOPICO, 1990: 597.

Con todo, no puede obviarse que el desarrollo del proceso de envejecimiento poblacional a partir de 1950, coincidió en el tiempo con la expansión económica que acompañó al “desarrollismo” que caracterizó a la década de 1960. Aunque, en este sentido, el salto definitivo hacia los actuales niveles de envejecimiento se produjo a principios de los años setenta, en coincidencia con las fases finales de la transición demográfica y el comienzo de una nueva crisis económica. A nivel demográfico ese salto ha demostrado ser fruto de los anunciados descensos que la mortalidad de adultos y la mortalidad infantil registraron entre 1945 y 1995, de un 40 y un 95% respectivamente, los cuales permitieron que en esos años se produjesen ganancias medias en las esperanzas de vida de los españoles de más de 25 años¹². Asimismo, fue fruto también de la intensa y rápida reducción que desde los inicios de la década de 1970 experimentó la fecundidad, la cual cayó en los siguientes veinte años a niveles situados muy por debajo del límite que garantiza el reemplazo generacional. De hecho, pasó de los 2,8 hijos por mujer de 1976, a los 1,48 de 1987, y de éstos a los 1,15 de 1998. Es decir, que de 1976 a 1986 la fecundidad femenina se redujo un 47,1% y de 1987 a 1998 un 22,3% (Gráfico n.º 2). Los efectos sociodemográficos de esta sensible reducción se vieron agravados por el cada vez mayor retraso

12 HERNÁNDEZ BORGE, 2000: 308-323; DOPICO, 1993: 576.

que conoció la edad media de las mujeres a la maternidad¹³. Si de 1976 a 1986 esa edad se mantuvo en torno a los 28,4 años, entre 1987 y 1992 creció en casi nueve meses, para iniciar a partir de ese instante un ascenso imparable que habría de acabar situándola en los 30,9 años del período 2004-2006.

Gráfico n.º 2 – Media de hijos por mujer y edad media a la maternidad, España 1976-2006



Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del INE (Disponible en: <<http://www.ine.es>>).

A grandes rasgos, este rápido retroceso de la fecundidad y de la edad media de las mujeres a la maternidad tiene su origen en el encabalgamiento de tres hechos de diferente signo. Primero, en el paulatino descenso experimentado por los aportes demográficos procedentes de las generaciones de jóvenes nacidos a lo largo de la década de 1960, durante el llamado *baby boom*. Segundo, en los efectos subsecuentes de la serie de crisis económicas que siguieron a la de 1973 y que se sintieron a lo largo de los años ochenta y noventa bajo la forma de unas nuevas y mayores condiciones de precariedad laboral en los tradicionales mercados de trabajo¹⁴; en este caso, su virtud fue la de contribuir a retardar la emancipación de los más jóvenes del hogar paterno, condicionando así su acceso al matrimonio y a la paternidad. Tercero, en una rápida modernización social y cultural que supuso la progresiva incorporación de la mujer a la vida laboral, la cual, habría de actuar a su vez como detonante de las importantes transformaciones operadas en el rol y en las funciones que hasta entonces tenía atribuida la familia en el marco de la sociedad española. La combinación de todos estos factores originó cambios significativos en los patrones reproductivos imperantes hasta la fecha, los que, de algún modo, quedan reflejados en el Gráfico n.º 2.

En este contexto, no es de extrañar que la mencionada caída y posterior estancamiento de la fecundidad femenina en niveles que desde 1991 rondan los 1,2-1,3 hijos por mujer, el continuo retraso que

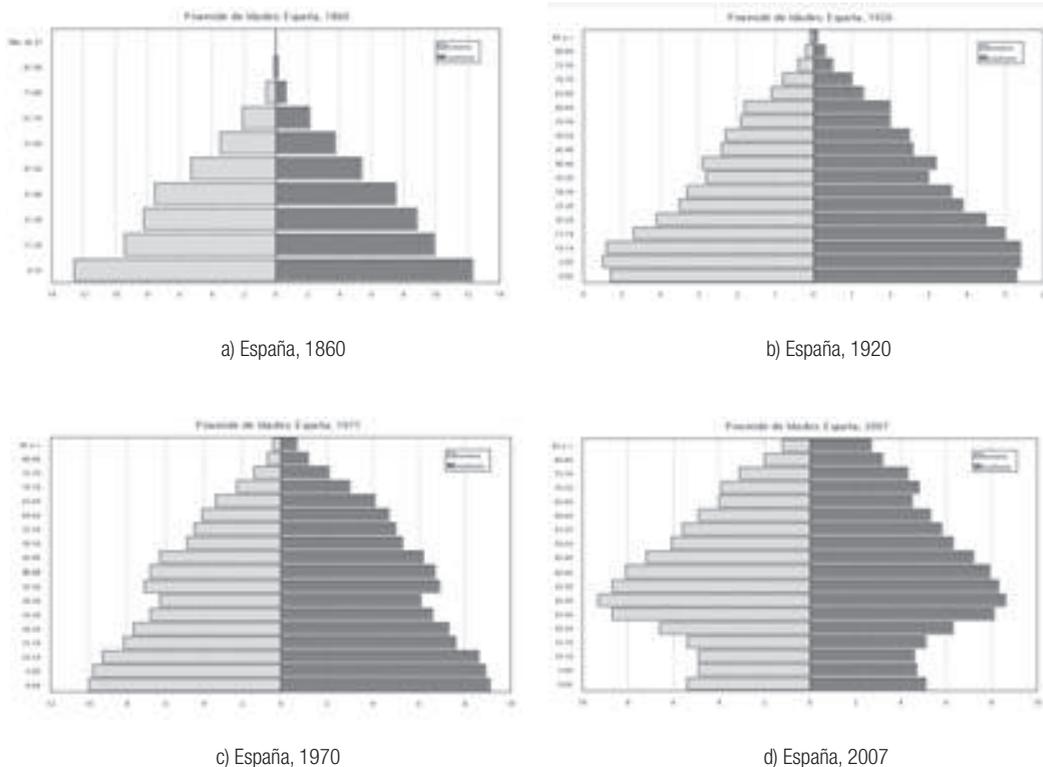
¹³ Es la media de las edades a las que las mujeres tienen hijos, ponderada gracias a las tasas de fecundidad de cada grupo de edad. En cualquier caso, es evidente que a partir de la década de 1980 esta edad media a la maternidad tiende a asemejarse a la edad a la que las mujeres españolas tienen a su primer hijo a medida que el índice sintético de fecundidad, el número de hijos por mujer, se aproxima a 1.

¹⁴ BILBAO, 1999: 21-40.

conoce la edad media a la maternidad desde finales de la década de 1970, la atenuación progresiva de la actuación de la mortalidad y el consiguiente alargamiento de las esperanzas de vida, acabasen incidiendo de lleno sobre la estructura de edades de la población española. De hecho, la actuación combinada de todos estos aspectos es responsable directo de ese envejecimiento por abajo y por arriba del que hoy por hoy se hace eco su pirámide de edades. En el primer caso, en razón del estrechamiento de su base, y del que da cuenta lo sucedido en los tramos inferiores a los 35 años; en el segundo, en función del ensanchamiento reflejado por los grupos de edad a los que pertenecen los mayores de 60 años, en particular las mujeres (Gráfico n.º 3, d).

Por otro lado, la serie de transformaciones sociodemográficas acaecidas en los 40-45 años anteriores al 2007 se han dejado sentir con fuerza sobre la estructura interna de la vejez. Lo prueba la paulatina importancia que en ella han alcanzado los mayores de 75 años. Al respecto, si se han necesitado cerca de setenta años para multiplicar por algo más de dos su porcentaje al total de población, al pasar de un 1,3% en 1900 a un 3,3% en 1970, solo treinta años fueron en cambio los que transcurrieron hasta que ese mismo fenómeno volvió a repetirse, visto que en el 2001 eran ya el 7,9% del total de españoles. En línea con esto, si en 1900 los mayores de 75 años eran el 15,4% de las personas que tenían 60 y más años, en 1970 suponían el 23,2%, en el 2001 el 33,8% y en el 2007 el 37,7%.

Gráfico n.º 3: Pirámides de la población española según los censos de 1860, 1920, 1970, e al 1-1-2007, (porcentajes de edad al total de población)

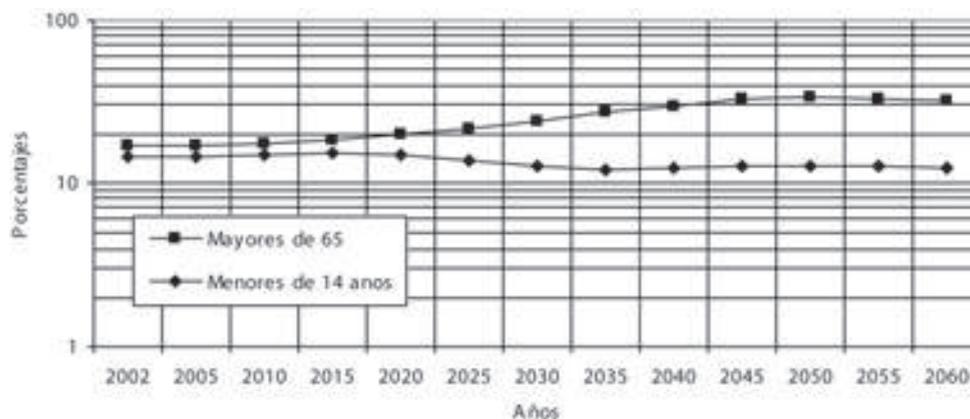


Fuente: Elaboración propia a partir de los censos de 1860 y 1920. Para 1971 y 2007, elaboración propia a partir de los datos del INE (Disponible en: <<http://www.ine.es>>).

Esta alteración de la estructura de la vejez es proceso muy semejante al acontecido en otros países europeos, solo que España se ha producido de una manera más tardía, intensa y rápida que en el resto del continente. En este sentido, las coincidencias con lo ocurrido en otras regiones de la Europa meridional, como Italia, y sin duda Portugal, revelan la existencia de dos grandes áreas geográficas en el seno del continente cuyos comportamientos en este terreno, como en el sociodemográfico o familiar, son claramente diferentes¹⁵.

La paulatina debilidad de los aportes demográficos de las generaciones nacidas durante el *baby boom*, los efectos derivados de la modernización social experimentada a partir de 1975 y el manido alargamiento de las esperanzas de vida, son pues algunos de los factores que aclaran la actual relevancia de mayores y ancianos en el seno de la sociedad española. Por consiguiente, sería interesante saber si esa relevancia va a continuar en los próximos años, o si, por el contrario, la situación con la que nos encontramos a día de hoy cambiará en las siguientes décadas. Para responder a esta cuestión, tomamos a continuación en consideración la información que nos proporciona una proyección de la población a largo plazo, cuya virtud es la de situarnos ante el *probable* escenario demográfico que diseñaría la presencia de individuos de 65 y más años en el 2060¹⁶.

Gráfico n.º 4 – Evolución probable de los mayores de 65 años, España 2002-2060



Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del INE (<<http://www.ine.es>>).

Los datos manejados nos advierten que como consecuencia de la reducción operada en el tamaño de las cohortes de los nacidos a partir de mediados de los años setenta y del paulatino aumento de las esperanzas de vida, es de esperar que el envejecimiento demográfico se continúe, en particular, si los actuales niveles de fecundidad femenina se siguen manteniendo por debajo del limiar de sustitución de las generaciones. Ciertamente que la posibilidad de que se verifiquen saldos migratorios positivos contribuiría a atenuar el envejecimiento, pero no lo es menos que, en las actuales condiciones de partida, no parece que consi-

¹⁵ BOURDELAIS, 1997: 195 y 217; LASLETT, 1999: 238-242; MARCANTONIO, 2007: 68-72; DUBERT, 2007: 97.

¹⁶ Los cálculos realizados parten de la base de la disminución de las entradas netas de extranjeros entre el 2002-2006 y el 2010, momento a partir del cual permanecerán constantes en el tiempo. Los aspectos metodológicos de esta proyección aparecen recogidos en <<http://www.ine.es>>.

güiesen evitar que el mencionado envejecimiento tenga lugar. Así, se aguarda que los mayores de 65 años pasen de ser ese 16-17% de la población del 2008, al 19-20% en el 2020, para seguir luego un camino ascendente que habría de culminar en el 2045, cuando uno de cada tres españoles se sitúe ya vitalmente en la barrera de los 65 años. Una trayectoria a todas luces inversa a la esperada para los menores de 14 años, quienes siendo tan solo un 14-15% del total de población en el 2008, caerán luego al 13-14% en el 2020, hasta estancarse en el 12% partir del 2030-2035.

3. Aproximación a la geografía del envejecimiento

La aproximación a la geografía del envejecimiento poblacional hispano se ha llevado a cabo contrastando dos momentos muy concretos de su desarrollo. Uno, aquel en que el fenómeno estaba en sus comienzos, y otro, atendiendo a los instantes en los que éste había anidado ya en el corazón de la sociedad española. Para ello, nos hemos servido de la información que nos proporcionan las mujeres, puesto que son el grupo poblacional menos afectado por las distorsiones que en el cálculo de los mayores de 60 años introduce el fenómeno migratorio, el cual, como es sabido, afecta sobre todo a los varones de 16-40 años. Sin embargo, la ventaja de aproximarse al objeto de estudio de esta manera se convierte en un inconveniente cuando se consideran los efectos de la actuación diferenciada de la mortalidad en función del sexo; una actuación que de 1920 a día de hoy se ha saldado con ganancias medias en las esperanzas de vida femeninas de 6 a 7 años frente a las masculinas (Tabla n.º 1). Por esta razón, la utilización con posterioridad a 1920 de porcentajes de mujeres de 60 y más años al total de mujeres en la reconstrucción de la geografía de la vejez se salda con un relieve más plano, menos pronunciado, que el que traduciría una población que no hubiese estado afectada por la emigración o por esa actuación de la mortalidad diferencial. La única manera de corregir este desajuste es emplear a partir de 1920 la información que nos proporcionan las mujeres con más de 65 años¹⁷. De este modo, nos garantizaremos una visión en la larga duración de los cambios y permanencias experimentados por dicha geografía entre 1787-1910 y 1991.

Además de referirnos a la geografía del envejecimiento cuando ésta se hallaba en sus inicios, los datos contenidos en la Tabla n.º 2 nos permiten asimismo hacernos una rápida y primera idea de los ritmos que el envejecimiento poblacional ha seguido en los distintos ámbitos geográficos de la península Ibérica. En el plano territorial advertimos entonces la existencia de al menos tres comportamientos. El primero de ellos corresponde a las islas Baleares, lugar donde el fenómeno conoció un franco y neto despegue entre 1787 y 1877 debido en buena medida a una mejora de la mortalidad de la que da cuenta la ganancia entre ambas fechas de 13,9 años en las esperanzas de vida de sus habitantes. El relativo y transitorio estancamiento de su envejecimiento durante el último cuarto del XIX finalizaría con el cambio de siglo, una vez más gracias a las mejoras habidas en la mortalidad balear, visto que las mencionadas esperanzas de vida aumentaron hasta 8,3 años entre 1860-73 y 1910¹⁸.

17 BOURDELAIS, 1997: 271-288.

18 DOPICO *et al.*, 1990: 609; DOPICO *et al.*, 1998: 133.

Tabla n.º 2 – Proporción de mujeres de 60 y más años al total de mujeres en España y áreas regionales, 1787-1910¹⁹

	1787	1797	1860	1877	1887	1900	1910
Norte peninsular	7,0	6,9	6,5	9,2	8,3	10,2	10,6
España interior	6,3	6,5	5,6	7,3	7,7	9,0	9,9
Madrid y provincia	7,4	7,1	5,5	6,7	7,3	8,3	9,1
Sur peninsular	7,1	7,1	5,6	7,9	7,1	9,1	9,4
Costa mediterránea	7,3	7,8	5,7	7,7	6,7	8,3	8,8
Baleares	7,4	7,5	8,8	12,4	10,4	12,2	12,5
Canarias	6,1	6,3	7,1	9,3	8,5	9,4	8,7
ESPAÑA	6,9	7,0	5,9	8,0	7,6	9,2	9,7

Fuente: Elaboración propia a partir de los censos correspondientes. Norte peninsular: Galicia, Asturias, Cantabria, País Vasco, Navarra; España interior: las dos Castillas, Extremadura y Aragón; Sur peninsular: Andalucía; Costa mediterránea: Cataluña, País Valenciano y Murcia.

Un segundo patrón de comportamiento nos lo ofrecen las poblaciones del norte peninsular y la España interior. En ambos casos el camino al envejecimiento se inició en el último cuarto del siglo XIX, si bien, como es sabido, sobre bases socioproductivas, poblacionales, demográficas que poco o nada se parecían. Basta con pensar que la particular andadura de la España interior se desarrolló en un mundo agrícola marcado por el predominio de los jornaleros, las bajas densidades de habitantes por km², un cuadro de mortalidad estructural que apenas si había comenzado a dulcificarse respecto al pasado y un intenso proceso de redistribución poblacional del centro a la periferia²⁰. Un panorama que apenas si guarda parangón con lo que en estos mismos instantes acontecía en el norte de España, donde el envejecimiento demográfico fue de la mano de la pequeña propiedad agrícola, un alto número de habitantes por km², una baja fecundidad, la relativa benignidad de la mortalidad, las altas esperanzas de vida o la intensidad alcanzada por fenómenos migratorios de diverso signo. Este es el caso de la importancia que poseyó la emigración a América en Galicia o la que tuvo la emigración intrapeninsular hacia el País Vasco, en coincidencia con la trascendencia de la urbanización e industrialización acontecida allí durante el salto del siglo XIX al XX²¹.

Lo ocurrido en los territorios dispuestos en la costa mediterránea y sur peninsular dan vida al tercer modelo de envejecimiento, ya que entre finales de los siglos XVIII y XIX sus porcentajes de mayores de 60 años se mantuvieron en torno a un 6,7-7,8% del total, levantando el vuelo tan solo a partir de 1900.

Los datos de la Tabla n.º 2 nos ayudan asimismo a comprender los cambios experimentados por la geografía del envejecimiento. Por ejemplo, entre 1787 y 1877 es posible asistir en el norte de España a la consolidación de un área regional cuyo nivel medio de envejecimiento acabará situándose por encima del 9% del total de población. Queda desbancada así la primacía que en este terreno mostraban a finales del siglo XVIII

19 Los porcentajes de mayores de 60 y más años en 1787 han sido calculados en cada caso a partir de los tramos de edad del Censo de 1797, aunque atendiendo a las deficiencias y ocultaciones de niñas que presenta este último censo en ciertas regiones peninsulares, entendemos que los datos de 1797 poseen en ellas un carácter más indicativo que definitivo. Acerca de ello, DOPICO, 1987: 146.

20 PÉREZ MOREDA, 1980: 375-405 y 407-418; NADAL, 1984: 161-174 y 182-193; SÁNCHEZ ALONSO, 1995: 41 y ss.

21 VÁZQUEZ GONZÁLEZ, 2000; PÉREZ FUENTES, 1993; ARBAIZA, 1994; GONZÁLEZ PORTILLA, 1996.

ámbitos territoriales como la costa mediterránea. Al respecto, y en lo básico, fueron las mejoras acaecidas en la mortalidad, sin olvidar los efectos causados por la intensificación de la emigración en algunas zonas, las que impulsaron este proceso. Lo prueba el hecho de que entre 1787 y 1860-73 las esperanzas medias de vida de los habitantes de Asturias, Galicia, Navarra o el País Vasco conociesen respectivamente ganancias netas de 10,9, 4,0, 1,5 y 1,9 años, mientras que para las mismas fechas en el País Valenciano o Cataluña éstas se reducían en 3,2 y 0,1 años, también respectivamente. Una reducción que en el caso de Valencia debió mucho a los efectos e implicaciones demográficas de la epidemia de cólera morbo de 1865²².

Ya en la segunda mitad del siglo XX, la geografía de la vejez cambia respecto al pasado de una manera evidente a partir de 1960-1970, en coincidencia con el remate de la transición demográfica, los cambios habidos en la estructura de edades de la población y en la estructura interna de la vejez. Es decir, una vez que se aceleran y se sienten los efectos de los descensos operados en los distintos tipos de mortalidad y la caída de la fecundidad femenina. La información contenida en el censo de 1991 se hace eco sin grandes dificultades de todos estos aspectos, responsables como sabemos en parte del rápido envejecimiento que conoció la sociedad española con posterioridad a 1970.

Figura n.º 1 – Porcentaje de mujeres de más de 65 años al total de mujeres, 1991



Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del INE (<<http://www.ine.es>>).

Aunque no hay que poner a la geografía de la vejez de 1991 en dependencia de la que existía a finales del siglo XIX, comienzos del siglo XX, vistas las enormes transformaciones acaecidas en el terreno demográfico, económico y social en ese dilatado lapso de tiempo, si que parece intuirse una cierta continuidad entre ambas. Nos lo indica, por ejemplo, la importancia que los mayores de 65 años poseen en esa España interior formada por las dos Castillas y Aragón, o en ese noroeste peninsular animado ahora por Galicia y Asturias. Una posible explicación a estas permanencias pasaría por la consideración de los mencionados cambios ocurridos en la estructura interna de la vejez, la elevación de las esperanzas de vida, la reducción de la fecundidad femenina, la intensificación y aceleración de las migraciones internas del centro a la periferia o el impacto de la emigración exterior en determinadas zonas de España²³. Con todo, pese a los parecidos formales, entre las dos geografías no hay que perder de vista que el resultado final de la actuación de esta serie de factores sobre la población de 1991 se produce en un momento en que la situación demográfica apenas si guarda parangón alguno con la imperante en la segunda mitad del siglo XIX.

4. A modo de breve conclusión

Tal y como se ha puesto de manifiesto, el envejecimiento poblacional español se desarrolló en tres fases bien definidas. Durante la primera, de 1752 a 1860, las tasas de mayores de 60 años fueron bajas, oscilando entre un 6 y un 7% del total. Durante la segunda, las generaciones que vivieron de 1877 a 1940 rara vez convivieron con promedios de ancianos que fuesen más allá del 9-10% al total de población. En esta tesitura, no es extraño que a lo largo de los ciento ochenta y ocho años que median entre 1752 y 1940, ni las autoridades ni la sociedad prestasen demasiada atención a las implicaciones derivadas de su presencia en el seno de la estructura social española. Todo lo contrario de lo que ocurrirá con posterioridad a 1970, cuando su "visibilidad", un 19,2% en 1991 y un 21,6% en 2001, genere ya una honda preocupación ante la serie de retos sociodemográficos que esta nueva situación plantea cara al futuro.

Por otro lado, estas tres fases han demostrado ser coincidentes con las desarrolladas en otros países de la Europa meridional, caso de Italia y Portugal. Y vistas las diferencias que presentan respecto a los situados más al norte, pensamos que bien podría hablarse de la existencia y desarrollo en ellos de un patrón de envejecimiento muy similar. Un patrón que se habría concretado sobre territorios cuyas estructuras socioeconómicas históricamente muestran, a grandes rasgos, ciertas semejanzas entre si, caso del acusado peso del sector rural sobre su economía, la ausencia de fenómenos generalizados de urbanización e industrialización hasta más allá de mediado el siglo XIX o el fuerte contraste norte-sur en el plano económico, social y familiar²⁴.

Ya a otro nivel, los cambios habidos en la geografía de la vejez hispana en este dilatado período de tiempo manifiestan una estrecha vinculación con las mejoras acaecidas en el terreno de la mortalidad, y, en consecuencia, con las mejoras que en la larga duración conocieron las condiciones materiales de vida de los españoles. Con todo, conviene no perder de vista el hecho ya anotado de la dificultad de establecer una relación causal y directa entre ambas mejoras, como no sea en un plano general, vistas las diferencias que hay a este nivel entre los distintos países y territorios que forman la España actual.

23 DOPICO, 1993; NADAL, 1984, 193-252; AGÜERO *et al.*, 1981; SANTOS DEL CAMPO, 1981; RODRÍGUEZ OSUNA, 1981; GARCÍA BARBANCHO, 1970.

24 DUBERT, 2007; CALTABIANO, 2007; VEIGA, 2004.

Bibliografía

- AGUERO, I. *et al.*, 1981 – “La evolución de la fecundidad en España”. *REIS*. 10, p. 121-150.
- ARBAIZA, M., 1994 – “Movimientos migratorios y economías familiares en el norte de España”. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica Española*. P. 93-125.
- BERNABEU MESTRE, J., 2007 – “Medicina e ideología: reflexiones desde la historiografía médica española” in CAMPOS, R. *et al.* (coords.) – *Medicina, ideología e historia en España, siglos XIV-XXI*. Madrid: C.S.I.C., p. 17-50.
- BILBAO, A., 1999 – *El empleo precario. Seguridad de la economía e inseguridad del trabajo*. Madrid: Libros de la Catarata.
- BOURDELAIS, P., 1997 – *L'âge de la vieillesse. Histoire du vieillissement de la population*. Paris: Odile Jacob.
- BOURDELAIS, P. *et al.*, 2006 – “Demographic Categories Revisited. Age Categories and the Age of the Categories” in SAUVAIN-DUGERDIL, Cl. *et al.*, (eds.) – *Human Clock. The Bio-Cultural Meanings of Age*. Bern: Peter Lang, p. 245-271.
- BOTELHO, L., 2000 – “Old age and menopause in rural women of Early Modern” in BOTELHO, L. *et al.* (eds.) – *Women Ageing in British Society since 1500*. Essex: Pearson Education Lmted, p. 45-65.
- CALTABIANO, M., 2007 – “La vejez en Italia, siglos XVIII-XXI. Tradición y Modernidad” in DUBERT, I. *et al.* (coords.) – *Vejez y envejecimiento en la Europa occidental, siglos XIV-XXI*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, p. 61-87.
- DICCIONARIO DE AUTORIDADES (1726-1739), 1986. Madrid: Editorial Gredos. Edición facsímil, 3 vols.
- DOPICO, F., 1987 – “The transformation of Spanish Society, 1800-1950. State of the Art”. *Historisch Sozialwissenschaftliche Forschungen*. 21, p. 142-168.
- DOPICO, F., 1993 – “Ganando espacios de libertad. La mujer en los comienzos de la transición demográfica en España” in DUBY, G. *et al.* (dirs.) – *Historia de las mujeres en Occidente*. Madrid: Taurus, p. 571-583.
- DOPICO, F. *et al.*, 1990 – “Demografía del Censo de Floridablanca. Una aproximación”. *Revista de Historia Económica*. VIII, 3, p. 591-619.
- DOPICO, F. *et al.*, 1998 – *El declive de la mortalidad en España, 1860-1930*. Zaragoza: A.D.H.E., serie monografías, n.º 1.
- DUBERT, I., 2007 – “Vejez y envejecimiento poblacional en España, siglos XVIII-XX: fases, distribución geográfica e importancia sociofamiliar” in DUBERT, I. *et al.* (coords.) – *Vejez y envejecimiento en Europa occidental*. Universidade de Santiago de Compostela, p. 89-120.
- GARCIA BARBANCHO, J., 1970 – *Las migraciones interiores españolas en 1961-1965*. Madrid: Escuela Nacional de Administración Pública.
- GONZALEZ PORTILLA, M. *et al.*, 1996 – “Las migraciones hacia una zona de intensa industrialización. La inmigración en familia hacia la Ría de Bilbao en los inicios de la Primera Industrialización Vasca” in GONZALEZ PORTILLA, M. *et al.* (eds.) – *Los movimientos migratorios en la construcción de las sociedades modernas*. Guipuzcoa, p. 189-240.
- GRUPO 75, 1977 – *La economía del Antiguo Régimen. La “Renta Nacional” de la Corona de Castilla*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- HERNANDEZ BORGE, J., 2000 – “Los recursos demográficos” in TORRES LUNA, M. P. (dir.) – *Geografía de Galicia*. Vigo: Faro de Vigo, p. 299-372.
- LASLETT, P., 1976 – “Societal Development and Ageing” in BINSTOCK, R. H. *et al.* (eds.) – *Aging and the Social Sciences*. New Cork: Van Nostrand Reinhold Co., p. 87-116.
- LASLETT, P., 1999 – “Cambios de estructura. La emergencia de la Tercera Edad” in BARDET, J. P. *et al.* (dir.) – *Historia de las poblaciones de Europa: Los tiempos inciertos, 1914-2000*. Madrid: Síntesis, t. 3, p. 236-260.
- NADAL, J., 1984 – *La población española, siglos XVI-XX*. Barcelona: Editorial Ariel.
- PEREZ-FUENTES, P., 1993 – *Vivir y morir en las minas. Estrategias familiares y relaciones de género en la primera industrialización vizcaína, 1877-1913*. Bilbao.
- PEREZ MOREDA, V., 1980 – *Las crisis de mortalidad en la España interior, siglos XVI-XIX*. Madrid: Siglo XXI.
- RODRIGUES, T. FERREIRA (coord.), 2008 – *História da População Portuguesa*. Porto: CEPESE, Ed. Afrontamento.
- RODRIGUEZ OSUNA, J., 1981 – “Recursos humanos de las regiones españolas”. *REIS*. 10, p. 49-71.
- SANCHEZ ALONSO, B., 1995 – *Las causas de la emigración española, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial.
- SANTOS DEL CAMPO, I., 1981 – “Un análisis diferencial de la fecundidad”. *REIS*. 10, p. 241-248.
- SMITH, R. M., 1984 – “Some issues concerning families and their property in rural England, 1250-1800” in SMITH, R. M. (ed.) – *Land, kinship and life-cycle*. Cambridge, p. 1-87.
- TASSIN, G., 1998 – *Vieillir et mourir au XVIIIe siècle. Longevité et vie sociale à Haveluy*. Paris: Editions Harmattan.
- VÁZQUEZ GONZÁLEZ, A., 2000 – *La emigración gallega a América, 1830-1930*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela (edición electrónica), 2 vols.
- VEIGA, T., 2004 – *A população portuguesa no século XIX*. Porto, CEPESE, Edições Afrontamento.
- WRIGLEY *et al.*, 1989 – *The Population History of England, 1541-1871*. Cambridge: Cambridge U. P.



Cenários de envelhecimento e saúde em Portugal no século XXI – causas e consequências de uma transição demográfica tardia

Filipa de Castro Henriques

No findar de Oitocentos emergiu uma nova teoria sobre o futuro da população, mais tarde designada por “transição demográfica”¹. No entanto, a verdadeira transição só pertenceu à segunda metade de Novecentos², e as suas verdadeiras consequências, a este século ainda agora no seu começo. Portugal não foi excepção neste “novo” modelo de globalização comportamental da população mas “aderiu” a ele já tardiamente, com particularidades muito próprias das gentes portuguesas.

Transformação global e gradual da saúde, da doença e da morte

É na análise das primeiras estimativas e recenseamentos, que se comprova que os primeiros sinais de recuos na mortalidade terão ocorrido, na Europa, ainda no século XVIII, quase de forma ininterrupta desde 1730, apesar de períodos difíceis vivenciados por alguns países europeus de forma assíncrona.

Para este processo de transformação, global e gradual das condições de saúde, da perspectiva face à doença e à morte, contribuíram uma multiplicidade de factores conjugados em três agentes potenciadores da transição para a modernidade demográfica³.

Como primeiro factor, a correlação entre fenómenos demográficos, económicos e sociais, reflectidos numa lenta e gradual melhoria das condições de vida após o começo de todo o processo de revolução industrial. Visível na maior higienização das populações e na melhor alimentação, resultante da “revolução agrícola”. Em consequência da industrialização, iniciada pelo Reino Unido, ocorreram progressos económico-comerciais⁴, espoletados pelo desenvolvimento das estradas, canais, portos e caminhos-de-ferro que arrancavam ao

1 HENRIQUES; RODRIGUES, 2009: 458-490; GANS, 1999: 60-67.

2 LÉON, 1982.

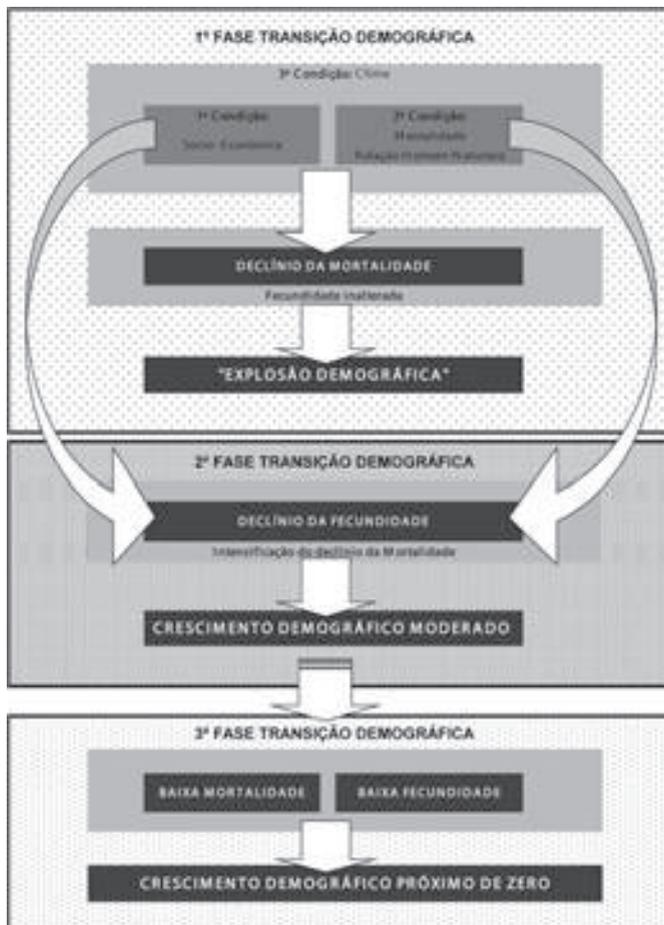
3 LÉON, 1982.

4 Refiram-se Adam Smith que trata a teoria do Liberalismo Económico e do Comércio Internacional em *A Riqueza das Nações* (1776) e David Ricardo com a teoria das vantagens comparativas que defendia: “A condição necessária e suficiente para o aparecimento de trocas internacionais entre dois países produzindo de dois bens idênticos, é que o custo relativo desses dois bens seja diferente nos dois países. Cada país tem então um interesse em se especializar na produção de um bem para o qual a sua vantagem relativa é maior ou a sua desvantagem relativa é menor, o que quer dizer que o custo é mais fraco comparado com o outro país”.

campo população na miséria e lhes proporcionava um complemento salarial nas fábricas. Com este fenómeno crescem também o trabalho feminino e a urbanização.

Como segundo agente, surge a crescente consciencialização da existência humana e do poder da sua razão sobre a natureza. O Homem compreende que possui poderes sobre a vida e morte até então desconhecidos e exclusivos da intervenção Divina. O homem da era moderna torna-se um homem científico, racional e conhecedor dos movimentos cíclicos da terrível trilogia fome, peste e guerra. É através deste despertar que o homem se torna mais poderoso, sábio e actuante perante a morte, doença e epidemias. É neste contexto do surgir do Homem Científico que se criam e se fundam academias de medicina (as primeiras cátedras de Obstetria, datam de meados do século XVIII, no Reino Unido), surgem verdadeiros tratados de medicina popular e científica. O apoio e a intervenção dos responsáveis estatais aumentam, passando a exercer um papel decisivo no progresso e divulgação dos planos de medicação e vacinação, promovendo os ensinamentos da medicina simples e eficaz no contexto urbano e rural, como é exemplo a formação de parteiras.

Figura n.º 1 – Fases de transição demográfica



Por último, junta-se às causas humanas uma terceira causa – a climática. O século XVIII foi um período com condições climatéricas favoráveis à produção agrícola mas também à travagem da propagação da peste e da varíola. Com o ligeiro aumento da temperatura o contágio torna-se menos propício para a transmissão do mal.

Do declínio da mortalidade à explosão demográfica – considerações teóricas gerais

Este período aqui retratado, em que ocorrem progressos no combate à mortalidade, denomina-se transição epidemiológica e sanitária⁵. Os maiores avanços neste período de transição ocorreram na mortalidade infantil. Nos poucos locais onde existem estatísticas, estas apontam para que a mortalidade infantil na Europa Ocidental se situasse nos 250 por mil, em 1750, mas entre atrasos e recuos houve períodos em que apenas sobreviviam três bebés em cada quatro.

A descoberta da varíola, o reconhecimento da sua existência sob forma epidémica e o facto de se perceber a sua maior incidência em crianças entre um e os quatro anos de idade, permitiu que no início do século XIX, o êxito no combate à varíola por meio da vacinação fosse decisivo no declínio da mortalidade das crianças pequenas. Apenas como exemplo⁶, nas cidades de Genebra, Londres e Königsberg (antiga Prússia), a varíola era responsável por 6 a 7 por cento do conjunto dos óbitos, 10 a 15 por cento dos óbitos em crianças e em épocas de crise esta aumentava para 20 a 40 crianças por cada cem.

Existem registos que relatam que em 1850, na Europa, a mortalidade infantil já tinha diminuído para metade da registada em 1750, e em 1900⁷ países como a Noruega e Suécia registavam menos de 100 mortes por cada mil crianças. Como reflexo desta diminuição a esperança média de vida subiu rapidamente. Segundo os cálculos de Coale⁸, em França à medida que se processava a descida da mortalidade infantil ia-se registando um aumento da esperança de vida. Nos períodos⁹ entre 1740-49; 1750-89; 1820-29 e 1900 morriam 296 crianças em cada mil, diminuindo sucessivamente para 278, 180 e 163. A esperança média de vida para sexos reunidos, aumentou de 24,8 anos, para 28 anos, entre 1750 e 1789, e de 38,8 anos para 50 anos, entre 1820 e 1910.

No início do período em que a mortalidade geral e a infantil denotavam sérios progressos, tempos houve em que a fecundidade permanecia forte dando origem às teorias malthusianas de incapacidade dos recursos naturais existentes acompanharem o crescimento demográfico. No entanto, esta realidade não foi duradoura e à data cresceu a consciencialização de que o declínio observado na fecundidade, ocorrida na maioria dos países ocidentais, era fruto de uma mudança estrutural e carecia de uma interpretação socioeconómica.

A investigação desenvolvida por teóricos americanos e franceses¹⁰, na última década do século XIX, evidenciava factores socioeconómicos para os casais aderirem à contracepção e controlarem o número de filhos nascidos. Os factores apontados passavam por preservar o status social através do controlo das despesas inerentes à educação dos filhos; melhorar a qualidade de vida dos filhos, aumentando os encargos com cada filho; o desejo das mulheres pela independência e consciencialização da escravatura da mulher no serviço doméstico¹¹.

5 HENRIQUES; RODRIGUES, 2009: 462- 476.

6 LÉON, 1982.

7 CASELLI; MESLÉ; VALLIN, 1999: 140.

8 COALE, 1983: 496.

9 BLAYO, 1975: 123-141; CASELLI; MESLÉ; VALLIN, 1999: 140.

10 DUMONT, 1890:130.

11 HODGSON, 1983.

Como qualquer nova teoria, demorou tempo a ser aceite pela generalidade dos investigadores. Um dos resistentes foi o economista holandês Pierson (1890/1913), recusando a ideia de que um aumento da prosperidade na sociedade provocasse um decréscimo populacional, pois afirmava que mesmo que o número de nascimentos reduzisse por este factor, a mortalidade também ela iria diminuir. No decorrer da investigação, outros contemporâneos cedo provaram a existência de uma correlação inversa entre fecundidade e nível socioeconómico. Foram apontadas três causas: o nível de vida, a classe social e a residência urbana.

A par da evolução da mudança dos comportamentos face à fecundidade surgem novas conceptualizações sobre a futura dinâmica da população. O economista inglês Edwin Cannan¹² foi pioneiro nesta frente. Realizou as primeiras projecções com base nos recenseamentos gerais da população de Inglaterra e Gales, datadas de 1895. À época a generalidade dos países europeus, já possuía informação regular com intervalos de dez anos sobre totais populacionais, estruturas etárias e por sexo. Neste parâmetro Portugal não foge à regra e já realizava um levantamento preciso e regular da sua população¹³.

Novos conceitos introduzidos por Cannan, Fahlbeck¹⁴ e Westergaard¹⁵ vieram refutar as teorias malthusianas do óptimo da população e das projecções do crescimento descontrolado da população. Pela primeira vez um conjunto de autores conseguiu dar plausibilidade à teoria de que o fim do crescimento da população seria alcançado pela via pacífica; que o período do rápido crescimento da população era transitório e no futuro se iria assistir a uma transição demográfica com consequências ainda imprevisíveis.

Acreditava-se até há pouco tempo, que não existiam estudos correlacionando fecundidade e níveis sócioeconómicos anteriores a Warren S. Thompson, 1929. Thompson era, desta forma, apontado como pioneiro na teorização desta nova era de crescimento da população. Realidade contrariada e comprovada por Gans, ao enumerar os vários estudos e autores aqui resumidos em anteriores parágrafos.

Certo é, que a investigação de Thompson não foi amplamente divulgada e, em 1934, Landry desenvolveu na sua *La Révolution Démographique* as mesmas ideias orientadoras de Thompson, sem ter conhecimento da existência de estudos prévios. Estes autores defendiam que o crescimento populacional estava dividido em três estágios: primitivo; intermediário e contemporâneo.

Mais tarde, em 1945, Frank Notestein e Kingsley Davis denominaram este novo processo de Transição Demográfica e descreveram com pormenor as diferentes fases de crescimento da população apontando 3 fases de transição, descritos no seguinte processo: após um longo período marcado por um crescimento lento da população, onde a fecundidade era relativamente estável e a mortalidade oscilava entre períodos de crise, dá-se início à primeira fase do processo de transição com a mortalidade a diminuir enquanto a fecundidade se mantém num nível estável. Neste período assiste-se a uma intensificação no ritmo de crescimento da região em que ocorre. A segunda fase inicia-se quando a fecundidade muda a sua tendência e também ela decresce enquanto a mortalidade reforça a sua queda. Por último, a fecundidade e a mortalidade encontram-se a níveis agora mais baixos que nunca. A mortalidade mantém-se relativamente estável enquanto a fecundidade vai marcando o ritmo de crescimento populacional que se situa muito próximo de zero.

Neste modelo não são referidas as influências dos movimentos migratórios para o crescimento da população ou eventuais impactos na mudança ou retardar do processo de declínio da fecundidade. Os movimentos migratórios

12 CANNAN, 1895: 505-515.

13 RODRIGUES; MOREIRA; HENRIQUES, 2009: 291-325.

14 FAHLBECK, 1905.

15 WESTERGAARD, 1882.

foram vistos como retardadores do processo de envelhecimento demográfico, mas hoje reconhecesse-se que esta é apenas uma medida com efeitos de curto-médio prazo, não se repercute a nível estrutural.

Na prática, este fenómeno aqui descrito era apontado como exclusivo dos países desenvolvidos. O facto é que assim foi, durante décadas; hoje esta realidade é global e estende-se a todos os continentes¹⁶.

Foi em países como o Reino Unido, França e países Nórdicos que se iniciou no fim de Oitocentos a mudança de comportamentos face à mortalidade e fecundidade. Ao longo do século XX poucos foram os países que conseguiram adiar o inevitável processo de mudança estrutural da sua mortalidade e fecundidade.

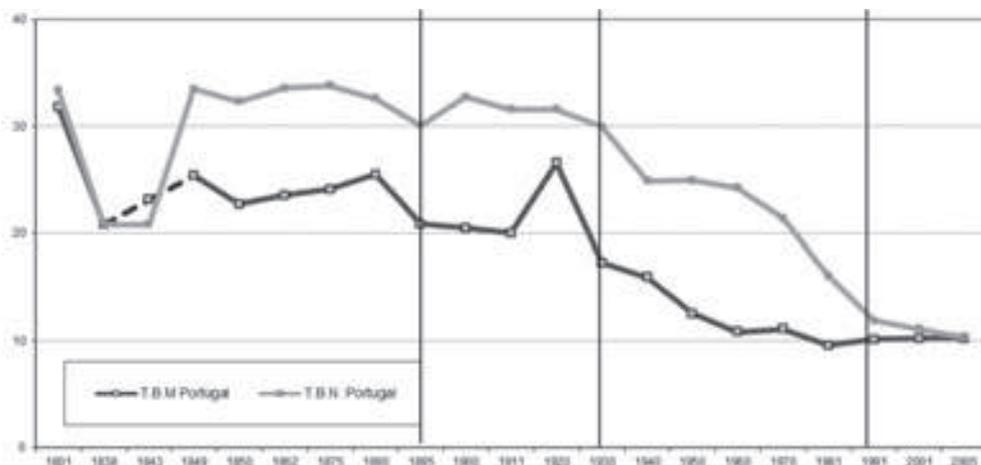
Portugal junta-se a este grupo de *inovadores* do processo demográfico no virar de Novecentos. No início do terceiro milénio nenhuma diferença são notadas face a este atraso na entrada.

Factores socioeconómicos e políticos para a tardia transição demográfica em Portugal

Nos últimos anos do século XX, Portugal deu por terminada a sua transição demográfica, efectuada num tempo mais curto quando comparada com a duração quase bisseccular de outras regiões europeias. Deste término são testemunha certos indicadores, designadamente na análise dos ritmos moderados de crescimento populacional, nos baixos níveis de fecundidade e de mortalidade infantil e na elevada esperança média de vida.

Os considerandos que temos vindo a efectuar ganham alguma clareza se os consubstanciarmos ao caso português, uma vez que o modelo que caracteriza a transição demográfica obedeceu no nosso país a uma evolução idêntica à encontrada na maioria dos estados europeus, isto é, ocorrida a par de uma reestruturação das principais causas de morte. Por esse facto, foi também uma transição epidemiológica¹⁷, embora com uma cronologia diversa e ligeiras especificidades.

Gráfico n.º 1 – Evolução da mortalidade e natalidade (Portugal, 1801-2005)



Fonte: HENRIQUES, 2008.

16 NAÇÕES UNIDAS, 2005.

17 O controle da mortalidade devida a factores exógenos (onde se incluem as doenças infecciosas e parasitárias) foi lentamente substituído pelo combate contra a morte provocada por causas de tipo endógeno (doenças crónicas e degenerativas), concentradas nas idades mais avançadas.

O modelo de transição demográfico em Portugal decorreu tarde, de forma lenta, com recuos e atrasos, condicionado pela também tardia industrialização e revolução agrícola, e pela instabilidade política de Oitocentos e começo de Novecentos.

Enquanto no norte europeu, em industrialização, os progressos no combate à mortalidade conquistavam vidas, Portugal, deparava-se com um fracasso na descolagem precoce da industrialização.

Este período decorreu de 1790 a 1851 e caracterizava-se por uma economia pré-industrial de cariz mercantil dependente economicamente da política de transporte de mercadorias, entre as colónias e a metrópole, sem qualquer transformação do produto ou acréscimo de valor. Nesta fase, o Marquês de Pombal visionava uma economia próspera à luz das novas ideologias económicas anglo-saxónicas¹⁸. Para alcançar esse feito, protegeu a burguesia comerciante, criando companhias de comércio, incentivando a criação de fábricas, esperando o desenrolar de uma revolução no sector agrícola. Este processo acabou por fracassar. A burguesia que tanto protegeu, acabou por se comportar como a nobreza por si tanto criticada e perseguida. A burguesia comerciante deu lugar a uma burguesia enobrecida, sem estímulo e avessa ao risco. À fragilidade da economia nacional, neste período, há a acrescer as conturbadas sucessões ao reino, o abalo político desencadeado pelas invasões francesas, a partida do rei para o Brasil e conseqüente independência da grande colónia.

A par desta instabilidade política decorriam surtos epidemiológicos que ceifavam vidas ao reino, como é o caso do paludismo (1804-1805), da peste amarela e de outras igualmente mortíferas. De acordo com o redactor de um artigo datado de Março de 1859, e publicado no *Archivo Universal*, ainda no século XIX “uma vigésima parte das crianças nascia já morta, outras morriam ao nascer e antes de completarem um ano.” De facto, a mortalidade infantil ceifava cerca de um quinto dos nascidos e apenas metade completava os sete anos de vida. Depois o ritmo da morte atenuava-se, atingindo valores mínimos nos indivíduos entre os dez e os quinze anos. Esta descida era mais ténue nos locais onde a diarreia e as enterites eram uma grande causa de morte. De seguida a curva iniciava a sua tendência ascendente, mais rápida nos momentos e zonas onde a tuberculose se evidenciava, afectando com intensidade os grupos etários entre os vinte e os quarenta anos. A mortalidade feminina era também empolada nessas idades, mas nesse caso também devido aos óbitos provocados por complicações durante a gravidez e parto, sendo acompanhada pelos homens, sempre que coincidia com qualquer conflito militar. Os níveis da mortalidade voltariam a crescer muito rapidamente entre os indivíduos maiores de quarenta anos, atingindo sobretudo o sexo masculino. A partir dos sessenta anos, as probabilidades de morte subiam exponencialmente e esta voltava a “assumir os seus direitos com mais intensidade, quanto mais é a decrepitude”.

Em pleno Antigo Regime Demográfico, ocorre a mudança de regime Absolutista para o regime Liberal, e institui-se uma Monarquia Constitucional. Neste processo houve intenções de modernização do país, através da criação de legislação reformadora e com a fundação do Banco Nacional. No entanto, estes esforços traduziram-se na manutenção de uma indústria artesanal e pelo retardar no processo de revolução agrícola e industrial havia pouca mão-de-obra disponível nas cidades para acelerar este processo. A estas tentativas, seguiram-se as medidas para acabar com o “Portugal Velho” de Mouzinho da Silveira, e os incentivos do Setembrismo à indústria. Regista-se a primeira exposição industrial portuguesa, aumenta o investimento privado e a mecanização, mas tais medidas não tiveram continuidade e o país permaneceu no marasmo, desprovido de estruturas materiais e humanas e persistência de uma indústria doméstica.

É no período, entre 1851 e 1890, denominado de Regeneração com Fontes Pereira de Melo, que ocorrem mudanças económicas e sociais potenciadoras da modernização do regime demográfico ocorrido no final

¹⁸ Ideologia mercantilista – defendia o proteccionismo estatal de sectores chave para o país, entraves à importação e incentivos à exportação para uma balança comercial superavitária (exportações superiores às importações) com o fim de aumentar as reservas de ouro. Um Estado era considerado mais rico quanto mais ouro acumulasse nos seus cofres.

do século XIX. É neste período que se desenrola a “Revolução Verde” que promove alteração das estruturas agrárias por via da instituição de máquinas, animais, adubos, pecuária, vinicultura, cultura dos cereais, cortiça... e potencia a criação de um mercado interno através do aumento de cidades. Outra das medidas por si orquestradas foi a Política de Obras Públicas, assente numa ideologia liberal-capitalista, que permitiu modernizar infra-estruturas desde a rede ferroviária, rodoviária, remodelação de portos, pontes e faróis e meios de comunicação. Esta dinâmica económica repercute-se nos fenómenos demográficos, com o acentuar do êxodo rural, intensificação das migrações internas e emigração. Poderá dizer-se que a Fontes Pereira de Melo se deve a “arrumação” actual do território nacional e às diferenças entre comportamentos face à vida e à morte no campo e na cidade. Assim, na sociedade portuguesa tradicional, a condição social e económica, tal como o local de residência, proporcionavam a cada indivíduo diferentes probabilidades de sobrevivência. Vejam-se os casos de Lisboa e Porto em finais do século XIX, as duas grandes cidades portuguesas, onde em bairros com condições sanitárias e uma população residente muito distinta eram detectáveis diferenças superiores a dois anos em termos de esperança média de vida. Com efeito, as zonas residenciais nobres e salubres eram ocupadas pelos indivíduos mais abastados, com melhor resistência física, devida a uma dieta alimentar mais rica. À medida que as cidades cresciam, estreitava-se a ligação entre imigração, pobreza e mortalidade, na medida em que as doenças do foro epidémico passaram a incidir preferencialmente nos bairros pobres, onde era mais gritante a promiscuidade, a falta de aquecimento, de água potável canalizada e de esgotos.

Por último, o *Fontismo* permitiu ainda a criação de um mercado financeiro através de fusões de bancos e incentivos à canalização das remessas de emigrantes. Como consequência deste esforço Modernizador, o Estado tinha no fim de Oitocentos aumentado descontroladamente a dívida pública. Para colmatar esse facto viu-se forçado a aumentar a tributação desencadeando descontentamento geral da população.

É neste contexto que a morte apresentava nas sociedades do passado um carácter cíclico bem definido. Todos os anos as mesmas causas, nos mesmos meses, vitimavam os mesmos grupos etários e sociais. Nos meios rurais assinalavam-se dois grandes picos de mortalidade, um invernal e um estival. O frio juntava-se à regular escassez alimentar, provocando nos indivíduos de idade, mal agasalhados e nutridos, infecções de tipo bronco-pulmonar. Num segundo momento, sobretudo entre Julho e Setembro, com um máximo em Agosto, decorria o que alguns designaram por *massacre dos inocentes*. Nos centros urbanos, a relação entre o homem e o meio efectuava-se de forma ínvia, por interferência de aspectos vários, que alteravam o comportamento da morte tal como ela se definia nas sociedades agrárias. Por outro lado, nesses locais era menor a percentagem dos primeiros e últimos grupos etários, já que o fenómeno migratório envolvia prioritariamente indivíduos em idade activa, diluindo as oscilações sazonais, por que eram grandes responsáveis as camadas mais jovens e mais idosas.

Em 1890, dá-se a falência política e económica da Regeneração. Politicamente Portugal é atacado com o *Ultimatum*, cresce o descontentamento com a monarquia e eclode a crise económica de 1892. Este facto deveu-se à inexistência de um crescimento sustentado, promotor do crescimento autónomo da indústria. A indústria só se desenvolveu à custa do apoio do Estado. Quando protegidos, os industriais, não sentiam incentivos para aumentar a produtividade. Outro factor importante para o desenvolvimento económico e investimento, é a poupança. Embora, neste período, a poupança tivesse aumentado, um facto é que os portugueses não depositavam o seu dinheiro no banco. Sem poupança nos bancos as instituições financeiras não possuíam capital para proporcionar ao investimento. Contudo, embora economicamente não tivesse havido um crescimento sustentado e estruturante, esta dinâmica da segunda metade do século XIX serviu como principal fonte dinamizadora dos fenómenos demográficos ocorridos *à posteriori*, principalmente pela descida global dos níveis de mortalidade, com especial destaque para a mortalidade infantil e juvenil. Esta batalha do homem contra a morte foi travada em duas frentes, ligeiramente desfasadas em termos cronológicos. Numa fase inicial ela baseou-se nos progressos concretizados a nível preventivo, que os responsáveis políticos conseguiam em cada momento accionar, de forma a restringir o avanço e difusão de certas doenças de foro

epidémico, de que o melhor exemplo será a pronta introdução de cordões sanitários e subsequente isolamento dos locais suspeitos. Só num segundo momento, a acção dos higienistas e as campanhas de vacinação, na sequência das descobertas de Jenner e Pasteur, terão algum resultado concreto, o que será uma conquista mais do século XX que do anterior. Na realidade, haverá que aguardar pelos anos 30 para que a utilização de sulfamidas e o fabrico industrial da penicilina produza os primeiros efeitos práticos no combate a esse e a outros grandes males de tipo infeccioso. A doença e a morte continuaram a ser acontecimentos de quotidiano e só os avanços da medicina e a divulgação de certas práticas higiénicas acabarão por alterar a forma como semelhantes fenómenos passaram a ser vistos pelas populações. Esta será outra vitória do século XX.

Até final de Oitocentos, a medicina debatia-se numa extrema confusão em termos de diagnóstico, de tratamento da doença e, por maioria de razões, no momento da morte. Esse facto impede-nos de avaliar em termos estatísticos sérios as grandes causas de morte do passado, embora conheçamos a sua respectiva importância e incidência etária.

Nos anos noventa do século XIX, Portugal parece ter entrado num processo de lentas alterações a nível demográfico. Nas três décadas seguintes os valores atribuídos à mortalidade global decresceram 17 por cento, e o crescimento demográfico da população portuguesa teria sido bastante elevado, caso não existissem saldos migratórios de sinal negativo.

Vejamos então o que mudou e o que persistiu nos modelos de comportamento dos portugueses face à variável mortalidade no passado e no presente, sabendo que o século XX, sobretudo nas suas últimas três décadas, terá sido o momento das grandes mudanças.

Entre 1900 e 2005 a mortalidade geral diminuiu para metade (de 20,5 para 10 por mil), mas foi entre a década de trinta e oitenta que a mortalidade decresceu a um ritmo mais intenso. A partir deste período praticamente estabiliza como é característica da última fase de transição demográfica. Os contributos para a saúde ocorreram, no entanto, à medida que a jovem república ia amadurecendo e para este processo de transição da mortalidade terão contribuído as várias reformas sanitárias introduzidas a partir de 1901.

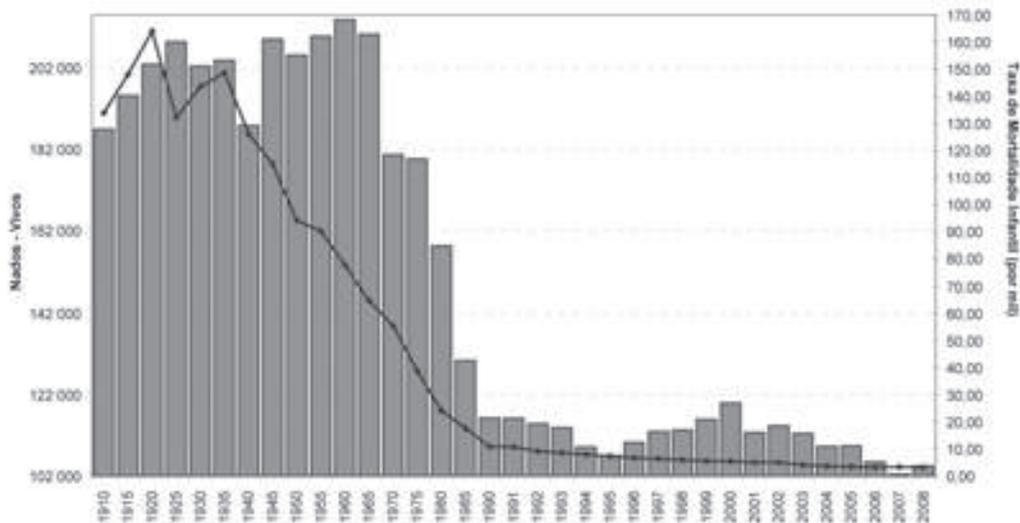
É no decorrer deste processo de declínio tardio mas progressivo dos níveis da mortalidade, que ocorre, em 1918, o último episódio de epidemia, a gripe pneumónica, também conhecida por Gripe Espanhola, própria do modelo de Antigo Regime. Este período constitui o momento mais grave da conjugação de factores económicos, sociais e políticos adversos reflectindo-se num recuo generalizado do nível de vida das gentes portuguesas com impactos na redução da esperança média de vida e na sobremortalidade geral e infantil. Porém, uma vez terminada essa fase negativa, a população reiniciou o seu movimento ascendente, que nem o início da Segunda Guerra Mundial conseguirá travar.

Gráfico n.º 2 – Nascimentos, óbitos e saldo natural (Portugal, 1900-2005)

Fonte: HENRIQUES, 2008.

No início do século XX, em Portugal, morriam 134 crianças antes de completar um ano de idade, por cada 1000 nascimentos; durante o período da gripe espanhola este indicador disparou para 164 óbitos por 1000 nascimentos. Após 1940, a mortalidade infantil viria a diminuir gradualmente, mas é com a introdução restrita do Plano Nacional de Vacinação, na década de sessenta, que os efeitos se fazem sentir, com a redução para metade (77,5 por mil). Com o alargamento da rede de acção social, ocorrida na década de oitenta juntamente com a criação do já referido Serviço Nacional de Saúde (SNS) que se assistiram às maiores quedas no indicador, para 7 vezes menos em relação a 1920! Mais à frente será retomada esta ideia. Estes efeitos não foram estanques a este período e hoje em dia Portugal tem uma das Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) mais baixas do mundo, cerca de 3,3 por mil equiparadas às taxas de países como a Suécia, Finlândia, Islândia¹⁹.

¹⁹ WORLD POPULATION DATA SHEET – PRB, 2009. A TMI mais baixa registada em 2009 pertencia a Singapura com 2,1‰, seguindo-se Islândia e Suécia com 2,5‰ o Japão regista 2,6‰ e a Noruega 2,7‰. O Afeganistão aparece aqui como o país do mundo com a mais alta TMI 155‰, seguindo-se a Angola com 125‰ e Burundi 120‰.

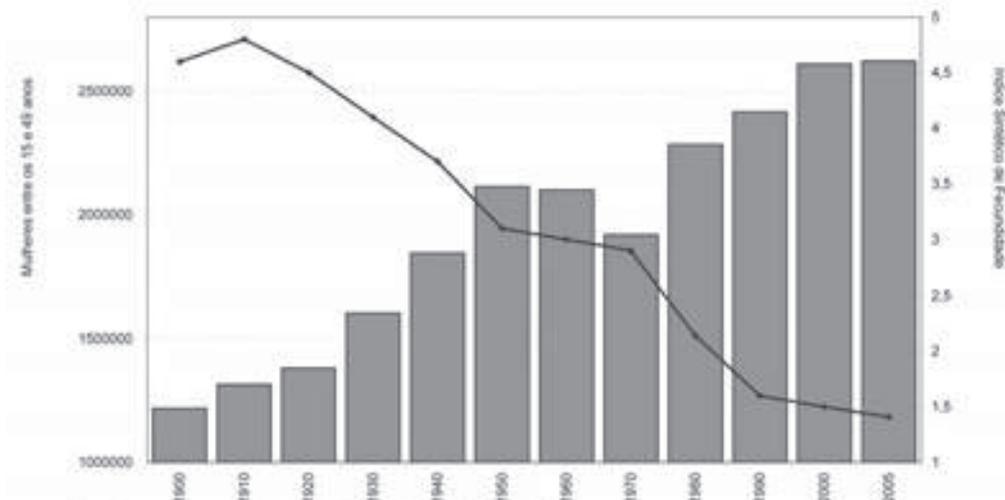
Gráfico n.º 3 – Nados-vivos e TMI (Portugal, 1910-2008)

Fonte: HENRIQUES, 2008.

Durante a ditadura militar assiste-se à intensificação do declínio da mortalidade e ao início do declínio da natalidade. Esta conjugação de fenómenos designa-se por segunda fase de transição demográfica. Estima-se que 1927 seja o ano de viragem, ano em que os nascimentos começam a abrandar quer em volume quer nos seus indicadores de referência. Os anos de maior volume nos nascimentos, antes da transição, terão ocorrido entre 1925 e 1926, com mais de 208 mil nascimentos. Em 1927 estima-se que os nascimentos tenham diminuído para 204 mil ao ano e que a tendência de decréscimo se acentuasse e em 1941 fosse de 184 mil ocorrências. Após este ano o processo de transição para a modernidade foi retardado. Entre 1941 e 1962, excepcionalmente, houve um aumento da natalidade (220 mil nascimentos em 1962, valor mais alto do século XX) e consequente estagnação na queda do Índice Sintético de Fecundidade (ISF), nos 3 filhos por mulher em idade fértil. Embora durante este período ocorresse uma ligeira diminuição no número de mulheres em idade fértil, fruto da forte corrente emigratória para a Europa, as mulheres que ficaram, intensificaram o processo reprodutivo, aumentando o número de nascimentos. Esta travagem foi por muitos entendida como reflexo da política de ideologia conservadora que enaltecia as qualidades e valores de um país rural.

É durante o ciclo de forte crescimento da economia portuguesa, nos designados “anos de prata”, da década de cinquenta, e mais intensamente nos anos sessenta “anos de ouro”²⁰, que se dá continuidade ao processo de transição demográfica (1962) com a natalidade a declinar sem retorno e a intensificar-se após 1974. Para este facto contribuíram décadas de factores políticos, religiosos, mentalidade, social e económicos facilitados pela *Revolução dos Cravos* de 25 de Abril de 1974.

20 LOPES, 1998. Aceleração do crescimento económico entre 1960 e 1973 a taxa média de crescimento do PIB era de 6,9% – 13 anos de ouro da economia portuguesa.

Gráfico n.º 4 – Mulheres entre 15 e 49 anos e fecundidade (Portugal, 1900-2005)

Fonte: HENRIQUES, 2008.

A par de alguma turbulência política inicial neste regime, ocorreram mudanças estruturais na economia e na sociedade com clara afectação na população em geral mas na mortalidade, natalidade e fecundidade em particular.

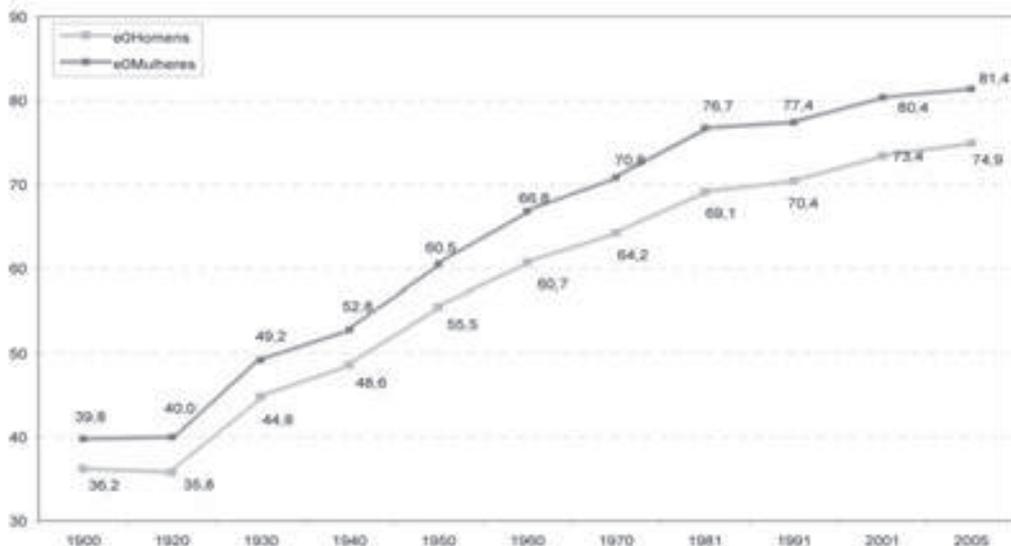
No período pós 25 de Abril, com o choque da descolonização e regresso de mais de 700.000 retornados veio reverter a tendência de perda de população e como reflexo nas mulheres entre 15 e 49 anos. Tradicionalmente este factor deveria ser dinamizador de uma maior fecundidade e natalidade. Mas de facto não o foi. A mulher portuguesa da década de 70 era uma mulher que sentia a força da liberdade e que apreciava outra felicidade não restrita ao lar, à família e à religião. Como consequência demográfica, desde 1981, que deixa de existir renovação das gerações em Portugal.

Foi neste período que foram criadas condições para o alargamento do protecção social, através da Segurança Social. Após a criação e consolidação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e alargamento da rede de saneamento básico nacional, proporcionaram avanços comprovados na redução da mortalidade geral, infantil e no progressivo aumento da esperança média de vida.

O declínio da mortalidade sustentou também alguns ganhos em termos de esperança de vida dos portugueses, que continuou a aumentar durante toda a segunda metade do século, fixando-se em 75 anos para os homens e 82 anos para as mulheres no ano de 2006²¹.

21 INE, 2006.

Gráfico n.º 5 – Evolução da esperança média de vida à nascença para homens e mulheres (Portugal, 1900-2005)



Fonte: HENRIQUES, 2008.

Durante o século XX a esperança média de vida à nascença das gentes portuguesas mais que duplicou, e hoje em dia um português vive em média mais 39 anos e uma portuguesa mais 42 anos, uma vida extra para um congénere de início de século XX!

Numa primeira fase, tratou-se sobretudo de aumentar as probabilidades de sobrevivência dos jovens, possível pelos avanços da ciência médica, pela generalização das práticas de profilaxia e pela divulgação de novos princípios de higiene pública e privada. Mais que os níveis globais da mortalidade, os valores da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) reflectem esses ganhos que, não obstante, beneficiam outros grupos etários, designadamente os mais idosos, aspecto que ganha importância à medida que foi crescendo a percentagem da população concentrada nos últimos escalões etários.

Outro fenómeno característico é a disparidade entre homens e mulheres a que a população portuguesa não foge à regra. No início de século XX as diferenças entre sexos não iam muito além dos 3 anos, em 1981 a diferença entre sexos é máxima com 7,6 anos. Após este período a tendência futura, segundo especialistas em gerontologia, é o estreitar das diferenças. O homem aqui terá uma clara vantagem pois irá aumentar os anos de vida a um ritmo mais acentuado que a mulher.

Até aqui foi analisada a evolução da mortalidade em termos quantitativos, e sem dúvida que diminuiu em todas as idades. Mas importa analisar a evolução das causas ao longo da transição epidemiológica, ocorrida em Novecentos, para compreender os futuros cenários da população portuguesa.

Com efeito, as causas de morte em Portugal alteraram-se muito e muito depressa, sobretudo nas últimas décadas. Reduziram-se as doenças do aparelho respiratório e digestivo (infecciosas e parasitárias), aumentou a incidência das doenças e mortes provocadas por complicações do aparelho circulatório, com especial destaque para as cérebro-vasculares, mas especialmente o número de mortes motivadas por tumores malignos.

Quadro n.º 1 – Óbitos segundo causas de morte

Óbitos segundo causas de morte	1930	1950	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005
Infecciosas e parasitárias	23,60%	18,80%	2,58%	2,20%	1,50%	1,00%	nd	1,90%	nd	nd
Doenças do aparelho circulatório	15,50%	21,90%	38,76%	40,10%	42,80%	44,30%	44,15%	41,87%	38,74%	34,05%
Tumores malignos	2,70%	4,90%	11,75%	13,20%	15,00%	16,70%	17,63%	19,25%	20,28%	21,07%
Doenças do aparelho respiratório	9,40%	15,90%	12,03%	9,20%	5,70%	7,20%	7,24%	7,65%	9,71%	10,48%
Doenças do aparelho digestivo	14,20%	9,20%	7,45%	nd	nd	nd	4,47%	4,36%	3,91%	4,30%
Doenças do aparelho geniturinário	nd	nd	1,95%	nd	nd	nd	1,22%	1,49%	1,49%	2,65%
Sintomas, sinais, exames anormais, causas mal definidas	nd	nd	nd	nd	nd	nd	11,75%	11,44%	12,43%	11,84%
Doença pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV)	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,15%	0,91%	0,90%	0,81%
Tuberculose	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,27%	0,30%	0,25%	0,27%
Outras causas por doenças	nd	nd	nd	nd	nd	nd	6,59%	7,02%	7,78%	10,30%
Causas externas	2,40%	2,70%	5,48%	7,20%	7,20%	7,30%	6,53%	5,70%	4,51%	4,23%

Fonte: INE – *Estatísticas da saúde*, 1930-2005.

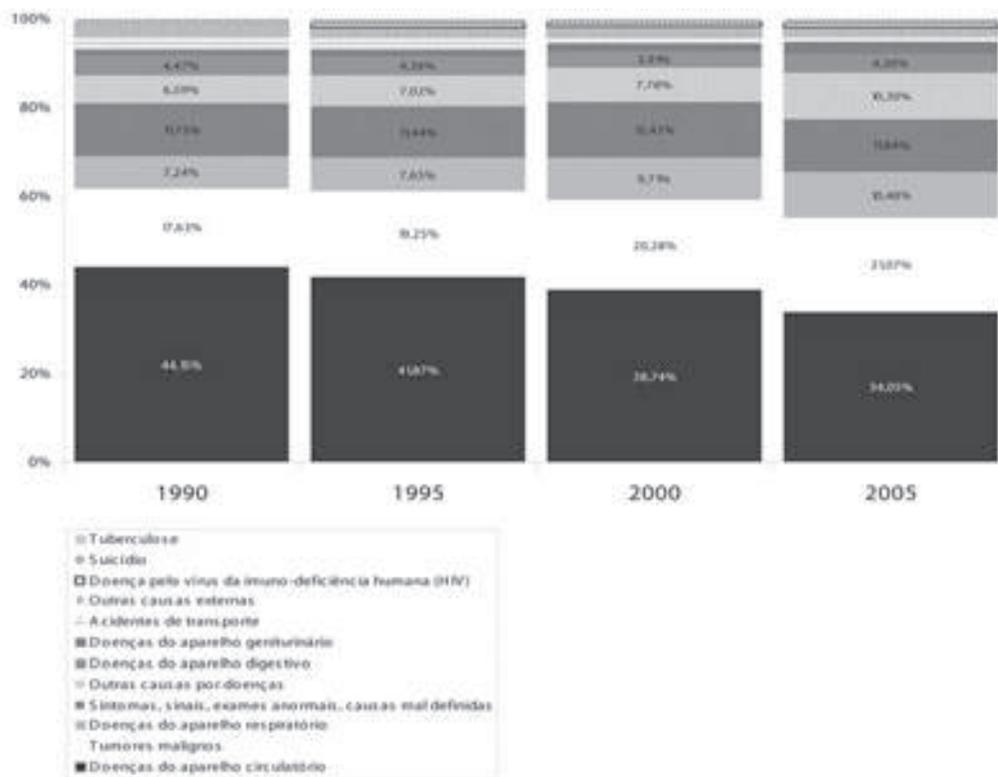
Nota: Para os anos 1930 e 1950: MORAIS, 1999; para os anos 1970-2005, cálculos da autora com base nas *Estatísticas da Saúde* do INE. A classificação de doenças infecciosas e parasitárias em 1930 e 1950 é mais geral e abrange mais categorias. As doenças do aparelho circulatório em 1970 incluem as doenças das glândulas endócrinas da nutrição, metabolismo e transtornos imunitários e doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos.

Olhando com pormenor a última década e meia, já com o intuito de perceber o que o futuro nos reserva verificamos que embora as doenças do aparelho circulatório permaneçam como a principal causa de morte, estas decresceram mais de 19 por cento, isto é, em 1990 morriam 45 526 indivíduos e em 2005 apenas 36 723. Outra causa de morte que diminuiu, não só em termos de efectivos como em termos de peso no total de causas de morte, foi a causa por acidentes de viação. Em 1990, os acidentes rodoviários eram responsáveis por, praticamente, 3 em cada 100 mortos, quinze anos volvidos e intensas campanhas de prevenção rodoviária representaram uma descida para 1 por 100 óbitos. No entanto, mais espantoso é a redução em número, menos 1 516 óbitos por ano! Os ganhos nestas duas causas de morte representaram, em valores relativos, um acréscimo na mortalidade por tumores malignos, doenças do aparelho respiratório e geniturinário.

Enquanto no início da década de 90, 1 em cada 6 mortos eram vítimas de doenças cancerosas, hoje essa proporção é de 1 para cada 5 e ao nível das doenças do aparelho respiratório estas representavam uma vítima por cada 14 e actualmente representam 1 em cada 10. A doença que mais subiu em proporção nos últimos 15

anos foi a doença pelo vírus HIV que sextuplicou as suas vítimas! E estes números estão sub-representados, pela declaração de óbitos em outras causas de morte como é o caso da tuberculose. Embora em Portugal a prevalência de tuberculose seja das mais altas da Europa, nestes últimos anos foi uma das doenças a par dos suicídios que se manteve estável na representatividade do total de óbitos.

Gráfico n.º 6 – Principais causas de morte em Portugal entre 1900 e 2006



Fonte: INE, Portugal, 2007, *Anuário Estatístico de Portugal 2006/Statistical Yearbook of Portugal 2006*. Informação disponível até 30 de Setembro de 2007; INE, *Estatísticas da Saúde*.

Será que as devemos encarar como custos inevitáveis do desenvolvimento económico e social para o século XXI o aparecimento de novas causas de morte e a prevalência de outras? Será que ao diminuir a mortalidade a morbidade aumenta? Será que os portugueses se vão sentir mais saudáveis embora mais velhos?

Consequência da Transição Demográfica: o envelhecimento demográfico

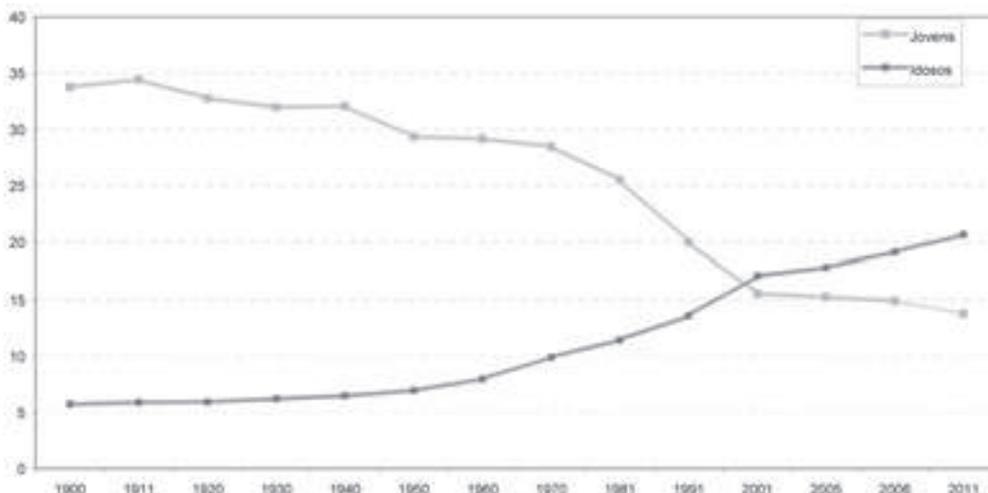
Sabemos que no horizonte das próximas décadas o processo de envelhecimento demográfico será inevitável e tenderá a acentuar-se nos grupos etários mais avançados; e fácil é concluir que os futuros idosos serão pessoas mais instruídas, com rendimentos superiores e acesso privilegiado a informação. Resta saber até que ponto estes factos poderão afectar a saúde deste grupo etário sénior, cuja representatividade tenderá a aumentar substancialmente. O envelhecimento²² é leigamente entendido pelo aumento exclusivo da esperança

de vida. Mas esta é apenas uma parte do fenómeno, que se designa de envelhecimento no topo da pirâmide etária. Outra parte do fenómeno é o envelhecimento na base, justificado pelo declínio da fecundidade, isto é, pelo facto do número médio de filhos por mulheres em idade fértil ter decrescido nas últimas décadas para valores abaixo dos 2,1, número essencial para manter a renovação das gerações²³.

A Europa é a região do mundo mais envelhecida. Embora o Japão seja o país do mundo com maior percentagem de população com 65 e mais anos (23 em cada 100) é a Europa que possui mais Estados declaradamente envelhecidos. Cerca de 35 Estados²⁴ possuem, pelo menos, 14 por cento de população idosa. Hoje, em Portugal, cerca de 17 em cada 100 residentes, tem mais de 65 anos²⁵.

O crescimento populacional, no século XX, deste grupo de cidadãos foi notável. Entre 1900 e 2001, a população idosa, em Portugal, sextuplicou. No início, eram cerca de 310 mil, hoje são mais de 1,8 milhões, e é expectável que em 2021 mais de 2,1 milhões de residentes em Portugal tenham 65 ou mais anos, representando mais de 21 por cento da nossa população²⁶.

Gráfico n.º 7 – Evolução da população idosa portuguesa (Portugal, 1900-2011)



No grupo dos idosos há que distinguir um primeiro grupo dos 65 aos 79 anos e um segundo que possui mais de 80 anos. É no segundo grupo que a intensidade de crescimento será maior. Nos próximos anos, por cada acréscimo de três idosos, dois terão 80 e mais anos e um terá 65 a 79 anos. No total dos 20 anos o grupo mais idoso terá aumentado quase 2 vezes e o grupo dos “jovens idosos” apenas acumulará mais 1,1 vez ao seu actual número. No início do século XX, apenas encontrávamos 1 em cada 100 portugueses que tivesse completado os 80 anos de vida; hoje 4 pessoas em cada 100; e certo é que nos próximos 20 anos, pelo menos, serão 6 em cada 100 portugueses.

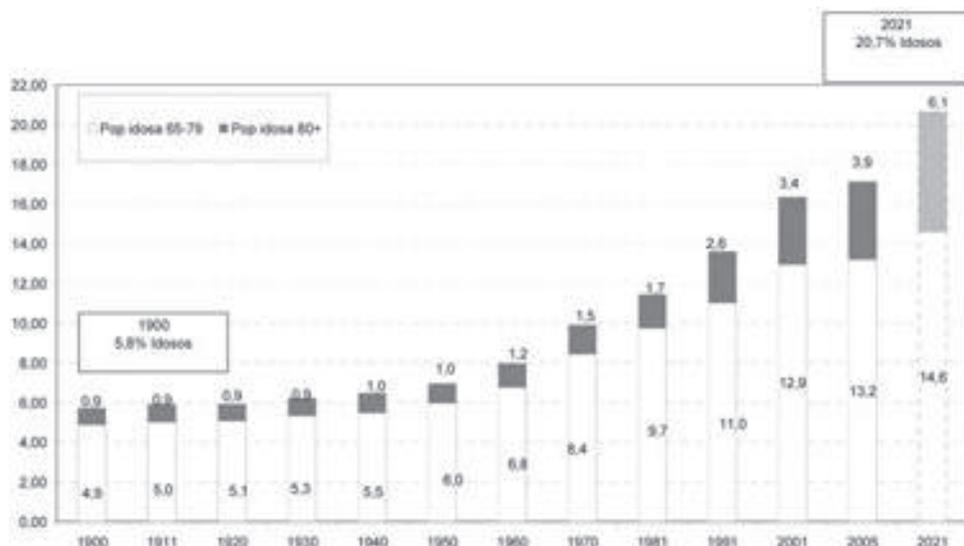
22 NAZARETH, 1988: 174-175.

23 Desde 1982, primeiro ano em que a substituição de gerações deixou de estar assegurado em Portugal.

24 PRB, 2009. Mónaco 24%; Alemanha e Itália com 20%; Grécia 19%; Suécia 18%; Dinamarca, Estónia, Finlândia, Letónia, Áustria, Bélgica, França, Suíça, Bulgária, Croácia, Sérvia e Espanha com 17%.

25 PRB, 2009.

26 Projeções para 2021 realizadas pela autora prevêem 20,7% como sendo o mínimo de população com 65 e mais anos a residir em solo português.

Gráfico n.º 8 – Evolução da proporção da população jovem e idosa (Portugal, 1900-2021)

A análise do fenómeno do envelhecimento não estaria completa se apenas traçássemos o evoluir da esperança de vida. Na caracterização da proporção de idosos *versus* jovens é notória a inversão clara do peso de ambos. No início de Novecentos, por cada 100 residentes, um terço eram jovens até 15 anos. Em 120 anos a população caracterizada como jovem reduzir-se-á em 20 pontos percentuais, passando de 33,8 por cento para 13,8 por cento do total de residentes em território nacional.

Ao analisarmos os números e não as proporções, conseguimos avaliar mais pormenorizadamente este efeito de redução de jovens. Em 1900, estavam recenseados em solo nacional 1,8 milhões indivíduos com menos de 15 anos; em 1960 o número de jovens atinge o máximo histórico de 2,6 milhões; no último recenseamento já estavam recenseados menos 100 mil que cem anos antes, isto é, 1,7 milhões. Para 2021 é provável que os jovens não ultrapassem os 1,5 milhões de representantes.

Foi no princípio deste novo século que testemunhámos a inversão entre o peso de jovens e idosos. Os jovens passaram a pertencer ao grupo com menor representatividade a nível nacional, como na maior parte das sociedades evoluídas. Resta saber se é uma causa ou consequência de tal evolução. Nas primeiras décadas de Novecentos, havia em média 1 idoso por cada 6 jovens, em 1960 havia menos de 4 jovens por cada idoso, em 2001 era uma relação de 1 para 1. Para 2021 a proporção espectável será de 150 idosos por cada 100 jovens²⁷!

Parte deste decréscimo prende-se com a alteração de comportamentos já aqui amplamente citada e na análise do gráfico seguinte, a constatação é clara. A evolução da proporção de crianças com menos de cinco anos por mulher em idade fértil, *proxy*²⁸ do Índice Sintético de Fecundidade, permite antever a muito provável diminuição de nascimentos e consequente, descida de representatividade dos jovens na sociedade.

27 Projecções para 2021 realizadas pela autora.

28 População com menos de cinco anos a dividir pelas mulheres entre 15 e 49 anos em percentagem.

Gráfico n.º 9 – Evolução das mulheres em idade fértil e do peso das crianças até 5 anos (Portugal, 1900-2021)

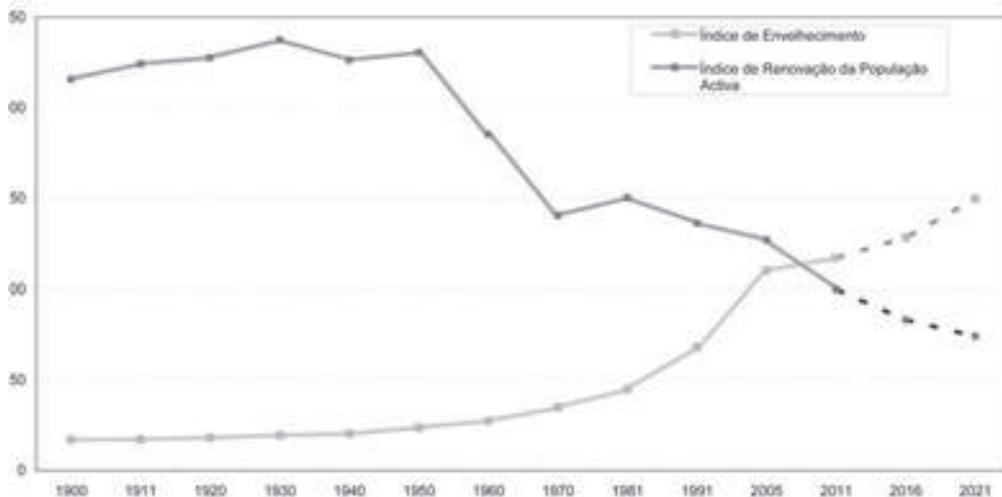
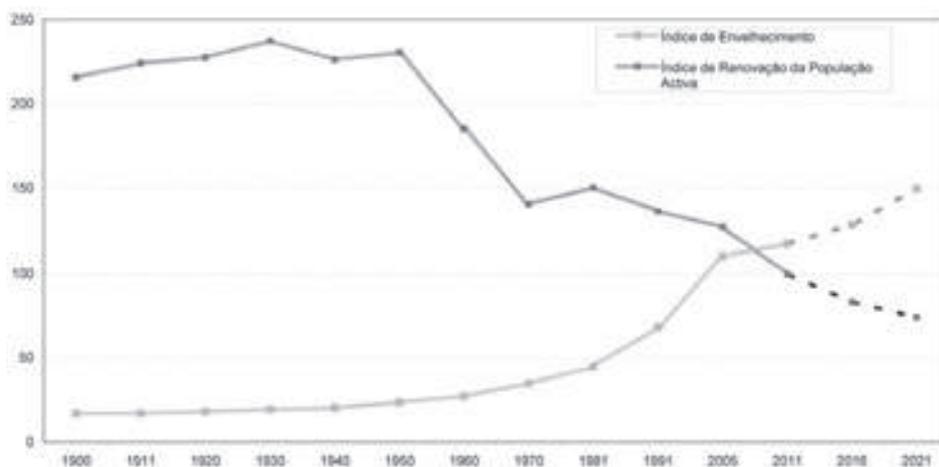
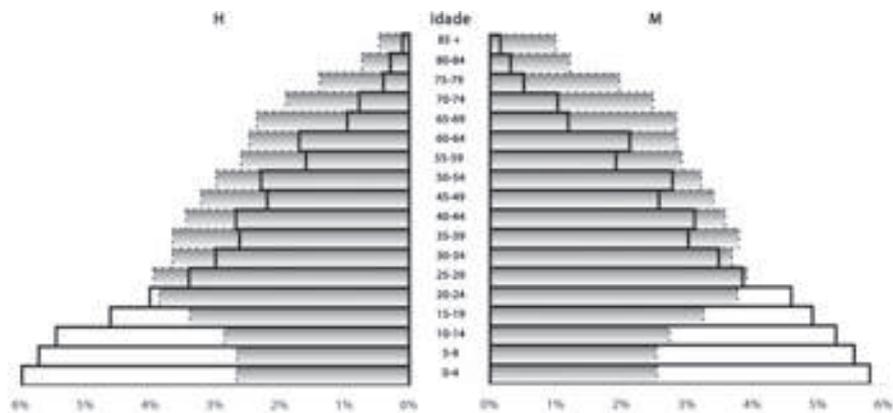
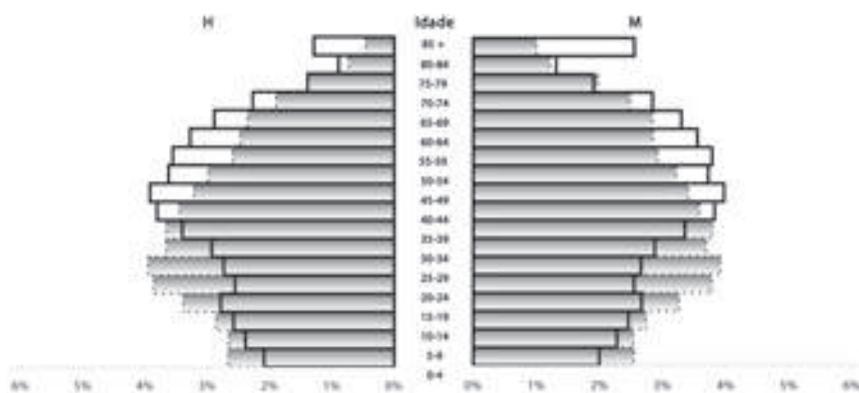


Gráfico n.º 10 – Evolução do índice de envelhecimento e de renovação de população activa (Portugal, 1900-2021)



Nos próximos dez anos, espera-se ainda que a população que completou pelo menos as 65 primaveras acresça em 500 mil indivíduos e o número de jovens com idade inferior a 15 decresça em 200 mil, desde o último recenseamento.

Outra característica do envelhecimento demográfico é a desproporção relativamente ao género. As mulheres constituem a grande maioria de população de 65 e mais anos em todo o mundo. Esta diferencialidade está visível na análise evolutiva das pirâmides de idades da população portuguesa entre 1900, 2001 e 2021. Apesar de à nascença existirem cerca de 105 rapazes por cada 100 raparigas, eles morrem mais. O desequilíbrio a favor das mulheres ocorre entre os 30 e 40 anos e vai aumentando com a idade. E é clara a vantagem entre os 85 e mais anos para as mulheres em 2021.

Gráfico n.º 11 – Portugal – Pirâmide de idades. 2001-1900**Gráfico n.º 12 – Portugal – Pirâmide de idades. 2001-2021**

Fonte: HENRIQUES, 2008, com base nos *Recenseamentos Gerais da População Portuguesa* em 1900, 2021, INE e projecções da autora para 2021.

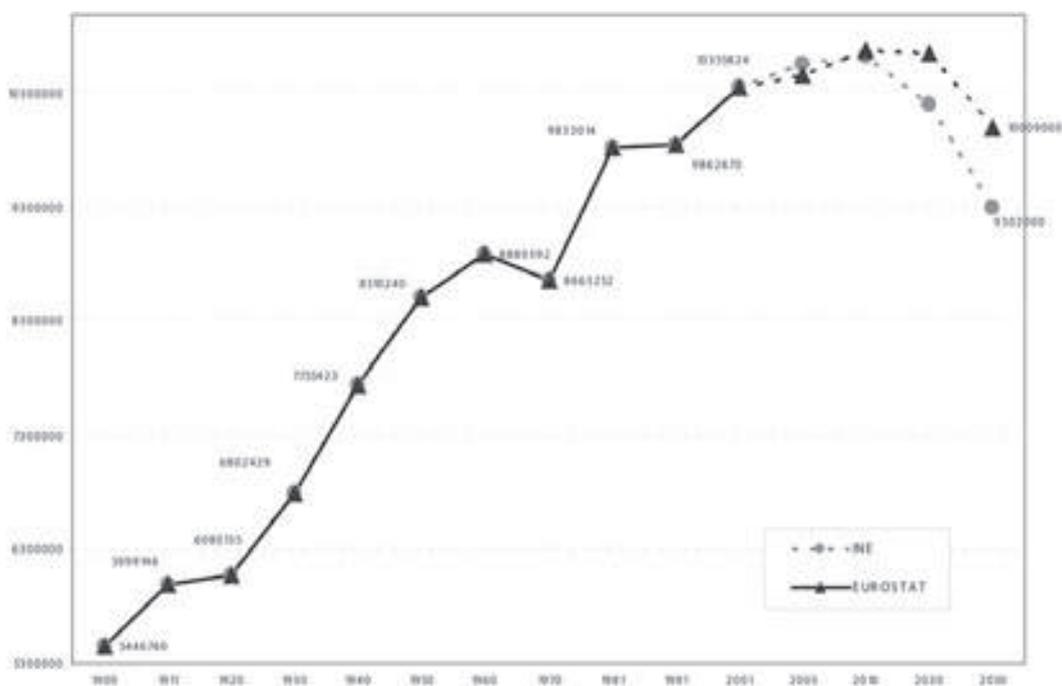
Cientistas e investigadores têm procurado justificar esta diferencialidade face à sobrevivência. Todavia não tem sido fácil. Encontrar a razão envolve estudar interdisciplinarmente factores biológicos, sociais e comportamentais. Se até então os homens apresentavam os maiores comportamentos de risco, como o de fumarem, a ingestão de bebidas alcoólicas e serem os que desempenhavam tarefas profissionais mais perigosas, tal não faz hoje grande sentido. As mulheres aumentaram consideravelmente o consumo do tabaco e do álcool e com o aumento da participação activa no mercado de trabalho, é provável que este *gap* face à mortalidade vá diminuindo progressivamente em favor dos homens.

Com a desproporção entre género em idades mais avançadas surgem outras particularidades por estado civil. As mulheres vivem mais, e por esse facto geralmente morrem viúvas, enquanto os homens morrem casados.

Como constatámos, Portugal não foge à tendência de envelhecimento global. Ao longo do século XX, a população portuguesa não sofreu alterações drásticas como guerras, epidemias ou catástrofes naturais²⁹. As transformações estruturais foram moderadas e graduais, os efectivos nacionais aumentaram progressivamente,

embora em fases desiguais em termos de dinâmica global. Assim, a população residente em território nacional quase duplicou, entre 1900 e 2001, passando dos 5.446.760 residentes para os 10.355.824 recenseados a 12 de Março de 2001. Caberá à segunda década deste século o começo do declínio da população residente em Portugal. Cenários apontam para que dentro de quarenta anos a população portuguesa esteja entre o volume dos recenseamentos de 1970 e de 1991. Não é provável assistir-se a um crescimento geral da população ao contrário da tendência para a população idosa. Este facto resulta de uma conjugação de factores demográficos comportamentais face à vida e morte e também aos movimentos das suas populações.

Gráfico n.º 13 – Evolução da população portuguesa e projecções do cenário do INE e EUROSTAT (Portugal, 1900-2050)



Os saldos naturais há mais de três décadas que crescem a uma taxa próxima de zero tendo mesmo em 2007 sido negativa. O saldo natural neste ano foi negativo significando que morreram mais 1.396 pessoas do que as que nasceram, algo inédito desde 1918 ano da Gripe Espanhola (saldo fisiológico de 70.291). Novas doenças vão aparecendo e originando pânico generalizado das populações, as variantes da gripe aviária e suína... novas doenças estarão ainda por nascer e alterarão o curso aqui cenarizado. Mas certamente que com menor ou maior população o envelhecimento será uma certeza.

O envelhecimento pode ser encarado como uma vitória do Homem sobre a história da Humanidade: a esperança de vida é a mais longa de sempre! É o culminar de mais de dois séculos em transição dos fenómenos demográficos. É reconhecidamente o triunfo da saúde pública e dos avanços nos cuidados médicos. As populações têm cada vez maior acesso a uma alimentação rica e variada. Registou-se um desenvolvimento económico global.

Contudo, a problemática do fenómeno *envelhecimento* trouxe novos desafios às sociedades contemporâneas e aos responsáveis pelas políticas nacionais e organizacionais. Cada vez se evidencia mais a necessidade de consensos para enfrentar a problemática do envelhecimento, defendendo políticas de intervenção e integração no desenvolvimento, direccionadas para a sociedade como um todo, e não medidas isoladas para um grupo específico da sociedade.

Podemos questionar-nos em que medida a sociedade é afectada pelo envelhecimento crescente da sua população. As causas deste fenómeno têm sido estudadas e relacionadas, fazendo surgir questões como: até que ponto o prolongamento da esperança de vida contribui para uma melhoria da saúde dos idosos? Será que estes vivem mais e com melhor saúde? Como se estão a preparar as sociedades para o aumento de cuidados de saúde que uma população envelhecida carece? Qual a sustentabilidade económica de um país onde haverá mais idosos que jovens e onde a população activa que sustenta todo um sistema *pay-as you-go* é cada vez em menor proporção por idoso? Como irá o mercado de trabalho, os planos de reforma e os serviços adaptarem-se a cada vez mais anos a pagar reforma? Qual o regime fiscal que sustenta esta mudança drástica? Conseguirá a típica família nuclear dar o apoio e os cuidados necessários aos seus ascendentes? Sabendo que o cônjuge é quem proporciona os primeiros cuidados e apoio, com o aumento da frequência dos divórcios quem irá cuidar deles? Será que as actuais instituições de apoio formal de cuidados a idosos serão as mais adequadas?

Figura n.º 2 – Interligações do Envelhecimento Demográfico



O futuro... certamente que muito se poderia projectar e antever, para responder às questões aqui apresentadas, mas por mais certas que sejam as metodologias empregues quando se exercita o futuro, a única certeza é de que o cenário que prevemos não se concretizará... no entanto o que a prospectiva almeja é a plausibilidade destes cenários, é o podermos construir *futuríveis*³⁰.

30 Cenários da autora prevêm manutenção dos ritmos dos movimentos migratórios idênticos ao verificado na última década.

O envelhecimento da população é um fenómeno que dificilmente se inverterá nas próximas décadas e por esse facto muitas preocupações económicas e sociais, nomeadamente na área da saúde, se têm levantado. Será que os aumentos esperados de morbilidade resultantes do aumento da esperança de vida, para o período 2001-2021 podem ser compensados pelo aumento do nível de instrução da população portuguesa?³¹

Os resultados positivos que se têm obtido quanto à associação entre educação e saúde, são o reflexo das pessoas com maiores níveis de instrução estarem dotadas de melhores ferramentas que lhes permitem estar mais informadas, aumentarem o seu conhecimento e beneficiarem de campanhas de prevenção (expondo-se menos a factores de risco), e de possuírem um sentido de maior controlo sobre as suas vidas e não deixarem tudo ao destino e *fado*... mas talvez o mais importante é que, regra geral, as pessoas com maior instrução têm maiores probabilidades de obter maiores rendimentos, o que lhes assegura padrões de qualidade de vida mais confortáveis.

É claro que uma sociedade mais instruída não traz exclusivamente mais benefícios para a saúde, pode também proporcionar uma mudança da mentalidade de toda uma nação e originar muitos outros benefícios por explorar...

Em conclusão, seria esperado que o aumento do número de pessoas idosas no período entre 2001 a 2021 pudesse significar uma deterioração na saúde dos portugueses. O que comprovámos com este estudo é que este efeito é contrabalançado pelo aumento do nível de instrução da população portuguesa. Pois tal como ficou aqui provado, existe um efeito marcante e directo entre educação e saúde, então, podemos afirmar com confiança que um aumento do nível de instrução contribuirá para uma melhor saúde dos portugueses no futuro.

Bibliografia

- AGUIAR, Álvaro; MARTINS, Manuel M. F. 2003 – *O crescimento da produtividade da indústria Portuguesa no século XX*. Porto: CEMPRES, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- BACCI, Massimo; TAPINOS, Georges, 1999 – “Économie et population” in BARDET, Jean-Pierre; DUPÂQUIER, Jacques (coord.) – *Histoire des Populations de l'Europe. Les temps incertains 1914-1998*. Paris: Ed. Fayard, vol. III.
- BARDET, J. P.; DUPÂQUIER, J. 1998 – “La Révolution Démographique (1750-1914)” in *Histoire des Populations de l' Europe*. Paris: Ed. Fayard, vol. II.
- BARRETO, António, 2000 – *A Situação Social em Portugal 1960-1999. Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia*. Lisboa: ICS.
- BEREND, Ivan T., 2006 – *An Economic History of twentieth-century Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BLAYO, Yves, 1975 – “La mortalité en France de 1740 à 1829”. *Population*. P. 123-141.
- CABRAL, Manuel Villaverde; SILVA, Pedro A.; MENDES, Hugo, 2002 – *Saúde e Doença em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- CALDWELL, J. C., 1985 – “Education and literacy as factors in health” in HALSTEAD, S. B.; WALSH, J. A.; WARREN, K. S. (eds.) – *Good Health at Low Cost*. New-York: Rockefeller Foundation, p. 181-185.
- CANNAN, E., 1895 – “The probability of a cessation of the growth of population in England and Wales during next century”. *The Economic Journal*. Vol. 5, n.º 20, p. 505-515.
- CARRILHO, Maria José, 2008 – “A situação Demográfica recente em Portugal”. *Revista de Estudos Demográficos*. Lisboa: INE, n.º 42.
- CASELLI, G.; MESLÉ, F.; VALLIN, J., 1999 – “Le triomphe de la médecine” in BARDET, Jean-Pierre; DUPÂQUIER, Jacques (coord.) –

31 Muito se tem escrito e debatido sobre a ligação entre níveis de educação e saúde. Tem-se procurado descortinar se as diferenças de saúde por nível de instrução terão origem em processos sociais (níveis de instrução mais elevados causam melhor saúde ou, pelo menos, uma deterioração da saúde mais lenta) ou se, pelo contrário, existe uma selecção natural com base na saúde (pessoas mais saudáveis têm uma probabilidade acrescida de alcançar níveis de instrução superiores). As conclusões internacionais indicam que a associação entre o estatuto sócio económico, em particular a ligação entre educação e saúde, são na sua maioria resultado de processos sociais e apenas uma pequena proporção se deve a uma selecção natural com base na saúde (JOUNG *et al.*, 2000).

32 HENRIQUES, 2005.

- Histoire des populations de l'Europe. Les temps incertains 1914-1998*. Paris: Ed.Fayard, vol. III.
- CAVELAARS, A.E.J.M. ; KUNST, A.E. ; GEURTS, J.J.M. *et al.*, 1998 – “Differences in self-reported morbidity by educational level: A comparison of 11 Eastern European countries”. *Journal of Epidemiol Community Health*. Rotterdam, n.º 52, p. 219-227.
- CHESNAIS, J. C., 1986 – *La transition démographique. Étapes, formes, implications économiques. Étude de séries temporelles (1720-1984) relatives à 67 pays*. Paris: PUF/INED.
- COALE, A. J., 1983 – “Regional model life tables and stable populations”. *Studies in Population*. New York, London: Academic Press, VIII, 496.
- COALE, A., 1973 – “The demographic transition”. *Proceedings of the IUSSP Conference*. Liège, p. 177-211.
- COALE, A.; WATKINS, S., 1986 – *The Decline of Fertility in Europe*. Princeton: Princeton University Press.
- CÓNIM, Custódio, 1999 – *Geografia do envelhecimento da população portuguesa: Aspectos sociodemográficos 1970-2021*. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento.
- DE SANTIS, Gustavo, 1997 – “Demografia ed Economia”. *Studi e Ricerche*. Bologna, p. 51-54.
- DUMONT, A., 1890 – “Le progrès de la natalité est en raison inverse de la capillarité sociale”.
- EASTERLIN, R.A., 1980 – *Birth and Fortune: The impact of numbers on personal welfare*. New York.
- EUROSTAT, 2007 – *Europe's demographic future: facts and figures on challenges and opportunities*. Bruxelas: European Commission.
- FAHLBECK, 1905 – “Bulletin de l'Institut International de Statistique”. France.
- FERNANDES, Ana; VEIGA, Teresa; HENRIQUES, Filipa, 2005 – “A Social Conditions: The educational level on FELICIE members. *National Report for WP6*, Paris.
- FERNANDES, Ana, 1997 – *Velhice e Sociedade: Demografia, Família e Políticas Sociais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- GANS, H. 1999 – “Population Forecasting 1895-1975: The Transition to Modernity”. *Springer*. p. 60-67.
- GODET, Michel; FABRICE, M. Régine, 1997 – *Manuel de Perspective Stratégique. L'art et la méthode*. Paris: Durot.
- HAJNAL, J, 1982 – “Two kinds of preindustrial household formation system”. *Population and Development Review*. 8 (3), p. 449-494.
- HENRIQUES, Filipa, 2007 – “Envelhecimento, Educação e Saúde uma análise prospectiva. Portugal 2021”, comunicação apresentada no VIII Congresso de la *Asociacion de Demografia Histórica (ADEH)*. Espanha.
- HENRIQUES, Filipa, 2005 – *Envelhecimento, Educação e Saúde uma análise prospectiva. Portugal 2021*. Lisboa: ISEGI, UNL (dissertação de mestrado).
- HENRIQUES, Filipa; RODRIGUES, Teresa Ferreira, 2008 – “O século XX: a transição” in RODRIGUES, Teresa (coord.) – *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 417-513.
- HENRIQUES, Filipa, RODRIGUES, Teresa; MARTINS, Maria, 2009 – Ageing, Education and Health in Portugal – prospective from 19th do 21th century. *Revista Hygiea Internationalis*. Suécia. Disponível em: <<http://www.ep.liu.se/ej/hygiea/>>.
- HENRIQUES, Filipa, RODRIGUES, Teresa, 2010 – “Essay on Ageing and Health projections in Portugal”. *Joint Eurostat/Unece Work Session on Demographic Projections. Lisbon 28-30 april 2010*. Disponível em: <<http://www.unece.org/stats/documents/ece/ces/ge.11/2010/wp.6.e.pdf>>.
- HUISMAN, M.; KUNST, A.E.; ANDERSEN, O. *et al.*, 2004 – “Socioeconomic inequalities in mortality among elderly people in 11 European populations”. *Journal of Epidemiol Community Health*. Rotterdam, n.º 58, p. 468-475.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1984 – *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, 1981. Antecedentes, metodologia e conceitos*. Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1995 – *XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Censos-91. Antecedentes, metodologia e conceitos*. Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2001 – *XIV Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Censos-91. Antecedentes, metodologia e conceitos*. Lisboa, 8 vols.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2002 – *O envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e sócio-económica recente das pessoas idosas*. Estudo do Serviço de Estudos sobre a População do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População no âmbito da II Assembleia Mundial sobre o envelhecimento. Disponível em: <www.ine.pt> [consult. Dez. 2004].
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2006 – *Indicadores Sociais*. Lisboa (dados).
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1900 a 2008 – *Estatísticas Demográficas* (dados).
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2007 – *Anuário Estatístico de Portugal 2006. Statistical Yearbook of Portugal 2006* (dados).
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2004 – *Atlas das Cidades de Portugal*. Lisboa.
- JOUNG, I.M.A.; KUNST, A.E.; IMHOFF, E.VAN *et al.*, 2000 – “Education, Aging and health, to what extent can the rise in educational level relieve the future health (care) burden associated with population aging in the Netherlands?” *Journal of Clinical Epidemiology*. 53. Disponível em: <www.sciencedirect.com> [consult. Set. 2004].
- KEYNES, John, 1936 – *The General Theory of Employment, Interest and Money*. US.

- KINSELLA, KEVIN & VELKOFF; VICTORIA A., 2001 – “An Aging world: 2001”. *U.S. Census Bureau. Series*, P95/01-1. Washington, DC.: U.S. Government Printing Office.
- KINSELLA, KEVIN; PHILLIPS, David R., 2005 – “Global Aging: The Challenge of Success”. *Population Bulletin*. Washington, DC: Population Reference Bureau, vol. 60, n.º 1.
- LANZIERI, Giampaolo, 2006 – “Long-term population projections at national level”. *Population and Social Conditions*. Bruxelas: EUROSTAT.
- LÉON, Pierre (dir.), 1982 – *História Económica e Social do Mundo*. Lisboa: Sá da Costa Editora, vols. V, VI.
- LIVI-BACCI, Massimo, 1988 – “La Península Ibérica e Itália en visperas de la transición demográfica” in PÉREZ MOREDA, Vicente; REHER, David-Sven (eds.) – *Demografía histórica en España*. Madrid: Ediciones El Arquero, p. 139-178.
- LOPES, Silva, 1998 – *A economia portuguesa desde 1960*, 4ª ed. Lisboa: Gradiva.
- MENDES, M.; REGO, C.; CALEIRO, A., 2006 – *Educação e fecundidade em Portugal: As diferenças nos níveis de educação influenciam as taxas de fecundidade?. Documento de trabalho nº 10*. Évora: Universidade de Évora.
- MENDES, Maria Filomena Ferreira, 1992 – *Análise sociodemográfica do declínio da fecundidade da população na década de 80. O caso particular do custo económico da criação* (texto policopiado).
- MÓNICA, Maria Filomena, 1978 – *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença.
- MORAIS, Maria da Graça, 1999 – *A Transição da Mortalidade e Estruturas de Causas de Morte em Portugal Continental durante o Século XX*. Évora: Universidade de Évora (dissertação de doutoramento em Sociologia).
- MOREIRA, Maria João Guardado, 2001 – *A Dinâmica demográfica na região do INTERREG Ibérico no Final do Século XX*. Lisboa: FCSH-UN (dissertação de doutoramento em Sociologia).
- NAZARETH, J. M., 1977a – “As inter-relações entre família e emigração em Portugal: um estudo exploratório”. *Economia e Sociologia*. n.º 23, p. 31-48.
- NAZARETH, J. M., 1977b – “Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa”. *Análise Social*. Lisboa, n.º 23 (52), p. 901-986.
- NAZARETH, J. Manuel, 1988 – *Princípios e métodos de análise demográfica portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- NAZARETH, J. Manuel, 1988 – “Os próximos 20 anos”. *Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX*. Lisboa: F.C.G., vol. III.
- NAZARETH, J. Manuel, 1996a – *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*. Lisboa: Editorial Presença.
- NAZARETH, J. Manuel, 1996b – “Prospectiva do envelhecimento demográfico na União Europeia”. *População e Sociedade*. Porto, n.º 2, p. 77-96.
- NAZARETH, J. Manuel, 1996c – “Os grandes cenários de evolução do envelhecimento demográfico em Portugal no contexto da União Europeia até 2050”. *População e Sociedade*. Porto, n.º 5, p. 5-23
- NAZARETH, J. Manuel, 2004 – *Demografia – A ciência da população*. Lisboa: Editorial Presença.
- NOTESTEIN, F. W., 1945 – “Population the long view” in SCHULTZ, E. (ed.) – *Food for the World*. Chicago: University of Chicago Press, p. 36-56.
- NOTESTEIN, F. W., 1953 – “The economics of population and food supplies. Economic problems of population change”. *Proceeding of the 8th International Conference of Agricultural Economists*. Londres.
- OLIVEIRA, I. T., 2003 – *O Declínio da Fecundidade em Portugal: o Sistema de Respostas Múltiplas*. Lisboa: FCSH-UNL (dissertação de doutoramento).
- OLIVEIRA, I. T., 2005 – “Indicadores demográficos nas regiões portuguesas entre 1890 e 1981”. *Revista de Estudos Demográficos*. n.º 38, p. 149-162.
- RODRIGUES, Teresa (coord.), 2009 – *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: CEPESE, Ed. Afrontamento.
- RODRIGUES, Teresa; PINTO, Maria, 1996a – “Migrações internas” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. II, p. 561-565.
- RODRIGUES, Teresa; PINTO, Maria, 1996b – “1981-1991: as tendências recentes da evolução populacional portuguesa”. *História*. Lisboa, n.º 26, p. 44-53.
- RODRIGUES, Teresa; PINTO, Maria, 2002 – “Migrações no Portugal do Século XX”. *Ler História*. Lisboa, n.º 43, p. 179-203.
- RODRIGUES, Teresa, 1998 – “A demografia de Espanha e Portugal. Portugal nos dois últimos séculos: as assimetrias de crescimento regional” in *Los 98 Ibericos y el mar*. Lisboa, tomo I.



Portugueses em diáspora: Identidade e Cidadania

Jorge Carvalho Arroiteia

Apresentação do tema

A análise da emigração portuguesa registada durante as últimas décadas testemunha as vicissitudes porque tem vindo a passar este movimento realçando, uma vez mais na sua história recente, a relação destas saídas com o estado de desenvolvimento do nosso país e a conjuntura externa e internacional. Com efeito, se tivermos em consideração a evolução deste fenómeno a partir dos anos sessenta do século anterior, verificamos o seu grande incremento e expansão em todas as regiões do território, facto que se verificou em simultâneo com outras mudanças operadas na sociedade portuguesa. Entre elas salientamos o processo de crescimento urbano e industrial, especialmente na faixa central e setentrional litoral do território (litoralização), e o aumento dos movimentos internos da população com destino aos principais centros urbanos, dando continuidade ao processo de desertificação do interior que se veio a acentuar no decurso das décadas seguintes.

Para além destes fenómenos registamos ainda, a par da urbanização crescente do território e da terciarização da sociedade portuguesa, o aumento do comércio com o exterior, o desenvolvimento do turismo e dos serviços. No seu conjunto estas transformações contribuíram para gerar novas oportunidades de emprego, para o aumento do P.N.B. e para uma alteração dos padrões e do nível de vida da população. Contudo, não bastaram para estancar os fenómenos de exclusão social que persistem em algumas áreas, nem tão pouco para erradicar o fenómeno emigratório que se registou durante o terceiro quartel do século XX, com destino quer à Europa quer mesmo ao continente americano.

Recordem-se as razões de natureza económica relacionadas com as fracas oportunidades de emprego, o baixo nível de vida dominante nas regiões rurais e a incapacidade do tecido produtivo e dos serviços para absorver os contingentes de assalariados e de trabalhadores libertos das actividades agrícolas e de subsistência. Juntem-se, ainda, razões de natureza política decorrentes do regime do Estado Novo e da guerra em África para justificar muitas dessas saídas. Por outro lado, as oportunidades de emprego existentes em toda a Europa ocidental, em fase de expansão e crescimento económico e a proximidade desses mercados de mão-de-obra, permitiram que a emigração se tenha generalizado afectando indistintamente todo o território. Isso o comprova as cerca de um milhão de saídas oficiais ocorridas no período compreendido entre meados dos anos cinquenta e os finais de oitenta do século XX ou mesmo o seu recrudescimento, também por razões internas, a partir de meados da década seguinte. Embora afectando todo o território, foram os distritos mais densamente povoados do norte e do centro, Lisboa, Porto, Setúbal, Braga, Aveiro, Viseu e Leiria, os mais atingidos. De realçar igualmente a sua extensão às regiões autónomas dos Açores e da Madeira e a diversificação de destinos que se verificou no decurso das últimas décadas.

A dimensão deste fenómeno nas suas vertentes da emigração legal e da emigração clandestina e a sua expressão em todos os estratos etários da população, particularmente na população jovem e adulta, prosseguem a antiguidade e as raízes históricas do movimento. Por isso, alguns autores reconhecem tratar-se de uma “constante estrutural” da nossa sociedade, associado à “míngua das condições de subsistência” relacionadas com as más condições de vida da população, a estrutura fundiária e as pressões demográficas decorrentes do declínio das antigas civilizações agrárias da Europa mediterrânica. Estas condições facilitaram a repulsão demográfica em toda a Europa meridional e os movimentos migratórios com destino à França e à Alemanha, ao Luxemburgo, à Suíça e a outros destinos europeus, registados na orla meridional do velho continente.

No caso de Portugal estas saídas deram continuidade ao fenómeno mais antigo da emigração para o Brasil – o “Eldorado” – país onde a presença lusa é mais relevante e onde os laços de consanguinidade com a sociedade portuguesa oriunda do continente, dos Açores e mesmo da Madeira, é mais manifesta. Já os EUA surgem como o destino privilegiado dos Açores e ainda de muitos emigrantes do continente atraídos, em épocas diversas, com maior incidência durante a segunda metade do século XX. O mesmo aconteceu com o Canadá em resultado das oportunidades de emprego aí existentes e do recrutamento permitido no início do mesmo período. Mas não podemos deixar de referir, já no continente sul-americano, a Venezuela e a Argentina, as Antilhas Holandesas e as Bermudas, países muito procurados pelos portugueses nos finais do século XIX ou, posteriormente, nos anos que antecederam a primeira guerra mundial. São destinos característicos da “emigração transoceânica” que se desenvolveu com a intensificação da ocupação do Brasil, da exploração das suas riquezas naturais e do desenvolvimento industrial e urbano do continente norte-americano.

Como exemplo mais significativo da “emigração intra-europeia”, realça-se a emigração para França, país onde o número de cidadãos portugueses aí residentes, inferior na actualidade a um milhão, representa o destino mais procurado na história contemporânea da nossa emigração, sobretudo durante a segunda metade do século XX. Já a Alemanha tem hoje um significado mais reduzido, contrariamente ao Reino Unido, ao Luxemburgo e a outros países da Europa. Aqui os exemplos mais sugestivos deste fenómeno e da sua evolução recente são a emigração para a Suíça, país onde o número de cidadãos de origem portuguesa tem vindo a aumentar, ultrapassando a centena e meia de milhar e a vizinha Espanha. Neste caso a emigração conheceu diversas oscilações ao longo da nossa história, aumentou de forma muito significativa desde o final da segunda metade do século passado. Na fronteira desta, Andorra é o país onde a emigração de compatriotas nossos não para de aumentar.

Relacionada, por sua vez, com a colonização de alguns territórios africanos, contamos com os testemunhos de uma emigração oriunda da Madeira em terras da África do Sul, ou já a existência de comunidades de cidadãos nacionais residentes em Angola e em Moçambique, no Zimbabwe e noutros países africanos. A evolução dos regimes políticos africanos não tem permitido, no entanto, o fortalecimento de comunidades muito numerosas, situação que tende a alterar-se na actualidade. Igualmente significativa é ainda a presença portuguesa em certos países asiáticos. Neste caso as maiores percentagens são registadas em Hong-Kong e na Índia, parecendo significar a manutenção dos laços ancestrais estabelecidos com os antigos territórios sob administração portuguesa do continente Indiano e em Macau. De realçar ainda a presença portuguesa nas antípodas da Europa, na Austrália, onde esse valor ultrapassava, nos finais de Novecentos, as cinco dezenas de milhar.

Os valores relativos à população de origem nacional residente em países estrangeiros nos finais da década de noventa (recolhidos junto da DGACCP-MNE, 1998) são esclarecedores da dimensão da “Diáspora Portuguesa”: mais de 4,6 milhões de cidadãos de origem portuguesa residiam nos cinco continentes, assim distribuídos:

Portugueses no mundo

Europa	1 336 700
África	540 391
América Norte	1 015 300
América Sul	1 617 837
América Central	6 523
Ásia	29 271
Oceânia	55 459

Uma análise mais pormenorizada desta distribuição mostra a sua permanência em cerca de três dezenas de países na Europa; em quatro dezenas de países de África; em mais de três dezenas de países da América; em mais de duas dezenas de países da Ásia e em menos de uma dezena de países na Oceânia. Importa ainda assinalar a expressão da população nacional nos países de língua portuguesa.

Portugueses na Europa e em Países de Língua Portuguesa

União Europeia	1 201 163
Brasil	1 200 000
Angola	20 000
Moçambique	11 668
Guiné-Bissau	800
Cabo Verde	500
S. Tomé e Príncipe	451

No seu conjunto, esta distribuição confirma a existência de diversas comunidades de cidadãos nacionais que nalguns casos continuam a acompanhar os acontecimentos da sua terra de origem e a manter relações culturais com a nossa sociedade; a lutar para que os traços da cultura e a língua portuguesa se intensifiquem junto dos seus compatriotas e a prosseguir o sonho do “regresso” à sua pátria de origem. Noutros indivíduos porém, o afecto à terra de origem esbateu-se em favor do maior envolvimento cívico, laboral, familiar e cultural na sociedade de acolhimento.

Tendo em conta a dimensão da população portuguesa residente no território nacional – cerca de dez milhões de habitantes –, os valores acima indicados sobre a dimensão das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro atestam a importância da “diáspora” portuguesa na actualidade. Chamam-nos ainda a atenção para a pluralidade de iniciativas de natureza política, socioeconómica e cultural, necessárias para dar resposta às necessidades e às expectativas desta população, heterogénea nos seus interesses e heranças, mas exigente na satisfação dos seus direitos de cidadania.

1. Referências metodológicas

O levantamento dos estudos sobre e emigração portuguesa levados a cabo por diversos autores¹ mostra como a emigração portuguesa tem constituído um tema de investigação e de interesse para os cientistas sociais que se têm preocupado em analisar as mais diversas facetas deste movimento. Daí que tendo conhecimento da

1 ROCHA-TRINDADE; ARROTEIA, 1984.

sua dimensão e extensão, da sua evolução e distribuição no território², nos tenhamos igualmente preocupado, em data recente³, em conhecer a situação da nova geração de emigrantes, dos luso-descendentes residentes em diversos contextos emigratórios do continente europeu. Os estudos realizados vieram a evidenciar algumas características que havíamos procurado identificar em França⁴, no Luxemburgo⁵ e em Espanha (1994), sobre os traços da emigração portuguesa nestes países.

No caso presente, pretendemos identificar aspectos relativos à vida das comunidades portuguesas no estrangeiro, à “situação dos emigrantes portugueses e/ou, descendentes de emigrantes portugueses, residentes em países de imigração”, em particular o sentir dos luso-descendentes quanto à sua experiência imigratória, ao seu projecto pessoal e à participação na vida cívica do país de acolhimento. Este conhecimento passou pela recolha de diversos elementos e tiveram como base o trabalho de diversos autores⁶ e, em particular, os estudos realizados por Doudin⁷ sobre a população portuguesa na Suíça em que participámos.

Como indicadores relacionados com a identidade desta nova geração de emigrantes, identificámos um conjunto de aspectos atinentes ao seu modo de vida, aos símbolos de Portugal, ao desejo de regresso ao nosso país, à participação em actividades promovidas por associações de emigrantes ou outras. Entendemos que a vivência dessas experiências reforça a “identidade” desta população e o seu modo de ser quotidiano. Como traços fundamentais da cidadania, procurámos conhecer a participação em aspectos diversos da sua vida nos países de acolhimento e o envolvimento em actividades culturais e políticas. Estas questões foram levantadas em questionário que se disponibilizou num *site* da Internet⁸ onde se fez a justificação do projecto “Portugueses em Diáspora: identidade e cidadania”⁹.

Os resultados obtidos durante a primeira fase dizem respeito ao período de Setembro de 2000 a Abril de 2001, durante o qual deixámos disponível para preenchimento o questionário para recolha de informação. Para além da consulta livre, endereçámos ainda o inquérito a cerca de uma centena de luso-descendentes com actividade reconhecida na vida associativa em diversos países de imigração. Contudo, problemas informáticos que não se conseguiram ultrapassar, surgidos quando do estabelecimento destes contactos, condicionaram a participação de muitos inquiridos.

A repartição das respostas por países corresponde apenas a três dezenas oriundas de diversos países e continentes¹⁰. Embora considerando a dimensão reduzida da “amostra” como uma das dificuldades deste estudo, entendemos dar-lhe um tratamento inicial de modo a permitir o seu lançamento numa segunda fase, ainda não concretizada.

2. Objectivos do inquérito

Atendendo à história de cinco séculos e à evolução crescente da emigração portuguesa, em particular na última centúria, pretendemos recolher através do inquérito informações sobre a persistência das raízes

2 ARROTEIA, 1983 e 1985.

3 ARROTEIA; DOUDIN, 1998.

4 ARROTEIA, 1990.

5 ARROTEIA, 1986.

6 NETO, 1986; ROCHA-TRINDADE, 1986.

7 ARROTEIA; DOUDIN, 1998.

8 Disponível em: <<http://sweet.ua.pt/~arroteia/diaspora>>.

9 Na apresentação deste “Projecto de investigação participada” afirmava-se ainda o seguinte: “pretende-se que este espaço seja um Fórum de diálogo que permita o conhecimento mais detalhado das diversas comunidades emigrantes portuguesas residentes no estrangeiro, fomentando o debate e a troca de experiências relativas à vivência diária desta população e às condições de cidadania”.

10 Registou-se a seguinte distribuição de respostas: Alemanha - 4; Angola - 1; Argentina - 1; Brasil - 3; Canadá - 5; EUA - 4; França - 4; Luxemburgo - 2; Portugal - 1; Suíça - 4; Zâmbia - 1.

culturais entre as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e a atitude dos luso-descendentes face à sociedade de origem. Não sendo possível fazê-lo de forma presencial, importou saber como é que estas populações continuam a relacionar-se com o (seu) país de origem (ou dos seus antepassados). Tomando como referência o artigo de M. B. Rocha-Trindade (1986), foi nossa intenção conhecer se esta população, com projecto de vida próprio, é “longitudinalmente diferente”, apresenta uma “aculturação própria” marcada pelo conformismo ou pela denúncia, pela passividade ou pela intervenção. Assim, manterão traços que os identificam com outros cidadãos nacionais emigrados, dominando a língua e interiorizando valores de uma cultura e civilização promotora da vida em comunidade, do apego à terra de origem e do eterno desejo do regresso? Têm conservado os seus laços culturais com o país de origem? E será que algumas destes atributos são (ou têm sido) transmitidas aos descendentes? Ou será que a vivência noutra tipo de sociedades os afastou da sociedade portuguesa?

O inquérito elaborado não possibilitava aprofundar todas as questões, mas permitia conhecer facetas diversas de uma experiência de mobilidade marcada, na maioria dos casos, pela manutenção do projecto de regresso definitivo a médio ou a longo prazo, mas sem data definida. Neste “quadro transitório de vida, onde vão ganhando permanência situações e sentimentos”¹¹, valorizámos a recolha de informação sobre o apego à sociedade de origem e a construção da imagem social de Portugal, expressa na identificação de “símbolos” nacionais.

Para além da literatura já referida, recorremos ainda a Giacobbi e Roux¹² valorizando como elementos de “identificação de uma cultura”, três tipos de índices culturais: os “valores”, os “ritos” e os “mitos”. Entre os primeiros, considerámos as “preferências ou princípios que definem as grandes orientações de acção”, que “orientam e legitimam as regras sociais”¹³; aceitámos os ritos, como “comportamentos codificados e impostos pelo grupo social, que se repetem segundo um esquema fixo cada vez que se produzem as circunstâncias aos quais estão ligados”¹⁴; adoptámos os mitos, como “representação de estrutura imaginativa (e não imaginária) com apreensão dos valores”¹⁵.

O conhecimento das manifestações quotidianas e de sociabilidade das comunidades emigrantes nos países de acolhimento reveladas por traços do comportamento social individual e colectivo, que nos escusamos de enumerar, abonam a favor da identificação destes grupos sociais com características específicas que permitem diferenciá-los, em muitas circunstâncias, quanto à nacionalidade ou à região e comunidade de origem, abonando a favor da existência de um “sentimento subjectivo e tónico de uma unidade pessoal e de uma continuidade temporal”¹⁶, isto é, de uma “identidade” comum. Identidade, que se “exprime em traços individuais inseridos num processo característico de toda a comunidade”¹⁷.

Para além destes traços reveladores de atitudes semelhantes em indivíduos do mesmo grupo social alargado (neste caso, da mesma comunidade imigrante e/ou da mesma nacionalidade), pretendíamos conhecer se estes “cidadãos” (enquanto “membro[s] de uma cidade ou que goza[m] do direito de cidade”), participavam na vida da “polis”, vivendo como “membros activos da nação” e com direito a “participar nas funções do governo”¹⁸. Entendemos que esta participação poderia ter lugar no exercício dos direitos cívicos fundamentais, como seja o exercício de direitos políticos (traduzidos, por exemplo, na participação em actos

11 ROCHA-TRINDADE, 1986: 610.

12 GIACOBBI; ROUX, 1990: 125.

13 FERRÉOL, 1995: 275.

14 FERRÉOL, 1995: 150.

15 DUMÉRY, cit. BIROU, 1978: 257.

16 ERIKSON, cit. FERRÉOL, 1995: 110.

17 MEAD, cit. FERRÉOL, 1995: 115.

18 BIROU, 1978: 64.

eleitorais), mas em sentido mais geral através do seu envolvimento em acções e actividades associativas em prol das comunidades emigrantes e da sociedade onde residiam.

Em função destas questões, preparámos um inquérito por questionário, dividido em seis partes, que recolhiam:

1. Dados de natureza pessoal, incluindo actividade profissional e passado escolar;
2. Vivência em sociedade, nomeadamente recolha de informação sobre as actividades promovidas pela comunidade portuguesa;
3. Nacionalidade e ligação a Portugal (símbolos e tipo de informação recolhida);
4. Participação cívica no país de residência e levantamento das iniciativas orientadas para a integração da população imigrante na sociedade de acolhimento;
5. Identificação das características gerais da comunidade portuguesa;
6. Interesse em aderir a um projecto (futuro) de investigação-participada sobre a emigração portuguesa.

O conjunto destas questões procurava conhecer aspectos relacionados com a percepção da identidade desta população e a vivência da cidadania nos países de imigração. Como indicadores relevantes da *identidade*, enquanto forma de estar na sociedade e revelando os traços de pertença e de coesão social indispensáveis à manutenção da sua dignidade, identificámos:

- símbolos de Portugal;
- desejo de regressar;
- participação em associações imigrantes;
- procura da informação sobre Portugal.

Por sua vez, os aspectos relativos à *cidadania* estão inseridos nas questões:

- envolvimento em actividades promovidas pela comunidade;
- participação na vida cívica do país de acolhimento.

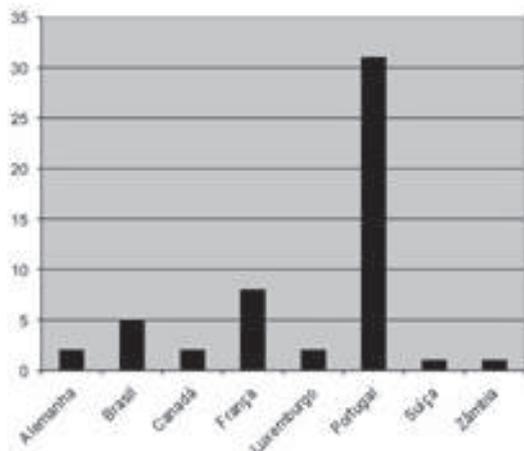
As questões relativas a estes assuntos foram colocadas de forma aberta de modo a permitir ao interlocutor a liberdade de se pronunciar livremente. E embora muitos se tenham cingido à resposta imediata das questões principais, muitos outros adiantaram informações pertinentes relativas aos assuntos em apreço.

3. Análise dos resultados

3.1 Identificação

A participação dos inquiridos no questionário fez-se de forma livre, por meio da consulta do *website* respectivo. Nestas circunstâncias a repartição das respostas surgiu de forma irregular – consoante as facilidades de acesso ou o interesse pelo tema – não sendo possível estabelecer qualquer ligação entre a distribuição geográfica dos inquéritos, a dimensão das comunidades residentes, nem com outras formas de participação da população em iniciativas direccionadas para as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro. Mesmo assim, notámos o maior interesse dos residentes no Canadá, EUA, França e Alemanha – países reconhecidos pelo maior volume de partidas – de onde vieram 56% das respostas.

Gráficos n.º 1 – Naturalidade dos inquiridos



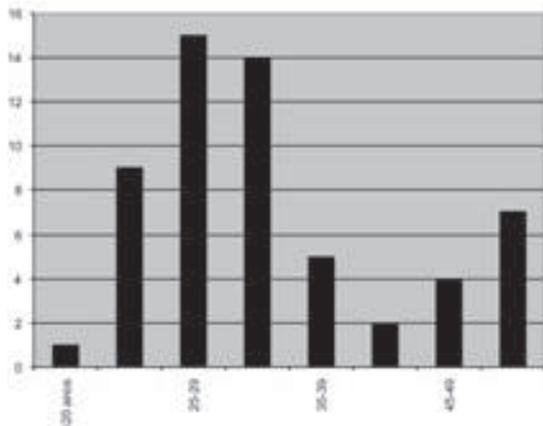
Legenda: Eixos: xx' - Nacionalidade; yy' - número de respostas.

Tendo em conta as mudanças operadas na emigração portuguesa no decurso das três últimas décadas de Novecentos, quando se intensificou a emigração familiar, a informação recolhida¹⁹ evidencia uma percentagem mais elevada de inquiridos – metade das respostas – proveniente de indivíduos nascidos em Portugal.

Quanto à composição da amostra, verifica-se um relativo equilíbrio de sexos: dezasseis do sexo masculino (53%) e catorze (47%) do sexo oposto. Recorde-se que em relação ao movimento global da emigração, este caracterizou-se inicialmente por um predomínio da emigração masculina, seguida de um intenso movimento de reagrupamento familiar e de emigração feminina. Não sendo possível estabelecer uma relação entre os traços referidos e a recolha dos dados, fica pelo menos a nota do interesse de ambos os sexos pelo conteúdo deste inquérito.

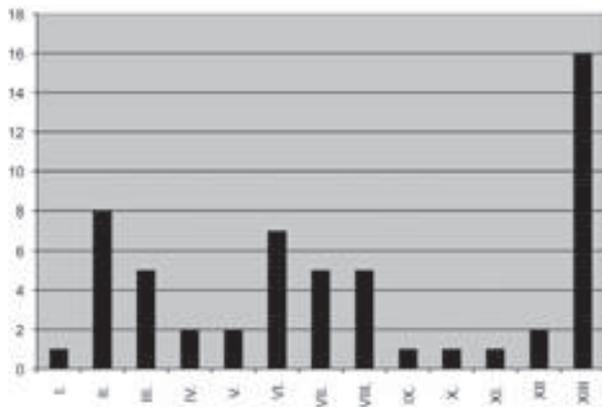
Vejamos agora os dados relativos à estrutura etária da amostra. Neste caso, constata-se o predomínio da população jovem adulta: 63% das informações recolhidas são provenientes de indivíduos com idade compreendida entre os 25 e os 34 anos de idade, repartindo-se as demais por diferentes níveis etários, entre os dezanove e os cinquenta anos de idade. Esta composição identifica-se com a estabilização dos fluxos migratórios mais antigos, responsáveis pelo número de nascimentos registados nos países de imigração. Por outro lado, demonstra a maior acessibilidade dos estratos mais jovens desta população na procura de informação sobre o fenómeno emigratório e a sociedade portuguesa.

¹⁹ Tendo em consideração a extensão reduzida da amostra e para facilitar a leitura das situações, as figuras são construídas tomando por base a totalidade dos valores recolhidos e não as respectivas percentagens.

Gráfico n.º 2 – Estrutura por idade da amostra

Legenda: Eixos: xx' - grupo funcional; yy' - número de respostas.
 <20 anos; 20-24 anos; 25-29 anos; 30-34 anos; 35-39 anos; 40-44 anos; 45-49 anos; > 50 anos.

A diversidade de ocupações está patente no registo de actividades profissionais dos inquiridos. Note-se que uma parcela significativa era proveniente de estudantes do ensino superior: 30% das respostas, repartindo-se as restantes por diversos sectores de actividade, com destaque para o ensino, a função pública, a comunicação e a gestão.

Gráfico n.º 3 – Ocupação profissional dos inquiridos

Legenda: Eixos: xx' - ocupação profissional; yy' - número de respostas. I. Designer; II. Econ./Gestão/Contab.; III. Empresário; IV. Enfermeira; V. Engenheiro; VI. Funcionário do Governo; VII. Jornalismo/Comunicação; VIII. Professor; IX. Técnico Comércio; X. Técnico Indústria; XI. Técnico Transportes; XII. S/ Indicação; XIII. Estudantes

Não sendo possível estabelecer uma relação com a ocupação profissional dos emigrantes portugueses nos países de destino, fica-nos a nota da “terciarização” das ocupações registada na “amostra”, dados que confirmam a progressiva mobilidade social da nova geração de emigrantes que no caso presente tiveram já acesso à frequência do ensino secundário, ao ensino superior e ao ensino profissional. Daí que se perceba uma melhor inserção profissional desta população nos países de acolhimento, situação que importa comprovar no futuro.

De notar que o percurso desta mobilidade não foi em alguns casos traçado de forma linear porquanto, em dois exemplos e quanto ao ensino secundário, feita a escolaridade obrigatória no país de imigração, o ensino secundário foi frequentado em Portugal. Nestes casos, a frequência do ensino superior e/ou profissional foi de novo realizada no país de imigração. Tal facto pode ser encarado como um regresso antecipado do jovem emigrante, acompanhado ou não do seu núcleo familiar, seguido do retorno ao destino inicial. Quanto ao ensino superior, é de notar que apenas em dois jovens a sua frequência não foi cumprida no país de imigração: caso dos participantes do Luxemburgo e da Zâmbia em que o curso universitário foi frequentado em França e na África do Sul, respectivamente. No exemplo europeu tal facto resulta da ausência de estudos universitários completos no Grão-Ducado do Luxemburgo. Resta-nos saber se estes percursos de socialização académica foram determinados por projectos pessoais ou de índole familiar.

3.2 Discursos

Uma vez apresentados os elementos identificativos da amostra, importa apreciar os dados que permitem conhecer como os inquiridos se relacionam com a sociedade de origem e/ou a sociedade de acolhimento e o projecto pessoal e de vida que os anima. Considerando os resultados obtidos, verificamos que apesar da relativa estabilidade conferida pelo exercício de uma actividade profissional, mesmo assim razões várias levam os elementos da amostra a manifestar interesse por uma vinda para Portugal. Encaramos esta situação como exemplos concretos de uma “ambivalência de pertença sócio-cultural”²⁰ sugerido por “uma identificação separada com o quadro de vida assumido no país onde se é imigrante para trabalhar, ou no país de onde se saiu emigrante”.

Assim, questionados sobre o desejo do regresso a Portugal, 21 dos inquiridos manifestaram este interesse (56% das respostas) e sete pronunciaram-se pela negativa (33%). Mais uma vez este tipo de respostas aponta para um “quadro transitório de vida onde vão ganhando permanência situações e sentimentos”²¹ decorrentes de um processo de socialização familiar e escolar, marcado “pelas partidas e regressos, pelo contacto entre duas realidades materiais e dois sistemas de valores”²², que sugerem este tipo de resposta.

Contudo, quando instados a pronunciar-se sobre as razões justificativas da permanência no país de acolhimento, o exercício de uma actividade profissional e a nacionalidade justificam uma afiliação societária ao país de residência. Tal acontece na maioria das respostas (em 17 casos) sendo que os restantes exemplos invocam quer o melhor nível de vida do país onde residem, quer uma imagem negativa de Portugal. Disso é exemplo a resposta seguinte²³: “Não pretendo mudar para Portugal porque a assistência médica é péssima, salários baixos, má posição da mulher na vida de emprego, sistema escolar não é óptimo...”.

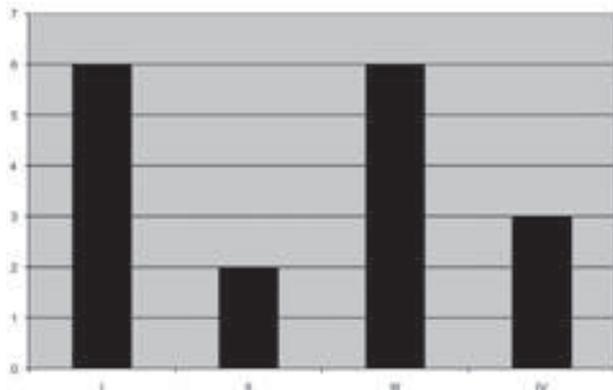
20 ROCHA-TRINDADE, 1986: 609.

21 ROCHA-TRINDADE, 1986: 610.

22 ROCHA-TRINDADE, 1986: 610.

23 Transcrições *ipsis verbis* do inquérito.

Gráfico n.º 4 – Causas não invocadas para não regressar a Portugal

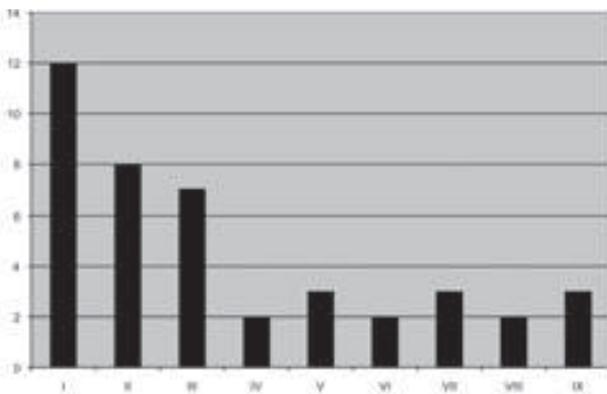


Legenda: Eixos: xx' - causas invocadas; yy' - n.º de respostas

I. Razões de natureza profissional; II. Riqueza do país onde vive; III. Por ter outra nacionalidade; IV. Má imagem de Portugal

Em situação oposta estão os indivíduos que gostariam de viver em Portugal, de desfrutar um retorno alimentado por razões familiares ou pessoais, por trajectórias e vivências sociais e culturais distintas das que ocorrem no país onde residem. Indicam-se as razões apontadas pelos que desejavam regressar a Portugal: “Portugal é um país com futuro para trabalhar e formar uma família, dar uma boa educação aos filhos e bem-estar para eles” (C. M. – Arg.). Trata-se de uma resposta oriunda da Argentina, país que no início do século passado acolheu um elevado número de emigrantes portugueses e que no presente mantém uma situação sócio-económica menos acolhedora.

Gráfico n.º 5 – Causas invocadas para regressar a Portugal



Legenda: Eixos: xx' - causas invocadas; yy' - número de respostas

I. Regressar ao país/pátria de origem; II. Desenvolver actividade profissional; III. Regressar p/ junto de familiares; IV. Constituir família; V. Desenvolver actividades de interesse p/ povo; VI. Saudade; VII. Gosto p/ cultura portuguesa; VIII. Atracção p/ progresso do país; IX. Outras causas.

Apesar dos anos vividos em contexto imigratório, o sentimento de pertença à terra natal é apontado por A. T., um dos inquiridos com mais cerca de quatro dezenas de anos vividos no Canadá: “Gostaria, no futuro, em dispendir mais tempo na minha terra natal que sempre considerei como ‘meu país’”. Eventualmente, as razões de um regresso adiado

podem ter outras causas. Assim se justificou um residente na Alemanha: “...como os alemães diriam: os portugueses trabalham para viver, os alemães vivem para trabalhar. Os portugueses não se prendem ao trabalho, divertem-se e gozam a vida, se morarem em Portugal” (S. R. – Alem.). Outras causas estão relacionadas com a socialização familiar na cultura portuguesa: “Fui criada com a cultura portuguesa e os meus pais sempre insistiram sobre as suas raízes. Desta forma, criei amor às minhas origens e impliquei-me sempre” (L. A. – Can.). Estes testemunhos evidenciam as diversas facetas do mesmo fenómeno: a emigração portuguesa, “vívada e representada”²⁴ de forma distinta.

Como já notámos, algumas causas invocadas para a mudança de residência para Portugal estão ligadas aos sentimentos de pertença e de identificação com a “pátria” portuguesa, apesar de nem todos os cidadãos nacionais terem uma atitude favorável em relação aos emigrantes. A imagem de Portugal tem vindo a mudar “a partir das mudanças forçadas para acesso à UE, os Patriotas continentais viam mal os chamados ‘Emigrantes’” (P. S. – Zam.). Trata-se de uma situação comum em diferentes contextos emigratórios, especialmente nas comunidades rurais²⁵, quando certos sinais de ostentação importados do estrangeiro colidiram com as formas de vida da sociedade tradicional.

Como assinala M. B. Rocha-Trindade, “a síntese da bipolaridade de referências adquiridas numa socialização complexa entre, ou talvez contra, duas culturas” não evidencia sinais evidentes de uma rejeição ao simbolismo de uma terra natal (própria ou familiar) e de um país distante. No caso em apreço parece até comprovar um “sentimento de dupla pertença cultural”²⁶ atestado pelas manifestações de apreço em relação a Portugal registadas na escolha de símbolos que se manifestam como reveladores da identidade da população inquirida. Passamos a apresentá-los.

Figura n.º 1 – Símbolos de Portugal

Família/Fraternidade	*****
Cultura portuguesa	*****
Língua portuguesa	*****
Terra/Clima de Portugal	*****
História de Portugal	*****
Bandeira/Hino Nacional/Patriotismo	*****
País dos pais/Nacionalidade	*****
Saudade/ Nostalgia	*****
Identidade cultural/Mentalidade	****
Raízes culturais/Povo/Arte popular	****
Gastronomia	****
Amigos	****
Acolhimento/alegria dos portugueses	**
Modo de vida	**
Futebol	**
Igreja/N ^a Sr ^a de Fátima	**
Aldeias	*
Cidades	*
Fado	*
S/símbolos	*

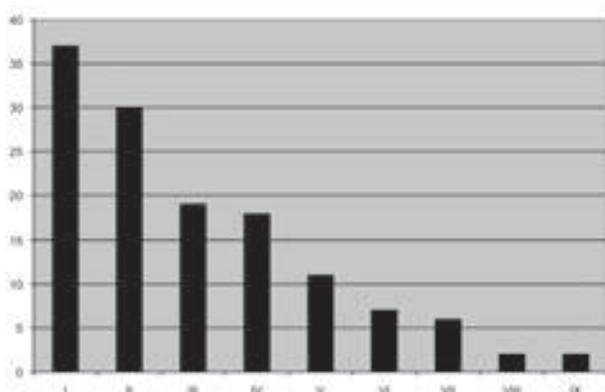
24 NETO, 1986.

25 ARROTEIA, 1999.

26 ROCHA-TRINDADE, 1986: 617.

O assunto relacionado com o sentimento de pertença desta população ao território e à sociedade portuguesa, já assinalado anteriormente no projecto pessoal de regresso a Portugal, volta a manifestar-se quanto aos meios de recolha de informação sobre o país. Esta é feita essencialmente através do recurso aos meios de informação convencionais, caso dos jornais e das revistas, ou já através da internet. Em menor percentagem, invocaram-se outros meios de comunicação que servem de fonte de informação, tais como a Televisão ou mesmo as notícias familiares. Pode ainda manifestar-se através da participação destes cidadãos nas actividades promovidas por associações de emigrantes de origem nacional ou pelo seu envolvimento pessoal em iniciativas promovidas pela comunidade onde estão inseridos. Vejamos o primeiro caso.

Gráfico n.º 6 – Meios de recolha de informação sobre Portugal



Legenda: Eixos: xx' - meios de recolha; yy' - número de respostas

I. Internet ; II. Jornais/Revistas; III. TV; IV. Família/Amigos; V. RTPI; VI. Rádio; VII. Telefone; VIII. Visitas; IX. Livros.

As dificuldades de informação podem ser devidas quer a problemas de comunicação, quer a questões de natureza burocrática. Tendo como responsáveis os meios de comunicação, nota-se o seguinte: “a RTPI tem programação pouco ampla; falta divulgação da música, do cinema e das artes” (M. S. – Br.). Eventualmente, “a RTP Internacional poderia fazer um enorme esforço para divulgar programas mais mas muito mais interessantes” (M. P. – Sui.). Estas contrariedades são igualmente notadas do outro lado do Atlântico, no Canadá, onde “para poder ter acesso à RTPI é preciso ter antena parabólica” (L. A. – Can.).

Como testemunho de quem vive no continente africano, onde os meios de informação são igualmente difíceis, fica ainda outro reparo: “A Embaixada deveria dar mais apoio aos imigrantes em todos os aspectos e infelizmente não liga nenhuma a quem vive em Angola” (P. A. – Ang.). No mesmo sentido pronuncia-se K. P. (EUA): “Considero o funcionamento dos Consulados de Portugal, mau, desinformativo e frustrante. Gostaria de ver as representações oficiais de Portugal no estrangeiro a ajudarem os imigrantes e os seus filhos a conhecerem melhor Portugal”. Estas as questões relacionadas com o modelo organizacional dos Consulados e com a avaliação do desempenho destes serviços. Tal como constatámos em trabalhos de campo, as referências individuais quanto aos serviços oficiais de apoio aos emigrantes portugueses no estrangeiro não era a mais favorável. Trata-se de um tema que não cabe aqui apreciar.

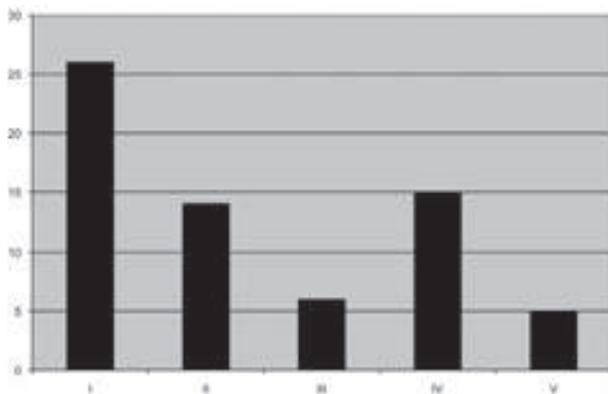
A análise das respostas permitiu ainda recolher outros dados sobre a imagem construída sobre Portugal. Esta é igualmente ambivalente: a de “um país com progresso” (C. M. – Arg.), a “de um país moderno, virado para o futuro, cuja imagem no exterior começa felizmente a mudar... um país que se auto-promove muito mal, que não aproveita todas as suas potencialidades e a de um país onde o desenvolvimento económico tem

evoluído mais que as mentalidades” (J. C. – Lux.). No mesmo sentido, pronunciaram-se P. P. (EUA): Portugal “é um país muito bonito e acolhedor mas cheio de burocracias que o fazem 50 anos, atrasado”. Contrariamente pronunciou-se L. J. (EUA): “começo a ficar decepcionada com a falta de visão e apoio no meu próprio país”. Nesta resposta as razões invocadas prendem-se com a negação da equivalência dos estudos realizados nos EUA, ao correspondente curso de Enfermagem, em Portugal.

Outra perspectiva crítica sobre a sociedade portuguesa é anunciada por K. P. (EUA): “Considero as ‘élites’ em Portugal extremamente arrogantes... O governo português é demasiado hipócrita e desrespeitador do contributo dos portugueses residentes no estrangeiro. Nos últimos anos o Governo português utilizou os emigrantes portugueses para equilibrarem a balança de pagamentos e recentemente para o voto”. Uma afirmação a ponderar.

O inventário das actividades participadas na comunidade emigrante fez notar que doze dos inquiridos afirmaram ter essa participação em associações de emigrantes ou em iniciativas orientadas para as comunidades imigrantes. Independentemente desta participação, em mais doze registos declarou-se o envolvimento em actividades cívicas, políticas e de inserção social, orientadas para a população imigrante em geral e não só para a população de origem portuguesa. Este facto abona a favor de uma consciência colectiva e de solidariedades²⁷, construídas com o estatuto de imigrante e o exercício dos direitos cívicos assumidos por esta população nas sociedades de acolhimento. No conjunto de inquiridos apenas dois indicaram não ter disponibilidade de tempo para actividades associativas e um caso declarou não haver condições políticas locais para esse exercício.

Gráfico n.º 7 – Participação da população em actividades associativas e outras



Legenda: Eixos: xx' - participação da população; yy' - número de respostas

I. Activid. cívicas e de integração; II. Activid. associativas (Associações de emigrantes e outras); III. Participação política; IV. Não participa; V. S/resposta.

O motivo desta participação tem particular significado no exercício da cidadania: participo em iniciativas de carácter cívico “porque não podemos todos estar sempre a ‘puxar pela nossa própria sardinha’, alguém tem que ver a imagem global e proteger os interesses dos mais desfavorecidos” (H. R. – Can.). Outras razões são invocadas por M. M. (Suíça): “Participo em iniciativas cívicas porque como vivo aqui acho que é importantíssimo que me interesse pelo que se passa neste país, embora não tenha o direito de voto por não ter a nacionalidade suíça”.

27 DURKHEIM, 1999.

Igualmente esta frequência pode ser entendida como um verdadeiro “dever cívico” (P. P. – EUA) ou como uma necessidade de “integrar o seu passado luso com a sua presente situação de ser canadiano” (R. P. – Can.), como “forma de fazermos com que o nome dos portugueses seja mais respeitado em terras além Portugal” (S. F. – Can.). Mais ainda, esta participação cívica é importante para os emigrantes porque “só assim é que podemos defender os nossos direitos e afirmar a nossa ‘voz’” (A. T. – Can.). Por fim, como refere F. A. (Sui.), “temos de nos integrar no país que nos acolhe, assim como devemos de viver segundo os seus usos e costumes, devemos viver no país de acolhimento como diz este provérbio: ‘Em Roma sê romano’”.

Note-se que a presença em iniciativas locais pode ser limitada pela falta de tempo ou por descrédito em relação às entidades que as promovem. Assim se expressa um residente na Argentina que reconhece, igualmente, a “falta de futuro” no país: “não há representantes honestos para realizar apoio cívico. Só se pode ajudar por meio pessoal como exemplo dar alimentos ou roupa nas Igrejas” (C. M. – Arg.). Eventualmente, a ausência destas iniciativas pode dever-se ao desinteresse da população jovem que deseja inserir-se apenas na sociedade de acolhimento. Assim o reconhece S. F. (Can.): “Na sua maioria os jovens luso descendentes não tiram proveito destas iniciativas, pois afastam-se da comunidade portuguesa, inserindo-se somente na comunidade canadiana”.

Respostas oriundas de emigrantes mais antigos evidenciam a existência de outros motivos, tais como razões políticas em resultado destes imigrantes terem emigrado de Portugal “durante a ditadura de Salazar e não apreciarem a liberdade de expressão e a vida em países democráticos como o Canadá e os EUA” (K. P. – EUA). Esta a herança política acumulada pelos emigrantes mais antigos.

O interesse pelos assuntos relativos à emigração portuguesa fica igualmente expressa no interesse em mais de metade dos inquiridos em participar em estudos relacionados com a comunidade portuguesa nos países de imigração e de levantar pistas para o desenvolvimento de estudos monográficos sobre as mesmas. Será tema a desenvolver na próxima edição deste trabalho.

Conclusão

Apesar das dificuldades encontradas na recolha da informação *via internet* sobre a população de origem portuguesa residente no estrangeiro, este inquérito mostrou-se bastante útil vindo a completar algumas informações abordadas em estudos anteriores relacionadas com a vida dessas comunidades. Por outro lado, permitiu testar a utilização das novas tecnologias na recolha de informação junto de um universo alargado que os meios de recolha tradicional, nomeadamente através da escrita, não permitiam. E, apesar dos entraves técnicos, os resultados conseguidos sugerem a continuação deste estudo e o seu desenvolvimento posterior, esperando uma maior participação e resultados.

Os dados recolhidos expressam a opinião de cidadãos que integram comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, fazendo adivinhar algumas questões com que se debatem no seu quotidiano. Realçamos os temas relacionados com a “identidade” face uma sociedade que apesar de reconhecer na emigração uma porta aberta para a resolução de alguns problemas nacionais, nomeadamente os de índole económica, não tem sido conseguido responder satisfatoriamente a questões essenciais capazes de melhorar a imagem de Portugal no mundo e à satisfação de expectativas destas comunidades emigrantes na sua relação com a sociedade de origem.

Notem-se ainda as raízes inerentes a uma “portugalidade” que persiste junto de uma parte significativa da amostra. De facto, a participação na vida cívica (comunidades de emigrantes e sociedade de acolhimento) parece constituir-se como indispensável na sua afirmação como cidadãos empenhados na vida cívica e política dos países onde residem. Contudo, muitos dos inquiridos evidenciam, como luso-descendentes, uma “bipolaridade” de referências culturais e uma diversidade de projectos migratórios que os anima em contextos sociais marcados por heranças e trajectórias diferenciadas e por socializações complexas. Mais ainda, assinalam a necessidade de iniciativas que possam dar resposta a múltiplas questões relacionadas

com a vivência em sociedades inclusivas e democráticas e à satisfação de expectativas destes “cidadãos do mundo” de origem/ascendência portuguesa. Apesar da situação interna, o país tem de continuar a dar resposta às expectativas sócio-culturais e económicas dos seus cidadãos e a cumprir as exigências da solidariedade inter-geracional exigidas pela cidadania portuguesa e europeia.

Bibliografia

- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1983 – *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1985 – *Atlas da emigração portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas – Centro de Estudos.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1986 – *A emigração portuguesa no Grão-Ducado do Luxemburgo*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas – Centro de Estudos.
- ARROTEIA, Jorge – “Emigração – a segunda geração de emigrantes : perspectivas de integração e de mobilidade social numa comunidade rural”. *Cadernos do Património*. Monte Redondo: Museu do Casal de Monte Redondo, n.º 6.
- ARROTEIA, J. C.; DOUDIN, P. A. (coord.), 1998 – *Trajectórias sociais e culturais de jovens portugueses no espaço europeu: questões multiculturais e de integração*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- BIROU, A., 1978 – *Dicionário das Ciências Sociais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- DOUDIN, P. A., 1996 – *L'école vaudoise face aux élèves étrangers. Un bilan de la situation*. Lausanne: Centre Vaudois de Recherches Pédagogiques.
- DOUDIN, P. A., 1998 – *Scolarisation des enfants portugais en Suisse: rapport d'experts*. Berne: Conférence suisse des directeurs cantonaux de l'instruction publique (CDIP).
- DUMÉRY, H., 1957 – *Philosophie de la religion*. Paris: PUF.
- DURKHEIM, E., 1999 – *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.
- ERIKSON, E., 1968 – *Adolescence et crise. La quête de l'identité*. Paris: Flammarion.
- FERRÉOL, Gilles, 1995 – *Dictionnaire de Sociologie*. Paris: Armand Colin.
- GIACOBBI, M.; RIOUX J. P., 1990 – *Initiation à la Sociologie*. Paris: Hatier.
- GODINHO, V. M., 1977 – *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia.
- LÓPEZ TRIGAL, L.; ARROTEIA, J. C.; CEPEDA, J. T. et al., 1994 – *La migración de portugueses en España*. León: Universidad de León.
- MARTINS, O., 1956 – *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães e C.ª Editores.
- MEAD, G., 1963 – *L'esprit, le soi et la société*. Paris: PUF.
- NETO, F., 1986 – *A emigração portuguesa vivida e representada: contribuição para o estudo dos projectos migratórios*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- NETO, F., 1986 – *Estudos de psicologia intercultural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROCHA-TRINDADE, M. B., 1986 – “Longitudinalmente diferente ou o discurso polémico de luso-descendentes”. *Análise Social*. vol. XXI (92-93), p. 609-618.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. (org.), 1995 – *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; ARROTEIA, J., 1984 – *Bibliografia da emigração portuguesa*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância.
- SERRÃO, J., 1965 – *Emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.



Quem são os emigrantes portugueses em Espanha – uma primeira abordagem a partir da *Encuesta Nacional de Inmigrantes (2007)*¹

Maria João Guardado Moreira

A dinâmica de crescimento da população portuguesa tem sido marcada, de forma secular, pela emigração, apesar das variações que tem registado quanto à intensidade, destinos e diferente impacto regional das saídas. Por isso, muitos são os autores que se têm debruçado sobre este fenómeno, bem como sobre o seu impacto demográfico e socioeconómico na sociedade portuguesa. É o caso de Joel Serrão, Maria Ioannis Baganha, Jorge Arroiteia, João Peixoto, Jorge Malheiros, para só citar alguns. Os finais dos anos sessenta e princípios de setenta foram os anos que registaram um número mais elevado de saídas, sobretudo em direcção aos países europeus mais industrializados, principalmente a França. No entanto, paralelamente a esta corrente, mantêm-se os destinos clássicos dos EUA, Canadá e Brasil que, no caso dos primeiros países, atraíam principalmente emigrantes provenientes dos Açores e da Madeira.

Embora nas últimas décadas do século XX se tenha assistido a uma nova realidade, a imigração estrangeira, os fluxos emigratórios não desapareceram, sabendo-se mesmo que depois de meados dos anos oitenta houve uma reanimação deste fenómeno, embora agora o seu enquadramento institucional e político se tenha modificado como resultado da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, permitindo novas formas de mobilidade e o surgimento de outros destinos². Aliás, a manutenção das duas componentes dos movimentos migratórios, não deixa de constituir uma especificidade no contexto dos outros países da Europa meridional³. Destinos como a Alemanha, Luxemburgo, Reino Unido, Suíça ou Espanha vêm crescer o número de portugueses consolidando-se como destinos emigratórios, tanto de trabalhadores temporários como permanentes.

Todavia, o conhecimento das características demográficas e socioeconómicas dos migrantes actuais, principalmente no caso dos destinos menos tradicionais, não tem sido objecto de investigação aprofundada, embora recentemente algumas comunidades tenham sido analisadas (veja-se o caso dos portugueses na Suíça, realizado por José Marques⁴). Esta situação contrasta com a abundante investigação sobre as comunidades portuguesas radicadas, por exemplo, em França, no Canadá, Estados Unidos e Brasil⁵.

1 Este trabalho integra-se no projecto de investigação *La Encuesta Nacional De Inmigrantes (ENI): Explotación con perspectivas comparativas nacionales e internacionales*, financiado pelo Ministerio de Ciencia y Tecnología, de Espanha (CSO2008-03616/SOC).

2 BAGANHA, 1993; PEIXOTO, 1993, 2004, 2007; MARQUES, 2008, 2009.

3 PEIXOTO, 2007; MARQUES, 2008.

4 MARQUES, 2008.

Muito do que se vai conhecendo resulta de textos não académicos, mais concretamente de textos de investigação jornalística que vão permitindo uma aproximação ao conhecimento destas características. Reconhece-se, no entanto, a importância de estudos mais aprofundados destas comunidades no sentido de melhor perceberem, não só qual a sua situação económico e social aquando da partida, assim como as suas estratégias migratórias⁶.

Até por que estas estratégias usualmente abrangem tanto a origem como o destino e utilizam redes de interesses familiares, de amizades ou de vizinhança. É, portanto, reconhecida a importância do estudo destas redes, até pelo papel que podem desempenhar na integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento⁷.

A presença portuguesa em Espanha, apesar de este país não ser um destino privilegiado dos nossos emigrantes, tem motivado a elaboração de alguns estudos. Um dos autores que tem dedicado uma parte da sua obra à análise desta comunidade, nomeadamente durante a segunda metade do século XX, tem sido Lorenzo López Trigal⁸. Embora já Carminda Cavaco, em 1971⁹, tenha publicado um artigo sobre os trabalhadores temporários do sotavento algarvio na Andaluzia, àquele autor se deve muito do que conhecemos da localização geográfica dos portugueses no país vizinho, bem como das suas características e especificidades, no contexto das outras comunidades de origem europeia.

Tendo em conta o já referido recrudescimento do fenómeno da emigração em Portugal, para além das modificações verificadas nas características socioeconómicas dos migrantes actuais, sobretudo os que se dirigem para destinos que até agora não tinham grande relevo no cômputo da emigração portuguesa, o conhecimento destes “novos” migrantes adquire particular relevância.

A recente divulgação dos resultados da *Encuesta Nacional de Inmigrantes 2007* (ENI) veio permitir o acesso a um vastíssimo conjunto de informações sobre os imigrantes a residir em Espanha, o que, a par da crescente importância que este país adquire como país de destino dos emigrantes portugueses, vai permitir uma melhor compreensão da comunidade lusa que vive no país vizinho. Até porque as possibilidades oferecidas por esta fonte – desde as condições socioeconómicas antes da saída, passando pelo seu percurso migratório, até às condições de vida e de trabalho que na actualidade têm no destino – permite traçar um retrato bastante pormenorizado deste grupo específico de emigrantes.

Assim, o nosso principal objectivo é fazer uma primeira exploração das principais características sociodemográficas dos portugueses que residem em Espanha¹⁰ a partir dos dados estatísticos disponíveis. Estes dados são procedentes da ENI, em que participou uma amostra de 508 portugueses, para além de se terem também utilizado os dados oficiais do *Padrón Municipal*¹¹.

5 A título meramente indicativo: BAGANHA, 1990; BRANCO, 1986, 1998; MARTINS, 2006; TEIXEIRA, 2000, 2002.

6 PEIXOTO, 2004: 9.

7 MASSEY, 1987, 1993.

8 Veja-se, por exemplo, LÓPEZ TRIGAL, 1984, 1995, 1996a, 1996b, 1997, 2001, 2003.

9 CAVACO, 1971.

10 Ficam, portanto, fora desta amostra os emigrantes temporários, sendo certo que este tipo de emigração tem adquirido um peso cada vez maior.

Em 2003, segundo dados do INE (Destaque, 11 de Junho de 2004), representava já 75% da emigração total.

11 O *Padrón Municipal* é o registo administrativo onde constam os habitantes do município, sendo que a sua elaboração, manutenção, actualização e revisão é da responsabilidade de cada município. Desta actualização resulta a revisão do *Padrón Municipal* com referência a 1 de Janeiro de cada ano. Desde 1996 que o INE centraliza os dados derivados das listagens da população municipal, o que permite que se façam estimativas actualizadas da população nos períodos intercensais. A exploração estatística destes dados possibilita a obtenção de dados sobre o lugar de residência, sexo, idade, nacionalidade e lugar de nascimento até um nível de desagregação municipal.

A Fonte

A *Encuesta Nacional de Inmigrantes* realizada em 2007 surgiu num contexto em que Espanha, país predominantemente emigrante até final da década de 1970, se converteu num dos principais destinos da emigração europeia, mas também de gentes provenientes do Norte de África, América Latina e de outras regiões do mundo, de tal modo que se tornou o país da União Europeia que mais contribuiu para o aumento da população imigrante no continente europeu. A dimensão que este fenómeno atingiu, bem como o facto de pela primeira vez em séculos este país ibérico ter deixado de ser um país de emigração para se tornar num país de imigração, abriu na sociedade espanhola um amplo debate sobre as razões da sua atractividade e sobre as implicações desta mudança do perfil migratório. É claro que esta situação não é alheia ao crescimento económico que Espanha conheceu nos últimos anos, ao progressivo envelhecimento das suas estruturas etárias e a políticas facilitadoras da entrada de migrantes. Foram estes e outros factores que permitiram que o peso da população estrangeira no total da população passasse de cerca de 3%, em 1998, para 13% em 2008, crescimento muito superior ao que a população espanhola conheceu na mesma década (com uma taxa anual de 0,35%, contra 18%)¹².

A análise da nova realidade centrou-se principalmente nos aspectos políticos da imigração, na sua quantificação, implicações económicas, sociais e no mercado de trabalho faltando, todavia, um melhor conhecimento, quer das estratégias migratórias desenvolvidas por estes indivíduos, quer das principais características sociodemográficas do imigrante, bem como do seu contexto familiar, da relação com o país de origem, participação no mercado de trabalho e condições de habitação. Na verdade, as fontes tradicionais, caso do *Padrón Municipal*, recenseamentos, estatísticas demográficas e inquéritos à população activa, já disponibilizam um importante conjunto de dados sobre os imigrantes e sobre a imigração, mas não incluem informações mais sistemáticas, tanto do contexto actual como do retrospectivo que possibilitem uma leitura longitudinal.

A percepção de que este tipo de dados são fundamentais para a compreensão do complexo fenómeno social que é a imigração, levou uma equipa do Grupo de Estudios de Población y Sociedad (GEPS) da Universidad Complutense de Madrid, em conjunto com o Instituto Nacional de Estadística de Espanha (INE) e com a participação do Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, a desenvolver um completo inquérito que deu origem à ENI 2007¹³ e cujos primeiros resultados foram conhecidos em Julho de 2008. A informação aqui recolhida vai desde o início do processo migratório no país de nascimento, chegada do imigrante a Espanha e a sua situação actual. A amostra é formada por entrevistas realizadas a 15.465 indivíduos e tem como universo a população nascida fora de Espanha, com 16 ou mais anos, que resida há pelo menos um ano no país, ou que, estando há menos de um ano, tenha intenção de estabelecer aí a sua residência habitual. A estrutura do questionário¹⁴ e os módulos que o compõem incluem mais de 1.500 variáveis cujo conteúdo se encontra distribuído deste modo: grupo doméstico co-residente, características sociodemográficas, condições de saúde, condições de chegada, actividade no mercado de trabalho, habitação, contactos com a sociedade civil espanhola e com a sociedade de origem, participação social e estatuto legal.

12 REHER; REQUENA, 2009a: 11.

13 Sobre a elaboração, metodologia e resultados preliminares deste instrumento veja-se, para além da informação disponibilizada em <www.ine.es>, REHER; REQUENA, 2008a; VAQUERO; MONTORO, 2008; REHER; REQUENA, 2008b; REHER; REQUENA, 2009b.

14 O questionário pode ser consultado em <www.ine.es>.

Quem são os emigrantes portugueses em Espanha

Apesar de as primeiras migrações com destino a Espanha poderem remontar a séculos atrás, a sua expressividade era escassa. É só na segunda metade do século XX que o nosso vizinho ibérico adquire relevância como país de acolhimento, coincidindo com a crescente importância que os países europeus adquirem na emigração portuguesa. Como se pode ver no Quadro n.º 1, quando comparamos os ritmos e intensidades dos fluxos migratórios para outros destinos com os que se dirigem para Espanha, estes apresentam um comportamento oscilante, que vai desde os 7,7% da emigração total, em 1992, atingindo valores mínimos em 1996, voltando a recuperar nos primeiros anos do século XXI e, em 2003, essa percentagem já chegava aos 8,3%.

Quadro n.º 1 – Emigração Total por Países de Destino, 1992-2003

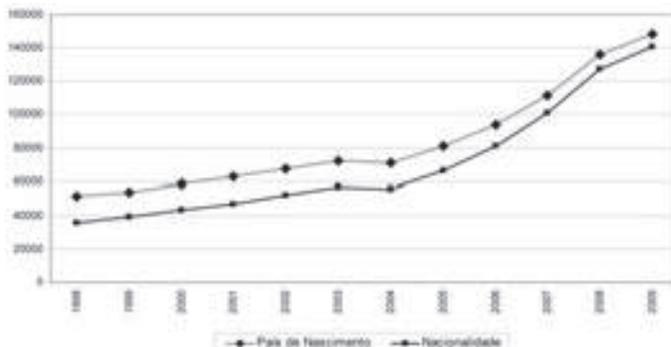
Anos	Total	Europa					América		Outros e ignor.
		Alemanha	Espanha	França	R.Unido	Suíça	EUA	Canadá	
1992	39322	2963	3040	11586	2870	8940	1881	1194	6848
1993	33171	4309	2123	5453	2555	7379	861	385	10106
1994	29104	6611	1329	7395	1677	5867	407	906	4912
1995	22579	6968	891	5433	1812	4309	166	-	3000
1996	29066	10230	332	6902	2360	5940	157	164	2981
1997	36395	9245	936	11164	3727	5980	861	336	4146
1998	22196	3818	1074	7447	1489	3852	1741	472	2303
1999	28080	6830	-	7200	2478	6364	-	219	4989
2000	21333	2559	1177	3040	2091	5831	958	-	5677
2001	20589	1970	1175	5673	1943	3805	656	-	5367
2002	27358	986	2928	5962	1865	8278	491	1042	5806
2003	27 008	2 398	2 247	7 399	3 893	4 785	394	296	-

Fonte: *Estatísticas Demográficas* (Disponível em: <www.ine.pt>).

A afirmação de Espanha como país de destino, talvez pela proximidade ou até pelas afinidades culturais, torna-se também visível, principalmente depois de 2004¹⁵, quando observamos a evolução da população lusa residente neste país (Gráfico n.º 1). Em 2009 já ascendiam a 148.154 os indivíduos residentes em Espanha nascidos em Portugal, segundo os dados do *Padrón Municipal* deste ano. Esta realidade tem, assim, feito aumentar a expressividade dos imigrantes portugueses no contexto da imigração presente em Espanha proveniente de outros países da Europa comunitária (Gráfico n.º 2).

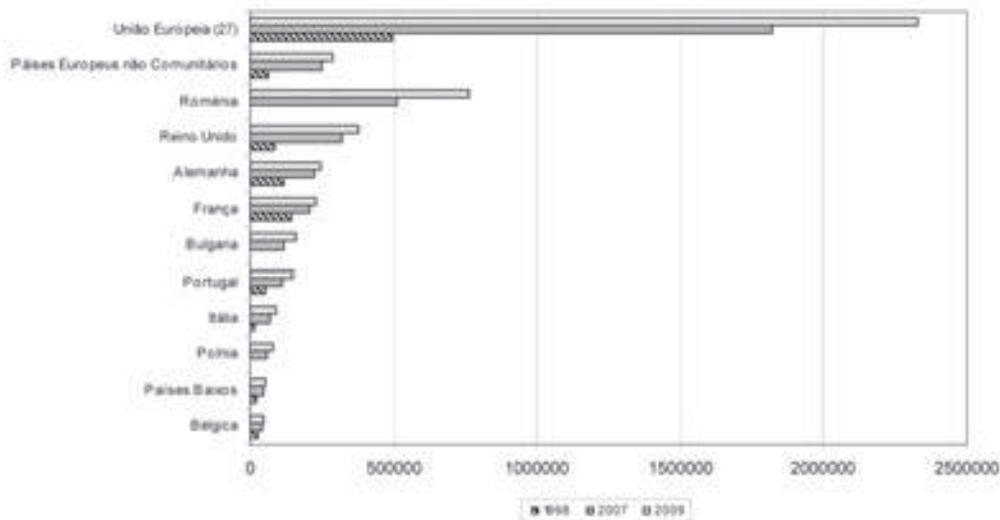
¹⁵ As alterações nas estatísticas de saída (desde 2003 que o Instituto Nacional de Estatística não tem dados oficiais, uma vez que se deixou de realizar o *Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída*) tornaram mais difícil quantificar a emigração portuguesa por países de destino.

Gráfico n.º 1 – Evolução da população portuguesa em Espanha



Fonte: *Padrón Municipal* (Disponível em: <www.ine.es>).

Gráfico n.º 2 – População por país de nascimento



Fonte: *Padrón Municipal* (Disponível em: <www.ine.es>).

Outras fontes, caso dos dados fornecidos pela Segurança Social, ou pelo Observatório Ocupacional do Serviço Público de Emprego Estatal (Espanha) e pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional (Portugal)¹⁶, corroboram esta evidência ao mostrarem que desde o princípio do século XXI o número de trabalhadores portugueses tem vindo a crescer de forma regular (em 2004 eram 39.403, em 2007, 77.396, descendo ligeiramente em 2008 para 64.483¹⁷).

16 OBSERVATÓRIO Ocupacional do Serviço Público de Emprego Estatal, 2009: 20-25.

17 OBSERVATÓRIO Ocupacional do Serviço Público de Emprego Estatal, 2009: 20.

Vejamos, então, quais os principais traços caracterizadores dos emigrantes portugueses em Espanha, de acordo com a recolha feita pela ENI.

Tal como já anteriormente tinha notado López Trigal¹⁸, e agora Robert Dumpiérrez, ao comparar as características sociodemográficas e económicas dos imigrantes da Europa ocidental com os portugueses, estes apresentam algumas particularidades que os distanciam das comunidades europeias, nomeadamente o facto de serem mais jovens (Quadro n.º 2), terem uma motivação claramente laboral¹⁹ e possuírem baixas qualificações académicas, o que acaba por influenciar a sua inserção no mercado laboral. Daí que as principais razões invocadas para explicar o porquê da escolha deste país como destino migratório seja, para além do reagrupamento familiar, a “falta de emprego”, mas principalmente a “procura de um melhor emprego” e de “melhor qualidade de vida”.

Quadro n.º 2 – Idade média, % de pessoas com 60 anos e mais anos e relações de masculinidade

	Idade média		% de pessoas > 60 anos	RM
	H	M		
Portugueses	43,7	44,7	16,1	97,9
Países Desenvolvidos	47,2	47,6	27,5	105,5
Resto do Mundo	35,4	36,4	5,4	110,6
Total	38,0	38,9	10,1	109,2

Fonte: *Encuesta Nacional de Inmigrantes*, 2007.

O predomínio de jovens adultos, mais de metade tinha entre 16 e 34 anos quando chegaram a Espanha (Quadro n.º 3), é bem o reflexo de uma emigração de tipo económico, embora seja uma comunidade que vai revelando indicadores de uma integração social conseguida. Não só cerca de 30% invoca o reagrupamento familiar como estando na origem da sua ida para o país vizinho, como vão consolidando a sua vida familiar, 58,9% são casados, predominando, no que diz respeito ao tipo de agregado familiar, os que vivem com o cônjuge e com os filhos (Quadro n.º 4).

Se observarmos a estrutura por sexo e idades segundo o *Padrón Municipal* de 2009 (Gráfico n.º 3) verificamos que se mantém esta tendência de concentração nas idades de jovens activos (entre os 25-39 anos), com predomínio nestes grupos de idades do sexo masculino, o que aponta para a continuada presença de uma migração de carácter económico.

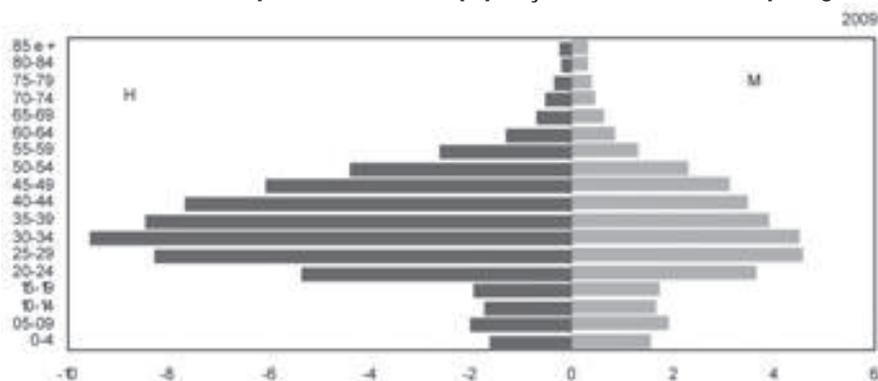
18 LÓPEZ TRIGAL, 1996a, 1997.

19 DUMPIÉRREZ, 2009: 44, 48-57.

Quadro n.º 3 – Idade de chegada a Espanha da pessoa de referência (%)

Idade	%
Menos de 16	24,2
De 16 a 24	36,4
De 25 a 34	20,9
De 35 a 44	10,4
De 45 a 59	4,7
De 60 y más	0,8
Não sabe	2,6
Total	100,0

Fonte: Encuesta Nacional de Inmigrantes, 2007.

Gráfico n.º 3 – Estrutura por idade e sexo da população com nacionalidade portuguesa

Fonte: Elaboração própria com base no Padrón Municipal (Disponível em: <www.ine.es>).

Quadro n.º 4 – Estrutura familiar em função da pessoa entrevistada (%)

	Portugueses	Países Desenvolvidos	Resto do Mundo	Total
Agregados unipessoais	8,5	12,6	3,9	5,8
Agregados sem núcleo familiar	8,3	3,7	12,6	10,7
Famílias monoparentais	7,8	6,5	9,8	9,1
Casal com filhos	50,2	40,6	49,5	47,7
Casal sem filhos	21,0	35,1	15,6	19,7
Vários casais com e sem filhos	4,2	1,4	8,6	7,0
Total	100	100	100	100

Fonte: Encuesta Nacional de Inmigrantes, 2007.

Por outro lado, é também significativa a percentagem de casamentos exogâmicos, predominantemente com espanhóis/espanholas (62,2%), o que é mais um indício da existência de um projecto de residência prolongada e da procura de uma maior estabilidade e integração na sociedade de destino. Destaque-se que 41,4% dos portugueses referenciados na ENI vivem em casa própria (32,6% em arrendada).

Estes dados devem ser lidos em conjugação com a cronologia dos fluxos de chegada dos portugueses. A maioria chegou antes de 1987 (Quadro n.º 5) o que, de algum modo, ajuda a explicar estas características da comunidade lusa, embora depois de 2002 haja uma nova fase migratória, ainda que não tão intensa como a anterior, que teve Espanha como destino.

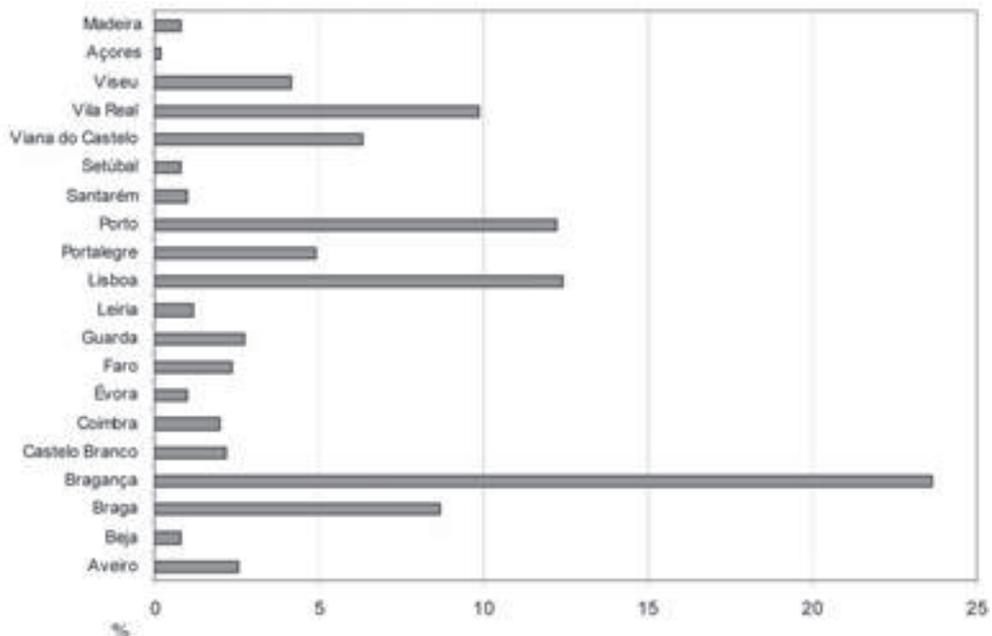
Quadro n.º 5 – Ano de chegada (%)

Ano de chegada	%
2002 a 2007	22,0
1997 a 2001	9,3
1992 a 1996	6,7
1987 a 1991	7,3
Antes de 1987	52,2
Não sabe	2,6
Total	100,0

Fonte: *Encuesta Nacional de Inmigrantes, 2007*.

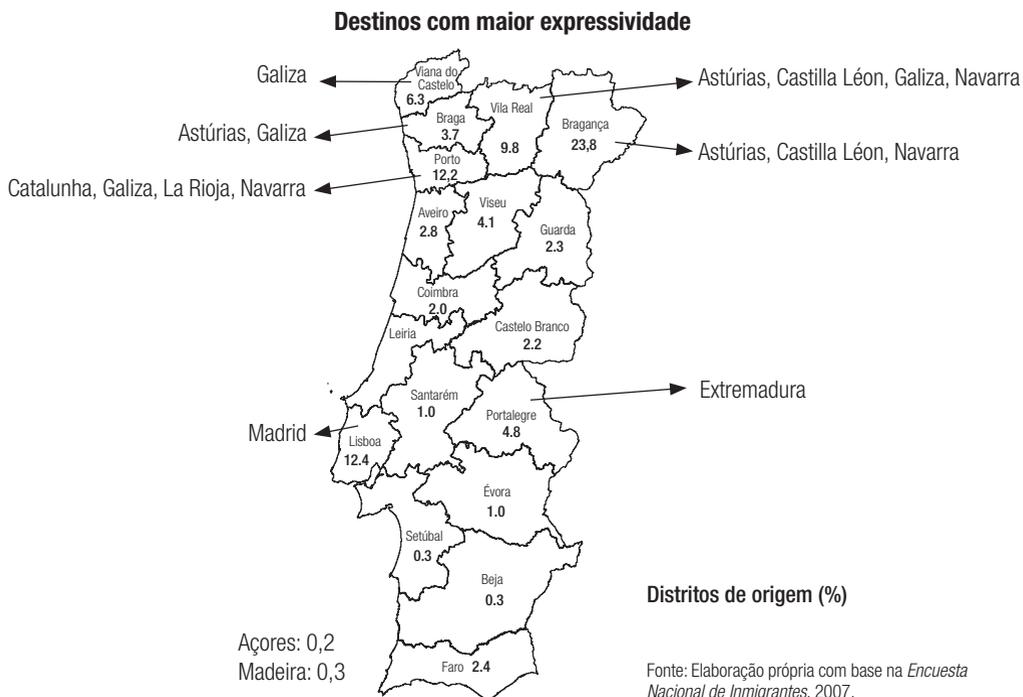
Os imigrantes portugueses são maioritariamente oriundos do Norte do país (Gráfico n.º 4 e Figura n.º 1), sobretudo do distrito de Bragança, tradicionalmente com saldos migratórios negativos, e que no contexto nacional integra regiões que mantêm na generalidade baixos níveis de desenvolvimento económico, industrialização débil, embora Lisboa e Porto, que também se destacam como distritos de origem, tenham um perfil socioeconómico que os diferencia dos distritos nortenhos.

Gráfico n.º 4 – Distritos de origem (%)



Fonte: Encuesta Nacional de Inmigrantes, 2007.

Figura n.º 1 – Principais regiões de origem e destino dos emigrantes portugueses



Fonte: Elaboração própria com base na Encuesta Nacional de Inmigrantes, 2007.

A origem da sua decisão de emigrar para o país vizinho decorreu principalmente de influências familiares (28,5%) e depois de amigos ou de algum vizinho (14,6%) que, em Portugal, tiveram algum peso nesta escolha. Por outro lado, cerca de 78% revelou a existência de contactos em Espanha no momento da chegada o que denota a existência de redes familiares ou de amizades na sociedade de acolhimento. Redes que, como já referimos, podem desempenhar um importante papel solidário e facilitador da integração, tanto no mercado laboral, como na nova sociedade, embora no caso dos portugueses a proximidade cultural e linguística torne menos difícil a adaptação.

A grande maioria destas pessoas (84,3%) viveu anteriormente apenas num país, o que nos leva a supor que tenha sido Portugal. Até porque 90% referiram que o país onde estiveram antes da última estadia em Espanha tinha sido precisamente Portugal²⁰, o que pode indicar que vieram directamente do seu país de origem e não tiveram experiências migratórias anteriores. Registe-se, no entanto, que 3% disseram que anteriormente estiveram em França, um dos destinos europeus mais tradicionais da emigração portuguesa.

A sua distribuição espacial pelo território espanhol engloba não só localidades mais próximas da fronteira, mas também outras mais distantes (Quadro n.º 6 e Figura n.º 1), nomeadamente as Comunidades Autónomas de Castilla y León e Astúrias, onde tinha grande importância a actividade relacionada com a extracção mineira²¹ mas também a de Navarra. Na década de cinquenta, refere López Trigal, as províncias espanholas fronteiriças absorveram a grande maioria da emigração portuguesa²². Esta tendência vai-se esbatendo nas décadas seguintes, aparecendo destinos mais longínquos (Figura n.º 1). No caso dos oriundos do distrito de Portalegre, referenciados na ENI, o fluxo mais intenso deu-se antes de 1987, precisamente para uma região próxima da fronteira, a Extremadura. Já os emigrantes provenientes dos distritos de Braga, Viana do Castelo e Vila Real, foram sobretudo para a Galiza, os de Bragança para as Astúrias, Castilla y León e Navarra (Figura n.º 1). Enquanto na primeira fase de emigração para Espanha há uma maior diversidade de locais de partida (os mais representativos foram, por ordem decrescente, Bragança, Vila Real, Lisboa, Porto, Braga, Viana do Castelo), entre 2002 e 2007 foram sobretudo gentes de Braga, mas mais ainda de Lisboa e do Porto as que partiram.

Nos últimos anos existe uma maior disseminação pelo território espanhol, como é visível se compararmos os dados fornecidos pelo *Padrón Municipal*. Em 2007 e 2009 (Gráfico n.º 5), cresce o peso da Catalunha e de Aragão, mantendo-se, no entanto, os destinos tradicionais como pólos atractivos.

20 Na *Encuesta* considerou-se que um país forma parte da trajectória desde que se tenha prolongado aí a residência mais de três meses e que a deslocação não tenha sido motivada pelo gozo de um período de férias.

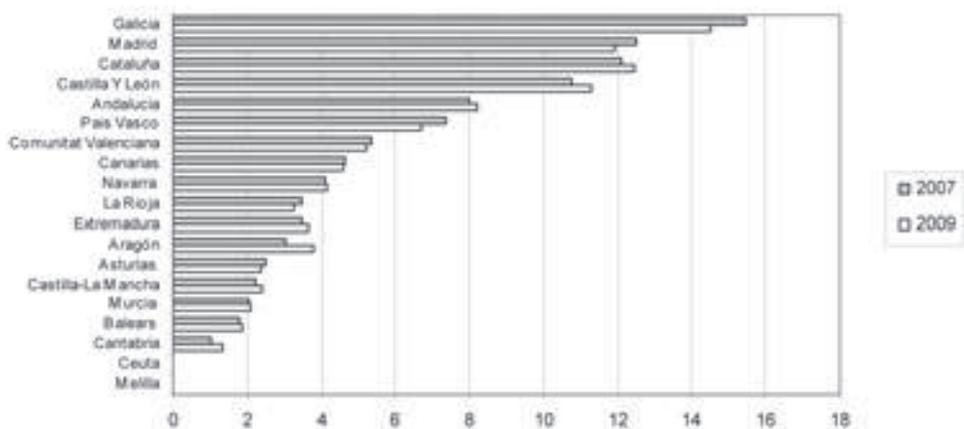
21 LÓPEZ TRIGAL, 2003: 288. Ver também LÓPEZ TRIGAL, 1994: 73-115.

22 LÓPEZ TRIGAL, 1997: 44.

Quadro n.º 6 – Distribuição geográfica dos emigrantes portugueses inquiridos pela ENI

Comunidades Autónomas	%
Andalucía	3,1
Aragón	3,1
Asturias	9,6
Islas Baleares	1,8
Canarias	1,4
Cantabria	1,4
Castilla y León	11,8
Castilla La Mancha	1,2
Cataluña	4,3
Comunidad Valenciana	2,4
Extremadura	9,4
Galicia	16,9
Madrid	6,9
Murcia	1,8
Navarra	15,4
Pais Vasco	5,1
La Rioja	4,3
Total	100,0

Fonte: *Encuesta Nacional de Inmigrantes, 2007.*

Gráfico n.º 5 – Comunidades com maior presença de portugueses segundo o Padrón Municipal, em 2007 e 2009 (%)

Fonte: *Padrón Municipal* (Disponível em: <www.ine.es>).

Como já dissemos, o perfil da emigração portuguesa é principalmente de tipo económico, sendo que a sua situação sócio-laboral está muito relacionada com as baixas qualificações académicas de grande parte desta comunidade (Quadro n.º 8). Aliás, este é outro dos traços identificadores que confere uma especificidade muito própria a esta comunidade, principalmente quando comparada com os imigrantes provenientes de outros países desenvolvidos (Quadro n.º 7). Mas são principalmente os que chegaram antes de 1987 aqueles que possuem as mais baixas qualificações académicas: em todas as idades predominam os que tinham a primária (completa ou incompleta) ou não tinham qualquer tipo estudos (74,3%), enquanto 22% completou o secundário e, apenas 4,5%, estudos superiores. Já quanto aos que chegaram entre 2002 e 2007, embora ainda haja 47% que tinham apenas a primária, ou não tinham qualquer tipo estudos, aumenta a percentagem dos que completaram o ensino secundário (43%) e superior (12,5%), reflexo das profundas modificações que se deram em Portugal no que diz respeito à generalização do ensino básico e secundário, bem como ao aumento da frequência do ensino superior.

Quadro n.º 7 – Grau de instrução (%)

	Primária e sem estudos	Secundário	Ensino Superior	Total
Portugueses	57,8	31,4	10,6	100
Países Desenvolvidos	16,2	51,7	30,9	100
Resto do Mundo	27,4	53,6	18,0	100
Total	25,8	52,7	20,5	100
Sexo¹				
Homem	56,6	31,5	11,6	100
Mulher	59,0	31,3	9,7	100
Total	57,8	31,4	10,6	100

¹ Diz respeito apenas aos portugueses.

Fonte: *Encuesta Nacional de Inmigrantes*, 2007.

A estrutura socioprofissional dos trabalhadores portugueses não deixa, portanto, de reflectir a sua baixa qualificação académica e profissional (Quadro n.º 8), tornando-os atípicos no conjunto dos imigrantes provenientes de países desenvolvidos, com um perfil que os aproxima, em alguns sectores de actividade, do grupo com origem extracomunitária ou não europeia, constituindo um grupo maioritariamente formado por trabalhadores manuais, qualificados e não qualificados, provenientes principalmente de sectores rurais e da construção, ainda que com uma presença significativa nos serviços.

Quadro n.º 8 – Situação sócio-laboral na actualidade (%)

	Portugueses	Países Desenvolvidos	Resto do Mundo	Total
Directivos e profissionais	11,3	38,0	9,4	14,0
Empresários com assalariados	4,7	6,9	2,1	2,9
Resto não manuais	6,9	16,9	9,8	10,9
Empresários sem assalariados	9,6	10,5	7,3	7,9
Manuais qualificados	32,4	12,2	26,2	24,0
Trabalhadores não qualificados	35,0	15,5	45,3	40,3

Fonte: *Encuesta Nacional de Inmigrantes, 2007.*

A trajectória laboral dos trabalhadores portugueses (Quadro n.º 9) mostra, na generalidade, a manutenção do mesmo tipo de ocupações, embora varie o peso que cada uma tem desde a saída do país de origem até à situação actual. O crescimento da percentagem do emprego nos serviços pode significar uma melhoria da condição económico-profissional, onde se pode incluir uma migração mais elitista, formada pelos quadros directivos e profissionais.

Quadro n.º 9 – Sector de actividade do emprego (%)

	Emprego em Portugal	Primeiro emprego em Espanha	Emprego actual em Espanha
Serviços	32	44,3	46,5
Construção	20,6	18,7	30,5
Comércio	6,5	4,4	5,6
Agricultura	22,8	16,9	5,6
Indústria	17,5	15,5	11,5
Não sabe	0,6	0,3	0,4
Total	100	100	100

Fonte: *Encuesta Nacional de Inmigrantes, 2007.*

Breves notas finais

Neste artigo foi nosso objectivo fazer uma primeira aproximação ao estudo desta comunidade elencando, de forma sintética, algumas das suas principais características sociodemográficas, com referências ao seu percurso migratório e profissional. Na verdade, a comunidade portuguesa em Espanha, apesar de não ser desconhecida, pelas suas especificidades e trajectória, pode beneficiar de um mais profundo conhecimento, nomeadamente nos aspectos relacionados com a sua estrutura familiar, situação laboral, passada e actual, e percurso migratório (condições de saída e de chegada, contactos com o país de origem), uma vez que este tipo de informações não consta da generalidade das estatísticas oficiais e que a ENI veio colmatar.

Os dados quantitativos apresentados permitem traçar uma primeira abordagem ao perfil destes emigrantes. Assim, observamos que, embora tenham chegado maioritariamente antes de 1987, nos últimos anos Espanha tem-se afirmado como destino migratório, disseminando-se a presença de imigrantes portugueses pelo país. Mantém-se o carácter económico desta emigração, como o provam a idade média dos portugueses inquiridos pela ENI, que ronda os 43/44. À semelhança de outros portugueses emigrados²³ possuem maioritariamente baixas qualificações académicas o que influencia a sua categoria profissional, constituindo um grupo formado sobretudo por trabalhadores manuais, qualificados e não qualificados, que procediam principalmente de sectores rurais e da construção. Todavia, é uma comunidade que se pode considerar bem integrada, com um projecto migratório de longa duração. Saliente-se não só o facto de sobressaírem, entre os casados, as uniões com espanhóis/espanholas, bem como o predomínio de uma estrutura familiar marcada pela convivência com o cônjuge e os filhos, em casa própria ou arrendada.

Bibliografia

- BAGANHA, Maria Ioannis, 1990 – *Portuguese emigration to the United States, 1820-1930*. Nova Iorque e Londres: Garland Publishing.
- BAGANHA, Maria Ioannis, 1993 – “Principais características e tendências da emigração portuguesa” in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do II Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, vol. 1, p. 819-835.
- BAGANHA, Maria Ioannis, 1994 – “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”. *Análise Social*. XXIX (128), p. 959-980.
- BAGANHA, Maria Ioannis, 1998 – “Portuguese Emigration After the Second World War: an Overview” in PINTO, António da Costa (org.) – *Modern Portugal*. Palo Alto: Califórnia, p. 189-205.
- BAGANHA, Maria Ioannis; PEIXOTO, João; MALHEIROS, Jorge (orgs.), 2002 – *Os Movimentos Migratórios Portugueses e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- BRANCO, Jorge P., 1986 – *A estrutura da comunidade portuguesa em França*. Porto: SECP.
- BRANCO, Jorge Portugal, 1998 – “Les portugais résidant en France – breve caractérisation statistique” in ROCHA-TRINDADE, M. B.; RAVENAU, F. H. M. (orgs.) – *Presence portugaise en France*. Lisboa: Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Universidade Aberta, p. 91-129.
- CAVACO, Carminda, 1971 – “Migrações internacionais de trabalhadores do Sotavento do Algarve”. *Finisterra*. Vol. VI, n.º 11, p. 41-83.
- DUMPIÉRREZ, Robert, 2009 – “No solo turistas y jubilados. Acerca de la (invisible) presencia de inmigrantes de Europa occidental en España” in REHER, D.; REQUENA, M. (eds.) – *Las múltiples caras de la inmigración en España*. Madrid: Alianza Editorial, p. 21-75.
- LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo (dir.), 1994 – *La migración de portugueses en España*. León: Universidad de León.
- LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo, 1995 – “Revisión de los estudios sobre la migración portuguesa en España”. *População e Sociedade*. N.º 1, p. 109-118.
- LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo, 1996a – “La migration portugaise en Espagne”. *Revue européenne des migrations internationales*. 12 (1), p. 109-119.
- LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo, 1996b – “Rasgos y prospectiva de la comunidad portuguesa asentada en España”. *População e Sociedade*. N.º 2, p. 107-115.
- LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo, 1997 – “Portugueses en España. Ámbitos de trabajo y de residencia”. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*. N.º 25, p. 41-48.
- LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo, 2001 – “La reciente aportación geográfica al estudio de la inmigración en España”. *População e Sociedade*. N.º 7, p. 79-94.
- LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo, 2003 – “Últimas tendencias migratorias en España y sus repercusiones en las áreas urbanas”. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. XIX, p. 283-294.
- MARQUES, José Carlos, 2008 – *Os portugueses na Suíça: Migrantes Europeus*. Lisboa: ICS.

23 PEIXOTO, 2004:7; MARQUES, 2008:298, 451.

- MARQUES, José Carlos, 2009 – “E continuam a partir: as migrações portuguesas contemporâneas”. *Ler História*. N.º 56, 2009, p. 27-44.
- MARTINS, I.; SOUSA, F. (orgs.), 2006 – *Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES e FAPERJ.
- MASSEY, Douglas S.; GARCIA ESPAÑA, Felipe, 1987 – “The Social Process of International Migration”. *Science*. 237, p. 733-738.
- MASSEY, Douglas S. *et al.*, 1993 – “Theories of International Migration: A Review and Appraisal”. *Population and Development Review*. 19, 3, p. 431-466.
- MOREIRA, H., 2006 – “Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas)”. *Revista de Estudos Demográficos*. Lisboa: INE, n.º 38, p. 47-65.
- OBSERVATÓRIO Ocupacional do Serviço Público de Emprego Estatal (Espanha); Observatório do Emprego e Formação Profissional (Portugal), 2009 – *El Mercado de Trabajo y La Movilidad Laboral entre España y Portugal. Síntesis de Datos / O Mercado de Trabalho e a Mobilidade Laboral entre Espanha e Portugal. Síntese de Dados*. Disponível em: <www.sepe.es; www.oefp.pt>.
- PEIXOTO, João, 1993 – “A emigração portuguesa a partir de 1980: factos estatísticos e modalidades de evolução”. *Revista de Estudos Demográficos*. Lisboa, INE, n.º 31, p. 35-74.
- PEIXOTO, João, 2004 – *Pais de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal*. Working Paper n.º 2/2004. Socius – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200402.pdf>>.
- PEIXOTO, João, 2007 – “Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal”. *Análise Social*. Vol. XLII (183), p. 445-469.
- REHER, D.; REQUENA, M. 2008a – “El cuestionario de la Encuesta Nacional de Inmigrantes 2007”. *Revista Indice*. n.º 30 (Septiembre), p. 13-15.
- REHER, D.; REQUENA, M., 2008b – *La Encuesta Nacional de Inmigrantes (ENI 2007): una nueva fuente de datos para el estudio de la inmigración en España*. Instituto Elcano, Documentos de Trabajo DT 49/2008.
- REHER, D.; REQUENA, M. (ed.), 2009a – *Las múltiples caras de la inmigración en España*. Madrid: Alianza Editorial.
- REHER, D.; REQUENA, M. 2009b – “The National Immigrant Survey of Spain. A new data source for migration studies in Europe”. *Demographic Research*. 20 (12), p. 253 - 278.
- TEIXEIRA, Carlos, 2000 – *The Portuguese in Canada: From the Sea to the City*. Toronto: University of Toronto Press.
- TEIXEIRA, Carlos, 2002 – “A village of dream homes: The Portuguese in Mississauga” in DIETERMAN, F. (ed.) – *Mississauga: The First 10,000 Years*. Mississauga: Mississauga Heritage Foundation, p. 244-263.
- VAQUERO, E.; MONTORO, O., 2008 – “Objetivos, metodología y difusión de la Encuesta Nacional de Inmigrantes 2007”. *Revista Indice*. N.º 30 (Septiembre), p. 9-12.

Referências Eletrónicas

OBSERVATÓRIO da Imigração. Disponível em <www.oi.acidi.gov.pt/index.php>

OBSERVATORIO Permanente de la Inmigración. Disponível em <<http://extranjeros.mtin.es/es/ObservatorioPermanenteInmigracion/>>

Varia

D. Diogo Gelmires e as terras sob a jurisdição da igreja de Santiago de Compostela entre os rios Minho e Ave

António Matos Reis

1. Antecedentes: da “inventio” das relíquias de Santiago até à eleição de Diogo Gelmires

O Bispo Teodomiro [829-847], de Iria Flávia, protagonizou, no século IX, um acontecimento que viria a ter uma influência retumbante na história da Galiza: a “inventio” ou achado do corpo do apóstolo S. Tiago, ou, como viria a escrever-se posteriormente, de Santiago. Alertado pelos fieis, e acaso, segundo outras versões, por um anacoreta chamado Pelaio, que deambulava nas proximidades, o prelado iriense identificou um túmulo, erigido sob arcos de mármore e então perdido no meio da abundante vegetação, como sendo aquele que guardaria os restos mortais do apóstolo que uma tradição dava como evangelizador da Galiza.

A *milagrosa* “inventio” determinou a construção de uma imponente igreja, cedo transformada em catedral, com a transferência da sede diocesana de Iria para Compostela, e a sua promoção a metrópole da Galiza e, por tempos, de outras áreas da Hispânia.

Localizada no noroeste peninsular, a catedral de Santiago tornou-se um importante centro de peregrinação, constituindo nessa qualidade uma alternativa aos grandes destinos religiosos de Roma e Jerusalém. Apresentava-se ao mesmo tempo como um símbolo da nova Hispânia, que se restaurava a partir das lutas da Reconquista.

Não é, portanto, de estranhar que a Sé de Compostela tenha sido beneficiada com doações, no decorrer dos tempos, por parte dos monarcas, dos poderosos e de simples fieis, e acumulado privilégios, que aumentaram o seu património e ampliaram o seu prestígio. A doutrina jurídica relacionada com os privilégios e isenções fazia com que, embora inicialmente estivesse em mira apenas o interesse económico, as terras doadas a uma entidade eclesíástica fossem automaticamente subtraídas à dependência de outros poderes, constituindo verdadeiros enclaves no meio de um território sob diferente jurisdição.

A mais antiga mercê relativa a esta área geográfica terá incluído, em 883, o mosteiro de S. Salvador de Montélios¹, localizado nos arredores de Braga, posteriormente conhecido como de S. Frutuoso de Montélios, designação que ainda hoje se mantém na correspondente igreja, recordando o nome do

¹ Archivo de la Catedral de Santiago de Compostela (ACS), *Tumbo A*, fl. 3, doc. 10. Publicado em ALVAREZ, 1988: 61-62. Passaremos a referir sucintamente esta colectânea documental como “*Tumbo A*”.

fundador. Nessa data², Afonso III das Astúrias confirmou a doação desse mosteiro feita em testamento à Igreja de Santiago pelo presbítero Cristóvão, que tinha procedido à respectiva *presúria*, assim como a doação da *vila* de Nogueira (correspondente à actual freguesia de Nogueira, no concelho de Vila Nova de Cerveira), feita por Romarico Cerva, que igualmente tinha procedido à sua *presúria*, e a de várias outras *vilas*, nas margens do rio Minho.

Alguns anos após a reconquista de Coimbra, e, tal como sucedeu com Braga, ainda longe de se restaurar a respectiva diocese³, foi o mesmo D. Afonso III que, em 899, doou à Sé Compostelana duas *vilas* e a terça parte de uma outra, no território conimbricense⁴.

Ainda nesse ano, tendo como motivo a consagração da igreja de Santiago, Afonso III reiterou diversas doações anteriores, entre as quais se citam a de Nogueira, já referida, e se inclui a *vila* de S. Vítor, junto ao rio Este, no território bracarense, com a menção expressa de quatro “vici” ou lugares (Efigies, Murgostos, Palatium, na grafia latina⁵), cuja *presúria* tinha sido feita por Paio Peres, por ordem do monarca, e com este escambada por outras *vilas*⁶.

Em 911, Ordonho II doou à mesma igreja alfaias preciosas, vários servos e bens fundiários, entre os quais se mencionava a igreja de S. João em Riba de Ave, que chegou à posse do monarca leonês por escritura do abade Honorico, que a tinha aí obtido, com a respectiva *vila* e seus anexos e proventos, mas esta doação apenas se consumaria integralmente após a morte do presbítero Gundesindo, a quem o Rei fizera a concessão de metade⁷.

Poucos anos decorridos (em 915), o mesmo Ordonho II doava à Sé Compostelana a *vila* Corneliana, em Riba de Lima (actualmente freguesia de Correlhã, no concelho de Ponte de Lima) *cum viculis et adiacensibus seu cunctis prestationibus*, e nela a igreja de S. Tomé, tudo isso em substituição das quinhentas moedas de ouro que Afonso III, à hora da morte, deixara à igreja do Apóstolo⁸. Um documento datado de 1019, cuja autenticidade foi posta em causa por vários autores, regista os resultados de uma “*exquisitio magna*”, a que procedeu o Bispo Vistruário e os vigários régios, na presença do monarca, Afonso V de Leão⁹. Incompleta no que respeita ao território português, essa “*exquisitio*” não deixa, porém, de referir a *vila* Corneliana. Esta veio, com efeito, a destacar-se entre o património que a mitra compostelana possuía nas terras a sul do rio Minho. Em 1061, Fernando I concedia a sua protecção à vila de Correlhã e aos seus povoadores, em carta dirigida ao Bispo Crescónio *ou a todos os da Igreja de Santiago apóstolo*¹⁰.

A princesa D. Urraca, filha de Fernando I, em Junho de 1066, fazia testamento ao altar de Santiago, da *vila* de Vilela, da igreja de Santa Maria de Rio de Moinhos, de metade das igrejas de Santa Eulália e de S. Salvador de Cabreiros, tudo localizado em Valdevez, incluindo na sua doação as vinte e cinco famílias de servos aí instaladas, referindo-os por nome e com o número dos respectivos filhos e de outros familiares¹¹.

Para evitar que os seus funcionários em Portugal inquietassem os moradores das terras pertencentes à Sé Compostelana, Fernando I outorgou, por essa data¹², uma carta a proteger das ingerências de entidades

2 Tem suscitado algumas dúvidas a autenticidade deste documento, como lembra Manuel Lucas Alvarez, que aliás o sumariou de forma inexacta.

3 A diocese de Braga foi restaurada em 1071 e a de Coimbra em 1080.

4 ACS – *Tumbo A*, fl. 4, doc. 17 (ALVAREZ, 1988: 70-71).

5 Correspondentes, em grafia actual, aos lugares de Infias, Maragoto e Paços, na periferia de Braga.

6 ACS – *Tumbo A*, fl. 4 vº - 5 vº, doc. 18 (ALVAREZ, 1988: 71-74).

7 ACS – *Tumbo A*, fl. 5 vº, doc. 21 (ALVAREZ, 1988: 77-79).

8 CS – *Tumbo A*, fl. 7 vº - 8, doc. 26 e 27 (ALVAREZ, 1988: 85-87 e 87-88).

9 ACS – *Tumbo A*, fl. 21 - 22 vº, doc. 61 (ALVAREZ, 1988: 146-149).

10 ACS – *Tumbo A*, fl. 26, doc. 68 (ALVAREZ, 1988:161). D. Urraca refere que tinha adquirido estas *vilas* “de mea ganantia et de incartatione quam michi fecit Aurodonna Nuniz”.

11 ACS – *Tumbo A*, fl. 33 vº (ALVAREZ, 1988: 186-188).

12 O documento aparece datado de 6 de Março da era Iª Cª Iª, isto é do ano de 1063, mas já vários autores chamaram a atenção para o facto de que haverá um erro de escrita na datação, porque um dos confirmantes, o Bispo Pelágio II de Leão, iniciou o seu pontificado depois de 1 de Abril de 1065. A inclusão de Vilela entre as *vilas* abrangidas pela carta de protecção leva-nos a pensar que o documento deve ser posterior à doação da infanta D. Urraca.

alheias à Igreja de Santiago ou à *família iriense* (do antigo nome da diocese, Iria) todos os homens que sob a sua égide viviam “in villas Corneliana, Bracara, Montelios, Villela, Colina et alias”¹³.

Depois de assumir o governo da Província Portucalense, o Conde D. Henrique, outorgou também uma carta, datada do dia 9 do mês de Dezembro de 1097, através da qual não só confirmava a doação da *vila* Corneliana à Igreja Compostelana, como autorizava os seus moradores a colherem lenha e madeira e a apascentarem os gados onde quisessem, ao redor, para além dos limites da referida *vila*, sem que por isso pudessem ser molestados por qualquer vigário régio, saião ou poderoso¹⁴.

Por esta data, Diogo Gelmires já exercia pela segunda vez as funções de administrador, *sede vacante*, da Diocese de Santiago de Compostela. Diogo Gelmires foi protagonista de uma ascensão rápida e fulgurante na carreira eclesiástica. Filho do poderoso *milles* Gelmiro, a quem o Bispo de Iria-Compostela confiara a tenência do *Castellum Honesti* e do território situado entre os rios Ulla e Tambre¹⁵, formou-se na escola da catedral compostelana e completou essa formação na corte de Afonso VI. Não passaram despercebidas as qualidades deste “jovem perspicaz, ornado de bons costumes e de um grande dinamismo na acção”¹⁶. Regressado à Galiza, entrou na cúria diocesana e tornou-se membro do cabido catedralício. D. Raimundo da Burgonha, casado com a infanta D. Urraca, filha de Afonso VI, encarregado do governo da Galiza, recorreu aos seus serviços como chanceler e secretário, e tinha-o na sua companhia quando foi derrotado pelos muçulmanos nos arredores de Lisboa¹⁷. O prestígio de que Diogo gozava nos meios político e eclesiástico determinaram a sua escolha para administrador apostólico da diocese, nos períodos de *sede vacante*, de 1093 a 1094 e novamente de 1096 a 1100, apesar de ainda não ter recebido as ordens eclesiásticas. As mesmas qualidades e a experiência de tal modo adquirida contribuíram para a sua definitiva eleição como Bispo de Compostela, após a sua ordenação como subdiácono feita, por ocasião da sua deslocação a Roma, em 1101, pelo próprio Papa Pascoal II. A diocese, cuja sede fora entretanto definitivamente transferida de Iria (nas proximidades do actual Padrón) para Compostela (a primeira aprovação desta transferência foi dada pelo Sumo Pontífice em Dezembro de 1095), tinha agora à sua frente, após alguns anos de perturbação, um prelado jovem, cheio de ambição e de energia, que procuraria engrandecer por todos os modos a Igreja de Santiago.

2. Uma singular “visita pastoral”

Enquadra-se no programa de engrandecimento da Sé Compostelana a visita *pastoral* que, logo no início do seu pontificado, Diogo Gelmires empreendeu às terras submetidas à sua jurisdição localizadas a sul do rio Minho.

A crónica dessa deslocação ocupa algumas páginas no *Registrum Venerabilis Compostellanae Ecclesiae Pontificis Didaci Secundi* vulgarmente conhecido como *História Compostellana*¹⁸. Iniciado por volta de 1107, este *Registrum*, conforme se refere em mais do que uma passagem, foi elaborado por vontade do próprio

13 ACS – *Tumbo A*, fl. 26 - 26 v.º, doc. 69 (ALVAREZ, 1988: 162-163). Documentos do *Liber Fidei*, entre 1086 e 1089, referem-se à usurpação de que foi vítima um particular, por parte do Bispo D. Diogo Pelais (1071-1088 e 1090-1094), de Iria Flavia, da fracção de uma herdade em Subcolina, na cidade de Braga (ADB, *Liber Fidei*, docs. 125, 128, 613, 626, respectivamente a fl. 42 v.º-43, 43 v.º-44, 161-161 v.º e 164 v.º-165. Publ.: Costa, 1965: 147-148, 150-151; 1990, 39-40 e 53-54).

14 ACS – *Tumbo A*, fl. 39 v.º, doc. 97. ALVAREZ, 1988: 208-209.

15 O *Castellum Honesti* dos romanos, localizado junto ao mar, em Catoira, foi reconstruído no século X e dele restam, em ruínas, as hoje conhecidas como Torres do Oeste, topónimo que tem a sua origem etimológica na antiga designação (Honesti > Oeste).

16 *História Compostelana* (HC), II, 2. Passaremos a citar abreviadamente esta colectânea como HC e, para satisfazer por igual os que utilizam as diferentes edições, em vez das páginas, iremos referir sucintamente os livros, com números romanos, e os capítulos, com algarismos.

17 HC: II, 53.

18 HC: I, 15.

Gelmires, que se pode considerar por isso o seu autor moral, além de protagonista da maior parte dos factos aí narrados, e esteve a cargo de alguns dos seus mais próximos colaboradores, situação que naturalmente se reflectiria na objectividade e isenção dos redactores, embora a obra constitua, de qualquer modo, um importante documento histórico. Nem sempre os estudiosos estiveram de acordo, mas desde Enrique Florez, a quem se deve a primeira edição impressa, incluída na *Hispania Sacra*¹⁹, os autores principais da *História Compostellana* têm sido identificados como Nuno Afonso, então cônego e tesoureiro da catedral, e, após eleição do anterior para Bispo de Mondonhedo, em 1112, mestre Geraldo, também cônego na mesma Sé. Recentemente, F. Lopez Alsina atribui a este a autoria do Livro I, a partir do capítulo 46, e a maior parte do Livro II²⁰. A autoria do último livro, que durante muito tempo foi atribuída ao mestre Geraldo, é actualmente considerada como de outro ou de outros autores, ainda não identificados²¹. A parte final será posterior à morte de Diogo Gelmires, e, por conseguinte, a 1140. Trata-se de uma obra que abarca um aro cronológico muito amplo, sendo natural que, para além dos autores principais, e recolhidos por estes, tenha beneficiado de vários outros contributos.

D. Hugo, também ele cônego da Igreja compostelana, foi um desses colaboradores secundários, por isso mesmo incluído por Enrique Florez no elenco dos autores da *História Compostellana*. Francês de origem, mas discípulo e depois capelão e colaborador principal de D. Diogo Gelmires, seu autêntico braço direito, D. Hugo, mesmo depois de eleito para a Sé do Porto e sagrado Bispo, em 1114, de pouco tempo disporá para permanecer na sua diocese, no intervalo das deslocações à Cúria Romana (1115) e ao concílio de Reims (1119), onde irá obter do seu conhecido e particular amigo de Santiago, o Papa Calisto II (filho dos Condes da Borgonha e irmão de D. Raimundo Conde da Galiza), a dignidade metropolitana para Santiago (em sucessão de Mérida, sob o jugo muçulmano) e a legação apostólica para Diogo Gelmires.

A D. Hugo se deve o relato da viagem que D. Diogo Gelmires, pouco tempo depois da sagração como Bispo de Compostela, empreendeu aos domínios da Igreja de Santiago localizados a sul do rio Lima. Na estrutura da *Historia Compostellana* corresponde-lhe o capítulo 15 do Livro I, que se inicia com um breve preâmbulo, de oito linhas, possivelmente de outra mão, ao qual, antes de iniciar a narrativa, se segue o título “*Translatio S. Fructuosi, Silvestri, Cucufati, Susanae Virginis et Martyris in Compostellam*” (Tradução para Compostela dos Santos Frutuoso, Silvestre, Cucufate, Susana virgem e mártir). O Bispo compostelano decidiu visitar, no ano de 1102, as igrejas, mosteiros e herdades que a sua igreja possuía no território portugalense e apresentam-se as preocupações pastorais como razão dessa visita. Fez-se o Prelado acompanhar das pessoas mais importantes da sua cúria e enviou à frente um mensageiro a anunciar ao Arcebispo de Braga a sua próxima chegada. Tratava-se de um acto de cortesia formal, uma vez que a visita se dirigia a locais que, em princípio, não estariam sob a jurisdição do prelado bracarense. Corresponderia esta atitude a uma cordialidade sincera? Pelo menos assim foi entendida pelo bom Arcebispo de Braga, não fosse ele S. Geraldo. O Arcebispo convocou os fiéis e o clero e saiu em cortejo processional a receber festivamente o compostelano, introduziu-o pela mão na Sé de Braga, instou-o a celebrar aí a missa e depois convidou-o para a sua mesa e até lhe dispensou os aposentos, indo dormir a outra casa.

19 Publicada por FLOREZ, em 1765, teve uma segunda edição em 1791, com algumas imperfeições em relação à anterior. A estas duas edições se tiveram de limitar os estudiosos até ao século XX. Sánchez Albomoz, com alguns colaboradores, pensou em levar a cabo uma nova edição da *Historia Compostellana*, na década de 1930, mas a guerra civil forçou-o a abandonar este projecto. Em 1950, apareceu uma tradução do texto em castelhano, da autoria de M. Suarez e J. Campelo. Há muito desejada, surgiu, em 1988, uma edição crítica, elaborada por E. FALQUE REY, a partir de sete dos dezoito manuscritos da obra que chegaram aos nossos dias. Da responsabilidade da mesma estudiosa foi publicada, em 1994, uma nova tradução em língua castelhana.

20 LOPEZ ALSINA, 1987: 443-502.

21 BARBANÉS, 2005.

Seria natural que os dois já se conhecessem e que até existisse entre ambos uma verdadeira amizade. É bem possível que se tenham encontrado em Roma, no ano de 1100, em que o Papa concedeu o pálio²² a S. Geraldo, restaurando a categoria metropolitana da Sé de Braga²³, e ordenou Diogo Gelmires subdiácono, abrindo assim o caminho à sua eleição para Bispo de Compostela. Gelmires irá mais tarde obter do Papa o privilégio de elevar o número dos cônegos de Santiago para setenta e dois e de nomear, entre eles, sete presbíteros *cardeais* para dar maior esplendor à sua igreja, à semelhança do que sucedia em Roma e em algumas outras dioceses. Vamos encontrar Geraldo de Braga incluído entre os cônegos de Santiago²⁴, e até na categoria de hebdomadário²⁵, sem podermos afirmar, no entanto, que de facto alguma vez tenha pessoalmente participado como tal nas cerimónias realizadas na catedral. Diogo Gelmires chegou a intervir junto do Arcebispo de Braga, embora sem resultado, a favor de uma família local, por ter sido negada a sepultura religiosa a um dos seus membros²⁶.

Os factos que nos dias seguintes à recepção festiva aconteceram em Braga não abonam porém a favor da lisura e mesmo da boa fé do compostelano. Tendo-se, com efeito, despedido do seu anfitrião, que o acompanhara até à igreja de S. Vítor, iniciou a *visita pastoral*, e segundo o cronista, interessado em justificar de antemão as acções do prelado, aquilo que mais o afligia (*pio gemebat affectu*) era a falta de cuidado com as relíquias ou, mais exactamente, com os corpos dos santos dispersos por estas igrejas, que diz “não estarem a ser objecto do culto devido mas jazerem a descoberto e em desordem à vista do público” (*nullo cultu venerata, sed nuda et publico visu patentia passim per eas jacere*), propondo como remédio a sua transferência para a Sé de Compostela. Mas logo se contradizia, ao declarar que essa transferência tinha de ser feita em segredo, para não provocar a sublevação dos locais, o que supõe que estes de facto lhes prestavam culto, e, mais ainda, ao verificar que, logo na primeira igreja visitada, a de S. Vítor, as piedosas relíquias do Salvador e de vários santos (informa o cronista), em vez de desprotegidas e desleixadamente patentes ao olhar das pessoas, estavam bem seguras do lado direito do altar-mor, onde foi preciso escavar para as retirar, e se encontravam guardadas numa “numa arca de mármore trabalhada admirável e artificialmente” (*arca marmorea mire ac subtiliter fabricata*) e dentro de “dois pequenos cofres de prata” (*duas capsulas argenteas*). E do mesmo modo procedeu, na mesma igreja, em relação às relíquias dos mártires S. Cucufate e S. Silvestre, que mandou extrair do respectivo mausoléu, e depois na igreja da virgem e mártir Santa Susana, cujo venerável corpo fez retirar com a ajuda dos seus mais próximos colaboradores, mas a ocultas dos restantes (*per idoneos ministros atque fideles, ceteris ignorantibus*), com pranto e lágrimas (*cum fletu et lacrimis*)! Passaram-se mais dois dias a congeminar a retirada do corpo de S. Frutuoso, que deixou para último lugar, de modo a se poder afastar de imediato, logo que dele tomasse posse. Com efeito, como anota o autor da narrativa, Diogo Gelmires tinha plena consciência do que estava a fazer, porque S. Frutuoso era venerado como padroeiro e defensor da região. Após a celebração da missa, aproximou-se do respectivo sepulcro e com a maior dissimulação e cheio de medo (*cum majore timore et silentio*), furtou-o em “piedoso latrocínio” (*eum pio latrocinio sustulit*) – repare-se na força da expressão, não obstante saída da pena de D. Hugo, o mais próximo colaborador e dedicado amigo de D. Diogo Gelmires – e, uma vez roubado, confiou-o à custódia dos seus guardas. Embora o acto fosse desconhecido de todos, para além dos que faziam parte do círculo mais próximo de Diogo Gelmires, a verdade é que naquela noite o Bispo de Compostela não conseguiu fechar os olhos. De manhã, satisfeito com a notícia

22 O *pálio* aqui referido é um ornamento litúrgico que consiste numa faixa de lã branca adornada com cruces negras, usada em torno do pescoço pelos arcebispos, em cerimónias pontificais.

23 FERREIRA, 1928: 213-215.

24 *HC*: I, 20.

25 LOPEZ FERREIRO, 251-252.

26 Arquivo Distrital de Braga (ADB), *Liber Fidei*, fl. 95 v.º e 173, doc. 322 e 651. COSTA, 1990: 83-84. Passaremos a citar esta colectânea simplesmente como *Liber Fidei*.

de que o que tinha feito não se tinha propalado, e concluindo desse modo (nada) edificante a sua *piadosa* visita pastoral aos territórios sob a sua jurisdição a sul do rio Minho (só concretizada em relação aos da cidade de Braga!), pôs-se rapidamente a caminho da *vila* de Correlhã, como alguém que se retira em fuga apressada (*tanquam iniens fugam accelerando*)! Ai chegando, foi informado de que já tinha chegado aos ouvidos dos habitantes da *vila* Cornelianiana o rumor do que sucedera em Braga, ou seja, de que o Bispo de Santiago tinha cometido uma acção indigna, porque roubara e procurava levar para a sua cidade os santos, isto é, os patronos e defensores da terra portugalense. Congeminou então um ardiloso estratagem, encarregando um dos seus Arcediagos – o próprio D. Hugo, futuro Bispo do Porto – de levar as relíquias pela calada, até atravessar o rio Minho. O cronista – o mesmo D. Hugo, que classificou o acto como “pio latrocínio” – força a intervenção do sobrenatural, para justificar o que se estava a passar: o rio que durante três dias corraera tumultuoso, devido às intempéries do inverno, tornou-se repentinamente sereno para dar passagem ao sagrado espólio. Chegado a Tui, o Arcediago deixou-o no cenóbio de S. Bartolomeu, entregue à guarda de um diácono, que o conduziria, por sua ordem, até à igreja de S. Pedro de Cela²⁷, fundação frutuosiense, onde, durante dez dias, enquanto não chegava o Bispo, ficaria exposto à veneração dos fiéis, e regressou à Correlhã, a dar notícia a Diogo Gelmires do êxito da sua missão. Partiu o Bispo, cheio de júbilo, para acompanhar as relíquias de terra em terra até chegar a Santiago. Atempadamente, dos arredores de Pontevedra²⁸, enviou mensageiros a anunciar ao clero e ao povo compostelano a sua chegada com os venerandos despojos, para que lhe preparassem uma recepção festiva condigna. Acorreu o povo e o clero a acolher o Bispo e a sua comitiva, no Milladoiro (*Humiliatorium*, na forma latina do texto da Historia Compostellana, que para muitos autores corresponderia à etimologia da actual designação) e daí, pés descalços, com o prelado à frente, seguiram todos em cortejo processional, entoando hinos e cânticos, até à catedral de Santiago.

O corpo de S. Frutuoso foi colocado no altar de S. Salvador, na cripta maior da igreja, onde permaneceria quatro anos, até ser transferido para capela e altar próprios, erigidos na nave esquerda da igreja, na cripta situada entre a porta do claustro e o altar de Santiago; o do mártir S. Cucufate, foi deposto no altar do apóstolo e evangelista S. João; o do mártir S. Silvestre, no altar dos apóstolos S. Pedro e S. Paulo. O de S. Susana virgem e mártir foi levado para a igreja construída em honra do Santo Sepulcro e de Todos os Santos, no lugar que em tempos anteriores se chamava Outeiro de Potros (*Puldrorum*) e depois viria a ter o nome da santa.

Estava-se então no décimo quarto dia antes das calendas de Janeiro, isto é, no dia 18 de Dezembro de 1102, como regista cuidadosamente o cronista do evento, o Arcediago D. Hugo, futuro Bispo do Porto, depois de anotar a sua participação nesta façanha:

Hugo eiusdem Compostellanae Sedis Canonicus et Archidiaconus, qui praedicti secreti conscius fui, qui etiam in tanti tamque pretiosi thesauri inventionem et inventi administrationem fidelissimus consultor et diligens cooperatore corpore praesens et animo devotus extiti; praefati eventus prosperitatem, ne oblivionis caligine sopiretur, diligenter scripsi et posteris memoriam fideliter tradidi (Eu, Hugo Cônego e Arcediago da mesma Sé Compostelana, conhecedor do mencionado segredo, que também fui consultor fidelíssimo e diligente colaborador e estive presente no encontro de tantos e tão preciosos tesouros, descrevi diligentemente o êxito do mencionado evento e o transmiti fielmente à memória dos vindouros, para que não se apague na bruma do esquecimento).

27 Actualmente uma paróquia do município de Porriño, nas proximidades de Tui.

28 De Gogilde ou Guxilde, *vila* agrária, a que corresponde um lugar da actual paróquia de Santa Maria de Alba, nos arredores de Pontevedra, que Diogo Gelmires recuperou para a sua diocese, quando se encontrava em mãos leigas, quase ao abandono, e depois restaurou e passou a utilizar para seu repouso quando circulava por estas paragens, o que aconteceu designadamente na data em que, na igreja de Lérez, sagrou o Bispo do Porto, D. Hugo (*H.C.*: I, 22 e 82).

3. As relações entre Braga e Compostela

Tudo leva a crer que, apesar das *boas relações* a que fizemos referência, Diogo Gelmires não informou o Arcebispo de Braga, S. Geraldo, das suas verdadeiras intenções, e que, devido ao secretismo com que agiu, só posteriormente o Bracarense terá chegado ao conhecimento do que tinha acontecido com a transferência das relíquias de Braga para Santiago de Compostela. Sabemos, e já o referimos, que o prelado santiagouês procurou captar-lhe a simpatia, nomeando-o cónego de Santiago de Compostela²⁹, o que dava também direito a uma prebenda, mas não conseguimos descortinar se essa *promoção* aconteceu antes ou depois da subtracção das relíquias e muito menos se S. Geraldo a aceitou e se alguma vez exerceu pessoalmente as funções correspondentes, designadamente através da participação nas solenes liturgias da catedral de Santiago. Mas é de crer, que, apesar da sua mansidão e santidade, fazendo jus à determinação e frontalidade com que, segundo o seu biógrafo, agiu noutras circunstâncias, S. Geraldo não ficou satisfeito com a acção de Diogo Gelmires e deve ter-se queixado de imediato ao Pontífice Romano. Com efeito, S. Geraldo deslocou-se a Roma, onde se encontrava no começo da Primavera de 1103, pois já no início de Abril o Papa assinava cinco bulas sobre assuntos de interesse para a arquidiocese de Braga³⁰. Uma delas, a bula *Et fratrum relatione accepimus*, é dirigida a D. Diogo Gelmires, a quem recomenda o acatamento dos direitos do Arcebispo de Braga, que ele tinha abusivamente desrespeitado³¹: com efeito, o Rei D. Garcia I, quando iniciou a restauração da Sé de Braga, deu à igreja de Compostela o mosteiro de Cordário, em troca de uma parte de Braga, ou, mais concretamente, das igrejas de S. Frutuoso e de S. Vítor, e por isso o Papa ordenava a D. Diogo Gelmires que as restituísse à Igreja bracarense; quanto aos outros bens que a igreja de Santiago possuísse em Braga, determinava o Sumo Pontífice que retivesse o domínio material, que era o único que os doadores tinham capacidade para lhe transmitir, e que nos restantes direitos episcopais, na ordenação de clérigos, no exercício da jurisdição eclesiástica, nas dízimas e nas ofertas dos fieis, deixasse tudo na íntegra e pacificamente por conta do Arcebispo de Braga.

Diogo Gelmires não terá ficado satisfeito com as determinações do sumo Pontífice e continuou, nos anos seguintes, a tentar atraí-lo por todos os modos à sua causa e assim obteve a bula *Sicut iniusta poscentibus*, em que o mesmo Papa Pascoal II confirmava, em 21 de Abril de 1110, todas as possessões do Bispo de Compostela, referindo entre elas, no território portugalense, as igrejas de S. Vítor e S. Frutuoso e a Vila Corneliana³²!

O Arcebispo D. Maurício Burdino, em 16 de Setembro de 1109, aparece-nos mencionado como Cónego de Santiago, a receber das mãos do seu “amigo” D. Diogo Gelmires³³, em prestimónio pessoal, metade de cada uma das possessões e herdades que a Igreja de Santiago possuía entre os rios Lima e Douro, e designadamente as igrejas de S. Vítor e de S. Frutuoso e a Villa Corneliana, doação revogável a qualquer momento³⁴. Este acto parece um expediente utilizado por Gelmires, para adiar a resolução definitiva dos problemas com os contestados direitos da Sé Compostelana em terras portuguesas, concretamente na área da diocese de Braga.

Após o afastamento de D. Maurício Burdino foi eleito Arcebispo de Braga D. Paio Mendes – que a História Compostelana apoda de “idiota” – e Diogo Gelmires quis aproveitar-se do encontro proporcionado pela sagração do novo prelado bracarense em Segóvia, no ano de 1118, com ele, com o legado pontifício e com outros Bispos, para reaver os bens reivindicados a sul do rio Lima, mas o recém-consagrado Arcebispo, que era membro do cabido bracarense e tinha exercido as funções de Arcebispo, estava por certo bem informado

29 *HC*: I, 20.

30 ERDMAN, 1927: 156-162. Três dessas bulas acham-se transcritas no *Liber Fidei*, doc. 2-4, 6 e 7 (ERDMAN: 6-8 e 10).

31 *Liber Fidei*, fl. 2-2 v.º, doc. 4 (COSTA, 1965: 7-8).

32 *HC*: I, 36.

33 Como a seguir referimos, a contrastar com esta forma de acolher o Arcebispo D. Paio Mendes como amigo, o redactor da *Historia Compostellana*, noutra passagem, apoda-o de “idiota”: *HC*, I, 116.

34 *HC*: I, 81.

sobre a questão e não cedeu às pretensões de Gelmires, mas, pelo contrário, convocado para comparecer em Tui perante os três juízes que tinham sido nomeados para resolver a contenda – os Bispos de Lugo, Tui e Ourense – nem sequer se dignou atravessar o rio Minho³⁵.

Depois de ter sido espoliada por Diogo Gelmires das relíquias que a haviam tornado num local de atracção para os fieis – e é conhecido o papel que tiveram as relíquias na piedade medieval – é muito provável que a Igreja de S. Vítor tenha sofrido as consequências de algum abandono, traduzido na ruína do edifício, e, por esse motivo, e como modo de patentear a sua jurisdição, logo no início do seu episcopado, D. Paio Mendes terá promovido obras de reconstrução ou, pelo menos, de beneficiação do templo. Pelo menos é essa a única explicação plausível para justificar o facto de que, em 22 de Fevereiro de 1120, D. Paio Mendes tenha procedido à respectiva sagração, dotando-a, por essa altura, dos recursos necessários para nela se manter o culto religioso³⁶.

Segundo refere a Historia Compostelana, o Sumo Pontífice, tendo conhecimento das dissensões entre os dois prelados³⁷, enviou uma carta a chamar a atenção do Bracarense para a necessidade de reentregar ao Compostelano a *honra* que Maurício Burdino tivera em prestímo e que ele violentamente retinha³⁸. Dirigindo-se a Compostela, em 1121, D. Paio Mendes fez um pacto de amizade com D. Diogo Gelmires, que o tornou Cónego da Igreja de Santiago, e lhe *concedeu* em prestímo metade da igreja de S. Vítor “*quae dicitur Bracara*”, metade de S. Frutuoso, com a *vila* de Montélios e metade da *vila* Corneliana, e todos os seus anexos, com tal condição que estes bens reverteriam para a Sé Compostelana logo que D. Paio falecesse³⁹.

Não devemos ignorar que entre os motivos de simpatia da Cúria Romana para com o prelado compostelano se contam o seu prestígio, mas também as suas amizades e conhecimentos pessoais e ainda a sua capacidade de apoiar a Santa Sé com generosas prestações pecuniárias, como recorda, entre outras, a bula *Licet gravioribus*, de 16 de Junho de 1118, em que o Papa, então Gelásio II, o exorta a que “*Romanae ecclesiae multis aggravatae multisque distractionibus fatigatae, memoriam habeat, et tam eius (Ecclesiae Romanae) quam suis opportunitatibus subveniat*” e lhe recomenda o Cardial P. e o tesoureiro Pedro⁴⁰. Em 2 de Agosto de 1130, o novo Papa Inocêncio II, através da bula *Pro subjectione*, agradecer-lhe-ia os presentes recebidos (*xeniis nobis a munificentia tua transmissis, dilectioni tua gratiarum persolvimus actiones*), garantindo-lhe que iria despachar favoravelmente todos os seus pedidos⁴¹. De facto, a esta seguiram-se outras cinco bulas, todas elas relativas aos interesses materiais da Igreja Compostelana, duas delas dirigidas ao Arcebispo de Braga, D. Paio Mendes. Numa dessas bulas, o Papa repreendia o Bracarense por não ter correspondido a uma convocatória para comparecer em Roma e marcava-lhe nova entrevista, para dali a cinco meses, na festa da Purificação da Virgem Maria⁴²; na outra, a bula *Carissimus frater*, Inocêncio II ordenava ao Arcebispo que restituísse ao Bispo de Compostela as *vilas* e outras possessões que em tempos dele tinha recebido

35 HC: I, 117; II, 6.

36 ADB, *Colecção Cronológica*, cx. 1, doc. 6: 1120, 4 de Março – carta de sagração da igreja de S. Vítor em Braga por D. Paio Mendes. Pergaminho em mau estado de conservação, cujo teor se encontra reproduzido, no mesmo Arquivo, em *Rerum Memorabium*, vol. 2, fl. 208 v.º (Academia Portuguesa da História, 1980: 106, doc. 125; COSTA, 2000: 430).

37 A dissensão entre os dois prelados era em grande parte motivada pela ambição de Diogo Gelmires, que pretendia exercer hegemonia como metropolitano sobre as dioceses portuguesas da antiga Lusitânia, o que em grande parte conseguiu, mas também sobre a própria arquidiocese de Braga, através da nomeação como legado pontifício com poderes sobre as dioceses do ocidente peninsular (HC: II, 18, 43 e 63), e, mais ainda, com a transferência da categoria de metrópole de Braga para Santiago de Compostela, que o Papa Calixto II, apesar das estreitas relações de amizade pessoal com o prelado compostelano, recusou liminarmente, por ocasião do concílio de Tolosa, reunido em 1119, embora, em compensação, tenha anuído a que se transferisse para Santiago a categoria metropolitana de Mérida, ainda sob domínio muçulmano (HC: II, 11, 15 e 16).

38 HC: II, 46.

39 Declaração assinada por D. Paio Mendes em HC: II, 46.

40 HC: II, 3.

41 HC: III, 22.

42 Bula *Praedecessor noster*, em HC: III, 21.

em benefício, e que não fizesse oposição a que os *votos* devidos a Santiago pelos fiéis da diocese de Braga continuassem a ser arrecadados⁴³.

O problema arrastou-se e ainda não estava definitivamente resolvido, muito tempo após a morte de Diogo Gelmires. O Papa Alexandre III, em 9 de Janeiro, presumivelmente do ano de 1181, assinava a bula *Venerabilis frater noster* dirigida aos Bispos de Ávila, Porto e Tarazona, encarregando-os de fazer com que o Arcebispo de Compostela D. Pedro Soares restituísse metade de Braga com as igrejas de S. Frutuoso e de S. Vítor e suas pertenças, ou, se por ventura contestasse a restituição, de conhecerem as razões e as alegações apresentadas⁴⁴.

Lúcio III, que sucedeu ao Papa anteriormente referido, em 9 de Setembro de 1181, dirigiu a bula *Presente venerabili*, aos Bispos do Porto, Salamanca e Tarazona, a encarregá-los de resolver a pendência acerca de S. Vítor, S. Frutuoso e metade da Sé de Braga⁴⁵, e dela resultou uma sentença, proferida em Tui, a 27 de Outubro de 1182, mas assinada apenas pelos Bispos de Salamanca e Tarazona, que julgaram a favor de Compostela, por falta de comparência do Arcebispo de Braga, apesar de citado⁴⁶. Este recorreu da sentença para Roma e, em consequência, cinco anos depois, Urbano III remetia ao Subdiácono João, “Vicedominus” de Brescia, e ao Mestre J. de Bramo a bula *Quanto de prudentia*, de 13 de Abril de 1186, a cometer-lhes o reexame da sentença dada no pleito entre os Arcebispos de Braga e de Compostela sobre as igrejas de S. Vítor, S. Frutuoso, metade da cidade de Braga e outros bens⁴⁷.

No tempo do Arcebispo de Braga D. Martinho Pires (1189-1209) e do Arcebispo de Compostela Pedro Suárez de Deza (1173-1206), foram definitivamente resolvidas pelo Papa Inocêncio III (1198-1215) as pendências entre Braga e Compostela. Por acordo amigável entre os dois Arcebispos, homologado pela bula *Licet Unum*, de 16 de Julho de 1199, em que se repartia pelas duas Sés metropolitanas a supremacia sobre as dioceses de Coimbra e Viseu, que ficavam a depender de Braga, e de Lamego e Guarda, que ficavam subordinadas a Compostela, o Arcebispo de Santiago renunciava ao senhorio de metade de Braga e das paróquias de S. Frutuoso e S. Vítor com outras pertenças⁴⁸. Estava assim debelada uma querela que se tinha prolongado durante todo o episcopado de Diogo Gelmires e, mais ainda, durante todo o século XII.

Das outras possessões da Igreja Compostelana, a sul do rio Lima, que então balizava pelo norte a Arquidiocese de Braga, multiplicam-se as notícias em relação à Correlhã. Em 1174 estava na posse do Cabido santiaguês, que nessa data a concedeu a três indivíduos, de nome Gonçalo, Cornélio e Joanino, em *tenência* durante cinco anos, por duzentos e setenta maravedis ao ano⁴⁹. Aliás, em 1185, na sequência da repartição dos bens da Igreja de Santiago de Compostela entre o Arcebispo e os capitulares, a Correlhã, assim como as outras propriedades santiaguesas em Portugal, passaram a constituir receita exclusiva do Cabido e a depender da sua

43 Bula *Carissimus frater*, em HC: III, 21. O Bracarense também não compareceu nesta segunda convocatória e foi novamente censurado pelo Papa, através da bula *Pro excessu*, de 18 de Fevereiro, e novamente convocado para comparecer na festa de S. Lucas, isto é, em 18 de Outubro. Diogo Gelmires foi também convocado para comparecer no concílio a celebrar em Roma na mesma data (bula *Pro unitate*, de 19 de Maio de 1131, na HC: III, 27). Os *votos de Santiago* têm sido objecto de vários estudos e não é esta a ocasião apropriada para nos debruçarmos sobre o assunto. Refira-se apenas uma carta dirigida pelo Bracarense ao Compostelano, quando este encarregou o cônego P. Fernandes de recolher os votos na terra portugalense, a perguntar se desejava também reaver os votos da terra de Fernando Mendes (leste de Trás-os-Montes), que lhe tinha sido doada noutros tempos em *benefício* “quippe vota illa de terra Ferdinandi Menendici nunquam abuit Portugalensis Episcopus” (HC: III, 29).

44 ADB, *Gav. dos Arcebispos*, doc. 3.

45 ADB, *Gav. dos Arcebispos*, doc. 3.

46 ADB, *Gav. dos Arcebispos*, doc. 6.

47 ADB, *Gav. dos Arcebispos*, doc. 10, cópia séc. XII (ERDMANN: 297-299). A bula encarregava-os também de esclarecerem se os bispados de Coimbra, Lamego, Viseu e Guarda eram sufragâneos de Braga ou de Compostela, assim como os de Lisboa e Évora. Aliás, desde 1120, a questão da dependência das dioceses portuguesas restauradas a sul do rio Douro dos metropolitãs de Braga ou de Compostela é a que mais vezes se levantará ao longo do século XII.

48 ADB, *Gav. dos Arcebispos*, doc. 6.

49 Doc. de 19 de Março de em A.C.S., *Tumbo C-2*, 173- 132 v.º (FERNANDEZ DE VIANA Y VIEYTES, 1992: 363).

jurisdição⁵⁰. Ao terminar o século, em Julho de 1199, o Papa Inocêncio III emitia uma bula, a confirmar, além da transferência para a jurisdição da metrópole de Compostela das dioceses antigamente sufragâneas de Mérida, os “votos de Santiago” e diversos domínios, incluídas as *vilas* de Correlhã, com as suas igrejas, e as de Mouquim e Gondufe, com todas as suas pertenças⁵¹.

Estudo à parte já mereceu o diferendo que, em 1229, opôs o Cabido Compostelano e os membros desta comunidade, que em vão procuraram desligar-se da obediência à Igreja de Santiago e colocar-se sob a dependência do Arcebispo de Braga⁵². No futuro, de um modo geral, decorrerão em ambiente pacífico as relações institucionais entre as dioceses de Braga e Santiago de Compostela.

Em relação à Correlhã, sabemos que, no termo de um período em que, devido à guerra da independência de Portugal em relação à Espanha, a sua administração se terá revelado muito problemática, o Arcebispo de Santiago D. Lope de Mendoza resolveu definitivamente o problema, vendendo-a, em 1426, a D. Afonso, Conde de Barcelos, por duas mil coroas de ouro do cunho de França⁵³. Naturalmente, nessas circunstâncias, esbatiam-se quaisquer dúvidas em relação à jurisdição eclesiástica do Arcebispo de Braga sobre a respectiva paróquia.

DOCUMENTO

1102

O Bispo Diogo Gelmires visita as terras pertencentes à Igreja de Santiago, em Portugal, e procede à transferência das relíquias de S. Frutuoso e outras de Braga para Compostela.

Existem vários manuscritos da História Compostelana, em que este texto se integra, dos quais referimos apenas os mais antigos (séc. XII-XV). A tradição completa desta obra pode ser consultada em Emma Falque Rey, *Historia Compostellana*, Corpus Christianorum, Continuatio Medievalis, 70, Turnhout, Brepols, 1988, pág. XXXIII-LXXXVII.

B1 – Santiago de Compostela, Arquivo da Catedral, Comp. A (Cópia directa do original desaparecido, séc. XIV);

C1 – Salamanca, Biblioteca da Universidade, 2658 (Cópia do século XIII, segundo uma cópia desaparecida do original);

C2 – Pontevedra, Museu de Pontevedra (Cópia do século XV, segundo a mesma cópia desaparecida do original).

Publicações:

FLOREZ, Enrique, 1765 – *Historia Compostellana sive de Rebus Gestis D. Didaci Gelmirez*, Henrique Florez, *Hispaniae Sacrae*, Madrid, Tom. XX, Imprenta de la Viuda de Eliseo Sanchez (2.ª ed., com algumas imperfeições em relação à anterior, na Imprenta de la Viuda e Hijo de Marin, 1791).

SUAREZ, M.; CAMPELO, J., 1950 – *Historia Compostellana sea Hechos de D. Diego Gelmirez, primer arzobispo de Santiago*. Santiago de Compostela.

50 PÉREZ RODRÍGUEZ: 1996.

51 Bula *In eminenti Apostolice Sedis*, de 14 de Julho de 1199 (COSTA, 1989: 98-99).

52 REIS, 2003: 255-264.

53 CARRO GARCIA, 1959-1960: 160. A compra da Correlhã pelo Conde de Barcelos é referida no documento de confirmação da respectiva jurisdição e privilégios, outorgado pelo rei D. Duarte em Almeirim, a 18 de Dezembro de 1433, e publicado por Sousa, 1744: III, 481. Outro documento, de 1594, leva-nos a concluir que também foram vendidos ao Conde de Barcelos os coutos de Nogueira, Mouquim e Gondufe (SOUSA, 1744: 479-480).

FALQUE REY, Emma, 1988 – *Historia Compostellana*, Corpus Christianorum, Continuatio Medievalis, 70, Turnhout, Brepols (da responsabilidade da mesma autora, tradução em língua castelhana: *Historia Compostelana*, Madrid, Akal, 1994).

Baseamo-nos na edição crítica de 1988 para a transcrição de texto e respectiva tradução, que se seguem.

HISTORIA COMPOSTELLANA

CAP. XV

QUANDO ADIIIT PORTUGALIAM

1. Ut ergo quantum ad humanam capacitatem nullatenus discreparet a sententia qua dicitur *quaecumque potest manus tua facere, instanter operare*, in quibuscumque potuit vigilantius laboravit, ne praesentis vitae subrepente studio, sub terrena cogitationis aggere ipsius animus sepeliretur. Cum itaque divina inflammatus gratia Portugalenses intraret partes, quodcumque in his subsequens legitur Domino auxiliante peregit.

Translatio Sancti Fructosi, Silvestri, Cucufati, Susane virginis et martyris in Compostellam

2. Anno igitur Incarnationis Dominice M.^oC.^oII.^o venerabilis pater D. secundus ecclesie beati Iacobi Compostellane sedis divina prestante gratia episcopus secundo episcopatus sui anno ecclesias, cellas et hereditates, que in Portugalensi pago Compostellane ecclesie iuris esse cognoscuntur, ut iustum est, visitare decrevit: ad bonum namque pertinet pastorem, ut tam exterioribus ecclesie sue bonis quam interioribus provideat et, si quid detrimenti vel aliquid inornatum in eis invenerit, providentia sua restauret et disponat.

Assumpsit itaque de maioribus ecclesie sue personis et ad Portugalensem <terram>, uti disposuerat, iter suum direxit. Cumque appropinquaret civitati, que Brachara dicitur, nuntium suum eiusdem civitatis archiepiscopo premisit, qui adventum suum ei nuntiaret. Ipse vero archiepiscopus nomine Giralduus, vir prudens atque religiosus, audito quod episcopus sancti Iacobi ad suam veniret civitatem, magno repletus est gaudio et congregans omnes clericos suos cum crucibus et ceteris ecclesie sue ornamentis obviam procedens, episcopum Compostellanum cum magna veneratione in processione suscepit et clero cantante ipse eum manu dextera tenendo in ecclesiam suam introduxit et, ut in eadem die missam celebrare dignaretur, summis precibus apud ipsum impetravit. Post misse vero celebrationem ad mensam refectionis, post refectionem quoque ad suam cameram propriam archiepiscopus episcopum honorifice comitando perduxit eique suum proprium hospitium prebens in aliam mansionem ivit mansurus. Illa itaque die episcopus sancti Iacobi apud archiepiscopum Bracharensem commoratus est. Sequenti vero die salutatis eiusdem ecclesie fratribus atque benedictione firmatis, prefatus episcopus ad ecclesiam sancti Victoris, cuius iuris medietas Brachare civitatis esse perhibetur, archiepiscopo commitante pervenit et in sua regia palatia ut dominus susceptus est.

Interea tamen ecclesias suas circumeundo, visitando et in eis missarum solempnia celebrando, multorum corpora sanctorum, que per eas semisepulta debito carebant honore, intuens pio gemebat affectu et pietatis studio pio versabat pectore, quod postea divina opitulatione implevit: ferventi namque studio excogitabat qualiter pretiosas de inconvenientibus locis margaritas extrahere posset et ad Compostellanam urbem asportaret. Convocatis itaque suis familiaribus clericis et consilio probatis, quid inde vel quo modo facere vellet aperuit dicens: "Fratres karissimi, scitis quia ad has partes ideo venimus, ut, si quid in ecclesiis istis seu hereditatibus destructum seu inordinatum esset, presentia nostra restauraret et ordinaret et male posita in meliorem statum mutaret. Nunc autem vestram non latet diligentiam, que in eis inconvenientia reperiantur: plurima etenim sanctorum corpora nullo cultu venerata sed nuda et publico visu patentia passim per eas iacere inspicitis, que debita veneratione carere non ignoratis. Si ergo vestra nobis consuluerit prudentia, hoc emendare curabimus

et quedam pretiosorum corpora sanctorum, quibus nullus hic exhibetur cultus, ad Compostellanam sedem transferre studebimus. Occulte tamen hoc fieri oportebit, ne forte gens huius terre indisciplina tantoque thesauro expoliata in nos subitam seditionem commoveat sicque, quod temptare audeamus, frustra nos temptasse doleamus". Hoc autem consilium cum eius clerici approbassent, utpote consilium divina inspiratione ortum, nec esse postponendum assererent, venerabilis episcopus maxima mentis iocunditate repletus respondit et ait: "Dominus Jesus Christus de cuius misericordia confidimus, ipse sua pietate, quod desideramus, adimpleat et propositi nostri devotionem ad bonum finem perducere dignetur". Deinde ecclesiam sancti Victoris ingrediens ibique missam celebrans ad dexteram partem maioris altaris fodi precepit. Ibi archa marmorea mire ac subtiliter fabricata mox sub terra reperta est. Quam cum presente domino episcopo aperuissent, duas capsulas argenteas intus invenerunt. Eas itaque predictus episcopus cum magno timore accipiens, glorificato nomine Domini cum psalmis et orationibus, reseravit, in una quarum Domini nostri Sancti Saluatoris reliquias, in alia vero plurimorum sanctorum esse demonstravit. Clausas igitur et firmiter sigillatas suis fidelibus clericis custodiendas tradidit. Alia autem die ad ecclesiam beate Susanne virginis et martyris, que non longe ab ecclesia sancti Victoris remota est, perrexit et in ea summa cum devotione missam celebravit. Celebrata autem missa, ut sacris vestibus erat ornatus, ad mausolea sancti Cucufati et Silvestri martyrum in eadem ecclesia requiescentium trepidante animo accessit et eorum gloriosa corpora munda sindone involuta de inconvenientibus sarcophagis latenter assumpsit et cum magna reverentia per idoneos ministros atque fideles, ceteris ignorantibus, ad cameram suam deferri fecit et fideliter custodiri. Ad sepulcrum quoque sancte Susanne virginis cum pervenisset, eius venerabile corpus cum gemitu et lacrimis suspirando accepit et occulte cum aliis custodiendum tradidit.

3. Preterea vir Dei cognoscens divina pietate ei esse concessum, quod sanctorum corpora per eum honorificanda essent, apposuit ut beati Fructuosi confessoris atque pontificis gloriosam corporis glebam simili modo transferret atque convenientius collocaret. Post duos vero dies venerunt ad ecclesiam beati Fructuosi ibique missam solemniter celebravit. Finita vero missa ad eius sepulcrum sacris indutus vestibus accessit. Sed quoniam sanctus Fructuosus regionis illius defensor et patronus erat, cum maiore timore et silentio de ecclesia sua, quam ipse adhuc vivens in carne fecerat, eum pio latrocinio sustulit et sublato fidelibus suis custodibus servandum commisit et, quamvis hoc factum omnes lateret preter huius consilii conscios, consequenti tamen nocte haudquaquam episcopus secure dormire potuit: timebat enim perdere, quod secum gaudebat habere. At ubi mane facto, quod egerat, non esse pro palatum agnovit, cum gaudio et lethicia suum occultum thesaurum comportans ad quandam sancti Jacobi villam, que Cornelianam nuncupatur, tamquam iniens fugam accelerando regressus est. In Cornelianam igitur rumor populi aures pontificales percussit referens ab episcopo sancti Jacobi indignum fieri facinus, qui sanctos de Portugalensi terra sublatos, Patrie scilicet defensores atque patronos, ad suam conabatur transferre civitatem. Quo audito vir summe prudentie et pietatis eximie veritus ne qua occasione seu violentia pretiosam sarcinam amitteret, cuidam fideli archidiacono suo sanctorum corpora commisit et, quomodo ea per occultos tramites ad Tudensem deferret civitatem, sapientibus verbis eum instruxit. Pontifice ergo apud Cornelianam remanente, archidiaconus secundum eius preceptionem iter faciens usque ad flumen Minei, quod secus Tudam defluit, prospere pervenit. Flumen equidem ante tam asperrimis per tres dies inhorruerat procellis, quod nullis navibus transiri posset. At postquam sanctorum corpora supra ripam fluminis imposita fuerunt, eorum reverentiam fluvius sensisse visus est, nam, gravis aure asperitate summota erisque intemperie evanescente, transferendis sanctis tantam transfretandi facultatem flumen exhibuisse perhibetur, quantam ipsius planicies aque subministrare potuit, que sedatis fluctibus tam magna ferebatur tranquillitate, ut nec modica fluctuatione unda quateretur. Translatos itaque per fluvii tranquillitatem sanctos in cenobio sancti Bartholomei, quod in suburbio Tude civitatis situm est, posuerunt. Archidiaconus igitur fideli custodie amministrazione quemdam diaconum sancti Jacobi Apostoli canonicum cum eis relinquens ad episcopum in Cornelianam reversus est eique, quicquid in itinere accidisset et ubi sanctos Dei dimisisset,

referendo patefecit. Deinde diaconus, quem custodem deputatum esse prediximus, ex precepto pontificis, supradictos sanctos ad ecclesiam sancti Petri de Cella, quam beatus Fructuosus fabricaverat, religiose detulit. Ibi uero per decem dies episcopum prestolando debitam venerationem eis exhibuit.

4. Audiens autem episcopus, quia iam Minei fluvium sancti transissent et in tuto loco positi essent (fluvius enim iste Portugalensem terram disternat a Gallitia), preparatis omnibus, que preparanda erant, ad monasterium, ubi sancti erant positi, festinando pervenit et assumptis inde sanctis, iam manifeste per villas sancti Jacobi cum magna veneratione et leticia ad Compostellam civitatem redire cepit. Cum autem pervenisset ad villam que Goegildum appellatur, nuncios suos clero et populo Compostellano premisit, ut eis sanctorum adventum nunciarent et, qualiter deberent suscipi iussione episcopi, ammonerent. Clerus igitur Compostellanus et populus audientes, quia divina miseratione permissum esset quod sanctorum corpora Brachara in Compostellanam transferrentur civitatem, valde gavisi sunt; intelligebant siquidem, quod tam eorum meritis et intercessionibus quam piissimo beati Jacobi Apostoli patrocinio, cuius sanctissimi corporis presentia Compostellana civitas illustratur, ab omni peste seu languorum debilitate liberandi essent. Exeuntes ergo obviam nudis pedibus clerici subsequenti populo totius civitatis usque ad locum, qui Humiliatorium dicitur, religiose processerunt. Quo cum pervenisset episcopus et se et qui secum venerant discalciari precepisset, clerici secundum eius dispositionem sacris vestibus ornati, nudis pedibus existentes, post eos venientibus turbis gloriosa sanctorum corpora susceperunt et episcopo preeunte et clero in civitatem suam cum hymnis et canticis et pia devotione detulerunt et in ecclesia sancti Jacobi Apostoli Compostellane sedis collocata fuerunt.

5. Corpus enim sancti Fructuosi confessoris atque pontificis ad altare sancti Salvatoris in maiori eiusdem ecclesie cripta positum est. Veruntamen expletis quatuor annis iterum prefato pontifici suisque clericis melius visum est, ut beato Fructuoso, quem de propria mansione susceperant, proprium facerent habitaculum. In eius itaque honore fabricatum et dedicatum est altare et ab eodem episcopo consecratum in sinistro membro eiusdem ecclesie in cripta, que est inter portam, que mittit in claustrum et altare sancti Jacobi. Ibi ergo positum est corpus beati Fructuosi et conditum et tamquam in propria sede requiescit usque in sempiternum diem miraculis gloriosum. Sanctum vero Cucufatum martyrem altare sancti Joannis apostoli et evangeliste suscepit et sancti Silvestri martyris corpus ad altare beatorum apostolorum Petri et Pauli in eiusdem ecclesie corpore conditum est. Beata uero Susanna virgo et martyr in ecclesia, que in honore Sancti Sepulcri et omnium sanctorum fundata cognoscitur in loco, quem antea Auterium Puldrorum appellare solebant, honorifice collocata requiescit.

Vgo eiusdem Compostellane sedis canonicus et archidiaconus, qui predicti secreti conscius fui, qui etiam in tanti tamque pretiosi thesauri inventionem et inventi administrationem fidelissimus consultor et diligens cooperatore corpore presens et animo devotus extiti, prefati eventus prosperitatem, ne oblivionis caligine sopiretur, diligenter scripsi et posteris memoriam fideliter tradidi. Translata itaque sanctorum corpora, ut supradictum est, collocata fuere XIII Kal. Jan. regnante Domino nostro Iesu Christo, cui est honor et gloria in secula seculorum. Amen.

[Tradução]

DESLOCAÇÃO A PORTUGAL

1. E para que não se desviasse do provérbio que diz “o que pode a tua mão fazer, fá-lo imediatamente”, na medida das suas forças, [D. Diogo Gelmires] trabalhou arduamente em tudo o que pôde para que a sua mente não se deixasse abafar gradualmente pelo acumular de preocupações terrenas. E assim, inspirado pela graça divina, dirigiu-se a Portugal com a ajuda do Senhor e fez o que a seguir se descreve.

Trasladação dos Santos Frutuoso, Silvestre, Cucufate e Susana, virgem e mártir, para Compostela

2. No ano da Encarnação de Nosso Senhor de 1102, o venerável Padre D. Diogo por graça de Deus Bispo Igreja de Santiago de Compostela, no segundo ano do seu episcopado, como seria justo, decidiu visitar as igrejas, casas e herdades que no território de Portugal se conheciam como pertencentes de direito à igreja de Compostela, pois é próprio do bom pastor ocupar-se dos bens quer interiores quer exteriores da igreja, e providenciar para que, se encontrar coisas a perderem-se ou em desordem, estas se restaurem e ordenem. Tomou consigo algumas das pessoas mais importantes da sua Igreja e, como decidira, pôs-se a caminho da terra portuguesa. E quando estava próximo da cidade de Braga, enviou um mensageiro ao Arcebispo dessa cidade para lhe anunciar a sua chegada. O Arcebispo Geraldo, homem prudente e religioso, quando ouviu que o Bispo de Santiago estava a caminho da sua cidade, encheu-se de alegria e reunindo todos os seus clérigos com cruces e outros ornamentos de sua igreja saiu ao seu encontro e recebeu em procissão o Bispo de Compostela com grande veneração, e, enquanto o clero cantava, introduziu-o com a sua mão direita na sua igreja e pediu-lhe com muito empenho que se dignasse celebrar aí uma missa nesse dia. Após a celebração da missa, o Arcebispo levou o Bispo para jantar e, depois do jantar, acompanhou-o ao seu próprio quarto, com grande honra, e oferecendo-lhe a sua própria residência, foi para outra casa. Assim, nesse dia, o Bispo de Santiago foi acolhido na residência do Arcebispo de Braga. No dia seguinte, depois de saudar os irmãos desta igreja e de lhes dar a sua bênção, o referido Bispo, em companhia do Arcebispo de Braga, chegou à Igreja de S. Victor, a que por direito pertence metade da cidade de Braga, e foi recebido como senhor nos seus reais palácios. Entretanto, percorrendo e visitando as suas igrejas, e nelas celebrando missas solenes, vendo os corpos de muitos santos, aí semienterrados, sem as honras devidas, gemia com piedoso afecto de emoção e congeminava no seu peito aquilo que depois com a ajudada divina poria em à prática: com efeito, pensava fervorosamente como poderia extrair pérolas preciosas de lugares inconvenientes e levá-las para a cidade de Compostela. Convocados, então, os clérigos da sua “família” e de conselho prudente, deu-lhes a saber o que pretendia fazer e de que modo, dizendo: “Queridos irmãos, vós sabeis que viemos a estas paragens para que, se nestas igrejas ou herdades encontrássemos alguma coisa destruída ou em desordem, a nossa presença os restaurasse e ordenasse e mudasse para melhorar o que se encontrasse em mau estado. Ora, não escapa à vossa diligência que nelas se encontra coisa inconveniente: com efeito, vedes aí um pouco por todo o lado, não veneradas por qualquer culto e a descoberto, patentes ao olhar, muitos corpos de santos, que não ignorais carecerem da devida veneração. Se, portanto, a vossa prudência no-lo aconselha, procuraremos dar remédio a esta situação e procuraremos transferir para a Sé de Compostela alguns preciosos corpos de santos a que nenhum culto é aqui prestado. Ter-se-á, no entanto, de fazer isso a ocultas para que a gente desta terra, indisciplinada e espoliada de tão grande tesouro, não se levante em sedição contra nós e assim nos lamentemos de tentar em vão o que tínhamos ousado. Aprovada pelos seus clérigos esta decisão, pois afirmavam que era de inspiração divina e não devia ser adiada, o venerável Bispo, com o espírito cheio de alegria, respondeu, dizendo: “O Senhor Jesus Cristo, em cuja misericórdia confiamos, pela sua piedade, realize aquilo que desejamos e se digne conduzir a bom fim o nosso devoto propósito”. Então, depois de entrar na igreja de S. Victor e de nela celebrar a missa, ordenou que se cavasse do lado direito do altar-mor. Aí foi descoberta, debaixo da terra, uma arca de mármore, trabalhada com finura e delicadeza admirável. E quando se abriu na presença do Bispo, encontraram-se no interior duas arquetas de prata. E o referido Bispo, tomando-as com grande respeito, abriu-as, glorificando o nome do Senhor com salmos e orações, e numa delas descobriu relíquias do nosso Santo Salvador e na outra de vários santos. Fechadas então e seladas com segurança, confiou-as à guarda dos seus mais fiéis clérigos. Noutro dia foi à igreja de Santa Susana, virgem e mártir, que não está muito longe da igreja de S. Victor, e aí celebrou a missa com grande devoção. Celebrada a missa, revestido com os mesmos paramentos sagrados, aproximou-se com emoção dos mausoléus dos mártires São Cucufate e São Silvestre, que descansavam na mesma igreja, e retirou dos inconvenientes sarcófagos para

uma toalha limpa os gloriosos corpos e com grande reverência fê-los transportar e guardar fielmente no seu quarto, por ministros idôneos e fieis, sem conhecimento dos restantes.

3. Além disso, como homem de Deus, sabendo que lhe tinha sido concedida por divina piedade que os corpos dos santos fossem por ele homenageados, ordenou também que as gloriosas cinzas do corpo glorioso de São Frutuoso, confessor e pontífice, de modo semelhante fossem transferidas e mais convenientemente colocadas. Dois dias depois, chegaram à igreja de S. Frutuoso e aí celebrou uma missa solene. Terminada a missa, revestido com as vestes sagradas, dirigiu-se ao seu túmulo. Mas porque S. Frutuoso foi o defensor e o patrono daquela região, com maior temor e silêncio do que o santo em carne observara em vida, tirou-o, num piedoso latrocínio, da igreja que tinha construído quando ainda vivia em carne, e, depois de tirado, entregou-o aos seus guardas fieis para o guardarem, e, embora este facto permanecesse ignorado de todos para além dos que tinham conhecido a decisão, o Bispo não conseguiu dormir naquela noite: temia perder aquilo que tinha o gosto de ter consigo. Mas de manhã quando soube, com prazer e alegria, que o que tinha feito não se propalara, regressou como quem vai em fuga, transportando o seu tesouro oculto, a uma *vila* pertencente a Santiago, que se chama Correlhã. Na Correlhã, chegou aos ouvidos do pontífice o rumor do povo referindo que o Bispo de Santiago tinha cometido um acto indigno ao roubar e levar para a sua cidade os santos da terra portugalense, defensores e patronos da sua Pátria. Depois de ouvir isto, homem de grande sabedoria e exímia piedade, temendo perder a sua preciosa carga em algum momento ou por algum acto de violência, entregou os corpos dos santos a um fiel Arcediago e instruiu-o com sábias palavras sobre o modo como os levar por caminhos escondidos até à cidade de Tui. Enquanto o pontífice permanecia na Correlhã, o Arcediago, caminhando segundo as suas instruções, chegou com êxito ao rio Minho, que corre junto a Tui. O rio estivera tão agitado, durante três dias de temporal severo, que nenhuma embarcação o pudera atravessar. Mas uma vez os corpos de santos colocados nas suas margens, o rio parecia sentir respeito por eles, porque, uma vez acalmado o vento e amainada a tempestade, que, ofereceu tanta facilidade para passarem os santos, quanta podia oferecer a planície às suas águas acalmada a torrente, corriam com tanta tranquilidade, que nem uma ligeira ondulação as agitava. Transferidos assim, os Santos, através do rio tranquilo, colocaram-nos no cenóbio de São Bartolomeu, que está localizado no subúrbio da cidade de Tui. Então o Arcediago, deixando-os à guarda de um diácono, cónego de Santiago, voltou para junto do Bispo na Correlhã e deu-lhe a conhecer tudo o que aconteceu pelo caminho e onde deixou os Santos de Deus. O diácono, a que, segundo referimos, foi confiada a sua custódia, segundo as instruções do Prelado levou os mencionados santos para a igreja de S. Pedro de Cela, que S. Frutuoso tinha edificado. E aí, enquanto esperava a chegada do Bispo, durante dez dias os expôs à devida veneração.

4. Depois de ouvir que os santos tinham atravessado o Minho e foram colocados num local seguro (uma vez que este rio separa Portugal da Galiza), o Bispo, depois de preparar tudo o que devia preparar-se, apressou-se a chegar ao mosteiro onde os santos estavam, e, tomando-os, começou a dirigir-se, já então, às claras, para a cidade de Compostela, pelas *vilas* de S. Tiago, com grande veneração e alegria. E quando chegou à aldeia que é chamado Gogilde, enviou mensageiros ao clero e povo de Compostela, para que lhes anunciassem a chegada dos santos e lhes recomendassem de que modos os deviam receber, por ordem do Bispo. O clero e o povo de Compostela, ouvindo que a divina misericórdia tinha permitido que os corpos dos santos fossem transferidos de Braga para a cidade de Compostela, muito se alegraram, porque pensavam que tanto pelos seus méritos e intercessão como pelo patrocínio do Apóstolo Santiago, com a presença de cujo corpo a cidade de Compostela se ilustra, seriam libertados de toda a peste ou enfermidade. Saindo então ao seu encontro, de pés descalços, os clérigos, seguidos pelo povo, foram religiosamente em procissão até ao local chamado Milladoiro. Quando o Bispo lá chegou, descalçou-se e ordenou que o fizessem também os que vinham com ele, e, atrás deles, os clérigos, de acordo com sua disposição, envergando as vestes sagradas e com os pés descalços, receberam os

corpos gloriosos dos santos, e, com o Bispo e o clero à frente, os transportaram para a sua cidade, com hinos e cânticos e piedosa devoção, e os colocaram na igreja de Santiago Apóstolo, em Compostela.

5. E assim, o corpo de S. Frutuoso, confessor e pontífice, foi colocado junto do altar de São Salvador na cripta maior da mesma igreja. Quatro anos decorridos, pareceu melhor ao referido pontífice e aos seus clérigos fazer uma morada para S. Frutuoso, que tinham retirado da sua própria casa. Em sua homenagem foi assim construído e dedicado um altar e consagrado pelo Bispo, no braço esquerdo da igreja, na cripta, que está entre a porta que dá para o claustro e o altar de Santiago. Ali foi colocado o corpo de São Frutuoso e ali repousa em sua própria casa, glorioso milagre, até ao dia eterno. E o altar de S. João, apóstolo e evangelista, recebeu o corpo de São Cucufate mártir e o corpo do mártir S. Silvestre foi colocado no altar dos santos apóstolos Pedro e Paulo, na mesma igreja. E a Bem-aventurada Susana, virgem e mártir, repousa honrosamente na igreja que se sabe ter sido fundada em honra do Santo Sepulcro e de Todos os Santos no local que antes chamavam o Outeiro de Potros.

Eu, Hugo Cónego e Arcebispo da mesma Sé Compostelana, que tive conhecimento do referido segredo, e também fui consultor fidelíssimo e diligente colaborador e estive presente no encontrar de tantos e tão preciosos tesouros, e no cuidar deles, descrevi diligentemente o êxito do mencionado evento e o transmiti fielmente à memória dos vindouros, para que não se apague na bruma do esquecimento. Tradladados assim os corpos dos santos, foram colocados, como já foi dito, no dia 14 antes das calendas de Janeiro (19 de Dezembro), reinando Nosso Senhor Jesus Cristo, a quem é devida honra e glória pelos séculos dos séculos. Amém.

Bibliografia

- Academia Portuguesa da História, 1980 – *Documentos Medievais Portugueses Documentos Particulares*. Lisboa, vol. IV, tomo I.
- ALVAREZ, Manuel Lucas, 1988 – *Tumbo A de la Catedral de Santiago*. Santiago: Cabildo de la Catedral y Seminario de Estudios Galegos.
- BARBANÈS, Anne-Lise, 2005 – “Écrire l’histoire d’un évêque et de son Église au XIIe siècle: le cas de Diego Gelmírez (1100-1140) et de l’*Historia Compostellana*”. *Rives nord-méditerranéennes*. Disponível em: <URL: <http://rives.revues.org/document85.html>>.
- CARRO GARCIA, Jesus, 1959-1960 – “Venta de la Villa de Cornellá (Cornelhã) en el año de 1426”. *Boletim de la Comisión de Monumentos de Orense*. XX, p. 153-161.
- COSTA, Avelino de Jesus da, 1965 – *Liber Fidei*. Braga. Tomo I.
- COSTA, Avelino de Jesus da, 1990 – *Liber Fidei*. Braga. Tomo II.
- COSTA, Avelino de Jesus da, 2000 – *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*, 2.^a ed. Braga, vol. II.
- COSTA, Avelino de Jesus da; MARQUES, Maria Alegria F., 1989 – *Bulário. Inocência III (1198-1216)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.
- ERDMANN, Carl, 1927 – *Papsturkunden in Portugal*. Berlin: Wetdmannsche Buchhandlung.
- FALQUE REY, Emma, 1988 – *Historia Compostellana*. Corpus Christianorum, Continuatio Medievals, 70, Turnhout, Brepols.
- FALQUE REY, Emma, 1994 – *Historia Compostelana*. Madrid: Akal.
- FERNANDEZ DE VIANA Y VIEYTES, José Ignacio; GONZALEZ BALASCH, María Teresa, 1992 – “Documentos sobre derechos da la Iglesia Compostelana en tierras portuguesas en los Tumbos “B” y “C” y en el “Tumbillo de Concordias” de la Catedral de Santiago”. *Sep. Cuadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Tecnicas Historiográficas*. XVII.
- FERREIRA, José Augusto, Mons., 1928 – *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*. Braga: Edição da Mitra Bracarense, tomo I.
- FLOREZ, Henrique, 1765 – *Historia Compostellana sive de Rebus Gestis D. Didaci Gelmirez*. Madrid: Imprenta de la Viuda de Eliseo Sanchez, tomo XX.
- LOPEZ ALSINA, F. 1987 – “En torno a la Historia Compostellana”. *Compostellanum*. 32.
- LOPEZ FERREIRO, A. , 1898-1909 – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela, vol. III.
- PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco J., 1996 – “*Los Cotos de la Iglesia de Santiago en el Reino de Portugal (siglos XII-XIV)*”, comunicação apresentada no *VI Colóquio Galaico-Minhoto*, Ourense.

REIS, António Matos, 2003 – “Entre Braga e Santiago de Compostela – a “Villa Corneliana” (freguesia de Correlhã, concelho de Ponte de Lima) na primeira metade do século XIII” in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto, vol I.

SOUSA, D. António Caetano de, 1744 – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa, tomo III.

SUAREZ, M.; CAMPELO, J., 1950 – *Historia Compostellana o sea Hechos de D. Diego Gelmirez, primer arzobispo de Santiago*. Santiago de Compostela.

A Visitação à Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira, de Canha, em 1565

Joel Silva Ferreira Mata

As visitas quinzentistas das instituições religioso-militares constituem um instrumento assaz importante para o estudo de áreas tão abrangentes como a economia, as práticas religiosas, a sociedade, a cultura, a administração, a assistência social, a demografia e outros campos que o exame minucioso a este tipo de acervo documental permitirá descortinar. Em termos espirituais, as visitas ajudam a esclarecer três tipos de preocupações: assegurar o serviço da igreja paroquial e das ermidas, cuidar do seu património e administrar os sacramentos aos seus fregueses¹.

As visitas periódicas às diferentes partes do território (e de bens como é, por exemplo, o caso dos 13 Fornos da Ordem, na vila de Setúbal²) constituem o meio mais eficaz para exercer sobre as comendas um controlo efectivo³, sendo, sem dúvida, um elemento indispensável para assegurar o bom funcionamento da Ordem estruturalmente considerada⁴, e representam, em última instância, a expressão do “*domínio senhorial*” do Mestre e dos Treze⁵.

Como refere Fernanda Olival,

Uma comenda era antes de mais um rendimento com tal título que permitia ao encartado na mesma designar-se comendador. Havia comendas compostas por apenas dízimos, outras por bens rústicos de diferente natureza ou por rústicos e urbanos. Na Ordem de Santiago havia até comendas que equivaliam ao rendimento de fornos, outras ao rendimento de transporte naval [...] e outras equivalentes às rendas dos tabeliães. Outros casos igualmente atípicos eram as comendas que se traduziam apenas por uma tença em dinheiro, como era o caso de várias na Ordem de Cristo, nomeadamente das três comendas estabelecidas na Casa da Índia⁶.

1 VENTURA, 2001: 64. Apesar do desenvolvimento historiográfico dos últimos anos nesta matéria ser já considerável, diz OLIVAL (2009: 127): “o que se sabe sobre a morfologia das comendas ou sobre os poderes do comendador é ainda muito pouco e escora-se em ideias gerais”.

2 DUTRA, 1999: 185-192.

3 CANABAL RODRÍGUEZ, 2000: 2279-2280.

4 RODRIGUEZ BLANCO, 1985: 149-150.

5 AYALA MARTÍNEZ, 1999: 138.

6 OLIVAL, 2005: 110.

Não obstante, o desenvolvimento do processo comendatário assentava em três grandes fases: de formação, de territorialização e de patrimonialização⁷. Recentemente foi apresentada uma nova perspectiva que consiste em classificar as comendas de primeira concessão e as comendas de última concessão⁸; a comenda que aqui apresentamos insere-se no segundo grupo, visto que o seu titular não depende dela para a sua promoção.

Assim, em termos gerais, a comenda é entendida como “a subdivisão interna mais importante das ordens militares”⁹, a unidade administrativa¹⁰, ou a unidade básica económica-administrativa¹¹, ou ainda a unidade territorial¹² das Ordens Militares, formada por “um conjunto de bens cedido em usufruto”¹³, em suma, um património¹⁴ de dimensões geográficas diferentes que se traduz em comendas de carácter extraordinário, comendas grandes, comendas medianas, comendas pequenas e comendas muito pequenas¹⁵.

A “comenda” de Canha foi visitada, no século XVI, em 1525¹⁶, em 1527¹⁷, em 1528¹⁸, em 1531¹⁹, em 1532²⁰, em 1533²¹, em 1537²², em 1544²³, em 1550²⁴, em 1553²⁵, em 1564²⁶, em 1565²⁷ e em 1571²⁸, de acordo com o levantamento recentemente elaborado²⁹.

Na verdade, as referências que enunciamos dizem respeito à inquirição periódica levada a cabo ao longo de 51 anos, de forma não uniforme, à Igreja paroquial e, ao mesmo tempo, ao território constituído pela vila, termo e província³⁰. Com este trabalho pretendemos publicar a visitação exarada por Gonçalo Barradas, escrivão da visitação, a 8 de Junho de 1565³¹, e equacionar alguns problemas que o texto da mesma nos suscita, pois os textos deste tipo de visitas, à semelhança das visitas paroquiais, constituem, por analogia, “uma fonte de inegável interesse para a história”³².

Os visitantes Estêvão de Brito, comendador de Panóias e de Faro e Mestre Gaspar, prior da Igreja de Santa Maria da Graça de Setúbal³³, têm, do rei, a responsabilidade de, em seu nome, como governador e per-

7 AYALA MARTÍNEZ, 1999: 102-103; AYALA MARTÍNEZ, 2007: 338.

8 FERNÁNDEZ IZQUIERDO, 2009: 279-280.

9 JESÚS DE LA HERAS, 2010: 135.

10 BARQUERO GOÑI, 2004: 110.

11 MOLERO GARCÍA, 2002: 201.

12 AYALA MARTÍNEZ, 2002: 36.

13 PEREIRA IGLESIAS, 2000: 1838.

14 RUIZ RODRÍGUEZ, 1993: 50. Para o autor, o património das Ordens Militares é constituído basicamente como mesa mestral e comendas (RUIZ RODRÍGUEZ, 1999: 299).

15 RODRÍGUEZ-PICAVEA MATILLA, 2009: 180; veja-se ainda GUTIÉRREZ PÉREZ, 2009: 384-383.

16 ANTT – OS/CP, n.º 173.

17 ANTT – OS/CP, n.º 76.

18 ANTT – OS/CP, n.º 179.

19 ANTT – OS/CP, n.º 16.

20 ANTT – OS/CP, n.º 179.

21 ANTT – OS/CP, n.º 174.

22 ANTT – OS/CP, n.º 185.

23 ANTT – OS/CP, m. 6, n.º 440.

24 ANTT – OS/CP, m. 7, n.º 512.

25 ANTT – OS/CP, n.º 196.

26 ANTT – OS/CP, n.º 206.

27 ANTT – OS/CP, n.º 237.

28 ANTT – OS/CP, n.º 222.

29 SEABRA, 2008: 75. O levantamento elaborado em 1997, indica apenas visitas realizadas nos anos de 1526, 1544, 1550, 1564-1565, 1565 e 1571 (FARINHA; JARA, 1997: 326-336).

30 Como exemplo de estudo de comendas em particular, em Espanha, citemos, entre outros: MONTES NIETO, 1993; FERNÁNDEZ IZQUIERDO, 1985; GIJÓN GRANADOS, 2003.

31 ANTT – OS/CP, 201, fl.14v.

32 PEREIRA, 1997: 341.

33 Entre outras competências, os visitantes devem conhecer bem a Regra, os estabelecimentos, os costumes e as cerimónias da Ordem (RODRÍGUEZ BLANCO, 1985: 151).

pétuo administrador da Ordem, observar os aspectos comportamentais no universo espiritual³⁴ “procedendo à devassa da vida e costumes dos freires”³⁵, dos membros pertencentes à instituição espatária e aí residentes, proceder ao inventário dos bens das instituições, orientar o comportamento dos fiéis³⁶, observar o estado de conservação do espólio e das alfaias litúrgicas, paramentos e imagens³⁷, inquirir sobre a natureza e a forma como o património está a ser administrado³⁸ –, resultando daí o maior ou o menor proveito para a Ordem –, nos seus múltiplos aspectos, como a propriedade aforada/emprazada, a sesmaria de Bombel ou a charneca do termo da vila.

Precede o texto da visitação o traslado da carta de D. Sebastião, na qualidade de governador e perpétuo administrador³⁹ da Ordem de Santiago⁴⁰, pela qual dá a conhecer que havia realizado um Capítulo Geral da milícia, celebrado em Lisboa, em 1564, no qual foram eleitos Estêvão de Brito e Mestre Gaspar para visitarem os lugares de Setúbal, de Alcácer do Sal, de Palmela, de Grândola, de Sesimbra, de Arrábida, de Mouguelas, de Almada, de Coima, do Barreiro, de Alhos Vedros, de Aldeia Galega, de Alcochete, de Samora Correia, de Belmonte, de Cabrela, de Represa, de Salvador de Santarém, de Horta Lagoa, de Arruda dos Vinhos, de Alvalade, de Colos, de Vila Nova de Milfontes, de Sines e de Santiago do Cacém, além de Canha⁴¹, lugares que lhes “*couberam em comarca*”⁴².

O termo “comarca” necessita de alguma explicitação. No inventário publicado em 1997 pelas autoras Maria do Carmo Jasmins Farinha e Anabela Azevedo Jara, as visitasções da Ordem de Santiago estão classificadas pela entrada 11.1.2.3- *Visitações*⁴³, referindo-se que estas “eram feitas por comarcas”⁴⁴. Com efeito, no século XVI houve uma reforma administrativa civil, mais adequada à realidade demográfica da primeira metade da centúria de Quinhentos, justificação dada por D. João III, nas cortes de Évora de 1535⁴⁵. De igual forma, foi requerido ao papa Paulo III⁴⁶, também, um redimensionamento administrativo eclesiástico, embora por razões diferentes⁴⁷. Ora observando a cartografia e os quadros reproduzidos por João José Alves Dias, facilmente compreendemos que as comarcas das Ordens religioso-militares não têm a ver com esta dupla realidade, nem com a emergência das chamadas *comendas novas* criadas por D. Manuel, com as quais pretendia recompensar aqueles que, durante dois anos, haviam servido o monarca em África⁴⁸, como é o caso de Luís Gonçalves de Ataíde⁴⁹, embora este processo não seja de todo pacífico⁵⁰.

À falta de outros instrumentos de comparação, citemos a deliberação tomada por D. Jorge no Capítulo Geral da Ordem de Avis, realizado em Lisboa, a 27 de Fevereiro de 1538, onde foi “decidido repartyr o mestrado em duas comarcas”⁵¹. O objectivo desta divisão interna era o de facilitar as visitasções, de modo a que, em pouco

34 BRANCO, 1997: 416.

35 CONDE, 2001: 265.

36 PEREIRA, 1965: II: 475-484.

37 MOITEIRO, 2001: 305.

38 FERNANDEZ IZQUIERDO, 1985: 15.

39 Sobre a figura jurídica do administrador, veja-se RUIZ RODRÍGUEZ, 2000: 1709.

40 Sobre o conceito de ordem, veja-se POSTIGO CASTELLANOS, 1999: 231-256.

41 ANTT – *OS/CP*, 201, fl.1v.

42 ANTT – *OS/CP*, 201, fl.1v. Além das localidades referenciadas, os inquiridores tiveram a seu cargo também a visitação aos “moios de Santarém”.

43 FARINHA; JARA, 1997: 319.

44 FARINHA; JARA, 1997: 319.

45 DIAS, 1996: I, 197.

46 OLIVEIRA, 1994: 289.

47 DIAS, 1996: I, 197.

48 SILVA, 2009: 112.

49 DURÃES, 2001: 231.

50 GOMES, 2001: 274.

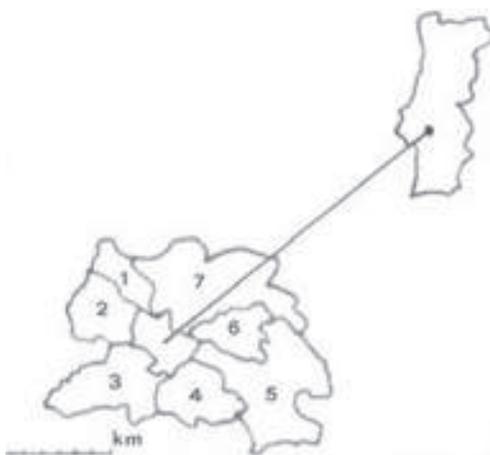
51 ANTT – *Livros do Convento de Avis*, nº14, fls.48-49v, citado por MENDONÇA, 2007: I, 412.

tempo, todo o espaço espiritual e patrimonial fosse rapidamente visitado, aproximando o poder da Ordem daqueles que a este senhorio estavam submetidos, e mais tarde, em 1564, o perpétuo governador e administrador da Ordem fala das “comendas que lhe couberam em comarca”⁵², abrangendo um perímetro geográfico cuja dimensão ultrapassa largamente, por exemplo, a Comarca da Aldeia Galega, que foi recentemente estudada⁵³. Pelo exposto, a divisão em comarcas não parece significar uma divisão rígida e definitiva, associada a uma geografia bem delimitada, mas a um universo a definir em cada Capítulo Geral da Ordem. Só assim se compreende que D. Sebastião tenha ordenado mandar visitar “a dita comarca”⁵⁴, isto é, um conjunto de 27 comendas⁵⁵. Em suma, o termo “comarca” tanto pode referir-se à correição de uma geografia mais ou menos homogênea (como no caso de Aldeia Galega), como pode referir-se às comendas que o Capítulo Geral determine que sejam visitadas.

Os treze instrumentos documentais que registam, ao longo da centúria de Quinhentos, as visitas realizadas à Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, recolhem também informações sobre o universo geográfico da vila de Canha, do seu termo e da província. Por outro lado, no século XVI, a “comenda” de Canha aparece também associada com a comenda de Cabrela⁵⁶.

Feitas estas observações introdutórias para situar a nossa reflexão, passemos à abordagem das matérias mais pertinentes sugeridas pelo texto em análise.

Figura n.º 1 – Localização da vila de Canha no século XVI⁵⁷ (Numeramento de 1527-1532)



Legenda: 1 – Benavente; 2 – Samora Correia; 3 – Palmela; 4 – Cabrela; 5 – Montemor-o-Novo; 6 – Lavre; 7 – Coruche

52 ANTT – *OS/CP*, 201, fl.14v.

53 SEABRA, 2008. O problema que aqui se coloca é muito mais vasto, e tem a ver com a definição geográfica do termo “Ribatejo”, que desde o século XIII começa a ser citado no acervo documental, arrastando com ele a “comarca do Ribatejo” e o “concelho do Ribatejo”, cujas identificações estão longe de ser alcançadas. Para o estudo mais aprofundado desta matéria veja-se DIAS, 2000; CORREIA, 2001; *Chancelarias Portuguesas*, 1984, doc.540: 220; *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte, (1433-1435)*, I-1. 1998, doc.561: I-1, 322-233; LOPES, 1977: 121; ANTT, *Livro de Vereações e Posturas do Concelho de Santa Maria da Sabonha*, fl.30; ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens*, *OS/CP*, nº178; AZEVEDO, 1937: 7-64; ESTEVAM, 1956; VARGAS, 1987: 185-209; VENTURA, 2000.

54 ANTT – *OS/CP*, 201, fl.2v.

55 Embora, por exemplo, a comarca da Aldeia Galega entre 1491 e 1572, corresponda apenas a sete comendas: Barreiro, Coina, Alhos Vedros, Aldeia Galega, Canha, Samora Correia e Alcochete (ANTT – *OS/CP*, Gav.5, m.1, nº2; *OS/CP*, nº135 e nº12, para o ano de 1491 e ANTT – *OS/CP*, m.1, nº9, fls.113-115; *OS/CP*, m.1, nº47, para 1572 (SEABRA, 2008: 10).

56 PIMENTA, 2001: 143.

57 DIAS, 1996: 540-545.

1. Administração da justiça

A administração cível e crime pertence à Ordem, e o primeiro aspecto a ser tratado tem a ver com a normalização social, pela resolução de eventuais conflitos abertos ou latentes, sobre os quais os enviados em visitação possam pronunciar-se, actuando como elementos disciplinadores. O "cidadão" que se sentisse lesado por actos praticados por qualquer membro da Ordem, podia apresentar o seu caso a Gaspar Moreno, meirinho da visitação que, no âmbito da justiça, agia como árbitro e moderador social, em nome da Ordem como senhorio⁵⁸. Observa-se, assim, que a primeira medida a tomar é de natureza judicial que, em última análise, significa a aplica o da justiça e da lei, num clima de proximidade ao cidadão comum⁵⁹.

A segunda recomenda o feita pelos visitantes tem a ver com a propriedade. Todos os detentores de bens da Ordem na vila de Canha deviam evidenciar o título que lhes conferia a posse. Ao chamamento dos inquiridores deviam comparecer os cavaleiros, os clérigos do hábito da Ordem, os juízes, os vereadores e os homens honrados do concelho⁶⁰. Desde logo, compareceu D. Afonso de Lencastre, na qualidade de comendador da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, tendo exibido, perante os delegados do governador e perpétuo administrador da Ordem, o título que lhe conferia a posse da comenda, submetendo-se, desta forma, ao voto de obediência ao qual estava sujeito, pois, este preceito "  a coluna vertebral da estrutura hierárquica da Ordem e o fundamento do seu próprio poder"⁶¹. Note-se que geralmente o comendador é dado como ausente, sendo o absentismo, uma das denúncias frequentes nas visita es⁶².

2. Popula o

Quanto   Igreja, como espaço físico propriamente dito, Estêvão de Brito e Mestre Gaspar observam que o edifício religioso   exíguo para conter o povo. Para colmatar esta falta de espaço deram ordem para aumentar o salão em 15 palmos (3,00 metros⁶³) no sentido do comprimento. O que teria acontecido em Canha? Estaremos a assistir a um surto demográfico esporádico ou ao crescimento populacional estruturado?⁶⁴

O texto refere que havia na vila (sede da comenda) 50 vizinhos⁶⁵ e, mais à frente, diz o escrivão Gonçalo Barradas, que há na vila (sede concelhia) e no seu termo (conjunto das freguesias do termo da vila) 90 fogos⁶⁶. Com efeito, a linguagem não facilita a interpreta o dos elementos, já que "vizinho" e "morador" podem significar a mesma realidade demográfica ou social e "fogo"⁶⁷ pode querer dizer "cabeça de casal"⁶⁸, ou pode, t mbem, dizer respeito a "parcelas de casais ou quintas"⁶⁹. O substantivo "fogo" servia para designar o núcleo

58 Em torno desta problemática veja-se SALVADOR DE MOX , 1964: 185-236; COELHO, 1989: I, 304-309 e 338-398; MARREIROS, 1991-1992: 333-337.

59 Como refere AYALA MARTÍNEZ (2007: 653), "la justicia – expresión eminente de la jurisdicción – es el outro gran pilar sobre el que se fundamenta el gobierno de las órdenes en sus se orios".

60 ANTT – OS/CP, 201, fl.3.

61 AYALA MARTÍNEZ, 2000: 366.

62 SANTOS, 2001: 13.

63 MARQUES, 1981: 68.

64 A remodela o de edifícios religiosos, devida ao aumento demográfico, está t mbem patente em Espanha. Como exemplos citemos a Igreja da Madalena, em M rcia (GRI AN MONTEALEGRE, 2000: 1509), o convento de Sevilha da Ordem de Santiago (LÓPEZ VARGAS-MACHUCA, 2000: 231), a igreja paroquial de Santa Catalina, em Campo de Montiel (MOLINA CHAMIZO, 2000: 1535) e ainda na comenda de Socovos, em M rcia (SÁNCHEZ FERRER, 2000: 1565).

65 ANTT – OS/CP, 201, fl.8v.

66 ANTT – OS/CP, 201, fl.14v.

67 Por volta de 1527-1532, a popula o portuguesa andaria pelos 280 mil fogos, perfazendo 1,2 milhões de habitantes (AMORIM, 2001: 385). Feitas as contas, temos 4,28 habitantes por fogo, elemento que nos será importante para tentar uma aproxima o   popula o de Canha em 1565.

68 DIAS, 1996: I, 61.

69 COSTA, 1959: 216.

familiar⁷⁰. Todavia, o termo “vizinho” foi objecto de alguma evolução e a sua designação foi contemplada e explicitada nos textos normativos desde, pelo menos, do século XV.

Assim, nas *Ordenações Afonsinas*, designa-se por vizinho de uma cidade, de uma vila ou de um lugar, o indivíduo que for aí nascido ou que seja portador de alguma dignidade, o local onde fixar domicílio ou onde se registar a maior parte dos seus bens e que mostre intenção de aí morar⁷¹. É, também, considerado vizinho do lugar onde casar e aí morar depois de casado ou se se fixar aí com mulher e filhos após um período de 4 anos⁷². As *Ordenações Manuelinas* dão a mesma leitura: ser natural de um lugar onde viver ou se detiver alguma dignidade ou desempenhar algum ofício régio, estar ao serviço da rainha, do senhor da terra, do concelho ou lugar e que tal actividade requeira que o mesmo deva viver nesse lugar⁷³.

Perante os dois termos “vizinho” e “fogo”, que Gonçalo Barradas inscreve no texto da visitação, e face à definição dos vocábulos, a interpretação quanto ao número de habitantes de Canha em 1565, torna-se difícil de calcular.

Se aplicarmos o coeficiente 4⁷⁴ ou o coeficiente 5⁷⁵ ao número de vizinhos, teremos uma população que podia oscilar entre 200-250 habitantes, mas se aplicarmos os mesmos coeficientes ao número de fogos estaremos perante uma realidade populacional que poderá variar entre 360-450 habitantes.

Pelo conteúdo da visitação parece que Gonçalo Barradas conhece muito bem a designação dos vocábulos, pois de outra forma, não os separaria, o que quer dizer que estamos perante duas realidades diferentes e autonomizadas. Para tentarmos dar resposta às interrogações formuladas, parece-nos que, uma avaliação da população de Canha em 1565 deve associar os dois vocábulos “vizinhos” e “fogos”. Se esta interpretação estiver correcta, a população da vila de Canha, de acordo com os coeficientes indicados devia balizar-se entre 500-700 habitantes⁷⁶.

Não obstante, o século XVI repleto de vicissitudes de índole diversa, leva-nos, a optar por um coeficiente intermédio⁷⁷, aliás o mesmo procedimento tem sido adoptado por vários estudiosos das Ordens Militares para esta cronologia⁷⁸. Se assim for, podemos situar a população em 630 habitantes, o que, em boa verdade, ainda parece ser um valor excessivo⁷⁹.

Detivemo-nos na análise sobre a população de Canha, a partir dos elementos que o texto da visitação contém, para clarificar a demografia desta vila ao longo do século XVI (entre 1523-1565), pois as diversas fontes que se reportam, isoladamente, a este aspecto indicam, invariavelmente, que em 1523, 1527, 1532 e em 1550 havia 60 moradores⁸⁰, o que é manifestamente improvável. Por outro lado, esta reflexão é necessária porque a população é um elemento em termos de administração tributária.

70 DIAS, 1996: I, 31.

71 *Ordenações Afonsinas*, 1984: Livro II, Tít.XXX, 271.

72 *Ordenações Afonsinas*, 1984: Livro II, Tít.XXX, 272.

73 *Ordenações Manuelinas*, 1984: Livro II, Tít.XXI, 99.

74 SERRÃO, 1980: 218.

75 COSTA, 1959: I, 231.

76 Em 1527-1532 assistimos a uma outra vertente – a relação clérigo/número de habitantes –, que, nas vilas, é de 1/152 habitantes (POLÓNIA, 2001: 442). Esta relação, porém, também não nos facilita os cálculos; temos um clérigo mas a população pode variar de tal ordem que, a razão apontada pode estar longe da realidade.

77 MATA, 2007: 213.

78 Citemos, entre outros, PIMENTA, 2001: 145-147; MENDONÇA, 2007: I, 412; SEABRA, 2008: 10.

79 Temos alguns pontos de apoio para o século XVI, para esta comenda, considerando o coeficiente 4,5: em 1523 - 419 habitantes; em 1527 - 270 habitantes; em 1532 - 270 habitantes; em 1550 - 270 habitantes (SEABRA, 2008: 71).

80 SEABRA: 2008, I, 235.

3. Religiosidade

No âmbito da religiosidade e das práticas religiosas⁸¹, os visitantes relembram ao freire as suas funções religiosas mas também outras que decorrem do exercício da sua actividade pastoral. Interessante é a recomendação sobre a realização da missa que deve ser realizada “a certas horas convenientes”⁸², durante a semana, isto é “muyto cedo”⁸³, para que os moradores dos montes pudessem assistir à celebração da missa. Ao padre Lopes Gonçalves, beneficiado, como coadjutor do freire António Gonçalves, foram-lhe fixadas uma série de tarefas, e, entre elas “ensinar a doutrina cristaam aos mininos”⁸⁴, isto é, o Pai Nosso, Ave Maria e o Credo⁸⁵, “que sam orações de necessidade”⁸⁶, pelas quais tinha direito a receber anualmente a quantia de mil réis. As recomendações feitas aos dois ministros de culto inscrevem-se no voto de obediência (a “santa obediência”⁸⁷), que haviam jurado, ao governador e perpétuo administrador da Ordem, enquanto seu superior.

4. Confrarias

De acordo com o registo efectuado por Francisco Barradas, escrivão da visitação, foram visitadas as três confrarias existentes na paroquial: a do Espírito Santo, a de S. Sebastião e a de S. Gião, onde Estêvão de Brito e Mestre Gaspar foram informados sobre a actividade desenvolvida em cada uma destas instituições, através dos respectivos mordomos. De acordo com o costume, o movimento da receita e da despesa devia ser registado em livro próprio, o que efectivamente foi verificado, excepto na confraria de S. Gião. À semelhança do que acontecia para situações idênticas detectadas em outras comendas, os visitantes exortam o mordomo que, de futuro, seja diligente, anotando num livro o movimento financeiro da respectiva confraria, sendo dadas indicações precisas a observar no momento da sucessão do mordomo, do escrivão e do recebedor.

As confrarias eram frequentes nas terras da Ordem⁸⁸. A sua menção aponta para a existência de alguns cargos e obrigações, mas há um vazio relativamente ao seu funcionamento, como por exemplo, as obrigações, quer dos oficiais que servem a confraria, quer dos confrades, pois não temos, com efeito, a indicação da existência de estatutos próprios, pelos quais os confrades regulassem a sua actividade, como acontecia, por exemplo, na confraria de Santa Cruz de Lagoaça, cujos estatutos instituem designadamente: a existência de um provedor, escrivão e um mordomo; um livro de assentos dos confrades; obediência aos estatutos; quem podia ser admitido⁸⁹; a sua comparticipação monetária; a disciplina; a penitência; a procissão; o pedido do sacramento da extrema-unção em caso de doença grave; missas pela alma do confrade defunto; dos enterramentos e do calendário das reuniões anuais a efectuar pelos confrades, para tratar dos assuntos da confraria⁹⁰.

Quanto à ermida da invocação de S. Gião, os visitantes registaram o bom estado de conservação do edifício, a existência de uma imagem de S. Gião e a total ausência de ornamentos e que competia aos moradores a conservação do edifício. Esta ermida está associada à confraria que invoca o mesmo patrono, já referida⁹¹.

81 Sobre o conceito de religião e de religiosidade veja-se RUIZ RODRÍGUEZ, 2009: 904-909.

82 ANTT – OS/CP, 201, fl.5.

83 ANTT – OS/CP, 201, fl.5.

84 ANTT – OS/CP, 201, fl.8.

85 PIMENTA; 2009: 102.

86 Visitações Gerais de D. Jorge da Costa, cardeal de Alpedrinha, Cap.6, publ. por VENTURA, 2001: 70.

87 AYALA MARTÍNEZ, 2007: 373; CIUDAD RUIZ, 2009: 313-314.

88 Sobre o processo de formação de uma confraria veja-se, entre outros, RODRÍGUEZ BLANCO, 1985: 347.

89 Por exemplo, em 1518, há um registo no qual é mencionado to nome de todos os confrades nesta comenda, num total de 92 membros masculinos (SEABRA; 2008, II, p.236).

90 SÁNCHEZ HERRERO; PÉREZ GONZÁLEZ; 2003: 723-727.

91 ANTT – OS/CP, 201, fl.13v.

5. Higiene e limpeza

A higiene e a limpeza da Igreja era uma das preocupações sempre presentes nas visitas em geral e nesta em particular. Por isso, Estêvão de Brito e Mestre Gaspar recomendavam ao prior da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira que a mandasse varrer e lavar duas vezes por semana (entre 1 de Abril a 31 de Outubro) e juncá-la todos os sábados (entre 1 de Novembro a 31 de Março), e mandar fazer a limpeza das teias de aranha e do pó das paredes⁹².

Além do cuidado com o espaço interno da Igreja, também no dia da festa de Santiago (25 de Julho) e no dia da trasladação (30 de Dezembro), as ruas por onde irá passar a procissão deverão ser varridas e juncadas, cuja responsabilidade foi atribuída aos juízes, vereadores e procuradores da vila de Canha⁹³.

Depois de ter sido observada a igreja pelo seu interior, Estêvão de Brito e Mestre Gaspar enumeraram uma série de tarefas que o prior devia fazer como, por exemplo, renovar a água benta e o modo como devia proceder para a benzer, lavar a pia de baptizar logo após a sua utilização para evitar os maus cheiros⁹⁴. Quanto à periodicidade da lavagem das toalhas de mão, das toalhas do altar, das galhetas e das caldeiras de água benta, são dadas indicações concretas. Os visitantes exortam que, se não houver quem proceda aos trabalhos de lavagem por sua devoção, que os mesmos devam ser pagos pelo “recebedor da fabrica”⁹⁵.

6. Espólio móvel

O espólio móvel da Igreja encontra-se agrupado sob a designação de Título da Prata e Ornamentos, através do qual, Gonçalo Barradas, escrivão da visitação enumera as diferentes peças de vestuário usado na liturgia, os ornamentos do altar-mor e dos altares laterais, as alfaias de culto, os livros dos ofícios e outros pequenos objectos cuja função não é muito clara. Para dar a dimensão desta realidade agrupamos o referido espólio por afinidade dos seus elementos, nos quadros seguintes.

Quadro n.º 1 – Objectos em prata

Quantidade	Designação	Características	Peso
1	cálice	de prata, dourado, com sua patena	–
2	cálice	de prata, brancos, com sua patena	–
2	cruz	de madeira, dourada	–
1	custódia	de prata, constituída por três peças	9 000 réis de prata, menos 2 vintéis
1	cadeia	de ouro, com um frasco com três “graamdalos”	2 900 réis e o frasco 770 réis
várias	contas	de prata, com seus extremos e cruz em prata	–

92 ANTT – OS/CP, 201, fl.8.

93 ANTT – OS/CP, 201, fl.6v.

94 A mesma recomendação, nos mesmos termos, é feita, em 1528, ao responsável pela ermida de Santa Susana, em Zamora (FERRERA FÍNCIAS, 2000: 215).

95 ANTT – OS/CP, 201, fl.7

Quadro n.º 2 – Ornamentos/vestes

Quantidade	Designação	Características
1	Vestimenta comprida	de cetim carmesim, com savastro de veludo carmesim
1	Vestimenta comprida	de cetim branco, com savastro de veludo verde
2	Vestimenta	de zarzaganía, compridas, novas, com savastros de seda da Índia
1	Vestimenta comprida	de chamalote preto, com savastro de veludo preto
1	Vestimenta	de chamalote cinzento, com savastro e cetim amarelo
1	Vestimenta	rota
6	Toalha	da Flandres, novas, para o altar-mor
6	Toalha	dos altares laterais, provenientes da Índia e da Flandres
3	Frontal	de zarzaganía com barras de veludo verde
1	Frontal	de tafetá branco e vermelho
4	Frontal	de Gonçalo do Mecil
1	Frontal	de chamalote preto
1	Frontal	de cetim carmesim com uma barra pequena de veludo carmesim franjado de retrós em cor verde
1	Frontal	de damasco com barras de "isladano", com savastro frontal de veludo roxo
1	Pálio	de chamalote carmesim, velho, de seda da Índia, colorido
1	Pálio	de seda da Índia, colorido
7	Panos	preto da Quaresma
1	Capa	de asperges, de damasco verde, com savastro e capelo de veludo alaranjado
1	Capa	de asperges, de chamalote azul, com savastro e capelo de veludo carmesim, franzido de retrós verde
1	Saia	de chamalote amarelo e dois manguitos de tafetá e duas "portas"
1	Pano	de chamalote preto para o púlpito
3	Corredição	de rede do altar-mor

Quadro n.º 3 – Alfaias da Igreja

Quantidade	Designação	Características
4	Castiçal	de latão, para os altares
1	Bacia de oferta	–
1	Turíbulo	em latão
1	Turíbulo	velho
2	Caldeirinha	uma em latão e a outra em cobre
1	Prato	de estanho para a unção
1	Lâmpada	de arame
6	Galheta	de estanho
1	Cofre	de três chaves

Quadro n.º 4 – Livros

Quantidade	Designação	Características
1	Missal	novo, rito romano
1	passionário	–
1	Livro	de canto

7. Obrigações do comendador

Apesar de ter sido bastante visitada ao longo do século XVI (até à década de 1560), o certo é que a necessidade de intervenção ao nível de restauro e de conservação a vários níveis é um dos aspectos sempre realçados, cabendo ao titular da comenda⁹⁶ que neste caso é D. Afonso de Lencastre, comendador-mor da Ordem e comendador desta Igreja, a responsabilidade de promover e pagar as despesas inerentes a tais intervenções, das quais destacamos o restauro do retábulo do altar-mor, ou a sua substituição que a acontecer, o novo retábulo devia conter a imagem de Nossa Senhora da Oliveira; dois altares laterais⁹⁷; a aquisição de três frontais de chamalote de cores para os altares (altar-mor e altares laterais); forrar o cofre que guarda o Santíssimo Sacramento; comprar panos com o mistério da Paixão, dois frontais com cruces brancas para os altares laterais e pano para cobrir os defuntos⁹⁸; mandar fazer armários destinados à sacristia para guardar os ornamentos que andam dispersos; colocar na fresta que está na cabeceira da Igreja, uma vidraça com uma protecção pelo lado exterior; comprar uma caldeirinha de água benta, dois castiçais, em latão, para os altares

96 Ao comendador compete zelar pela integridade do património da Ordem “encomendado”, devendo pugnar pela sua conservação, através de uma correcta administração (AYALA MARTÍNEZ, 2007: 341).

97 ANTT – OS/CP, 201, fl.9. Em 1553 há referência ao retábulo do lado da Epístola, com a imagem de Nossa Senhora e ao retábulo do Evangelho com a representação de Santiago (SEABRA, 2008: I, 169).

98 Sobre este aspecto veja-se OLIVAL, 2010: 65.

e também um livro santoral e domingal. Todas as despesas são suportadas por D. Afonso de Lencastre. O prazo para a realização dos trabalhos e das novas aquisições é de dois anos, que era a norma aplicada nas visitas.

Os encargos dos fregueses situam-se no quadro tradicional (correspondentes a 10%), já que foram inscritos no foral antigo e, mais tarde, registados no foral outorgado por D. Manuel em 1516, e incidiam sobre os produtos hortícolas, o azeite, o vinho, o mel e os enxames, os galináceos, o gado vacum, as ovelhas, as cabras, os poldros, os burros, os furões e também sobre a produção de cereais que suportavam a carga fiscal de 9%. Não obstante, pela deliberação do ouvidor do Mestrado, tudo indica que D. Afonso de Lencastre impunha aos moradores de Canha uma carga fiscal acima daquela que havia sido estipulada, em tempos de antanho, assim como aforava as terras maninhas⁹⁹. A autoridade da Ordem repõe, assim, o “costume antigo”¹⁰⁰, de acordo com o que havia sido estabelecido no foral primitivo e nas sentenças que a Ordem possui sobre esta matéria.

8. Conflitualidade entre a Ordem e o Concelho

Os focos de tensão¹⁰¹ entre a Ordem e os concelhos, nos quais estava implantada, podiam ter a sua origem em questões de natureza militar, jurisdicional, jurídica-económica e económica¹⁰². Em Canha, em 1565, o objecto processual prende-se com a extracção indevida de cepas para fazer carvão, cujo rendimento era subtraído à Ordem. Os visitantes não podiam concordar com esta atitude e, nesse sentido, proibiram a actividade ilícita praticada pelo concelho. A desobediência ou a reincidência nesta actividade levava à aplicação de uma série de sanções que já estão bem definidas no foral manuelino de 1516.

Vemos assim, que as visitas funcionam como um instrumento que, se não dá uma imagem total sobre o quotidiano de uma população em terras da Ordem de Santiago, pelo menos fornece-nos toda uma panóplia de situações que nos permite, pelo menos, ter acesso a uma série de segmentos mentais e materiais, que nos dão uma visão de conjunto que, conjugada com as informações provenientes de outro tipo de espólio, nos poderão ajudar a compreender e a interpretar a vivência numa comenda – a forma encontrada para defender a integridade do património das instituições¹⁰³.

Assim, os textos das visitas são documentos de particular importância para o conhecimento e a compreensão da realidade sociológica, administrativa e religiosa das instituições a que se reportam, pois, como refere José Mattoso, desapareceu uma grande parte do espólio documental essencial para o estudo das ordens militares, como por exemplo,

parte dos textos normativos iniciais, quase todos os livros litúrgicos anteriores ao século XVI, listas antigas de livros guardados nas suas bibliotecas, textos redigidos por eles, cartas, instruções religiosas, instrumentos de controlo da vida espiritual, como as actas de capítulos gerais e as visitas (de que só existem raros testemunhos já do fim do século XV), narrativas sobre a actuação de membros das ordens, etc., etc.¹⁰⁴.

99 ANTT – OS/CP, 201, fl.10.

100 ANTT – OS/CP, 201, fl.10v.

101 Por exemplo, entre a Ordem e o concelho de Setúbal (BEIRANTE, 2001: 65).

102 É o caso de Setúbal (MARQUES, 1997: 292-297).

103 DIAS, 2001: 112.

104 MATTOSO, 2010: 12.

Transcrição documental

Para a leitura e a publicação desta fonte utilizámos as normas propostas pela Comissão Internacional de Diplomática, adaptadas ao caso português, pelo Prof. Doutor Padre Avelino Jesus da Costa – *Normas Gerais de transcrição e publicação de documentos medievais e modernos, (muito melhorada)* 3ª edição. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993.

Em todo o caso permitimo-nos chamar a atenção para as normas mais utilizadas.

- 1 - Na data mantivemos a letra M para a indicação de mil.
- 2 - As palavras “hua(s)”, “alqua(s)”, “nenhua(s)” nas suas diferentes grafias conservam o til sobre a letra “u” e, nos múltiplos casos em que a letra “u” aparece escrita duplamente, colocámos o til no primeiro “u”, devido ao seu valor fonético.
- 3 - Actualizámos o uso das maiúsculas e das minúsculas.
- 4 - Actualizámos o uso da cedilha da letra “c”.
- 5 - Foram actualizadas o “u” e o “v”, assim como o “i” e o “y”.
- 6 - Respeitámos a grafia do “y” e do “i”.
- 7 - Mantivemos as consoantes duplas no meio e no final das palavras. No início foram reduzidas a uma. Quanto às vogais manteve-se a dupla vogal no início das palavras, sempre que se tratava de uma vogal aberta. As duas vogais acentuadas (preposição + artigo definido) também foram consideradas.
- 8 - As palavras que aparecem inicialmente juntas ou mal separadas foram divididas ou separadas por apóstrofo, excepto no caso de formar um único vocábulo.
- 9 - As leituras duvidosas foram assinaladas com “(?)”.
- 10 - As palavras erradas ou a sua repetição sequencial foi seguida de “(sic)”.
- 11 - Usámos uma pontuação muito reduzida.
- 12 - As assinaturas autógrafas foram transcritas em maiúsculas, antecedidas de *[ASSINADO]*.

1565, Dezembro, 4 – Canha

Estêvão de Brito, comendador de Panóias e de Faro, juntamente com o Mestre Gaspar, visita a igreja paroquial de Nossa Senhora da Oliveira, na comenda da Ordem de Santiago em Canha.

ANTT, *OS/CP*, nº201.

(fl. 1) Visitaçam d¹⁰⁵a Igreja parrochial de Nosa Senhora da Oliveira da villa de Canha com todas as yrmidas e cappellas a ella annexas, feita por Estevam de Brito comendador de Panoyas e Faraom e mestre Gaspar prior de Sancta Maria da Graça da villa de Setuvall visitantes da Ordem de Sanctiagu elleitos em capitullo geral da dita Ordem que el-Rey nosso senhor como governador e perpetuo administrador della celebrou na cidade de Lixboa na era de M564 anos.

(f. 1v) Treslado da carta do poder d'El-Rey nosso senhor como governador e perpetuo administrador da dita Ordem pêra os visitantes della.

105 A letra “d” aparece ligeiramente suja de tinta.

Dom Sebastiam per graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem maar em Africa, senhor de Guine e da conquista, navegação, comercio de Etihiopia, Arábia, Perssia e da Índia etc., como governador e perpetuo administrador da Ordem e cavallaria di meestrado de Sanctiagio, faço saber aos que esta minha carta de poder virem que no capitullo geral da dita Ordem que ora celebrey nesta cidade de Lixboa, foram elleitos por visitadores, pera visitarem certa parte do dito meestrado Estevam de Brito, comendador de Panoyas e Faraom e mestre Gaspar, prior da Igreja de Sancta Maria da Graça da villa de Setuval e as comendas que lhe couberam em comarquaa pera ançam de visitar sam as seguintes: Setuval, Allcacere, Palmella, Grandola, Cezimbra, Arrabida, Mouguelas, Allmada, Couna, Barreiro, Alhos Vedros, Alldea Galega Alcouchete, Çamora Correa, Belmonte, Cabrella, Canha, a Represa, o Salvador de Sanctarem, Orta Lagoa, os moios de Sanctarem, Arruda, Alvallade, Collos, Villa Nova de Milfontes, Sines, Sanctiagio de Cacem, pello que por esta (fl. 2v) lhe dou poder pera que no espiritual e temporall visitarem as ditas comendas e as igrejas dellas e os comendadores, priores e beneficiados e as mais pessoas do dito habito que viverem e estiverem nos ditos lugares, e assy as rendas, direitos, foros e propiedades que a dita Ordem tem e lhe pertencem nas ditas vyllas e comendas, a qual visitaçoom faraom segundo forma do Regimento que pera yso ho mandey daar, e ordeney com o parecer de Dom Prior e comendador moor da dita Ordem, e dos quatro difindores elleitos no dito capitullo. E mando a vos comendadores, priores, e beneficiados das ditas comendas e assi a todas as mais pessoas do dito habito a que tocar e aos juizes e officiais das ditas villas que ajam ao dito Estevam de Brito e mestre Guaspar por visitadores na dita comarqua, e lugares acima declarados, e lhe hobeçam em tudo o que por bem da dita visitaçam fizerem ordennarem e mandarem e em tudo cumpram e guardem suas provisões e mando a vos aos quaes visitadores foy dado juramento aos Sanctos Evangelhos que bem e verdadeiramente usam do dito cargo e cumpram e guardem o dito regymento e com elles ay por bem que sirva d'escrivão da visitação Gonçallo Barradas, prior de Couna e por meirinho della Guaspar Moreno, morador na villa do Barreiro, e aos ditos escrivão e meirinho foy isso mesmo dado (fl. 3) juramento que bem e verdadeiramente servirem seus cargos. E por certeza de todo mandey passar esta carta asellada soamente com o sello do dito capitullo.

Dada em Lixboa a quatro de Dezembro. Francisco Coelho a fez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jhusus Christo de mil e quinhentos e sessenta e quatro.

(fl. 3) Estevam de Brito, comendador de Panoias e Faraom, e mestre Guaspar, prior de Sancta Maria da Graça da villa, visitadores da Ordem de Sanctiagio ellectos em Capitullo Geerall que el rey nosso senhor como governador e perpetuo administrador que he da dita Ordem celebrou na cidade de Lixboa, fazemos saber que visitando nos ora esta igreja matris de Nossa Senhora da Oliveira da villa de Canha no espirituall e temporal conforme ao regimento que trazemos de Sua Alteza e do dito capitullo tiramos da dita visitaçoom o sumario que se ao diante segue pera a igreja ser melhor servida e vyr aa noticia de todos.

Item mandaram os visitadores publicar na dita igreja e villa como aviam de visitar a dita igreja que (fl. 3v) qualquer pessoa que tivesse aggravo de crime ou civil de quallquer pessoa assi d'abito cavalleiros e clerigos que viessem ante elles visitadores pera serem ouvidos e lhe fazerem cumprimento de justiça e assi mandaram apregar que dentro em tres dias todallas pessoas viessem mostrar os titulos de todallas rendas da Ordem propiedades e foros que cada huum tivesse sob penna de serem condemnados conforme ao regimento.

Item mandaram os ditos visitadores requerer todollos cavalleiros e clerigos do habito que viessem todos com suas sobrepelizes e mantos branquos ao dia seguinte aa igreja de Nossa Senhora da Olyveira e aos juizes e vereadores e a todolos os homens honrrados da terra pera estarem aa dita visitaçoom.

Item foram visitadas as pessoas dos ditos relligiosos em suas pessoas particularmente cada huum por sy fazendo lhe as perguntas contheudas no regimento acabou se o capitullo com *laudate omnes gentes dominum* e o verso de nosso patraom Sanctiagio.

(fl. 4) Visitaçam da igreja da villa de Canha

Item e ao dia seguinte foram visitados prior e beneficiados em serviço da igreja e assi foram visitados todollos cavalleiros de sua vida e honestidade conforme ao regimento.

Item achamos por comendador da dita igreja ao senhor Dom Affonso d'Allencastro comendador moor da Ordem e amostrou ho titullo.

Item achamos por prior da dita igreja a Antonio Gonçalvez freire da dita Ordem de que achamos boa enformaçao e cumpre suas obrigaçoens que sam as seguintes.

Item he obrigado o dito prior a dizer missa ao povo todos os domingos e festas de guarda e tres dias na somana.

Item he mais obrigado a administrar os sacramentos ao povo.

Item tem o dito prior de mantimento em cada huum anno dous moios de trigo e dous e meio de cevada e sete mil e cento e cincoenta reis em dinheiro e o pe do alltar.

Item he mais obrigado o dito prior a comprir todos (fl. 4v) os encargos do thesoureiro porque anda annexa a thesouraria ao dito priorado.

Item haa na dita igreja huum beneficiado freire da dita Ordem o qual lhe obriguado a dizer missa ao povo tres dias na somana e ajudar ao prior na administraçam dos sanctos sacramentos.

Item tem de mantimento o dito beneficiado em cada huum anno dous moios de trigo e quatro mill reis em dinheiro.

Item achamos que a apresentaçam *in solido* do prior e beneficiado pertence a el rey nosso senhor como governador e perpetuo administrador que he da dita Ordem e a confirmaçam ao arcebispo de Lixboa.

Item he mais obrigado o dito beneficiado a yr em todas as procissoens solennes e votivas que se fizerem na dita igreja e assi a encomendaçam dos deffunctos e assy a acompanhar o Sanctissimo Sacramento quando se levar aos enfermos e assi yraa quando se der a sancta unçam acompanhando ao prior pera rezarem o que sam obriguados nos taes autos o que lhe mandamos que cumpram e guardem em vertude de hoberdiencia.

(fl. 5) As quaes cousas e obrigaçoens lhe mandamos que cumpram e guardem como tem de costume e obriguaçao.

Item visitamos a prata e ornamentos livros e outras cousas da dita igreja e tudo entregamos ao recebedor da fabrica que os tenha pera serviço da dita igreja e tudo fica assentado no livro da fabrica per inventairo e assinado de quem o recebeo e ficam em seu poder.

Item foy visitada a dita igreja oleos sanctos pia de baptisar e saamchristia e tudo o que nella avia feita visitaçam em forma, *convém a saber*, nam estaa o Sanctissimo Sacramento na igreja por nam aver nella sacrario.

Item visitamos as confrarias irmidas cappellas annexas da dita egreja e sam as seguintes

A confraria do Spirito Sancto

A confraria de Sam Sebastiam

A confraria de Sam Giaom

A irmida de Sam Giam

E tomamos conta aos moordomos e tudo o que nellas avia fica assentado nos livros das ditas confrarias e assinados de quem os recebeo e tem as ditas cousas em seu poder e as contas dos livros foram com entrega.

(fl. 5v) Item mandamos ao prior e beneficiados nas missas do dia que disserem a postumeira coleta e assi nas primeiras oraçoens da missa como na secreta e *post comonicanda* diguam a oraçao *et famulos tuos Regem nostrum reginam et princepem gubernatorem et administratorem nostrum totum que ordinem nostrum* e assi em suas estaçoens encomendem ao povo que allem da obriguaçao geral que tem de roguarem a nosso senhor pollo estado reall particularmente peçam todos a nosso senhor por vida e estado de Sua Alteza como governador e perpetuo administrador desta Ordem.

Item a missa do dia se diraa sempre a certas oras convenientes e portanto mandamos ao prior que sempre diga aos domingos e festas a oras convenientes e a tempo que a gente dos montes possa vir estar nellas e

pellas somana se diraa muyto cedo o que o prior e beneficiado cumpriraom em vertude de hoberdencia.

Item mandamos ao prior que em cada huom dos domingos da Quaresma como estes na estaçam a seus freigueses que bem e verdadeiramente paguem o dizimo de suas novidades como lhas Deus daa pagando do boom e maõ assi como o recolherem pera sy e que nam absolvam os maldizimados com lhe mandarem pagar o que devem pera a outra cousa antes lhe mandem que o restituam (fl. 6) inteiramente a cujo he e doutra maneira os nam absolvam.

Item teraa cuidado o dito prior de cevar os oleos sanctos quando ouver necessidade com tanto que sempre seja menos quantidade a que deitar que a que estiver nas ambullas.

Item quando na Quoresma der o Sanctissimo Sacramento teraa quatro cirios acesos dous no alltar e dous em baixo e como ouver confraria do Sanctissimo Sacramento os daram os mordomos della enquanto os nam ouver os dara o recebedor da fabrica.

Item gerall e antiguo costume he a clerizia de todas as igrejas sairem aas segundas feiras de todo o anno sobre os defunctos com cruz e agoa benta cantando os responsos dos finados mandamos ao prior e beneficiados que todas as segundas feiras sayam sobre as sepullturas dos defunctos com cruz e agoa benta cantando seus responsos e enquanto assi andarem sobre as ditas sepulturas e faraom sinal com o sino e se aas segundas feiras nam ouver gentes poderaom sair sobre os defunctos aos domingos conforme aa constituyçaom do ordinario o que o prior e beneficiado cumpriraom com penna de duzentos reis pera o meirinho da Ordem.

(fl. 6v) Item mandamos ao prior que ao domingo antes do nosso patraom Sanctiago em cada huom anno publiquem sua estaçam o dia de sua festa e procissaom e se celebraraa com toda solemnidade que puder ser sera a igreja varrida e paramentada e repicaraom os sinos e averaa missa e vesporas solemnnes cantadas e pregaçam e se faraa procissaom solemne como a de dia de *Corpus Christi*.

Item rogamos e encomendamos aos juizes vereadores e procurador desta villa que mandem varrer e juncar as ruas por onde ouver de yr a procissaom na qual procissaom yraa o prior e beneficiado e as mais pessoas do habito que ouver na dita villa e os do habito yraom com seus mantos branquos e o prior e beneficiado com sua sobrepeliz.

E assi viram aas vesporas e missa da tresladaçam de Sanctiago que veem a trinta de Dezembro e o que nam vier na procissaom o avemos por condemnado na penna do estatuto da Regra.

Item o prior teraa cuidado no cevar da pia d'agoa benta aos sabbodos depois de vesporas a mandar lavar a dita aagoa benta e as mandar encher d'agoa fresca e teraa cuidado ao do (fl. 7) mingo pella manhaam com sua sobrepeliz e estola e candeia acesa yr benzer a agua benta segundo regimento que disse haa nos missaons o que lhe mandamos que cumpra sob penna de quinhentos reis pera o meirinho da Ordem.

Item teraa cuidado o dito prior depois de baptisada a criança se se logo nam ouver de baptisar outra abrir o sumeiro da pia e com a maom a lavar por os maaos cheiros della excepto o tempo da sorreijaom que vaom aas fontes.

Item o prior teraa cuidado de poer toalhas lavadas no alltar de quinze em quinze dias.

Item as toalhas d'allimpar as maaons se poeraom lavadas de oito em oito dias.

Item os amitos (?) se lavaom cada quinze dias e as alvas cada mes e as fundas dos calles cada mes.

As galhetas quinze dias e a caldeirinha d'agoa benta cada quinze dias e os castiçaens e bacia d'offerta e o recebedor da fabrica paguaraa lavagem da roupa se nam ouver quem o faça por sua devoçaom e o prior teraa cuidado de (fl. 7v) e assi mandar fazer sob penna de quinhentos reis pera o meirinho da Ordem.

Item a igreja se juncaraa tres vezes no anno vespora de Todolos Sanctos Natal Endoenças aa custa da fabrica e o recebedor paguaraa pera yso o que custar e lhe seraa levado em conta.

Item mandamos ao prior pois serve de thesoureiro que mande varrer a dita igreja e tirar o poo das paredes e teas d'aranha e a igreja se varreraa e aguaraa do primeiro d'Abril ate todo Outubro duas vezes na somana e de dia de Todolos Sanctos ate Abrill que a igreja de estar juncada todos hos sabbados se levantaraa o junco

e allimparaa o poo e teas d'aranha da dita igreja e a tornaraom a juncar e por cada vez que assi nam fizer paguaraa duzentos reis pera o meirinho da Ordem.

Item achamos por recebedor da fabrica da dita igreja a Joham Affonso no quaal tomamos conta de todo o recebimento da dita fabrica achamos que estava devendo aa fabrica quatro mill duzentos reis os quaes ficam em sua maom pera os guastar no que a igreja tiver necessari (fl. 8) dade e por acharmos que servia bem o dito cargo e que he homem abastado o tornamos a deixar com o dito cargo e lhe demos de novo juramento pera que bem sirva e de tudo fica termo feito no livro da dita fabrica o qual fica em maaom do escrivaom do dito cargo e o dito dinheiro fica carregado sobre o dito recebedor e elle assinnado de como lhe fica.

Item achamos que tem de fabrica cad'anno a dita igreja aa custa das rendas della dous mil e quinhentos reis os quaes manda daar o comendador cada huum anno e todas as esmolmas das sepullturas saom da fabrica e o dito recebedor as recebe.

Item achamos que o padre Lopo Gonçaves beneficiado na dita igreja inssina a doutrina christaam aos mi-ninos e que tem disso bom cuidado ao qual encomendamos que assi o faça e tenha disso muito boom cuidado e a inssine pello que averaa de seu trabalho cada huum anno mil reis aa custa da fabrica os quaes lhe daraa o recebedor da dita fabrica e lhe seram levados em conta.

Item achamos que os moordomos de Sam Giaom naom tinha livro de recepta e despesa nam se tomava nunca conta huuns aos outros pello que mandamos (fl. 8v) aos que agora saom e ao diante forem que cada huum anno façam livro e escrevam o recebedor a despesa que se guastar na dita confraria pera que se lhe possa tomar conta e se saber o que cada huum recebe e guasta e que o novo moordomo tome conta ao que acabar e o que ficar devendo entreguaraa ao moordomo novo e o escrivaom lhe carreguara em recepta tudo o que receber o que lhe mandamos que cumpra sob penna de dous mill reis a metade pera os captivos e a outra ametade pera o meirinho da Ordem.

Tem achamos que allgũas vezes quando se diz allgum saymento de defunctos ou missa presentem apon-tam aquella missa ao prior ou beneficiado pera a tornarem a dizer outro dia pello que mandamos que daquy em diante nam se lhe apontem as taes missas e com a que disserem do defuncto satisfaçam com ella ao povo conforme a visitaçam do Mestre Dom Jorge.

Item por acharmos que na dita igreja nam estar sacrario era causa de nelle nam aver sacramento sendo muito necessario pera a villa ser ja agrado e ter cincoenta vezinhos mandamos ao comendador que mande fazer huum sacrario de madeira (fl. 9) dourado o qual se poeraa no alltar moor e nelle se poraa o Sanctissimo Sacramento e nelle estaraa com toda solemnidade que se requiere e teraa sempre a lampada acesa diante pera dahi ser administrar aos enfermos.

Item mandamos ao comendador que mande pintar o retavolo do alltar moor se o bordo estiver pera yso e nam estando mandaraa fazer outro retavolo novo no qual poderaa estar o sacrario o qual mandaraa pintar a oleo e dourar por partes com a imagem de Nossa Senhora da Envocaçaom da dita igreja e assi mais mandaraa fazer dous retavollos pequenos pera os dous alltares travessos de bordos pintados a oleo com a innvocaçaom do sancto do que for o alltar e dourados por partes.

Item achamos que na dita igreja haa tres calez de prata e todos tres saom branquos e nenhuum he pera as festas mandamos que huum delles se doure o qual seraa o mais pequeno e se fara maior de maneira que fiquem todos tres bem concertados e huum pera os domingos e festas como dito he.

Item mandamos que se faça hũua copa de prata dourada pera se daar a comunham ao povo por evitar o perigo que he dar se na patana.

(fl. 9v) Item por que na dita igreja nam haa frontaens pera os alltares de cote mandamos ao comendador que mande fazer tres frontaens de chamallote de cores huum pera o alltar moor e dous pera cada huum dos alltares travessos.

Item por que o cofre em que se encerra o Sanctissimo Sacramento he dos forrados mandamos que se forre de cetim cremesim.

Item por que na dita igreja nam haa panos pretos pera se cobrir os alltares no tempo da Quoresma nem frontaes pera os alltares mandamos que se comprem panos pretos com o misterio da paixao pera que se cubram os alltares no dito tempo da Quoresma e assi dous frontaens do mesmo pera os alltares travessos com suas cruces brancas.

Item por nam acharmos panno com que se cubram os defunctos quando se haom de enterrar mandamos que se faça hum pano dustedar com sua cruz branca com se costuma pera os defunctos.

Item porque na saamchrista nam haa allmarios em que possam estar os ornamentos guardados mandamos que se façam huuns allmarios boons e que hos sacerdotes se possam revestir e esteem nelles os ornamentos que ouver na igreja porque pellos nam aver (fl. 10) na dita saamchristia he cousa dos ornamentos andarem muito perdidos.

Item achamos que a cappella da pia de baptisar estava muyto damnificada e era muito baixa e a pia que nella estaa nam he boa mandamos que a dita capella se concerte e alevante e se ponha nella outra pia de baptisar boa e de boom tamanho e de boa pedra e o almareo que em que estam os tres oleos sanctos se forraara de bordo e assi se poeraom na cappella da dita pia hũuas grades de bordo com sua porta fechada e sobre a pia se faraa hũua tapadoura de madeira pera que estee sempre cuberta e limpa.

Item achamos que a fresta que estaa na cappella moor estaa muyto devassa mandamos que se ponham la hũua vidraça com sua rede da banda de fora.

Item por na dita igreja nam aver caldeirinha d'agoa benta pera o aspergos mandamos que se compre hũua e assi dous castiçoons de lataom pera os alltares.

Item por na dita igreja nam aver livro de canto por onde se possa cantar as missas aos domingos e festas mandamos que se comprem hum livro sanctoral e domingual por onde se cantem as ditas missas.

(fl.10v.) Item achamos que a dita igreja he muito pequena e naom cabe o povo nella mandamos que ao comprido se acrescente mais quinze palmos entrando nelles a parede e assi se acrescentaraom os alpendres da maneira que estaom.

Item mandamos ao senhor Dom Affonso comendador da dita villa que mande fazer as ditas cousas, *convém a saber*, o concerto da igreja e as mais miudezas mandara fazer este primeiro anno e da feitura desta a dous annos mandaraa fazer os retavolos o que cumpriraa sob penna de cem cruzados pera o convento de Palmela.

Item achamos que aa dita villa veio o ouvidor do Mestrado e deixou por mandado aos moradores della que o comendador nam podia aforar os maninhos nem lhe poer mais foro que o dizimo que sam obriguados a pagar que he de onze dous o que o dito ouvidor nam podia mandar por ser prejuizo da Ordem nem a nos foral que tall diga e por nos ser requerido por parte do comendador que tornamos a restituir a Ordem sua posse e costume antiguo conformando nos com o foral da dita villa e com as sentenças que a Ordem tem dos conservadores della e pollas visitaçoens passadas mandamos que a Ordem tenha sua posse antiga e possa aforar os ditos maninhos e poer nelles os foros que forem honestos e em proveito da Ordem e o dito dizimo de (fl. 11) onze dous visto como a Ordem estaa em posse de tempo immemorial de o assi fazer e se o povo tiver que alleguar contra isto citos e requeira a Ordem ordinariamente.

Item achamos que a sesmaria da provincia estaa sem titullo nem ninguem a tem aforada por que se nam paga della foro e nella haa muitos pinhaes que se danificam em se cortarem e os levarem pera fora no que a Ordem recebe muita perda o que visto por nos e nam lhe acharmos dono nem titullo o avemos por devolluto aa dita Ordem assi o pinhal como a dita sesmaria e o comendador da dita comenda o podera aforar a quem elle quiser.

Item assi mesmo achamos que a sesmaria de Bombel estaa tambem sem titullo nem paga foro a Ordem pollo que a avemos por devoluta aa dita Ordem e o comendador a podra (*sic*) aforar a quem quiser.

Item fomos enformados que a Ordem tem toda charnequa do termo da dita villa e ella tem a Ordem dada meia legua ao redor pera que possam tirar cortiça e arranquar cepas pera seus usos e proveitos e que os officiaens da camara da dita vylla vemdiam a cepa pera se fazer carvaom pera a renda do concelho o que nam podia fazer por lhe nam ser dado mais que pera seus usos como consta.

(fl. 11v) Titullo da prata e ornamentos da dita igreja

Item hũa coroa de prata de Nossa Senhora branca.

Item hum calez de prata dourado por partes com sua patana.

Item outro calez de prata branco com sua patana.

Item outro calez de prata branquo com sua patana.

Item duas cruces de pao douradas.

¹⁰⁶Item hũa custodia de prata de tres peças toda branca que peza nove mill reis de prata menos dous¹⁰⁷ vinteis.

¹⁰⁸Item hũa cadea d'ouro com hum frasco(?) com tres graamdalos. A cadea peza dous mill novecentos e o frasco VII LXX.

Item hũas contas de prata com seus extremos e crux tudo de prata.

Ornamentos

Item hũa vestimenta de todo comprida de cetim cremesim com savastro de velludo cremesim.

Item hum frontal de cetim cremesim com hũas barrinhas de veludo cremesim franjado de retroz verde.

Item hũa vestimenta de todo comprida de cetim branco com savastro de veludo verde.

Item dous frontaes de zargania com barras de veludo verde.

Item hum frontal do mesmo com barras de veludo verde.

¹⁰⁹Item hum pallio de chamalote cramesim velho.

¹¹⁰Item outro pallio de seda da India de cores.

¹¹¹Item hum cofre de tres chaves novos (*sic*).

¹¹²Item sete panos pretos da Coresma.

(fl. 12) ¹¹³hũa saya de chamalote cramesim amarello e dous mangitos de tafeta amarello e duas portas afora os que a foram sem vistidos.

Item duas vestimentas de zargania de todo compridas com savastros de seda da India novas.

Item hum frontal de tafeta branco e vermelho.

Item hũa vestimenta de todo comprida de chamallote preto com savastro de veludo preto.

Item quatro frontaens de Gonçalo do Mecil.

Item hum frontal de chamallote preto.

Item hũa vestimenta de todo comprida de chamallote cinzento com savastro e cetim amarello.

Item hum pano de chamallote preto pera o pulpeto.

Item hũa capa daspergos de chamallote azul com savastro e cappelo de velludo cremesim franjado de retroz verde.

Item hum frontal de damasco cinzento com barras de irladouro douro com savastro frontal de veludo roxo.

106 Este item foi acrescentado e escrito por outra mão.

107 A palavra "dous" aparece riscada.

108 Este item foi acrescentado e escrito por outra mão.

109 Escrito por outra mão.

110 Escrito por outra mão.

111 Escrito por outra mão.

112 Escrito por outra mão.

113 Escrito por outra mão.

Item hũa capa daspergos de damasquelho verde com savastro e cappello de veludo allaranjado.

Item seis toalhas de Frandes novas do alltar moor.

Item outra vestimenta de todo comprida dustrada rota.

Item hũa corridice de rede e duas de pano em rede de altar moor.

Item outras seis toalhas dos alltares travessos da India e de Frandes.

Item quatro castiçaons de lataom dos alltares.

Item hum missal novo romaaom.

Item hũa bacia d'oferta.

¹¹⁴Item hum tribulo de latam e outro tribulo velho.

¹¹⁵Item duas caldeirinhas hũa de lataom e outra de cobre.

¹¹⁶Item hum prato d'estanho pera a unçaom.

(fl. 13v.) ¹¹⁷hũa alampada d'arame.

Item duas galhetas d'estanho. Saom mais quatro.

Item hum sino e hum campanairo.

Item duas campãas grandes e hũa pequena.

Item ¹¹⁸hum passionario e outro livro de canto.

Item visitamos hũa irmidia que estaa aallem da Ribeira da dita villa que he de Saom Giaom a qual achamos bem repairada de paredes e telhado com hũa ymagem de Sam Giaom.

Item nam tem a dita irmidia ornamentos nem prata nenhũa.

Item os moradores da dita villa a repairam do que lhe he necessário e tem hũa confraria em que vaom cada anno dizer missa.

Item a jurdiçam do cível e crime desta villa he da Ordem.

Item haa na dita villa os officios seguintes

Escrivam da camara

Escrevaom d'allmotaçaria

Huum tabelliaom das notas e judicial

Estes officios todos tres andam juntos em hũa soo pessoa, *convém a saber*, os quaes officios sam da Ordem e a dada dellos de Sua Alteza como governador e perpetuo administrador da dita Ordem.

(fl. 14) Estas sam as rendas que a Ordem tem nesta villa e seu termo

Item o dizimo do paom o qual achamos que se paga de onze dous em todo o termo desta villa e a Ordem estaa nesta posse e custume o qual dizimo de onze dous nam pagua senaom de todo o paaom porque de vinho azeite e de todallas outras novidades se pagua de dez hum.

Item dizimo do vinho.

Item o dizimo do azeite.

Item o dizimo do linho.

Item o dizimo das favas e tremoços e de todollos outros legumes.

Item o dizimo da fruita e ortaliga de toda sorte.

Item o dizimo do mel e dos enxames.

Item o dizimo dos franguaons e patos.

114 Escrito por outra mão.

115 Escrito por outra mão.

116 Escrito por outra mão.

117 Escrito por outra mão.

118 Escrito por outra mão.

Item o dizimo dos gados.

Item o dizimo dos quintos das cabras, vaquas e ovelhas.

Item o dizimo dos poldros e burros.

Item o dizimo dos foroens.

Item o dizimo da laa d'ovelhas e carneiros.

Item as conhecenssas dos moynhos.

(fl. 14v) assi pertence aa dita Ordem todo o dizimo de todas as outras cousas que o direito manda pagar.

Item das ditas rendas desta comenda o bispo e cabido nam leva nada porque todo he da Ordem *in solido*.

Item haa na dita villa e seu termo noventa fogos.

Item haa na dita villa vinte homens de cavallo e no termo e no termo (*sic*) haa quatro besteiros e espingardeiros.

Item tem de fabrica a dita igreja aa custa das rendas della dous mill e quinhentos reis.

Item rende a dita comenda ao comendador trezentos mil reis.

Gonçalo Barradas prior da villa de Couna escrivam da visitaçam a fiz escrever aos oito dias de Junho de 1565 annos e vai escrita nesta visitaçam des na carta do poder aqui em tres meas folhas.

[ASSINADO]

Estevam de Brito

Mestre Gaspar

(fl. 15)¹¹⁹Item prata soamente da confraria de Nossa Senhora d'Oliveira

¹²⁰Item huum cálix de prata branco com sua patana.

¹²¹Item hũa vestimenta de todo comprida de damasco branco com savastro de veludo verde.

¹²²Item outra vestimenta dustada preta com savastro de tripa nova.

119 Os quatro itens deste fólio não estão autenticados.

120 Escrito por outra mão.

121 Escrito por outra mão.

122 Escrito por outra mão.

Bibliografia

- AMORIM, Maria Norberta, 2001 – “A instabilidade da população nos finais do século XVI. Alguns dados sobre o Norte do País” in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 285-397.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, 1999 – “Comendadores y encomiendas. Orígenes y evolución en las ordenes militares castellano-leonesas de la Edad Media” in *Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri, vol.1, p. 101-147.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, 2002 – “Orígenes e implantación de la Orden de San Juan de Jerusalén en la Península Ibérica (siglo XII)” in *Actas del Congreso Internacional celebrado en Alcázar de San Juan*. Alcázar de San Juan: Patronato Municipal de Cultura, p. 23-41.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, 2007 – *Las Ordenes Militares Hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV)*. Madrid: Marcial Pons Historia.
- AZEVEDO, Rui de, 1937 – “Período de Formação Territorial” in BAIÃO, A.; CIDADE, H.; MÚRIAS, M. (dir.) – *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Ática, vol. I, p. 7-74.
- BARQUERO GOÑI, Carlos, 2004 – *La orden de San Juan de Jerusalén en Navarra. Siglos XIV y XV*. [S.l.]: Fundación Fuentes Dutor.
- BEIRANTE, Maria Ângela, 2001 – “Alcochete, vila-berço de D. Manuel. Administração, economia e forma urbana (séculos XV-XVI)” in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 61-77.
- BRANCO, Manuel da Silva Castelo, 1997 – “Visitações da Ordem de Cristo até finais do século XVI” in *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela, Lisboa, p. 407-432.
- CANABAL RODRÍGUEZ, Laura, 2000 – “La Orden Militar de Santiago en Toledo. Una visita al convento de Santa Fe en 1566” in *Las Ordenes Militares en la Península Ibérica*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, vol. II, p. 2279-2291.
- CHANCELARIAS Portuguesas. D. Duarte, (1433-1435), 1998. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da FCSH, I-1.
- CHANCELARIAS Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367), 1984. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da FCSH.
- CIUDAD RUIZ, Manuel, 2009 – “La tradición beneditino-cisterciense y la herencia templária en la forma de vida calatrava (1163-1205)” in *Actas del I Congreso Internacional '850 Aniversario de la fundación de la Orden de Calatrava, 1158-2008'*. Ciudad Real: Instituto de Estudios Manchegos, p. 305-326.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1989 – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves; VIEIRA, Marina Afonso, 2001 – “A paisagem urbana do Noroeste alentejano entre a Idade Média e os tempos modernos. Elementos para o seu estudo” in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 265-286.
- CORALEJO MOITEIRO, Gilberto, 2001 – “Uma Comenda da Ordem de Cristo no Sueste da Beira – Penha Garcia nos inícios do século XVI” in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 309-333.
- CORREIA, Francisco, 2001 – *Aldeia Galega do Ribatejo. Séculos XIII a XV*. Montijo: Câmara Municipal do Montijo.
- COSTA, Avelino de Jesus da, P.º, 1959 – *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*. Coimbra: Faculdade de Letras, vol. I.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho, 2001 – “Beneditinos Portugueses: urgência e insucesso da reforma ao tempo de D. Manuel” in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 111-122.
- DIAS, João José Alves, 1996 – *Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, vol. I.
- DIAS, Mário Balseiro, 2000 – *Documentos Medievais de Aldeia Galega do Ribatejo (1235-1470)*. Montijo: ed. do Autor, 2000.
- DURÃES, Margarida, 2001 – “Uma comenda nova. O senhorio de Adaúfe: propriedade e exploração agrícola (sécs. XVI-XIX)” in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 231-251.
- DUTRA, Francis A., 1999 – “Os fornos da Ordem de Santiago e seus comendadores 1550-1777” in *Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, vol.1, p. 185-192.
- ESTEVAM, José, 1956 – *Anais de Alcochete*. Lisboa: ed. Couto Martins.
- FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; JARA, Anabela Azevedo, 1997 – *Mesa da Consciência e Ordens*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- FERNANDEZ IZQUIERDO, F., 1985 – *La encomienda Calatrava de Vallaga (siglos XV-XVIII)*. Madrid: C.S.I.C..
- FERNÁNDEZ IZQUIERDO, Francisco, 2009 – “Los comendadores de Calatrava en los territorios de Zorita, Andalucía, Aragón y Valencia. 1550-1630” in *Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, GESOS, p. 259-321.
- FERRERA FÍNCIAS, Francisco Javier, 2000 – “La ermita de Santa Susana de la Orden de Santiago en la ciudad de Zamora” in *Las Ordenes Militares en la Península Ibérica*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, vol. I, p. 215-230.
- GOMES, Saul António, 2001 – “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500.1530” in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 255-281.
- GRIÑAN MONTEALEGRE, María, 2000 – “La villa santiaguista de Cehegín (Murcia): algunos aspectos de su evolución urbana en el siglo XVI” in *Las Ordenes Militares en La Península Ibérica*. Cuenca: Ediciones de la Universida de Castilla-La Mancha, p. 1505-1516.

- GUTIÉRREZ PÉREZ, José Carlos, 2009 – “En torno a los orígenes de la encomienda calatrava de La Peña de Martos (siglo XIII)” in *Actas del I Congreso Internacional “850 Aniversario de la Fundación de la Orden de Calatrava, 1158-2008”*. Almagro: Instituto de Estudios Manchegos, p. 377-394.
- JESÚS DE LA HERAS, 2010 – *La Orden de Santiago. La prestigiosa milicia de ricos hombres religiosos*. Madrid: Edaf.
- LÓPEZ, Fernão, 1977 – *Crónica de D. João, I Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- LÓPEZ VARGAS-MACHUCA, Fernando, 2000 – “El convento sevillano de Santiago de la Espada y sus enterramientos” in *Las Ordenes Militares en la Península Ibérica*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, vol. I, p. 231-252.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1981 – “Pesos e Medidas” in SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. V, p. 67-72.
- MARQUES, José, 1997 – “A Ordem de Santiago e o concelho de Setúbal” in *Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, p. 285-305.
- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira, 1991-1992 – “Os coutos do Mosteiro de S. João de Tarouca”. *Bracara Augusta*. Braga, 43.
- MATA, Joel Silva Ferreira, 2007 – “A comunidade feminina da Ordem de Santiago. A comenda de Santos em finais do século XV e no início do século XVI. Um estudo religioso, social e económico”. *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 9.
- MATTOSO, José, 2010 – “A vida religiosa e espiritualidade nas Ordens Militares” in *Ordens Militares e Religiosidade*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, p.11-21.
- MENDONÇA, João Manuel de Moraes Lamas da Silveira de, 2007 – *A Ordem de Avis revisitada (1515-1538). Um alheado entardecer*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, vol. I (texto policopiado).
- MOLERO GARCÍA, Jesus, 2002 – “Espacios y sociedades: los primeros tiempos del Hospital en la Mancha (1162-1250)” in *Actas del Congreso Internacional celebrado en Alcázar de San Juan*. Alcázar de San Juan: Patronato Municipal de Cultura, p.171-221.
- MOLINA CHAMIZO, María del Pilar, 2000 – “Un ejemplo de la evolución arquitectónica religiosa en el territorio santia guista del Campo de Montiel: la iglesia parroquial de Santa Catalina (La Solana)” in *Las Ordenes Militares en la Península Ibérica*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, vol. II, p. 1535-1553.
- MOXÓ, Salvador de, 1964 – “Los señoríos. En torno a una problemática para el estudio del régimen señorial”. *Hispania*, 94, p.185-236.
- OLIVAL, Fernanda, 2005 – “As Ordens Militares e o poder local: problemas e perspectivas de estudo” in *Os Municípios no Portugal Moderno. Dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Edições Colibri, p.109-126.
- OLIVAL, Fernanda, 2009 – “As comendas das Ordens Militares Portuguesas na Época Moderna: um ponto de situação historiográfico”. *Militarium Ordinum Analecta*. 11. Porto: Civilização Editora, CEPESE, p.119-130.
- OLIVAL, Fernanda, 2010 – “Em torno da religiosidade dos freires cavaleiros (séculos XVI-XVIII) in *Ordens Militares e Religiosidade*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, p. 51-72.
- OLIVEIRA, Miguel de, P^o, 1994 – *História Eclesiástica de Portugal*, actualização de Artur Roque de Almeida. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- ORDENAÇÕES Afonsinas, 1984. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ORDENAÇÕES Manuelinas, 1984. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PEREIRA IGLESIAS, J. L., 2000 – “Gobierno, administración y recursos de las Ordenes Militares en la Extremadura de los siglos modernos” in *Las Ordenes Militares en la Península Ibérica*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, vol. II, p.1817-1875.
- PEREIRA, Isaías da Rosa, 1997 – “Visitações de Mértola de 1482” in *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*. Lisboa: Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, p. 345-371.
- PIMENTA, Maria Cristina Gomes, 2001 – “As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: o governo de D. Jorge”. *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 5.
- PIMENTA, Maria Cristina; BARREIRO, Poliana Monteiro, 2009 – “As comendas enquanto espaço de enquadramento religioso”. *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Civilização Editora, CEPESE, 11, p. 89-104.
- POLÓNIA, Amélia, 2001 – “A diocese de Évora em contextos pré e pós-tridentinos. A actuação pastoral do Cardeal Infante D. Henrique” in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 441-457.
- POSTIGO CASTELLANOS, Elena, 1999 – “Las Ordenes de caballería de la Cristiandad occidental en la primera Edad Moderna. Algunas consideraciones conceptuales y tipológicas” in *Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, p. 231-256.
- RODRIGUEZ BLANCO, Daniel, 1985 – *La Orden de Santiago en Extremadura en la Baja Edad Media (siglos XIV y XV)*. Badajoz: Diputación Provincial de Badajoz.
- RODRIGUEZ-PICAVEA MATILLA, Enrique, 2009 – “Caballeros calatravos y linajes castelhanos (mediados del siglo XIV - mediados del siglo XV)” in *Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: GESOS, Colibri, p. 157-186.

- RUIZ RODRÍGUEZ, José Ignacio, 1993 – *Organización política y económica de la Orden de Santiago en el siglo XVII (los hombres, la economía y instituciones en el Campo de Montiel)*. Ciudad Real: Diputación Provincial de Ciudad Real.
- RUIZ RODRÍGUEZ, José Ignacio, 1999 – “Administración patrimonial y poder oligárquico en las Órdenes Militares castellhanas durante los siglos XVI y XVII” in *Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri, vol.1, p. 289-300.
- RUIZ RODRÍGUEZ, José Ignacio, 2000 – “Órdenes Militares, Administración y Corona en la época de los Austrias” in *Las Ordenes Militares en la Península Ibérica*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, vol. II., p. 1703-1717.
- RUIZ RODRÍGUEZ, José Ignacio, 2009 – “Órdenes Militares, confesionalización y protonacionalismo en España, siglos XVI y XVII” in *Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, GESOS, p. 903-916.
- SÁNCHEZ FERRER, José, 2000 – “La arquitectura parroquial en la Orden de Santiago: la encomienda de Socovos” in *Las Ordenes Militares en la Península Ibérica*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, vol. II, p. 1555-1579.
- SÁNCHEZ HERRERO, José; PÉREZ GONZÁLEZ, Silva Maria, 2003 – “La Confraria de Santa Cruz de Lagoaça” in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*. Porto: Livraria Civilização Editora, p. 721-728.
- SANTOS, Cândido Augusto Dias dos, 2001 – “Actividade episcopal de D. Pedro da Costa em Portugal e em Espanha (1507-1563)” in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 11-21.
- SEABRA, Maria Teresa da Silva Diaz de, 2008 – *A Comarca da Aldeia Galega do Ribatejo (Séculos XV e XVI)*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa (texto policopiado).
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1980 – *História de Portugal [1495-1580]*. Lisboa: Editorial Verbo.
- SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa, 2009 – “As comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina”. *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Civilização Editora, CEPESE, 11, p. 105-118.
- VARGAS, José Manuel, 1987 – “De Alcochete ao Barreiro – alguns elementos para o estudo do antigo concelho do Ribatejo” in *História de Palmela ou Palmela na História*. Palmela, p. 185-209.
- VENTURA, António Gonçalves, 2000 – *Dinamismos Económicos Regionais. A margem esquerda do estuário do Tejo nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (texto policopiado).
- VENTURA, Margarida Garcez, 2001 – “As «Visitações gerais» de D. Jorge da Costa: notícia e breve análise” in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 59-80.

Filipe II de Portugal e a reforma das Ordens Militares

Maria Isabel Rodrigues Ferreira

Antecedentes

Quando no final de Agosto de 1484, D. Diogo duque de Viseu viu a sua vida chegar ao fim por ordem de D. João II, todos os directamente atingidos por esse trágico acontecimento estavam longe de perceber o modo como ele precipitou a ascensão de D. Manuel ao trono. Apesar de ser um dos filhos mais novos do Infante D. Fernando, duque de Viseu e de Beja, será marcado por esse facto incontornável, acabando por herdar os títulos e os senhorios de seu pai, entre os quais se inclui o governo da Ordem de Cristo. Milícia que será uma peça chave no processo ultramarino garantindo ao mestre e cavaleiros, poder, riqueza e influência político-militar. Entre os vários benefícios de que dispunha conta-se o da vintena do ouro africano e as avultadas receitas que daí provinham com as quais podia beneficiar os seus mais directos servidores.

Na qualidade de detentor da dignidade mestral, o duque de Beja realiza em 1492 na vila de Tomar um capítulo geral com intenção de deliberar sobre aspectos importantes para a vida da instituição. Fazendo o ponto da situação dos assuntos tratados nessa reunião, ressaltam os abusos e as constantes violações por parte dos freires, dos votos de pobreza, castidade e obediência, confirmando que os bens da milícia só podiam ser doados com autorização do mestre de acordo com disposições estatutárias que vinham do tempo do Infante D. Henrique.

Quando as voltas da fortuna lhe entregam a soberania do reino em 1495, após a morte de D. João II sem herdeiros legítimos, o governo da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo fica por esta via definitivamente ligado à pessoa do monarca. Já como soberano D. Manuel I haveria de realizar em 1503 uma segunda reunião capitular, na qual aprova a reforma pensada pelo Infante D. Henrique e pelo então bispo de Viseu, mas cuja necessária aprovação só foi concedida no pontificado de Júlio II. Aprovam-se ainda um conjunto de novas *Definições* e a feitura de tombo para o registo de todos os bens e direitos que a milícia possui.

Com a morte do *Venturoso* em 1521 e a subida ao trono de D. João III este vai proceder a um conjunto de reformas na administração e, uma vez mais as Ordens Militares não escapam ao interesse do novo monarca. Este desejo de aproximação apesar de lento foi seguro. D. João III possuía desde 1523 o governo vitalício nos domínios temporal e espiritual da milícia de Cristo, privilégio concedido por diploma de Adriano VI¹. A esta

1 ANTT – Gaveta VII, m. 14, n.º 3. *Ordem de Cristo*, livro n.º 235, 3ª pt., fols. 103-104v. e livro n.º 15, fols. 163-166v.

concessão junta-se algumas décadas mais tarde, à posse da Coroa os mestrados de Avis e Santiago, vagos após a morte de D. Jorge, em 1550, por documento pontifício de Júlio III².

A reforma judicial posta em prática no seu reinado tinha entre outros objectivos diferenciar os casos jurídico-administrativos daqueles que pertenciam exclusivamente ao foro eclesiástico e que o monarca considera dependerem de outros tribunais. Na esteira destas mudanças institui em 1532 o Tribunal da Mesa da Consciência, importante instrumento de centralização com fins essencialmente políticos, cujos estatutos consagram a interferência régia e a dos seus funcionários em assuntos pios, medida preventiva da parte do monarca, mas que despertou o desagrado da Cúria Romana. Ao seu nome é-lhe acrescentado a designação de *Ordens* uma vez que a ele estavam confiados os assuntos relativos às Ordens Militares Portuguesas. Para que estas transformações fossem possíveis há um inegável crescimento da máquina administrativa do estado, a qual foi dotada de um corpo de funcionários e oficiais que deram visibilidade a estas reformas produzindo instrumentos legislativos de orientação diversa, permitindo à Coroa intervir nos vários domínios da vida portuguesa³.

Morto a 11 de Junho de 1557, D. João III não deixa nenhum herdeiro directo. Sucede-lhe o seu neto D. Sebastião que contava apenas pouco mais de três anos, mas cujo poder só exercerá efectivamente a partir dos catorze anos. Até lá, a regência do reino é dividida entre a sua avó, D. Catarina e o seu tio-avô, o cardeal D. Henrique. Quando D. Sebastião atinge a idade para assumir o trono, as Ordens Militares vão ser alvo da sua atenção e objecto de renovação, ao fazer aprovar um conjunto de mudanças, uma *reforma*, para as dotar de instrumentos normativos mais de acordo com aquilo que ele considerava ser o desígnio destas instituições e limitar abusos principalmente quanto ao processo de atribuição de comendas e comportamento negligente de muitos comendadores, que se mostravam pouco dignos de pertencer a estas prestigiadas organizações. O Regimento de 1572 explicita os propósitos régios, ao mesmo tempo que reflecte as suas preocupações. Nesse texto normativo o rei considera a inércia dos cavaleiros face à actividade guerreira lamentável, contribuindo para estes se acomodarem no conforto das suas comendas e benefícios, sem interesse pela pejeja.

Filipe II e a reforma das Ordens Militares

A mudança dinástica decorrente da morte de D. Sebastião em Alcácer Quibir e a falta de herdeiros, legítimos ou bastardos, colocaram no trono português os Áustrias na pessoa de Filipe II de Espanha, primeiro desse nome em Portugal. Como soberano consagrado nas Cortes de Tomar de 1581 este neto por via materna de D. Manuel I e tio do desaparecido D. Sebastião assume como fazendo parte das suas prerrogativas o governo das Ordens Militares. E uma vez mais estas instituições vão estar na mira do poder. É durante o reinado do seu filho Filipe II de Portugal (III de Espanha), o qual impellido por circunstâncias e evidências que revelavam grandes debilidades na gestão e funcionamento destes organismos, que era necessário transpor, pelo que o monarca vai chamar a si a necessidade de introduzir algumas mudanças, ou pelo menos adequá-las de maneira mais consistente à realidade política e social.

No complicado xadrez político da Europa de Seiscentos onde a Espanha procura afirmar-se e assegurar o seu papel de potência europeia, a monarquia dos Áustrias desenvolve em Portugal um forte dinamismo na centralização da máquina do estado, apesar de Portugal manter o estatuto de reino. O Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens e o governo das Ordens Militares são exemplo disso. Relativamente ao primeiro é

2 ANTT –Gaveta V, m. 3, n.º 4. *Ordem de Cristo*, livro n.º 15, fols. 208-216v.

3 BUESCU, 2005: 181-183.

4 ANTT – *Mesa da Consciência e Ordens*, livros n.º 382, 309 e 392.

promulgado em 1608 também no reinado de Filipe II o seu novo Regimento⁴. Esta necessidade de mudança tornou premente a realização de reuniões capitulares as quais tornavam indispensável a presença do rei na sua qualidade de governador e perpétuo administrador das mesmas. O ano de 1619 foi o escolhido para tais acontecimentos. O capítulo de Avis foi o primeiro a acontecer e iniciou-se a 2 de Outubro, tendo como local a Igreja de Santa Maria da Graça em Setúbal. No dia seguinte o monarca já se encontra em Palmela inaugurando o capítulo de Santiago para logo prosseguir viagem em direcção ao norte, atravessando o Tejo passando por Vila Franca de Xira com destino a Tomar. Fez a sua entrada solene na vila a 15 de Outubro dando início no dia seguinte ao capítulo geral da Ordem de Cristo. Nestas reuniões magnas elegem-se os definidores que estatutariamente têm por missão auscultar os freires sobre os assuntos que os preocupam e em função disso produzir propostas de alteração que serão levadas a capítulo. O rei saiu de Tomar a 18 de Outubro e a 23 desse mês passou a fronteira de Badajoz. Em 23 anos de reinado foram os únicos momentos que permaneceu em Portugal⁵.

Como já referimos, o Regimento do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens de 1608 fazia adivinhar que se tornava indispensável fazer alterações de aspectos tão importantes como os que estão ligados à estrutura de poder, comportamento dos freires, património e atribuição de comendas. Pelas dúvidas manifestadas e alterações aprovadas chegamos à conclusão que existia um certo ambiente de desordem propício a abusos que prejudicavam o rei e a Coroa. Este argumento parece-nos relevante pelo facto de dispormos de um conjunto documental que reflecte estas preocupações e que cronologicamente se situa no reinado de Filipe II⁶.

A primeira das fontes por nós trabalhada são as *Consultas* realizadas em 1613 provenientes de uma *Junta* que o monarca mandara constituir para o efeito no sentido de se inteirar dos assuntos que preocupavam os freires e que eram passíveis de alterações. Este processo consultivo muito utilizado durante o período filipino e de certo modo justificado pela delegação de poderes que o monarca fazia no vice-rei e noutros altos funcionários, processo ao qual Portugal não escapou a partir da altura que foi integrado no espaço político dominado pela Espanha, certamente com especificidades e assuntos próprios a resolver. No caso destes institutos religioso-militares cujo cargo de administrador por inerência é exercido pela pessoa do monarca, tratava-se de instituições poderosas que detinham largos territórios no Reino e Domínios Ultramarinos e que conferiam prestígio social e proventos a quem usufruía de uma comenda ou de outro qualquer benefício. Numa primeira abordagem, ressalta a necessidade de auscultar os interessados e ajustar estas instituições à nova realidade política e social.

O primeiro documento sobre o qual nos debruçamos pertence à milícia de Avis e é constituído pelas referidas *Consultas* realizadas pela *Junta* autorizada por sua majestade Filipe II.

A fonte em questão começa com a autorização régia de acordo com o declarado no seu início e que passamos a transcrever: *Consultas que se dirigiram a sua Majestade pela Junta que o Mesmo Senhor houvera mandado convocar Lisboa para efeito de trabalhar na Reforma da Ordem ou antes na Definições que hoje temos e foi criada por carta de 27 de Outubro de 1612 e congregada no principio de Fevereiro de 1613 presidida pelo D. Prior Mor Lopo de Sequeira*⁷.

Declaração que é seguida pela descrição dos responsáveis por este processo. São eles, o prior-mor, a mais alta dignidade a seguir ao mestre; D. Luís de Lencastre, comendador-mor; D. Jerónimo Coutinho, comendador de Olivença; D. Gonçalo de Castilho, comendador de Mora; D. Carlos de Noronha, comendador de Mourão e João Gomes Leitão, cavaleiro da Ordem e corregedor da corte que foi incumbido pelo rei para o ofício de secretário.⁸

5 OLIVAL, 2006: 256-257.

6 ANTT – *Ordem de Avis*, livro n.º 22; *Ordem de Santiago*, livro 136; *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4; *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livro n.º 312.

7 ANTT – *Ordem de Avis*, livro n.º 22. Fólio não numerado.

8 ANTT – *Ordem de Avis*, livro n.º 22, fol. 1.

Depois desta descrição aparece o esclarecimento sobre quem deve presidir à referida *Junta*, pelo que sem qualquer margem para dúvidas é escolhida a figura do prior por ser a mais importante dignidade a seguir ao mestre⁹.

Verifica-se que os assuntos que suscitam mais dúvidas são a validade das bulas e dos privilégios atribuídos pelos Santos Padres à Ordem de Avis; a correcta interpretação da sua normativa (Estatutos e Definições); os limites de decisão estabelecidos pela concordata que concedia ao rei poder para conferir a validade das isenções apostólicas; as insígnias pontificais; a atribuição de benefícios e, finalmente, as duas últimas partes da Regra. Neste longo texto normativo estas correspondem ao *Título Quinto* que é constituído por um conjunto de cinquenta e três alíneas que tratam *Das Definições do capítulo geral* e o *Título Sexto* que aborda os *Regimentos dos Ministros da Ordem de S. Bento de Avis*: o do visitador do convento; do visitador geral da Ordem; dos priores e seus ajudantes; dos juizes das comarcas da Ordem; dos tesoureiros e do contador do mestrado¹⁰.

Os *Estatutos do Colégio das Ordens Militares de Santiago da Espada e São Bento de Avis*, confirmados pelo monarca no ano de 1615 inserem-se neste programa de mudança. A fonte aparece truncada pois não contém as quatro partes a que o texto de abertura faz referência. Considerando esta ressalva, passamos à descrição do seu conteúdo:

Descrição do conteúdo inicial da fonte¹¹

Autorização	Concedida por Filipe II em 15 de Outubro de 1615.
Confirmação	Dos Estatutos do Colégio de Santiago e Avis da Universidade de Coimbra, por Paulo V a 7 de Dezembro de 1610.
Estatutos	Estão divididos em quatro partes. A primeira trata do governo espiritual do colégio; a segunda dos cargos de prior-mor, visitador, reitor e demais oficiais do colégio; a terceira, dos exercícios literários dos colegiais; a quarta da fazenda e governo temporal do colégio.

9 ANTT – *Ordem de Avis*, livro n.º 22, fol. 2.

10 FERREIRA, 2004: 68-76.

11 ANTT – *Ordem de Santiago*, livro n.º 136, fols. 2-6

I Parte – Do Governo Espiritual do Colégio¹²

Título	Conteúdo
Primeiro	Da invocação do Colégio e observância da Regra.
Segundo	Da capela.
Terceiro	Do sacristão.
Quarto	Que haja todos os dias missa no colégio e como se deve dizer.
Quinto	Da celebridade dos patronos.
Sexto	Da obrigação do coro e officio divino.
Sétimo	Das confissões e comunhões dos colegiais e mais pessoas do colégio.
Oitavo	Dos casos reservados.
Nono	Das dimissórias que se devem passar aos colegiais.
Décimo	Dos jejuns e outros exercícios espirituais dos colegiais.
Décimo primeiro	Que os colegiais vão às pregações e de como estarão nas igrejas.
Décimo segundo	Como se devem ordenar os colegiais.
Décimo terceiro	Como devem ser providos os colegiais nas igrejas das ordens.
Décimo quarto	Da jurisdição espiritual que o reitor tem sobre os colegiais.

II Parte – Dos colegiais e mais pessoas do colégio¹³

Título	Conteúdo
Primeiro	Dos priores-mores.
Segundo	Do visitador.
Terceiro	De como o visitador fará a visita no colégio.
Quarto	Do secretário da visita.
Quinto	Da eleição e qualidades do reitor.
Sexto	Do juramento e posse que se deve dar ao reitor.
Sétimo	Da jurisdição que o reitor tem sobre as pessoas do colégio.
Oitavo	Do officio do reitor.
Nono	Da eleição dos oficiais.

12 ANTT – *Ordem de Santiago*, livro n.º 136, fols. 8-16.13 ANTT – *Ordem de Santiago*, livro n.º 136, fols. 16-28v.

O Capítulo Geral da Ordem de Cristo, realizado a 16 de Outubro de 1619¹⁴, facto a que já aludimos, contou com a presença do monarca, dos mais altos dignitários da milícia e um conjunto de sessenta e três freires conventuais¹⁵, quarenta e nove freires clérigos¹⁶ e cento e trinta e seis cavaleiros¹⁷.

A longa lista de comendadores está organizada por bispados e arcebispados. Em cada uma destas divisões é mencionado o conjunto de comendas e o respectivo rendimento, sem esquecer os comendadores devedores da quinzena e o motivo da ausência de alguns deles, porque se encontram fora do reino, em África ou na Índia, ou por motivos menos nobres, por se encontrarem homiziados ou presos¹⁸. Nesta reunião capitular, Filipe II nomeia como executor dos quartos e das meias anatas das comendas e demais bens da Ordem, Simão da Cruz Coelho ao qual será fornecida uma lista organizada por bispados e arcebispados que contempla o conjunto de comendas e comendadores a quem devem ser cobrados estes impostos. A soma recolhida é posteriormente declarada ao Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens¹⁹.

A 17 de Outubro de 1619, o capítulo presidido pelo monarca ordena aos definidores aí eleitos que reúnam em Lisboa no local indicado pelo vice-rei²⁰. Na mesma reunião são nomeados os visitadores²¹ e é assinado o alvará da sua confirmação juntamente com os definidores²². Sendo esta reunião da maior importância, os freires apresentam um conjunto de propostas para alterar certas práticas internas, as quais gostariam de levar junto dos definidores para estes terem em linha de conta:

14 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4.

15 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fols. 1-2.

16 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fols. 2v-3v.

17 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fols. 3v-6v.

18 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fols. 7-14v.

19 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fols. 15-23.

20 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fol. 25.

21 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fols. 27-28.

22 ANTT – *Ordem de Cristo/convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fols. 29-29v.

Assunto	Proposta entregue aos definidores
Visitações	- O conhecimento das suas conclusões deve ser dado logo que estas terminem e não na reunião capitular seguinte, que de acordo com a Regra ocorre seis anos depois.
Competências dos visitantes	- Devem ver as suas competências alargadas. - Maior exigência para com os comendadores e suas comendas ²³ .
Igrejas da Ordem	- Queixas dos comendadores em relação aos bispos. - Desvio do dinheiro das igrejas por parte dos tesoureiros ²⁴ . - Todas devem ser providas pelo Mestre ou Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens e nunca pelo comendador, porque desta forma usurpa os direitos de padroado do Mestre ²⁵ .
Igrejas paroquiais	- Não podem ser erigidas sem licença do mestre. - As novas devem ser da mesma natureza das que foram desmembradas.
Cargo de coadjutor	- De acordo com os comendadores é um cargo sem grande importância, mas com um vencimento elevado. - Dá azo a desentendimentos entre ele e o vigário sobre como se devem arrecadar as receitas ²⁶ .
Vigários	Devem ter regimento que consagre os direitos e deveres.
Beneficiados	Devem ter regimento que consagra os direitos e deveres ²⁷ .
Definidores	Solicitam que o capítulo geral se realize de três em três anos.
Alferes	Deve passar a ser dignidade da Ordem ²⁸ .
Jurisdição mestril e régia	Deve ser clarificada porque com a anexação dos mestrados à Coroa à sobreposição de competências ²⁹ .

O património nunca deixou de ser um assunto problemático. Gera receitas e tem a ver com a posse da terra e a promoção social que esse facto confere. Daí que não seja de estranhar todo um conjunto de recomendações que se fazem em relação às comendas e seus titulares, o que permite ajuizar um pouco sobre o ambiente de desordem e desleixo que se vivia. As preocupações manifestadas a Filipe II recuperam aquelas que anteriormente foram expressas ao rei D. Sebastião e que este procurou resolver com o Regimento de 1572. Já naquela época, o monarca manifesta preocupação pelo comportamento comodista de alguma nobreza e o seu pouco interesse pela cristianização dos gentios, espalhados pelos mais recônditos lugares de África, do Oriente e Brasil. Em função desta realidade os critérios para atribuição de comendas passam a ser mais restritivos e a ter em conta os serviços prestados nos territórios ultramarinos³⁰.

23 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fols. 30-31v.

24 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fol. 32.

25 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fol. 33v.

26 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fol. 33.

27 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fol. 34.

28 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fol. 34.

29 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fol. 34v.

30 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fol. 34v.

A sua organização e rentabilização podem e devem ser melhoradas à custa de outras que se extinguíram e, como aconteceu no reinado de D. Manuel I depois de obtida a bula de Leão X para o efeito, eliminaram-se todas as que não rendiam vinte mil reais, intenção prosseguida por D. João III, ao que Paulo III acedeu autorizando-o a desmembrar todas as que não rendiam cinquenta mil reais. Nas primeiras décadas de Seiscentos, o processo mudou e os freires em capítulo solicitam ao rei que reabilite essas *pequenas* comendas com suas igrejas, pois elas entretanto valorizaram-se e em 1619 valem cem ou duzentos mil reais. Com estes ganhos podem recompensar mais cavaleiros e a Ordem pode aumentar os seus rendimentos arrecadando mais receitas³¹.

O difícil equilíbrio entre os interesses da milícia, dos senhorios e das populações locais sempre foi um exercício complicado. Acontece que em muitas das igrejas em que depois da morte do titular não há substituição, ficando este procedimento a cargo do vigário do local que, mesmo sabendo que a igreja pertencia à Ordem, ignora o facto e nomeia novo titular alegando prerrogativas antigas. É necessário instaurar processos em todas as igrejas para avaliar quais as que não estão constituídas em comendas, mas passam a ser a partir do momento em que são atribuídas a cavaleiros, após o desaparecimento do antigo titular³².

Sendo necessário recompensar certos grupos sociais e rentabilizar os bens da milícia, fica estabelecido que as igrejas que possuem bens podem desmembrá-los quando ocorrer a morte do provido e concedê-los em comenda a beneméritos com hábito. Das mais valiosas retiram-se porções e pensões para as atribuir aos cavaleiros que as merecerem, mas em caso algum este benefício inclui as comendas da mesa mestral e as igrejas que fazem parte do padroado régio, tal como estava contemplado no *Regimento* de 1572 outorgado por D. Sebastião³³.

No caso das comendas velhas, mesmo tendo em atenção os pesados encargos que lhes são devidos, a sua real situação deve ser fiscalizada e avaliada, tal como acontece com todas as que se destinam aos residentes nos lugares de África, as quais valem cerca dez mil reais segundo registos do tempo de D. Manuel I, importância desajustada e completamente desvalorizada, pelo que se pede ao monarca compreensão e medidas razoáveis para com estes cavaleiros³⁴.

Um dos assuntos que mereceram o interesse de Filipe II foi a confirmação de uma carta do seu bisavô D. Manuel I, que impunha aos almoxarifes o pagamento atempado das tenças aos cavaleiros da Ordem, sendo proibido atribuí-las em conjunto com outros benefícios a pessoas sem hábito, porque esta prática nefasta deixa de fora muitos cavaleiros com hábito que vivem *pedindo pellas portas*, o que nos faz reflectir acerca do nível de vida muitos deles³⁵.

As comendas devem ser atribuídas em propriedade e nunca em administração, porque sempre que morre um comendador o seguinte nem sempre possui bens suficientes para liquidar as dívidas efectuadas durante a administração anterior e, por vezes, vê-se na necessidade de hipotecar ou vender bens da comenda para pagar essas dívidas³⁶.

O método de divulgação dos aforamentos continua a ser o mesmo, o pregão e não como frequentemente acontece em que estes são facultados enviesadamente a parentes ou amigos por um preço muito inferior ao seu valor real, atitudes altamente lesivas dos interesses patrimoniais da Ordem. As cartas de aforamento são depositadas no cartório de Tomar, enquanto arquivo público da instituição, mas com prova do desleixo em que se tem vivido é de

31 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fol. 35.

32 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fols. 35v-36.

33 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Cristo*, m. 66, n.º 4, fol. 37.

34 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fol. 36v.

35 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fol. 36v.

36 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fol. 37.

lamentar que em cem anos haja muito poucos novos registos de aforamento, tornando difícil o exercício da justiça porque sempre que há reclamação das partes não existem registos que provem os actos praticados³⁷.

Sempre que termina a validade do prazo raramente é respeitado o preceito legal que prevê o início de um novo processo. Muitos deles passam indevidamente a *fateusim* enquanto outros perdem-se completamente, alienando-se de forma irreversível o património da instituição. Este prejuízo acontece com mais frequência em relação aos bens da mesa mestral, pois desde que as Ordens ficaram anexas à Coroa e sendo o mestre e o rei a mesma pessoa, este pela exigência das funções de Estado não possui um procurador que zele pela sua fazenda e desconhece totalmente o que se passa na chancelaria da Ordem. Mesmo o almoxarife do mestrado que não tem outra função senão arrecadar as rendas dos foros não sabe se o que recebe é pela totalidade do foro ou por aquilo que lhe é declarado, ficando sem saber se o proprietário dividiu a propriedade ou a deu a algum dos seus descendentes, factores que diminuem em muito as rendas da mesa mestral. Para evitar estas perdas de rendimentos é necessário recuar ao período anterior a D. Manuel I, quando se distribuiu indevidamente muitos deles pelos vassallos régios. Desses seriam elaborados tombs onde constam as cartas de aforamento antigas e modernas, os quais devem ser depositados no cartório da Ordem³⁸.

As preocupações não se ficam por aqui e outros assuntos suscitam dúvidas. Um deles tem a ver com os privilégios atribuídos à milícia desde a sua fundação, os quais devem ser analisados por pessoas dotas e idóneas para que não haja dúvidas quanto aos seus fundamentos. Outra preocupação manifestada tem a ver com a protecção de algumas vilas que vêm os seus limites e jurisdição usurpados e devassadas pelos senhorios vizinhos, pelo que é de todo o interesse ir junto dos procuradores e corregedores das comarcas averiguar se estes colocam marcos que delimitam correctamente a propriedade, para evitar contendas entre os comendadores e os outros proprietários, factos que tornam indispensável a Ordem saber exactamente o que lhe pertence para bem do reino e dela mesma³⁹.

Para a boa execução de tudo o que foi apresentado aos definidores, considera-se fundamental a figura do procurador-geral, o qual deve ser pessoa prudente, diligente, desinteressada e prática, que avise o mestre do que se passa para este tomar as melhores decisões. O ofício de escrivão e executor dos três quartos representa um grande custo para os comendadores envolvidos, muitas vezes para recolher magros proventos, pelo que se determina que este arrecada apenas os três quartos, ficando as meias anatas a cargo do contador do mestrado, cuja função pode ser exercida em paralelo com a tomada de posse das comendas que confere aos comendadores⁴⁰.

Sempre que um comendador toma posse da sua comenda e havendo depósitos em débito esta não lhe será entregue pelo contador do mestrado, sem aquele lhe apresentar um fiador, que no prazo de dois anos garanta o pagamento dos três quartos e das meias anatas. Porém, se esta não tiver depósitos, o contador arrenda-a por um ano e os réditos desse tempo não serão entregues ao comendador, sem que este garanta o fiador que no ano seguinte pague os respectivos direitos. Este procedimento passa a ser aplicado aos cavaleiros que recebem tenças.⁴¹ Todos os freires quando providos de algum benefício devem elaborar o seu estatuto sem o qual não tomam posse da comenda nem lhes é passada carta, sendo indispensável apresentar fiador idóneo como garantia do pagamento dos direitos do benefício nos dois primeiros anos. Desta maneira,

37 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fol. 37-37v.

38 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fols. 38-38v.

39 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fol. 38v-39.

40 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fols. 39-39v.

41 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fol. 39v.

pretende-se recuperar o pagamento dos três quartos e das meias anatas sem qualquer custo e pressão sobre comendadores e beneficiados que, por vezes, vendem a baixo custo os proventos das suas comendas e benefícios para pagarem as despesas.

O documento termina confirmando a importância do procurador-geral, cargo para o qual deve ser designado um religioso do convento de Tomar, que em conjunto com o contador do mestrado e *sem moléstia* e gastos exagerados disponha de um livro onde mencione a receita obtida. No final do processo este manda entregar o dinheiro ao tesoureiro que se encontra em Lisboa⁴².

Por fim, apresentamos aquele que em nosso entendimento é um dos principais instrumentos legislativos saídos desta *reforma*, as Definições e Estatutos Originais da Ordem Militar de Cristo, produto do definitório celebrado no convento de Tomar a 7 de Abril de 1620 mas só ratificadas no reinado de Filipe III, a 30 de Maio de 1627⁴³. É um documento pesado e organizado que começa com a bula da fundação da Ordem de Cristo concedida pelo papa João XXII ao rei D. Dinis⁴⁴, seguida da de Júlio III atribuída a D. João III e que consagra a união perpétua dos mestrados à Coroa portuguesa⁴⁵. São estes os únicos diplomas pontifícios incluídos no códice, os quais assinalam dois dos momentos mais marcantes da vida da instituição.

A primeira parte tem como objecto expor as origens da milícia, os mestres que a governaram, os três votos substanciais que a orientam e outros aspectos estruturantes da Regra, cuja descrição consideramos pertinente:

42 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, m. 66, n.º 4, fol. 40.

43 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livro n.º 312.

44 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livro n.º 312, fols. 1-9.

45 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livro n.º 312, fols. 9v-17v.

46 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livro n.º 312, fols. 19-100v.

Primeira parte – Da reforma da Regra e dos Estatutos da Ordem de Cristo⁴⁶

Título	Conteúdo
Primeiro	Da fundação e criação da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo.
Segundo	Aquilo que ao longo dos tempos mudou relativamente ao definido na bula das fundação.
Terceiro	Lista dos mestres e à obra que produziram nessa condição. Referência à presença de Filipe II no capítulo geral de 1619 como sendo uma das maiores mercês que afectaram a ordem desde a fundação e de que resultaram estes estatutos.
Quarto	O convento de Tomar como jurisdição suprema de toda a ordem.
Quinto	Juramento feito pelos reis enquanto governadores e administradores.
Sexto	Os três votos fundamentais seguidos por todos os que pertencem à ordem, obediência, pobreza e castidade.
Sétimo	Explicitação dos três votos substanciais.
Oitavo	Do hábito desta ordem.
Nono	Da cruz.
Décimo	Do manto branco.
Décimo primeiro	Da obrigação que os cavaleiros desta ordem têm de pelejar pela fé de Cristo.
Décimo segundo	Da obrigação que os cavaleiros desta ordem têm de confessar e comungar.
Décimo terceiro	De como os comendadores e cavaleiros podem escolher confessor.
Décimo quarto	Da obrigação de rezar.
Décimo quinto	Do que são obrigados a fazer os freires comendadores e cavaleiros pelos defuntos desta ordem.
Décimo sexto	Do comer da carne.
Décimo sétimo	Do jejum.
Décimo oitavo	Das pessoas que devem ser recebidas a esta ordem e das suas qualidades.
Décimo nono	Da idade e disposição dos que devem ser recebidos nesta ordem.
Vigésimo	Quem recebe o hábito deve ser primeiro armado cavaleiro e como se deve armar.
Vigésimo primeiro	Do modo de lançar o hábito ao cavaleiro.
Vigésimo segundo	Quem recebe o hábito deve fazer logo profissão.
Vigésimo terceiro	Do modo como se fará a profissão.
Vigésimo quarto	Da indulgência que se ganha na profissão
Vigésimo quinto	Da vida e honestidade dos freires cavaleiros
Vigésimo sexto	Da hospitalidade e esmolas.
Vigésimo sétimo	De como devem os freires, comendadores e cavaleiros da ordem morrer com o hábito onde serão enterrados. E da obrigação que tem de acompanhar as pessoas da ordem.
Vigésimo oitavo	Que nenhum freire comendador ou cavaleiro apresente letras apostólicas para que seja isento das obrigações da Regra e Estatutos da Ordem sem licença do mestre.
Vigésimo nono	Da qualidade do pecado que incorrem os que não guardarem a Regra e Estatutos da Ordem.
Trigésimo	Dia do orago desta ordem.
Trigésimo primeiro	Do capítulo geral que se deve fazer de seis em seis anos.
Trigésimo segundo	Dos visitantes da ordem.
Trigésimo terceiro	Das insígnias magistrais.
Trigésimo quarto	Das dignidades desta ordem e a que a dignidade de Dom Prior (que é a primeira) pertence.
Trigésimo quinto	Das precedências entre os freires, comendadores e cavaleiros desta ordem.

A segunda parte trata da atribuição do hábito, provimento das comendas e outros bens da Ordem. Confirma-se a ideia que é necessário a licença do mestre para conceder comenda e que estas podem ser atribuídas em função de serviços prestados com proveito para o reino, tal como já definia o documento de D. Sebastião de 1572.

Segunda parte – Em que se trata do provimento das comendas, hábitos e mais bens da ordem⁴⁷

Parágrafo	Conteúdo
Primeiro	Que se vençam comendas nas armadas desta coroa.
Segundo	Que se vença comenda sem licença do mestre.
Terceiro	Que pelos serviços da Índia se possam dar comendas.
Título	Conteúdo
Segundo	Que o mestre não possa prover de comendas e hábitos desta ordem contra os Estatutos dela e nem se utilizem Breves para esse efeito.
Terceiro	Da qualidade dos serviços pelos quais se deve lançar o hábito.
Quarto	De como o mestre deve prover as quintas comendas e outros bens da ordem.
Quinto	Que cavaleiro algum possa ter duas comendas.
Sexto	Das promessas das comendas.
Sétimo	Como se deve prover as pensões que se puserem sobre as comendas.
Oitavo	Dos trinta hábitos e comendas de dez mil reais.
Nono	Do respeito que na provisão das comendas deve ter a antiguidade.
Décimo	Que as comendas desta ordem não se possam possuir debaixo de outro hábito que não o seu.
Décimo primeiro	Do tempo em que os comendadores devem visitar as suas comendas.
Décimo segundo	Como os comendadores e seus herdeiros lograram as benfeitorias que fizeram nas comendas.
Décimo terceiro	Da fábrica das comendas velhas e novas.
Décimo quarto	Do modo como se devem fazer os emprazamentos dos bens da ordem e comendas e se os houver não se usem escritos apostólicos.
Décimo quinto	Dos arrendamentos que os comendadores fazem das suas comendadores.
Décimo sexto	Que o comendador sucessor é obrigado a estar pelo arrendamento feito pelo seu sucessor.
Décimo sétimo	Dos arrendamentos que o contador do mestrado faz das comendas vagas.
Décimo oitavo	Como o mestre não pode alhear nem fazer mercê das comendas da mesa mestral.
Décimo nono	Dos três quartos que os comendadores são obrigados a pagar em dois anos das comendas velhas.
Vigésimo	Como os comendadores e cavaleiros podem ser fiadores sem prejuízo da ordem.
Vigésimo primeiro	Dos tombos que são obrigados a fazer os comendadores das comendas e outras coisas da ordem.
Vigésimo segundo	Dos inventários que se fazem das coisas da ordem e comendas e quando algumas pessoas forem providas.
Vigésimo terceiro	Do procurador-geral das ordens.

A terceira parte trata da jurisdição da Ordem, das isenções dos seus elementos, dos benefícios e rendimento dos vigários.

Terceira parte – Da jurisdição da ordem, isenção de pessoas dela, da provisão dos benefícios e da porção dos vigários⁴⁸

Título	Conteúdo
Primeiro	Da jurisdição eclesiástica da ordem e como se exercitará.
Segundo	Dos juízes das comarcas das ordens.
Terceiro	Do juiz dos cavaleiros.
Quarto	Do chanceler da ordem que a seu officio pertence.
Quinto	Do meirinho geral das ordens.
Sexto	Do privilégio do foro e isenção das pessoas da ordem.
Sétimo	Que nenhum freire comendador nem cavaleiro se possa desaforar do juízo da ordem.
Oitavo	Do modo em que os comendadores e cavaleiros serão constringidos a jurarem casos crime.
Nono	Da jurisdição eclesiástica de Tomar e seu distrito.
Décimo	Dos lugares que pertencem <i>pleno iure</i> à ordem.
Décimo primeiro	Como se devem prover os benefícios da ordem e vigararias das comendas antigas que pertencem à ordem <i>pleno iure</i> .
Décimo segundo	Dos benefícios das ilhas.
Décimo terceiro	Dos benefícios e vigararias das comendas novas.
Décimo quarto	Das porções das comendas novas.
Décimo quinto	Das porções dos vigários das comendas antigas da ordem.
Décimo sexto	Das porções dos vigários e capelães curados das ilhas.
Décimo sétimo	Da obrigação que o mestre tem de mandar prover as igrejas das ilhas e conquistas.
Décimo oitavo	Das missas do Infante D. Henrique nas ilhas.
Décimo nono	Que na Universidade de Coimbra estudem os freires desta ordem.
Vigésimo	Deve haver conselho das ordens separado da Mesa da Consciência.

A quarta parte refere os privilégios concedidos à milícia de Cristo desde a sua fundação. Para fazer o seu historial enumeram-se em primeiro lugar todos os que foram concedidos pelos Santos Padres à Ordem do Templo, seguidos dos que se concederam a Calatrava e por último, os que foram outorgados à Ordem de

47 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livro n.º 312, fols. 101-127.

48 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livro n.º 312, fols. 127v-148.

Cristo. Seguem-se os que foram concedidos pelos Reis de Portugal. Termina com a descrição das comendas que pertencem à mesa mestral e que se instituíram em África, Ilhas Atlânticas e Oriente⁴⁹.

Quarta Parte – Trata dos privilégios da Ordem de Cristo⁵⁰

Título	Conteúdo
Primeiro	Dos privilégios.
Segundo	Das comendas e fazenda que pertencem à mesa mestral desta ordem de Cristo.

Em jeito de conclusão, não podemos deixar de referir que as Ordens Militares assumiram desde sempre grande relevância não só para o monarca, como para as dignidades e freires que dela faziam parte, estatuto que lhes conferia largo prestígio social. Mesmo monarcas fisicamente ausentes, como aconteceu com os Filipes que governaram o reino entre 1581 e 1640, sentiram necessidade de *mexer* nestas instituições, que em abono da verdade deviam padecer de grande desordem institucional e patrimonial. Outro aspecto que parece ressaltar das preocupações apresentadas é exactamente este último, o do património, que apesar de ser uma fonte de poder e de receita das milícias era de muito difícil gestão, a julgar pelas queixas apresentadas em capítulo e pelo vasto conjunto de preocupações apresentadas. Perante estas realidades que são transmitidas pela documentação de forma subentendida, cremos ser relevante dar a conhecer o cerne de um conjunto legislativo que cronologicamente se insere na governação de Filipe II, mas cujas raízes podem procurar-se em momentos anteriores e vão ultrapassar em muito os limites temporais do seu reinado. Muitos destes assuntos são difíceis de resolver, estando o monarca sujeito a forte resistência das elites e dos grupos envolvidos. Exactamente porque os limites cronológicos do seu reinado são largamente ultrapassados, julgamos útil apresentar em anexo as *Definições e Estatutos* dos cavaleiros e freires da Ordem de Cristo de 1628.

Se nos é permitida alguma subjectividade cremos que no conjunto destas instituições, a Ordem de Cristo mesmo durante o governo dos Filipes continua a ter uma importância acrescida sobre as demais. Por acaso, ou talvez não, mas tendo em conta certas contingências do destino, entre as quais se inclui a peste que assolava Lisboa na época em que Filipe II de Espanha vem assumir o poder, não deixa de ser sintomático que as cortes de Abril de 1581 que o colocaram no trono tivessem lugar no Convento de Cristo em Tomar.

49 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livro n.º 312, fols. 214v-215.

50 ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livro n.º 312, fols. 148v-214.

ANEXO

Definições e Estatutos dos cavaleiros e freires da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, com a história da origem e principio dela⁵¹

Descrição do conteúdo inicial da fonte	
Prólogo⁵²	Breve história da fundação da Ordem.
Bula da Fundação⁵³	Traslado da bula de João XXII ao rei D. Dinis. (em latim)
Aceitação e ratificação⁵⁴	D. Dinis ratifica o documento pontifício que institui a Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. (em latim)
Bula da Fundação⁵⁵	Trata-se do mesmo documento mas escrito em português.
Aceitação e ratificação⁵⁶	Por parte do rei D. Dinis mas em português.
Bula da União⁵⁷	Dos mestrados das Ordens Militares à Coroa (em latim e em português).

Primeira parte – Da reformation da Regra e Estatutos da Ordem de Cristo⁵⁸

Título	Conteúdo
Primeiro	Da fundação e criação da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo.
Segundo	Das coisas que hoje estão mudadas das declaradas na bula de fundação desta ordem.
Terceiro	Dos mestres que até agora houve nesta Ordem de Cristo.
Quarto	Como o convento de Tomar é cabeça da ordem de Cristo e o D. Prior do dito convento prelado dela.
Quinto	Da união do mestrado da Ordem de Cristo a Coroa Real destes reinos e da obrigação que os governadores e perpétuos administradores que hoje são os reis, têm de jurar.
Sexto	De como esta ordem é verdadeira religião com obrigação dos três votos substanciais.
Sétimo	Em que se declaram os três votos substanciais desta Ordem.
Oitavo	Do hábito desta Ordem.
Nono	Da cruz.
Décimo	Dos mantos brancos.
Décimo primeiro	Da obrigação que os cavaleiros desta ordem tem de pelejar pela fé de Cristo.

51 BPMP – *Definições e Estatutos...*, cuja versão se apresenta em anexo.52 BPMP – *Definições e Estatutos...*, p. 1-2.53 BPMP – *Definições e Estatutos...*, p. 2v-16.54 BPMP – *Definições e Estatutos...*, p. 17-18.55 BPMP – *Definições e Estatutos...*, p. 19-28.56 BPMP – *Definições e Estatutos...*, p. 28-29.57 BPMP – *Definições e Estatutos...*, p. 29-51.58 BPMP – *Definições e Estatutos...*, p. 52-149.

Décimo segundo	Da obrigação que os cavaleiros tem de se confessar e comungar.
Décimo terceiro	De como os comendadores e cavaleiros devem escolher confessor.
Décimo quarto	Da obrigação de rezar.
Décimo quinto	Do que são obrigados a fazer os freires, comendadores e cavaleiros pelos defuntos desta ordem.
Décimo sexto	Do comer da carne.
Décimo sétimo	Do jejum.
Décimo oitavo	Das pessoas que devem ser recebidas a esta ordem e das suas qualidades.
Décimo nono	Do modo como se hão de fazer as provanças para os que hão de ser recebidos a esta Ordem.
Vigésimo	De como se há-de ser recebido ao hábito, há-de ser primeiro armado cavaleiro e do modo em que se deve armar.
Vigésimo primeiro	Do modo como se há-de lançar o hábito ao cavaleiro.
Vigésimo segundo	Que os que tomarem o hábito façam logo profissão.
Vigésimo terceiro	Do modo em que se fará a profissão.
Vigésimo quarto	Da indulgência que se ganha na profissão.
Vigésimo quinto	Da vida e honestidade dos freires cavaleiros.
Vigésimo sexto	Da hospitalidade e esmolas.
Vigésimo sétimo	De como devem os freires, comendadores e cavaleiros da Ordem morrer no habito e onde serão enterrados e da obrigação que tem de os acompanhar as pessoas da ordem.
Vigésimo oitavo	Que nenhum freire, comendador impetre letras apostólicas para que seja isento das obrigações da Regra e Estatutos da Ordem sem licença do mestre.
Vigésimo nono	Da qualidade do pecado que incorrem os que não guardarem a Regra e Estatutos da Ordem.
Trigésimo	Do dia do orago da Ordem.
Trigésimo primeiro	Do capítulo geral e como se há-de fazer de seis em seis anos.
Trigésimo segundo	Dos visitadores da ordem.
Trigésimo terceiro	Das insignias magistrais
Trigésimo quarto	Das dignidades desta ordem e o que à dignidade de D. Prior (que é a primeira) pertence.
Trigésimo quinto	Das precedências entre os freires comendadores e cavaleiros desta ordem.

Segunda parte – Trata do provimento das comendas, hábitos e mais bens da ordem⁵⁹

Parágrafo	Conteúdo
Primeiro	Que se vençam comendas nas armadas desta Coroa
Segundo	Que se não vença comenda sem preceder licença do mestre
Terceiro	Que pelos serviços da Índia se possam dar comendas.
Título	Conteúdo
Segundo	Que o mestre não possa prover as Comendas e hábitos desta ordem, contra forma dos estatutos dela e se impetre Breve para as que se tem dado contra forma deles.
Terceiro	Da qualidade dos serviços porque se deve laçar o hábito
Quarto	De como o mestre pode prover as quintas comendas e outros bens da ordem.
Quinto	Que cavaleiro algum possa ter duas comendas.
Sexto	Das promessas das comendas.
Sétimo	Como se hão-de prover as pensões que se puserem sobre as comendas.
Oitavo	Dos trinta e sete hábitos e comendas de dez mil reis
Nono	Do respeito que na provisão das comendas se deve ter a antiguidade.
Décimo	Que as comendas desta Ordem senão possam possuir debaixo de outro hábito que não seja o seu.
Décimo primeiro	Do tempo em que os comendadores hão de visitar suas comendas
Décimo segundo	De como os comendadores e seus herdeiros lograram as bemfeitorias que fizeram nas comendas.
Décimo terceiro	Da fábrica das comendas velhas e novas.
Décimo quarto	Do modo em que se farão os emprazamentos dos bens da orde, e comendas e que para os haver se não impetrem escritos apostólicos.
Décimo quinto	Dos arrendamentos que os comendadores fazem das suas comendas.
Décimo sexto	Quando o comendador sucessor será obrigado estar pelo arrendamento feito por seu antecessor.
Décimo sétimo	Dos arrendamentos que o contador do mestrado faz das comendas vagas.
Décimo oitavo	De como o mestre não pode alhear nem fazer mercê das comendas da mesa mestral.
Décimo nono	Dos três quartos que os comendadores são obrigados a pagarem dois anos das comendas velhas.
Vigésimo	Como os comendadores e cavaleiros poderão ser fiadores sem prejuízo da ordem.
Vigésimo primeiro	Dos tombos que são obrigados a fazer os comendadores das comendas e mais coisas da ordem.
Vigésimo segundo	Dos inventários que se farão das coisas da ordem e das comendas, quando algumas pessoas forem providas.
Vigésimo terceiro	Do procurador-geral das ordens.

59 BPMP – *Definições e Estatutos...*, p. 150-184.

Terceira parte – Da jurisdição da ordem, isenção das pessoas dela e da provisão dos benefícios e da porção dos vigários⁶⁰

Título	Conteúdo
Primeiro	Da jurisdição eclesiástica da ordem e do modo que se exercitará.
Segundo	Do conservador das ordens militares.
Terceiro	Do juiz dos cavaleiros.
Quarto	Do chanceler da Ordem e o que a seu officio pertence.
Quinto	Do meirinho geral das ordens.
Sexto	Do privilégio do foro e isenção das pessoas da ordem.
Sétimo	Que nenhum freire, comendador, nem cavaleiro se possa desaforar do juízo da ordem.
Oitavo	Do modo em que os comendadores e cavaleiros serão constringidos a jurar em casos crimes.
Nono	Da jurisdição eclesiástica de Tomar e seu distrito.
Décimo	Dos lugares que pertencem <i>pleno iure</i> à ordem.
Décimo primeiro	De como se hão-de prover os benefícios da ordem e vigararias das comendas antigas dela que pertencem à ordem <i>pleno iure</i> .
Décimo segundo	Dos benefícios das ilhas.
Décimo terceiro	Dos benefícios e vigararias das comendas novas.
Décimo quarto	Das porções das comendas novas.
Décimo quinto	Das porções dos vigários das comendas antigas da ordem.
Décimo sexto	Das porções dos vigários e capelães curados das ilhas.
Décimo sétimo	Das obrigações que o mestre tem de mandar prover as igrejas das ilhas e conquistas.
Décimo oitavo	Das missas do Infante D. Henrique, nas ilhas.
Décimo nono	Que na universidade de Coimbra estudem oito freires desta ordem.
Vigésimo	Que deve haver conselho de ordens separado da Mesa da Consciência.

60 BPMP – *Definições e Estatutos...*, p. 185-213.

Quarta parte – Trata dos privilégios da ordem de Cristo⁶¹

Título	Conteúdo
Primeiro	Dos privilégios
Segundo	Das comendas e fazenda que pertence à mesa mestral desta ordem de Cristo.

Descrição do conteúdo final da fonte
Soma de todas as comendas que a ordem de Cristo hoje tem e vão nestes dois cadernos, com distinção das que são velhas e antigas da ordem e quantas são e quais as do Padroado Real, como as que sua Majestade tem feito mercê ao Duque de Bragança, para poder apresentar nelas e quantas e quais são as novas e dos vinte mil cruzados e o que todas juntam rendam pelas avaliações oferecidas ⁶² .
Índex Alfabético de todas as coisas que contém este Livro ⁶³ .

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ordem de Avis*, Livro n.º 22 – Livro das cartas e consultas que se mandaram a Sua Majestade da Junta desta Ordem de São Bento de Avis.

ANTT – *Ordem de Cristo*, Livro n.º 15 – Livro de bulas e breves; Livro n.º 235 – Livro das escrituras da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo.

ANTT – *Ordem de Santiago*, Livro n.º 136 – Estatutos dos Colégios das Ordens Militares de Santiago da Espada e São Bento de Avis.

ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, Maço 66, n.º 4 – Capítulo Geral da Ordem de Cristo realizado no convento de Tomar em Outubro de 1619.

ANTT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, Livro n.º 312 – Definições e Estatutos Originais da Ordem Militar de Cristo.

ANTT – Gaveta V, maço 3, n.º 4; Gaveta VII, maço 14, n.º 3.

Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) – *Definições e Estatutos dos cavaleiros e freires da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, com a história da origem e principio dela*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1628.

Bibliografia

BOUZA, Fernando, 2005 – *D. Filipe I*. Lisboa: Círculo de Leitores.

BUESCU, Ana Isabel, 2005 – *D. João III*. Lisboa: Círculo de Leitores.

CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata, 1992 – *As regências na menoridade de D. Sebastião – Elementos para uma história estrutural*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

FERNANDEZ IZQUIERDO, Francisco, 1992 – *La Orden Militar de Calatrava en el siglo XVI*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues, 2004 – *A Normativa das Ordens Militares Portuguesas (séculos XII-XVI). Poderes, Sociedade, Espiritualidade* (texto policopiado).

MESA (A) da *Consciência e Ordens, o padroado e as perspectivas de missão*. Braga, Universidade Católica, 1993.

OLIVAL, Fernanda, 2004 – Os Áustrias e a reforma das Ordens Militares Portuguesas. *Hispania*. Madrid, p. 95-116.

OLIVAL, Fernanda, 2006 – *D. Filipe II*. Lisboa: Círculo de Leitores.

OLIVEIRA, António de, 2005 – *D. Filipe III*. Lisboa: Círculo de Leitores.

SUBTIL, José, 1993 – “Os poderes do centro” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. III, p. 163-171.

61 BPMP – *Definições e Estatutos...*, p. 214-271.

62 BPMP – *Definições e Estatutos...*, p. 272-274.

63 BPMP – *Definições e Estatutos...*, p. 275-280.

A questão argelina no discurso político da Assembleia Nacional (1953-1965)

Fernanda Paula Sousa Maia

Introdução

“É de essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam...”

Acto Colonial (1930), artigo 2.º

São diversos e abundantes os tipos de fontes históricas de que nos poderíamos socorrer para sublinhar a importância da ideologia imperial para o Estado Novo português e para Salazar em particular. Recorremos, por isso em epígrafe, a um documento, cuja autoria material pertence ao próprio Salazar e aos seus mais próximos¹, para melhor ilustrarmos os fundamentos da ideologia colonial, segundo a qual a nação portuguesa estaria imbuída de uma missão civilizadora que radicava, historicamente, na descoberta e colonização dos territórios ultramarinos. O Império assumia-se, assim, como um projecto à escala nacional que emergia, com particular destaque, nos momentos de ameaças e de perigos externos, como tinha acontecido no final do século XIX e durante a I Guerra Mundial, justificando o envolvimento de Portugal no próprio conflito bélico internacional.

Em consonância com o que acabámos de expor, para o Estado Novo, o Império assumia, por isso também, uma dimensão mítica que nos remetia para uma época dourada em que Portugal “tinha dado novos mundos ao Mundo”, ao mesmo tempo que, do ponto de vista ideológico, a dimensão imperial se revestia do inerente carácter mobilizador, integrador e congregador de energias e vontades em torno do poder² e cujo alcance Eduardo Lourenço tão bem analisou na obra *O Labirinto da Saudade*, sendo o seu subtítulo, precisamente, *Psicanálise Mítica do Destino Português*³.

O fim da II Guerra Mundial, no entanto, arrastou consigo elementos que introduziram factores de crise na doutrina imperial e no próprio sistema colonial, como aconteceu com o surgimento e/ou reforço dos movimentos nacionalistas em África e na Ásia, mas também com o desgaste e progressivo desaparecimento de paradigmas ideológicos que sustentavam o próprio sistema colonial, como a crença na superioridade da

1 O decreto n.º 18 570, de 8 de Julho de 1930, pelo qual se aprova o Acto Colonial, assenta num Projecto que saiu da pena do próprio Salazar, de Armindo Monteiro (Ministro das Colónias entre 1931 e 1935) e, provavelmente, de Quirino de Jesus (SILVA, 1996: I, 21).

2 ALEXANDRE, 2000: 49.

3 A 1.ª edição data de 1978.

civilização ocidental. Nesse sentido, as potências europeias procuraram adaptar, o melhor que puderam, as suas instituições coloniais, reformando-as e, noutros casos, concedendo uma progressiva autonomia aos territórios ultramarinos o que, em pouco tempo, se transformaria em acções de efectiva descolonização, na Ásia e em África.

Isso mesmo aconteceu com a França, a potência europeia possuidora dos mais extensos territórios coloniais em África⁴. Na verdade, depois da perda de muitos espaços ultramarinos na sequência das hostilidades com a Grã-Bretanha ocorridas nos inícios do século XIX, e consagradas em 1815, a conquista da Argélia, em 1830, permitiu à França, ao longo de Oitocentos, recompor o seu controlo territorial em África. Para território argelino se foi deslocando uma grande quantidade de franceses consubstanciando uma política colonial, sustentada no conceito da assimilação, verdadeiramente inovadora face às tradições coloniais dos restantes países europeus com territórios africanos, nomeadamente Portugal⁵.

Mas o fim da II Guerra Mundial, produziria também uma profunda transformação no contexto dos restantes impérios coloniais europeus. A partir de então, em muitos territórios coloniais, assistiu-se a uma verdadeira explosão de sentimentos independentistas geradores dos movimentos emancipalistas, em que a luta armada ganhou uma dimensão crescente. Também a França, vitoriosa no conflito mundial, se veria a braços com estas questões em solo colonial. Ora, foi a partir das características particulares da colonização francesa da Argélia, a saber, forte presença de franceses europeus na colónia⁶ e política de assimilação, aliadas ao facto de a França se ter envolvido num longo e intenso conflito que duraria de 1954 a 1962, e que acabaria por conduzir, primeiro à sua autodeterminação, e finalmente à independência e soberania plena do Estado Argelino⁷, com o subsequente processo descolonizador, que nos levou a encetar a presente análise, ou seja, como apresentamos em título, procurar “conhecer” a questão argelina a partir do discurso político produzido na Assembleia Nacional, entre as legislaturas de 1953 a 1965⁸.

Por esta mesma época, também em Portugal, eram já visíveis alterações decorrentes da mudança do quadro internacional, suscitadas pela adaptação do regime ao pós-guerra. Salazar e o Estado Novo, para além do discurso político, são convocados a alterar a própria ordem institucional, ajustando-a o melhor possível aos princípios da Carta do Atlântico de forma a assegurar a sobrevivência do regime⁹. Apesar de superficiais, foram dados vários sinais de abertura democrática para o exterior, logo no ano de 1945, como o anúncio da convocação de “eleições tão livres como na livre Inglaterra”, a revisão constitucional, a institucionalização do *habeas corpus* ou a extinção dos Tribunais Militares Especiais¹⁰. Mas foi o início do processo de descolonização dos grandes impérios europeus, o vector internacional mais determinante da evolução política interna do Estado Novo. A Carta das Nações Unidas, a par da Declaração dos Direitos do Homem, respaldavam os movimentos independentistas, que se reforçavam através do reconhecimento do direito à independência à Índia (1947), a par de quase todas as colónias asiáticas, até então, na mão dos impérios coloniais europeus¹¹. No continente africano, o processo de descolonização seria, porém, mais tardio, mais lento e sobretudo mais complexo, marcado pela criação da Liga Árabe (1945) e pela realização de reuniões internacionais, como a Conferência de Bandung (1955)¹², que contribuíram para acelerar os procedimentos independentistas. Nos

4 BENNET, 1984: 97-99.

5 BENNET, 1984: 100. Apesar de se perceber, hoje, que esta política de assimilação foi mais um instrumento de desestruturação da sociedade argelina, do que verdadeiramente de promoção (DROZ, 2006: 197).

6 Em 1954, a Argélia contava com um milhão de europeus, ou seja, mais de 10% da população total (DROZ, 2006: 196).

7 DROZ, 2006: 211-212.

8 Quisemos assim analisar, na íntegra, o período que vai da VI legislatura (1953-1957) à VIII legislatura (1961-1965).

9 OLIVEIRA, 1992: 56-57.

10 OLIVEIRA, 1992: 58.

11 Estados Unidos da Indonésia (1946), Ceilão (1947), Birmânia (1948).

12 OLIVEIRA, 1992: 68.

anos 50, nasceram a Nigéria, Somália, Serra Leoa, Tanganhica e, finalmente, depois de um longo conflito colonial, em 1962, a Argélia.

A questão colonial tornava-se, assim, no problema central do Estado Novo, ocupando o centro das preocupações de governos e de toda a elite política do regime. Se nos anos 50 ela se ficara no papel, no discurso dos estadistas que ascendiam aos principais palcos da política internacional ou na revisão constitucional de 1951 que, apesar da relativa autonomia concedida às colónias (agora designadas por províncias ultramarinas), manteve o carácter unitário dos vários territórios que compunham a nação pluricontinental¹³, logo a partir de 1961, esta questão daria lugar a uma luta armada de longa duração (1961-1974), com teatros de operações concretos, distintos e cada vez mais alargados – tendo-se iniciado em Angola (1961), rapidamente passaria à Guiné (1963) e a Moçambique (1964). Afinal, a guerra que Salazar imaginara como o desígnio da Pátria, acabaria por se transformar ela própria no princípio do fim do regime¹⁴. Desgastado internamente e atacado em várias frentes, o Estado Novo seguia cada vez mais isolado internacionalmente, sem perceber que o discurso integracionista de Salazar era, cada vez mais, incapaz de se impor com eficácia. Mas isso, só o futuro mostraria.

O que se pretende com este trabalho é analisar a forma como os deputados eleitos à Assembleia Nacional, entre 1953 e 1965, “leram” e veicularam no seu discurso político a realidade da guerra entre a Argélia e a potência colonizadora europeia, a França, que conduziria, em 1962, à sua independência, sem com isso porem em causa ou desconstruírem a ordem ideológica colonial interna portuguesa. Esta questão parece-nos ser tão mais pertinente, quanto mais reconhecermos a centralidade da ideologia colonial e da dimensão ultramarina no discurso político da época.

Percebemos ainda melhor todo o alcance deste tópico, se recordarmos que ele acabaria por marcar a própria actuação diplomática portuguesa, provocando, inclusivamente, uma profunda alteração ao nível das alianças internacionais, como demonstrou António Telo¹⁵. Nesta sequência, mais recentemente, Daniel Marcos confirmou como as próprias relações luso-francesas, durante toda a década de 1960, acabaram por contribuir de forma decisiva para que Portugal não caísse completamente no isolamento, ajudando a respaldar as suas posições internacionais, nomeadamente no fórum da O.N.U.¹⁶.

Com efeito, a admissão de Portugal como seu membro, em 1955, ao contrário do que acontecera com a Espanha de Franco, em nada ajudara Portugal a sair do crescente isolamento internacional. Bem pelo contrário. Como evidenciou Nuno Severiano Teixeira, prosseguindo as conclusões de outros investigadores¹⁷, desde então, a O.N.U. tornar-se-ia palco por excelência dos ataques à política colonial portuguesa, significando mesmo “o fim da tolerância para com o Estado Novo e o princípio da contestação internacional à política colonial do regime”¹⁸.

Foi neste contexto que decidimos partir da hipótese segundo a qual, num primeiro momento, a guerra franco-argelina, e, depois, a independência da Argélia, enquanto elementos perturbadores da matriz político-constitucional vigente, devem ter provocado uma necessária adaptação ou adequação discursiva que, contra a corrente factual e doutrinária internacional, exigisse, por parte dos deputados eleitos, a necessária justificação da sobrevivência do caso português. Ora, como teremos oportunidade de verificar, apesar do contexto internacional deixar “uma estreita margem de manobra política”¹⁹, isso mesmo foi o que procurou fazer a elite política eleita para a Assembleia Nacional.

13 ROSAS, 1994: VII, 486.

14 OLIVEIRA, 1996: I, 414-415.

15 TELO, 1994: 368.

16 MARCOS, 2006: 35.

17 SILVA, 1995; MARTINS, 1997.

18 TEIXEIRA, 2000: 85.

19 ALEXANDRE, 2000: 56.

1. Fontes e Metodologia

Para verificar a nossa hipótese inicial resolvemos partir para a leitura dos discursos publicados nos *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, no período que decorre entre a VI legislatura (1953-1957) e a VIII legislatura (1961-1965)²⁰, de forma a abrangermos cronologicamente o período de conflito aberto entre a Argélia e a França que decorreu entre 1954 e 1962 e que culminou, em 1962, com a independência daquela colónia africana. Utilizando uma metodologia baseada na análise crítica do discurso que no âmbito da nossa dissertação de Doutoramento, já aplicámos a outras realidades²¹, a partir da leitura dos debates e da identificação do tópico Argélia, foi possível construir uma base de dados informativa que permitiu recolher alguns indicadores importantes para a análise, como seja o tipo de debate, a sua duração, o número e tipo de oradores, o tipo de intervenção, os temas analisados e, por último, as características discursivas da intervenção.

A natureza específica do regime político salazarista impõe-nos, no entanto, algumas reservas metodológicas e explicações prévias. Em primeiro lugar, e tal como o qualificou Luís Sá, este período configura-se como antiparlamentar, revestindo-se de uma particularidade que permitiu este autor falar mesmo de bicamaralismo assimétrico, uma vez que “junto da Assembleia Nacional” funcionava também uma Câmara Corporativa que, segundo o artigo 102.º da Constituição, era “composta por representantes de autarquias locais e dos interesses sociais, considerados estes nos seus ramos fundamentais de ordem administrativa, moral, cultural e económica, designando a lei aqueles a quem incumbe tal representação, o modo como serão escolhidos e a duração do seu mandato”²². Neste sentido, o papel da Assembleia Nacional no sistema político surge relativamente diminuído, não apenas devido ao papel central do governo, que detém capacidade legislativa autónoma, como face à própria Câmara Corporativa a quem compete, segundo o artigo 103.º da mesma Constituição, “relatar e dar parecer por escrito sobre todas as propostas ou projectos de lei que forem presentes à Assembleia Nacional, antes de ser nesta iniciada a discussão”. Se a tudo isto juntarmos o facto de a Assembleia Nacional funcionar apenas três meses em cada sessão legislativa e, por outro lado, percebermos que se trata de uma representação limitada, na medida em que são eleitos deputados apenas os nomes “propostos pela União Nacional” ou, mais tarde, pela Acção Nacional Popular²³, parece-nos, pelo menos à primeira vista, tratar-se de uma fonte documental irrelevante e sem qualquer préstimo para a pesquisa histórica.

Esta seria a conclusão óbvia se a análise que fizéssemos às fontes fosse puramente de natureza legislativa. No entanto, como demonstraram os estudos de R. Packenham sobre o Congresso Brasileiro durante o período do regime militar, a função de um parlamento vai muito para além da simples produção legislativa, mesmo sob um regime autoritário. Como este autor percebeu, de muito maior importância são as funções menos evidentes, como as de legitimação do sistema ou da sua representação²⁴. Ora, foi esta a perspectiva que nos interessou primordialmente na presente análise. Ou seja, tentar perceber de que forma um parlamento diminuído nas suas funções, soube representar e expressar um problema político do seu tempo – o conflito entre a França e a Argélia e a independência desta colónia, em 1962. Procurámos entender, assim, de que forma o discurso político da Assembleia Nacional foi capaz de reforçar, ou não, a matriz ideológica colonial do regime, especialmente quando posto directamente em causa pelos acontecimentos internacionais.

20 Diários das Sessões da Assembleia Nacional, transcrições completas disponíveis em: <<http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=r2.dan>> [consult. Março de 2009].

21 MAIA, 2002.

22 SÁ, 1994: 159-160.

23 SÁ, 1994: 160-161.

24 PACKENHAM, 1970: 521-582.

No fundo, trata-se de partir do pressuposto de que a Assembleia Nacional era como que uma espécie de conselho político do regime salazarista, na medida em que, não representando os deputados eleitos o todo nacional, representavam, no entanto, “uma plêiade de interesses que sustentavam o regime”²⁵ e cujos interesses faziam questão de manifestar na sua tribuna. Assim se deve entender que, não esperando escutar vozes discordantes, uma vez que este não era um espaço de debate livre, nós esperávamos, no entanto, ouvir um discurso unânime e unísono de reforço das opções imperialistas e das políticas coloniais de um regime à procura de legitimação externa, mas também interna.

Vamos, então, tentar perceber quais os aspectos destacados ou mesmo silenciados pelos deputados da Assembleia Nacional e entender de que forma, indirecta e difusamente, eles puderam participar do processo de compreensão destas questões, contribuíram ou não para a legitimação de um regime exposto à crítica internacional e que necessitava de encontrar uma fórmula que lhe permitisse sobreviver.

2. A questão argelina no discurso político da Assembleia da República

Numa primeira análise, é possível perceber que, pelo menos até 1957, os deputados à Assembleia Nacional ignoraram ou procuraram passar ao lado da situação argelina. Na verdade, até então, em S. Bento, a Argélia apenas tinha sido trazida a debate por questões de natureza meramente económica, ou seja, enquanto local de destino das nossas exportações ou de origem das nossas importações²⁶. Apenas na sessão do dia 26 de Março de 1957, pela voz do deputado Galiano Tavares²⁷, se ouvem na tribuna os primeiros sinais de mal-estar latente entre a elite política do regime, introduzidos numa intervenção que tinha por tema outras questões. Numa altura em que eram já visíveis os efeitos da acção da Frente de Libertação Nacional, este deputado mostra publicamente a sua incredulidade perante a indiferença das instâncias internacionais relativamente ao que se passava na Argélia, ao afirmar que “quando se massacravam os Franceses em Mequinez os acontecimentos da Argélia pareciam deixar indiferentes as demais nações”, sugerindo, mais adiante, existirem razões de natureza ideológica para tal indiferença, e atribuindo-as inequivocamente ao poder e influência da União Soviética²⁸.

Já em Abril do ano seguinte, seria a vez do deputado Aires Martins²⁹, no âmbito de uma discussão mais vasta sobre a emigração, introduzir, de novo, uma interpretação de cariz ideológico relativamente à situação vivida na Argélia, como sendo a antecâmara de grandes e perigosas transformações futuras. Assim, previne a câmara, afirmando em jeito de vaticínio:

A Argélia, entretanto, deixa conduzir-se pelo efeito de pressão derivado da tendência generalizada da plena transformação política africana e exterioriza movimentos de rebeldia que são outras tantas afirmações do conflito geral em curso. (...) O resultado da luta marca, certamente, o rumo futuro da transformação e define o sentido provável da humanidade³⁰.

25 CARVALHO, 2002: 17.

26 Isso mesmo aconteceu nas sessões de 28 de Janeiro, 8, 9 e 11 de Fevereiro do ano de 1955; e de 4 e 23 de Abril de 1956.

27 António Raúl Galiano Tavares, natural de Portalegre, foi parlamentar eleito por este círculo nas V e VI Legislaturas (1949-1957). Professor do Ensino Secundário, foi director do Arquivo Distrital de Portalegre e Boleiro do Instituto de Alta Cultura no Instituto Britânico de Lisboa (1941). No âmbito da carreira político-administrativa foi Presidente da Comissão Distrital de Portalegre da União Nacional, Vereador da Câmara Municipal de Portalegre e Presidente da Comissão Municipal de Turismo de Portalegre. Autor de numerosa bibliografia de carácter pedagógico e cultural (cf. LOPES, 2005: II, 675-677).

28 Deputado Galiano Tavares. Sessão de 26 de Março de 1957, p. 417.

29 Aires Fernandes Martins, natural de Aveiro, foi parlamentar eleito pelo círculo do Porto na VII Legislatura (1957-1961). Oficial do Exército foi também Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nova Lisboa (Angola), em 1942. As suas intervenções parlamentares centraram-se preferencialmente nas questões ligadas à defesa civil (cf. TCHEN, 2005: II, 69-70).

30 Deputado Aires Martins. Sessão de 10 de Abril de 1958, p. 676.

Esta leitura ideológica da situação conturbada vivida na Argélia e noutros territórios africanos obteve uma grande adesão por parte dos restantes deputados que, nos seus apartes e intervenções, parecem apoiar sem reservas esta posição. Na verdade, como se pode perceber da leitura dos debates, na maioria esmagadora das intervenções tribúncias, a situação conturbada em África e na Ásia é explicada, quase sempre, como sendo o “resultado do trabalho dos comunistas”³¹. A primeira voz que, embora sem discordar da argumentação ideológica produzida, procura avançar com interpretações sustentadas em justificações de teor diverso, é o deputado Vasques Tenreiro³². Fazendo jus do seu maior conhecimento dos territórios ultramarinos, uma vez que era natural de S. Tomé, e sabendo-se da sua formação académica especializada que lhe permitiu ser docente do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, em resposta a anteriores intervenções que sustentavam a natureza exclusivamente exógena das alterações vividas em África, ou seja, a influência ideológica da União Soviética, este deputado, sem se demarcar dessas explicações, salienta, no entanto, a estreita relação existente entre a natureza e o tipo de colonização dos países europeus e a situação vivida nos territórios africanos. Disso dá conta as suas cautelosas palavras: “O perigo não é só do comunismo, mas veio de nós mesmos, porque nem sempre soubemos ir de encontro aos desejos das populações locais”³³. Como podemos perceber, eis aqui algo que, não sendo inteiramente novo, uma vez que nos anos trinta tinha sido proposto por Gilberto Freyre e pelo seu luso-tropicalismo, nos ajuda a perceber como o regime se procurou progressivamente dissociar dos nefastos acontecimentos africanos, sustentando, pela voz das suas elites, uma argumentação que ajudava a perceber o carácter único e distinto da colonização portuguesa, legitimando-a.

Ao reconhecer aos portugueses uma capacidade especial e singular para se instalarem nas zonas tropicais e facilmente se misturarem com os nativos, criando sociedades multirraciais, Gilberto Freyre, primeiro com a sua *Casa Grande e Sanzala*, obra publicada em 1933, e posteriormente, em 1940, com *O Mundo que o Português Criou*, ajudou teoricamente a fundamentar a natureza do modelo colonizador português, por contraposição à colonização dos povos do Norte da Europa. Assim, os portugueses teriam uma capacidade única para unir os povos, numa atitude fundamentada, não no interesse, mas na compreensão, e até adesão, aos valores dos povos autóctones. Apresentando uma matriz cristã, a colonização portuguesa, ao contrário de outras, seria, por isso, predominantemente marcada pela atitude de assimilação e não pela de subjugação³⁴.

Estas ideias, de início mal recebidas pelo regime salazarista, após o final da II Guerra Mundial e perante as novas condições políticas e ideológicas internacionais, foram surgindo aos olhos de algumas elites políticas como oportunas e até bem-vindas. Na verdade, a defesa de uma concepção integradora e assimilacionista da colonização portuguesa, bem como a afirmação da sua especificidade, em muito poderiam ajudar o Estado Novo na sua justificação externa, tanto mais sendo Gilberto Freyre um sociólogo brasileiro, então já, de grande prestígio internacional. Assim se deve entender, portanto, a intervenção do deputado Vasques Tenreiro quando afirmava:

31 Sessão de 10 de Abril de 1958, p. 677.

32 Francisco José Vasques Tenreiro, natural de S. Tomé, foi parlamentar eleito pelo círculo de S. Tomé e Príncipe, nas VII e VIII Legislaturas (1957-1965). Não completaria a VIII Legislatura por ter falecido em 1963. Diplomado pela Escola Superior Colonial e tendo a Especialização em Geografia pela London School of Economics and Political Sciences (1954-1955), foi professor universitário (Faculdade de Letras de Lisboa e Instituto Superior de Estudos Ultramarinos) e, ainda, funcionário do Ministério do Ultramar. Autor de numerosos estudos científicos sobre geografia africana (cf. TCHEN, 2005: II, p. 695-696).

33 Deputado Vasques Tenreiro. Sessão de 10 de Abril de 1958, p. 677.

34 ALEXANDRE, 1999: 8, 391-392.

Existem, de facto, nas regiões mais distanciadas do Mundo, expressões da alma portuguesa, exemplos de heroísmo e afirmações de valentia: são formas espontâneas e *sistemas naturais de congregação do pensamento dos Portugueses* e a consolidação do efeito de unidade entre todas as parcelas do território nacional³⁵.

Nessa sequência, recua o seu discurso até à época dos Descobrimentos, para mostrar como “promovendo o progresso e a valorização da terra, ensinando e dignificando a população, Portugal pratica em toda a parte a sua verdadeira política e realiza a sua função histórica de colonização”³⁶. Mais adiante, salienta:

A grande originalidade da colonização portuguesa reside na circunstância de os Portugueses terem contactado sempre com os vários povos que foram encontrando. Colonizar, para os Portugueses, é sinónimo de contactar. Por isso, é possível subsistir hoje essa unidade³⁷.

Era, como acabámos de ver, o esboço de um processo de naturalização e até de legitimação do modelo colonizador português.

Por outro lado, assumindo integrar-se no campo daqueles que, de acordo com o discurso oficial de Estado, optavam por sublinhar o carácter uno da nação portuguesa na sua dimensão pluricontinental, o mesmo deputado afirma, sem rodeios:

A unidade portuguesa é o resultado da aplicação do princípio de igualdade na distribuição das nossas preocupações e esforços; ela valorizou-se pela dignidade adoptada para todas as partes que bem o interpretaram e colocaram Portugal no significado da sua existência e da sua vida³⁸.

Era a assumpção inequívoca das virtualidades do processo de colonização português.

A defesa do carácter benigno e das virtualidades do modelo colonizador português é também defendido por outros deputados, em muitas outras ocasiões do debate parlamentar sobre os acontecimentos na Argélia. Em Maio de 1959, por exemplo, o parlamentar Aires Martins afirmava, peremptório:

Feito o balanço sobre a obra realizada por Portugal ao longo dos seus oito séculos de história e em manifestações prodigiosas verificadas em toda a parte da terra portuguesa, não há dúvida de que se conclui por um saldo positivo de inegável projecção e larga influência na vida dos povos: efectivamente, os Portugueses promoveram o conhecimento do Mundo e da sua gente, facilitaram o acesso a regiões desconhecidas, elevaram e dignificaram populações numerosas, ensaiaram costumes, língua e religião, valorizaram terras, identificaram culturas diversas, fomentaram riquezas e aproximaram os povos espalhados no Mundo. Tudo fizeram pela valorização das terras e cultura dos povos e em nada contribuíram para a extrema delicadeza da situação actual³⁹.

Este era, assim, na sua opinião, o antídoto necessário para prevenir que o que acontecera na Argélia pudesse alastrar aos territórios africanos portugueses. Por outro lado, esta argumentação emergia também como uma forma de auto-legitimação perante o exterior, numa altura em que as mudanças na ordem internacional impunham algum tipo de justificação.

35 Deputado Vasques Tenreiro. Sessão de 10 de Abril de 1958, p. 678. Itálico nosso.

36 Deputado Vasques Tenreiro. Sessão de 10 de Abril de 1958, p. 678.

37 Deputado Vasques Tenreiro. Sessão de 10 de Abril de 1958, p. 679.

38 Deputado Vasques Tenreiro. Sessão de 10 de Abril de 1958, p. 679.

39 Deputado Aires Martins. Sessão de 22 de Maio de 1959, p. 815.

É, nesta sequência, que se deve compreender, por parte de alguns deputados, a defesa da necessidade de se continuar a proceder a uma colonização efectiva de todos os territórios africanos, com destaque para Angola, como forma de prevenir alterações futuras. Isso mesmo defende, numa intervenção em Abril de 1958, o deputado Águedo de Oliveira⁴⁰, com base na sua experiência de vida em território africano, ao defender como medida contrariadora da emigração que, todos os anos, partia de Portugal para o exterior, a necessidade de canalização desses homens para territórios africanos, como era o caso de Angola.

Quanto não se poderia fazer financiando e organizando a vinda de tantos homens sem terra, a braços com grandes dificuldades na Mãe-Pátria, para tantas e tão boas terras sem homens de Angola. Devidamente auxiliados e assistidos, poderiam estes homens realizar uma grande obra, valorizando pelo próprio esforço um solo inculto, que se tornaria propriedade sua⁴¹,

é a solução por ele proposta, recuperando uma ideia que já no século XIX vigorara a propósito da emigração portuguesa para o Brasil⁴².

De qualquer modo, é perceptível a ideia de que o que se passa na Argélia pode constituir um rastilho de pólvora capaz de contaminar toda a África. Isso mesmo previne o deputado Aires Martins ao afirmar, na sessão de 22 de Outubro de 1958, que “a Argélia significa motivo de sérias preocupações, hipoteca esforços interessados e provoca decisões urgentes, em conformidade com o calor e significado das manifestações”, acrescentando que as “manifestações de actividade que se reconhecem em regiões distantes da África (...) afectam naturalmente a vida praticada nas terras portuguesas, representando preocupações, exigindo ponderação e estudo e ameaçando o esquema português, baseado no princípio de unidade”. Um pouco adiante defende que esses acontecimentos, nomeadamente os que têm por palco os territórios coloniais franceses “aconselham a ponderação do sistema de acordo com as circunstâncias actuais e respeito por numerosas teorias que surgem na resolução dos complexos e profundos problemas dos povos”⁴³.

É assim que, por ocasião da discussão na generalidade da proposta e projecto de lei de alteração à Constituição, vários deputados irão pugnar pela defesa do carácter uno da nação pluricontinental portuguesa como justificação do processo assimilador da colonização lusa, por contraponto com o que se passava nos restantes territórios africanos. Parecia terminada a vigência da doutrina imperial, rechaçada em termos internacionais. Impunha-se a Portugal adaptar-se às novas condições ideológicas e sustentar o princípio da unidade da nação e o fim da natureza colonial dos territórios ultramarinos. É assim que, em Maio de 1959, novamente o deputado Aires Martins aconselha

a conveniência de reflectir sobre o movimento de transformação de África, ponderar os riscos e acautelar o futuro, fomentando o sistema integral de unidade estruturado no espírito superior que identificou os Portugueses em todos os tempos e materializado em certos princípios, tantas vezes enunciados⁴⁴.

40 Artur Águedo de Oliveira, natural de Torre de Moncorvo (Bragança), foi parlamentar da I à IX Legislatura (1935-1969). Desde que foram criados os círculos eleitorais foi deputado por Bragança e em 1957 por Angola. Doutorado em Direito pela Universidade de Coimbra, teve como orientador científico da sua tese Oliveira Salazar. Enquanto exercia advocacia em Lisboa (1825-1929), aderiu ao movimento de 28 de Maio de 1926, desde cedo foi um precioso colaborador e indefectível apoiante do Estado Novo, especialmente durante o consulado de Salazar, a quem muito admirava. Desempenhou importantes cargos políticos, tendo sido Subsecretário de Estado das Finanças (1931-1935); Vice-presidente do Tribunal de Contas (1931-1948); Membro da 1.ª Junta Central da Legião Portuguesa (1936); Membro da Comissão Executiva e da Junta Consultiva da União Nacional (1938); Presidente do Tribunal de Contas (1948-1964) e, ainda, Ministro das Finanças (1950-1955). Autor de várias obras sobre história financeira portuguesa e direito financeiro, nomeadamente de incidência colonial (cf. SANTOS, 2005: II, 253-254).

41 Deputado Águedo de Oliveira. Sessão de 16 de Abril de 1958, p. 815.

42 MAIA, 2002: 389-390.

43 Deputado Aires Martins. Sessão de 22 de Outubro de 1958, p. 1136.

44 Deputado Aires Martins. Sessão de 22 de Maio de 1959, p. 817.

Convergindo nesta ideia, outros deputados defenderão na mesma linha a unidade pluricontinental de Portugal, invocando autores consagrados no âmbito do Direito português. É o caso do deputado Cortês Pinto⁴⁵ quando, no âmbito da discussão sobre a alteração da Constituição, recorria a autoridades como Adriano Moreira para sustentar “que no centro da questão internacional [referia-se à Argélia] se encontra o problema conhecido pela expressão ‘a questão racial’”; ou, ainda, quando evocava o Professor de Direito, Paulo Cunha, ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1950 e 1958⁴⁶, quando este defendia a “solidez da comunidade nacional plurirracial que através dos tempos pudemos constituir”⁴⁷. Mas toda a sua doutrina atinge a sua plenitude quando defende, nessa mesma sessão plenária: “Chamar ‘raça’ à ‘etnia’ portuguesa é pormo-nos em contradição com a afirmativa, autenticada por quatro séculos de história nacional, de que Portugal não tem colónias no sentido pervertido com que as novas mentiras convencionais democráticas desprestigiaram a nobreza da palavra. Que as terras de além-mar não são colónias, mas sim províncias ultramarinas, que, em união nacional com a metrópole, formam a pátria única de uma comunidade portuguesa. Não se trata, pois, de uma ‘raça’, mas de uma ‘etnia’ plurirracial”⁴⁸.

Do mesmo modo, em Dezembro de 1959, o deputado Camilo de Mendonça⁴⁹ defenderia com convicção:

A unidade dos Portugueses é hoje mais indispensável do que nunca. As energias dos Portugueses não podem, sem perigo fatal, consumir-se de novo em lutas estéreis de baixa política, em questões pessoais ridículas, em querelas sem grandeza nem significado perante os homens, perante o Mundo, perante a história⁵⁰.

Os acontecimentos da Argélia impunham a necessidade de legitimação perante o exterior, como suspeitavam alguns parlamentares.

De qualquer modo, independentemente das circunstâncias externas, era visível por parte da maior parte dos deputados a necessidade de, nas suas intervenções, desenvolver uma retórica que salientasse o orgulho e a grandeza da nação portuguesa. É isso mesmo, por exemplo, que faz o deputado Camilo de Mendonça quando, em Dezembro de 1959, defende com ardor:

O nosso ultramar, para além de constituir o orgulho de um passado feito de sacrifícios de sangue e de fazenda, de epopeia e de glória, de conter túmulos de heróis e de mártires, de espalhar algo do mais íntimo e grande da inconfundível personalidade lusiada, de representar para todos os portugueses um passado no presente, é também um grande e forte e vivo motivo de esperança.

45 Américo Cortês Pinto, natural de Leiria, foi deputado pelo círculo de Leiria, nas V e VI Legislaturas (1949-1957) e pelo de Viseu na VII Legislatura (1957-1961). Médico de profissão, o seu perfil político-ideológico permite defini-lo como católico, tendo sido Vice-presidente da Associação dos Médicos Católicos, e ainda como monárquico. Ao nível da sua carreira político-administrativa desempenhou os seguintes cargos: Vice-presidente da Comissão Distrital de Leiria da União Nacional; Vereador da Câmara Municipal de Lisboa; Inspector de Saúde Escolar; Vogal das Comissões de Literatura e Espectáculos Infantis e de Censura aos Espectáculos (cf. ALVES, 2005: II, 358-359).

46 MARTINS, 1996: 1, 245-246.

47 Deputado Cortês Pinto. Sessão de 16 de Junho de 1959, p. 977.

48 Deputado Cortês Pinto. Sessão de 16 de Junho de 1959, p. 978.

49 Camilo António de Almeida Gama Lemos de Mendonça, natural de Alfândega da Fé (Bragança), foi deputado pelo círculo de Bragança, nas VI, VII e VIII (1953-1965) e X Legislaturas (1969-1973). Licenciado em Agronomia, foi um alto funcionário público. Próximo de Marcello Caetano, foi um dos membros do sector desenvolvimentista do regime, tendo sido o grande impulsionador do Complexo Agro-Industrial do Cachão. Desempenhou importantes cargos administrativos de natureza política, tendo sido Procurador à Câmara Corporativa (IV e XI Legislatura); Presidente da Comissão Administrativa do Grémio dos Armazenistas e Produtores de Azeite (1947); Presidente da Junta de Exportação do Café (1953-1957); Delegado do Governo junto do Grémio dos Armazenistas e Exportadores de Azeite (1953-1957) e Vice-presidente do Conselho Técnico Corporativo (1953-1957). Foi, ainda, Presidente dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano (1969) (cf. SILVA, 2005: II, 125-127).

50 Deputado Camilo de Mendonça. Sessão de 10 de Dezembro de 1959, p. 145.

Por isso, para este deputado, era, mais do que nunca, importante honrar o passado e a nossa história, logo, para ele, como para muitos outros parlamentares,

transigir, ceder, abdicar, negociar a respeito dos territórios portugueses, derramados pelo Mundo, significa para todos os portugueses uma traição para com o passado, uma desonra no presente e a alienação de uma das mais fortes e vivas e sentidos razões de esperança no futuro⁵¹,

no que foi acompanhado por um significativo coro colectivo de “Muito Bem!”.

É nesta sequência de ideias que em alguns discursos, e como seria de esperar, a figura de Salazar emerge, mais uma vez, como a de salvador da Pátria. Como acrescentará este deputado a terminar o seu discurso:

Não fora a clarividência de Salazar, a firme determinação do Governo, a existência de uma forte unidade nacional, e a consciência dos Portugueses teria sido traída, a Pátria poderia ter sido amputada, porventura depois de muito jogo retórico, de muitas discussões inúteis e ridículas, os horizontes de esperança da nossa juventude teriam sido bruscamente cortados e, em pouco tempo, ter-se-ia negado todo um passado imorredouro e liquidado um futuro promissor. Acaso não é esta a lição da nossa história? Acaso não é esta, na actualidade, a lição de outros povos?⁵².

Ou seja, como convinha concluir, pôr-se em causa a unidade ultramarina portuguesa era pôr em causa o próprio regime.

Após 1962, no entanto, apesar de não se discutir aberta e claramente a independência da Argélia no hemiciclo, a ideia que prevalece entre os deputados é a da necessidade de se aprender com o que aconteceu com a França, em território argelino. Permanentemente preocupado com o avanço do comunismo, o deputado Armando Cândido⁵³ exclama peremptório, em Fevereiro de 1963: “Negociar a prazo mais ou menos longo a cedência? A França cedeu, com mira na comunidade, e a comunidade tem sido espuma desfeita pelos ventos da história”⁵⁴. Ou seja, se a convivência pacífica entre franceses continentais e argelinos se gorara, e a Argélia se tinha mesmo tornado uma nação independente, então, em Portugal, haveria que não esquecer este facto.

Antecipando o que se passaria nos anos seguintes nos territórios africanos tutelados por Portugal, no momento em que se discutia a Lei Orgânica do Ultramar, o mesmo deputado Armando Cândido de Medeiros profetizava então que “a hora da África não soou agora para nós no chamado relógio da história. Soou há muito e há muito a escutamos e seguimos”, para acrescentar que

basta recordar que no caso da Argélia se celebraram acordos depois de reunidos uns e outros para negociarem e acertarem os termos da famigerada autodeterminação. E depois, os franceses da Argélia, que eram 1 200 000, ficaram reduzidos até agora ao que sobra do milhão. Do que era património de franceses, conseguido dia a dia, de labuta em labuta, pouco resta, além do que foi já confiscado. Dentro em pouco raros ou nenhuns dos antigos construtores da Argélia se poderão contar entre os usufruidores da Argélia de hoje.

51 Deputado Camilo de Mendonça. Sessão de 10 de Dezembro de 1959, p. 143.

52 Deputado Camilo de Mendonça. Sessão de 10 de Dezembro de 1959, p. 143.

53 Armando Cândido de Medeiros, natural de S. Miguel (Açores), foi deputado eleito pelo círculo de Ponta Delgada da IV à IX Legislatura (1945-1969). Enquanto magistrado, foi Delegado do Procurador da República em várias Comarcas; Juiz de Direito na Comarca da Ribeira Grande (1945); Corregedor judicial de Ponta Delgada; Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas (1956). Integrou, ainda, os corpos gerentes da *Gulf Cabinda Oil Company* (1960-1965) e do *Banco de Angola* (1966). A sua carreira político-administrativa perpassou pelos seguintes pelouros: Delegado do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, nos Açores; Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada (1949); Presidente do Centro de Estudos Político-sociais da União Nacional (1961) e, por fim, Membro da Comissão Executiva da União Nacional (1965-1968) (cf. CARVALHO, 2005: II, 90-94).

54 Deputado Armando Cândido. Sessão de 6 de Fevereiro de 1963, p. 2021.

Termina a sua intervenção perguntando: “Que é feito das palavras, das promessas, das negociações, dos acordos?”, para, por fim, concluir: “A norma é a de prometer para ganhar, de ganhar para não cumprir, de não cumprir para escorraçar”⁵⁵, antecipando, assim, o que poderia acontecer a Portugal a partir do exemplo da França.

Conclusão

Apesar de nunca o tema Argélia, ou questões com ele relacionadas, terem sido tratadas directamente pelos deputados à Assembleia Nacional, estes souberam abordar o assunto, trazendo-o à colação a propósito do debate de temas colaterais, como a emigração ou, sobretudo, nas discussões sobre a constituição.

Da leitura da base de dados informativa que criámos, parece-nos possível concluir que, na Assembleia Nacional, rapidamente se percebeu que da questão argelina havia que retirar aprendizagens para a realidade colonial portuguesa. Como alguns avisaram, em tom premonitório: “Este é ambiente de perigo e de delicadeza que envolve, também, as províncias portuguesas, que não podem alhear-se inteiramente da influência do comunismo, que se propaga em África em todas as direcções e com o maior empenho”⁵⁶. Antecipando uma realidade que viria, algum tempo mais tarde, também a explodir nos territórios africanos portugueses, os deputados desenvolveram um discurso que, com o tempo e o devir dos acontecimentos, se foi progressivamente complexificando. Assim, se numa primeira fase, os parlamentares imputaram os acontecimentos a razões puramente exógenas – a influência do comunismo e da União Soviética –, aos poucos alguns deles foram esboçando e desenvolvendo um tipo de argumentação que, mais do que explicar, visava antes legitimar internacionalmente a colonização portuguesa.

Neste sentido, recorreram a tópicos como a exclusividade do modelo colonizador português, descomprometido de interesse e fundamentado em valores universalistas cristãos de altruísmo e cooperação. Por essa via, os deputados contribuíam, com o seu discurso, para sedimentar uma via de legitimação do modelo colonial português num momento em que ele entrava em crise. Por outro lado, ao sustentar a pluricontinentalidade da nação portuguesa estava-se, em última análise, a demonstrar que, para Portugal, não existiriam colónias, mas simplesmente províncias, como afinal a revisão constitucional de 1951 tinha consagrado. Era a negação da subsistência do problema, pela constatação da sua inexistência.

Como acabámos de ver, numa altura em que não eram ainda possíveis as reformas de fundo ao nível das instituições coloniais portuguesas, a Assembleia Nacional arriscava, de uma forma cautelosa mas categórica, um processo de legitimação que acabaria por reforçar a doutrina oficial. Afinal, como começamos por dizer, apesar de vivermos num período que se pode classificar como antiparlamentar e em que a função legislativa parece ter sido claramente subalternizada, a Assembleia Nacional acabou por desempenhar uma relevante função de legitimação do sistema, justificando plenamente a utilização da sua produção discursiva como fonte neste trabalho.

55 Deputado Armando Cândido. Sessão de 17 de Abril de 1963, p. 2331.

56 Deputado Vasques Tenreiro. Sessão de 10 de Abril de 1958, p. 677.

Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim, 1999 – “Luso-tropicalismo” in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Liv. Figueirinhas, vol. 8, p. 391-392.
- ALEXANDRE, Valentim, 2000 – “O Império Colonial” in PINTO, António Costa (coord.) – *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Ediciones Sequitur, p. 39-60.
- ALVES, Edmundo, 2005 – “PINTO, Américo Cortês” in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, vol. II, p. 358-359.
- BENNET, Norman, 1984 – *Africa and Europe. From Roman Times to National Independence*. New York: Africana Publishing Company.
- CARVALHO, Rita Almeida, 2002 – *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*. Lisboa, Porto: Assembleia da República, Ed. Afrontamento.
- CARVALHO, Rita Almeida de, 2005 – “MEDEIROS, Armando Cândido de” in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, vol. II, p. 90-94.
- DROZ, Bernard, 2006 – *Histoire de la colonisation au XXe siècle*. Paris: Editions du Seuil.
- LOPES, Marina Dória, 2005 – “TAVARES, António Raúl Galiano” in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, vol. II, p. 675-677.
- LOURENÇO, Eduardo, 1978 – *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Dom Quixote.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2002 – *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil: a Câmara dos Deputados (1826-1852)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARCOS, Daniel, 2006 – “Portugal e a França na década de 1960: a Questão Colonial e o Apoio Internacional”. *Relações Internacionais*. n.º 11, p. 31-45.
- MARTINS, Fernando, 1996 – “CUNHA, Paulo Arsénio Veríssimo (1908-1986)” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. [S.l.]: Círculo de Leitores, vol. 1, p. 245-246.
- MARTINS, Fernando, 1997 – “A Política Externa do Estado Novo, o Ultramar e a ONU: uma doutrina histórico-jurídica (1955-68)”. *Penélope: Fazer e Desfazer História*. Lisboa, n.º 18, p. 189-206.
- OLIVEIRA, César de, 1992 – “A Evolução Política” in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. XII, p. 19-85.
- OLIVEIRA, César, 1996 – “Guerra Colonial” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores. vol. I, p. 413-415.
- PACKENHAM, Robert, 1970 – “Legislatures and political development” in KORNBERG, A.; MUSOLF, L. (eds.) – *Legislatures in Developmental Perspective*. Durham: Durham University Press.
- ROSAS, 1994 – “O Estado Novo (1926-1974)” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. VII, p. 419-501.
- SÁ, Luís, 1994 – *O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político*. Lisboa: Caminho.
- SANTOS, Maria Alcina, 2005 – “OLIVEIRA, Artur Águedo de” in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Assembleia da República, vol. II, p. 253-254.
- SILVA, A. E. Duarte, 1995 – “O Litígio entre Portugal e a ONU: 1960-1974”. *Análise Social*. Lisboa: ICS, vol. XXX, n.º 130, p. 5-50.
- SILVA, António Duarte, 1996 – “Acto Colonial” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. [S.l.]: Círculo de Leitores, vol. 1, p. 20-22.
- SILVA, Filipa Ribeiro, 2005 – “MENDONÇA, Camilo António de Almeida Gama Lemos de” in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, vol. II, p. 125-127.
- TCHEN, Adelaide Ginga, 2005 – “MARTINS, Aires Fernandes” in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, vol. II, p. 69-70.
- TCHEN, Adelaide Ginga, 2005 – “TENREIRO, Francisco Vasques” in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, vol. II, p. 695-696.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, 2000 – “Entre África e a Europa: a Política Externa Portuguesa: 1890-1986” in PINTO, António Costa (coord.) – *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Ediciones Sequitur, p. 61-92.

TELO, António José, 1994 – “As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra, vol. 16, p. 347-369.

Dicotomias socioeconómicas regionais do território português

Maria Ortelinda Barros Gonçalves

Introdução

Portugal é duplamente periférico, ou seja, é periférico quando considerado no conjunto dos países da União Europeia, mas é também ele próprio constituído por um conjunto de regiões periféricas em relação aos seus pólos de desenvolvimento. Na actualidade, torna-se difícil às populações dos territórios desfavorecidos escaparem aos efeitos da globalização, agravando-se as dificuldades ao seu desenvolvimento harmonioso e sustentado. Estes territórios apresentam-se diferenciadamente dotados de recursos humanos qualificados, de capacidade de inovação e de acesso aos serviços. Gerry¹ define desenvolvimento como um conceito político-social e processual, que dá prioridade à articulação entre pessoas e territórios, e à questão do poder, salientando a importância da capacitação (*empowerment*) e da participação da população local, tentando aumentar o nível e qualidade de vida e reduzindo consequentemente as assimetrias socioeconómicas.

Observamos, na revisão da literatura, que as regiões mais pobres mas com elevada qualificação de mão-de-obra apresentam taxas mais elevadas de crescimento, evidência que costuma ser vinculada à maior capacidade de absorção tecnológica². Segundo Romer (1992), no período de 1965-1990 os países que mais cresceram *per capita* foram os que apresentaram maior escolaridade e elevada expectativa de vida, o que reforça a hipótese de que o capital humano determina a capacidade de produção *per capita* dos países/regiões. Os países em que se verificaram mais elevados níveis de produtividade foram aqueles nos quais os governos actuaram eficazmente a fim de evitar que os recursos, especialmente privados, fossem desviados dos fins produtivos. Baixos gastos do governo em consumo foram também referidos por aquele autor como determinantes dos diferenciais de produtividade entre países, pois também seriam desvios de recursos da esfera produtiva, prejudicando o stock de capital físico. A acção inibidora de desvios pelo governo aumenta o número de trabalhadores qualificados e aumenta o capital físico, gerando portanto maior produtividade. Segundo Barro (1996), economias abertas ao comércio internacional favorecem a riqueza das nações, reduzem as oportunidades de *rent-seeking*, havendo também a considerar o efeito económico do comércio sobre a difusão da tecnologia, sobre o intercâmbio de ideias e de inovação e sobre a eficiência económica. A baixa taxa aplicada sobre bens finais e bens intermédios exportados, a proximidade com as fronteiras de economias

1 GERRY, 2003: 544-545.

2 BARRO; SALA I MARTIN, 1995.

desenvolvidas favorecem o crescimento económico dos países. No entanto, a actuação do mercado livre é insuficiente para reduzir as desigualdades regionais se as regiões não forem relativamente semelhantes nas suas taxas de investimento, escolaridade e expectativas de vida. Havendo uma maior igualdade nestas variáveis, o crescimento das regiões mais pobres será certamente célere. Uma política que minimize as disparidades nestas variáveis é crucial para a redução das desigualdades territoriais. As actividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) são também um instrumento fundamental para que os países/regiões acompanhem o mundo globalizado e dinâmico e possam criar as suas próprias oportunidades de desenvolvimento.

Procurar a concretização de um paradigma de desenvolvimento sustentável que tome em consideração as necessidades locais da população a nível de emprego, educação, formação e rede de infra-estruturas, preservando a quantidade e a qualidade dos recursos disponíveis, permitirá aos territórios desfavorecidos tornarem-se economicamente mais fortes e competitivos no contexto global.

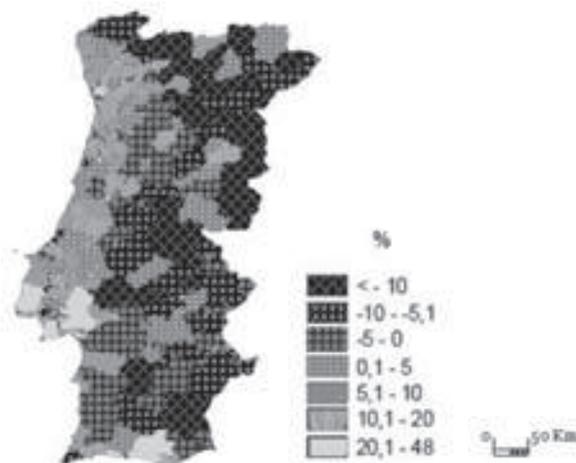
Tendo por base a recolha de dados presentes nos Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001 e procedendo à sua análise, apresentamos algumas assimetrias socioeconómicas em Portugal, a três escalas de análise: Nacional, Região Norte e um concelho do interior de Portugal (concelho de Boticas), focando essencialmente a População, o Emprego e a Escolaridade.

1. População

Os processos endógenos e exógenos, de ordem demográfica, social, económica e ambiental, intensificaram-se de tal ordem que têm contribuído fortemente para o aumento da diferenciação interna dos diversos espaços geográficos, destacando-se “entre os processos demográficos, as migrações internas e externas e seus fluxos de retorno, o crescimento natural e as conseqüentes mudanças na composição etária da população”³. Em Portugal, a diferenciação interna passa, sobretudo, pela polarização de certas tendências do crescimento e estruturas da população, sendo exemplo o envelhecimento em inúmeras áreas rurais do interior e, por outro lado, o aumento excessivo da população em espaços urbanos e litorais, provocando constrangimentos a nível do desenvolvimento sustentável.

Esta diferenciação é visível, não só a nível nacional mas também a nível regional e local (Figura n.º1).

Figura nº 1 – Variação da população em Portugal Continental, 1991-2001



Fonte: INE, 1991 e 2001. Elaboração própria.

Na região Norte, por exemplo, existe uma tendência para acentuar uma dualidade territorial, onde espaços geográficos urbanos e litorais assistem a um aumento assinalável de população, como é o caso de Entre-Douro e Vouga e do Grande Porto. Simultaneamente, regiões com predominância rural, situadas no interior, como as do Douro e do Alto Trás-os-Montes, apresentam progressiva diminuição da sua população (Quadro n.º 1).

Quadro n.º 1 – Evolução da população residente por sub-regiões da Região Norte, 1991 e 2001

Sub-regiões da Região Norte	1991	2001
Minho-Lima	250.059	247.052
Cávado	353.267	391.010
Ave	459.673	506.454
Grande Porto	1.167.800	1.252.842
Tâmega	515.610	547.425
Entre Douro e Vouga	252.370	274.943
Douro	238.695	218.343
Alto Trás-os-Montes	235.241	219.744

Fonte: INE, 1991 e 2001. Elaboração própria.

Em 10 anos (1991-2001), a Região Norte sofreu uma diminuição da sua população de 6,5 % (15 338 habitantes). Concelhos como os de Chaves, Bragança e Mirandela, aumentaram ligeiramente a sua população no período em causa; contudo, o concelho de Boticas perdeu cerca de 19% da sua população, registando uma das maiores perdas populacionais do Alto Trás-os-Montes (Quadro n.º 2).

Quadro n.º 2 – Variação da população por concelho no Alto Trás-os-Montes, 1991 e 2001

Concelhos do Alto Trás-os-Montes	1991	2001	Variação 1991 - 2001
Alfândega da Fé	6.734	5.832	-13,4
Boticas	7.936	6.417	-19,1
Bragança	33.055	34.412	4,1
Chaves	40.940	43.270	5,7
Macedo de Cavaleiros	18.930	17.160	-9,4
Miranda do Douro	8.697	7.917	-9,0
Mirandela	25.209	25.425	0,9
Mogadouro	12.188	11.016	-9,6
Montalegre	15.464	12.449	-19,5
Murça	7.371	6.606	-10,4
Valpaços	22.586	19.106	-15,4
Vila Pouca de Aguiar	17.081	14.731	-13,8
Vimioso	6.323	5.192	-17,9
Vinhais	12.727	10.370	-18,5
Total de população	235.241	219.903	-15.338

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*, 1991, 2001. Elaboração própria.

O duplo envelhecimento demográfico da população portuguesa é um processo que afecta todas as regiões do país, continuando-se a manter contudo as assimetrias regionais. O estudo da Direcção - Geral do Emprego e das Relações do Trabalho, do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2003:19), mostra que, em 2000, Portugal era o 11.º país “mais velho” do mundo, com 15,4% da população com mais de 60 anos (23,8% da população total) e a diminuição da população com menos de 20 anos (22,4%).

O índice de envelhecimento da Região Norte é substancialmente inferior ao índice de envelhecimento do país. Na Região Norte, encontramos sub-regiões, como Tâmega, Ave, Cávado e entre Douro e Vouga, cujos índices de envelhecimento evidenciam claramente a existência de uma população jovem. Por outro lado, sub-regiões, como Minho-Lima e Alto Trás-os-Montes, registam índices de envelhecimento muito elevados, superando a média nacional. Com um índice de 217,1 «Boticas é um dos concelhos mais envelhecidos do Alto Trás-os-Montes»⁴ (Quadro n.º 3).

Quadro n.º 3 – Índice de envelhecimento populacional em Portugal a diferentes escalas de análise, 2001

Índice de Envelhecimento populacional a diferentes escalas de análise	
Portugal	104,2%
Região Norte	82,2%
Minho-Lima	135,9%
Cávado	62,5%
Ave	63,0%
Grande Porto	83,1%
Tâmega	58,2%
Entre Douro e Vouga	74,8%
Douro	130,0%
Alto Trás-os-Montes	170,7%
Boticas	217,1%

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*, 2001. Elaboração própria.

Trata-se de um território muito envelhecido inserido numa região jovem. O carácter cumulativo de recessão demográfica atribuí ao concelho de Boticas a denominação de “espaço rural profundo”. Partilha deste destino o concelho de Montalegre, os quais em conjunto, definem uma unidade territorial a que se deu o nome de “Terras de Barroso”.

“Terras de Barroso” apesar de localizada na “Região Norte de Portugal, a qual apresenta como sua maior riqueza a população, uma das mais jovens da Europa”⁵, terá de conceber políticas e particulares intervenções territorializadas de desenvolvimento. Estas têm sido de tal modo insignificantes que a situação é caracterizada como de crise, onde os factores de declínio e de dificuldades diversas se têm sobreposto à valorização das

4 INE, 2002: 124.

5 ROCA *et al.*, 2001: 1.

alterações de carácter positivo. É necessário encontrar e aplicar soluções consistentes, viáveis e inovadoras, que garantam a sua recuperação, revitalização económica e social, fazendo-a evoluir para novos patamares de qualidade e sustentabilidade, como sejam: criar condições propiciadoras da envolvente económica que cativem o investimento quer da população autóctone quer de outras, implantando, por exemplo, actividades industriais, desde que a existência de factores locativos consigam atrair investimento; definir uma política de retorno eficaz, que permita inserir e integrar o emigrante regressado na economia local, e adoptar, a nível local, mecanismos que respondam às solicitações dos emigrantes dispersos na diáspora; tentar estagnar a emigração “postulando uma melhoria substantiva da situação de oferta de emprego, sobretudo em sectores «atractivos» de actividades locais, um aumento da capacidade de poupanças e simultaneamente das correspondentes oportunidades de investimento”⁶. As políticas e programas de desenvolvimento sustentável, procurando a participação das populações, deverão incentivar os idosos a operarem activamente como transmissores da cultura e dos saberes tradicionais, ligados, por exemplo, ao carácter multifuncional da agricultura e da floresta, criando ao mesmo tempo oportunidades de emprego para os mais jovens, a fim de contrariar a tendência para o abandono da actividade agrícola e para o despovoamento.

Relativamente à população feminina, que aparece cada vez mais como uma “mais-valia no desenvolvimento e revitalização da actividade económica, como o artesanato e o agroturismo, de grande importância para a diversificação da base das economias locais”⁷, as orientações devem estar voltadas não só para o incentivo à manutenção das suas actividades actuais (transformando aquela população em produtoras e gestoras qualificadas com recurso a programas de financiamento de formação comunitários) como também à exploração de outras actividades tendencialmente mais afectas ao género masculino. As potencialidades da região do Barroso, nomeadamente os recursos naturais, a tradição e herança cultural, o meio ambiente e os recursos ligados à qualidade de vida, poderão ser valorizados no mercado, constituindo bases de vantagem competitiva da economia local.

O aproveitamento de “recursos locais, aliados às tendências de mercado identificadas, abrem um grande mercado de bens de especialidade ou produtos de nicho para os espaços desfavorecidos”⁸. Segundo Kotler, citado por Dinis⁹, bens de especialidade são “bens com características singulares ou identificação de marca pelos quais um número suficiente de compradores está disposto a fazer um esforço extra de compra”.

A manufactura de produtos genuínos, combinando qualidade com raridade, que normalmente “constituem a economia “invisível” das áreas rurais, está implícita ao próprio sistema social”¹⁰. Por exemplo, no caso de Boticas¹¹ o fumeiro e o mel barrosão, o pão de centeio caseiro, a gastronomia tradicional, os bordados e tecelagem, elaborados no tempo livre entre a agricultura e o trabalho doméstico, poderão trazer rendimentos e criar emprego, se for seguida uma estratégia de marketing de nicho¹².

A intervenção territorial de desenvolvimento deve seguir uma lógica “*bottom-up*”, onde primeiro se procura conhecer as características da população, as suas necessidades, potencialidades e constrangimentos, oferecendo assim, maiores possibilidades de o desenvolvimento ser integrado.

6 INE, 2002: 34.

7 ROCA *et al.*, 2001: 11.

8 DINIS, 2004: 194.

9 KOTLER, 2000: 419 cit. por DINIS, 2004: 192.

10 DINIS, 2004: 195.

11 GONÇALVES, 2003.

12 DINIS (2004: 196) sublinha as oportunidades de negócio que algumas actividades/produtos podem ter nos espaços rurais e define nicho citando o conceito de Kotler (2000: 279) «Um *nicho* é um grupo definido mais estritamente, um mercado pequeno cujas necessidades não estão a ser totalmente satisfeitas. As empresas que praticam um marketing de nicho entendem tão bem as necessidades dos seus clientes que eles concordam em pagar um preço premium. Um nicho atraente tem as seguintes características: os clientes têm um conjunto de necessidades distintas; os clientes concordam em pagar um preço mais alto à empresa que melhor suprir essas necessidades; o nicho não costuma atrair outros concorrentes e o nicho gera receitas por meio da especialização e tem potencial para crescer e gerar lucros maiores».

2. População activa

Um outro campo de reflexão surge no seguimento da problematização do envelhecimento demográfico, e encontra-se nonexo existente entre o declínio do crescimento demográfico e o desenvolvimento económico e social, em especial no respeitante à problemática da inovação, da produtividade e da progressão profissional.

A este respeito, analisámos a taxa de actividade (relação entre população activa com 15 ou mais anos e a população total), e, no atinente a 1991 e 2001, a tendência é para o seu aumento, tanto no País como na Região Norte. Contrariamente a esta tendência, no concelho de Boticas observou-se uma ligeira diminuição. A debilidade do tecido produtivo local reflecte-se na assimilação do mercado de trabalho, particularmente no respeitante ao emprego feminino que, embora tradicionalmente detentor de taxas de actividade inferiores às do género masculino, atinge, na última década, aproximadamente menos oito pontos percentuais (Quadro n.º 4).

Quadro n.º 4 – Taxa de actividade por género, 1991 e 2001

	País 1991		País 2001		R. Norte 1991		R. Norte 2001		C. Boticas 1991		C. Boticas 2001	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
H/M	4395401	44,6	4990208	48,2	1580247	45,5	1775015	51,4	3167	39,9	2253	35,1
H	2583016	54,3	2742035	54,8	919125	54,8	986855	58,5	1922	48	1472	46,4
M	1812385	35,5	2248173	42,0	661122	36,8	788160	44,7	1245	31,6	781	24,1

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*, 1991 e 2001. Elaboração própria.

“Se os novos modelos familiares, pautados pelo abandono de uma sociedade patriarcal, e as necessidades económicas permitiram e exigiram à mulher o ingresso no mercado de trabalho, a especificidade do tecido produtivo e a manutenção de um cenário sociológico, no qual a mulher assume ainda na comunidade das regiões menos desenvolvidas um papel de subordinada ao marido, não permitiram tal emancipação”¹³. A eventual existência de contingentes relativamente importantes de emprego “oculto”, principalmente no caso das mulheres, poderá também ser justificativo da diminuição da taxa de actividade concelhia. Encontramos, no entanto, no contínuo surto emigratório a principal explicação para a diminuição da população activa e para o envelhecimento acentuado da população residente¹⁴.

3. Desemprego

O aumento da taxa de actividade verificada no país e na Região Norte não traduz necessariamente um aumento de pessoas a exercer uma actividade económica. No período em análise, a taxa de desemprego (relação entre a população desempregada e a população com 15 ou mais anos) do país passou de 6,1% para 6,8% e, na Região Norte, de 5% para 6,7%. O concelho de Boticas, assistindo à diminuição da sua taxa de actividade, vê aumentar muito significativamente a taxa de desemprego, passando de 3,9%, para 10,3% (Quadro n.º 5).

¹³ CALHEIROS, 2005:145.

¹⁴ GONÇALVES, 2003 e 2009.

Quadro n.º 5 – Taxa de desemprego em 1991 e 2001

Taxa de desemprego	1991	2001
País	6,1	6,8
Região Norte	5	6,7
Concelho Boticas	3,9	10,3

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*, 1991 e 2001. Elaboração própria

Verificamos que, no país e na região Norte, as alterações verificadas na distribuição sectorial devem-se ao processo de terciarização. No concelho de Boticas, as alterações mais significativas verificam-se nos sectores primário e secundário, assumindo ainda este último, em 2001, um papel preponderante na ocupação da mão-de-obra (Quadro n.º 6).

Quadro n.º 6 – População residente empregada, por sector de actividade económica, em 1991 e 2001

População residente empregada, por sector de actividade económica	1991	2001
País		
Sector Primário	17,5	12,6
Sector Secundário	33,6	34,4
Sector Terciário	40	53
R. Norte		
Sector Primário	10,6	4,8
Sector Secundário	49,4	45,8
Sector Terciário	40,0	49,5
C. Boticas		
Sector Primário	58,7	30,1
Sector Secundário	12,4	32,3
Sector Terciário	28,9	37,6

Fonte: INE, *Informação disponível não publicada*, 1991 e 2001. Elaboração própria.

Segundo Vasquez Barquero (1993), a intervenção deve ser focalizada em territórios com altas taxas de desemprego, procedendo a uma mudança significativa da sua estrutura produtiva.

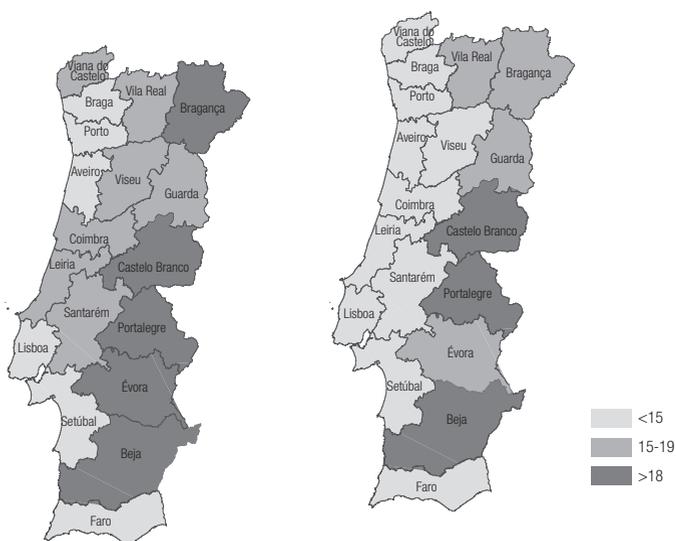
4. Escolaridade

Independentemente da localização geográfica, do estatuto económico, social ou cultural e tendo em vista a coesão social do território português de forma a garantir o seu desenvolvimento¹⁵, o grande objectivo geral da política de educação deverá ser habilitar os cidadãos com uma educação/formação adaptada às necessidades actuais do mercado de trabalho, reduzindo as disparidades e as injustiças entre indivíduos ou grupos, criando iguais oportunidades.

Apesar dos progressos, o sistema educativo português não tem contribuído para esbater/contrariar as desigualdades socio-económicas, quer a nível de classes sociais, quer a nível de regiões entre as duas zonas do país – litoral e interior –, reflectindo o índice de educação notória dicotomia. Martins¹⁶ sustenta “o processo migratório tem demonstrado a incapacidade do país em dar resposta às aspirações das populações, inclusivamente as políticas prosseguidas, ostensivamente condenaram muitas áreas do país ao ostracismo e ao isolamento, colocando o acesso à informação e à instrução como prioridades secundárias”. Segundo as estatísticas do Ministério da Educação (2001), a taxa de escolaridade da população com 15 ou mais anos, quer a nível de concelhos quer a nível sub-regional, regista fortes assimetrias. Constatamos também que as taxas de abandono escolar são mais elevadas à medida que se toma em consideração as idades mais altas (14 e 15 anos), reflectindo o fenómeno do insucesso escolar e conseqüentemente o trabalho infantil. A comprovar esta lógica está o facto de, não obstante a forte queda registada na taxa de abandono de 12,5% para 2,7%, entre 1991 e 2001, (ainda assim grave, por se tratar do ensino obrigatório), se verificarem grandes assimetrias regionais, com a Região Norte a registar as taxas mais elevadas de abandono a nível do País.

A percentagem de população analfabeta, no seu conjunto, a nível nacional, diminuiu de 1991 para 2001, reforçando-se, no entanto, a dicotomia já existente entre as regiões do litoral e do interior (Figura n.º 2).

Figura n.º 2 – Taxa de analfabetismo, 1991 e 2001



Fonte: INE, *Portugal*, 1991, 2001. Elaboração própria.

¹⁵ O desenvolvimento deve ser encarado como um processo de natureza multidimensional, tendo sempre como preocupação fundamental a melhoria das condições de vida material das populações assim como o acesso aos meios que garantam a sua qualidade de vida (saúde, habitação, educação, etc.), o aumento da igualdade de oportunidades e a protecção do ambiente. Sem erradicação da pobreza nunca alcançaremos desenvolvimento. Todavia, cada território reúne caracteres, ocorrências e recursos muito variados, tornando-se urgente o conhecimento aprofundado de cada complexidade.

¹⁶ MARTINS, 2003: 29.

Tal facto torna-se também evidente quando comparamos os três espaços geográficos em análise (Nacional, Região Norte e concelho de Boticas) (Quadro n.º 7).

Quadro n.º 7 – Taxa de analfabetismo, 1991 e 2001

Taxa de analfabetismo	1991	2001
País	11	9
Região Norte	9,9	8,3
Concelho de Boticas	24,8	24

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*, 1991 e 2001. Elaboração própria.

Em relação à percentagem de população segundo o nível de instrução, no concelho de Boticas, apesar de apresentar evolução idêntica ao Nacional e à região Norte, quase metade da população (45%) apresentava em 2001, como habilitações, o 1º Ciclo (Quadro n.º 8).

Quadro n.º 8 – Percentagem de população por nível de instrução, 1991 e 2001

Percentagem de população por nível de instrução	1991		
	País	R. Norte	C. Boticas
Níveis de ensino			
Analfabetos	11	9	22
Ensino Primário	47	52	50
Ensino Preparatório	14	16	12
Ensino Secundário	21	17	7
Ensino Médio/Superior	7	6	1
	2001		
	País	R. Norte	C. Boticas
Nenhum nível de ensino	14	14	25
1º Ciclo	35	38	45
2º Ciclo	13	15	12
Secundário + 3º Ciclo do Ensino Básico	27	24	14
Ensino Médio/Superior	11	9	3

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*, 1991, 2001. Elaboração própria.

Conclusão

Constatamos a existência de algumas dicotomias socioeconómicas regionais no território português. O actual modelo de organização e de administração do território não consolida a competitividade territorial no âmbito socioeconómico. Trata-se de um modelo centralizado na grande cidade (Lisboa) e atomizado a nível local. A atenuação da heterogeneidade regional quanto ao desenvolvimento, exige uma triangulação relacional entre, colectividades, regiões e Estado o que só será concretizável através da aproximação dos centros de decisão à população e actores locais/regionais, promovendo a sua consciencialização e conseqüente participação activa no processo de desenvolvimento. Torna-se imperativo mobilizar a descentralização do poder central para o nível regional/local, criando as condições à regionalização. Portugal necessita de aplicar a diferentes escalas de análise, políticas moduladas que contemplem a participação dos actores locais no diagnóstico das necessidades, no lançamento/coordenação de iniciativas e de projectos assim como na avaliação dos resultados obtidos e do seu impacto em termos de bem-estar social.

A actuação do mercado livre é insuficiente para reduzir as desigualdades regionais, se as regiões não forem relativamente semelhantes nas suas taxas de investimento, escolaridade e expectativas de vida. Havendo uma maior igualdade nestas variáveis, o crescimento das regiões menos desenvolvidas será certamente célere.

Um modelo de organização e de administração do território, que contemple políticas que minimizem as disparidades nestas variáveis, é crucial para atenuar as assimetrias regionais quanto ao seu desenvolvimento.

As regiões desfavorecidas apresentam uma multiplicidade de funções e serviços que vão além da função de produção de bens transaccionáveis, como as funções de preservação do espaço rural e do ambiente ou da função de lazer. Muitos autores caracterizam-nas como *espaços multifuncionais*. Neste sentido, estes territórios surgem como uma mais-valia e devem ser valorizados, por todos os agentes locais de desenvolvimento. A fim de concretizar esta dinamização, é necessário que os apoios se dirijam no sentido de maior acesso à educação, à formação, à diversificação de actividades desenvolvidas dentro e fora das explorações agrícolas, bem como à promoção dos serviços básicos de apoio às pequenas empresas e populações locais. Mendes (2006), defende que a promoção da multifuncionalidade dos territórios desfavorecidos exige uma organização colectiva para a coordenação intersectorial de estratégias empresariais privadas e políticas públicas. Neste sentido, urge a necessidade de articular: (1) a valorização de produtos agrícolas de qualidade, promovidos juntamente com o fácil reconhecimento a nível internacional (como é o caso da carne barrosã, dos vinhos do Porto, do azeite ou dos produtos biológicos), de forma a criar também no exterior uma imagem de uma região produtora de bens agrícolas de qualidade; (2) a promoção do associativismo dos proprietários florestais privados; e (3) o desenvolvimento do turismo, através de uma animação integradora dos vários espaços sub-regionais e das várias actividades assim como dos benefícios sociais gerados por esses espaços e actividades, permitindo melhorar a qualidade de vida da população rural das regiões desfavorecidas.

As Agências de Desenvolvimento Local (ADL) têm como objectivo principal impulsionar a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao desenvolvimento da qualidade de vida e na redução das assimetrias regionais, através da agregação de espaços e apoios visando a actuação em prol do desenvolvimento local, em redes e numa lógica territorial de organizações – grupos e indivíduos.

As dificuldades que os territórios desfavorecidos apresentam, em diversas áreas, reflectem o acesso limitado às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)¹⁷. Embora o acesso ao desenvolvimento tecnológico constitua um dos elementos da estratégia da União Europeia para o desenvolvimento territorial, este não tem sido sinónimo de igualdade regional, contribuindo para um isolamento ainda maior dos territórios periféricos. Constatamos, por exemplo, que os custos de ligação à Internet aumentam consideravelmente à medida que os mesmos se afastam dos grandes centros urbanos, o que também se poderá dizer quanto ao acesso aos sistemas de informação geográfica (GPS) e satélites de comunicações.

17 A este respeito, ver BHATNAGAR, 2000; DAGRON, 2001; NORRIS, 2001.

É necessário reduzir os estrangulamentos e potenciar as vantagens regionais, integrando os territórios desfavorecidos no todo nacional, preservando a identidade dos lugares e o sentido de pertença das pessoas ao território.

Bibliografia

- BARQUERO VASQUEZ, António, 1993 – *Política Económica Local*. Madrid: Pirâmide.
- BARRO, R. *et al.*, 1996 – “International Measures of Schooling Years and Schooling Quality”. *American Economic Review*. 86 (2), p. 218-223.
- BARRO, Robert; SALA i MARTIN, Xavier, 1995 – *Economic Growth*. New York: Mcgram-Hill.
- BHATNAGER, Schwares (ed.), 2000 – *Information and Communication techniques in development: cases from Índia*. New Delhi: Sage Publications.
- CALHEIROS, A., 2005 – *Globalização e desenvolvimento local. Que futuro para os territórios desfavorecidos?*. Braga: Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Católica Portuguesa.
- DINIS, L. Anabela, 2004 – *Empresarialidade em Meios Rurais e Periféricos* (Dissertação de doutoramento apresentado à Universidade da Beira Interior).
- DRAGON, Gumuncia, 2001 – *Making waves stories of participatory communication for social change*. New York: Rockefeller Foundation.
- GERRY, Chris; DINIZ, Francisco, 2003 – “A problemática do desenvolvimento rural” in COSTA, J. S. (coord.) – *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: APDR, p. 535-567.
- GONÇALVES, M. Ortelinda B., 2003 – *Emigração, Retorno e Desenvolvimento Sustentável no Barroso* (Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais apresentada à Universidade Aberta).
- GONÇALVES, Maria Ortelinda, 2009 – *Migrações e Desenvolvimento*. Porto: CEPESE, Fronteira do Caos.
- INE, 2002 – *Municípios da Região Norte*. Porto: Direcção Regional do Norte.
- MENDES, Américo, 2006 – *Que Políticas de Futuro para o Norte Rural*. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
- NORRIS, P., 2001 – *Digital divide civic engagement information poverty ant the internet world wide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROCA, M. Nazaré *et al.*, 2001 – *Congresso de Geografia Portuguesa, População e Desenvolvimento Sustentável: O caso do Norte de Portugal*. Lisboa, 2 a 4 de Outubro de 2001, p 1-11.
- ROMER, P., 1986 – “Increasing Returns and Long-Run Growth”. *Journal of Political Economy*. N.º 94 (5); “Endogenous Technical Change”. *Journal of Political Economy*. N.º 98.

Sobre os autores

Teresa F. RODRIGUES (trodrigues@fcsn.unl.pt)

Professora associada com agregação do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigadora do CEPESE.

Publicações recentes: *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da Modernidade* (coord.). Porto: Ed. Afrontamento, 2008; "Immigration: laws, policies, social/economic and cultural aspects, integration, internal security, social conflicts" (em colaboração) in *International Seminar on Safety for Mediterranean - C4/ 2009*. Roma: Centro Alti Studi per la Difesa (CASD); *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social* (coordenação com João Teixeira Lopes, Luís Baptista e Maria João Guardado Moreira). Porto: Ed. Afrontamento, 2009; "Realidades Demográficas" (em colaboração) in *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*. Porto: Ed. Afrontamento, 2009, p. 77-110; "Ageing, Education and Health in Portugal: prospective from the 19th to the 21st century" (em colaboração). *Hygiea Internationalis 2009*, 8 (1), Linköping, 2009, p. 81-96. Disponível em: <<http://www.ep.liu.se/ej/hygiea/>>; "Realidades Demográficas no Mediterrâneo. (I) – Dinâmicas Actuais e Cenários Prospectivos" *FLAD/GEEMA – Segurança, Defesa e Geopolítica* (Working Paper), Novembro 2009. Disponível em: <<http://www.geema.org/documentos/1260562364J9fFC2kIOTp38HF4.pdf>>; "Detecção e análise dos períodos de sobremortalidade em Portugal (séculos XVI a XIX), balanço de duas décadas de investigação" in *Homenagem a Jorge Crespo*. Lisboa, p. 627-664; "O sector energético a nível mundial. Tendências e incertezas no longo prazo" (em colaboração) (Working Paper 1- MDN), Fevereiro 2010.

Maria Luís Rocha PINTO (mluispinto@ua.pt)

Professora associada da Universidade de Aveiro (Secção Autónoma de Ciências Sociais Jurídicas e Políticas). Investigadora do UI:GOVCOPP.

Publicações recentes: "Population et Démographie dans l'Oeuvre de Magalhães Godinho". *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian – Portugal et le Monde*. Lisboa, Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2005, volume L, p. 133-140; "A multidimensionalidade do conceito de vida" (em colaboração). Sociedade e Território, Número Especial da *Revista de Estudos Urbanos e Regionais*. 2008, n.º 42, p. 137-146 (no âmbito do projecto (PTDC/AUR/64086/2006) da FCT); "A qualidade de vida – Uma análise à escala local" (em colaboração) in *Livro de Actas do XIV Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional*, 2008, p. 376-391. Disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2008/pdf/B_tudo.pdf>.

Gilberta Pavão Nunes ROCHA (grocha@uac.pt)

Professora catedrática do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores e directora do Centro de Estudos Sociais da mesma universidade (CES-UA).

Publicações recentes: "Ciência Demográfica e População Açoriana – O nosso tributo ao contributo científico de Artur Boavida Madeira". *Arquipélago – Série História*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2006, vol. IX; "População da ilha do Faial no contexto açoriano – 1950-1970". *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2007, n.º 17; "The Azores and Emigration: Demographic Evolution in the Second Half of the 20th Century" in HARPER, Marilyn (ed.) – *Capelinhos: A Volcano of Synergies: Azorean emigration to America*. USA, 2008; "Universidade – Reflexividade e Acção in TORRES, Anália; BATISTA, Luís (orgs.) – *Sociedades Contemporâneas – reflexividade e acção*. Porto: Edições Afrontamento, 2008; "Crescimento da população e os novos destinos da Emigração – 1895-1976" in MATOS, António Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas de; LEITE, José Guilherme Reis (dirs.) – *História dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008, vol. II.

Eduardo FERREIRA (eferreira@uac.pt)

Assistente no Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores e membro do Centro de Estudos Sociais da mesma Universidade (CES-UA).

Publicações recentes: "O início dos novos fluxos migratórios para os Açores e a situação socioprofissional dos imigrantes". *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2008, n.º 17; "Os papéis do sociólogo no planeamento territorial" in *Actas do*

Congresso *Poder Local, Cidadania e Globalização*. Ribeira Grande: Câmara Municipal da Ribeira Grande, 2008; “Polarização demográfica e densificação urbana no município de Ponta Delgada, entre 1981 e 2001”. *Revista de Estudos Demográficos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2008, n.º 44; “População e circulação de pessoas” (em colaboração) in MATOS, António Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas de; LEITE, José Guilherme Reis (dirs.) – *História dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008, vol. II.

Maria Cristina Sousa GOMES (mcgomes@ua.pt)

Professora da Universidade de Aveiro (Secção Autónoma de Ciências Sociais Jurídicas e Políticas). Investigadora do UI:GOVCOPP – Unidade de investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas.

Publicações recentes: “A ricos não chegamos de pobres não passamos. A Emigração no Avelal – impacto e avaliação. Alguns aspectos qualitativos”. *População e Sociedade*. Porto, 2001, n.º 7, p. 101-114; “A multidimensionalidade do conceito de vida” (em colaboração). *Sociedade e Território*, Número Especial da *Revista de Estudos Urbanos e Regionais*. 2008, n.º 42, p. 137-146 (no âmbito do projecto PTDC/AUR/64086/2006 da FCT); “A qualidade de vida – Uma análise à escala local” (em colaboração) in *Livro de Actas do XIV Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional*, 2008, p. 376-391. Disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2008/pdf/B_tudo.pdf>.

Isidro DUBERT (isidro.dubert@usc.es)

Professor titular de História Moderna, no Departamento de História Medieval e Moderna da Universidade de Santiago de Compostela.

Publicações recentes: “De la géographie des structures familiales aux stratégies adaptatives des familles en Espagne, 1752-1860”. *Annales de Démographie Historique*. 2005-1, p. 199-227 ; “Modernity without Modernization: The Evolution of Domestic Service in North-West Spain, 1752-1900”. *Gender & History*. 2006, 18, p. 199-211; “Mobilidade poboacional e sistemas migratorios en Galicia ao remate do Antigo Réxime. Unha primeira aproximación” in BORGE, J. Hernández *et al.* (coords.) – *Pasado e presente do fenómeno migratorio galego en Europa*. Santiago de Compostela: Edicións Sotelo Branco, 2007, p. 159-153; “Vejez, familia y reproducción social en la España de los siglos XVIII-XIX”. *Revista de Demografía Histórica*. 2008-2, p. 87-122; “Vieillesse, elites paysannes et reproduction sociale dans la Galice rural, 1752-1860” in LE MAO, C. ; MARACHE, C. (eds.) – *Les élites et la terre du XVIe siècle aux années 1930*. Paris: Armand Colin, 2010, p. 252-262.

Filipa de Castro HENRIQUES (filipahenriques@fcsn.unl.pt)

Licenciada em Economia, mestre em Estatística Gestão de Informação ISEGI-UNL; assistente convidada FCSH-UNL; economista GEE-MEI; doutoranda FCT/CEPESE/FCSH-UNL. Investigadora do CEPESE nas áreas de Envelhecimento, Educação e Saúde e Análise Prospectiva e Planeamento.

Publicações recentes: “O conhecimento dos factos demográficos” in RODRIGUES, Teresa (coord.) – *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto, Ed. Afrontamento, 2008; “O século XX: a transição” in RODRIGUES, Teresa (coord.) – *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto, Ed. Afrontamento, 2008; “Outras Regionalidades” in *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*. Porto, Ed. Afrontamento, 2009; *Ageing, Education and Health in Portugal – prospective from 19th to 21th century*. Revista *Hygiea*. Suécia, 2009.

Jorge Carvalho ARROTEIA (jarroteia@gmail.com)

Professor catedrático da Universidade de Aveiro. Investigador do CEPESE.

Publicações recentes: *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007; *Educação e desenvolvimento: fundamentos e conceitos*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2008; *Leiria e o Pinhal Litoral: sistema geográfico e contextos de desenvolvimento*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2009.

Maria João Guardado MOREIRA (mjgmoreira@ese.ipcb.pt)

Investigadora do CEPESE. Vice-presidente da Asociación de Demografía Histórica/Associação de Demografia Histórica (ADEH). Professora-adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Educação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Publicações recentes: “O século XVIII” in RODRIGUES, Teresa Rodrigues (coord.) – *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, 2008, p. 247-287; “Um oásis no meio da desertificação” in FERNANDES, Armando (coord.) – *Bragança Marca História. A História marca Bragança*. Bragança: Câmara Municipal, 2009, p. 23-34; “As divisões do território: das grandes permanências à modernidade” in RODRIGUES, Teresa; LOPES, João Teixeira; BAPTISTA, Luís, MOREIRA, Mª João Guardado (coord.) – *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 11-20; “Influência das alterações da fronteira luso-espanhola nos factores exógenos de reprodução de uma comunidade – o caso de Olivença (1760-1850)” (em colaboração). *População e Sociedade*. Porto, n.º 17, p. 85-103; “Realidades demográficas de fronteira:

Penamacor nos últimos duzentos anos" in *Actas das Comemorações dos 800 anos do Foral de Penamacor*, p.153-165; "Mate Choice in Olivença: Influence of Border Change on Spanish – Portuguese Lineages" (em colaboração). *J. of Biosocial Science*. 2010 42, p. 129–140, Cambridge University Press (primeira publicação on-line em 17 Setembro 2009).

António Matos REIS (antoniomatosreis@gmail.com)

Doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professor do Ensino Secundário. Investigador do CEPESE. Publicações recentes: *A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima no passado e no presente*. 1997; *Entre o sucesso e desgraça – Pero do Campo Tourinho, fundador de Porto Seguro*, 2000; *Ponte de Lima no Tempo e no Espaço*, 2000; *A Louça de Viana*, 2003; *História dos Municípios 1055-1385*, 2007 (Prémio Nacional de História Medieval "Almeida Fernandes" em 2008).

Joel Silva Ferreira MATA (joel.mata@oninet.pt)

Professor associado da Universidade Lusíada do Porto. Investigador do CEPESE. Publicações recentes: "A Pesca e a Sociabilidade na Vila de Sesimbra nos Primórdios do Século XVI". *Revista de Ciências Económicas e de Empresa*. Porto: Universidade Lusíada do Porto, n.º 2, 2004, p. 45-64; "O Tombo das Propriedades da Ordem de Santiago na Comenda de Sesimbra em 1516". *Lusíada, Ciências Empresariais*. Vila Nova de Famalicão, n.º 3. 2004, p. 77-93; "A Arquitectura Religiosa, Assistencial e Militar da Comenda de Ferreira, na primeira Metade do Século XVI" in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Porto: Faculdade de Letras, 2005; "A comunidade feminina da Ordem de Santiago. A comenda de Santos em finais do século XV e no início do século XVI. Um estudo religioso, social e económico". *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 9, 2007.

Maria Isabel Rodrigues FERREIRA (isabel_rf@portugalmail.pt)

Doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professora do Ensino Secundário. Investigadora do CEPESE. Publicações recentes: "A igreja matriz de Azurara nas rotas artísticas atlânticas e no imaginário do Manuelino". *O Estudo da História*. Lisboa: Associação de Professores de História, 2008, n.º 7, p. 133-140; "O catálogo dos livros do Real Convento de Nossa Senhora da Luz da Ordem de Cristo: pormenores de uma biblioteca" in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente* (Actas do V Encontro sobre Ordens Militares). Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2009, p. 73-108; "A nova dinastia e o governo das Ordens Militares: uma estratégia de entendimento" in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média*, (Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais). Porto de Mós-Alcobaça-Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, p. 169-178; "Elementos demográficos da região de Vila Meã ao tempo das Invasões Francesas (1807-1810)" in *Actas do II Congresso Histórico de Amarante*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 2009, vol. I, t. III, p. 111-119; "Juan Osórez" e "Pedro Escacho" in BÉRIOU, Nicole; JOSSEMAND, Philippe (dir.) – *Prier et Combattre – Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009.

Fernanda Paula Sousa MAIA (fpaulamaia@gmail.com)

Doutorada em História pela Universidade Portucalense. Professora de História e Geografia de Portugal. Investigadora do CEPESE. Publicações recentes: "Parlamentares de Amarante em finais de Oitocentos: o caso de João Pereira Teixeira de Vasconcelos" in *II Congresso Histórico de Amarante 2009*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 2009, vol.1, t. I, p. 87-103; "Em defesa dos interesses da Senhora Aparecida – os 'brasileiros' e o desenvolvimento local" (em colaboração). *Oppidum. Revista de Arqueologia, História e Património*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada, ano IV (3), 2008-2009, p. 195-207; "Os 'Brasileiros' de Torna-Viagem e as Relações Portugal-Brasil na Década de 1930 – Estudo de Caso" in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; Matos, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens: os Portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, CEPESE, 2009, p. 163-175; "Portugal e a Diplomacia Europeia nas Vésperas das Invasões Francesas: 'Entre o Martelo Francês e a Bigorna Britânica'" in *O Porto e as Invasões Francesas: 1809-1909*. Porto: Público / Câmara Municipal do Porto, 2009, p. 95-124; "A "Questão Brasileira" nas Cortes: Para Além do Debate Parlamentar" (em colaboração) in *IV Congresso Histórico de Guimarães – Do Absolutismo ao Liberalismo*. Braga: Câmara Municipal de Guimarães, 2009, vol. 3, p.177-189;

Maria Ortelinda Barros GONÇALVES (ortelindabarros@gmail.com)

Professora da Universidade Portucalense. Investigadora do CEPESE. Publicações recentes: "Mobilité Géographique et Développement Local au Portugal" in *Actas do Colloque Internacional, Population et Travail. Dynamiques démographiques et activités*. AIDELF (Association Internationale des Démographes de Langue Française, em colaboração com a APD (Associação Portuguesa de Demografia), Universidade de Aveiro, 2006, 12 p. (CD); "Educação - Comunicação ou Extensão – Uma Questão de Cidadania". *APOGEO*. Lisboa, n.º 31, 2006, p. 4-14; "Educação: Unidade ou Diversidade Regional em Portugal". *APOGEO*. Lisboa, n.º 33, 2007, p. 20-25; "A emigração legal no Concelho de Boticas (1960/88) – Caracterização profissional e mobilidade" in *Nas Duas Margens Os Portugueses No Brasil*. Porto: CEPESE, Edições Afrontamento, 2009, p. 465-478; *Migrações e Desenvolvimento*. Porto: CEPESE, Fronteira do Caos Editores, 2009.

Resumos/Abstracts

Resumos

Teresa F. RODRIGUES

A população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade

Neste artigo apresentamos uma síntese das principais linhas orientadoras das dinâmicas da população portuguesa, das suas origens à actualidade. Retivemos a informação considerada relevante para: (a) conhecer numa perspectiva integrada as grandes tendências da história da população, baseando-nos em informação de carácter quantitativo e na sucessão de conjunturas políticas, económicas e sociais vividas; (b) caracterizar nas diferentes épocas os comportamentos colectivos das gentes nacionais; (c) identificar modelos globais de comportamento, as longas permanências, os tempos e factores de mudança e eventuais diversidades regionais.

Palavras-chave: Portugal; população; História; demografia histórica; regiões

Maria Luís Rocha PINTO

A emergência das políticas de população na contemporaneidade

As Políticas de População ou Políticas Demográficas, como também poderiam ser designadas, enquanto área do saber apenas emergem no século XX. O conhecimento científico da população, através da Demografia, criou responsabilidades acrescidas a quem as define ou analisa e uma necessidade de perceber as diferentes implicações que determinam. O seu aprofundamento teórico constitui-se, assim, como área de interesse e desenvolvimento. A sua ligação à esfera do político e da política têm originado um campo do saber que se disputa em várias áreas científicas e que em Portugal tem sido, enquanto área, pouco trabalhado. O objectivo é, antes de mais, tentar precisar conceitos e definições que permitam uma delimitação operacional e, assim, uma abordagem posterior ao que se passa em Portugal de uma forma que ultrapasse a análise parcelar das medidas que são dirigidas ou afectam a população.

Palavras-chave : Demografia; teorias; doutrinas; políticas; Portugal

Gilberta Pavão Nunes ROCHA

Eduardo FERREIRA

Análise da população escolar do Ensino Secundário nos Açores (2000-2006)

O Ensino Secundário constitui um percurso escolar de charneira, representando quer a transição de um regime obrigatório de estudo para um de natureza voluntária, quer uma ligação entre o sistema escolar e o sistema de emprego, aspectos estes que fazem com que a problemática do rendimento escolar assuma, neste ciclo, uma importância própria. Atendendo a esta realidade, o presente artigo tem como principal objectivo apresentar alguns resultados respeitantes à análise da população estudantil do Ensino Secundário nos Açores, ao longo do período 2000-2006, procurando destacar certos aspectos relativos tanto à sua dinâmica como ao desempenho escolar da mesma.

Palavras-chave: Demografia escolar; ensino secundário; desempenho escolar; análise longitudinal; Açores

Cristina Sousa GOMES

A evolução demográfica portuguesa entre a ausência de políticas de população e as medidas avulsas

Este artigo constitui uma primeira reflexão sobre a temática enunciada em que se pretende defender o interesse e a pertinência da constituição de um *interface* de análise no âmbito da demografia e das políticas públicas. Com esta análise realça-se também a importância e centralidade da abordagem demográfica na actualidade.

De facto, as mudanças na evolução populacional e as suas repercussões têm-se feito sentir a diferentes níveis e suscitado um debate crescente que naturalmente envolvem as políticas públicas ou a sua ausência. Mas do ponto de vista da análise, além de uma intervenção política directa, importa também considerar a omissão política, intencional ou não, os efeitos perversos ou paralelos, bem como a capacidade/incapacidade de intervenção com efeito(s) nas dinâmicas populacionais.

Assim, e com base na realidade portuguesa do século XX e início do século XXI, pretende-se debater a evolução da população portuguesa e as políticas de população considerando alguns dos seus aspectos, nomeadamente: a dimensão populacional/ritmos de crescimento, a estrutura de idades e a interacção entre migração e fecundidade.

Palavras-chave: Demografia; políticas de população; políticas demográficas; políticas sociais; políticas de população em Portugal

Isidro DUBERT

Evolución y tendencias del envejecimiento demográfico en España, siglos XVIII-XX

En este trabajo se analiza desde una perspectiva comparada la evolución, fases y tendencias del envejecimiento poblacional español, prestando una especial atención a todo lo relativo a su contextualización histórica, causas e implicaciones demográficas. También se pasa revista los cambios y permanencias que ha conocido la geografía de la vejez española en la media y larga duración.

Palavras-Chave: vejez; envejecimiento demográfico; geografía de la vejez; población; España

Filipa de Castro HENRIQUES

Cenários de Envelhecimento e Saúde em Portugal no século XXI – causas e consequências de uma transição demográfica tardia

Pretendemos sintetizar a transformação global e gradual da saúde, doença, morte, natalidade e fecundidade ocorrida desde oitocentos até aos dias de hoje e traçar para 2021 cenários plausíveis... *futuríveis* da realidade demográfica portuguesa.

Iniciamos este artigo apresentando os factores portadores da transição demográfica e expusemos o que alguns autores de referência designaram como *a conjugação certa* para que se iniciasse a transformação gradual da saúde, da doença, da morte e da fecundidade nalguns países europeus, e culminasse numa mudança estrutural e global de todos os países do mundo.

A combinação dos factores favoráveis à transição em Portugal foi faseada, condicionando o arranque para a modernidade demográfica. Em Portugal, o início terá ocorrido no último quinquénio de oitocentos, com avanços e recuos, mas a verdadeira mudança apenas pertencerá a novecentos.

Após um retrato da realidade demográfica passada e presente, traçamos possíveis futuros... sempre dentro do cenário certo de envelhecimento demográfico do topo e da base da pirâmide. Parece-nos certa esta ocorrência, os números assim o ditam, mas procuramos compreender se esta população mais envelhecida, em 2021, irá ser mais saudável do que a actual.

Palavras-chave: envelhecimento; transição demográfica; mortalidade; esperança média de vida; análise prospectiva

Jorge Carvalho ARROTEIA

Portugueses em “Diáspora”: Identidade e Cidadania

A recolha de informação junto de luso-descendentes residentes em países de emigração veio realçar o interesse e a pertinência dos estudos relacionados com a emigração portuguesa, em particular com a “nova geração” de emigrantes que nascidos em Portugal ou já no estrangeiro, continuam a manter interesse e apego por Portugal. O estudo realizado com o objectivo de aprofundar o conhecimento dos aspectos relativos à vida das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e o sentir dos luso-descendentes face à experiência imigratória, ao seu projecto pessoal e à participação em actividades de natureza cívica no país de acolhimento, veio realçar o interesse desta população por Portugal nomeadamente pelo regresso a este país, bem como sentimentos de pertença e de identificação com a sociedade e a nação portuguesa. Mais ainda, realçou a participação cívica desta população, sobretudo dos jovens, em actividades vocacionadas não só para a população emigrante mas também noutras iniciativas de carácter político e cultural, realizadas nos países de acolhimento.

Palavras-chave: emigração portuguesa; comunidades portuguesas; nacionalidade; identidade; participação cívica

Maria João Guardado MOREIRA

Quem são emigrantes portugueses em Espanha – uma primeira abordagem a partir da Encuesta Nacional de Inmigrantes (2007)

A dinâmica de crescimento da população portuguesa tem sido marcada, de forma secular, pela emigração. Embora nas últimas décadas do século XX se tenha assistido a uma nova realidade, a imigração estrangeira, os

fluxos emigratórios não desapareceram, sabendo-se mesmo que depois de meados dos anos 80 houve uma reanimação deste fenómeno. Destinos como a Espanha vêm crescer o número de portugueses consolidando-se como destinos emigratórios. A realização recente de um amplo questionário aos imigrantes presentes em Espanha, *Encuesta Nacional de Inmigrantes* [ENI, 2007], trouxe a possibilidade de melhor conhecer estas comunidades uma vez que da amostra de 15 mil pessoas entrevistadas fazem parte mais de 500 indivíduos portugueses. As informações que esta fonte recolhe são muito abrangentes: características sociodemográficas dos entrevistados, dos agregados familiares, da habitação na actualidade e anteriormente; experiência migratória anterior; condições de saída e de chegada a Espanha; situação laboral quando chegou ao país de destino; contacto com o país de origem; estatuto legal e quais os planos para o futuro. Aqui se apresentam os primeiros resultados deste inquérito, nomeadamente as principais características sociodemográficas da comunidade portuguesa em Espanha.

Palavras-chave: emigração; imigração; *Inquérito Nacional de Imigrantes*; Portugal; Espanha

António Matos REIS

D. Diogo Gelmires e as terras sob a jurisdição do Arcebispo de Santiago de Compostela a sul do rio Minho

O objecto do presente estudo são os aspectos materiais da política de engrandecimento da Catedral de Santiago, onde supostamente foram recolhidas as relíquias do apóstolo, iniciada no século IX e assumida por D. Diogo Gelmires, logo após a sua consagração como Bispo de Compostela. Quando estava ainda longe a restauração das dioceses de Braga, Porto e Coimbra, a Sé compostelana foi beneficiada com generosas doações em território português. As mais importantes parcelas que integravam esse domínio, designadamente uma boa parte da cidade de Braga e a *Vila Cornelianiana*, serviriam de cenário a uma singular “visita pastoral”, cujo objectivo principal foi a transferência para a Galiza das relíquias mais veneradas na diocese bracarense. A questão das relíquias está relacionada com várias outras – designadamente a das metrópoles diocesanas – que durante longos anos assombrarão as relações entre os Bispos de Braga e Compostela.

Palavras chave: relíquias; bispo; metrópole; Compostela; Braga

Joel MATA

A visitação à Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira, de Canha, em 1565

O documento que aqui apresentamos insere-se na longa lista de visitas levadas a cabo nos domínios da Ordem de Santiago, durante o século XVI. A sua divulgação permitirá conhecer melhor os comportamentos religiosos, económicos, sociais, culturais e demográficos dos habitantes desta vila, submetida ao poder da Ordem e ao poder do concelho.

Palavras-chave: Ordem de Santiago; visitas; comenda; século XVI, Canha

Maria Isabel Rodrigues FERREIRA

Filipe II de Portugal e a reforma das Ordens Militares (1615-1620)

Após a incorporação dos mestrados das ordens militares no património da Coroa, facto que ocorre em 1551, no reinado de D. João III, estas instituições vão viver essencialmente das bases estatutárias saídas do

capítulo geral de Tomar realizado no reinado de D. Manuel I e da marca deixada pelo longo mestrado de D. Jorge à frente das ordens de Avis e de Santiago.

D. Sebastião, ao elaborar o Regimento de 1572, compreende a necessidade de reformar estas instituições, processo que será continuado nos reinados seguintes. Filipe II (1598-1621) vai protagonizar uma reforma que se tornava urgente e que justificou a presença régia nos capítulos gerais das três milícias, procurando dotá-las de instrumentos legislativos mais próximos da realidade social. As fontes apresentadas são constituídas por um conjunto de consultas dirigidas ao rei formuladas por uma junta que em 1613 foi encarregada de trabalhar na reforma da ordem de Avis; às quais se juntam os novos Estatutos de 1615 do Colégio das Ordens de Santiago e Avis integrados na Universidade de Coimbra; as preocupações saídas do Capítulo Geral da Ordem de Cristo realizado em Outubro de 1619 que preparou o de Abril do ano seguinte e dele saíram as novas Definições e Estatutos da Ordem Militar de Cristo, ratificadas apenas no reinado do seu filho Filipe III (1627).

Palavras-chave: Filipe II; reforma; consultas; Capítulo Geral; estatutos

Fernanda Paula Sousa MAIA

A questão argelina no discurso político da Assembleia Nacional (1953-1965)

Este trabalho procura analisar a forma como os deputados eleitos à Assembleia Nacional, entre 1953 e 1965, 'leram' e veicularam no seu discurso político a guerra entre a Argélia e a potência colonizadora, a França, que conduziria, em 1962, à sua independência. Sabendo que a ideologia colonial e a dimensão ultramarina no discurso político da época assumiam uma inegável centralidade, partimos da hipótese segundo a qual a guerra franco-argelina e a independência da Argélia, enquanto elementos perturbadores da matriz político-constitucional vigente, devem ter provocado uma necessária adequação discursiva que, contra a corrente factual e doutrinária internacional, exigisse, por parte dos deputados eleitos, a necessária justificação da sobrevivência do caso português.

Palavras-chave: discurso político; ideologia colonial; guerra franco-argelina; independência da Argélia; Assembleia Nacional Portuguesa

Maria Ortelinda Barros GONÇALVES

Dicotomias socioeconómicas regionais do território português

Em Portugal, assume particular relevo a questão das assimetrias regionais em aspectos condicionantes do desenvolvimento. Os territórios portugueses apresentam-se diferenciadamente dotados de recursos humanos, de capacidade de inovação e de acesso aos serviços, tornando-se premente a adopção de políticas específicas moduladas a diferentes escalas de análise.

Sem erradicação da pobreza não alcançaremos desenvolvimento, constituindo o acesso à Educação e ao Emprego o meio prioritário na abertura a novas oportunidades. Neste contexto, tendo por base a análise dos Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001, do Nacional ao Local, apresentamos uma sinopse de algumas dicotomias socioeconómicas regionais do território português.

Palavras-chave: desenvolvimento; assimetrias; nacional; local; Região Norte

Abstracts

Teresa F. RODRIGUES

The Portuguese population. From long stays to the conquest of modernity

In this article we will present the main conclusions from a book we recently published concerning the history of the Portuguese population, since its origin to the present. We wish to fulfil three main goals: a) to know in a comprehensive approach the main trends of that history, articulating quantitative information with major political, economic and social conjunctures occurred in those centuries; b) to characterize demographic collective behaviours for each epoch; c) to identify global behaviour models, in an articulated perspective between long permanencies, changing times and factors and regional differences.

Keywords: Portugal; population; History; historical demography; regions

Maria Luís Rocha PINTO

The emergence of population policies in contemporaneity

The Population Policies or Demographic Policies, as it could also be denominated, while area of knowledge only emerges in the XX century. The scientific knowledge of the population, through Demography, created increased responsibilities to those who define or analyze them and a necessity to understand the different implications that they determine. Its theoretical deepening became, thus, as area of interest and development. Its linking to the sphere of politics and policies originated a field of knowledge that is disputed in some scientific areas and has been in Portugal, as a field, just worked. The goal is first of all try to specify concepts and definitions that enable an operational delimitation and thus a posterior approach to what is happening in Portugal in a way that goes beyond the piecemeal analysis of the measures that are directed or affecting the population.

Keywords: Demography; theories; doctrines; policies; Portugal

Gilberta Pavão Nunes ROCHA

Eduardo FERREIRA

Analysis of the Azorean Secondary School population (2000-2006)

The Secondary Education level is a threshold route that represents, on one hand, the transition from an obligatory regime of study to one of voluntary frequency, and, on the other hand, the connection between the education and the employment systems, aspects that together make the problematic of school performance acquire a real importance particularly on this concrete cycle of studies. Thus, this article intends to present a demographic analysis made to the Azorean student population registered in the Secondary Education level, between the school years of 2000-01 and 2005-06, in an attempt to underline the main trends of its dynamic and school performance.

Keywords: school demography; Secondary Education; school performance; longitudinal analysis; Azores

Cristina Sousa GOMES

The Portuguese demographic evolution between the absence of population policies and detached measures

This paper is a first reflection on the theme in which one may defend the interest and relevance of the formation of an interface analysis in demography and public policy. With this analysis the importance and centrality of the demographic approach will be stressed at the present time.

In fact, the changes in population trends and their repercussions have been felt at different levels and generated a growing debate that naturally involves public policy, or their lack. But from the standpoint of analysis, besides a direct policy intervention should also be considered a policy omission, whether intentional or not, the adverse or parallel effects as well as the ability/disability of intervention with effect (s) in population dynamics.

Thus, based on Portuguese reality of the twentieth century and early twentieth-first century the evolution of the Portuguese population and population policies will be discussed by considering some aspects in particular: population size/growth rates, population age structure and the interaction between migration and fertility.

Keywords: Demography; population policy; demographic policies; social policies; population policies in Portugal

Isidro DUBERT

Developments and trends in demographic ageing in Spain, 18th-20th centuries

In this paper, the evolution, phases and tendencies of the ageing Spanish population is analysed from a comparative perspective, paying particular attention to all that is relative to its historic contextualization in tandem with its demographic implications and causes. Change and continuance that the geography of old age in Spain has undergone in the medium and long term is also reviewed.

Keywords: old age; ageing population; geography of old age; population; Spain

Filipa de Castro HENRIQUES

Scenarios on ageing and health in Portugal for the twenty first century – causes and consequences of a late Demographic Transition

The aim of this article is to summarize the global and gradual transformations occurred in health, illness, death, birth and fertility from the nineteenth century to present day and draw plausible scenarios for 2021 ... forecasting the portuguese demographic reality.

This article starts by pointing out the combination of favourable factors of the demographic transition and exposes the *right* combination of factors that led to the gradual transformation on health, illness, death, birth and fertility in some European countries, which culminated in a structural and global change in all countries.

Portuguese demographic transformation was conditioned by different timings on the determinants of Demographic transition. With a staggering start in the last five years of the nineteenth century, but real change is reserved only for the twentieth century.

After depicting past and present demographic realities, the article foresees possible future scenarios ... always in the certainty of demographic ageing. This seems to be a sure outcome, believing the numbers, but we tried to understand whether this ageing population, by 2021, will be healthier than the present ones.

Keywords: ageing; demographic transition; mortality; life expectancy; prospective analysis

Jorge Carvalho ARROTEIA

Portugueses in 'Diaspora': Identity and Citizenship

The gathering of information from the luso-descendants settled in countries of emigration has stressed the interest and pertinence of the studies concerning the Portuguese emigration, in particular the “new generation” of emigrants born in Portugal or abroad, that remains interested or attached to Portugal. The study carried out, with the aim of having a deep insight into the aspects regarding the life of the Portuguese communities residing abroad and the reaction of the luso-descendants in face of their experience as immigrants, their personal project and their participation in the civic life in the host countries, emphasized the interest of this population for Portugal, namely for the return to the country of origin, as well as their feelings of belonging to and identification with the Portuguese society and nation. Besides, it also enabled to make known the civic participation of this population, mainly of the young people, in activities that are not exclusively performed by emigrants as well as in political and cultural initiatives in the host countries.

Keywords: Portuguese emigration; Portuguese communities; nationality; identity; civic participation

Maria João Guardado MOREIRA

Who the Portuguese emigrants in Spain are – a preliminary approach based on the Encuesta Nacional de Inmigrantes (2007)

Throughout the centuries the growth dynamics of the Portuguese population has been characterised by emigration. Although the last decades of the 20th century have shown a changed reality, of foreign migration into Portugal, migratory flows have not disappeared. After the mid nineteen-eighties they were renewed. Destinations such as Spain have become established as consolidated migratory destinations. A vast inquiry was conducted recently among immigrants who reside in Spain, the *Encuesta Nacional de Inmigrantes* [ENI, 2007].

This inquiry throws light on how these communities live. It includes interviews to over 15 thousand people, 500 of which are Portuguese. Information collected by this inquiry is wide in range: sociodemographic characteristics of interviewees, their household arrangements, housing in the present and in the past, previous migratory experience; conditions on departure and on arrival in Spain; labour situation on arrival at immigration destiny; contacts with home country; legal status and plans for the future. This paper presents results of this inquiry in order to characterise the Portuguese community in Spain as to its sociodemographic characteristics.

Keywords: emigration; immigration; *National Immigrant Survey*; Portugal; Spain

António Matos REIS

D. Diogo Gelmires and lands under the jurisdiction of the Archbishop of Santiago de Compostela south of the river Minho

The purpose of this study are the material aspects of the policy of enlargement of the Cathedral of Santiago, where they were supposedly collected the relics of the Apostle, which began in the ninth century and taken by D. Diogo Gelmires, soon after his consecration as Bishop of Compostela. When he was still far from restoring the dioceses of Braga, Porto and Coimbra, Compostela Cathedral has benefited from generous donations in Portuguese territory. The most important parts belonging to that area, including much of the city of Braga and Vila Cornelian, formed a backdrop to a unique “pastoral visit” whose main purpose is revealed to be transferred to the Galicia of the most revered relics in the rim Braga. The question of the relics is related to several others – including the cities of diocesan – which for many years will shadow relations between the bishops of Compostela and Braga.

Keywords: Relics; bishop; metropolitan; Compostela; Braga

Joel MATA

The Visitation to the Parish Church of our Lady of Oliveira, Canha, 1565

The document that we present here, inserts in the long list of visitations taken the handle in the lands of the Order of Santiago, during the 16th century. Its spreading will allow knowing religious, economic, social, cultural and demographic behaviours of the inhabitants of this village, submitted to the power of the Order and the power of council.

Keywords: The Order of Santiago; visits; commanderie; 16th century; Canha

Maria Isabel Rodrigues FERREIRA

Philip II King of Portugal and the reform of the Military Orders (1615-1620)

Upon integration of the masterships of the military orders in the Crown, which took place in 1551 during the reign of King John III, these institutions survived mainly on the statutory basis arising from Tomar's general chapter during the reign of King Manuel I and on Dom Jorge's legacy leading the Orders of Avis and St. James.

When King Sebastian created the Regiment in 1572, he became aware of the need to reform these institutions, a process that was continued in the subsequent reigns. King Philip II (1598-1621) led a pressing reform that justified the king presence in the general chapter of the three military forces, trying to empower them with legislative instruments closer to social reality. The introduced sources were formed by a set of consultations addressed to the king by a council that in 1613 was responsible for working on the reform of the Order of Avis; the new 1615 Statutes of the St. James and Avis Orders Schools, integrated in the University of Coimbra, were added to these; the concerns arising from the general chapter of the Order of Christ took place in October 1619 and prepared the chapter of the following April which resulted in the new Definitions and Statutes of the Military Order of Christ, ratified only during the reign of his son Philip III (1627).

Keywords: Philip II; Reform; consultations; General Chapter; statutes

Fernanda Paula Sousa MAIA

The Algerian issue in the political speech of the National Assembly (1953-1965)

This work tries to analyze the way as how the elected members the National Assembly between 1953 and 1965, interpreted in their political speech the war between Algeria and its colonizing power, France, that would lead, in 1962, to its independence. Knowing that the colonial ideology and the overseas dimension in the political speech of the time assumed an undeniable centrality, we started with the hypothesis according to which the Franc-Algerian war and the independence of Algeria, while disturbing elements of the effective ideology, must have provoked a necessary discursive adaptation that, against the international current doctrine, would demand on the part of the elected members of the house of representatives the necessary justification for the survival of the Portuguese case.

Keywords: political speech; colonial ideology; Franc-Algerian war; independence of Algeria; Portuguese National Assembly

Maria Ortelinda Barros GONÇALVES

Regional socioeconomic dichotomies of Portuguese territory

In Portugal, the issue of the regional asymmetries, in the constraints aspects of the development, assumes particular relevance. The Portuguese territories are differently endowed with human resources, innovation capacity and service access, becoming imperious the adoption of specific politics modulated to different scales of analysis.

Without the eradication of poverty, we will not achieve the development, which constitutes the access to Education and Employment, the key pathway to new opportunities. In this context, considering as basis the analysis of the General Censuses of Population of 1991 and 2001, from the National to the Local, we present a synopsis of some regional socio-economical dichotomies of the Portuguese territory.

Keywords: development; asymmetries; national; local: North Region

Recensões Críticas

A Guerra e a Sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Castelhanas de Estudos Medievais, 2 volumes. Campo Militar de S. Jorge (CIBA) – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais e Sociedad Española de Estudios Medievales, 2009, 1044 págs.

A obra intitulada *A Guerra e a Sociedade na Idade Média* é constituída pelas actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais, organizadas pela Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais e pela sua congénere espanhola. Este congresso decorreu de 6 a 8 de Novembro de 2008 no Campo Militar de S. Jorge (Centro Interpretativo da Batalha de Aljubarrota), em Porto de Mós, no Mosteiro da Alcobaça e no Mosteiro de Batalha. Reuniu várias dezenas de participantes, sobretudo portugueses e espanhóis, embora se verificasse também a presença de investigadores italianos e franceses.

As VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais foram dedicadas à guerra e, em concreto, ao contexto e ao tempo em que se inseriu a Batalha de Aljubarrota. O resultado editorial é visível na publicação das respectivas actas em dois volumes, decorrido apenas um ano sobre o encontro científico que lhes deu origem.

O modelo de organização das jornadas reflecte-se na estrutura das actas em apreço. Assim, regista-se a repartição dos textos em quatro áreas temáticas. A abrir cada uma destas áreas podemos encontrar os textos de enquadramento, as designadas conferências, das respectivas problemáticas em discussão, seguidos de diversas comunicações. A área 1 versa *A guerra em acto. Aljubarrota em debate* e conta com três conferências, da autoria de Vicente Álvarez Palenzuela, Luís Adão da Fonseca e João Gouveia Monteiro e com nove comunicações (quatro de investigadores espanhóis e cinco de portugueses). A área 2, *No rasto da guerra*, abre com duas conferências, proferidas por Manuel González Jiménez e por Maria Helena da Cruz Coelho, e tem continuidade em 18 conferências (cinco de investigadores espanhóis, onze de portugueses, uma de um italiano e outra de um francês). A terceira área sobre as acções de *Negociar e manter a paz* é contextualizada pela conferência de Pau Cateura Bennasser e explorada através de treze comunicações (cinco de investigadores espanhóis e oito de portugueses). Por fim, a quarta área, dedicada às *Memórias e celebrações*, abre com as conferências da autoria de Salvador Claramunt Rodríguez e de Arnaldo Espírito Santo, seguidas de treze comunicações (quatro de investigadores espanhóis e oito de portugueses).

Da leitura destas actas ressalta o sentido plural da guerra, pois, para além de constituir objecto de estudo em si mesma, também é pretexto para se aprofundar a investigação de dimensões complementares, como as suas consequências, a plataforma diplomática a que dá origem e o conjunto de acções paralelas que concorrem para a manutenção da paz. A estas perspectivas juntam-se outras linhas de reflexão com o propósito de se esclarecer o quadro de referências propiciadas pela guerra, como o seu eco em tempos posteriores e as formas encontradas para comemorar a guerra.

Do ponto de vista historiográfico, esta obra em dois volumes inscreve-se num ciclo especialmente profícuo de reflexão sobre a Batalha de Aljubarrota, acompanhado também pela edição de algumas fontes documentais de referência incontornável e pela abertura do Centro Interpretativo, construído no Campo Militar de S. Jorge.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira – *Historia de la civilización ibérica*. Estudio preliminar de Sérgio Campos Matos. Pamplona: Urgoiti Editores, Colección Grandes Obras, n.º 20, 2009, XCIII + 248 pág.

A constatação do atraso em que se encontravam os estudos de história da historiografia em Espanha suscitou a criação da editora Urgoiti que é, simultaneamente, um projecto científico, dirigido por especialistas na matéria, e um editorial. O seu catálogo integra historiadores desde meados do século XIX (inícios do entendimento da História como um saber cientificamente conduzido) até cerca de 1975, incluindo cada edição um profundo estudo preliminar que não se debruça exclusivamente sobre a obra específica que se publica, mas também sobre a vida do autor, a sua obra e metodologias históricas, o seu magistério e influências exercidas. Além deste prólogo fecundo de erudição e da obra escolhida – geralmente uma das mais importantes do historiador em causa –, são ainda facultados ao leitor-investigador uma utilíssimo índice onomástico e uma relação exaustiva da bibliografia do autor.

Tal projecto editorial transcende a mera reedição e dá à estampa novas edições críticas com estudos que rondam a centena de páginas, atingindo, em alguns casos, as duas centenas e meia, e empreende uma selecção tão representativa quanto possível de historiadores, abarcando as mais diversas áreas temáticas (da arqueologia à contemporaneidade), bem como de diversos quadrantes ideológicos. A título de exemplo, refira-se que, também em 2009, foi publicada a obra *Historia de la Revolución Francesa* do grande Emílio Castelar, com estudo preliminar da autoria de Francisco Villacorta Baños. Mas outros textos clássicos da historiografia espanhola foram resgatados, nomeadamente de autores como Modesto Lafuente, Cánovas del Castillo, Adolf Shulten, Juan Valera, Jesús Pabón, ou José António Maravall, com o nobre objectivo de lançar a base sobre a qual se poderá construir a história da historiografia do país vizinho.

Feita a apresentação desta colecção dirigida por Ignacio Peiró Martín, a todos os títulos exemplar, detenhamo-nos sobre o seu vigésimo número que elegeu um vulto incontornável da cultura portuguesa – Oliveira Martins – e uma das suas obras mais emblemáticas – *História da Civilização Ibérica* – que, na opinião de Unamuno, “deveria ser um breviário de todo o espanhol e de todo o português culto”.

Esta reedição académica escolheu o texto da primeira edição castelhana realizada por Luciano Taxonera em 1894 por uma série de razões entre a qual avulta o facto de ter sido revista pelo autor que introduziu algumas correcções e ampliações ao texto original português (1879) que constituiu a 3.ª edição, de forma que esta pode considerar-se a versão definitiva já que Oliveira Martins morreu no ano de 1894; como as edições castelhanas posteriores se fizeram sobre a original portuguesa perderam-se as correcções e adendas do autor.

O estudo preliminar em boa hora entregue a Sérgio Campos Matos – desde há muito estudioso da historiografia portuguesa e investigador particularmente atento à obra de Oliveira Martins e matérias afins ao iberismo e hispanismo – intitula-se *Uma Perspectiva Peninsular e Transnacional sobre Espanha e Portugal*. A abordagem assim formulada revela uma pertinente operacionalidade na análise do pensamento martiniano, visivelmente empenhada em salientar a repercussão desta obra nos meios intelectuais portugueses e espanhóis, mas também americanos, até aos inícios do século XX; em demonstrar a perspectiva inovadora de olhar o passado centrada nos grandes processos civilizadores, constituindo a primeira – e até hoje única – tentativa de uma história geral integrada da Península Ibérica, gerando conceitos como “civilização ibérica” e “génio peninsular” que acentuavam o que havia de comum entre os dois países em termos históricos e culturais sem, contudo, deixar de manter em primeiro plano o tópico de nação, numa asserção organicista; em evidenciar as também pouco vulgares, à época, precauções críticas relativamente ao historicismo alimentado por sentimentos patrióticos e teleologias sociais. Desta forma, Sérgio Campos Matos adverte desde logo para o extenso conhecimento de Oliveira Martins sobre a história peninsular (apoiado em leituras que se alargavam aos historiadores franceses, alemães, britânicos e hispanistas americanos), bem como para a necessidade de

se compreender esta obra no seu amplo contexto de produção, sendo o primeiro de uma série de volumes que pretendiam constituir uma “Biblioteca de Ciências Sociais”, representativa dos saberes das ciências humanas, então em formação; este ambicioso projecto de sua exclusiva autoria a que Martins dedicaria anos (entre 1879 e 1885) seria composto por quatro secções: civilização; pré-história; história; e economia social.

Após a introdução, o estudo distende-se por seis pontos que visam uma concatenação do discurso. *Oliveira Martins en su Tiempo* articula o intelectual com o meio cultural e político português. Já o seu profundo conhecimento das culturas hispânicas bem como o seu relacionamento intelectual e afectivo com os maiores vultos da intelectualidade espanhola, aliás comprovado pelo abundante espólio de correspondência conservada na Biblioteca Nacional de Lisboa, estão patentes em *Oliveira Martins y España*. De salientar ainda, neste capítulo, o inevitável tema do iberismo, tratado com rigor e discernimento críticos.

La Historia da Civilização Ibérica en las Culturas Históricas Peninsulares é um dos pontos cruciais deste estudo preliminar já que insere a obra no contexto da produção do autor; estabelece comparações com vários autores peninsulares e suas teorias; explicita o conceito de “civilização” no conspecto dos estudos realizados no seio das escolas historiográficas francesa e espanhola; reflecte sobre as noções/sentimentos de decadência e heroísmo; esclarece os objectivos do autor em distinguir Portugal, a sua história, povo e nação numa perspectiva que privilegia a unidade de civilização e a diversidade nacional; analisa as indagações martinianas sobre a originalidade da civilização ibérica e o “génio peninsular”.

Complementarmente, avalia a ampla recepção da obra (ponto IV) quer pela elite intelectual portuguesa – evidenciando algumas “leituras” que a conotavam de iberista – quer pela espanhola, esta particularmente enaltecedora.

O ponto V apresenta um estudo criterioso das edições na Península Ibérica e fora dela (Peru, Argentina e México na América Latina, Londres e Nova Iorque no mundo anglo-saxão), estudo esse que se completa no ponto seguinte e último – *Para una Arqueología de las Traducciones* – que culmina um prefácio de leitura imprescindível a uma compreensão mais cabal do pensamento de Oliveira Martins.

Maria da Conceição Meireles Pereira

CUESTA, Josefina – *La Odisea de la Memoria. Historia de la Memoria en España. Siglo XX*. Madrid: Alianza Editorial, 2008, 496 pág.

Da autoria de uma Catedrática de História Contemporânea da Universidade de Salamanca com larga experiência de docência universitária que se estende de França a Argentina, esta obra apresenta-se como um estudo de grande fôlego que, sob o signo de Ulisses e sua tormentosa viagem, analisa a eclosão da memória em Espanha desde a Segunda República até aos nossos dias, passando pela Guerra Civil, ditadura franquista e transição democrática. Tomando como referenciais os pioneiros estudos de Pierre Nora e Paul Ricoeur, esta investigação escora-se numa extensa bibliografia de múltiplas latitudes em que não deixa de sobressair a dezena de trabalhos sobre o tema publicados pela autora desde 1996. Já a lista de fontes remete exclusivamente para as de natureza hemerográfica: 38 títulos de periódicos, sendo oito espanhóis, 21 franceses, quatro britânicos e o mesmo número de norte-americanos, e ainda um suíço.

Como Josefina Cuesta explica na introdução, as grandes transformações traumáticas protagonizadas pela humanidade na segunda metade do século XX – migrações do campo rumo às cidades ou dos países

pobres do sul em direcção às sociedades desenvolvidas do norte com a conseqüente perda dos referentes colectivos, a demolição das ideologias e divinização das plutocracias, o sequestro das referências identitárias por regimes políticos ditatoriais ou pela propaganda da sociedade de consumo, entre muitos outros factores – colocaram em novos termos as relações entre as pessoas e o colectivo com os seus respectivos passados e as suas memórias próprias, revendo as relações entre as gerações que convivem simultaneamente, as relações entre a história e a memória e entre o passado e o presente, num transcurso frequentemente vertiginoso. Face a tais desenraizamentos e à tendência da geração presente de universalização do pensamento único da sua realidade total, indivíduos e grupos buscam ou inventam as suas raízes num jogo de recordação e esquecimento, recorrendo à memória e às identidades colectivas como antídoto à globalização. Mais ainda, quando estas sociedades saem de passados traumáticos – uma guerra ou uma ditadura – enfrentam todo o peso do passado numa atitude de “inflação memorial” em que se misturam realidades e conceitos suscitando, também, os usos e abusos da memória.

A autora adverte para a complexidade deste tema da memória histórica, hoje tão trabalhado. A contemporaneidade e a convivência entre historiadores e testemunhos “oculares” que veiculam recordações vivas, “a quente”, entram em relação directa com os meios de comunicação social e com os historiadores, originando uma proximidade entre memória e sociedade, entre memória e história, compreensivelmente propícia a conflitos e interpretações divergentes; aqui reside, simultaneamente, o grande privilégio e o grande desafio da história do tempo recente. A primeira cautela será não confundir memória pessoal com memória histórica que constitui uma elaboração posterior, resultado de um árduo trabalho de explicação e compreensão.

O livro em análise compõe-se de três partes que, através do funcionamento da memória, rastreiam a longa duração de 75 anos que mediaram a proclamação da II República em Espanha e a sua comemoração em 2006. O cerne da problemática desta investigação plasma-se nas palavras da autora: “La sucesión de diferentes regímenes oílticos pone de relieve el tejer y destejer de las políticas memoriales, y como estas constituyen una dimensión que se considera fundamental para la vida de las sociedades; y cómo su acción, aparentemente imperceptible, sirve a los intereses del poder o de la sociedad o de determinados grupos. En esta historia de la memoria española, un hito inolvidable resulta ser el trauma de la Guerra Civil española, cuya sombra se prolonga hasta el siglo XXI. Historia y memoria se entrecruzan, se elaboran mutuamente. Aunque aquí tratamos de diseccionarlas y de rastrear sus respectivas huellas y su mutua incidencia” (p. 13).

A primeira parte constitui uma excelente reflexão teórica-metodológica sobre a complexa articulação entre memória e história, sugestivamente intitulada *Memoria e Historia, Relaciones: Falsas Amistades?* No seu primeiro capítulo – *La Memoria: Vestíbulo o Santuario de la Historia?* – abordam-se questões importantes como a relação entre a recordação e o esquecimento; a memória como novo campo historiográfico; a necessária diferenciação entre memória e história; a fenomenologia da memória; a epistemologia do conhecimento histórico; relações entre memória e história; memória, história e tempo; a necessidade de uma história social da memória. O segundo capítulo trata de *Memoria Colectiva e Historia* e debruça-se sobre conceitos de memória (individual, social, colectiva), géneros, tipologias, diversidade e usos da memória. Já o terceiro capítulo – *Memoria Y Fuente Oral: El Testimonio* – marca uma abordagem eminentemente metodológica, dando destaque à função do testemunho na sua relação com o historiador e como primeira fase da escrita da história, sendo, por isso, de leitura particularmente proveitosa a qualquer investigador que pretenda trabalhar nesta área historiográfica.

Memorias Bajo Una Dictadura é o título da segunda parte que se abre amplamente para o objecto de estudo deste livro. O capítulo *La Memoria de la II República Española y su Destrucción en la Dictadura Franquista (1931-1975)* estuda a história da memória republicana nos anos trinta, enquanto o capítulo 5 – *La Memoria de la Guerra Civil en la Dictadura. La Construcción de la Memoria Franquista (1936-1975)* – dá especial destaque às batalhas da memória sob a ditadura de Franco, mais concretamente a utilização da recordação

e do esquecimento republicanos, ora manipulando-os ora destruindo-os, através de formas várias como as apropriações do tempo e do espaço, a criação dos símbolos do Estado, as comemorações e as celebrações. Já “*La Glória y la Memoria*”. *La Construcción del Héroe en la Memoria Dictatorial (1936-1975)* coloca a ênfase na formação da memória própria do regime autocrático, unificada, necessariamente baseada em “zonas de sombra” propícias ao silêncio e ao esquecimento forjados pela repressão.

A terceira parte desenvolve-se sob o título geral *Memorias para la Democracia* e debruça-se sobre os trinta anos de história recente que, segundo as palavras da autora na introdução, “servem de laboratório para analisar as relações de sucessão ou de ruptura entre os dois períodos democráticos na história espanhola do século XX (os anos trinta e o último quarto de século)”. Abre com um estudo sobre a “longa agonia” do Ditador e a complexa trama de memória interna e externa (esta através da imprensa estrangeira) então produzida, concretamente no mês de Novembro de 1975. Em seguida, é analisada *La Memoria de la II República Española en la Transición y la Democracia* que trata da tímida e controlada recuperação da memória republicana no período democrático enquanto que o capítulo seguinte avança para o incontornável tema da memória da Guerra Civil profusamente evocada pela via da liberdade democrática; vale a pena ouvir a autora sobre o assunto:

“La memoria de la II República pareció quedar sepultada bajo la eclosión del recuerdo de la Guerra Civil. Un breve repaso al pálpito de la sociedad española y a los ecos de la prensa muestran que el recuerdo del conflicto bélico se destapó con la muerte del dictador y desde entonces está inscrito en la sociedad española como el ‘rayo que no cesa’.

El rastreo de la memoria de la Guerra Civil española de 1936-1939 es un claro exponente de la relación de la sociedad española democrática con su pasado bélico. En ella afloran los discursos, conflictividades y prácticas, vinculadas a la memoria primero, y a la historia, después” (p. 305).

Por sua vez, o 10.º capítulo regressa à questão da memória do ditador espraída pelos anos que medeiam entre 1975 e 2007, enfatizando a rapidez com que se apaga a recordação da ditadura franquista sem, contudo, desaparecer totalmente.

O último capítulo, intitulado *Recuerdo, Silencio y Amnistia en la Transición y en la Democracia Españolas (1975-2006)*, aprofunda tópicos anteriormente enunciados e completa imagens e representações construídas no tempo presente, não se afastando nunca do binómio recordação/esquecimento.

As conclusões surgem sob a forma de *Epílogo Inacabado*, evocando-se aqui as três gerações ou períodos cujo devir permitiu rastrear a história das memórias em Espanha ao longo de quase um século assentes nos processos de contemporaneidade, sucessão e transmissão. Nesta última parte, a abordagem da querela que, afinal, ainda não terminou, torna-se mais aguerrida, insiste no problema recorrente do silêncio e do esquecimento, nos paradoxos da memória que se entrelaçam com circunstâncias políticas, debate inclusivamente a célebre “lei da memória histórica” de 2007 que adoptou “medidas todas ellas necesarias, aunque tardías” (p. 447).

Notícias

Seminários Internacionais e Conferências

Fifth International Conference – The Military Orders: politics and power

(Cardiff, 3 a 6 de Setembro de 2009)

Cinco investigadores do Grupo de Investigação História Medieval e do Renascimento participaram na Fifth International Conference, organizada pelo Centre for the Crusades da Universidade de Cardiff, de 3 a 6 de Setembro de 2009. Este encontro científico foi subordinado ao tema *The Military Orders: politics and power* e contou com cerca de 80 investigadores provenientes de vários países.

Entre Mares, o Brasil dos Portugueses

(Belém, 21 a 26 de Setembro de 2009)

Este Seminário foi o quinto da série de Seminários Internacionais sobre Emigração Portuguesa para o Brasil que têm vindo a ser organizados pelo CEPESE desde 2005, com a participação de outras instituições portuguesas e brasileiras. O Seminário *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*, organizado em colaboração com o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará e com o Centro de Memória da Amazônia, teve como um dos seus principais objectivos a ampliação e o fortalecimento da rede de investigadores especialistas na temática da migração envolvendo Portugal-Brasil. Levar este Seminário a Belém foi uma tentativa de divulgar os trabalhos já existentes, mas também, estimular novos estudos sobre a presença portuguesa na Amazônia, estreitando o envolvimento de investigadores locais na rede de especialistas portugueses e brasileiros que têm vindo a participar neste Projecto.

IV Seminário Internacional Luso-Brasileiro – A encomenda. O artista. A obra

(Bragança, 15 a 17 de Outubro de 2009)

O Grupo de Investigação Arte e Património Cultural no Norte de Portugal tem desenvolvido nos últimos cinco anos uma pesquisa que, obedecendo a uma rigorosa programação, pretende contribuir para um conhecimento aprofundado do importante legado artístico desta região no contexto do Mundo de Expressão Portuguesa. Assim, nas várias vertentes estabelecidas para o desenvolvimento das suas investigações (organização de inventários de artistas e artífices vinculados ao Norte do país, estudo da sua mobilidade interna e externa, análise da sua produção laboral e levantamento das técnicas utilizadas no desempenho das respectivas tarefas oficiais), deu um particular relevo aos eventos científicos que têm permitido congregiar diversos especialistas, nacionais e estrangeiros, sendo a sua maioria investigadores ou colaboradores do CEPESE, em torno de um tema inserido nos seus objectivos.

No seguimento do Porto, Salvador e Rio de Janeiro, locais onde se realizaram os Seminários Internacionais Luso-Brasileiros anteriores, a cidade de Bragança foi escolhida como ponto de encontro de investigadores portugueses e brasileiros, contando-se com a presença de colegas espanhóis, que gentilmente acederam a colaborar com comunicações ligadas à temática deste Seminário Internacional. De 14 a 17 de Outubro de 2009, os participantes tiveram oportunidade de analisar questões de grande importância para a historiografia da arte do mundo português numa das regiões do Norte de Portugal que, pela sua riqueza patrimonial, merece o reconhecimento que lhe é devido pela comunidade científica.

O evento foi uma iniciativa do CEPESE com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tendo participado professores de várias universidades portuguesas (Porto, Coimbra, Minho), brasileiras (Universidade Federal do Rio de Ja-

neiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Paraíba) e espanholas (Universidade de Santiago de Compostela, Universidad de Extremadura, Universidad da la Laguna-Tenerife), bem como outras instituições autárquicas e diocesanas ligadas à área da cultura, sendo igualmente significativa a afluência de público designadamente do foro académico.

A sessão oficial de abertura do Seminário contou com as intervenções do Presidente da Câmara Municipal de Bragança, engenheiro António Jorge Nunes, do Presidente do CEPESE, professor doutor Fernando de Sousa, e da coordenadora do grupo de investigação Arte e Património Cultural no Norte de Portugal, professora doutora Natália Marinho Ferreira-Alves. As sessões científicas foram iniciadas com uma conferência inaugural proferida pelo professor doutor Fernando de Sousa que versou o tema *Bragança no século XVIII*.

Foram efectuadas visitas de estudo que, em função da temática desenvolvida nas sessões de trabalho do seminário, serviram de complemento às reflexões suscitadas pelas trinta e quatro comunicações. Para além do percurso obrigatório ao núcleo antigo de Bragança, com visita à Igreja do antigo Colégio dos Jesuítas, Museu do Abade de Baçal, Igreja de Santa Maria do Castelo, Torre de Menagem, *Domus Municipalis*, Igreja de São Bento, Igreja de São Vicente, e Igreja da Misericórdia, foi feita uma deslocação especial à Igreja do Santo Cristo de Outeiro.

A realidade artística contemporânea não foi esquecida, tendo sido programadas duas visitas específicas: a primeira, para dar a conhecer a colecção particular da Caixa Agrícola, com um magnífico conjunto de trabalhos da artista trasmontana Graça Morais; e a segunda, ao Centro de Arte Contemporânea Graça Morais (da autoria do arquitecto Eduardo Souto de Moura) que reúne um acervo notável de obras da referida artista, tendo havido a possibilidade de apreciar uma exposição temporária de pintores e escultores contemporâneos portugueses. A escultura urbana, exemplificativa da qualidade da expressão plástica da nossa época, foi também objecto de análise cuidada já que em Bragança se encontram representados alguns dos vultos nacionais mais reputados, cujas obras pontuam de forma significativa a paisagem da cidade, tais como: José Rodrigues (Tear e teceadeira e 25 de Abril); José Pedro Croft (Imagens reflectidas); Barata Feyo (Grupo escultórico alusivo à actividade rural); António Nobre (Esculturas da Rotunda das Cantarias e do Urbanismo e Planeamento); Manuel Barroco (Cão de gado trasmontano); Rui Anahory (Homenagem ao Lavrador); Teixeira de Sousa (Escultura alusiva ao Comércio Tradicional).

Os trabalhos foram encerrados no dia 17 de Outubro com a apresentação do balanço do desempenho da equipa, presente na sua quase totalidade, contando-se igualmente com a participação dos seis colaboradores brasileiros oriundos das universidades acima referidas, servindo esta reflexão conjunta de referência para a elaboração do relatório final, relativo ao ano de 2009, a apresentar à Comissão de Aconselhamento do CEPESE.

Migrações Ibéricas: Memória e Processo de Desenvolvimento

(León, 11 a 12 de Novembro de 2009)

A análise das migrações internacionais realça diversos traços comuns aos movimentos migratórios em Portugal e Espanha, no que respeita à sua natureza e evolução, aos seus destinos e reflexos nas sociedades de origem, e nos países de destino onde residem comunidades de nacionais oriundas destes países. Assim acontece no continente sul-americano e na Europa, destinos preferenciais da emigração externa da Península Ibérica. Nas últimas décadas, porém, com a alteração dos fluxos migratórios internacionais, os países ibéricos têm vindo a destacar-se como pólos de atracção para emigrantes de diferentes países. Este I Seminário luso-espanhol *Migrações Ibéricas: Memória e Processo de Desenvolvimento*, da iniciativa do CEPESE, em colaboração com a Universidade de León, reuniu cientistas sociais com diferentes formações académicas e de diferentes nacionalidades, e destinou-se a promover a análise actual das migrações ibéricas relacionadas com o processo histórico da sua evolução e com a(s) situação(ões) geográfica(s) que identificam estas migrações no seu contexto ibérico e transnacional (transoceânico e intra-europeu).

VI Encontro sobre Ordens Militares – Freires, Guerreiros e Cavaleiros

(Palmela, 10 a 14 de Março de 2010)

O VI Encontro sobre Ordens Militares foi subordinado ao tema *Freires, Guerreiros e Cavaleiros*, teve lugar em Palmela nos dias 10 a 14 de Março de 2010 e contou com a apresentação de seis comunicações elaboradas por investigadores do Grupo de Investigação História Medieval e do Renascimento e de três *posters* preparados por três jovens investigadores que colaboram com o grupo ao nível do desenvolvimento de dissertações de doutoramento e de mestrado.

A política externa de Angola no novo contexto internacional

(Lisboa, 15 de Abril de 2010)

Numa altura em que África está cada vez mais atenta ao processo de globalização económica e social, a análise das suas consequências sobre os diferentes países tem cada vez maior sentido. O caso de Angola é, ao nível do continente, um dos exemplos que mais atenção tem merecido. Assim, o objectivo deste Seminário, organizado pelo CEPESE e realizado em 15 de Abril de 2010, na Universidade Lusíada de Lisboa, foi debater e perspectivar o posicionamento do Estado angolano enquanto potência emergente em África no processo de globalização, tentando evidenciar e compreender a visão estratégica de Angola em diversos domínios. Procurou-se ainda analisar as suas relações com os outros estados lusófonos, incluindo Portugal. Neste contexto, foram apresentadas comunicações abordando questões políticas, económicas, relações internacionais, geo-estratégicas e de segurança decorrentes da nova realidade angolana.

Seminário Cruzada e Ordens Militares: o problema da Península Ibérica

(Porto, 7 de Maio de 2010).

O Grupo de Investigação História Medieval e do Renascimento organizou, em 7 de Maio de 2010, um seminário sobre *Cruzada e Ordens Militares: o problema da Península Ibérica*, ministrado pelo professor doutor Luis García-Guijarro Ramos, da Universidade de Saragoça, autor de reconhecida produção científica com importância para o conhecimento das Ordens Religioso-Militares.

NATO: New Strategic Concept, New Challenges in the XXI Century

(Lisboa, 1 de Junho de 2010)

Em Junho de 2010, o CEPESE organizou uma conferência internacional subordinada ao tema *Nato: New Strategic Concept, New Challenges in the XXI century*. O evento, que decorreu na Universidade Lusíada de Lisboa, contou com a participação do almirante Alexandre Reis Rodrigues, do director do Instituto Português de Relações Internacionais, do director do Observatório de Segurança, Terrorismo e Crime Organizado, e de Alexandros Papaioannou, conselheiro político do secretário-geral da NATO, entre outros conferencistas. Os principais temas em debate foram a questão do relatório do Grupo de Especialistas no Novo Conceito Estratégico e a necessidade da Aliança se adaptar aos novos desafios e ameaças do século XXI, tais como as armas de destruição maciça, o terrorismo, a segurança energética e a ciberdefesa.

Um Passaporte para a Terra Prometida

(Angra do Heroísmo, 19 a 23 de Julho de 2010)

Dando continuidade à série de Seminários Internacionais que o CEPESE tem vindo a organizar no âmbito do Projecto *A Emigração de Portugal para o Brasil*, com o apoio da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a sua sexta edição teve como temas principais a legislação e o discurso político ligados à emigração, a emigração açoriana para o Brasil e a análise comparativa entre a emigração portuguesa e italiana para aquele destino. O evento, que contou com a colaboração da Universidade dos Açores e da FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, reuniu investigadores portugueses, brasileiros, espanhóis e italianos, e teve lugar na histórica cidade de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores, entre os dias 19 a 23 de Julho de 2010.

Publicações

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009.

Este trabalho reúne mais de trinta textos da autoria de especialistas portugueses, brasileiros e espanhóis que se têm centrado, nas suas investigações, sobre o complexo fenómeno da emigração/imigração para o Brasil, através do levantamento e análise dos fundos documentais disponíveis num e no outro lado do Oceano. Os textos agora publicados, no seu conjunto, suscitam novos dados e achegas sobre a questão da emigração/imigração para o Brasil, contribuindo, desta forma, para o alargamento do seu conhecimento nas suas múltiplas vertentes. Desde a identificação das fontes à análise quantitativa e qualitativa da informação até à apresentação das bases de dados já existentes e/ou a criar, eis alguns dos temas tratados nesta obra.

SOUSA, Fernando de (coord.) – *Moncorvo. Da Tradição à Modernidade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009.

Este trabalho pretendeu dar um contributo para um melhor conhecimento da história de Moncorvo e reflectir quanto à definição de um projecto de afirmação cultural deste Município no contexto de Trás-os-Montes e mesmo a nível nacional, que tivesse em conta as potencialidades, autenticidade, e identidade do velho burgo. Com tal objectivo, historiadores de arte, do património industrial e da história contemporânea, professores universitários ligados ao estudo do minério do ferro, especialistas do desenvolvimento regional, nacionais e estrangeiros, e um empresário ligado ao mundo da arte expõem nestas páginas as suas ideias e estudos quanto a estas matérias. Foi ainda apresentada a *Memória do estado da Agricultura da Comarca de Moncorvo*, por José António de Sá, documento inédito que ajuda a caracterizar o mundo rural de Portugal em finais de Setecentos.

RODRIGUES, Teresa et al. (coord.) – *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social em Portugal*. Porto: Ed. Afrontamento, 2009.

No passado mês de Fevereiro foi apresentado em Lisboa, no Auditório do Centro de Informação Urbana de Lisboa (CIUL), o livro *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social em Portugal* coordenado por Teresa Rodrigues e Maria João Guardado Moreira, do Grupo de Investigação População & Prospectiva, do CEPESE, em conjunto com João Teixeira Lopes e Luís Baptista. A obra foi apresentada pelo Professor Doutor João Ferrão.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) – *Os Franciscanos no Mundo Português. Artistas e Obras. I (Actas do III Seminário Internacional Luso-Brasileiro Os Franciscanos no Mundo Português. Artistas e Obras. I, Rio de Janeiro, 2008)*. Porto: CEPESE, 2009.

Com introdução da autoria de Natália Marinho Ferreira-Alves, esta publicação é o resultado da reflexão feita por investigadores portugueses e brasileiros acerca da arte produzida sob patrocínio da Ordem Franciscana, sendo dado um contributo significativo para o conhecimento dos conventos franciscanos como centros produtores de arte, quer em Portugal, quer no Brasil.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho; PIZARRO, José Augusto; COSTA, Paula Pinto (ed.) – *Ibéria: Quatrocentos / Quinhentos. Duas décadas de Cátedra. Homenagem a Luís Adão da Fonseca*. Porto: CEPESE / Livraria Civilização, 2009.

Esta obra constitui uma homenagem a Luís Adão da Fonseca, professor catedrático de História Medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, investigador e presidente do Conselho Científico do CEPESE. Para além da apresentação dos dados biográficos e bibliográficos relativos a Luís Adão da Fonseca, o volume inclui uma série de estudos no âmbito das problemáticas a que o homenageado se dedicou, como historiador e como professor, tais como as relações entre Portugal, Castela e Aragão, a articulação entre o mundo mediterrânico e o mundo atlântico, as ordens militares e a historiografia.

COSTA, Paula Pinto (ed.) – *Comendas das Ordens Militares na Idade Média. *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares*, vol. 11*. Porto: CEPESE / Livraria Civilização, 2009.

Este livro pretende dar uma perspectiva mais aprofundada das Ordens Militares, destacando aspectos como o enquadramento e os aspectos metodológicos da investigação das comendas, através dos livros de visitas quinhentistas das comendas da Ordem de Santiago, de Noudar e das comendas das ordens militares portuguesas na época moderna, entre outras questões. Esta obra integra a colecção do CEPESE *Militarium Ordinum Analecta (Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares)* e conta com a colaboração de investigadores portugueses, italianos e espanhóis, o que lhe permite estabelecer uma dimensão comparativa com os países da Europa do Sul.

SOUSA, Fernando de (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)*. Colecção Os Portugueses no Mundo. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2010.

As origens da Agência Abreu, a mais antiga agência de viagens portuguesa e uma das mais antigas do mundo, encontram-se ligadas à emigração portuguesa para o Brasil: o seu fundador foi emigrante no Brasil, onde amealhou o dinheiro necessário para se instalar como empresário, no Porto; e o volume de negócios mais significativo da Agência Abreu, até à II Guerra Mundial, teve a ver com a emigração do Norte de Portugal para o Brasil. Neste trabalho de investigação, procedeu-se, em primeiro lugar, à caracterização sumária da emigração portuguesa para o Brasil entre 1835-1843 e ao enquadramento jurídico deste fenómeno por parte do Estado português, apresentando ainda os resultados do inquérito parlamentar de 1843 à emigração, até ao momento inédito. Na segunda parte, abordaram-se as origens da Agência Abreu, centradas no seu fundador, Bernardo Luís Vieira de Abreu. Seguem-se as fontes históricas que dizem respeito à emigração portuguesa no período considerado, excertos dos debates parlamentares sobre tal questão, e as fontes recolhidas até ao

momento sobre Bernardo Luís Vieira de Abreu e sua família. A obra termina com uma cronologia de Bernardo Luís Vieira de Abreu e da emigração portuguesa para o Brasil, e um índice analítico.

SACCHETTA, José – *Laços de Sangue. Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil*. Coleção Os Portugueses no Mundo. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2010.

Privilégios e intolerância marcaram a imigração e a presença dos portugueses no Brasil. Este trabalho assinala o paradoxo político-jurídico que distinguiu os portugueses, desde o processo de emancipação frente a Portugal, tomado o ano de 1822 como ponto de ruptura, até ao fim do Estado Novo brasileiro em 1945. A Constituição de 1824 impôs o entendimento de que os portugueses domiciliados no Brasil na data da Independência eram nacionais, atribuindo-lhes cidadania originária. A produção legislativa futura foi marcada pelos padrões de fundamentação daquele período. A cláusula de nação mais favorecida incluída no tratado em que Lisboa reconheceu a separação indicou o sentido privilegiador. Leis facilitadoras da naturalização revelaram novas ambiguidades. A vinda maciça de estrangeiros de outras origens gerou comparações. Assinalaram-se identidades, como o idioma, costumes e raça, na acepção científica que agregava atributo social ao conceito. O debate racista do abolicionismo e início da República envolveu a imigração portuguesa, com a produção das leis a acompanhar o deslocamento do eixo da nacionalidade para a ideia de povo brasileiro. A Grande Naturalização de 1889, a lusofobia da Primeira República e a perseguição a anarco-sindicalistas levaram a um novo patamar. O movimento modernista actualizou a rejeição ao legado português, enquanto o centenário da Independência fez antever o favorecimento que a Era Vargas atribuiria aos portugueses.

SOUSA, Fernando de; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (coord.) – *As Relações Portugal-Brasil no Século XX*. Coleção Os Portugueses no Mundo. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2010.

Esta obra dedica-se em exclusivo ao tema *As Relações Portugal-Brasil no século XX*, a traduzir a importância crescente que este relacionamento detém na política externa dos dois países – aproveitando o facto de partilharem a mesma língua, o mesmo universo cultural, os mesmos valores, no quadro de uma agenda política comum que transcende a CPLP, assim como os espaços regionais em que os dois países se situam, a Europa e a América do Sul – de forma a contribuírem para um novo sentido das relações luso-brasileiras, ultrapassadas que estão as simples e episódicas relações culturais e as afirmações retóricas de circunstância que as caracterizaram durante largas décadas. Reúnem-se, pois, neste publicação, os contributos de vários investigadores, nacionais e brasileiros, especialistas nesta problemática, procurando, assim, contribuir para o desenvolvimento de estudos científicos sobre o relacionamento luso-brasileiro.

CASTRO, Celeste – *A Emigração na Freguesia de Santo André da Campeã (1848-1900)*. Coleção Economia e Sociedade. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2010.

Quais as razões que levaram os homens a deixar a sua terra, a sua família, as suas raízes para se lançarem num mundo desconhecido, por terras de além-mar? Terá sido o espírito aventureiro de um povo o que o lançou nesta aventura, desde o século XV? Será consequência directa de conjunturas políticas, sociais e económicas? Terão sido problemas familiares os que obrigaram estas gentes a procurar essas terras desconhecidas? Quem emigrava? E por que razão? Se estas questões, por si só, nos merecem uma reflexão crítica no sentido de compreensão dos factores que obrigaram a tal fluxo, é também importante inserir a emigração no âmbito mais restrito da paróquia e da família. É neste contexto que se pretende situar o presente estudo através dos movimentos migratórios da paróquia de Santo André da Campeã, Vila Real, e as consequências da emigração para o Brasil, num período compreendido entre 1848 e 1900.

CIERCO, Teresa – *A Instituição de Asilo na União Europeia*. Porto: CEPESE/Almedina, 2010.

Esta obra sobre *A Instituição de Asilo na União Europeia* incide numa questão muito sensível aos Estados, a sua soberania. Por isso, a nível internacional ainda não foi possível chegar a consenso sobre esta matéria. A União Europeia, exemplo de integração e de coordenação para as outras regiões do mundo, tem também enfrentado grandes dificuldades na harmonização das questões relacionadas com o direito de asilo. Este livro visa, assim, fazer um enquadramento legal da instituição de asilo, quer a nível internacional, quer regional, dando destaque à evolução do processo de harmonização desta matéria no espaço da União Europeia. A escolha da problemática justifica-se pela actualidade do tema, uma vez que está em formação o sistema europeu comum de asilo.

Working Papers

No âmbito do Grupo de Investigação População & Prospectiva, foram publicados os seguintes *working papers* que se encontram disponíveis no sítio do CEPESE:

Carla Leão – *Mobilidade do Fisioterapeuta na União Europeia. O Caso Português*; Francisco Carvalho – *Breve história do ensino da Ecologia Humana na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*; Teresa Rodrigues e Maria João Guardado Moreira – *Portugal e Espanha. Mudança Social e Produção de Bem-estar*.

O mesmo grupo de investigação publicou ainda os quatro seguintes *working papers* do Ministério da Defesa Nacional (MDN), da autoria de Teresa Rodrigues, José Félix Ribeiro e Catarina Mendes Leal: *O sector energético a nível mundial. Tendências e incertezas no longo prazo (Working paper 1 – MDN, Fevereiro de 2010)*; *Portugal – uma forte dependência energética (Working paper 2 – MDN, Maio de 2010)*; *Riscos e Oportunidades em Regiões Abastecedoras de Portugal. A Bacia Energética do Norte de África (Working paper 4 – MDN, Julho de 2010)*; *Riscos e Oportunidades em Regiões Abastecedoras de Portugal. A Bacia Energética do Norte de África (Working paper 5 – MDN, Julho de 2010)*.

Protocolos

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O objecto deste protocolo, assinado em 19 de Março de 2009, é o desenvolvimento, pelo CEPESE e pelo Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, de actividades conjuntas de investigação, debates, seminários e intercâmbio de investigadores, particularmente no âmbito da História das Migrações – emigração Portugal-Brasil nos séculos XIX e XX, e emigração Brasil-Portugal no século XX – e da História da Arte.

Universidade de Buenos Aires (Facultad de Filosofia y Letras)

Protocolo de cooperação assinado em 22 de Outubro de 2009, através do GEHP (Grupo de Estudios de Historia de Brasil y Portugal), visando promover o trabalho conjunto nas áreas da História, História Social e Cultural, e História da Arte do Brasil e de Portugal na Argentina, e vice-versa.

Universidade de Santiago de Compostela

Este protocolo de colaboração, assinado em Janeiro de 2010, visa a execução de projectos e programas de investigação e desenvolvimento entre institutos e centros de investigação da Universidade de Santiago de Compostela e o CEPESE, a cooperação em programas de formação de pessoal investigador e técnico, a assessoria mútua em questões relacionadas com a actividade das duas entidades, a organização e execução de actividades comuns, o intercâmbio de investigadores e outras actividades de interesse para ambas as partes.

Universidad de Extremadura

A Universidad de Extremadura e o CEPESE assinaram, em 2 de Fevereiro de 2010, um protocolo de colaboração com vista ao desenvolvimento de trabalhos conjuntos específicos nas áreas da cooperação educativa; mobilidade internacional; e investigação e difusão de informação. Esta última, com o objectivo de intensificar o conhecimento mútuo, traduzir-se-á através da organização de simpósios, *workshops* e cursos de curta duração; promoção em comum de edição de publicações nas áreas de investigação de ambas as instituições; divulgação de actividades desenvolvidas pelas duas instituições através dos seus portais na Web; permuta de exemplares das publicações periódicas da sua divulgação, no âmbito da História e das Ciências Sociais e Humanas.

Câmara Municipal de Palmela

Em Março de 2010, foi assinado um protocolo de colaboração entre o CEPESE e a Câmara Municipal de Palmela, nomeadamente através do seu Gabinete de Estudos sobre e Ordem de Santiago, que visa enquadrar algumas das actividades desenvolvidas pelo Grupo de Investigação de História Medieval e do Renascimento.

Universidade Federal de São Paulo

A Universidade Federal de São Paulo e o CEPESE celebraram, em Junho de 2010, um acordo de cooperação académica com o objectivo de promover e estimular programas de intercâmbio de docentes e investigadores para a realização de cursos e seminários; implementar programas de actividades científicas e/ou educacionais para os seus docentes e investigadores, bem como para os estudantes de graduação e pós-graduação; e colaborar no planeamento de condução de pesquisas de interesse recíproco.

Istituto di Ricerche sulla Popolazione e le Politiche Sociali

O CEPESE e o Instituto di Ricerche sulla Popolazione e le Politiche Sociali do CNR - Consiglio Nazionale delle Ricerche, de Itália, assinaram em 2010 um protocolo de colaboração com o objectivo de se comprometerem a participar em iniciativas relevantes no âmbito do ensino e da investigação, incluindo a participação de professores e investigadores em conferências, seminários e debates; organização de actividades conjuntas, sempre que pertinente; o desenvolvimento de trabalhos de investigação de interesse comum; e colaboração em actividades lectivas sempre que tal represente uma mais-valia para ambas as instituições.

Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (FEDERASUR)

O CEPESE e a Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul assinaram, em 2010, um protocolo de colaboração através do qual o CEPESE se compromete a publicitar todas as informações e actividades desenvolvidas pela FEDERASUR em Portugal, nomeadamente missões comerciais, feiras, exposições e seminários. Ao mesmo tempo, a FEDERASUR compromete-se a facultar informações sobre eventos de natureza económica, social e cultural que se desenvolverem nos países da América do Sul, nos quais participe ou patrocine, que sejam do interesse do CEPESE.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)

O CEPESE celebrou um protocolo de colaboração com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, em 2010, com o objectivo de facilitar a recepção de investigadores portugueses em equipas de investigação no Estado do Amazonas e de investigadores brasileiros em equipas do CEPESE. O protocolo visa ainda a organização de manifestações de carácter científico em torno de temas escolhidos em comum.

Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ)

O CEPESE celebrou, em 2010, um acordo de cooperação técnico-científica com a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro, tendo por objectivo a actuação conjunta das partes no que se refere ao desenvolvimento de projectos técnico-científicos interdisciplinares, ao desenvolvimento de conteúdos educacionais e à formação de recursos humanos nas áreas técnico-científicas de diferentes disciplinas.

Criação de rede internacional entre Portugal, Brasil e Argentina

Membro fundador do *Grupo de Estudios de Historia de Brasil y Portugal* (<http://redhistoriadebrasilyportugal.blogspot.com>), o *Grupo de Estudios de Historia de Brasil y Portugal* (GEHBP), activo desde 19 de Junho de 2009, foi criado com o objectivo de promover estudos históricos com a Argentina e países hispano-americanos sobre os grandes processos sócio-políticos e culturais da história luso-brasileira (séculos XVI-XX). Está sediado na Secretaría de Investigación y Posgrado da Facultad de Filosofía y Letras da Universidade de Buenos Aires (Argentina).

Polícia Judiciária

O CEPESE estabeleceu um protocolo de colaboração com a Polícia Judiciária, em 2010, no âmbito do Grupo de Investigação Economia, Sociedade e Política do Portugal Contemporâneo.

Projectos em curso

As Relações Políticas, Diplomáticas e Económicas de Portugal com a Rússia (1779-1834)

Este projecto, coordenado por Fernando de Sousa e apoiado pela Real Companhia Velha, visa estudar as relações políticas, diplomáticas e económicas de Portugal com a Rússia, desde o início do estabelecimento das relações diplomáticas com a Rússia até à instauração definitiva do liberalismo em Portugal (1779-1834), um período durante o qual a Real Companhia Velha desempenhou um importante papel na abertura das relações económicas entre os dois países, no estabelecimento da Casa Portuguesa em São Petersburgo e na nomeação do primeiro cônsul português na Rússia. No âmbito deste projecto, que terminará em 2012, encontra-se em publicação *A Rússia de Catarina a Grande vista pelos portugueses (1779-1781)*, que integra um manuscrito inédito da maior importância para a história do império russo, e está em preparação a obra *A Rússia, Portugal e a Real Companhia Velha (1756-1834)*. Pretende-se ainda organizar um Seminário Internacional sobre as relações Portugal-Rússia na viragem do século XVIII para o século XIX.

A emigração de Portugal para o Brasil. Dinâmicas Demográficas e Discurso Político

Trata-se de um projecto de investigação aprovado pela FCT, coordenado por Fernando de Sousa, que irá dar continuidade ao projecto *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil*, que uma equipa do CEPESE, em conjunto com dezenas de investigadores portugueses e brasileiros, tem vindo a desenvolver nos últimos anos, e cujos objectivos passam pela ampliação da base de dados que integra os registos individuais dos emigrantes portugueses para o Brasil, e que conta já com perto de 400 mil registos individuais, complementada com a legislação portuguesa e brasileira relativa à emigração/imigração entre 1835 e 1947; com a referenciação dos arquivos e fundos documentais existentes em Portugal e no Brasil, relativos à emigração portuguesa para este país; com os estudos já efectuados e a desenvolver no âmbito deste tema, em formato digital; e um inventário das fontes e bibliografia para o estudo desta emigração.

Emigração Portuguesa e Italiana para o Brasil nos séculos XIX e XX. Aspectos Demográficos e Sociais

Coordenado por Fernando de Sousa, este projecto resulta do convénio entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e o Consiglio Nazionale delle Ricerche, contando com a colaboração de investigadores do Istituto di Ricerche sulla Popolazione e le Politiche Sociali, e tem por objectivo estabelecer uma análise comparativa dos contingentes migratórios e da legislação relativa a este tema produzida em cada país, entre 1876 e 1974.

Os Paços do Concelho do Porto (1820-2010)

Este projecto, coordenado por Fernando de Sousa e Joaquim Jaime Ferreira-Alves, resulta do protocolo estabelecido entre o CEPESE e a Câmara Municipal do Porto, e visa apresentar a história dos vários edifícios que serviram como Paços do Concelho do Porto, desde a instauração do Liberalismo em Portugal, em 1820, até ao presente, as razões que explicam a sua construção e localização, a sua caracterização arquitectónica e artística, e a análise dos acontecimentos históricos que tiveram os Paços do Concelho do Porto como palco privilegiado.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património

Coordenado por Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves e Fernando de Sousa, este projecto visa o estudo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real no âmbito da sua história, dando a conhecer a importância da sua acção social e humanitária, bem como o valor do seu legado artístico, desde o século XVI até aos nossos dias.

Cuius Regius. An analysis of the cohesive and disruptive forces determining the attachment and commitment of (groups of) persons to and the cohesion within regions (EUROCORE)

Este projecto, aprovado pela European Science Foundation, está a ser desenvolvido pelo Grupo de Investigação História Medieval e do Renascimento e tem por objectivo a análise histórica da formação de regiões num quadro dinâmico e comparativo.

Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional

Projecto aprovado pela FCT, em desenvolvimento no âmbito do Grupo de Investigação História Medieval e do Renascimento, que visa estudar os casos das comendas de Noudar e de Vera Cruz de Marmelar (2010-2012).

Identidade Ibérica: o caso de Portugal na época medieval e início da época moderna

Acordo bilateral entre a FCT e o Consiglio Nazionale delle Ricerche de Itália (2009-2010), que tem por objectivo a cronística régia portuguesa e o *Leal Conselheiro*.

Velhice e Envelhecimento em Portugal e Espanha (séculos XVIII-XXI): implicações sócio demográficas e políticas de desenvolvimento regional

No âmbito da Acção Integrada Luso-Espanhola – 2009 *Velhice e Envelhecimento em Portugal e Espanha (séculos XVIII-XXI): implicações sócio demográficas e políticas de desenvolvimento regional* Procº (acção nº E-64/09) com Santiago de Compostela (CRUP- Candidatura Aprovada em 29 de Dezembro de 2008–Al-E/08, 2 anos) e de que fazem parte os membros do CEPESE Teresa Rodrigues (responsável), Maria João Guardado Moreira e Filipa Castro Henriques, realizou-se um primeira reunião em Santiago de Compostela onde foram apresentados alguns trabalhos e traçadas as linhas orientadoras do trabalho a desenvolver.

Também integrado neste projecto, a equipa deslocou-se ao IX Congresso da ADEH, que decorreu em Junho em Ponta Delgada, dinamizando a sessão paralela *Velhice e Envelhecimento na Península Ibérica numa Perspectiva Comparada, Séculos XVIII-XX*.

Land use and cover change in Continental Portugal. Characterization, driving forces and future scenarios

PTDC/HCS-GEO/101836/2008 *LANDYN – Land use and cover change in Continental Portugal. Characterization, driving forces and future scenarios*, projecto financiado a 100% pela FCT. Data de início: 1 de Abril de 2010. Duração: 3 anos. Participam neste projecto Teresa Rodrigues e Catarina Leal.

Envelhecimento e Saúde em Portugal. Políticas e Práticas /Ageing and health in Portugal. Politics and Practise

PTDC/CS-DEM/109967/2009 *Envelhecimento e Saúde em Portugal. Políticas e Práticas /Ageing and health in Portugal. Politics and Practise*, projecto recomendado para financiamento pela FCT, com a classificação de Excelente. Data prevista de início: 1 de Janeiro de 2010. Duração: 3 anos. Participam neste projecto Teresa Rodrigues, Maria João Guardado Moreira, Filipa Castro Henriques e Carla Leão.

Os emigrantes portugueses em Espanha no quadro da Encuesta Nacional de Inmigrantes [ENI, 2007]: características actuais e perspectiva comparada

Maria João Guardado Moreira está a realizar um Pós-Doutoramento no Grupo de Estudios de Población y Sociedad (GEPS) da Facultad de Ciencias Políticas y Sociología – Dpto. Sociología II, Universidad Complutense de Madrid (beneficiando de uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BPD/47412/2008), no projecto *Os emigrantes portugueses em Espanha no quadro da Encuesta Nacional de Inmigrantes [ENI, 2007]: características actuais e perspectiva comparada*.

A Economia da Corrupção na Sociedade Portuguesa Contemporânea

Coordenado por Cristina de Abreu, este projecto iniciado em 2008 visa analisar a corrupção e crimes económicos relacionados em Portugal através da abordagem da ciência económica e sua metodologia dirigida às especificidades dos Países Desenvolvidos. *Os apporsts* resultantes de investigações realizadas no âmbito de diferentes áreas científicas, numa primeira fase da investigação – Economia, Gestão, Direito, História, Sociologia, Psicologia, Ciência Política e Investigação Criminal – são posteriormente integrados numa matriz económica-institucional permitindo implementar uma análise sistémica multidisciplinar e interdisciplinar. Através dos resultados obtidos pretendemos, numa segunda etapa do processo de investigação, desenhar uma estratégia integrada de combate à corrupção apontando no sentido da necessidade de uma reforma sistémica em Portugal.

Os Presidentes do Parlamento Português (1821-2013)

Este projecto, coordenado por Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira, a decorrer na linha de investigação dedicada à história política e institucional do Portugal Contemporâneo, tem como principal objectivo o estudo biográfico dos indivíduos que presidiram às diversas câmaras do Parlamento Português, desde a institucionalização do regime parlamentar em Portugal, em 1821, até à actualidade, dando a conhecer a sua actividade política mais relevante, e textos que ajudem a compreender as grandes questões que foram debatidas no Parlamento Português, nas legislaturas em que exerceram tais funções.

Valores e sua Influência no Consumo de Moda

Sob coordenação de Isabel Cantista, este projecto, iniciado em 2008, visa responder à seguinte questão de investigação: como influenciam os valores os comportamentos de consumo e moda das mulheres em diferentes sociedades contemporâneas? Uma análise comparativa entre os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) e os Países Desenvolvidos Ocidentais é conduzida e desenvolvida neste sentido. Os resultados obtidos permitirão à indústria a definição de estratégias de resposta aos diferentes potenciais mercados consumidores no âmbito de políticas de exportação pró-activas.

Sociedade Portuguesa e Doenças da Idade: o Projecto Alzheimer

Este projecto, iniciado em 2010, é coordenado por Carlos Amaral Dias e tem como objectivo contribuir para o desenvolvimento de um Plano Nacional de Alzheimer cuja definição falta em Portugal. A construção de tal plano requer investigação científica no contexto da realidade da sociedade portuguesa na perspectiva, nomeadamente, das políticas sociais, custos económicos, acesso aos medicamentos, diversidade de terapias, suporte psicológico dos cuidadores, direitos dos velhos, mudança cultural e a relação entre direito à saúde e informação democrática sobre saúde.

Pobreza e Velhice: avaliação dos pagamentos previstos *Suplemento Solidário para os Velhos* na perspectiva do género

Este projecto, iniciado em 2010, coordenado por Fernanda Bento Daniel, parte do facto estatístico consubstanciado no desfazamento existente entre uma população sénior vulnerável de grande dimensão em Portugal e a execução de paga-

mentos designados de suplemento diferencial de solidariedade para os velhos. Dado o espelho da realidade da sociedade, seria expectável que esta medida apresentasse uma elevada taxa de execução. A informação recolhida mostra, no entanto, menos de 50%. Emerge então a questão de investigação fundamental deste projecto: no contexto social referido porque constatamos uma subutilização deste instrumento de solidariedade a um nível tão significativo?

A actividade dos mestres da Escola de Ferreirim desde os inícios da década de 40 até finais da década de 70 do século XVIII

Sob a responsabilidade de Carla Sofia Queirós – Programa Ciência - FCT (Pós-doutoramento), este projecto pretende estudar a actividade de diversos artistas importantes da região de Entre-Douro e Minho e a sua mobilidade interna, particularmente durante a segunda metade do século XVIII.

Artistas e encomendantes do noroeste de Portugal nos séculos XVII e XVIII – Dos centros de produção à mobilidade transfronteiriça

A cargo de Paula Cristina Machado Cardona (investigadora a tempo integral), este projecto irá analisar o intercâmbio entre o Norte de Portugal e a Galiza, uma realidade comprovada pela existência de um grande número de artistas dos dois lados da fronteira, seguindo os caminhos de peregrinação para Santiago de Compostela.

Arte Tumular do Romantismo em Portugal

Sob a responsabilidade de José Francisco Queiroz (investigador a tempo integral), este projecto irá desenvolver estudos anteriores sobre a arte tumular em Portugal durante o período Romântico (iconografia, arquitectura, escultura e artes decorativas).

Nobreza Medieval Ibérica (com Sevilha, Santiago de Compostela e Valladolid)

Projecto submetido à FCT (2009) e em fase de análise.

Redes de trabalho

O Grupo de Investigação História Medieval e do Renascimento aderiu às seguintes redes de trabalho:

Carmen – Co-operative for the Advancement of Research through a Medieval European Network. <http://www.carmen-medieval.eu/>

Medioevo Europeo - A network of Institutes for quality of the basic research. <http://www.sismelfirenze.it/informazioni/informazioniSismel/ita/gestoreInfoSismel.HTM>

Base de dados de crimes de corrupção e criminalidade económica

Encontra-se em curso a construção de uma base de dados de crimes de corrupção e criminalidade económica relacionada indicados pelos principais *media* no âmbito do grupo de investigação Economia, Sociedade e Política do Portugal Contemporâneo.

Outras Notícias

Semana da Ciência e da Tecnologia 2009

Entre os dias 21 e 27 de Novembro de 2009, no âmbito da Semana da Ciência e da Tecnologia, uma iniciativa do Programa Ciência Viva promovida pela Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, o CEPESE acolheu pequenos grupos de alunos universitários, numa acção que visou dar a conhecer a actividade desenvolvida por um centro de investigação em ciências sociais e humanas e sensibilizar os jovens para a investigação. Além das sessões de apresentação do CEPESE, foram oferecidas a todos os alunos publicações editadas por este Centro.

Reunião da Comissão de Aconselhamento do CEPESE

A Comissão de Aconselhamento do CEPESE reuniu no dia 27 de Novembro de 2009, no Círculo Universitário do Porto, após uma prévia visita às instalações do CEPESE, com o objectivo de analisar o Relatório de Actividades desenvolvidas pela Unidade em 2009 e o Plano de Actividades a desenvolver em 2010, acompanhado do respectivo Orçamento Geral. Após a apresentação geral do CEPESE realizada pelo Coordenador da Unidade, e a apresentação das actividades de cada Grupo de Investigação e seu orçamento, conduzidas pelo respectivo coordenador, foi aberto um espaço de debate entre os elementos

da Comissão de Aconselhamento, de que resultou um Parecer Final, dado a conhecer a todos os investigadores presentes na Conferência Anual do CEPESE, tendo sido posteriormente enviado para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Conferência Anual do CEPESE

No dia 28 de Novembro de 2009, teve lugar no auditório da Biblioteca da Universidade Lusíada do Porto, a Conferência Anual do CEPESE, que reuniu a maior parte dos investigadores do Centro, bem como os membros da Comissão de Aconselhamento Científico. Espaço privilegiado de reflexão conjunta, o Coordenador da Unidade e os coordenadores dos diversos Grupos de Investigação do CEPESE tiveram oportunidade de apresentar os resultados da investigação feita ao longo dos meses anteriores, bem como a actividade científica que pretendem desenvolver futuramente. Aproveitou-se ainda a ocasião para transmitir uma série de recomendações aos associados do CEPESE, no sentido de melhorar o bom funcionamento do Centro, havendo ainda lugar a debate com os elementos da Comissão de Aconselhamento Científico, os quais apresentaram o seu parecer.

Bolsas de Iniciação à Investigação (BII)

Após ter acolhido dezasseis bolsaios em 2008-2009, ao abrigo do programa de Bolsas de Iniciação à Investigação (BII) promovido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o CEPESE abriu, no início do ano lectivo de 2009-2010, concurso para a atribuição de mais vinte bolsas, as quais se destinam a estudantes do ensino superior com bom desempenho escolar, com o objectivo de estimular e desenvolver o sentido crítico, a criatividade e a sua autonomia através da investigação, devendo os bolsaios, para tal, ser integrados em projectos de investigação orientados por professores doutorados. As BII são integralmente suportadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através do reforço do financiamento plurianual. Estes bolsaios encontram-se já a desenvolver os seus projectos de investigação.

No dia 12 de Dezembro de 2009, teve lugar no Círculo Universitário do Porto a apresentação pública dos trabalhos desenvolvidos pelos dezasseis Bolsaios de Integração na Investigação acolhidos pelo CEPESE no ano lectivo de 2008-2009. Cada bolsai teve oportunidade de apresentar os resultados da sua investigação, seguindo-se os comentários dos respectivos orientadores e dos participantes nesta sessão.

Ao longo do ano transacto, efectuaram-se várias reuniões gerais em que foi abordada a metodologia do trabalho científico para as ciências sociais.

Bolsaios de Integração na Investigação (2009-2010)

Ana Cristina Ferreira Dias
 António Serafim Torres Brito
 Cristina Maria Correia Nogueira
 Daniela Bárbara de Sousa Ferreira
 Daniela Sofia Gomes da Silva
 Diogo Filipe Salvado Rodrigues
 Diogo Nuno Machado Pinto Faria
 Filipe Alexandre Gomes Ferreira
 Inês Filipe Cerqueira Basto Carvalho
 Joana Miguel da Costa Moreira
 Joana Paula Marques da Silva Neto
 Jorge Filipe Piteira Martins
 Lígia Manuela da Silva Brandão
 Liliana Patrícia Vasconcelos Pinto
 Maria Manuela Baptista
 Mário Jorge de Melo Ribeiro
 Patrícia Abreu dos Santos Oliveira
 Ricardo Jorge Rego Neves
 Tânia Andreia Martins Frade
 Teresa Campos dos Santos

Programa de Estágios Profissionais

Ao abrigo do Programa de Estágios Profissionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional, e a exemplo do que tem sido feito nos últimos anos, o CEPESE acolhe, desde Agosto de 2009, dois jovens licenciados, Susana Oliveira (licenciada e mestranda em Relações Internacionais) e Nuno Matias (licenciado e mestrando em Engenharia Informática). E desde Agosto de 2010, conta, ao abrigo do mesmo Programa, com a colaboração de Joana Martins (licenciada em Línguas e Relações Internacionais e mestranda em Relações Internacionais). Recordamos que deste Programa resultou já a contratação, a tempo integral, de dois colaboradores do CEPESE, Ricardo Rocha e Bruno Rodrigues.

Curso de Pós-graduação

Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, Professor Catedrático da Universidade do Porto e Investigador do CEPESE, participou, a convite do Curso de Pós-Graduação da Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na 1ª Semana Portugal-Brasil (13 a 26 de Setembro de 2009), tendo ministrado um ciclo de cinco palestras subordinado ao tema *Algumas Reflexões sobre a Arquitectura em Portugal dos Séculos XVI a XVIII*.

Curso de Pós-graduação

Natália Marinho Ferreira-Alves, Professora Catedrática da Universidade do Porto e Investigadora do CEPESE, participou, a convite do Curso de Pós-Graduação da Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na 1ª Semana Portugal-Brasil (13 a 26 de Setembro de 2009), tendo ministrado um ciclo de cinco palestras subordinado ao tema *Momentos da Escultura Portuguesa dos Séculos XVI-XVIII*.

As relações entre a Arquitectura Franciscana de Portugal e Espanha (Projecto de Investigação de curta duração)

A investigadora espanhola María del Carmen Díez González (Professora Ayudante Doctor del Departamento de Arte y Ciencias del Territorio, de la Universidad de Extremadura – Facultad de Filosofía y Letras), durante o mês de Junho de 2009, no âmbito dos seus estudos sobre arquitectura franciscana em Portugal e Espanha, visitou vários edifícios franciscanos no Norte de Portugal, tendo efectuado pesquisas em bibliotecas e arquivos portugueses.

População e Sociedade – Objectivos e Perfil

A revista *População e Sociedade*, editada pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, em cujo *site* todos os volumes estão disponíveis online (<http://cepese.up.pt>), publica-se desde 1995 e observa uma periodicidade anual.

População e Sociedade é uma revista de História e Ciências Sociais afins, assumindo como objectivo principal a publicação de textos inéditos, de nível académico, nacionais e estrangeiros, em cinco línguas (português, inglês, espanhol, francês e italiano). Ainda, e em consonância com os propósitos da missão científica do CEPESE e sua Unidade de I&D, esta revista pretende criar um espaço de divulgação e debate relativos à produção dos seus investigadores, bem como das suas actividades e publicações.

Indexada nos sistemas internacionais de avaliação de periódicos científicos (ERIH, LATINDEX), esta revista pratica a arbitragem científica sob regime de anonimato, à qual submete todos os artigos a incluir na *Secção Temática* e na *Varia*, para as quais aceita colaborações nas condições referidas.

Instruções para os autores

- a. A revista *População e Sociedade* aceita artigos inéditos que podem ser apresentados em língua estrangeira quando se trata da língua materna dos seus autores (castelhano, inglês, francês e italiano). Sendo uma revista com arbitragem científica, a publicação dos trabalhos, após apreciação da sua Direcção, está dependente dos pareceres de dois especialistas externos e/ou internos.
- b. Cada artigo deverá ter a dimensão máxima de 60 000 caracteres (espaços incluídos), espaçamento de 1,5, letra Times New Roman corpo 12, margens 2,5 (superior e inferior) e 3 (esquerda e direita), exceptuando ilustrações, quadros e gráficos, estes sempre em tons de cinzento.
- c. Os quadros e gráficos devem ser elaborados, respectivamente, em formato *Microsoft Word* e *Excel*, e não em formato de imagem. Devem ser enviados em ficheiros separados do texto, embora este deva conter a indicação do local da sua inserção.
- d. Os mapas e ilustrações devem ser enviados em formato de imagem (tiff, jpeg, com 300 dpi), em ficheiros separados do texto, embora este deva conter a indicação do local da sua inserção.
- e. Os quadros, gráficos e figuras devem estar identificados por ordem numérica (Exemplos: Gráfico n.º 1; Figura n.º 3) seguidos de travessão e do título dos mesmos. Por baixo deve ser indicada a fonte em letra corpo 10.
- f. O artigo deverá ser enviado para o endereço electrónico revista@cepese.pt.
- g. Cada artigo deve ser acompanhado do título em inglês, de dois resumos, um na língua original e outro em inglês, entre 800 a 1000 caracteres (espaços incluídos) cada um, 5 palavras-chave (também na

- língua original e inglês) e identificação do autor (nome, instituição, e-mail, últimas publicações).
- h. As notas de rodapé devem ser identificadas por ordem numérica, sem ultrapassar 5 linhas.
- i. As provas tipográficas dos artigos serão enviadas aos autores, sempre que possível, por correio electrónico, para revisão, com fixação de prazo; se este não for cumprido, subentende-se que os autores prescindem dessa revisão.
- j. A cada autor serão oferecidos 2 exemplares da revista *População e Sociedade* em que se encontra publicado o seu artigo, cedendo à revista o direito de publicação em suporte papel e on-line.
- k. As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores.
- l. Quaisquer imagens reproduzidas nos artigos são da responsabilidade do autor que deverá assegurar previamente a devida autorização.
- m. Visando-se a uniformidade nos princípios de citação documental e bibliográfica, deverão ser seguidos pelos autores os critérios que se seguem.

Crítérios de citação documental e bibliográfica

- a. Nas notas de rodapé, as citações e referências de autores e obras (monografias e artigos de publicações periódicas ou de obras colectivas) deverão referir o apelido do autor, em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página ou páginas a que a citação se reporta. Se houver menções a mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, elas serão identificadas por uma letra minúscula a seguir à data. Quando o número de autores for superior a três, deve indicar-se o nome do primeiro seguido da indicação *et al* e quando se tratar de dois autores os seus nomes devem estar separados por ponto e vírgula (normas também aplicáveis à bibliografia). São exemplos:
- SANTOS, 2006a: 75-76.
LOUSADA *et al*, 2006: 104.
(Todas as citações em nota deverão seguir este critério, excluindo-se, assim, menções como: *op. cit.*; *ob.cit.*; *idem*; *ibidem*).
- b. As citações de documentos deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie. É exemplo:
- ANTT – *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fol. 3v.
- c. Na bibliografia, os livros devem ser citados consoante os exemplos:
- SOUSA, Fernando de, 2006a – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE.
SOUSA, Fernando de, 2006b – *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento.
- d. Na bibliografia, os artigos em publicações periódicas devem ser citados consoante o exemplo:
- WILLIAMS, Andrew, 2004 – “The state after the new world order: liberal dreams and harsh realities”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, n.º 11, p. 27-42.
- e. Na bibliografia, os artigos em obras colectivas devem ser citados consoante o exemplo:
- MENEZES, Lená Medeiros de, 2006 – “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)” in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando de (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 86-117.
- f. Na bibliografia electrónica devem seguir-se os critérios atrás referidos (autor, data título, quando existam) seguidos do sítio onde está disponível na Internet e data de consulta entre parênteses rectos, como é exemplo o seguinte artigo de publicação em série electrónica:
- WRIGHT, Robert E., 2000 – “Women and Finance in the Early National U. S.”. *Essays in History*, 42. Disponível em: <<http://etext.virginia.edu/journals/EH/EH42/Wright42.html>> [consult. 15 de Abr. 2009].

População e Sociedade – Aims and Scope

The journal *População e Sociedade*, published by CEPESE – Centre for the Study of Population, Economy and Society, which displays all volumes available online on its website (<http://cepese.up.pt>), was founded in 1995 and has been published since then on an annual basis.

População e Sociedade is a scientific journal about History and related Social Sciences, having as main goal the publication of original papers of academic level, both Portuguese and foreigner, in five languages (Portuguese, English, Spanish, French and Italian). Furthermore, and following the principles of the scientific mission of CEPESE and its R&D Unit, this journal aims at creating a promotion and debate space for its researchers, as well as its activities and publications.

Indexed in the international systems of assessment of scientific journals (ERIH, LATINDEX), this magazine carries out a process of anonymous scientific peer review to which all articles to be included in *Secção Temática* and *Varia*, are submitted. Contributions under the mentioned conditions are accepted.

Instructions for the authors

- a. The journal *População e Sociedade* accepts original articles that can be submitted in foreign languages when written in the mother tongue of their authors (Spanish, English, French and Italian). As this is a journal with scientific refereeing, the publication of works, first screened by the board of directors, depends on the opinion of two internal and/or external experts.
- b. Each article must have the maximum size of 60 000 characters (spaces included), 1.5 spacing, Times New Roman Font, size 12, margins 2,5 (up/down) and 3 (right/left), except for images, tables and graphics, always with a grey shading.
- c. Tables and graphics must be drawn up, respectively, in *Microsoft Word* and *Excel* format and not in image format. They must be sent in files separated from the text, without forgetting to mention the exact place where they must be inserted.
- d. Maps and images must be sent in image format (tiff, jpeg, with 300 dpis), in files separated from the text. Once again, reference should be made to the exact place where they are to be inserted.
- e. Tables, graphics and images must be numbered (Examples: Graphic nr. 1; Image nr. 3) followed by dash and their titles. Underneath, do not forget to indicate the source in font size 10.
- f. The article must be sent to the following email: revista@cepese.pt
- g. Each article must include its title in English, two abstracts, one in the original language and another one in English, 800/1000 characters (spaces included) each, 5 keywords (also in the mother tongue and in English) and the identification of the author (name, institution, email address, last publications).

- h. Footnotes must be numbered and should not exceed 5 lines.
- i. Proof sheets of the articles will be sent back to the authors, whenever possible, by email for revision with a deadline; if this deadline is not fulfilled it is understood that authors waive that proof-reading.
- j. Two copies of the journal *População e Sociedade* will be offered to each author, assigning to the magazine the copyright both in paper and online.
- k. The contents of the articles are of the full responsibility of the authors.
- l. Any image reproduced in the articles is of the responsibility of the author who, beforehand, must ensure its due authorization.
- m. In order to keep the consistency of the principles of documentary and bibliographic reference the following criteria must be followed by the authors.

Documentary and bibliographic reference principles

- a. Footnotes, quotes and references to authors and works (monographs and articles of periodic publications or collective works) must include the surname of the author, in uppercase, year of the publication of the work and page or pages when the reference can be found. If there is more than one reference to a title of the same author in the same year, they should be identified by a lowercase following the date. When the number of authors is more than three, one must write the name of the first, followed by *et al* and when there are two authors their names must be separated by a semicolon (rules applicable to bibliography). For example: SANTOS, 2006a: 75-76. LOUSADA *et al*, 2006: 104.
(All references in footnote must follow this criteria, excluding notes such as: *op. cit.*; *ob. cit.*; *idem*; *ibidem*).
- b. Quoting of documents must include all necessary elements for a thorough identification of the source.
For example:
ANTT – *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fol. 3v.
- c. In the bibliography section, the books must be referred as follows:
SOUSA, Fernando de, 2006a – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE.
SOUSA, Fernando de, 2006b – *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento.
- d. In the bibliography section, articles on periodic publications must be quoted as in the following example:
WILLIAMS, Andrew, 2004 – “The state after the new world order: liberal dreams and harsh realities”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, n.º 11, p. 27-42.
- e. In the bibliography section, articles in collective works must be quoted according to this example:
MENEZES, Lená Medeiros de, 2006 – “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)” in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando de (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 86-117.
- f. In electronic bibliography the above-mentioned criteria must be followed (author, date, title, whenever possible), followed by the website where it is available on the internet and date of research between brackets, as exemplified in the following article of electronic publication:
WRIGHT, Robert E., 2000 – “Women and Finance in the Early National U. S.”. *Essays in History*, 42. Available in: <<http://etext.virginia.edu/journals/EH/EH42/Wright42.html>> [accessed on 15th April 2009].

SÓCIOS FUNDADORES, SÓCIOS COLECTIVOS E PATRONOS DE HONRA DO CEPSE

Sócios Fundadores

Universidade do Porto
 Fundação Eng. António de Almeida



Sócios Colectivos

Banco Espírito Santo
 CESPU – Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário
 ESCOM
 ISMT – Instituto Superior Miguel Torga
 ISVOUGA – Instituto Superior de Entre Douro e Vouga
 Mota Engil, SGPS
 Real Companhia Velha
 UNISLA
 Universidade Lusíada do Porto
 Universidade Lusófona do Porto



Patronos de Honra

Agência Abreu
 Câmara Municipal de Bragança
 Câmara Municipal de V. N. Gaia
 Câmara Municipal do Porto
 Carnady – Comércio Internacional
 Cordeiros Galeria
 Douro Azul
 Vicaima



Catálogo das publicações do Cepese



População e Sociedade

(Revista do CEPESE)
17 números publicados
(10, 11 e 12 esgotados)



Colecção Economia e Sociedade

A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)
Fernando de Sousa
CEPESE, Ed. COSMOS
2001
esgotado



A População Portuguesa no Século XIX
Teresa Rodrigues
CEPESE, Edições Afrontamento
2004



História da População Portuguesa
Teresa Rodrigues (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



A Emigração na Freguesia de Santo André da Campeã (1848-1900)
Celeste Castro
CEPESE, Edições Afrontamento
2010



Colecção Militarium Ordinum Analecta (últimos números)

A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: A Comenda de Santos em finais do século XV e no século XVI
Joel Silva Ferreira Mata
CEPESE, Fundação Eng. António de Almeida
2007



História das Íncultas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis
Paula Pinto Costa (coord.)
CEPESE, Fundação Eng. António de Almeida, 2008



Comendas das Ordens Militares na Idade Média
Luis Adão da Fonseca
CEPESE
2009



Colecção Os Portugueses no Mundo

A Comunidade Lusitana em Joanesburgo
Paulo Bessa
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



Migrações e Desenvolvimento
Maria Ortelinda Barros Gonçalves
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)
 Fernando de Sousa (coord.)
 CEPESE, Fronteira do Caos
 2009
 esgotado



Laços de Sangue. Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil.
 José Sacchetta Ramos Mendes
 CEPESE, Fronteira do Caos
 2010



As Relações Portugal-Brasil no século XX
 Fernando de Sousa; Paula Santos; Paulo Amorim (coord.)
 CEPESE, Fronteira do Caos
 2010



Relações Portugal-Espanha
Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade
 Conceição Meireles Pereira (coord.)
 CEPESE, FRAH
 2000
 esgotado



Relações Portugal-Espanha: Uma História paralela, um destino comum?
 Conceição Meireles Pereira (coord.)
 CEPESE, FRAH
 2002
 esgotado



Relações Portugal-Espanha: O Vale do Douro no âmbito das Regiões Europeias
 Conceição Meireles Pereira (coord.)
 CEPESE, Edições Afrontamento
 2006



Douro e Real Companhia Velha
Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto
 Fernando de Sousa (coord.)
 CEPESE
 2000
 esgotado



Os Arquivos da Vinha e do Vinho no Douro
 Fernando de Sousa (coord.)
 CEPESE, Edições Afrontamento
 2003
 esgotado



O Vinho do Porto em Gaia & Companhia
 Fernando de Sousa (coord.)
 CEPESE, Edições Afrontamento
 2005



A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia
 Fernando de Sousa (coord.)
 CEPESE, Edições Afrontamento
 2008



O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro - Real Companhia Velha
 Fernando de Sousa (coord.)
 CEPESE
 2003



O Património Cultural da Real Companhia Velha
 Fernando de Sousa (coord.)
 CEPESE
 2004



*A Real Companhia Velha.
Companhia Geral da Agricultura
das Vinhas do Alto Douro
(1756-2006)*
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2006



*O Brasil, o Douro e a Real
Companhia Velha*
Fernando de Sousa e
Conceição Pereira
CEPESE
2008



Arte e Património
*Artistas e Artífices e a sua
Mobilidade no Mundo de
Expressão Portuguesa*
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2005



*O Património Histórico-Cultural da
região de Bragança-Zamora*
Luís Alexandre Rodrigues (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005
esgotado



*Francisco José Resende
(1825-1893)*
António Mourato
CEPESE, Edições Afrontamento
2007



*Artistas e Artífices no Mundo
de Expressão Portuguesa*
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2008



*Dicionário de Artistas e Artífices
do Norte de Portugal*
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2008



Espólio Fotográfico Português
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2008



*O Património Cultural da região
de Bragança-Zamora*
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Associação Ibérica dos
Municípios Ribeirinhos do Douro
2008
esgotado



*Os Franciscanos no Mundo
Português: Artistas e Obras I*
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2009
Esgotado



A Encomenda. O Artista. A Obra
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2010

Emigração Portuguesa para o Brasil



Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos
Ismênia de Lima Martins e Fernando de Sousa (org.)
CEPESE, FAPERJ
2006



A Emigração Portuguesa para o Brasil
Fernando de Sousa;
Ismênia Martins;
Conceição Meireles (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2007



Deslocamentos & Histórias: Os Portugueses
Izilda Matos; Fernando de Sousa;
Alexandre Hecker (org.)
CEPESE, EDUSC
2008



Os Novos Descobridores
Fernando de Sousa e
Conceição Meireles Pereira (org.)
CEPESE
2008



Nas duas Margens: Os Portugueses no Brasil
Fernando de Sousa;
Ismênia Martins;
Izilda Matos (org.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2009



Entre Mares. O Brasil dos portugueses
Fernando de Sousa;
Nazaré Sarges; Izilda Matos;
Otávio Vieira;
Cristina Cancela (org.)
CEPESE, Editora Paka.Tatu
2010

Relações Internacionais



Dicionário de Relações Internacionais
(2.ª edição)
Fernando de Sousa (dir.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



Desafios da Democratização no Mundo Global
Maria Raquel Freire (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2004
esgotado



A Instituição de Asilo na União Europeia
Teresa Cierco
CEPESE, Almedina
2010



Publicações autônomas
Estudos e Ensaios em Homenagem a Eurico Figueiredo
Isabel Babo Lança (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005
esgotado



História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes
Fernando de Sousa
CEPESE, Edições Afrontamento
2006



Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)
 Fernando de Sousa (coord.),
 2 vols
 CEPESE
 2009



Ibéria: Quinhentos/Quatrocentos. Duas décadas de Cátedra. Homenagem a Luis Adão da Fonseca
 Armando Luis de Carvalho Homem; José Augusto Pizarro; Paula Pinto Costa (ed.)
 CEPESE, Livraria Civilização
 2009



Moncorvo. Da Tradição à Modernidade
 Fernando de Sousa (coord.)
 CEPESE, Edições Afrontamento
 2009



Olhares sobre o Mercurio Portuguez 1663-1667, 2 vols.
 Eurico Gomes Dias
 Imprensa Nacional - Casa da Moeda, CEPESE
 2010

Colaboraram neste número

António Matos Reis
Eduardo Ferreira
Fernanda Paula Sousa Maia
Fernando de Sousa
Filipa de Castro Henriques
Gilberta Pavão Nunes Rocha
Isabel Ferreira
Isidro Dubert
Joel Mata
Jorge Carvalho Arroiteia
Maria Cristina Sousa Gomes
Maria João Guardado
Maria Luis Rocha Pinto
Maria Ortelinda Barros Gonçalves
Teresa F. Rodrigues

